



MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS
FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS
DIRETORIA DE DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS

RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE IDENTIFICAÇÃO E DELIMITAÇÃO
TERRA INDÍGENA CURARA
MANICORÉ E NOVO ARIPUANÃ (AM)



Documento assinado digitalmente
LUIS ABRAHAM CAYON DURAN
Data: 07/11/2025 18:01:32-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Portaria n.º 1.042/FUNAI/PRES, de 28 de junho de 2024

Brasília, outubro de 2025



FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA FUNAI – FINATEC

RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE IDENTIFICAÇÃO E DELIMITAÇÃO

TERRA INDÍGENA CURARA

MANICORÉ E NOVO ARIPUANÃ, AMAZONAS (AM)



Portaria n.º 1.042/FUNAI/PRES, de 28 de junho de 2024

Brasília, outubro de 2025

SUMÁRIO

Índice de Mapas.....	7
Índice de Figuras	8
Índice de Tabelas	9
Lista de Siglas	11
Introdução	18
Apresentação geral da área	18
Presença de índios isolados na TI Curara	23
Metodologias	25
Fundamentação legal.....	30
Contextualização da reivindicação fundiária	31
I – PRIMEIRA PARTE	48
DADOS GERAIS.....	48
1.1 Área Cultural, Filiação linguística e cultural.....	48
1.2 História do contato interétnico	51
1.2.1 Construindo a paisagem: as ocupações pré-coloniais.....	54
1.2.2 Séculos XVII e XVIII: Gentio de Corso	58
1.2.3 Século XIX: Entre tapuios rebeldes e índios mansos	75
1.2.4 Século XX: “Aqui não há índios”	83
1.3 Memória da ocupação tradicional do território	95
1.4 Práticas de secessão	122
II– SEGUNDA PARTE.....	126
HABITAÇÃO PERMANENTE	126
2.1 Introdução	126
2.2 Distribuição das aldeias, com respectiva população e localização.....	127
2.1.1 Aldeia Curara.....	138
2.1.2 Aldeia Vista Alegre	141
2.1.3 Aldeia Mirari	143
2.1.4 Aldeia Terra Preta do Uruá.....	144
2.1.5 Aldeia Panela.....	147
2.1.6 Aldeia Bom Destino	149
2.1.7 Aldeia Biribá	150
2.1.8 Comunidade indígena Arauá	152
2.1.9 Comunidade indígena Parana para	153
2.1.10 Comunidade indígena Maiaema	155
2.3 A rede de parentesco da TI Curara e os critérios de ocupação territorial.....	156
2.4 A ocupação do território em 1988	164
III– TERCEIRA PARTE.....	166
ATIVIDADES PRODUTIVAS.....	166
3.1 Introdução	166
3.2 Atividades Produtivas.....	171
3.1.1 Agricultura.....	171

3.1.1.1 Roças	171
3.1.1.2 Quintais.....	183
3.1.1.3 Sítios	183
3.1.2 Pesca	184
3.1.3 Caça	200
3.1.4 Extrativismo	210
3.1.4.1 Castanhais.....	210
3.1.4.2 Tucumanzais	213
3.1.4.3 Medicinas	215
3.1.4.4 Teçumes.....	219
3.1.4.5 Recursos madeireiros e não madeireiros	223
3.3 Alterações na economia tradicional ocasionadas pelo contato com a sociedade envolvente e do modo como se processam tais alterações	234
IV– QUARTA PARTE	242
MEIO AMBIENTE	242
4.1 Introdução	242
4.2 Descrição geo-ecológica.....	246
4.1.1 Clima	246
4.1.2 A TI Curara no contexto da bacia de drenagem do médio rio Madeira	248
4.1.3 Geologia	249
4.1.4 Geomorfologia.....	250
4.1.5 Solos	251
4.1.6 Fitoecologia	253
4.1.6.1 Floresta Ombrófila Densa.....	253
4.1.6.2 Floresta Ombrófila Densa de Terras Baixas – Florestas de Terra Firme ..	253
4.1.6.3 Floresta Ombrófila Densa Submontana - Florestas de Terra Firme	254
4.1.6.4 Floresta Ombrófila Densa aluvial – Florestas de Igapó	255
4.1.6.5 Região dos Lagos	258
4.1.6.6 Campos naturais amazônicos – Campinas.....	261
4.3 Categorias indígenas da paisagem	263
4.3.1 Florestas de Terra Firme.....	263
4.3.1.1 Matas	263
4.3.1.2 Capoeiras e Capoeirões	264
4.3.1.3 Cerrado	265
4.3.1.4 Campos da natureza.....	266
4.3.2 Paisagens fluviais	267
4.3.2.1 Rios e igarapés.....	267
4.3.2.2 Cabeceiras.....	268
4.3.2.3 Lagos	268
4.3.2.4 Restingas dos lagos.....	269
4.3.2.5 Igapós/Várzeas.....	269
4.3.2.6 Chavascal.....	269
4.4 Paisagens bioculturais	270
4.4.1 Palmeiras	272
4.4.2 Castanhais.....	276
4.4.3 Capoeiras	280
4.4.4 Terra Preta	280
4.5 Biodiversidade na Terra Indígena Curara.....	283
4.5.1 Espécies ameaçadas	286

4.6	Impactos e conflitos socioambientais	287
4.6.1	Conflitos fundiários	287
4.6.1.1	Projetos de carbono	293
4.6.2	Invasões: madeireiros, pescadores e caçadores ilegais.....	294
4.7	Áreas imprescindíveis à preservação dos recursos necessários ao bem-estar da população da Terra Indígena Curara	301
V	QUINTA PARTE.....	325
	REPRODUÇÃO FÍSICA e cultural.....	325
5.1	Introdução	325
5.2	Descrição dos aspectos cosmológicos do grupo.....	326
5.2.1	Parentesco e organização social	326
5.2.2	Cosmologia.....	333
5.2.3	Medicina tradicional e cuidados do corpo.....	343
5.2.4	Festas, rituais e atividades coletivas	350
5.3	Lugares de importância cultural e cosmológica	356
5.3	Áreas imprescindíveis para a reprodução física e cultural	375
VI	SEXTA PARTE.....	378
	LEVANTAMENTO FUNDIÁRIO	378
6.1	Introdução	378
6.2	Levantamento fundiário preliminar realizado pelo Grupo Técnico de Identificação e Delimitação	379
6.2.1	A cidade de Manicoré.....	380
6.2.2	Habitantes não indígenas da TI Curara	382
6.2.3	Sobreposição de unidades de conservação	385
6.3	Levantamento fundiário do Grupo Técnico Fundiário.....	389
6.3.1	Metodologia.....	390
6.3.1.1	Fontes de dados oficiais.....	392
6.3.2	Levantamento Fundiário.....	392
6.3.2.1	Levantamento fundiário nas bases de dados oficiais.....	393
6.3.2.2	Unidades de Conservação.....	394
6.3.2.2.1	Floresta Nacional do Aripuanã	396
6.3.2.2.2	Reserva Biológica do Manicoré	397
6.3.2.3	Floresta Pública	398
6.3.2.3.1	Gleba Pública Felicidade, Marmelos Atininga e Mundo Novo.....	398
6.3.2.4	Imóvel rural particular e público no Sistema de Gestão Fundiária (SIGEF)	401
6.3.2.5	Sistema Nacional do Cadastro Ambiental Rural (SICAR).....	405
6.3.2.6	Levantamento fundiário em campo	411
6.3.2.6.1	Descrição por comunidade e ou localidade	412
6.3.3	Pesquisa Cartorial	417
6.3.4	Notificação/citação de ocupantes não indígenas	430
6.3.5	Síntese fundiária da área em estudo	437
6.4	CONCLUSÃO.....	441
VII	SÉTIMA PARTE.....	442
	CONCLUSÃO E DELIMITAÇÃO	442
7.1	Conclusão	442
7.2	Delimitação.....	444

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	446
ANEXOS	460
ANEXO 1 – Carta de anuência dos habitantes da TI Curara.....	461

ÍNDICE DE MAPAS

Mapa 1 - Localização da área de estudo no Estado do Amazonas	20
Mapa 2 - Área de estudo	21
Mapa 3 - Localização das aldeias	22
Mapa 4 - TI Pinatuba	33
Mapa 5 - TIs Mura.....	51
Mapa 6 - Rio Madeira.....	53
Mapa 7 - Sistema regional Iruri (século XVII).....	62
Mapa 8 - Expansão Mura no Século XVIII - Elaborado por Curt Nimuendajú, 1944... 71	
Mapa 9 - Território mura no século XVIII	75
Mapa 10 - Lote São João, Rio Maturá 1926. Elaborado por Curt Nimuendajú, 1926. 86	
Mapa 11 - Aldeias e comunidades indígenas da TI Curara	131
Mapa 12 - - Ocupação territorial 1950-1990	163
Mapa 13 - Lugares de nascimento 1987-1988.....	165
Mapa 14 - Pesca e locais de reprodução de peixes.....	199
Mapa 15 - Áreas de Caça.....	209
Mapa 16 - Áreas de extração de copaíba	232
Mapa 17 - Áreas de extração de recursos madeireiros e não madeireiros.....	233
Mapa 18 - Palmeiras	275
Mapa 19 - Castanhais	279
Mapa 20 - Principais áreas de ameaças à TI Curara.....	300
Mapa 21 - Principais áreas de ameaças à TI Curara.....	300
Mapa 22 - Terras Pretas.....	369
Mapa 23 - Castanhais e Terras Pretas.....	370
Mapa 24 - Lugares de importância cosmológica.....	374
Mapa 25 - Áreas imprescindíveis à reprodução física e cultural.....	377
Mapa 26 - Sobreposições de imóveis de acordo com o CAR	383
Mapa 27 - – Sobreposições de imóveis de acordo com o SIGEF.....	384
Mapa 28 - Sobreposições de Unidades de Conservação	388
Mapa 29 - Sobreposição de Unidade de Conservação na área em estudo.....	395
Mapa 30 - Sobreposição de Gleba Pública na área em estudo denominada Curara Elaborado por Carolina Bocatto Dias de Góes.....	400
Mapa 31 - Sobreposição de imóvel rural particular (SIGEF) na área em estudo Elaborado por Carolina Bocatto Dias de Góes.....	402
Mapa 32 - Distribuição espacial de imóvel rural particular (SIGEF) sobre a área em estudo, por detentor	405
Mapa 33 - Sobreposição de Imóvel rural (CAR) na área em estudo Elaborado por Carolina Bocatto Dias de Góes.....	406
Mapa 34 - Mapa cadastral das ocupações não indígenas levantadas em campo Elaborado por Carolina Bocatto Dias de Góes.....	414
Mapa 35 - Panorama fundiário da região da área em estudo Curara <i>Elaborado por Carolina Bocatto Dias de Góes</i>	440
Mapa 36 - Terra Indígena Curara	445

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Abordagens metodológicas.....	26
Figura 2 - Indígena mura	77
Figura 3 - Portos	132
Figura 4 - Tipos de casas	133
Figura 5 - Fotograma da aldeia Curara.....	138
Figura 6 - Fotograma Aldeia Vista Alegre	141
Figura 7 - Fotograma Aldeia Mirari	143
Figura 8 - Fotograma Aldeia Terra Preta do Uruá.....	145
Figura 9 - Fotograma Aldeia Panela.....	148
Figura 10 - Fotograma da Aldeia Bom Destino	149
Figura 11 - Fotograma da aldeia Biribá.....	151
Figura 12 - Fotograma Comunidade indígena Aruá.....	152
Figura 13 - Fotograma Comunidade indígena Parana para	154
Figura 14 - Fotogramas Comunidade indígena Maiaema	155
Figura 15 - Roças.....	175
Figura 16 - Casa de farinha.....	179
Figura 17 - Tucunaré capturado por criança.....	185
Figura 18 - Peixes conseguidos numa pescaria coletiva.....	186
Figura 19 - Peixes capturados com linha.....	188
Figura 20 - Pesca com arco e flecha	189
Figura 21 – Zagaia - Fotos Alci Albiero Júnior, 2024	190
Figura 22 - Vara.....	191
Figura 23 - Curumim	193
Figura 24 - Curral de pesca	194
Figura 25 - Tartaruga.....	195
Figura 26 - Carne de caça	202
Figura 27 - Moitau	204
Figura 28 - Patrona	206
Figura 29 - Castanhais	211
Figura 30 - Tucumanzal.....	214
Figura 31 - Tipiti de fibras sintéticas.....	220
Figura 32 - Teçumes	221
Figura 33 - Batata manha fã e mingau de cará roxo	236
Figura 34 - - Climograma de séries históricas (1950 – 2023) de temperaturas mínimas e máximas e precipitação da região da TI Curara (Longitude: 61.10W; 60,35L e Latitude: 6.25 S; 5.30 N).....	246
Figura 35 - Vazão média anual do rio Madeira, mensurada na estação Manicoré.....	247
Figura 36 - Série histórica (1967 a 2023) da vazão média, máxima e mínima mensal do rio Madeira, mensurada na estação Manicoré	248
Figura 37 – Igapó - <i>Igapós do rio Matauará. Fotos: Alci Albiero Júnior, 2024.</i>	257
Figura 38 - Região dos lagos	259
Figura 39 - Campos da Natureza	262
Figura 40 - Chavascal.....	270
Figura 41 - Terra Preta.....	283
Figura 42 - Placas indicando propriedades privadas nas margens dos rios Matauará..	290

Figura 43 - Carcaças de anta abatida por invasores na região de Campos de Natureza do lago do Jatuarana	298
Figura 44 - Catitu criado como xerimbabo.....	337
Figura 45 - Crianças mura	347
Figura 46 - – Indígena mura inalando paricá.....	351
Figura 47 - Curral de pesca	365
Figura 48 - Restos cerâmicos em Terras Pretas.....	371

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Localização das Aldeias e Comunidades	130
Tabela 2 - Casas e moradores da Aldeia Curara.....	139
Tabela 3 - Casas e moradores da Aldeia Vista Alegre	142
Tabela 4 - Casas e moradores da Aldeia Mirari	144
Tabela 5 - Casas e moradores da Aldeia Terra Preta do Uruá.....	146
Tabela 6 - Casas e moradores da Aldeia Panela.....	148
Tabela 7 - Casas e moradores da Aldeia Bom Destino	150
Tabela 8 - Casas e moradores da Aldeia Biribá	152
Tabela 9 - Casas e moradores da Comunidade indígena Arauá	153
Tabela 10 - Casas e moradores da Comunidade indígena Paranapara	154
Tabela 11 - Casas e moradores da Comunidade indígena Maiaema	156
Tabela 12 - Calendário mura e suas atividades produtivas	171
Tabela 13 - Variedades de mandioca para farinha	178
Tabela 14 - Principais produtos das roças, quintais e sítios	184
Tabela 15 - Lista de espécies de peixes	187
Tabela 16 - Lista de espécies de animais de caça.....	201
Tabela 17 - Listas de medicinas vegetais destacadas pelos Mura da TI Curara.....	218
Tabela 18 - Listas de medicinas animais destacadas pelos Mura da TI Curara	219
Tabela 19 - Lista de espécies vegetais destacadas pelos Mura da TI Curara durante as atividades de campo.....	229
Tabela 20 - Rios e Lagos da TI Curara.....	312
Tabela 21 - Áreas de mata (M), capoeiras (C), terras pretas (TP) e campos de natureza (CN) com significativa importância na conservação de recursos florestais.....	315
Tabela 22 - Principais lugares de pesca por aldeia e comunidade.....	317
Tabela 23 - Principais lugares de caça por aldeia e comunidade	319
Tabela 24 - Principais castanhais por aldeia e comunidade	321
Tabela 25 - Principais áreas de palmeiras por aldeia e comunidade	323
Tabela 26 - Castanhais.....	363
Tabela 27 - Cemitérios	364
Tabela 28 - Sítios Arqueológicos	368
Tabela 29 - Residências de Donos do mato e do rio	373
Tabela 30 - Bases de dados utilizados na análise fundiária de gabinete	392
Tabela 31 - Categorias fundiárias incidentes sobre a área em estudo denominada Curara	394
Tabela 32 - Dados administrativos e normativos da FLONA do Aripuanã - Fonte: Instituto Socioambiental (ISA), Programa de Monitoramento de Áreas Protegidas....	396

Tabela 33 - Dados administrativos e normativos da REBio do Manicoré	397
Tabela 34 - - Informações relacionadas ao registro de Gleba Pública sobreposta à área em estudo denominada Curara	399
Tabela 35 - Áreas e percentuais de sobreposição entre a área em estudo denominada Curara e Glebas Públicas	399
Tabela 36 - Síntese das sobreposições de imóveis rurais registrados no SIGEF na área em estudo Curara	401
Tabela 37 - Classificação dos imóveis rurais particulares (SIGEF) sobrepostos à área em estudo denominada Curara conforme seu tamanho	403
Tabela 38 - Ranqueamento de imóvel rural particular (SIGEF) pela área do imóvel e por detentor	404
Tabela 39 - Classificação dos imóveis rurais (CAR) sobrepostos à área em estudo denominada Curara conforme seu tamanho	407
Tabela 40 - Número de imóvel (CAR) sobrepostos à área em estudo denominada Curara conforme situação e condição cadastral no SICAR	408
Tabela 41 - Imóveis com múltiplos titulares cadastrados no SICAR.....	409
Tabela 42 - Titulares com múltiplos registros no SICAR identificados na área em estudo	410
Tabela 43 - Ranqueamento de imóveis rurais particulares (SIGEF) por área e titularidade do cadastro no SICAR.....	410
Tabela 44 - Imóveis e titulares identificados como associados à APAFUS.....	412
Tabela 46 - Lista consolidada esses ocupantes e imóveis	418
Tabela 47 - Informações cartoriais vinculadas aos ocupantes não indígenas.....	429
Tabela 48 - Relação dos ocupantes não indígenas x realização da citação	437
Tabela 49 - Áreas e percentuais de sobreposição das categorias fundiárias incidentes sobre a área em estudo denominada Curara - Elaborado por Carolina Bocatto Dias de Góes	437

LISTA DE SIGLAS

BCE- Antes da Era Comum (*Before Common Era*)

CAR- Cadastro Ambiental Rural

CCR- Câmara de Coordenação e Revisão (MPF)

CE- Era Comum (*Common Era*)

CF- Constituição Federal

CGID – Coordenação Geral de Identificação e Delimitação (FUNAI)

CGIIRC - Coordenação de Índios Isolados e de Recente Contato (FUNAI)

CIMI – Centro Indigenista Missionário

CNFP - Cadastro Nacional de Florestas Públicas

CNUC - Cadastro Nacional de Unidades de Conservação

CR MAO- Coordenação Regional Manaus (FUNAI)

DAF- Diretoria de Assuntos Fundiários (FUNAI)

DEPCONSU- Departamento de Consultoria (PGF)

DOU - Diário Oficial da União

DPT- Diretoria de Proteção Territorial

FEPI-AM - Fundação Estadual dos Povos Indígenas do Amazonas

FINATEC – Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos

FLONA- Floresta Nacional

FUNAI – Fundação Nacional dos Povos Indígenas

GT- Grupo Técnico

ICMBio- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

INCRA- Instituto nacional de Colonização e Reforma Agrária

INPE- Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

IPAAM- Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas

ISA- Instituto Socioambiental

ITEAM- Instituto de Terras do Amazonas

LF - Levantamento Fundiário

LO- Licença de Operação

MAPI - Monitoramento das Ameaças aos Povos Indígenas Isolados

MJ- Ministério da Justiça

MMA - Ministério do Meio Ambiente

MPF- Ministério Público Federal

OPITTAMPP- Organização dos Povos Indígenas Torá, Tenharin, Apurinã, Mura, Parintintin e Pirahã

PA- Projeto de Assentamento

PAE- Projeto de Assentamento Extrativista

PFE- Procuradoria Federal Especializada

PGF- Procuradoria Geral Federal

PPTAL- Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal

PRODES- Programa de Cálculo do Desflorestamento da Amazônia (INPE)

RCID- Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação

RCLF - Relatório Circunstanciado de Levantamento Fundiário

RDS- Reserva de Desenvolvimento sustentável

REBio- Reserva Biológica

SECT - Secretaria de Estado das Cidades e Territórios

SEGAT- Secretaria de Gestão Ambiental e Territorial (FUNAI)

SFB - Serviço Florestal Brasileiro

SICAR - Sistema de Cadastro Ambiental Rural

SIGEF- Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal

SII- Sistema Indigenista de Informações (FUNAI)

SIPRA - Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária

SISAI - Sistema de Atenção em Saúde Indígena

SNCI - Sistema Nacional de Cadastro Imobiliário Rural

SNCR- Sistema Nacional de Cadastro Rural (INCRA)

SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação

SPI- Serviço de Proteção aos Índios

SPILTN- Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais

TI- Terra Indígena

UC- Unidade de Conservação

INTRODUÇÃO

Este Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação se refere ao produto final da consultoria contratada pela Fundação de Empreendimento Científicos e Tecnológicos (FINATEC), Contrato de Prestação de Serviços Técnicos especializados N° 030/2024, no âmbito do Acordo de Cooperação entre a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) e FINATEC, publicado no Diário Oficial da União em 21.3.2024, fruto de uma parceria oficial entre a sociedade civil e o Estado brasileiro, visando estabelecer apoio ao processo de regularização fundiária de terras indígenas e ordenamento territorial. O produto final da consultoria foi a realização dos estudos antropológicos destinados à elaboração do Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Curara, localizada nos rios Maturá e Uruá, afluentes do rio Madeira, nos Municípios de Manicoré e Novo Aripuanã, Amazonas (AM), e na qual habitam indígenas do povo Mura. Este relatório final foi elaborado a partir de material bibliográfico, etnográfico e ecológico, com os dados levantados em campo e pesquisa bibliográfica.

O Grupo Técnico multidisciplinar constituído pela Portaria da FUNAI N°. 1.042, de 28 de junho de 2024, para realizar os estudos técnicos de natureza antropológica, etno-histórica, sociológica, jurídica, cartográfica e ambiental para a identificação e delimitação da Terra Indígena Curara está formado por Luis Abraham Cayón Durán (Antropólogo), Alci Albiero Jr. (Ambientalista), Maurice Seiji Tomioka Nilsson (Cartógrafo) e Amanda Elias Alves (Cartógrafa colaboradora). O GT realizou trabalho de campo entre 7 de julho e 3 de agosto de 2024 e visitou as aldeias e comunidades indígenas nos rios Maturá e Uruá.

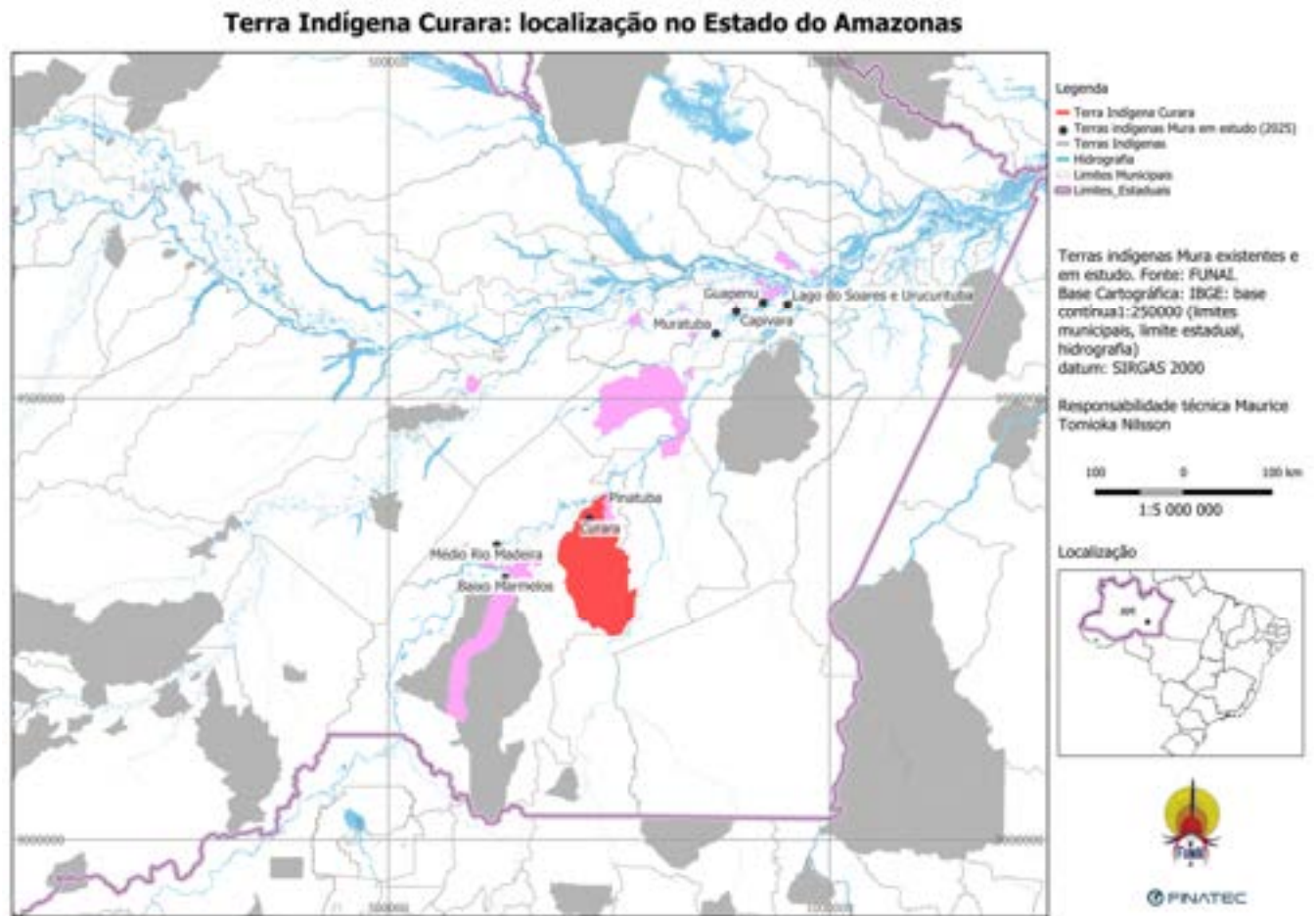
Apresentação geral da área

A TI Curara se localiza nos municípios de Manicoré e Novo Aripuanã na região sudeste do estado do Amazonas (Mapa 1), e compreende uma área de 872.692 hectares que cobrem quase a totalidade do sistema hidrográfico do rio Maturá e seus principais afluentes, os rios Uruá e Curara, e as suas áreas de cabeceiras (Mapa 2). A esta TI se sobrepõem 2 Unidades de Conservação (UC) na sua parte sul, a Floresta Nacional do Aripuanã com 106.680 mil hectares, equivalentes a 12% da área, e a Reserva Biológica do Manicoré com 92 mil hectares, equivalentes a 10,6%. Na porção leste limita com a RDS Juma e a TI Pinatuba, sem se sobrepor a essas.

O rio Maturá é um afluente da margem sul do rio Madeira e a TI está situada na parte média deste grande rio. O acesso a esta TI é exclusivamente por navegação e a foz do Maturá se encontra a um pouco mais de uma hora, em lancha de 2 motores de 150 hp, a jusante da cidade de Manicoré. A parte alta do Maturá pode ser alcançada por uma estrada de chão que sai da cidade e pela qual pescadores e caçadores ilegais invadem este território indígena.

A TI Curara é habitada pelo povo Mura e tem uma população de aproximadamente 500 pessoas, distribuídas em 7 aldeias e 3 comunidades indígenas. A diferença entre aldeia e comunidade indígena é que as primeiras têm um cacique como liderança e possuem escolas, enquanto as segundas não têm, o que as torna dependentes institucionalmente falando de uma aldeia próxima. As aldeias são Curara, Mirari, Vista Alegre, Terra Preta do Uruá, Panela, Bom Destino e Biribá, e as três pequenas comunidades indígenas são Parapara, ligada à aldeia Terra Preta do Uruá, Arauá e Maiema. Deste grupo de aldeias as maiores são Curara e Terra Preta do Uruá, onde se concentra cerca de 60% da população da TI (Mapa 3)

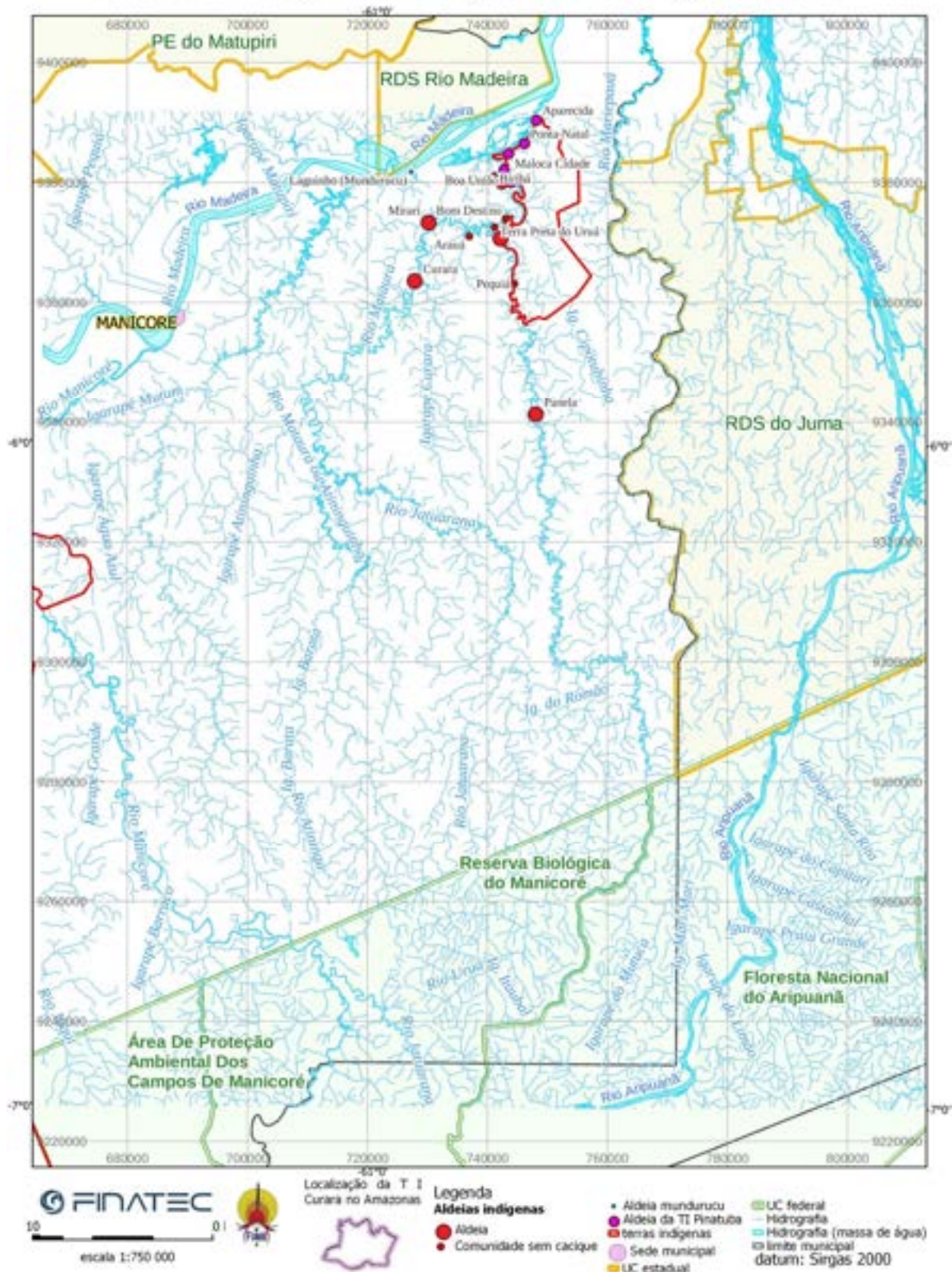
MAPA 1- Localização da área de estudo no Estado do Amazonas



Mapa 1 - Localização da área de estudo no Estado do Amazonas

MAPA 2- Área em estudo

Área de estudo para delimitação da Terra Indígena Curara



Mapa 2 - Área de estudo

Terra Indígena Curara
 Detalhe: Aldeias



Presença de índios isolados na TI Curara

Existem algumas informações sobre a possível presença de índios isolados na TI Curara, mas ainda sem confirmação. Nos relatos locais, os índios isolados são chamados de “Jumas” e se pensa com temor sobre eles, já que este termo mistura a ideia de um indígena isolado, velho e abandonado, que pode se transformar em um ser monstruoso que pode atacar e matar os caçadores nas expedições de caça ou deixa-los atordoados com seus gritos para que se percam na mata. Nesse sentido, os “Jumas” fazem parte do imaginário cotidiano dos Mura e é necessário tomar prevenções, como rezas e banhos de ervas, para afastá-los nas saídas à mata. Na atualidade, às vezes, algumas pessoas escutam seus gritos durante as expedições de caça em locais pouco frequentados do território tradicionalmente ocupado e/ou evitam entrar nas áreas onde supõem que têm “Jumas”. Os Mura mais velhos afirmam que seus avôs comentaram que havia uma grande população indígena vivendo nas áreas das cabeceiras dos rios Maturá e Uruá e que provavelmente a maioria morreu por epidemias, embora alguns sobreviveram. Também comentam que alguns deslocamentos dos seus pais para caçar ou em procura de castanha e madeira na região do Lago do Maturá, nas cabeceiras do rio, encontraram alguns rastros como pedaços de flechas e cascos de tartaruga queimados, atribuindo estas evidências à presença dos “Jumas”. O único contato direto que escutamos no campo ocorreu uns 50 anos atrás no Igarapé Pé Branco, afluente do Maturá, quando um índio isolado foi visto quebrando castanha e atiraram nele com uma espingarda, sem ter certeza de se foi ou não atingido. Além do Lago do Maturá e o Igarapé Pé Branco, na toponímia local existe o Igarapé do Juma no rio Atininguinha, nas cabeceiras do Maturá.

Nos registros da Coordenação de Índios Isolados e de Recente Contato (CGIIRC) da FUNAI existe o Registro Nº 84 Manicorezinho (AM), de 22 agosto de 2011 (MEMO Nº 072/FPEMAD/CGIIRC), onde se relatam dois avistamentos de índios isolados, um no rio Manicorezinho e outro no rio Jatuarana, afluente da margem direita do rio Manicoré. Um homem chamado Elias realizava pesquisa de áreas de garimpo junto com um grupo de amigos no rio Manicorezinho e viram um grupo de índios isolados de umas 8 pessoas, homens e mulheres. Os homens usavam estojos penianos e usavam uma “espécie de lança o zagaia”, se retirando pacificamente para a mata quando perceberam a presença dos garimpeiros, os quais também se afastaram do local. O outro avistamento foi reportado pelo Sr. Beron, que relatou que um amigo seu, o Sr. João, encontrou perto da localidade Prainha no rio Jatuarana “um caminho com quebradas estranhas às que ele conhecia” e

se “deparou com vestígios, e então conversou com um seringueiro da região” que “confirmou a presença de índios naquela região”. A partir dos relatos sobre os avistamentos, o servidor da Frente de Proteção Etnoambiental Madeira afirma: “Levando em consideração os relatos, a região compreende o polígono BR 230 e os rios Manicoré e Aripuanã até a foz com o Jatuarana, este afluente da margem direita do Manicoré e as cabeceiras do rio Uruá afluente do Aripuanã”. Portanto, parte desta localização se encontra nas áreas de sobreposição da Reserva Biológica do Manicoré e da Floresta Nacional do Aripuanã com a TI Curara.

Esta referência aparece como “Isolados do Manicorezinho” na Plataforma de Monitoramento das Ameaças aos Povos Indígenas Isolados (MAPI), referenciada como número 84, e no Registro dos Povos Isolados na Amazônia Brasileira do Instituto Socioambiental (ISA), onde recebe o número 74. Existe mais uma informação sobre índios isolados na TI Curara nos relatórios sobre *Violência contra os Povos Indígenas no Brasil* (2019), do Centro Indigenista Missionário (CIMI), que recebe o número 24 e é chamada de “Isolados do rio Maturá”. Sobre esta informação apenas se diz que foi reportada a presença de indígenas isolados dentro e fora da TI Pinatuba pelos habitantes da aldeia Tracua e se aponta o potencial conflito entre os Mura e os isolados. A localização desta referência faz supor a presença de índios isolados na área de interflúvio entre os rios Maturá, Uruá e Mariepaua, em parte da área limítrofe entre as TI Curara e Pinatuba.

Embora não exista ainda confirmação pela CGIIRC, e considerando tanto a boa conservação da floresta na TI Curara como as referências orais dos Mura sobre os “Jumas”, é bastante plausível a presença de índios isolados nesta TI, em especial nas áreas de cabeceiras dos rios Maturá e Uruá, bastante próximas do interflúvio entre os rios Manicoré e Aripuanã, onde a Flona do Aripuanã e a ResBio do Manicoré se sobrepõem com a TI Curara, assim como na região de interflúvio entre os rios Maturá, Uruá e Mariepaua. Caso se confirme a presença de índios isolados na TI Curara, devem ser tomadas medidas de proteção imediatas já que os pontos de invasão da TI Curara chegam diretamente na parte alta do rio Maturá, e desde ali são facilmente acessíveis as cabeceiras por onde se movimentariam os isolados.

Metodologias

O início dos trabalhos em cada localidade foi aberto com uma reunião comunitária na qual explicaram-se os procedimentos a serem seguidos para os estudos, conforme a legislação vigente, e abriu-se um amplo espaço de conversa para prestar esclarecimentos assim como para fazer e responder diversas dúvidas e perguntas. Para a realização dos estudos utilizaram-se várias aproximações metodológicas, usando tanto material bibliográfico como dados primários colhidos no trabalho de campo. Em campo realizamos mapeamento comunitário, ou etnomapeamento, para a descrição e análise das dimensões territoriais desta nova Terra Indígena assim como entrevistamos individualmente lideranças que explicaram sobre o processo político de reivindicação fundiária, os diversos conflitos e invasões na terra, os aspectos históricos locais e as memórias sobre ancestralidade e ocupação tradicional indígena. Também realizamos levantamentos de parentesco e organização social por meio de entrevistas coletivas e individuais durante as visitas às localidades, assim como fizemos oficinas comunitárias conversando sobre dimensões culturais e conhecimentos tradicionais de homens e mulheres. Mais especificamente, para a Parte 1 se realizou pesquisa bibliográfica sobre a etnografia e etno-história da região, usando principalmente fontes primárias e pesquisas especializadas na região para serem analisadas sob um prisma etnológico centrado nas temáticas das relações interétnicas, construções sobre a identidade étnica, continuidades e mudanças socioculturais relacionadas com os sucessivos auges extrativistas e a ocupação colonial, e os mecanismos de usurpação de terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas. A Parte 2 envolveu o levantamento de genealogias das aldeias, as quais se seguiram análises desde as teorias antropológicas do parentesco. Para as partes 3 e 4 se usaram várias perspectivas metodológicas, em especial o etnomapeamento, técnica de mapeamento participativo das áreas de relevância ambiental, sociocultural e produtiva para os povos indígenas na qual os próprios habitantes do local contribuem com seus conhecimentos para construir o mapa. Também foram realizadas entrevistas e caminhadas por diferentes áreas produtivas, nas roças e no mato, assim como se organizou uma expedição às cabeceiras do Maturá (rios Atininguinha e Jatuarana), onde o ambientalista acompanhado por 10 homens da aldeia Curara viajaram por 3 dias para identificar lugares importantes ecológica e culturalmente da TI (FIGURA 1). Para a Parte 5 se realizaram entrevistas etnográficas coletivas e individuais, com homens e mulheres, acerca de diversos temas culturais, seguindo as indicações dos moradores da TI Curara.

A Parte 6 é produto do trabalho do GT de levantamento fundiário e a Parte 7 é produto do trabalho do cartógrafo e do coordenador do GT.

Figura 1 - Abordagens metodológicas



Atividades de Etnomapeamento nas comunidades da TI Curara. Fotos: Alci Albiero Júnior, 2024.





Rotas pelos caminhos fluviais e caminhadas pelas matas e capoeiras. Fotos: Alci Albiero Júnior, 2024.





*Expedição para as cabeceiras do rio Atininguinha e Jatuarana.
Fotos: Alci Albiero Júnior, 2024.*

Fundamentação legal

Este Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação fundamenta-se legalmente na legislação vigente. De acordo com o Artigo 231 da Constituição Federal de 1988:

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§ 1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

§ 2º As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

§ 4º As terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis.

§ 6º São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa fé.

Deste modo, a Constituição Federal de 1988 reconhece aos povos indígenas o direito de manterem sua cultura própria e diferenciada, segundo seus usos, tradições e costumes, assim como os direitos originários sobre seus territórios ocupados tradicionalmente. Ao reconhecer estes direitos como originários significa que esses são anteriores à Constituição e ao Estado Brasileiro.

O Decreto n.º 1775 de 1996 estabelece o procedimento administrativo para a demarcação de Terras Indígenas, atribuindo ao órgão federal de assistência ao índio a

responsabilidade administrativa e a iniciativa para demarcar as terras. Para isso deve constituir Grupos Técnicos qualificados para realizar os estudos e que devem apresentar como resultado um Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação (RCID), como institui o Parágrafo 6 do Artigo 2 deste Decreto. A legislação que estabelece as regras de elaboração do RCID está contida na Portaria do Ministério da Justiça (MJ) n.º 14 de 1996. Este relatório também seguirá as determinações constantes na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, promulgada pelo Brasil por meio do Decreto Nº 5.041, de 19 de abril de 2004, que reconhece a auto-identificação como elemento fundamental da identidade indígena de um povo.

Outras normativas indispensáveis para este RCID são a Portaria do MJ Nº 2498/2011 relativas ao levantamento fundiário e a Lei n.º 14.701/2023 que regulamenta o Art. 231 da Constituição Federal. O RCID segue também as orientações dispostas pela FUNAI em: “Manual de Procedimentos Técnico-Cartográficos para Delimitação de Terras Indígenas” (2008), “Orientações Básicas para a Caracterização Ambiental das Terras Indígenas em Estudo” (2013) e “orientações Básicas para os Estudos de Natureza Fundiária” (2015).

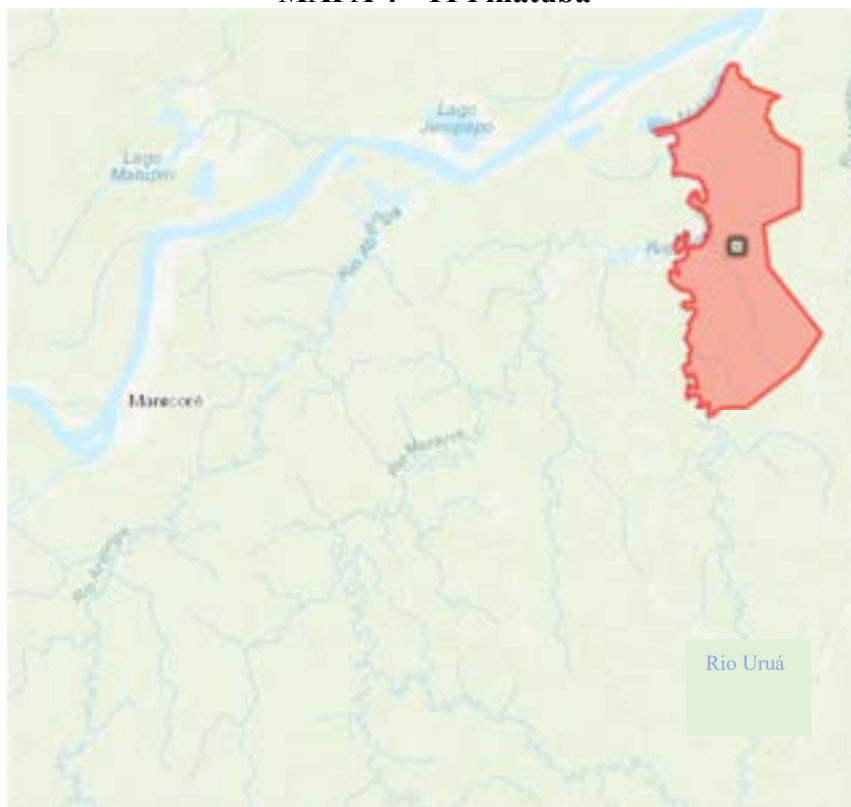
Contextualização da reivindicação fundiária

A TI Curara tem uma longa ocupação tradicional indígena, demonstrada pela grande quantidade de sítios arqueológicos associadas a áreas de terras pretas antropogênicas, e ao imenso número de castanhais presentes, sendo predominantemente resultado de processos bioculturais que configuram e selecionam a paisagem. Os primeiros relatos sobre os seus moradores remontam ao final do século XVII, já que no rio Maturá foi constituída a primeira missão jesuíta do rio Madeira. Durante os séculos seguintes a presença mura na área continuou intensa e foi marcada por diversos conflitos que atingiram demográfica e culturalmente os Mura, os quais perderam a sua língua, adotaram a agricultura da mandioca e se converteram ao Catolicismo popular amazônico. Com a exploração da borracha e da castanha nos inícios do século XX, suas terras foram usurpadas por pessoas de fora, que instauraram o sistema de aviamento e promoveram a inserção dos indígenas na economia regional; desde essa época também, vários moradores de outras regiões do Brasil, em especial nordestinos, foram morar na TI e se casaram com mulheres mura. No final do século XX, empreendimentos de extrativismo de madeira de lei atingiram fortemente a TI Curara, causando desmatamento e afetando a quantidade de

peixes e animais de caça disponíveis para os indígenas. Naquele momento, a FUNAI realizou a delimitação e demarcação da TI Pinatuba no rio Maturá, TI homologada em 2001 e que conta com uma extensão de 29.564 hectares. Os habitantes da TI Curara ficaram de fora na demarcação da TI Pinatuba e observaram que nas últimas décadas têm aumentado as invasões por parte de madeireiros, caçadores e pescadores ilegais que ameaçam os indígenas e exploram predatoriamente os recursos da TI, causando dificuldades para o sustento das famílias e da sua qualidade de vida. Com o intuito de buscar uma vida segura e o bem-estar das suas famílias, a aldeia Curara iniciou um processo de reivindicação de Terra Indígena frente à FUNAI em 2001. Enquanto a aldeia Terra Preta do Uruá o fez em 2002. Esses pedidos ficaram estagnados por mais de 20 anos e só agora conseguiram ser atendidos com a constituição deste GT. É importante enfatizar que as reivindicações em estudo neste relatório **não** são uma revisão de limites da TI Pinatuba, mas um outro processo fundiário.

Para entender o contexto desta reivindicação é necessário levar em conta que na margem direita do rio Maturá, descendo em direção à sua foz, e acompanhando uma parte do rio Uruá desde a sua boca e pela margem direita, está a TI Pinatuba com uma extensão de 29.564 hectares e que foi homologada em dezembro de 2001. As reivindicações por esta TI começaram no ano de 1993 quando os Mura solicitaram apoio do órgão indigenista para resolver problemas com invasores de terras. Nesse ano, a FUNAI mandou o funcionário Sebastião Carlos Baptista, quem fez um levantamento preliminar da área, seus habitantes e conflitos, e recomendou a criação urgente de um GT de identificação e delimitação. A FUNAI enviou o GT, coordenado pela antropóloga Eliane da Silva Souza em 1996. Após a demarcação da TI Pinatuba (MAPA 4), os Mura que habitam em áreas não contempladas dos rios Maturá e Uruá durante os estudos de identificação e delimitação da TI Pinatuba sentiram que suas terras de ocupação tradicional poderiam estar em perigo por causa dos invasores.

MAPA 4 - TI Pinatuba



Mapa 4 - TI Pinatuba

Consultado em <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/4091>

Em 20 de abril de 2001, o Administrador Executivo Regional da FUNAI em Manaus enviou o MEMO N°. 54/DFU/ERA/MAO à Diretoria de Assuntos Fundiários (DAF) encaminhando uma carta dos moradores da localidade Curara reivindicando a demarcação da terra indígena. O funcionário solicitou a inclusão desta demanda na listagem de terras indígenas a identificar. Dois anos depois, em 15 de maio de 2003, o Coordenador Geral da Organização dos Povos Indígenas Torá, Tenharin, Apurinã, Mura, Parintintin e Pirahã (OPITTAMPP) enviou o Ofício N°. 030/OPITTAMPP-03 ao Diretor da DAF encaminhando diversos documentos reivindicatórios de vários povos indígenas dos Municípios de Manicoré e Humaitá solicitando a criação de vários GT's de identificação, entre eles a TI Curara. A DAF tomou conhecimento do assunto e, em 14 de agosto de 2003, a antropóloga Eliane da Silva Souza Pequeno, que fez a identificação e delimitação da TI Pinatuba, emitiu o Parecer 113/CGID no qual conclui que:

“Considerando que a reivindicação indígena Mura sobre a TI Curara, área de habitação permanente, é legítima e que está confirmada tanto pelas referências bibliográficas quanto pelos levantamentos de dados e informações preliminares

em campo, indicamos a inclusão da mesma na programação de identificação e delimitação da Diretoria de Assuntos Fundiários/DAF para o próximo exercício”.

Há um vazio na documentação por mais dois anos, até que no dia 9 de dezembro de 2005 chega na DAF um novo ofício da OPITTAMPP (Ofício Nº. 113/OPITTAMPP-05) solicitando em caráter de urgência a criação de GT's para a identificação das Terras Indígenas dos povos Mura, Torá e Munduruku da região de Manicoré. Na carta anexa afirmam: “O Território de ocupação Tradicional do Povo Mura da aldeia Curara localizada a margem direita do Rio Maturá, vem sendo constantemente ameaçado por invasores do tipo: **caçadores, pescadores, extrativistas e empresa madeireira (GETHAL)**¹” (ênfase no original).

Após esta manifestação, no dossiê sobre a reivindicação da TI Curara há um vácuo de quase 6 anos, salvo por uma Declaração emitida em 10 de março de 2010 pela Coordenadoria Regional da FUNAI em Manaus em que se informa às autoridades do Estado do Amazonas e da Prefeitura de Manicoré que:

“a gleba denominada CURARA, localizada nas Margens direita do Rio Maturá, é de ocupação tradicional dos índios Mura, que lá residem há mais de 100 anos, que, portanto, de acordo com o Artigo 231 da CF/88 se trata de terra de ocupação tradicional indígena e que a mesma já se encontra inscrita no SISTEMA DE TERRAS INDÍGENAS da FUNAI/BSB, sob o Nº 389-18/05/2007, aguardando somente o início do processo demarcatório” .

Em 23 de agosto de 2011, a Coordenação Geral de Identificação e Delimitação (CGID) recebe o ofício Nº.0336/2011GP-ITEAM remitido pelo Chefe de Serviço de Monitoramento Ambiental e Territorial da FUNAI de Manaus, no qual o Chefe do Instituto de Terras do Amazonas (ITEAM) solicita manifestação sobre o interesse da FUNAI em criar uma “Reserva Indígena” na margem direita do Maturá [aldeia Curara] já que

“até a presente data, nada consta em nossos acervos cartográficos sobre a área, que atualmente é reivindicada pelo Povo Mura como “Terra Indígena” por eles habitada, a não ser que se trata de terras de propriedade do Estado do Amazonas – GLEBA MUNDO NOVO, matrícula No. 723, livros 2-3, folhas 285, cartório do 1º Ofício da Comarca de Manicoré, em 10/03/1982”,

¹ Gethal Amazonas S.A. Indústria de Madeiras Compensadas

e sugere que caso seja terra indígena se faça um acordo de convivência entre as partes. A FUNAI respondeu no Ofício Nº 838/DPT/2012 de 19 de setembro de 2012 informando que “oportunamente realizaremos os estudos necessários à identificação e delimitação da área, em conformidade com a legislação vigente”.

Esta consulta do ITEAM estava relacionada com um processo de Reintegração de Posse na 1ª Vara da Comarca de Manicoré, instaurado em 2010 (**Autos Nº065/2011**) pelo Sr. Rosival Passos da Fonseca contra vários habitantes da aldeia Curara. Fonseca afirmava ser o dono do imóvel “Boa Esperança”, com uma área de 500.000 hectares, na margem direita do rio Maturá e que tinha um título de posse por simples ocupação obtido junto ao Governo do Estado do Amazonas em 30/08/2006 e cadastrado no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) do INCRA. Na petição, solicitou garantir seu direito de efetuar exploração florestal por meio da Licença de Operação – LO Nº 277/2009, emitida pelo Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas (IPAAM) em 24/06/2009, para realizar um Plano de Manejo Florestal Sustentável de Pequena Escala, pois no ano de 2010 lhe foram queimadas 600 pranchas de madeira no local por “pessoas que se diziam indígenas (grupo com mais de 20 pessoas)... [que] estavam armadas com facão, terçado, zagaia, arpão e espingarda”, ameaçando o Requerente. Fonseca acrescentou que “o grupo de vândalos que ateou fogo na madeira do Requerente estaria a mando do Sr. Valmir, Chefe do Posto da FUNAI do Município de Manicoré”. Na documentação anexada apresentou a renovação do Título Provisório de Posse de Nº 001845 pelo ITEAM em 15/07/2008 e o Ofício Nº 0012/2010/INCRA/SR(15)/AM/F de 24 março de 2010 que afirmam que o imóvel rural foi cadastrado inicialmente no SNCR em 06/07/1978 pelo Sr. Osmar Lelis da Fonseca e transferido ao Requerente em 14/11/2007, especificando que a área se encontra na Gleba Mundo Novo “não incidindo segundo a nossa base cartográfica em terras indígenas”.

Incluiu no processo a Certidão de Ocorrência Nº 199/2010, de 6 de junho de 2010, na qual disse à Polícia Civil que “provavelmente no mês de março do corrente ano, seu barco foi retido pelos indígenas MURA, os quais pertencem a uma reserva dista[n]te da comunidade do comunicante cerca de uns 20 KM”. Fonseca foi até a Defensoria Pública em Manaus e em 15/06/2010 abriu-se o processo Nº2010/007-01230 em que se afirma que o incêndio das pranchas de madeira ocorreu entre 4 e 5 de junho desse ano por “pessoas dizendo-se ser indígenas” armadas e que ele

“questiona o fato daquelas pessoas serem índios, uma vez que além de não possuírem traços característicos típico do índio não dominam a língua indígena, falando fluente a língua portuguesa, ressalta-se que se faz necessário mencionar esse fato, uma vez que pessoas podem estar usando a identidade indígena para fomentar conflitos naquela área”.

Fonseca se contradiz nos seus depoimentos nas instituições, pois com poucos dias de diferença ora disse que os atacantes são índios Mura, ora disse que são impostores. Nos documentos há também um relatório solicitado pelo ITEAM em junho de 2010, no qual um grupo técnico foi até a área e concluiu: **“Da terra indígena CURARA: não existe a terra indígena CURARA demarcada, o que existe é um pedido dos moradores para se criar essa nova reserva, portanto se for criada essa reserva indígena aí sim, a propriedade do senhor Hugo dos Santos Fonseca estará inserida nessa área como mostra o croqui em anexo”**. Indica também que a área está a 17.467 metros da “reserva **Pinatuba** demarcada pela FUNAI, portanto está fora da área de amortecimento de reserva indígena”.

O juiz de Manicoré enviou uma intimação aos Requeridos por meio do Ofício N° 253/2010-1ª Vara em 27 de outubro de 2010 para apresentarem a sua versão dos fatos. Em julho de 2011 o juiz emitiu mandados para realizar uma audiência e encaminhou uma solicitação para a FUNAI local (Ofício N° 315/2011). O Coordenador da FUNAI pediu o adiamento da audiência argumentando que a distância da aldeia e a falta de transporte fluvial impediam o comparecimento dos Requeridos na data marcada. Aparentemente a audiência não foi adiada, pois uma semana depois, em 18 de julho de 2011, o juiz outorgou um pedido de liminar de reintegração de posse a favor de Fonseca (Ação de Reintegração de Posse N° 065/2011), pois “eis que os requeridos invadiram a terra e estão desmatando sem qualquer controle”, e determinou que os requeridos desocupem o imóvel num prazo de 24 horas sob pena de configurar crime de desobediência, autorizando o uso de força policial se for necessário. Em 25 de julho de 2011, a Coordenação Local da FUNAI enviou ao juiz o Ofício N° 006/2011/CTL/FUNAI/MANICORÉ/CR/MANAUAS acusando recebimento dos Autos de Reintegração de Posse para Fonseca, mas disse “que se trata dos **Direitos difusos e coletivos dos Povos Indígenas**, e estou enviando cópias dos Autos pendentes para a Justiça Federal que é a esfera legal”. Após esta manifestação, o processo ficou parado por alguns anos.

O Diretor de Proteção Territorial (DPT) da FUNAI, em Brasília, recebeu em 19 de janeiro de 2015, o Ofício N° 025/2015/5 Ofício Cível/PR/AM do Ministério Público do Estado do Amazonas solicitando no prazo de 10 dias a apresentação de informações

sobre o processo de demarcação da “terra indígena Aldeia Curara” para esclarecer questões relativas ao processo de reintegração de posse. Em 12 de março o Procurador Fernando Merloto Soave entrou em contato de novo com a DPT, via Ofício Nº. 22/2015/PFE/FUNAI/AM/AGU/AVRC, mostrando uma visão geral sobre a documentação do pedido de reintegração de posse e as discordâncias entre os envolvidos. Em outras palavras, perguntou se o imóvel “Boa Esperança” estava ou não em terra indígena, e pediu à FUNAI um posicionamento. O Diretor da DPT respondeu ao Procurador no Ofício Nº 198/DPT/2015, de 17 de março de 2015, que a reivindicação se encontra em *qualificação*, que é necessário aprofundar as informações para subsidiar um GT de identificação e anexou o Memorando Nº 010/CTL/2012 da FUNAI local onde estão as informações mais completas sobre o assunto. No Memorando se explica que:

“1- A aldeia Curara está localizada nas margens do rio Maturá, composta por 20 famílias, totalizando 110 pessoas;

2- Essas famílias são remanescentes do povo mura e tem toda a sua história tradicional nesta localidade, onde desde seus antepassados desenvolvem suas atividades físicas, econômicas, culturais e religiosas;

3- Em 2000, com o processo de demarcação física da Terra Indígena Pinatuba, esses indígenas sentiram-se ameaçados devido ficar fora do perímetro da referida terra. Mas com o fortalecimento e a organização do movimento indígena nesta região, foi um dos principais temas que foi pautado pelos indígenas a luta pelo reconhecimento físico da terra;

4- Em 2001, os indígenas na II Assembleia Geral da OPITTAMPPP, reivindicam da FUNAI a delimitação física da sua terra em vista que de um lado os indígenas tinham o domínio por se tratar de territórios de ocupação tradicional e na outra margem pertencia a empresa GETHAL/AS, cuja mesma explorou a terra por mais de dez anos;

5- A localidade denominada Boa Esperança, que hoje através de um título provisório pertence à família Passos da Fonseca, cuja coordenada geográfica é S 05.74234° W 060.93329° é possível observar através das referidas coordenadas que a localidade fica localizada no interior da aldeia”.

O Memorando acrescenta ainda que Ozorildo Passos da Fonseca desde muito tempo explora comercialmente os índios colocando preços absurdos nas mercadorias e que quando não podiam pagar eram insultados e até presos; que Fonseca solicita e ocupa a área de má fé porque sempre soube que era um território indígena; que desde sempre teve o interesse em explorar madeira e derrubou mais de 20 ha matando castanheiras que são importantes para os índios; que pelos trabalhadores levados por Fonseca houve casos de malária, doença nunca registrada no local, e escassez de alimentos. Os habitantes de Curara afirmaram também que Fonseca foi armado até a casa de um morador e o

ameaçou, que não queimaram 600 pranchas de madeira mas apenas 270, e que Fonseca chegou numa embarcação com 15 homens fortemente armados na comunidade para intimidá-los.

No Ofício Nº 230/DPT/2015, de 31 de março de 2015, o Diretor do DPT explica ao Procurador Federal que a reivindicação fundiária da TI Curara está sendo analisada junto com outros 349 pedidos e que um GT de identificação e demarcação será formado oportunamente após a análise. Anexou o ofício Nº 0336/2011GP-ITEAM, acima citado, mas antes o Diretor disse que a construção de um acordo de convivência não é recomendável porque a atividade de extração de madeira causa impactos nos recursos naturais usados pelos indígenas na área, que a FUNAI respondeu ao ITEAM no Ofício Nº 838/DPT/2012, “o que demonstra que o referido instituto tem conhecimento da reivindicação fundiária indígena. Diante do exposto solicitamos a reavaliação do título Provisório de Posse Nº 001845 assim como a licença de exploração expedida pelo Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas (ITEAM)”.

Em 1 de junho de 2015, o Procurador Federal Especializado-FUNAI/AM (Advocacia Geral da União, Procuradoria-Geral Federal) dirige um ofício ao Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Manicoré, relativo ao **Processo 0000919-31.2013.8.04.5600**, informando que a atuação da FUNAI no caso de reintegração de posse é absolutamente legal, pois os interessados se identificam como indígenas, nos termos da Convenção 169 da OIT, “que versa sobre Povos Indígenas e Tribais, promulgada pelo Decreto 5.051/2004, com caráter de norma suprallegal, por versar sobre direitos humanos”. Esclarece que a área em questão, diferentemente da decisão já proferida, coincide com a Aldeia Curara (etnia Mura) como comprovam os documentos da DPT, e que há interesse dos indígenas pelo uso coletivo da área em disputa. O Procurador pede tanto a anulação da decisão liminar do juiz quanto o reconhecimento da não competência da 1ª Vara de Manicoré para atuar no caso, por ser uma questão a ser tratada no âmbito federal na Seção Judiciária do Amazonas.

O Procurador dirige, em 15 de outubro de 2015, um novo Ofício (Nº 782/2015/5º Ofício Cível/PR/AM/SEC.EXT) ao Diretor do DPT pedindo informações sobre o “atual estágio do processo de demarcação da aldeia Curara; bem como informe se há reivindicação de demarcação da aldeia Terra Preta [do Uruá], ou ainda, revisão de limites da terra indígena Pinatuba, de modo a abranger as áreas das aldeias Terra Preta [do Uruá] e Curara”. A inclusão da aldeia Terra Preta do Uruá foi derivada do recebimento de uma declaração feita ao Ministério Público em Manicoré por um representante da aldeia. O

representante afirmou que a demarcação da TI Pinatuba não abrangeu todas as aldeias da área e que as aldeias Terra Preta do Uruá e Curara ficaram de fora; indicou a vulnerabilidade dos indígenas pelas invasões às suas terras com fim de extrair madeira e que havia vários ramais da estrada do Sindicato que dão acesso aos rios Atininga e Maturá, por onde as balsas extraem a madeira. Também fez outras denúncias sobre ameaças e falta de escola e serviços de saúde na área.

Na mesma data, 15/10/2015, o Procurador Merloto Soave instaurou Inquérito Civil para “acompanhar o processo de demarcação das aldeias Curara e Terra Preta [do Uruá], no município de Manicoré/AM” (**Expediente Administrativo – PR/AM 00018107/2015**) pela Portaria Nº 47/2015 5º Ofício Cível/PR/AM, e deu 10 dias de prazo para a DPI/FUNAI prestar informações atualizadas sobre o estágio atual do processo de demarcação da aldeia Curara, que informe se há reivindicação de demarcação da aldeia Terra Preta, e se há solicitação de revisão de limites da TI Pinatuba. No Despacho que acompanha o Expediente Administrativo também consta que o Procurador juntou outros autos que incluem vários Inquéritos Cíveis para apurar as diversas irregularidades denunciadas pelo representante da aldeia, e manifesta que continuará acompanhando o processo de reintegração de posse. Daqui em diante este procedimento administrativo de Inquérito Civil referencia-se como **Autos Nº 1.13.000.001999/2015-95**.

Em 25 de novembro de 2015, a FUNAI registrou o pedido de demarcação das aldeias Curara e Terra Preta em resposta ao Ofício Nº 782/2015 do Procurador, e em 11 de dezembro de 2015, no Ofício 128.8/DPT/2015, o Diretor do DPT comunicou à Procuradoria Geral que ainda não há previsão de constituir um GT para estudar a área Curara/Terra Preta, afirmando que a reivindicação permanece *em qualificação*, ou seja, “em estágio no qual a Funai está aberta a receber documentos e informações preliminares de natureza antropológica, etno-histórica, ambiental, sociológica, fundiária e cartográfica, que serão analisados e sistematizados com o objeto de motivar, oportunamente, a constituição de Grupo Técnico de identificação e delimitação (GT)”. Explica também que no escopo da CR Manaus foram priorizados processos de identificação e delimitação de terras dos Mura iniciados nos anos anteriores, e dentre deles não estão contempladas as demandas de Curara/Terra Preta.

A partir da instauração do Inquérito Civil, a atuação do Ministério Público Federal se desdobrou: de um lado, acompanhou o processo de reintegração de posse, e, do outro, começou demandar da FUNAI uma posição mais firme com relação à demarcação e delimitação da TI. Embora o desenvolvimento dos dois assuntos esteja sobreposto no

tempo, optaremos por ilustra-los de forma separada para facilitar a explicação. Trataremos primeiro do processo de reintegração de posse e depois da interlocução do MPF e a FUNAI, a qual começou a se enredar por dilatações e artimanhas burocráticas do órgão indigenista desde 2019.

Em 25 de julho de 2017, o juiz da 1ª Vara Cível da Comarca de Manicoré, após analisar a documentação e a manifestação da Procuradoria-Geral Federal, declinou da sua competência para processar e julgar o assunto da reintegração de posse de Fonseca, pois o processo é da esfera federal. O Processo passou ao Ministério Público Federal e recebeu o N° **1001615-50.2017.4.01.3200**. No Despacho de 10 de outubro de 2017, o MP pede redistribuição dos Autos pois a matéria do processo deve vincular-se à 6ª CCR/MPF. A Primeira Vara Federal da Seção Judiciária do Amazonas montou os documentos do processo em 12 de dezembro de 2017. Em 18 de março de 2018, o Procurador Merloto Soave enviou uma manifestação à Primeira Vara Federal onde relatou o passo a passo das ações, pedindo que Fonseca comprove o título de propriedade e se for confirmada a localização da comunidade indígena, se intime às partes e a FUNAI com 90 dias de antecedência a Manaus para realizar uma audiência. A oficial de justiça tentou levar a intimação a Fonseca várias vezes e nunca o encontrou, embora tenha se comunicado com ele por telefone, deixando-o ciente da situação e entregue uma cópia da intimação à sua esposa, como afirma na certidão de 22 de abril de 2019. Com a chegada do processo na justiça federal se questionou a legitimidade da demanda e do lugar que deveriam ocupar as partes no litígio, o qual colocou a FUNAI no polo passivo.

Fonseca solicitou auxílio à Defensoria Pública da União, a qual pediu a habilitação no processo na 1ª Vara Federal no PAJ nº 2019/007-02939, em 10 de setembro de 2019. A Defensoria ressaltou que Fonseca afirmou que a propriedade é limítrofe com a empresa GHETAL e que não faz parte da TI Curara, pois os índios que fazem a reivindicação moram a 18 Km do local. A Defensoria anexou também uma grande quantidade de documentos levados por Fonseca, entre eles uma Certidão da Prefeitura de Manicoré de 20 de maio de 1977 na qual se afirma que o prédio “Boa Esperança” está registrado no nome de Martinho Brasil, e uma Escritura de Venda e Compra por CR\$ 5.000,00 registrada no Tabelião de Manicoré em 5 de julho de 1978, na qual o Sr. Ercolano França Brasil vendeu a posse “Boa Esperança” ao Sr. Osmar Lelis da Fonseca. Quando perguntado sobre esta história, um dos habitantes do Curara respondeu que o Sr. Martinho era um mura, tio do seu pai, e que deixou o lote para Ercolano, outro dos seus sobrinhos. O Sr. Ercolano foi convidado um dia pelo Sr. Osmar Fonseca para beber cachaça. Quando

Ercolano estava bêbado, Fonseca lhe ofereceu uma máquina Stihl em troca da propriedade. De acordo com a versão local, foi desse modo que os Fonseca lhes usurparam a terra.

A 9ª Vara Federal da Seção Judiciária do Amazonas enviou um despacho intimando a FUNAI, em 23 de junho de 2020, para indicar em que qualidade pretende atuar no processo e devendo enviar toda a documentação referente à TI Curara, dando um prazo de 30 dias. A Procuradoria tinha solicitado um estudo de subsídios parciais para constatar se a demanda de Fonseca tinha sobreposição com as terras reivindicadas pelos Mura. Estes estudos foram realizados pela área técnica da FUNAI a partir de uma análise cartográfica simplificada e da documentação do processo, a qual apreço na Informação Técnica Nº 192/2020/COCART/CGGEO/DPT-FUNAI de 10 de julho de 2020. Entre os dados levantados se confirmou que a distância que separa o imóvel rural pretendido por Fonseca é de 12,69 km da TI Pinatuba. Em 27 de julho, o Despacho Nº 01544/2020/COAF/PFE/PFE-FUNAI/PGF/AGU verifica que é necessário o encaminhamento dos autos à Presidência da FUNAI para que essa tome a decisão sobre o interesse institucional de permanecer no processo.

A Procuradora Federal Especializada junto à FUNAI elaborou a Nota Nº 0061/2020/COAF/PFE/PFE-FUNAI/PGF/AGU, em 27 de agosto de 2020, analisando juridicamente as informações do processo para subsidiar a decisão da FUNAI. A Procuradora apontou vários problemas processuais, dentre deles tanto a legitimidade do autor da ação como de quem seria de fato o possuidor/detentor do imóvel, já que o senhor Rosivaldo teria uma procuração do seu filho Hugo, e de acordo com o “Art. 18 [CPC c.c art, 561, I]. ***Ninguém poderá pleitear direito alheio em nome próprio, salvo quando autorizado pelo ordenamento jurídico***”. A Procuradora recomendou que a FUNAI não componha voluntariamente nenhum dos polos da demanda, “tendo em vista que a área técnica disse de forma conclusiva ***que a reivindicação Curara encontra-se no estágio de qualificação, que consiste em um instrumento de planejamento interno que não dá ensejo automaticamente à constituição de Grupo Técnico (GT)***”.

Em 28 de agosto de 2020, o Procurador-Chefe Nacional da FUNAI enviou à Presidência da FUNAI o Despacho Nº 00914/2020/GAB/PFE/PFE-FUNAI/PGF/AGU aprovando a nota técnica e opinou “que falece interesse processual da FUNAI em integrar tanto o polo ativo como passivo da demanda, pois o que se tem na área é tão-somente uma reivindicação fundiária indígena no município de Manicoré-AM, em estágio de qualificação que não gera sequer expectativa de constituição de grupo técnico”.

Finalmente, afirmou que “entendemos inclusive que o deslocamento do feito para a Justiça Federal se deu com base em premissa equivocada do juiz estadual, não se aplicando o 109 CF”. No dia 8 de setembro de 2020, Marcelo Augusto Xavier da Silva, Presidente da FUNAI, enviou o Despacho-Presidência/2020 à PFE-FUNAI e outros sobre a Ação Possessória nº 1001615-50.2017.4.01.3200 – Aldeia Curara, no qual disse “estando de acordo com os próprios fundamentos do Despacho 00914/2020/GAB/PFE/PFE-FUNAI/PGF/AGU (2424053), **esta Presidência manifesta-se pela ausência de interesse em integrar a Ação Possessória nº 1001615-50.2017.4.01.3200, tendo em vista que o que se tem na área da lide em comento, é tão-somente uma reivindicação fundiária indígena no município de Manicoré-AM, em estágio de qualificação**”. Este é o último documento relacionado ao processo de reintegração de posse e demonstra que a própria Presidência da FUNAI do período 2019-2022 tentou minimizar a demanda da reivindicação indígena se omitindo claramente do seu papel neste processo, chegando a questionar se era mesmo a Justiça Federal quem deveria ser a responsável do pleito, fato que já tinha sido plenamente esclarecido pelo Procurador Merloto Soave desde junho de 2015 e aceito pelo juiz da 1ª Vara de Manicoré em 2017.

Vejamos agora o processo de comunicações truncadas que a FUNAI foi construindo para responder ao MPF quando cobrada para tomar as ações de identificação e demarcação da TI Curara. O Procurador Merloto Soave emitiu um Despacho relacionado com os Autos Nº 1.13.000.001999/2015-95 em 23 de setembro de 2017, prorrogando por um ano a mais o Inquérito Civil, pedindo de novo informações atualizadas ao DPT/FUNAI em um prazo de 30 dias. Solicitou também que se informe a data da primeira reivindicação para a demarcação, se há ou não ocorrência de conflitos fundiários no local, se há terra indígena limítrofe ou se se trata de revisão de limites, data informada da ocupação ou permanência no local pelos indígenas e outros elementos relevantes para análise de prioridades na proposição de ações. Solicitou também o envio de toda a documentação referente às reivindicações dos indígenas.

Este Despacho de prorrogação do Inquérito Civil foi reforçado por outro do mesmo teor em 18 de maio de 2018, e, em 15 de junho do mesmo ano, o Procurador enviou o Ofício Nº 373/2018/5º Ofício/PR/AM à Diretora da DPT para responder no prazo de 30 dias. A resposta da DPT só foi enviada quase um ano depois em 30 de maio de 2019. No Ofício Nº 531/2019/DPT/FUNAI, se afirma que ao consultar o Sistema Indigenista de Informações (SII) constam os registros das reivindicações Aldeia Curara

(**Processo nº 08620.000628/2019-38**, registrada em 16 de março de 2005) e Terra Preta e outras aldeias (**Processo nº 8620.008922/2018-15**, registrada em 17 de maio de 2007). Esclarece que o estágio da demarcação continua *em qualificação* e que não há solicitação registrada de revisão de limites da TI Pinatuba. O Ofício conclui dizendo: “Com relação à solicitação de disponibilização da documentação referente às reivindicações, tendo em vista recorrentes solicitações semelhantes por parte de outras unidades do Ministério Público Federal, considerando que não está devidamente esclarecido se a restrição de acesso dos documentos preparatórios, prevista no art. 20 do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, também se aplica a solicitações oriundas do MPF”. Acrescenta que a DPT encaminhou uma consulta à Procuradoria Especializada junto à FUNAI a esse respeito (**Processo nº 08620.001575/2019-72**), que emitiu um parecer na Nota nº 00070/2019/COAF/PFE/PFE-FUNAI/AGU [de 15 de abril de 2019], e que fez também uma consulta ao DEPCONSU/PGF e à Controladoria-Geral da União para uniformizar o entendimento. Por esse motivo seria necessário aguardar o resultado das consultas para atender à solicitação do Procurador com a devida segurança jurídica.

O parecer emitido por uma Procuradora Federal da Coordenação de Assuntos Finalísticos (PFE-FUNAI/PGF/AGU) recomendou fazer a consulta a esses órgãos para uniformizar o entendimento por ser “um tema sensível que pode ter incidência em diversos órgãos públicos e autarquias”. Afirmou também que “entendo que o Ministério Público Federal, em face de suas atribuições constitucionais (artigo 127 da CF88), encontra-se devidamente legitimado para obter acesso a informações pessoais constantes em processos administrativos, desde que seu uso esteja adstrito às finalidades de proteção ao interesse público e à defesa dos direitos humanos”, cabendo à FUNAI informar acerca do conteúdo sensível. E com relação a serem documentos preparatórios aponta que a decisão sobre a sua divulgação “não é vedada, mas discricionária, devendo haver motivação para a restrição de acesso baseada em motivo de interesse público”.

Vale a pena notar aqui que a resposta da DPT ao Procurador escolheu o argumento da uniformização de entendimento para dilatar o processo, já que ignorou que na própria Nota elaborada pela Procuradora Especializada junto à FUNAI se dava a entender que a entrega das informações solicitadas pelo MP era totalmente legítima dada a natureza constitucional do órgão e que o repasse dos documentos preparatórios era discricionário. Simplesmente, escudaram-se nesse argumento para negar as informações. O Procurador Merloto Soave enviou uma dura resposta à DPT no Despacho PR-AM-00054615/2019, em 29 de novembro de 2019, na qual afirmou que a solicitação de entendimento

uniformizado é uma “clara obstrução às diligências efetuadas pelo MPF”. No entanto, menciona que a tramitação deste tipo de processos pode tomar mais de 3 anos devido à demora excessiva no processo de demarcação de terras indígenas causada pela “situação de precariedade estrutura[I] da FUNAI e pela dificuldade de acesso às informações sobre os registros de reivindicações”. De acordo com isto, determinou prorrogar o Inquérito Civil por mais um ano e o envio em 15 dias dos documentos solicitados no ofício 373/2018, lembrando à DPT que a negativa de entregar os documentos ao MPF é passível de responsabilização criminal e por improbidade administrativa, e solicitando o envio de informações acerca da uniformização do entendimento.

No Despacho CGID/2020, em 7 de maio de 2020, a Coordenadora Geral escreveu que a DPT solicitou informações à PFE a respeito da consulta relativa ao entendimento uniformizado (Despacho DPT, SEI nº 2091833), que a PFE-FUNAI no Despacho nº 00003/2020/GAB/PFE-FUNAI-PPR/PGF/AGU (2094230) submeteu o assunto a uma análise e manifestação da PGF, e que a CGID encaminhou a questão relativa à disponibilização de cópias dos processos para deliberação da DPT. O Diretor da DPT respondeu ao Procurador no Ofício Nº 479/2020/DPT/FUNAI, em 12 de maio de 2020, ratificando o conteúdo do Ofício Nº 531/2019/DPT/FUNAI, ou seja, repassando informações sobre as datas das reivindicações, reforçando que continuavam em *qualificação*, e manifestando que a FUNAI estava aguardando a resposta de uniformização de entendimento. Só acrescenta que o DEPCONSU/PGF e a Controladoria-Geral da União ainda não responderam a consulta.

Em 23 de abril de 2021, o Despacho COIM/2021 da FUNAI encomendou ao servidor indigenista especializado João Galvão incluir no planejamento anual a preparação de informação técnica sobre a reivindicação Curara (**Processo Nº 08620.001909/2021-22**). O servidor elaborou a Informação Técnica Nº 24/2022/COIM/CGID/DPT/FUNAI em 12 de janeiro de 2022, mas apenas foi assinada eletronicamente em 4 de agosto desse ano. O documento enumerou o passo a passo da reivindicação fundiária Curara. Explicou como uma das razões do pedido ainda não ter sido atendido

“a insipiência das informações trazidas pelo relatório [Parecer nº 113/CGID de 14/08/2003, elaborado pela antropóloga Eliane da Silva Souza Pequeno], o material apenas tece considerações sobre o histórico do grupo Mura, ao passo que carece de dados consistentes e específicos sobre a reivindicação Curara e não fornecendo maiores detalhamentos quanto à situação da ocupação indígena Curara”.

Apontou que ainda a PFE-FUNAI aguardava a resposta sobre a uniformização de entendimento acerca da disponibilização dos documentos, e explicou que a demanda da aldeia Terra Preta [do Uruá] foi colocada junto com outras reivindicações dos Mura (Comunidades Timbotuba, Montes Claros, São Benedito e Guariba II, Processo FUNAI Nº 08620.008922/2018-15) da região mais ampla e que não constavam nos autos. Sugeriu, então, que caberia ao GT a ser constituído oportunamente “avaliar a conveniência de estudar conjuntamente as duas reivindicações [Curara e Terra Preta] cadastradas no SII”. Concluiu afirmando que, embora as informações da FUNAI estivessem desatualizadas desde 2003 e houvesse indicações de que a ocupação dos Mura é centenária, a reivindicação se considera como *qualificada* e se pode dar continuidade aos trâmites administrativos de acordo com a legislação indigenista vigente. Contudo, afirmou que avalia como pertinente consultar a CR MAO para saber se tem informações atualizadas para complementar a qualificação, incluindo uma visita de campo, no sentido de subsidiar o GT no momento oportuno da sua constituição e de aperfeiçoar o ranqueamento das reivindicações dentro do planejamento da CGID/DPT.

O Procurador Merloto Soave enviou novo Ofício 336-2022 (SEI nº 4666110), em 14 de outubro de 2022, reiterando à DPT as solicitações feitas no Ofício 373-2018 (SEI nº 4666096) e deu 15 dias de prazo para a resposta. Relembrou que negar documentos que possam embasar a atuação do MPF em procedimentos em curso é passível de responsabilização criminal e por improbidade administrativa. Advertiu que, “conforme Art. 8º, § 3º da LC 75/93, a falta injustificada e o atraso no cumprimento das requisições do Ministério Público Federal, implicarão a responsabilidade criminal e cível a quem lhes dar causa”. Isto produziu uma ágil e intensa movimentação interna na FUNAI para responder o Procurador. Em 9 de novembro de 2022 o Despacho-ASSTEC/DPT/2022 informou à CGID que deveria se manifestar até 21 de novembro. Em 17 de novembro, a CGID enviou à DPT o Despacho CGID/2022 em que o subsidiou com as informações requeridas. Em 18 de novembro de 2022, o Coordenador Geral da CGID encaminhou o Ofício Nº 14/03/DPT/FUNAI informando que, “após a análise pela área técnica desta Diretoria, não houve alteração na situação das retrocitadas reivindicações desde o envio do último expediente remetido por esta Diretoria por meio do Ofício Nº 479/2020/DPT/FUNAI à essa Procuradoria da República, de forma que cabe reiterar seu inteiro teor”. Acrescentou que as reivindicações continuavam em *qualificação* e especificou que a da Aldeia Curara estava pendente de análise enquanto a da Aldeia Terra Preta estava pendente de aplicação de roteiro básico de qualificação de reivindicação

fundiária indígena. Por fim, disponibilizou os documentos solicitados, pedindo que “tais documentos e dados neles contidos sejam resguardados e não concedidos ao acesso por terceiros”. Ao que parece até essa data não houve a manifestação da uniformização de entendimento, mas, no final das contas não foi necessário porque a FUNAI partilhou as informações requeridas desde 2018. Isto corrobora que o argumento da solicitação de uniformização de entendimento foi usado pela DPT do período 2019-2022 para dilatar e enredar o processo.

Em 16 de novembro de 2023, o Procurador Eduardo Jesus Sanches do 3º Ofício da Procuradoria da República no Amazonas, MPF, enviou o Ofício Nº 181/2023/3OFICIO/PR/AM ao DPT e à Coordenador Regional da FUNAI Manaus solicitando informações sobre o processo de demarcação e proteção fundiária das aldeias Curara e Terra Preta, assim como a revisão de limites da TI Pinatuba. O Coordenador Regional de Manaus enviou o Despacho-GAB CR-MAO/2023, em 30 de novembro de 2023, solicitando providências do SEGAT, que no Despacho-SEGAT/DIT/CRMAO/2023 (SEI 6038694), em 1 de dezembro, pediu informações sobre se o roteiro básico de qualificação fundiária indígena referente a Aldeia Terra Preta foi realizado, solicitando, caso positivo, se anexe ao processo, e, se for negativo, pergunta se já há algum planejamento para a sua realização. No dia 7 de dezembro, o servidor do SEGAT responde no Despacho -SEGAT/DIT/CRMAO/2023 (SEI 6043273) que as duas áreas reivindicadas

“estão ligadas regimentalmente a CTL MANICORÉ, e que essa Unidade Local, vinculada a CR MAO, a partir de 2015 (+ ou –) vem passando por frequentes processos de descontinuidade na gestão de ações indigenistas locais, fazendo com que demandas iguais a essas de caráter fundiário ficassem estagnadas no tempo e no espaço, esperando os devidos encaminhamentos na busca de soluções apropriadas”.

Explicou que essa CTL estava desativada e aguardava a nomeação de um novo chefe, o qual inviabilizava a obtenção de dados primários. Desse modo, a situação encontrava-se igual, ou seja, em *qualificação*, como afirmam todos os Despachos da CGID e DPT entre 2015 e 2023. Acrescentou que no caso Curara se supõe que o roteiro básico foi aplicado em 2005, posto que, **“encontra-se pendente de análise”** pelo qual é recomendável fazer uma atualização dos dados levantados na época, enquanto no caso Terra Preta a aplicação do roteiro deve começar do zero. Concluiu afirmando que “ainda não há atividade planejada para esse fim, até porque não houve solicitação manifestada

de nenhuma origem; porém, nada impede que assim se faça de acordo com as justificativas e necessidades que o assunto requer, no próximo exercício (2024) se for o caso”. Em 26 de março de 2024, no Despacho – MANIFESTAÇÃO DO CTL/2024 (SEI 6440774), o SEGAT enviou ao recém nomeado coordenador da CTL de Manicoré o processo para atualizar os dados e reativar os encaminhamentos devidos. Analisando a situação, a CGID considerou que as duas reivindicações devem se estudar junto, e, em 28 de junho de 2024, se publicou a Portaria da FUNAI Nº. 1.042, constituindo o Grupo Técnico multidisciplinar que realizou os estudos de identificação e delimitação da TI Curara, objeto deste relatório.

I – PRIMEIRA PARTE DADOS GERAIS

Portaria nº 14/MJ/96:

Dados Gerais

- a) Informações gerais sobre o(s) grupo(s) indígenas envolvidos, tais como filiação cultural e linguística, eventuais migrações, censo demográfico, distribuição espacial da população e identificação dos critérios determinantes desta distribuição;
- b) Pesquisa sobre o histórico de ocupação da terra indígena de acordo com a memória do grupo étnico envolvido;
- c) Identificação das práticas de secessão eventualmente praticadas pelo grupo e dos respectivos critérios causais, temporais e espaciais.

1.1 Área Cultural, Filiação linguística e cultural

Devido à singularidade da sua dispersão, causada pelo processo colonial, é difícil enquadrar os Mura dentro de uma única área cultural, já que na atualidade ocupam territórios e centros urbanos nos rios Madeira, Purus, Solimões e Amazonas. Considerando que essa dispersão se iniciou no século XVIII desde o médio rio Madeira e que, hoje em dia, o maior contingente populacional mura vive em toda a área do médio e baixo Madeira, é possível inseri-los na Área Cultural do Tapajós/Madeira (Galvão 1960), denominada também de Área Etnográfica da Amazônia Centro-Meridional por Melatti (2018). Ainda assim, os Mura são bastante diferentes dos grupos do tronco tupi (Sateré-Mawé, Munduruku, Apiaká, Kayabi e Kagwahiva como os Parintintim e Tenharim, entre outros) predominantes nesta grande área cultural. No entanto, focalizando mais especificamente na área do médio Madeira e seus afluentes, os Mura têm relações de longa data, ao menos desde o século XVIII, com os outros povos indígenas que habitam nesta parte do rio como os Pirahã, Torá, Parintintim, Munduruku e Tenharim. Em particular, com exceção dos Pirahã e Torá, as relações foram belicosas, mas hoje em dia existem diversas formas de relação entre estes povos que envolvem casamentos e alianças políticas.

Os Mura têm uma população estimada de 18.511 pessoas, de acordo com dados da Siasi/Sesai de 2020 (ISA 2022: 14). Na região do Tapajós/Madeira, oficialmente habitam nas Terras Indígenas Aldeia Beija Flor, Apipica, Arary, Ariramba, Boa Vista, Capivara, Cuia, Cunha-Sapucaia, Fortaleza do Castanho, Gavião, Guapenu, Itaitinga, Jauary, Lago Aiapuá, Lago Capanã, Lago do Limão, Lago do Marinheiro, Lago Jauari, Miguel/Josefa, Muratuba, Murutinga/Tracajá, Natal/Felicidade, Padre, Pantaleão,

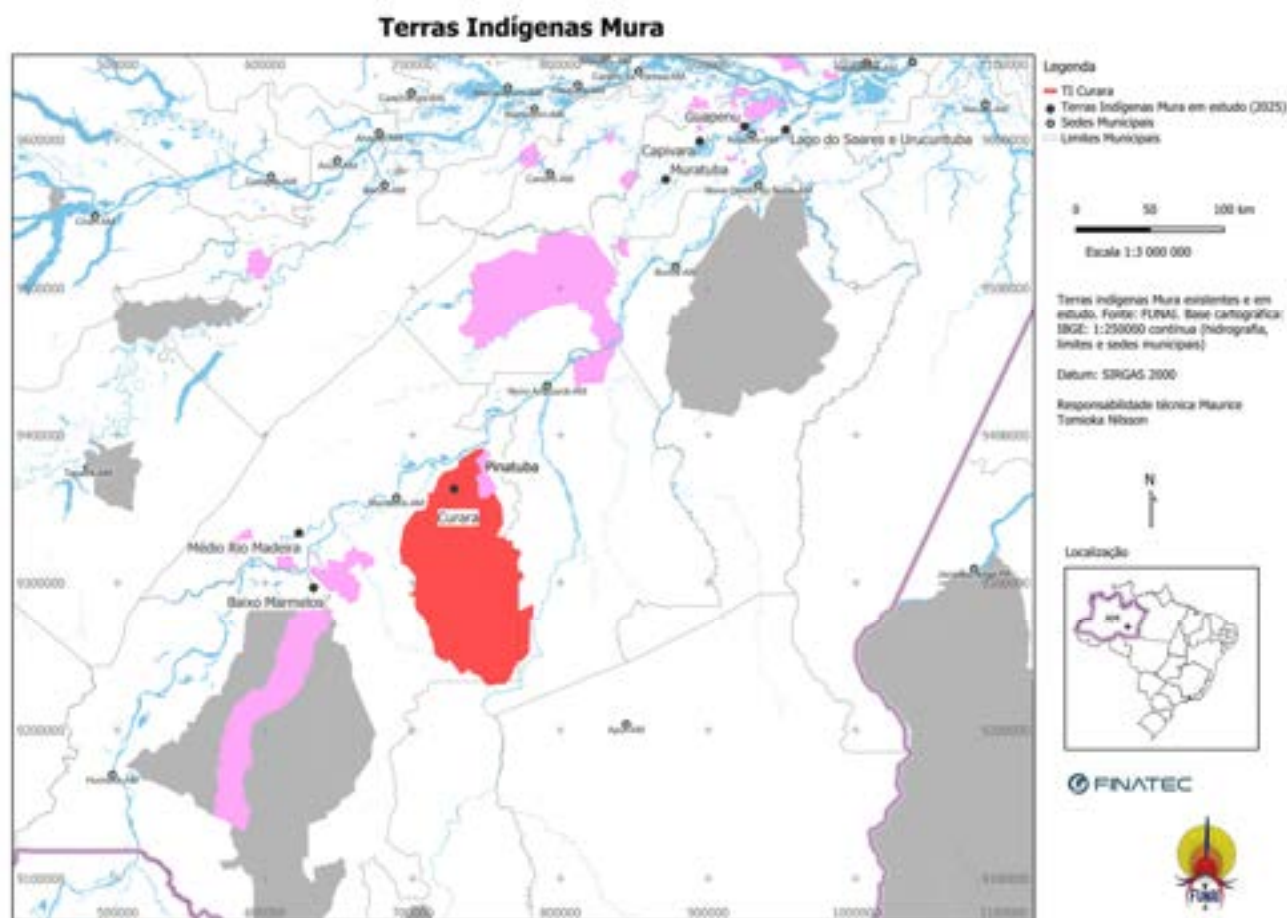
Paracuhuba, Paraná do Arauató, Patauí, Pinatuba, Ponciano, Recreio/São Félix, Rio Jumas, Rio Manicoré, Rio Urubu, São Pedro, Setemã, Sissaima, Tabocal, Trinchiera e Vista Alegre (ISA 2022: 435-437), das quais algumas já estão homologadas, outras identificadas, algumas declaradas ou em processo de identificação. Como já dito, os Mura também habitam em outras regiões dos rios Amazonas e Purus, assim como em diversos centros urbanos. Esta ampla distribuição do grupo se deve aos conflitos entre os Mura e os portugueses durante o período colonial. Seu território original, de acordo com fontes do século XVIII, é o médio e baixo Madeira onde habitam continuamente até hoje. No Madeira, os Mura se localizam em várias Terras Indígenas e nas cidades de Nova Olinda, Autazes, Borba, Manicoré e Humaitá (MAPA 5). Há ainda solicitações de identificação de outras terras tradicionalmente ocupadas no Madeira, entre elas a Terra Indígena Curara, objeto deste estudo. Os Mura de Curara asseguram que sempre moraram nos rios Maturá e Uruá, onde de fato já existe a Terra Indígena Pinatuba cobrindo uma pequena porção desse território tradicionalmente ocupado.

Na atualidade são falantes do português, mas, nalguns lugares, até pelo menos a década de 1930, falavam uma língua de uma família isolada da qual apenas resta o Pirahã. Esta família linguística é conhecida como Mura-Pirahã, e os Mura teriam falado três variedades: “articular nasal, gutural e de gaita”, segundo um documento anônimo de 1826 citado em Moreira Neto (1988: 358). De acordo com Tastevin (2008 [1923]), os Mura se auto-identificavam como *Buxwaray*, *Buxwarahay*, *Buwaray* ou *Buwarahay*, termo próximo a bicho preguiça (Tastevin 2008 [1923]: 59), mas Nimuendajú (1948: 255) esclarece, a partir de dados colhidos no rio Manicoré na década de 1920, que há expressões correlatas como *Bohura*, *Bhurai-ada* ou *Bohurai* que significam apenas “Língua Mura”. Nimuendajú aponta também que o Pirahã e o Mura do Manicoré eram línguas mutuamente inteligíveis (: 266).

Embora exista uma farta bibliografia sobre os Mura desde inícios do século XVIII, há informações etnográficas muito superficiais já que a maioria dos trabalhos tem focado no processo histórico, especialmente nos diferentes momentos de contato com portugueses e brasileiros, e não nos aspectos culturais. Os maiores detalhes sobre a sua cultura estão presentes nos trabalhos de Tastevin, Nimuendajú e Fileno (2018). As visões gerais sobre este povo os definem tradicionalmente como nômades dedicados à pesca e coleta de frutos silvestres, com grande desdém pelas práticas agrícolas, sem aldeias, com uma cultura material muito pobre, mas possuidores de grandes conhecimentos náuticos e táticas de guerra que os converteram em poderosos inimigos do estabelecimento da

“civilização” no rio Madeira e em grande parte da Amazônia brasileira durante o século XVIII. Outra característica central dos Mura é a sua histórica miscigenação, ao menos desde o século XVIII, com outros povos indígenas, negros e brancos que fugiam das autoridades, produzindo um processo de familiarização (Fausto 2001) no qual as pessoas de fora se tornam mura, adotando suas práticas e formas de vida. Este processo tem sido chamado de “murificação” (Amoroso 1991) e, paradoxalmente, tem servido tanto para a expansão e crescimento demográfico do povo quanto para a invisibilização da sua identidade étnica, pois depois de quase trezentos anos de contato e mistura, seu fenótipo é muito variado, inclusive havendo pessoas brancas, loiras e de olhos azuis que se identificam como Mura, o qual produz ceticismo e questionamentos sobre a sua identidade étnica entre os habitantes não indígenas da região. Por isso, é comum os regionais dizerem que não há mais índios, o que implica discriminação e abusos às terras tradicionalmente ocupadas por este povo.

MAPA 5- TIs Mura



Mapa 5 - TIs Mura

1.2 História do contato interétnico

O rio Madeira é um rio de água brancas que transporta sedimentos e ricos nutrientes desde os Andes à planície amazônica. Ao mesmo tempo é o maior afluente do Amazonas. É formado pelo encontro de dois complexos fluviais com características diferentes: o primeiro, composto pelos rios Beni e Madre de Dios, tem origem andina, enquanto o segundo, formado pelos rios Mamoré e Guaporé, se origina nas terras baixas bolivianas e do Mato Grosso, respectivamente (MAPA 6). Esta localização dá à região do alto Madeira, de acordo com Almeida e Mongeló (2020: 2), “uma diversidade cultural singular que se reflete em grande diversidade biológica, linguística e de culturas arqueológicas”. Uma das razões é que a região está situada “entre a grande planície amazônica, os Andes, o Planalto Central brasileiro, um mosaico de terras baixas, como as do Pantanal e dos Llanos de Mojos (Bolívia), assim como o Gran Chaco” (: 2). Deste

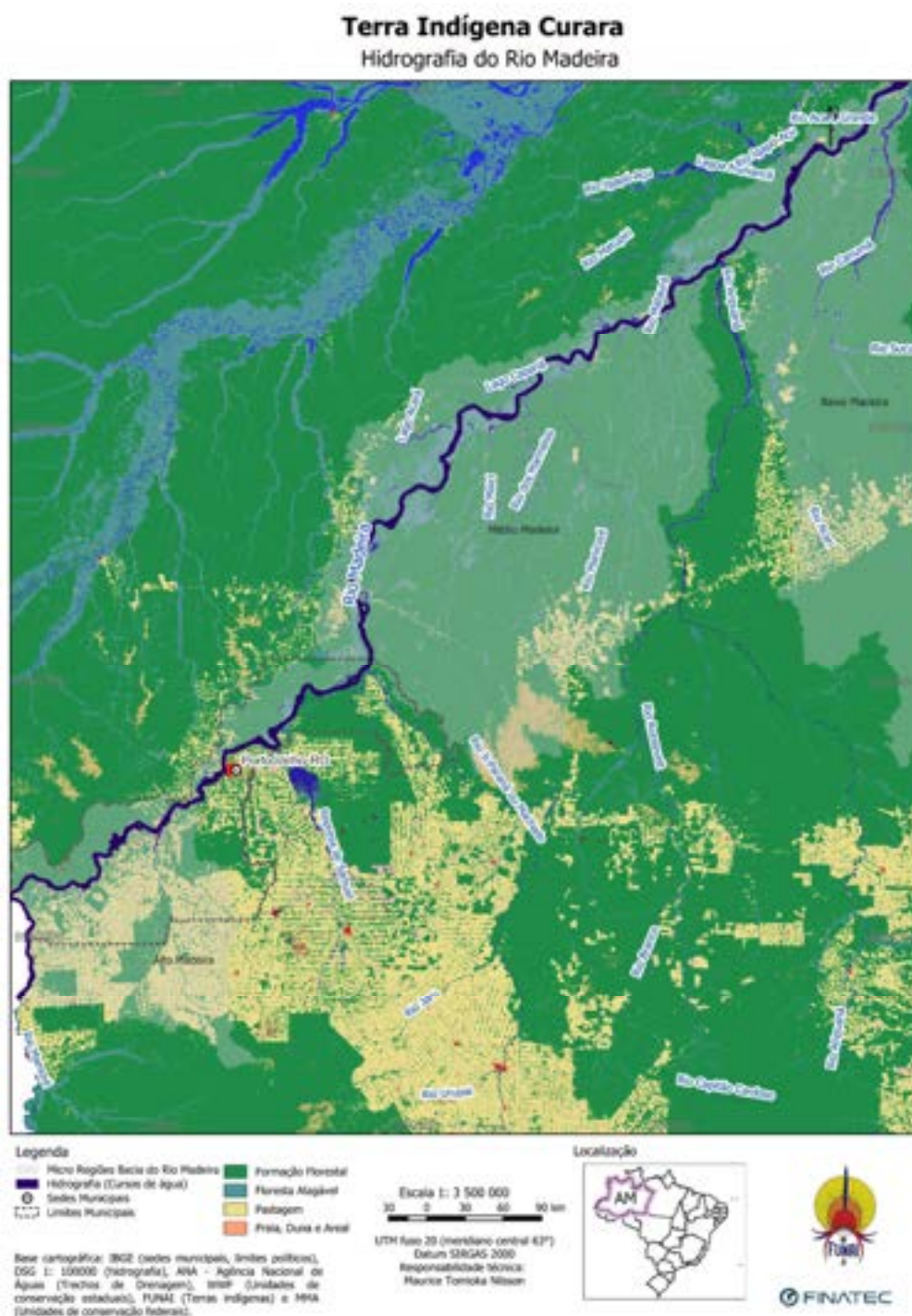
modo, a Macrorregião do alto Madeira e dos seus formadores além de possuir uma grande variedade de paisagens situadas em áreas de transição entre cerrado e floresta é também um conector entre diferentes regiões do continente. Esta conectividade, no passado, permitiu a circulação e o encontro entre diferentes populações indígenas e a formação de uma enorme diversidade cultural. A região do alto Madeira chega até a região das cachoeiras, perto de Porto Velho; dali até o rio Aripuanã se localiza o médio Madeira, onde se insere a área em estudo, e desde este último até a foz se enquadra o baixo Madeira.

O rio Madeira tem uma ocupação indígena contínua desde pelo menos 10.000 anos atrás, de acordo com as pesquisas arqueológicas (Almeida e Mongeló 2020). Tanto sua antiga cronologia como a sua localização geográfica fazem do Madeira um lugar privilegiado para entender os modos de construção de paisagens antrópicas na longa duração, a história de ocupação humana da Amazônia e a grande variedade de processos culturais que ocorreram ao longo de todo o Holoceno. Desde a perspectiva da colonização, a ocupação do rio Madeira pelas frentes coloniais e nacionais foi lenta e gradual, se fortalecendo por diferentes empreendimentos extrativistas ao redor da primeira metade do século XX, em especial da borracha e da castanha. Este longo processo tem sido muito conflituoso e violento com as populações indígenas da região, reduzindo-os sistematicamente a ocupar um espaço mais circunscrito, restringindo a sua mobilidade e acesso aos recursos dos rios e da floresta. As últimas décadas têm gerado mais pressões nestas populações por causa do acesso de invasores na área que, tanto com disfarces de legalidade ou abertamente atuando de maneira ilegal, exploram recursos como peixes, animais de caça, madeira e minerais, contribuindo com conflitos que afetam os indígenas.

O processo histórico de contato com os europeus, iniciado no final do século XVII, tem construído visões sobre os Mura que variam desde sua índole guerreira pela sua oposição aos empreendimentos coloniais até a negação atual da sua identidade indígena. Este processo passou por distintas etapas, as quais devem ser desmiuçadas e esclarecidas para entender as complexidades e contradições que produziram os olhares distorcidos sobre este povo indígena. Em termos gerais, e devido a farta documentação primária, em especial do século XVIII, a historiografia sobre os Mura está bastante elaborada em trabalhos etno-históricos e antropológicos para a região Tapajós/Madeira (ver principalmente, Nimuendajú 1982 [1925]; Ferreira Reis 1989 [1932]; Hemming 2007 [1978a], 2009 [1978b], 2011; Menéndez 1981-1982, 1992; Amoroso 1991, 1992, 1994a; Sweet 1992; Athila 1998; Pequeno 2006; Castro Pereira 2009; Roller 2014; Harris

2017); no entanto, acreditamos que uma contextualização das ocupações pré-coloniais junto com uma nova aproximação às fontes primárias e a esta bibliografia pode evidenciar alguns aspectos ainda não descritos que expliquem mais adequadamente a ocupação tradicional indígena destas terras e o lugar dos Mura nesta história profunda.

MAPA 6 – Rio Madeira



Mapa 6 - Rio Madeira

1.2.1 Construindo a paisagem: as ocupações pré-coloniais

A arqueologia do alto Madeira é de grande importância para entender a presença humana na Amazônia. É das poucas regiões para as quais existe uma cronologia completa do Holoceno. Isto significa que o alto Madeira tem sido habitado continuamente por indígenas desde pelo menos 10 mil anos atrás. Também tem se comprovado que foi um importante centro primário e secundário de domesticação de plantas no continente e que, desde muito cedo, existiram importantes transformações antrópicas da paisagem (Neves, Watling e Almeida 2020: 3). Para se ter uma ideia da importância do alto Madeira com relação à domesticação de plantas e a sua distribuição pelo continente, ali se domesticaram a mandioca (entre 10.000-8.000 anos atrás), a pupunha, o amendoim, a pimenta, o urucum, a taioba, e uma espécie local de arroz; o milho proveniente do México por volta de 6.500 AP sofreu um processo de domesticação secundária na região e dali se distribuiu pela Amazônia (Watling et. al. 2020). Com relação à criação de paisagens, em diferentes momentos, nos formadores do Madeira se construíram sambaquis, valetas e geoglifos circulares, montículos monumentais, sistemas de campos elevados para cultivos e moradias, canais, diques, etc.

As ocupações pré-cerâmicas do alto Madeira e a sua cronologia provêm principalmente da identificação de sítios arqueológicos no trecho das cachoeiras do Madeira (entre as atuais Guajará Mirim e Porto Velho) e as suas adjacências (Miller 1992, Watling et. al 2018, Mongeló 2020), sendo de grande importância o sítio Teotônio, localizado ao redor da antiga cachoeira homônima e que foi extinta em 2011 pela construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio. A cachoeira Teotônio era de grande riqueza piscosa e foi uma fronteira cultural de grande relevância, associada a processos histórico-culturais do médio e baixo Madeira. A ocupação mais antiga está datada em 9.524-9.400 AP e revela que as populações que ocuparam Teotônio se alimentaram de tubérculos e raízes assim como de árvores frutíferas entre as quais se destacam a castanha do Pará (*Bertholettia excelsa*) e a goiaba (*Psidium sp.*). De acordo com Neves, Watling e Almeida (2020: 3), o manejo dessas árvores se intensificou a partir de 4.000 BCE, no Holoceno Médio, momento em que as populações regionais também diversificaram o uso de plantas e começaram a produzir vestígios de *Terras Pretas Antrópicas*, evidenciando processos mais intensos de criação da paisagem. De fato, é no Alto Madeira onde se encontraram as mais antigas terras pretas da Amazônia, datadas em 3.500 BCE, ou seja, uns 3.000 anos antes de que este tipo de solo de alta fertilidade produzido pelos indígenas

e associado a um novo padrão de ocupação mais sedentário estivesse totalmente disseminado pela Amazônia (: 1). Estas informações são de grande importância para entender a profundidade temporal da formação de paisagens no rio Maturá, já que os Mura relataram a existência de grande quantidade de castanhais e de terras pretas ao longo de toda a bacia, todas produto das ações antrópicas dos indígenas do passado.

Isto significa que no relativo às castanheiras há um modo de manejo e produção iniciado 6.000 anos atrás que continua até o presente. Da parte das terras pretas, cuja antiguidade é de ao menos 5.000 anos, mas sua intensificação ocorreu entre 2.000 e 1.000 anos atrás, e que podemos pensar foram antigas aldeias e ocupações mais permanentes, hoje umas poucas são reocupadas e a grande maioria são usadas como cultivos ou espaços de caça. A composição antrópica da floresta e dos solos do Maturá demonstram que a ocupação tradicional indígena do território é milenar.

É com as ocupações cerâmicas, a partir de entre 4.000 e 3.500 anos, que se pode perceber a grande diversidade cultural do alto Madeira. Segundo Neves, Watling e Almeida (2020: 4), só nos Llanos de Mojos têm sido identificadas, até o momento, “sete áreas culturais arqueológicas”, enquanto no médio Guaporé se identificaram três diferentes conjuntos cerâmicos, um deles bastante antigo. Esta grande diversidade cultural se corresponde também com o padrão da região das cachoeiras: de fato, os estilos cerâmicos encontrados nesta região são completamente diferentes dos estilos existentes nas áreas à montante e nos formadores do Madeira, e mostram conexões com complexos cerâmicos presentes na Amazônia Central, associados a grandes processos históricos do vale amazônico que contribuíram à formação dos sistemas sociais que foram destruídos pela chegada dos europeus. Em outras palavras, os habitantes da área compreendida entre as cachoeiras e a foz do Madeira passaram pelas mesmas dinâmicas históricas, em termos das ocupações cerâmicas, enquanto os habitantes à montante das cachoeiras passaram por outros. As cachoeiras atuaram como autênticas fronteiras culturais.

Como sabemos muito pouco das ocupações do médio e baixo Madeira, a cronologia de Teotônio e outros sítios próximos no alto Madeira ajuda a esclarecer o panorama. De acordo com Neves, Watling e Almeida (2020) há quatro fases: Pocó-Açutuba (1.500 BCE- 200 CE), Barrancoide/Borda Incisa (350-1.200 CE), Jamari (800 BCE-1.800 CE) e Jatuarana/Policroma da Amazônia (700-1.600 CE). Esta sequência “indica uma história de ocupações multiculturais na região das cachoeiras do rio Madeira com mais de 3 mil anos de duração” (: 5), já que existem ocupações em que as diferentes fases se sobrepõem cronologicamente. A presença de cerâmicas Pocó-Açutuba e Borda

Incisa estão associadas na Amazônia à dispersão tanto de falantes de línguas da família Arawak como a de certo modo de organização social que promoveu a formação de sistemas regionais multiétnicos e multilíngues em diferentes partes da Amazônia. De fato, estes autores sugerem que a série encontrada no alto Madeira é análoga à sequência da Amazônia Central, na área de encontro dos rios Solimões e Negro. Ali também há quatro fases: Pocó-Açutuba (300 BCE- 500 CE), Manacapuru (400-900 CE), Paredão (800 - 1.200 CE) e Guarita/Policroma da Amazônia (1.000 – 1.600 CE), e se observam processos históricos muito similares nas duas regiões.

Existem muito poucas pesquisas arqueológicas no médio e baixo Madeira, com a exceção de Nimuendajú (2004), Simões e Lopes (1987), Moraes (2013) e Belletti et. al (2016). A grande maioria dessas pesquisas foram realizadas na calha principal do Madeira, no trecho abarcado entre a foz e o rio Manicoré, motivo pelo qual se sabe muito pouco sobre os sítios arqueológicos dos afluentes (salvo uma parte do baixo e médio Aripuanã); no entanto, as fases cerâmicas desta parte do Madeira se relacionam com as da região das cachoeiras. Em 1926, Nimuendajú (2004: 159-160) realizou coletas de materiais arqueológicos, inclusive no Maturá onde encontrou uns poucos fragmentos no local conhecido atualmente como Maloca-Cidade, mas não os classificou. Simões e Lopes (1987) identificaram três fases arqueológicas: Borba, Axinim e Currálinho; a primeira pertencente à Tradição Policroma da Amazônia, e as outras duas à Tradição Incisa Ponteadá. Moraes (2013), a partir dos seus próprios materiais e revisando a classificação de Simões e Lopes, associa os materiais Borba e Currálinho à Tradição Policroma da Amazônia e a Axinim à Tradição Borda Incisa, demonstrando que nos sítios multicomponenciais, ou seja, naqueles onde há várias fases de ocupações cerâmicas sobrepostas e não uma única ocupação, as cerâmicas Axinim sempre são mais antigas do que as Polícromas. Por enquanto, a cronologia situa a fase Axinim entre os séculos I e XIII CE, com a presença crescente da cerâmica Policroma da Amazônia desde o final do primeiro milênio.

As fases Axinim e Paredão, de acordo com Moraes (2013), apresentam grandes semelhanças, embora não se saiba se isto foi produto de uma origem comum ou de contatos. A cerâmica Jamari do alto Madeira também pode estar relacionada com as outras duas, pelo menos no sentido de que “nos últimos séculos antes do fim do primeiro milênio CE verificou-se uma proliferação de indústrias cerâmicas com distribuições localizadas, como das fases Caiambé (Médio Solimões), Paredão (Amazônia Central), Axinim (Baixo Madeira) e a própria Tradição Jamari do alto Madeira” (Neves, Watling

e Almeida 2020: 12). A verificação de complexos cerâmicos com idades contemporâneas nestas regiões indica “que é possível que processos demográficos e culturais análogos – tais como expansões de grupos falantes da família Arawak e do tronco Tupi – ocorreram quase que simultaneamente nessas regiões” (: 12).

As pesquisas arqueológicas das últimas décadas nestas regiões têm mostrado que um pouco depois do início do primeiro milênio da Era Comum houve um crescimento demográfico, processos mais intensos de formação de terras pretas e outras modificações da paisagem, a construção de grandes aldeias de formato circular ou de ferradura, o surgimento de hierarquias, extensas redes comerciais e sistemas regionais multiétnicos e multilíngues. Todas estas importantes mudanças ocorreram com as ocupações da Tradição Borda Incisa/Barrancoide e têm sido associadas aos Arawak. Este processo foi de grande escala continental já que cerâmicas relacionadas com esta tradição estão presentes também no Médio e Baixo Orinoco, as Antilhas, o Caribe colombiano, as Guianas e o Alto Xingu. A expansão arawak não deve ser entendida como o crescimento e dispersão de uma determinada população biológica, mas como o resultado da etnogênese, um processo sociocultural contínuo de negociações, incorporações e imitações interétnicas que conduziram ao estabelecimento e reprodução de identidades regionais comuns (Hornborg 2005; Hornborg 2011; Hornborg e Eriksen 2011). Segundo esta perspectiva, nos sistemas regionais multiétnicos pré-colombianos, os povos falantes de línguas Arawak interagem de forma pacífica com povos de famílias linguísticas distintas, casando-se entre si e trocando produtos dentro de uma extensa rede de comércio de longa distância já que havia especialidades na produção de acordo com a ocupação de nichos ecológicos diferentes (Hornborg 2005). Isto sugere tanto a existência de diversos sistemas hortícolas e agroflorestais como um “modo arawak” de se relacionar, caracterizado por Hill e Santos-Granero (2002) como um *ethos* ou “modo de ser” no qual os Arawak podiam ou mudar sua língua, mas retendo suas práticas culturais, ou manter sua língua, mas transformando suas características culturais.

Nos casos da Amazônia Central e do médio e baixo Madeira nos últimos séculos do primeiro milênio, durante as fases Paredão e Axinim, manifestações mais recentes da Tradição Borda Incisa, parece intensificar-se a formação de terras pretas e atingiu-se o período de maior densidade demográfica. No entanto, algo aconteceu por volta do ano mil quando as cerâmicas da Tradição Policroma da Amazônia tornaram-se predominantes, fenômeno interpretado como a expansão de grupos Tupi descendo desde o Madeira, embora não haja até hoje um consenso entre os especialistas sobre este

aspecto. As ocupações Paredão e Axinim começaram a apresentar construções de valas defensivas e aldeias fortificadas mais ou menos entre os séculos IX e XIII, quando desapareceram e foram substituídas por ocupações Policromas. Na Amazônia Central as aldeias encolheram e mudaram para um formato linear ao longo das beiras dos rios, e no baixo Madeira se contraíram. Alguns sítios foram abandonados enquanto outros foram reocupados. Ainda não sabemos se isto aconteceu em todo o médio Madeira também, embora seja plausível, já que Moraes (2013) identificou o grande assentamento São Felix do Aripuanã, de 80 hectares de terra preta perto da foz do rio Aripuanã; este sítio arqueológico é multicomponencial mas predominam materiais policromos, sem sinais de estruturas defensivas. No entanto, 140 quilômetros à jusante, nos sítios Vila Gomes e Borba, estas estruturas defensivas são mais do que evidentes, sugerindo conflitos entre ocupantes Axinim e os portadores de cerâmicas Policromas. O sítio do baixo Aripuanã pode ter servido como fronteira. No baixo Madeira, de acordo com Belletti et. al (2016) se encontram os mesmos estilos cerâmicos que no médio Madeira, mas com a particularidade de que há também outros estilos cerâmicos mais comuns do baixo Amazonas, presentes em sítios multicomponenciais, ou seja, naqueles lugares em que houve ocupações de várias ou todas essas tradições cerâmicas. Portanto, no baixo Madeira houve processos culturais semelhantes aos do médio Madeira, de um lado, e, de outro, diferentes, já que houve contatos e influências de povos do Baixo Amazonas, os quais separam e singularizam, em termos socioculturais, estes dois grandes trechos do rio Madeira. Isto nos permite deduzir, a partir do conhecimento arqueológico atual, que houve uma área compreendida entre pelo menos as duas últimas cachoeiras do Madeira (Teotônio e Santo Antônio) até o rio Aripuanã – correspondente ao médio Madeira – onde existiu um sistema regional que, para os séculos XII e XIII, tinha inimigos à jusante e era diferente do baixo Madeira. Este dado parece ser confirmado pelas poucas informações que temos do século XVII.

1.2.2 Séculos XVII e XVIII: Gentio de Corso

Após ser mencionado como “Rio Grande” nas crônicas das primeiras expedições de exploração do rio Amazonas, as de Francisco de Orellana (Carvajal 1941 [1542]) e Pedro Teixeira (Acuña 1994 [1641]), o rio Caiary (“Rio de Águas brancas” em língua arawak), rebatizado pelos portugueses como rio Madeira devido à grande quantidade de troncos de árvores arrastados pela sua correnteza (Acuña 1994 [1641]; Bettendorf 1990

[1698]; Spix e Martius 1976 [1823]), começou a ser visitado, no seu curso baixo e médio, por missionários jesuítas e tropas de resgate nas últimas décadas do século XVII. Partindo de Belém, desde o final da década de 1650, as expedições de captura de escravos indígenas e as atividades missionárias a cargo dos Jesuítas intensificaram-se ao longo da calha do Amazonas e foram atingindo seus grandes afluentes, como o Japurá, o Negro, o Tapajós e o Madeira. Perto da foz do Madeira foi fundada a missão de São Miguel dos Tupinambaranas, na ilha Tupinambarana (atual Parintins), em 1669.

Alguns anos depois, de acordo com a crônica do Pe. João Felipe Bettendorff (1990 [1698]), o Padre Superior Iodoco Peres foi o primeiro a navegar pelo Madeira em 1683, chegando até a aldeia dos índios Iruri², localizada nove dias acima da foz do rio. Esta aldeia estava situada a dois dias adentro da boca do rio Maturá, rio que foi inicialmente chamado de “rio Iruri” ou “rio dos Irurizes” – e que é o principal rio da área em estudo neste relatório. Ciente da índole pacífica dos Iruri, Peres levou o filho do “principal” (chefe) para Belém com a finalidade de que aprendesse a língua geral e servisse como intérprete, o qual sugere claramente que os Iruri não falavam uma língua tupi. Em 1688, o jovem acompanhou os padres João Angelo Bonomi e José Barreiros para fundar a primeira missão do Madeira na aldeia dos Iruri no Maturá. Rapidamente se estabeleceu o assentamento missionário.

Os padres descreveram que contíguos aos Iruri habitavam seus inimigos Jaquezes, os quais eram canibais e caçavam principalmente as mulheres. Segundo a descrição, os Iruri estavam intimamente relacionados com outros povos vizinhos do médio Madeira. Segundo Bettendorff (1990 [1698]: 355): “São repartidos os Irurizes em cinco aldeias, cada uma delas com o seu principal; dizem que procedem de uma mulher que veio prenhe do Céu e pariu cinco filhos, dos quais o primeiro se chama Iruri, o segundo Unicoré, o terceiro Aripuana, o quarto Surury, o quinto finalmente Paraparichara”³. Mais adiante, Bettendorff (1990 [1698]: 464-465), a partir de um apontamento que solicitou ao Pe. João Angelo, identifica a numerosa nação Iruri como composta pelos Iruri, Aripuaná, Onikoré, Parapixâna e Torerizes (atuais Torá), e descreve sua organização social da seguinte maneira:

² A crônica de Heriarte (1978 [1662-1667]) os chama de Araquizes, “nação que tem infinitas aldeias” (: 181).

³ Nas transcrições textuais das crônicas se aproximará a escrita ao português contemporâneo.

Governam-se as aldeias dos Irurizes com principais eletivos de tal sorte, que o mais capaz entre eles é o que sucede pela morte do seu principal; e em aldeias só os que são parentes podem ter casa a parte, porque os vassallos moram em roças dos que os governam, com que as aldeias contém somente principais, os quais elegem sobre si um cabo, que é como a cabeça de todos. Havia no tempo que lhes assistiu o Padre João Angelo com o Padre José Barreiros, cinco aldeias grandes desta mesma nação; a primeira de Irurizes, a segunda de Parapixanas, a terceira de Aripuanas, a quarta de Onicorés e a quinta de Torerizes, além de algumas aldeotas de pouca consideração, porém estas cinco continham mais de vinte aldeias, por quanto cada roça daqueles principais era uma boa aldeia de vassallos.

O missionário não descreveu o formato das aldeias da região, mas mencionou que existia a “Casa do Paricá”, uma grande construção no meio do terreiro da aldeia, onde os índios tomavam seu paricá e faziam suas “danças e bebedices” (Bettendorff 1990 [1698]: 356). A breve descrição da festa pela visita do principal dos Parapixanas aos Iruri indica também que o chefe visitante chegou com grandes quantidades de objetos e alimentos para oferecer como “mimos”, recebendo em troca, durante os 4 ou 5 dias que durou a visita, comidas enviadas desde as diferentes casas da aldeia, mas permanecendo sempre na Casa do Paricá. A festa apenas foi para os homens, impedindo a entrada das mulheres, que no final estavam tristes de não verem os seus parentes “mais chegados por estarem casados uns com os outros” (Bettendorff 1990 [1698]: 466) e só lhes foi permitido se despedir dos visitantes. Bettendorff também descreve que os Iruri “labravam com singular arte as suas trombetas ou mumbiz e bordões de várias castas, que vendem aos que vão para suas terras” (: 356), que os mortos eram enterrados nas próprias casas em caixões feitos de árvores ocas ou embalados em cascas de madeira, e que o rio era farto em animais e peixes, sendo a comida preferida dos Iruri peixes como o tambaqui e as aves, acompanhados por tapioca e beiju.

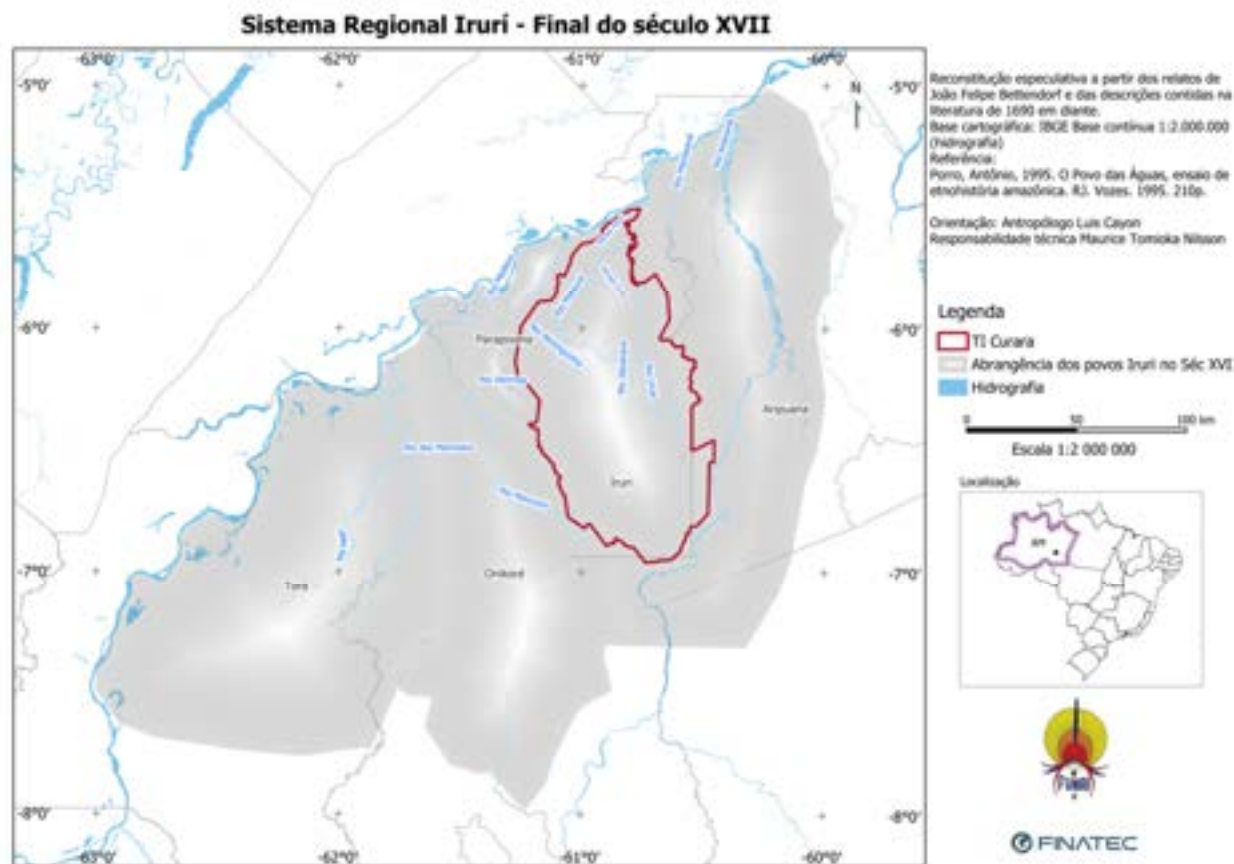
Levando em conta que as toponímias da época muitas vezes nomearam os rios a partir dos nomes dos povos que viviam mais perto da sua foz, e que as fontes do século XVII e XVIII identificam a localização dos Aripuaná, Onikoré e Torerizes (Torá) ao norte e ao sul dos Iruri (Menendez 1981-1982: 314), sempre na margem direita do Madeira, descendo, esta descrição sugere que os Aripuaná moravam no rio Aripuanã, os Onikoré no rio Manicoré, e os Iruri no Maturá (o rio Iruri); por sua parte, os Torá, de acordo com Nimuendajú (1982 [1925]: 112), quem coletou memórias orais deste povo, “habitavam antigamente tanto nas margens do baixo Machado como nas cabeceiras do Marmellos”, assim como no Maicy; sobre os Parapixana não temos nenhuma indicação de onde

moravam, mas é lógico supor que estavam nalgum dos afluentes da região; Nimuendaju os localiza no seu mapa no rio Atininga.

A “nação dos Iruri”, então, se localizava na margem sul do Madeira, ocupando os cursos dos afluentes ao menos entre os rios Aripuanã e Marmelos, onde é até hoje o território dos Torá. Cabe mencionar que Nimuendajú (1982 [1925]) afirmou que os Torá são falantes de uma língua Txapakura e habitavam tradicionalmente nos rios Marmelos e Maici, onde também habitam imemorialmente os Pirahã (família linguística Mura), mencionados por primeira vez como Pirianaus em 1853 (Menéndez 1981-1982: 334) e dos quais Nimuendajú (1982 [1925]: 117) afirmou: “não há tradição que os Pirahã tivessem jamais abandonado a região que ainda hoje ocupam, isto é, o Estirão Grande do Marmellos, pouco abaixo da boca do Maicy, e o curso inferior deste último rio”.

Portanto, e coincidindo com os dados arqueológicos, podemos deduzir que os cinco povos que foram conhecidos como “nação Iruri” formaram um sistema regional (MAPA 7) onde existiam relações de casamento e intercâmbio assim como também havia relações hierárquicas, tendo aldeias principais por povo, com um chefe, e outras aldeias de menor tamanho. Também, haveria trabalhadores, que as fontes chamaram de “vassalos”, que habitavam nas roças. Do mesmo modo, este sistema regional estava integrado a redes de intercâmbio mais amplas, por meio de caminhos e conexões fluviais, que podem ter sido determinantes para as ações dos Mura do século XVIII. Sobre os intercâmbios de longa distância, Bettendorff (1990 [1698]: 356) afirma: “[os Irurizes] não fazem grande caso das ferramentas dos portugueses, porque lhes vem do rio Negro outras muito melhores que lhes trazem os índios daquelas bandas, que contratam com estrangeiros ou bem com as nações que lhes são mais chegadas”.

MAPA 7- Sistema regional Iruri (século XVII)



Mapa 7 - Sistema regional Iruri (século XVII)

Bettendorff afirma também que quando chegaram os missionários na aldeia dos Iruri, ordenaram a construção de uma residência e uma igreja e que ali “se achavam alguns brancos tratando de cacau que há muito por todo aquele rio, e se estima por melhor do Estado todo, pela grandeza e doçura que tem maior do que em outras partes fora do rio Madeira” (Bettendorff 1990 [1698]: 464). Dias antes, na boca do Maturá, os clérigos “toparam com o principal Mamoriny que vinha numa canoa grande remada por quantidade de mulheres, trazendo um só índio criado consigo”; Mamoriny estava fugindo do encontro com os missionários “pelas más práticas que os brancos que assistiam na aldeia lhe tinham feito, dizendo-lhe que os padres iam tirar-lhe as suas mulheres, filhos e filhas, e que os haviam de açoitá-lo e maltratar” (Bettendorff 1990 [1698]: 463). Podemos deduzir, então, que antes do início da missão jesuíta já havia brancos que exploravam

cacau no Maturá e coagiam os indígenas nas suas aldeias, muito possivelmente com violência.

De acordo com Menéndez (1981-1982: 301-302), a missão entre os Iruri foi bem-sucedida nos seus inícios. Bettendorff (1990 [1698]: 466) assinala que “foram quatro as aldeias que o Padre João Angelo desceu para mais perto do rio Madeira, e só os Irurizes não se quiseram descer, mas não foi dificultoso reduzi-los a que se deixassem instruir na fé”. No entanto, após um ano, os missionários adoeceram e regressaram a Belém. O Pe. João Angelo se recuperou e retornou uma segunda vez à missão em 1691, convencendo os Iruri “a fazer casas de sobrado com suas lojas debaixo, como fizeram com admiração dos portugueses que as viam” (Bettendorff 1990 [1698]: 497), mas voltou a adoecer “por serem as terras muito doentias” (Bettendorff 1990 [1698]: 497) e saiu definitivamente. Menéndez (1981-1982: 302) complementa que em 1691⁴ a missão foi atacada por seculares que aprisionaram grande quantidade de índios. Cypriano (2007: 95), citando a Serafim Leite, historiador da Companhia de Jesús, indica que os Iruri e os padres protestaram fortemente por esta incursão, pois “não poderiam pensar os índios que eles [os missionários] os tinham ajuntado para serem mais facilmente cativos?”.

Bettendorff explica que os missionários entenderam que o Maturá não era um rio apto para residência por causa das doenças e decidiram mudar a missão à jusante do Madeira para a confluência dos rios Canumá e Abacaxis, aonde levaram alguns Iruri e fundaram a famosa missão dos Abacaxis em 1696 que, posteriormente em 1698, se desdobrou em duas missões: Canumã e Abacaxis (Amoroso 1991). Além de não dar muita relevância à captura de indígenas, o relato do Bettendorff parece também estar encobrindo o impacto das doenças ocidentais entre os indígenas da missão dos Iruri. Posteriormente, a missão dos Abacaxis foi transferida a outros pontos do rio, mais perto da foz do Madeira, recebendo o nome de Vila de Serpa em 1757 e, um pouco mais tarde, em 1768, se muda ao lugar conhecido como Itaquatiara (atual Itacoatiara) sobre o Amazonas, “povoada com Irurís e Araras provenientes da antiga aldeia dos Abacaxis” (Menéndez 1981-1982: 302).

No tempo da chegada dos missionários ao Maturá, no final do século XVII, não havia assentamentos indígenas sobre as margens do baixo e médio rio Madeira, e os índios

⁴ Porro (1996: 63) indica que em 1691 as expedições de captura de escravos comandadas por “João de Moraes Lobo e Faustino Mendes atacaram os Abacaxis e outras tribos entre o Tapajós e o Madeira”.

da região estavam morando nos afluentes. Isto, certamente, era uma consequência da chegada dos europeus ao Amazonas já que havia antecedentes e conflitos entre europeus e indígenas desde a expedição de Orellana, assim como desde então chegaram novas doenças que dizimaram os indígenas; de fato, as crônicas de Acuña e Heriarte descreveram a existência de grandes aldeias na região da foz do Madeira que já não existiam mais no tempo da chegada dos Jesuítas. Ao mesmo tempo, já havia uma presença crescente de brancos organizando expedições de captura de escravos indígenas e de extração de drogas do sertão no rio Madeira, mais especificamente de cacau, assim como fluíam mercadorias europeias, em particular holandesas, pelas redes comerciais que conectavam pelo menos os rios Madeira, Amazonas e Negro.

Se bem é certo que no começo do século XVIII os Jesuítas não tinham missões no Madeira à montante de Canumã e Abacaxis, intensificaram-se as expedições em procura de cacau e cravo. Além dos interesses de catequese, a Companhia de Jesus estava envolvida na produção e exportação de cacau, cultivo produzido nas suas fazendas no Maranhão desde 1674 por iniciativa do Pe. Bettendorff (Leite 1943: 160, *apud* Amoroso 1991) e nas décadas seguintes promoveram a entrada de canoas a diversos rios para extrair cacau dos territórios indígenas. De acordo com Amoroso (1991), em 1712, os Jesuítas subiram até a região das cachoeiras do Madeira, e lançaram as bases de uma nova missão, próxima à primeira cachoeira subindo o rio. Esta missão, fundada em 1724, foi chamada de Santo Antônio da Cachoeira ou Santo Antônio de Araretama, mais tarde deslocada à jusante, mudando seu nome para Trocano, e, por último, realocada no baixo Madeira originando à Vila de Borba (atual Borba). Em 1714, por ordem do Padre Superior dos Jesuítas, Pe. Jacinto de Carvalho, o missionário da aldeia dos Tupinambaranas, Bartolomé Rodrigues, escreveu uma relação dos índios do rio Madeira. Nesta relação, os Mura são referenciados pela primeira vez na literatura (Amoroso 1991). Os Mura foram localizados pelo missionário na margem sul do Madeira, entre os rios Maici e Manicoré. Também aparecem listados como vizinhos dos Torá, povo descrito como muito numeroso, dos Pama, Cajapiruna, Unicoré, Terari, Aripuanã e Iruri. O religioso não fala muito destes últimos povos porque afirma que restam poucos na mata (Menéndez 1981-1982: 322).

Em 1716, uma expedição punitiva encabeçada pelo Capitão-Mor da Capitania de Grão Pará, João de Barros Guerra, atacou e massacrou os Torá no rio Maici, levando os sobreviventes até Abacaxis. Os Torá tinham atacado as missões de Canumã e Abacaxis, o qual motivou a expedição punitiva. Na mesma época, o governador do Pará, João da Maia Gama, recebe notícias da presença de espanhóis no alto Madeira (Castro Pereira

2009: 76), promovendo alguns anos depois, em 1722, uma expedição a cargo de Francisco de Melo Palheta para reconhecer as nascentes do rio e perceber a localização dos espanhóis para proteger a fronteira das pretensões ibéricas. O cronista do Palheta não mencionou os Mura e apontou a fragilidade da fronteira, levando a que em 1733 se proibira a navegação pelo Madeira como forma de prevenção contra os espanhóis. Embora a interdição oficial à navegação tenha durado 21 anos até ser liberada pela descoberta de ouro no Mato Grosso e como forma de conectar Cuiabá e Belém, foi na década de 1730 que os Mura adquiriram uma importância maiúscula nas crônicas e começaram a ser descritas inúmeras incursões de ataque que exaltavam a sua belicosidade e rebeldia. Os repetidos ataques dos Mura à missão de Santo Antônio foram um dos motivos do re-alocamento do assentamento jesuítico, assim como os frequentes ataques às canoas que procuravam drogas do sertão.

Em 1738, Joseph de Souza, padre provincial dos jesuítas, enviou um certificado a João de Abreu de Castelo Branco, governador do Maranhão e Grão-Pará, solicitando uma *devassa* ou *guerra justa* contra os Mura. As guerras justas foram um instrumento de conquista utilizado pela Coroa portuguesa para enfrentar grupos indígenas hostis aos portugueses, com a finalidade de dizimá-los e reduzi-los à escravidão; nalguns casos foram guerras que exterminaram vários grupos, como os Manao no rio Negro, permitindo a expansão e ocupação portuguesa na Amazônia. Os documentos do processo de solicitação desta guerra justa, que finalmente não foi aprovada pelo rei D. João V, foram reunidos por Oliveira (1986) no livro *Autos da devassa contra os índios Mura do rio Madeira e nações do rio Tocantins (1738-1739)*. Os argumentos ali usados pelo Pe. Souza e as testemunhas contra os Mura dão início à visão geral sobre este povo e, desde então ao longo de praticamente todo o restante do século XVIII, os transformariam nos principais inimigos da Coroa na consolidação da conquista do rio Amazonas. Souza afirma:

Certifico que por informações certas que tenho do Padre Manoel Fernandes, missionário da mesma Companhia [de Jesús] na Missão de Santo Antônio, ainda nova, e situada nas cachoeiras do Rio da Madeira; ser certo que desde o Rio Aripuanã até o Rio Giparanã, que desembocam no dito Rio da Madeira, e ocupando [este] grande distrito, está tudo infeccionado de uma Nação de Índios Bárbaros chamados Mura, os quais andam tão insolentes que nestes anos próximos não somente tem morto a muitos índios remeiros das canoas, que vão as colheitas de cacau naqueles sertões, e a um cabo de uma canoa, homem branco; mas também neste presente ano deram em uma roça dos índios da sobre dita aldeia de Santo Antônio em que mataram e flecharam muitos deles sem mais

causa que a sua braveza e malignidade, e lhes tomaram todos os trastes que tinham, e duas canoas pussantes nas quais andam fazendo atualmente muitas insolências por aqueles rios e sertões” (Oliveira 1986: 9).

O processo, junto com depoimentos de 33 testemunhas, colhidos pelo ouvidor geral, chegou à Junta de Missões, conformada por membros das distintas ordens religiosas atuantes na Amazônia. Os depoimentos replicaram as acusações e reforçaram a imagem hostil dos Mura, os quais foram considerados desde então como *Gentio de Corso*. Alguns dos religiosos que analisaram os Autos desconsideraram as acusações e sugeriram nos seus pareceres que os depoimentos foram fabricados por não haver nenhuma testemunha direta dos atos atribuídos aos Mura. Alguns acrescentaram ainda que os Mura não estavam cometendo nenhum crime porque se estavam defendendo dos ataques às suas aldeias. Nas palavras do Frei Manoel Borges, Comissário Geral dos Mercedários:

“1º (...) [As testemunhas] publicam o mal que receberam, porém não declaram a causa que deram que certo gentio não comete a ninguém, mas somente se defendem quando lhes vão assaltar as suas aldeias, que é o que costumam fazer os Cabos das canoas quando passam ao sertão. 2º [As testemunhas] afirmam que os que vão a colheita de cacau não passam das beiras do Rio Madeira, tendo no centro do mato os maiores haveres: estes me parecem são próprios das nações daquelas terras de que não devem ser espoliados contra sua vontade, senão nos casos que as leis ordenam; e como eles ainda não cometeram os crimes, por defenderem suas terras como podem ser castigados? 3º [As testemunhas] afirmam que é a nação Mura a que tem feito estas insolências nunca vistas: se esta nação é de corso e não tem parte certa, como afirmam todos, onde se lhe poderá dar com acerto? Certamente se irão escalando as nações inocentes como tem sucedido muitas vezes, ainda constando dos sítios certas desculpadas, que não vão os Cabos de guerra mais que a escalarem os sertões, cativar gentio forro e liberto, e com título de guerra trazem os que nunca a fizeram” (Oliveira 1986: 145).

Frei Borges insinuou também que declarar estas ações de guerra era uma tática dos Jesuítas para beneficiar seus interesses e negócios, que como vimos envolviam a extração de cacau das matas do Madeira.

O parecer de Frei Brás de Santo Antônio, Comissário Provincial da Província da Conceição, aponta que as inimizades entre os Mura e os portugueses foram resultado das incursões para cativar escravos feitas pelos buscadores de cacau. Indica que “não fosse isso, a nação dos Muras está ofendida por se lhe dar uma guerra bem censurada de injusta no tempo do Governador Bernardo Pereira de Berredo em que lhe cativaram 40 e tantas pessoas, que é todo o motivo destas guerras”. Acrescenta que “este gentio, como Senhor das Suas terras têm justiça a defender os frutos e paisagens delas sem ofensa nossa”

(Oliveira 1986: 135). Este comentário indica ações contra os Mura entre 1718 e 1722, tempo em que governou Pereira de Berredo. No entanto, um comentário escrito posteriormente pelo Pe. Jesuíta João Daniel, que permaneceu na Amazônia entre 1741 e 1757, explica um evento que parece anterior a estas lutas. De acordo com Daniel (2004 [1758-1776?]: 360-361):

“A nação Mura (...) têm esta contínua guerra, não porque comam gente ou carne humana, mas por ódio entranhável aos brancos, a que estes mesmos deram muita causa. Tinha-os praticado antigamente um missionário, e eles dado palavra de saírem dos seus matos, e desceram para a sua missão no ano seguinte, depois de o missionário lhes ter prontos e prevenidos víveres, panos e ferramentas para os vestir e sustentar, enquanto eles não fizessem roças próprias. Neste ajuste estavam firmes; mas foi perturbá-los um português, que dele soube deste modo. Preparou uma grande barca com o pé de ir as colheitas do sertão, como se costuma, foi ter com eles, e fingindo ser mandado pelo dito missionário, lhes disse que ele os mandava buscar, porque já tinha preparado roças, casas e pano. (...) o branco (...) os soube enganar e iludir, de sorte que eles, persuadidos de que na verdade os mandava buscar o padre, se embarcaram (...). Contentes com a sua astúcia, e muito satisfeito com tão venturosa caravana e rendosa presa (...), em lugar da missão prometida, os levou para as vizinhanças da cidade (...) e os vendeu aos mais brancos nos seus sítios, fingindo serem seus escravos (...), os passou todos, grandes e pequenos, homens e mulheres, de que trazia abundância, mancebos e velhos, e desta sorte se faziam muitos escravos. Os mais, que ficaram para as seguintes monções, e esperavam com ânsia o como os seus parentes tinham sido recebidos na missão, e se estavam contentes para eles seguirem os seus informes, assim que souberam da tramoia, e que estavam feitos escravos, em lugar da liberdade cristã prometida na missão, conceberam tal ódio contra os brancos, e tal vez contra os mesmos padres, persuadidos de que eles os tinham já antes praticado para os fazer escravos, que desde então até agora têm contínua e declarada guerra contra os missionários, brancos e aldeanos”.

Considerando que desde o final da missão dos Iruri e a viagem que levou a encontrar o lugar para a fundação posterior da missão de Santo Antônio da Cachoeira não houve presença missionária dos Jesuítas na região, poderíamos localizar este evento descrito pelo Pe. Daniel entre 1696 e 1712. Porém, a existência já de uma missão e o ambiente de confiança entre o missionário e os indígenas, o contexto que traz esse relato faz mais do que plausível que a traição aos Mura ocorreu na época em que ainda existia a missão no Maturá, tempo em que os missionários tentavam atrair as populações dos afluentes do médio Madeira para a beira do rio principal. Isto reforçaria a vizinhança dos Mura com os povos do sistema regional dos Iruri e confirmaria a localização que lhes foi dada por Bartolomé Rodrigues em 1714 entre os rios Manicoré e Maici.

Embora os pareceres contra a Devassa fossem negativos, já que a Coroa considerou que a presença de índios brabos no Madeira protegeria o acesso ao ouro das minas de Mato Grosso, houve efetivamente uma diminuição temporária da presença de tropas portuguesas no Madeira até o tempo do Tratado de Madri, em 1750. No entanto, houve efeitos desastrosos para os indígenas: a negativa à guerra justa, na visão da Junta de Missões, se sustentou em que a reação bélica dos Mura era justificada para proteger suas terras, mas isto na prática gerou e disseminou a visão desses como Gentio de Corso. É fundamental entender a grande importância mercantil que tinha o rio Madeira na época. O Frei Manoel de Marvão, Comissário Provincial da Província da Piedade, destaca que todo ano iam entre 100 e 150 canoas a extrair cacau no rio Madeira e que, nalguns anos, aquelas que se dirigiam ao Solimões, em número semelhante, não encontrariam uma boa coleta, dirigindo-se na sua totalidade ao Madeira (Oliveira 1986: 129). Durante as primeiras décadas do século XVIII, esta abundância de frotas de canoas ou comboios fluviais de caráter comercial ou militar, que se chamavam de monções e duravam em média de 6 a 8 meses nos sertões, semearam o terror nas populações indígenas do baixo e médio Madeira (Amoroso 1991:). A reação indígena a essa invasão massiva foi cada vez mais enérgica e violenta. Os ataques contra as monções e as missões dificultaram o acesso ao cacau e outras drogas do sertão do rio Madeira, considerado como o rio que tinha maior fartura de cacau. Desse modo, era imperativo motivar guerras justas e expedições punitivas contra os Mura para liberar de perigo a navegação pelo Madeira, uma vez os índios destacavam-se pelas suas grandes técnicas náuticas e conhecimentos das conexões fluviais para realizar emboscadas contundentes contra as monções.

Como os portugueses sabiam que os Mura não praticavam o canibalismo, era necessário justificar por outros motivos o seu extermínio e/ou a sua escravização. Por esta razão, construiu-se o argumento de que eram Gentio de Corso⁵, ou seja, piratas e saqueadores impiedosos dos empreendimentos coloniais, e que, além disso, eram nômades sem lugar fixo de moradia, contrariando princípios caros à civilização. A isto se acrescentou que os índios de diversos povos que se encontravam na missão dos Abacaxis, como os já mencionados “Iririses”, “Unicoreses” e “Torás” (Pe. Theotônio 1749 *apud* Amoroso 1991:) desertaram para fugir das epidemias que dizimavam o lugar.

⁵ No século XVIII, poucos grupos foram considerados como Gentio de Corso. Destacam os Mura no Madeira, os Guaicurú no Chaco e os Payaguá no rio Paraguai.

Apontamentos posteriores até o final do século XVIII vão enfatizar que desertores de todos os tipos como indígenas, negros e portugueses terminavam se juntando e se transformando em Mura, o que aumentava sua periculosidade.

Na década de 1750 se assinou o Tratado de Madri, definindo as fronteiras entre as Coroas espanhola e portuguesa, e ocorreram as reformas pombalinas que conduziram à expulsão dos Jesuítas, à mudança de estatuto de muitas das missões, convertendo-as em vilas agora administradas por civis e militares, e à promoção dos casamentos interétnicos entre colonos e soldados com mulheres indígenas para expandir a ocupação portuguesa na Amazônia. O famoso Governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão do Marquês de Pombal, inaugurou o novo modelo de vilas em Borba, em 1756, reforçando militarmente a parte baixa do Madeira. Um pouco antes, e com as fronteiras já demarcadas, se abriu a navegação comercial pelo Madeira para comunicar Cuiabá com Belém, fazendo com que as monções estivessem sempre acompanhadas por escoltas armadas para enfrentar os Mura. Nessa época se relatam ataques dos Mura acima das cachoeiras do rio, expandindo seu raio de ação antes restrito ao espaço entre a foz do Ji-Paraná (Rio Machado) e a foz do Madeira. Na década seguinte, se reportam ataques e saques dos Mura a diversas vilas em vários rios como o Solimões, Japurá e o Negro e se argumentou agora que eram um empecilho à agricultura já que as terras férteis não estavam nas vilas e sim no mato, no domínio dos Mura. Nesse momento, se convertem no principal obstáculo à consolidação do projeto pombalino (Amoroso 1991).

Nas principais crônicas da segunda metade do século XVIII, como as do Pe. José Monteiro de Noronha (1768), Vigário Geral da Capitania do Rio Negro, e do ouvidor Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio (1774-1775), os Mura são apresentados como gentio de corso que não aceita a paz e, além de atacar os brancos, faz a guerra contra outros povos indígenas e assalta as suas roças. Monteiro de Noronha (2006 [1768]: 43-47) afirma que, pelo Madeira, os Mura não atacam acima do rio Jamari (cerca da atual Porto Velho), e povoam todas as suas margens até a foz, inclusive em grande número no rio Autazes, o qual conecta o Madeira com o Amazonas. Também afirma que as margens do Amazonas “são infestadas de gentio Mura”, assim como regiões de lagos e rios que levam ao Purus e ao rio Negro. Sampaio (1985 [1774-1775]) escreve preocupado em muitas passagens do seu diário de viagem sobre possíveis ataques dos Mura à sua expedição, localiza os Mura nos mesmos rios que Noronha e também nas conexões fluviais com o Japurá, incursionando até Tefé. Nestes cronistas, a presença ameaçadora dos Mura se torna onipresente em grande parte da Amazônia, impedindo os

empreendimentos agrícolas. Por exemplo, Sampaio fala que a povoação de Arvellos teve que mudar várias vezes de lugar em várias “paragens do Amazonas por causa da praga dos mosquitos e dos Mura” (: 36). Para o ouvidor era necessário erradicar os Mura, “gentio de corso que só vive de caça, pesca e frutas do mato” (: 26), ideia com a qual vai concordar com veemência, um par de anos depois, o naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira, quem, aliás, promoveu uma visão sobre a brutalidade dos seus ataques. Disse Rodrigues Ferreira (1974 [1787]: 60) que os Mura cometiam inenarráveis atrocidades, incluso com os cadáveres dos inimigos, e que, além dos assassinatos, escravizavam outros índios por meio de incursões traiçoeiras, sempre em pequenos grupos de guerreiros. No seu relato de viagem pelo Madeira, em 1789, afirma que os Mura incitaram os seus remeiros indígenas a desertar, deixando-o desamparado no rio (Horch 1989).

A belicosidade e brutalidade dos Mura, sua forma de vida “nômade” sem lugar fixo de residência, sua grande população que chegou a ser estimada em 60.000 pessoas (Anônimo 1826 *apud* Amoroso 1994: 11) e a sua expansão por um território gigante, que abrangeu do Solimões até o Trombetas, informações referenciadas por Nimuendajú a partir dos registros históricos (MAPA 8), os converteram nos maiores inimigos da Coroa portuguesa na Amazônia durante o século XVIII. De fato, e apesar das reformas pombalinas que declararam a liberdade de todos os indígenas, os Mura eram um dos pouquíssimos povos que ainda podiam ser escravizados com “legitimidade”.

MAPA 8 -Expansão Mura no Século XVIII



Mapa 8 - Expansão Mura no Século XVIII - Elaborado por Curt Nimuendajú, 1944.

No entanto, alguns grupos mura permaneceram no Madeira levando sua vida. Em 1781 encontramos uma breve referência no diário de uma expedição de dois oficiais de demarcação que saíram de Barcelos rumo ao Mato Grosso, escrito por Antônio Pires da Silva Pontes. Subindo o Madeira, durante o dia 22 da expedição “viram-se muitos Mura que caçavam e portamos perto do riosinho Maturá ... e pernoitamos acima dele, coisa de uma légua”. No dia 23 “foi mais pequena a jornada porque não tínhamos andado légua e meia quando de cima de uma barreira entraram a chover flechas sobre a canoa em que ia meu companheiro” (Pontes 1964 [1781]:349).

Surpreendentemente, em 1784, os Mura iniciaram um processo de “auto-pacificação” e alguns deles optaram por se estabelecer nas vilas coloniais. O que pode ter motivado isto? Menéndez (1981-1982) explica que, com o declínio das minas de ouro do Mato Grosso, as explorações portuguesas encontraram um novo caminho para comunicar Cuiabá com Belém, via o rio Tapajós. Este caminho era mais fácil, na medida que evitava o grande número de cachoeiras do Madeira, as quais faziam penosa a navegação. A presença colonial nos formadores do Tapajós instigou a movimentação belicosa de vários grupos, como os Munduruku, mencionados por primeira vez na literatura como

“Muturicus” por Ribeiro de Sampaio (Menéndez 1981-1982: 331). Desde 1770, os Munduruku subiram pelo Tapajós e pelo interflúvio Tapajós-Madeira atacando tanto os brancos como outros povos indígenas. Acessaram o Madeira pela parte baixa do rio, atacando os Mura inúmeras vezes e produzindo entre eles “grandes carnificinas” durante a década de 1780 (Nogueira 2020). Deste modo, os Mura começaram a ser pressionados numa guerra que os atacava por duas frentes.

Como descreve Amoroso (1991), em 1784 um pequeno grupo de 5 mura, resguardados por algumas embarcações, visitou a Vila de Ega (atual Tefé) e manifestaram querer concluir com as mortes. Esta visita aterrorizou os moradores de Ega e o comandante do local lhes entregou vários presentes assim como solicitou socorro ao governador. No entanto, escreveu que os Mura tinham uma vontade sincera de terminar com os conflitos. Os Mura se aproximaram da povoação de Santo Antônio de Imapipi, no Japurá, e a administração colonial iniciou, entre 1784 e 1787, sete aldeamentos mura no Solimões, Japurá e Madeira com a intenção de dispersá-los e evitar novos levantamentos. O grande protagonista desta pacificação foi o principal Ambrósio, um indígena murificado que teria sido cativado quando criança pelos Mura e se tornado um deles. Ambrósio conduziu os Mura à “civilização” e ajudou na redução dos Chumana e Iruri, estes últimos conduzidos à aldeia dos Guatazes (Autazes), no Madeira. Todo este processo de auto-pacificação está documentado nas *Notícias da voluntária redução de paz e amizade da feroz nação do Gentio Mura nos annos de 1784, 1785 e 1786* e no poema épico *Muhuraida*, escrito pelo militar Henrique João Wilckens (2012 [1785]), onde exalta-se o trunfo da fé cristã sobre a barbárie.

As notícias que chegaram sobre os aldeamentos mura, em 1788, para as autoridades coloniais foram frustrantes. Amoroso (1991) explica que os Diretores dos aldeamentos informaram que os Mura raramente se encontravam nas aldeias, que sempre estavam fora, com suas famílias, no mato, nos castanhais, na pesca, na captura de tartarugas e peixes-boi, e que apenas se juntavam quando as roças estavam produzindo alimentos. A indocilidade dos Mura para se submeter ao projeto colonial fez que em 1798, quando foram extintas as políticas pombalinas, ainda se considerava os Mura de maneira excepcional em comparação com os demais povos indígenas. A Carta Régia de 1798 garantiu a indiferenciação de índios e brancos perante a lei, salvo os Mura, Munduruku e Karajá, que podiam ser recrutados para servir os colonos, que deveriam lhes fornecer educação e batismo (Amoroso 1991).

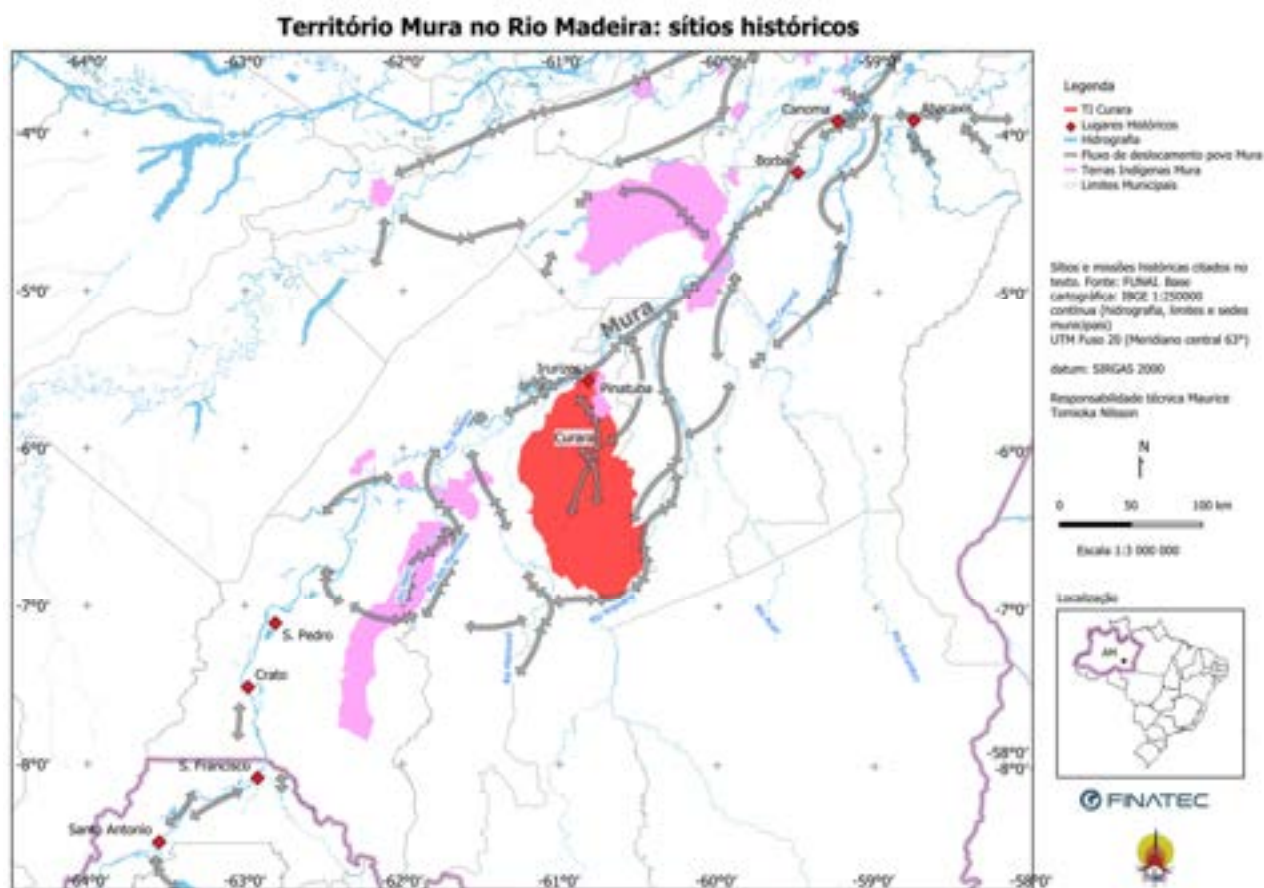
Em síntese, o contato entre os portugueses e os índios do médio e baixo Madeira, desde finais do século XVII, foi desastroso para os últimos. Suas estruturas sociais rapidamente colapsaram, sua população diminuiu por causa de epidemias e descimentos, e, como em outras partes da Amazônia, propiciou que os sobreviventes se internassem em locais mais afastados da mata e abandonassem suas roças, sobrevivendo da coleta de frutas silvestres, pesca e caça, modo de sobrevivência comum para alguns povos da região que já circulavam pelos interflúvios antes da chegada dos europeus. Este modo de vida seria característico dos Mura de acordo com as fontes do século XVIII. Assim, essa forma de vida ficou em oposição à civilização. Também, os cronistas da época cometeram um grande erro: aqueles índios que denominaram de Mura não eram uma unidade étnica, mas sim um aglomerado, pelo menos, dos remanescentes da “nação Iruri”, de sobreviventes e desertores de vários povos do médio e baixo Madeira durante o processo colonial. Amoroso (1994: 12) afirma que o etnônimo “Mura” era aplicado ao índio desertado da cristandade e da colonização, que passava a viver com os Mura; por isto, sua população e território foi superestimado. De fato, os cronistas descreveram muitas vezes que os Mura adotavam membros de diferentes grupos, fosse pela guerra ou por vontade própria, que aderiam à forma de vida mura, ou seja, aos olhos dos cronistas, como o gentio de corso, nômade, não dependente da agricultura, contrário à civilização. Rodrigues Ferreira e Wilkens chegaram a dizer que estes índios murificados, ou “não de nascimento” nas palavras da época, eram mais cruéis e violentos que os próprios Mura.

Nos relatos obtidos no campo foi explicado que os antigos Mura faziam longos percursos atravessando os interflúvios dos rios Aripuanã, Mariepaua, Mataurá, Uruá, Atininga, Manicoré e Marmelos (onde até hoje moram os Pirahã, único outro povo da família linguística Mura), usando conexões aquáticas ou seguindo caminhos, para ir aproveitando a fartura de pesca e castanha. Este dado permite conectar diretamente os grupos da família linguística Mura com os povos da “nação Iruri”, uma vez que estão localizados no mesmo grande território, diferenciando-se pela forma de produção, já que os falantes de línguas Mura não dependiam da agricultura. Isto se soma aos dados arqueológicos que assinalam a importância do manejo e produção de castanha desde há 6 mil anos, a uniformidade histórica e cultural entre a região das cachoeiras do Madeira e o Aripuanã durante as ocupações cerâmicas e a existência de uma fronteira que os separava dos inimigos a 140 quilômetros à jusante do rio Aripuanã, além das relações territoriais de longa data entre os Pirahã, os Mura e os Torá, já mostradas. Também é importante apontar que nas descrições do território há uma enorme quantidade de terras

pretas, ou seja, terras antrópicas produzidas pela longa ocupação, que como vimos acima estão presentes na região há pelos 1.500 anos, assinalando as tendências mais sedentárias dos Iruri.

Pelo conhecimento etnológico atual de sistemas regionais hierárquicos, por exemplo o do Alto Rio Negro, e das dinâmicas das relações de parentesco na Amazônia, sabemos que estes sistemas regionais sempre são multilíngues e pode haver relações hierárquicas interétnicas entre grupos mais sedentários e outros mais móveis que circulam sazonalmente pela floresta. Estas relações são orientadas por intercâmbios nos quais o grupo móvel trabalha a roça do outro durante um período do ano para usufruir os produtos cultivados em troca de produtos de caça e/ou pesca, ou de outros serviços. É muito plausível, e dada a grande continuidade histórica de características culturais dos Mura (menos dependentes das roças e com preferência pela mobilidade sazonal para pescar, caçar e aproveitar frutas do mato como a castanha) que estes formassem parte do sistema regional Iruri e que fossem aqueles “vassalos” que moravam nas roças, de acordo com a descrição de Bettendorff. Depois da debacle da colonização, os remanescentes Iruri se juntaram e adotaram o modo de vida mura, facilitado porque estavam relacionados previamente dentro de um mesmo sistema social. Não sabemos que língua falavam os Irurí, Onikoré, Aripuanã e Parapixana mas, dadas as características estruturais do sistema, há fortes elementos Arawak como as relações hierárquicas, a troca de longa distância e o ideal pacifista. Deste modo, o sistema regional Irurí existiu até o século XVIII, ao menos entre os rios Marmelos e Aripuanã, formado por povos das famílias linguísticas Mura, Txapakura e Arawak (que bem poderiam falar uma língua das outras famílias, mas retendo suas características culturais) que habitavam os cursos e interflúvios dos afluentes do Madeira compreendidos naquele trecho. É possível que o limite sul deste sistema chegasse até as cachoeiras, onde poderia haver falantes de línguas do tronco Tupi. Isto significa que os povos da família Mura são ocupantes tradicionais deste território desde tempos imemoriais, que a etiqueta étnica atribuída colonialmente implicou a absorção e englobamento dos sobreviventes deste sistema regional sob o etnônimo Mura, e que o território mura no século XVIII cobriu o médio e baixo Madeira (Mapa 9).

MAPA 9 – Território mura no século XVIII



Mapa 9 - Território mura no século XVIII

1.2.3 Século XIX: Entre tapuios rebeldes e índios mansos

Os conflitos diminuíram nas beiras do Madeira na virada para o século XIX, já que os Munduruku fizeram a paz com os portugueses em 1795 e se converteram nos seus aliados. No entanto, intensos deslocamentos e conflitos aconteciam continuamente nos interflúvios, por exemplo com a chegada dos Parintintim e outros grupos nalguns afluentes do Madeira. Das primeiras duas décadas temos poucas informações sobre o quê estava acontecendo. Os naturalistas alemães Karl Friedrich von Martius e Johann Baptiste von Spix encontraram-se com os Mura durante sua viagem pelo Amazonas (1819-1820), rumo a Manaus, perto de Tupinambarana. Ali, um Munduruku que os acompanhava convidou-lhes para entrar nos tapiris, ou palhoças transitórias, de uns mura que coletavam ovos de tartaruga numa praia. Os naturalistas ressaltam o temor dos Mura perante os Munduruku, os quais, após a guerra, lhes raptaram as mulheres. Dias depois se encontraram com outro grupo mura e foram conduzidos para a morada do chefe, uma

“palhoça afastada na mata”. O encontro impressionou os naturalistas e os descreveram do seguinte modo:

“Também nos bastaram poucos minutos para ver-lhes os pobres e sujos objetos caseiros. Em parte alguma nos pareceu tão medonha e triste a miséria do silvícola americano, como ali. Tudo indicava que mesmo as mais simples necessidades da vida se satisfaziam ali a modo dos animais... Além das armas faltava todo utensílio doméstico. A mulher, que à nossa entrada fugiu espavorida do leito, estava tão pouco vestida como o homem e as crianças pertencentes à horda. A expressão das fisionomias era feroz, hesitante, abjecta. Mesmo a expressão de liberdade não podia animar os traços largos, confusos, ensombreados por mechas de cabelo comprido, e as mulheres traziam, tanto no rosto, quanto no corpo, vestígios de maus tratos, parecendo de acordo com seu estado de sujeição servil ao homem. Eram largos os seus corpos, carnudos e de estatura inferior à mediana; devido a constante nudez, a pele era da mais escura cor de cobre, pelos quase só se notavam na cabeça, e num homem o lábio superior, que tinha ainda desfigurado o rosto carrancudo com três grandes dentes de caititu metidos no lábio superior e no lábio inferior (FIGURA 2). Outros homens traziam um batoque de uma polegada, introduzido no beijo inferior, e uma das mulheres tinha enfiado no septo nasal um fino cilindro de taquara” (Spix e Martius (1976) [1831]: 110).

Os naturalistas associaram a forma de vida mura, em especial a liberdade, com a miséria física e moral. Afirmaram que “embora atualmente já suavizada a hostilidade, ao menos em parte, contudo, desdenham servir aos brancos, mais do que qualquer outra tribo, e seu gosto pela cachaça os torna às vezes serviçais por curto período”. Acrescentam que “todas as demais atrações são ineficazes para homens, cujo estado baixo de civilização dispensa as mais simples necessidades” (: 111). Além de criarem um novo estereotipo, Spix e Martius reforçaram os preconceitos já ressaltados no século XVIII. Descreveram que os Mura eram uma das nações mais numerosas de “silvícolas” e que viviam dispersos por não ter moradia fixa “e preferir vagar, ao sabor da fantasia e da necessidade do momento”, que seus ataques eram por surpresa e a traição em lugares de grande correnteza dos rios, e estavam muitas vezes aliados aos Torás, motivo pelo qual os dois grupos teriam sido intensamente perseguidos pelos colonos europeus.

Figura 2 - Indígena mura



Ilustração de Spix e Von Martius

Os naturalistas também deixaram algumas informações etnográficas não sem insinuar a natureza “selvagem” dos Mura. Por exemplo, disseram: “a sua língua, toda gutural, e continuamente acentuada pela gesticulação das mãos e vivas pantomimas, soa de modo extremamente desagradável e é difícil de aprender. Da mesma maneira é também a língua geral apenas conhecida por poucos mura” (: 111). Descreveram que os Mura tinham um ritual de iniciação masculina e de maturação das sementes celebrado numa “casa espaçosa, toda aberta”, onde consumiam paricá por 8 dias, entre bebedeiras e cantos - o qual lembra a descrição de Bettendorff sobre o ritual da Casa do Paricá dos Iruri - e os homens se flagelavam com “compridas correias de couro de anta ou de peixe-boi até correr o sangue” (: 111). Alguns anos depois, em 1847, Paul Marcoy, outro viajante descreve esse ritual e acrescenta que o seu nome era *Parané* (Marcoy 2001 [1862]: 134). Perto de Manaus, Spix e Martius também observaram uma festa de um grupo mura que trabalhava para o Dr. Zani, acompanhante e guia dos naturalistas, onde dançavam em círculo, tomados das mãos, com os homens de um lado e as mulheres e crianças do outro, fazendo “berreiro selvagem” (: 136). Por último, apontam que esses “Muras ambulantes são empregados como hábeis pescadores pelos colonos da vizinhança” (: 136).

Segundo Menéndez (1981-1982), a partir das informações de André Fernandes de Souza, em 1828 estavam registradas sete aldeias mura em ambas as margens do médio e baixo Madeira, entre elas uma no riacho Matupiri “aonde estava uma grande aldeia do Gentio Mura com roças de manivas em terras firmes” e “a aldeia das Três-casas, que é

habitação de Mura. Tem somente três casas, aonde moram muitos centos de famílias, por conseguinte mui grandes...” (Souza 1848: 425, *apud* Menéndez 1981-1982: 333). É importante notar que estas fontes do início do século XIX, embora afirmem que os Mura não têm residência fixa, também mostram que construíam casas, algumas muito grandes, e podiam viver em aldeias. Também podiam ter roças em contraste com a ideia de que fariam pilhagem dos cultivos dos outros indígenas, o qual, somado às suas práticas sazonais de pesca e captura de tartarugas, demonstrariam que seu modo de produção podia alternar a sazonalidade com a horticultura, sem que esta última os tornasse dependentes dos produtos das roças. Isto evidencia uma importante continuidade histórica no seu modo de vida.

A década seguinte foi marcada violentamente pela Cabanagem, uma das mais importantes revoluções sociais do período regencial, onde uma vez mais os Mura e os Munduruku foram atores centrais e antagonistas no Madeira. A revolta tomou seu nome, décadas depois de acontecida, em palavras de Castro Pereira (2009: 114), da “maciça participação de negros, índios e mestiços que trabalhavam na extração de produtos da floresta e moravam em cabanas à beira dos rios”. A Cabanagem se iniciou em Belém pelo confronto político entre as elites portuguesa e paraense, as quais tinham interesses opostos. A elite local não queria mais a dependência da Coroa portuguesa e buscou aliados nas diferentes camadas sociais da região, tomando a cidade de Belém, depondo e substituindo o governo após várias chacinas. A administração imperial enviou exércitos ao Pará para controlar a situação e rapidamente o conflito derivou numa guerra de classes, associando os rebeldes com categorias étnicas e raciais (Harris 2017). Os redutos rebeldes se espalharam por toda a calha do Amazonas e por vários afluentes como o Tapajós e o Madeira, produzindo alianças dos cabanos com os Mura e alguns Munduruku “fora da lei” (: 326). As tropas legalistas alistaram nas suas filas os Munduruku que viviam em Abacaxis e Canumã, fazendo incursões muito violentas contra os rebeldes no Madeira. A situação atingiu dimensões dramáticas para os Mura da região de Autazes, os quais construíram inúmeras trincheiras nos rios para enfrentar seus inimigos e emboscá-los (Castro Pereira 2009; Pohl e Durigan 2002). De fato, os ataques “legalistas” foram fazendo recuar os Mura da região do delta do Autazes e obrigando-os a se refugiar nas cabeceiras.

Em 1838 foi enviada uma tropa desde o rio Negro, comandada por Ambrósio Ayres, conhecido como Bararoá, para atacar os Mura. Na época, a situação era muito difícil para os Mura já que eram atacados por várias frentes por soldados, pelo exército

de índios rio-negrinos comandados pelo Bararoá e pelos Munduruku (Castro Pereira 2009: 173), que os procuravam também pelo interflúvio e lhes produziam inúmeras baixas, cortando as suas cabeças e exibindo-as em espetos. Os Mura sobreviviam pelo grande conhecimento que tinham das conexões fluviais, se deslocando pelos diferentes lagos, e conectando diferentes grupos locais em áreas distantes da mata. Sua grande mobilidade e estratégia de guerrilha os ajudava a tentar manter os limites da guerra na parte baixa dos rios, onde tinham trincheiras e outras vantagens. Em agosto desse ano, conseguiram isolar o Bararoá e o mataram. Nos relatos colhidos por Castro Pereira (2009), o Bararoá foi assassinado lentamente e picaram seu corpo, marcando, no seu olhar, o final da guerra. Nas fontes não há referências de que os conflitos tenham chegado até os Mura do Maturá, embora num dos depoimentos colhidos no campo, um ancião relatou que quando era criança seu pai lhe comentou que abrindo um lugar para a roça encontrou várias espadas e restos do que parecia um combate da época dos Cabanos. Certamente, os Mura não se reconheciam como Cabanos e muito menos como “legalistas”, simplesmente para eles a guerra era uma continuidade dos seus conflitos do século XVIII com os portugueses e os Munduruku. Com bem explica Harris (2017), a Cabanagem foi a única das revoltas populares da época que foi entendida pelo governo imperial como uma guerra racial, onde se atacava principalmente uma forma de vida amazônica que era contrária à ideia de civilização que tinha o Império do Brasil. Essa forma de vida, como anotado acima, foi atribuída paradigmaticamente aos Mura desde o início do século XVIII, e por esse motivo houve tanta agressividade contra eles. Oficialmente a Cabanagem se encerrou em 1840 quando Dom Pedro II assumiu as rédeas do Império e fez uma anistia geral. A Cabanagem, no final das contas, como explica Harris (2017), incorporou a Amazônia ao Brasil, embora a forma de vida que atacou resultou vitoriosa, pois não foi erradicada.

De acordo com Menéndez (1981-1982: 337), para a segunda metade do século XIX, as fontes para o baixo e médio Madeira se referem quase exclusivamente aos Mura, Munduruku, Parintintim, Torá e Arara, o que evidencia uma grande diminuição da diversidade étnica do rio. Após a Cabanagem, se criou um Corpo de Trabalhadores Rurais que arregimentou principalmente a homens indígenas jovens, que muitas vezes eram capturados e levados para cumprir diversas tarefas em lugares distantes. Para os Mura do baixo Madeira, este período foi visto como um tempo de “pega-pega” (Castro Pereira 2009) que tanto os obrigou a se refugiar em áreas de cabeceiras como a reagir com ataques. No entanto, houve outras políticas imperiais que produziram novos cenários. Em

1845, se promoveu uma lei de Catequese e Civilização que pretendia fixar os indígenas nas aldeias e controlar a mão de obra para a produção agrícola, trazendo novas ideias de controle da terra, que implicavam por exemplo o aluguel a particulares das terras que eram dos índios, e da necessidade de reduzir a mobilidade dos “nômades”. Em 1850 foi criada a Província do Amazonas e foi governada por diversos presidentes. Em um primeiro momento, e devido à debacle demográfica derivada da Cabanagem, a percepção do governo era que fazia falta mão de obra na Província (Leal 2013). Para manter fixados os índios se criaram Diretorias Parciais e se reativaram ou fundaram novas missões.

No baixo e médio rio Madeira se instituíram duas destas Diretorias, uma em Sapucaia-Oroca, perto de Borba, que era onde funcionava a jurisdição administrativa do rio, e outra no Maturá, cujo diretor foi Francisco Portilho Bentes (Leal 2013: 132). Bentes sugeriu que a aldeia de Maturá devia ser o lugar da diretoria geral “por ser mais sadia e convergir para ela maior número de índios” (Pinheiro 1969-1972: 52). Estes diretores tinham patente militar e, no geral, pertenciam às elites regionais, o que, na prática, terminou conduzindo a que os índios trabalhassem para os interesses pessoais dos diretores. Nos primeiros relatórios dos Presidentes da Província, se descreveram vários ataques dos Mura nessa época. Em 1852, os Mura atacaram no rio Aripuanã a um grupo de coletores de produtos florestais, e outros ataques foram reportados em diferentes partes do Madeira e Purus até 1863 (Moreira Neto 2005: 87). Após o ataque de 1852 o destacamento militar que estava no Maturá foi reforçado por causa das incursões dos Mura pelo Madeira; o presidente ordenou que a atuação militar requeria diferenciar “os bons dos maus e punidos os malfeitores, fazendo remeter para esta capital os vagabundos a terem aplicação conveniente” (Relatório do Presidente de Província, 1852: 5, *apud* Castro Pereira 2009: 139). As expedições punitivas contra os rebeldes ficaram a cargo dos Munduruku e outros Mura já aldeados (: 77). Na época se diferenciavam os índios pacíficos, já aldeados, dos hostis e dos isolados ou arredios. Dependendo do contexto, havia muras pacíficos, aos quais se chamou também pelo nome de “tapuios”, e outros hostis (: 79). Deste modo, na metade do século já não se enquadrava a totalidade dos Mura como inimigos do Império.

Este olhar ambíguo sobre os Mura também se refletiu nas descrições dos grandes naturalistas que visitaram o Amazonas na década de 1850. Wallace, Spruce e Bates se encontraram com pequenos grupos mura sobre o Amazonas, entre a foz do Madeira e a do rio Negro. Wallace e Spruce fizeram breves referências onde afirmaram que os Mura eram numerosos e estavam parcialmente civilizados (Wallace 1979 [1853]: 292) e que

habitavam em diversas pequenas colônias à beira dos lagos, se oferecendo para trabalhar em troca de cachaça e comida (Spruce 2006 [1908]: 153). Bates relembra que os Mura sempre foram hostis aos portugueses, mas que “levavam uma vida tranquila e ociosa nas margens dos infindáveis lagos e canais que cortam as terras baixas dos dois lados do rio [Madeira], abaixo de Borba” (Bates 1979 [1863]: 125). Também os descreve como semelhantes em características físicas aos Munduruku mas com hábitos e condição social divergentes, apontando que passam a vida “vagando pelo interior das terras, alimentando-se de caça e frutos silvestres. Quando querem atravessar um rio, improvisam uma canoa atando com cipó vários pedaços de cascas de árvore” (: 125). Acrescenta que um branco que os conhecia dizia que eram alegres e pacíficos e que alguns se empregavam em trabalhos como pescadores de propriedades dos colonos.

A partir da década de 1850, os Mura que estavam aldeados no Madeira começaram a viver ou misturados ou muito próximos dos Munduruku, especialmente em Canumã e Sapucaia-Oroca. No Relatório de 1853 se descrevem várias aldeias e malocas entre a parte baixa do Madeira até o rio Machado, sendo estas pertencentes na sua grande maioria aos Mura (11 malocas), com alguma presença de Munduruku e Torá. Havia uma aldeia Munduruku entre o rio Aripuanã e o Maturá, assim como havia uma aldeia Mura entre o Maturá e o Atininga (Leal 2013: 131-132). Nessa época, se descreveram conflitos dos Mura com os Paritintim e os Arara, sendo estes dos últimos grupos arredios à “civilização”. Não é fácil entender a mudança rápida sobre a visão dos Mura nas fontes oficiais do período, mas possivelmente tenha a ver com o fato de que tinham, dalgum modo, reduzido a sua mobilidade. De acordo com as fontes, os Mura trabalhavam nas roças, na salga do peixe, na elaboração de gordura de peixe-boi e de manteiga de ovos de tartaruga. No final da década de 1860, as aldeias Mura se esvaziaram por causa dos abusos de poder dos diretores locais e porque houve uma campanha para levar indígenas a servir na Guerra do Paraguai. Leal (2013: 161) aponta que os Mura viram esta tentativa como “pega-pega” das forças governamentais e se embrenharam na mata, abrindo suas roças lá para fugir do recrutamento forçado.

Em 1867, o Império do Brasil abriu a navegação internacional pelo Amazonas e assinou um Tratado de Amizade, Limites, Navegação, Comércio e Extradição com a Bolívia, conhecido como Tratado de Ayacucho, facilitando o escoamento da produção boliviana pelo rio Madeira. Isto levou os dois países a pensarem estratégias para agilizar o transporte pelo trecho encachoeirado do Madeira e conduziu às primeiras tentativas de construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré em 1872. Durante este período, o

coronel norte-americano George Earl Church e os engenheiros Franz Keller-Lëuzinger, alemão, e Edward Davis Mathews, inglês, percorreram o Madeira e, poucos anos depois, publicaram seus relatos de viagem, nos quais descreveram os Mura como um povo decadente, preguiçoso, nômade e errante, desprezado em toda a região por brancos e mestiços, embora tivessem sido poderosos no passado (Keller-Lëuzinger (2021 [1874]), Mathews (2020 [1875]), Church (1875)). Estes viajantes lhes prestaram muito pouca atenção aos Mura se comparados com os Munduruku e, em especial, com os “belicosos Parintintim”; poder-se-ia até dizer que a presença mura nos relatos é praticamente invisível como se o meio e baixo Madeira apenas fosse habitado por não indígenas. É possível que nesta década o “caboclo” e o “mura” já estivessem em processo de se tornarem sinônimos na imaginação regional.

A década de 1870 marcou o início do Ciclo da Borracha na Amazônia. No Madeira, o ciclo extrativista se iniciou muito cedo. Empreiteiros particulares se apropriaram dos seringais e tentaram titular suas propriedades, criando enormes pressões sobre os territórios tradicionalmente ocupados pelos indígenas. A escassez de mão de obra estimulou políticas governamentais à chegada de contingentes de migrantes, em especial do Nordeste, que se dispersaram por todas partes para extrair o látex da seringueira. As interações entre patrões, empregados nordestinos e indígenas geraram o sistema de aviamento, no qual se trocavam mercadorias básicas como sal, açúcar, café, fósforos, facas, roupas, entre outros, por determinadas quantidades de látex. O rápido consumo dessas mercadorias e a falta de conhecimentos sobre os valores destas produziram correntes de endividamento das quais era virtualmente impossível escapar. A injustiça do sistema levou a insurreições e levantamentos contra os patrões assim como à sua repressão violenta, tendo os Mura de novo um papel de resistência contra os abusos. O grande lucro gerado e o aumento da população externa fortaleceu novos assentamentos como Humaitá, fundada em 1888, e Manicoré, fundada em 1868 a partir da antiga localidade de Crato, elevada a vila em 1877 e a cidade em 1896, convertendo-se na sede da Comarca do Rio Madeira, limitando com Borba ao norte e com Humaitá ao sul. Deste modo, os Mura que habitavam no Madeira ficaram tanto encaixados administrativamente entre estes municípios e subjugados aos interesses políticos e econômicos das elites seringueiras que dominaram a administração, como se estabilizaram, em traços gerais, no amplo território do médio e baixo Madeira. Esse espaço foi se atomizando com o passo do tempo e pela presença crescente dos brancos na região.

Os seringais desta grande região passaram por grande número de conflitos violentos. Os Mura continuaram tendo atritos com a chegada cada vez mais intensa de colonos na área e se relatou que no final da década de 1870 se evadiam dos aldeamentos, especialmente na época de salga do peixe e de viração das tartarugas (Leal 2013: 160), a qual coincidia com a época de extração de látex. Uma vez mais, o modo de vida dos Mura ficou em oposição aos interesses econômicos da “civilização” e em Humaitá se criaram leis para vedar a exploração indígena das tartarugas, algo que seria imitado em Manicoré no século XX (Leal 2013: 189). Com o passar dos anos, o sistema de aviamento se fortaleceu, os Mura ficaram presos aos seus tentáculos e se transformou no foco das relações entre os indígenas e a sociedade nacional durante grande parte do século XX. O processo histórico do século XIX mostrou que, embora belicosos, os Mura não eram mais Gentio de Corso, e que o aldeamento e seu emprego como trabalhadores os estava colocando no caminho da “civilização”. No entanto, demonstraram também continuidades nas suas ações, principalmente no relativo a uma forma de vida sazonal, móvel e não dependente da agricultura.

1.2.4 Século XX: “Aqui não há índios”

A primeira década do século XX marcou o auge do Ciclo da Borracha. Para a época, centenas de grupos indígenas permaneciam semi-escravizados pelo sistema de aviamento em toda a Amazônia, enquanto outros fugiam e resistiam ferozmente à presença crescente e violenta de seringueiros nos seus territórios. No médio Madeira, especialmente entre Humaitá e Manicoré, os Parintintim faziam grandes ataques aos seringais. Os Mura, entretanto, ficaram cada vez mais presos nas teias do sistema de aviamento, o qual imobilizava sua força de trabalho já que as bocas dos rios eram fechadas para impedir a entrada de regatões, se restringia sua movimentação e acesso a áreas de coleta, caça e pesca, e se viram forçados a prestar serviços aos seus patrões. Adicionalmente, a chegada de grande quantidade de nordestinos, na maior parte dos casos homens solteiros (embora também chegaram casais), levou a inúmeras violências sexuais contra as indígenas assim como se intensificaram os casamentos destes seringueiros com mulheres mura. Desta forma, as mulheres foram responsáveis pela “murificação” dos seus maridos nordestinos, o que lhes permitiu ter acesso aos castanhais. Durante o

levantamento dos dados genealógicos deste estudo, as pessoas falaram muitas vezes: “meu avô (ou meu pai) era nordestino, minha avó (ou minha mãe) era Mura legítima”.

Em 1910 foi criado o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPIILTN), sob a direção geral do Tenente-Coronel Cândido Mariano Rondon, posteriormente mais conhecido como Marechal Rondon. O SPIILTN tinha entre os seus objetivos tanto pacificar por meios não violentos os povos indígenas que estiverem em guerra contra os “civilizados”, obstruindo os diferentes empreendimentos econômicos, como por exemplo o acesso a seringais ou a instalação de linhas telegráficas, quanto conduzir à integração nacional os povos indígenas que se encontravam já encaminhados em direção à “civilização” (Souza Lima 1995). Em um primeiro momento, estes últimos eram os “Trabalhadores Nacionais”, ou seja, aqueles *caipiras*, *sertanejos* ou *caboclos*, descendentes de indígenas que teriam propensão a se mobilizar sem lugar fixo por causa da sua herança indígena, e que seria melhor alocar em Reservas Indígenas para se dedicar a tarefas agrícolas e, assim, garantir o sucesso da sua integração como brasileiros.

A necessidade de demarcar terras para os indígenas rapidamente gerou grandes tensões entre o SPIILTN e os governos estaduais. Com a instauração da República em 1891, a União garantiu para si as terras em áreas de fronteira enquanto deixou aos estados a administração das “terras devolutas”. Isto propiciou que as elites políticas e comerciais dos estados se interessassem como nunca antes na titulação de terras. No Amazonas, durante o auge da borracha, estas elites conseguiram títulos de seringais e de vastas áreas de floresta. As terras que deviam ser para os índios deviam ser tituladas a partir das terras devolutas, o que, na prática, serviu aos interesses das elites porque essas Reservas Indígenas eram muito menores do que os verdadeiros territórios tradicionalmente ocupados pelos índios (Athila 1998). Bento de Lemos, um dos primeiros inspetores do SPIILTN no Amazonas, estava totalmente comprometido em garantir terras aos índios e de protegê-los dos abusos dos seringueiros. Lemos produziu vários relatórios, apresentando censos e demarcações de lotes de terra que poderiam ser para os índios no baixo e médio Madeira. Em 1919, o censo feito pela Inspetoria localizou os Mura no baixo Amazonas, nos rios Solimões e Madeira, assim como nos seus afluentes Autazes, Baetas, Marmelos, Maturá, Aripuanã e Canumã (Athila 1998: 89).

Lemos enviou o etnólogo Curt Nimuendajú para conduzir a pacificação dos Parintintim no começo da década de 1920 (Rocha Freire 2007). Nimuendajú visitou os Mura em vários pontos do Madeira nessa época. Sobre o Maturá apenas escreveu que

no rio havia uma aldeia no lugar chamado Cidade (Nimuendajú 1982. [1925]: 116). No entanto, deixou um mapa de 1926 mostrando diversas localizações da parte baixa do rio, em especial do lote São João (MAPA 10). Aparentemente, o trabalho do Nimuendajú consistiu em demarcar os lotes onde se reconheceriam as posses indígenas. No ofício do Ministério de Agricultura (sem data), se identificam vários lotes no município de Manicoré. Com relação ao Maturá e Uruá se descrevem:

“LOTE MALOCA-CIDADE: medindo aproximadamente 5.000 metros de frente por igual extensão de fundos. Limita-se pela frente com o lago Maturá; a montante com terras ocupadas por José Teixeira e jusante com o igarapé da Ilha do Cupido; pelos fundos com o igarapé Tracua.

PIQUIÁ II: medindo aproximadamente 10.000 metros de frente por 5.000 ditos de fundo. Limita-se à frente com o rio Uruá, afluente do rio Maturá; a montante com o lugar Cacaia; a jusante com o igarapé do Capricho e pelos fundos com o igarapé Pinatuba.

POSSE SEM DENOMINAÇÃO: medindo aproximadamente 5.000 metros de frente por 5.000 ditos de fundo. Limita-se: pela frente com o rio Maturá, margem direito; a montante, com o igarapé Pinatuba; a jusante com o igarapé Acurau; pelos fundos com terras devolutas.

CACAIA DO PIQUIÁ: medindo aproximadamente 8.000 metros de frente por igual extensão de fundos. Limita-se pela frente com o rio Uruá, afluente do Maturá; pelos fundos, com o igarapé Pinatuba.

PINATUBA: medindo aproximadamente 2.000 metros de frente por 4.000 ditos de fundos, limitando-se pela frente com o rio Maturá, a montante com o rio Uruá, a jusante com terras devolutas e pelos fundos com terras da aldeia Cacaia do Piquiá.

COLONIA SÃO JOÃO: medindo aproximadamente 1.200 metros de frente por 1.000 de fundos. Limita-se pela frente com o rio Maturá, a montante com o lugar “São Pedro”, da viúva Raymundo Rodrigues Pessoa; a jusante com terras ocupadas por Luis Manoel Pinheiro da Costa, pelos fundos com terras devolutas.

NOVO RETIRO: medindo aproximadamente 5.000 metros de frente por 8.000 ditos de fundos. Limita-se pela frente com o igarapé Novo Retiro, afluente do rio Maturá, a montante com terras devolutas; a jusante com terras ocupadas por Maria Bernarda Rodrigues; pelos fundos, com terras ocupadas por Vicente Rodrigues da Cruz e Raimundo Nunes da Silva Camarão”. (Inspetoria Regional 1/666 Sede da Inspetoria/ Caixa 55/ Planilha 384).

MAPA 10 - Lote São João, Rio Maturá 1926



Mapa 10 - Lote São João, Rio Maturá 1926. Elaborado por Curt Nimuendajú, 1926.

Em 1920, o negócio da borracha estava completamente falido pois os britânicos roubaram as sementes das seringueiras amazônicas e as plantaram com sucesso na Malásia. Nesse ano, a castanha-do-Pará aumentou seu preço e se converteu no principal produto a ser explorado. Isto trouxe uma nova pressão sobre as terras indígenas do

Madeira, famosas desde o século XVIII por seus grandes castanhais, e consolidou o aviamento na região. De acordo com Rocha Freire (2007: 37):

Era grande o número de aventureiros que invadiam com violência as aldeias para explorar os castanhais indígenas em 1924. Na tentativa de obter títulos de propriedade dessas terras, usavam denominações falsas nos requerimentos enquanto expulsavam os habitantes da região, como aconteceu com os índios Mura dos rios Maturá e Uruá. Os que eram protegidos pelo governo estadual e parentes de políticos conseguiam as terras, mesmo com a oposição da inspetoria, chegando a levar tais pendências a juízo federal. Alguns delegados do SPI combatiam as invasões com o apoio vacilante da polícia que também deixava muitas posses indígenas nas mãos dos espoliadores, pois não havia verba federal suficiente para demarcar e legalizar essas terras.

As tentativas de expropriação eram feitas, inclusive sobre os lotes já demarcados e com auxílio das autoridades. E isto estava acontecendo em toda a região coberta pelo município de Manicoré. Nos arquivos digitais do SPI encontramos um par de exemplos sobre a situação no Maturá. Em carta redigida em 14 de dezembro de 1925 por Bento Lemos a Alfredo Sá, Interventor Federal no Estado do Amazonas, se transmite a seguinte queixa:

“... incluso, o original de uma queixa feita ao Delegado desta Inspetoria em Maturá pela índia Maria Bernarda Rodrigues, que declara que a demarcação do lote “BOA VISTA”, situado a margem do rio Maturá, no Município de Manicoré, envolve a posse de terras onde a queixosa tem moradia habitual e possui plantações de seringueiras, mandioca, cafeeiros e árvores frutíferas. O referido lote foi requerido por Manoel Nestor Cidade, já tendo sido designado o engenheiro Cassiano Secundo para medi-lo e demarca-lo. Em face do exposto, esta Inspetoria vem protestar contra a pretensão do requerente, quanto a parte de terra pertence a supracitada selvícola...” (Inspetoria Regional 1/666 Sede da Inspetoria/ Caixa 66/ Planilha 389).

O mesmo Sr. Cidade tentou expandir as suas pretensões. Em carta do dia 13 de março de 1927, dirigida a Bento de Lemos, o Delegado dos Índios do rio Maturá, Antonio Guedes Rodrigues, solicita providências ao seu superior e escreve:

“Manoel Cidade tem tentado querer tomar por meios de demarcação as terras dos índios “Aldeia S. João”, “Pinatuba”, e envolveu as terras da Índia Maria Bernardo Rodrigues, e nos fundos “Tracua”, onde os índios tem exploração em castanhal. Manoel Nestor Cidade, foi iludir de novo a boa fé do Presidente do Estado, com mentiras, dizendo que as terras que requereu não tem habitantes nem bem-feitorias e nem Índios. Este Cidade, foi a Exmo. Snr. Dr. Chefe de Polícia e requisitou praças para forçosamente mandar demarcar as terras dos Índios, e já se acham esses soldados as ordens de Manoel Cidade, para evadirem essas posses

e satisfazerem a vontade de Cidade”. (Inspetoria Regional 1/666 Sede da Inspetoria/ Caixa 56/ Planilha 389).

De fato, o Sr. Cidade conseguiu um título dos lotes Pinatuba e Taracué em 11 de dezembro de 1928 (Alves Pequeno 1998: 5).

Em 1927, as invasões e violências continuavam no Maturá (Rocha Freire 2007: 37). Certamente, era o senhor Carlos Lindoso que encabeçava esta invasão. Em 1918, os moradores do rio Mariepaua publicaram uma denúncia no jornal *O Rio Madeira* (26 de maio de 1918, *apud* Leal 2013: 76-77) contra Lindoso, quem tinha se apossado dos castanhais compreendidos entre a foz do rio e o lugar Boa Vista, previamente usado pelo senhor Raimundo Pereira Brasil, um parente dos Mura da TI Curara. Lindoso ameaçou de morte a Pereira, impedindo-o de usar o castanhal. Os moradores do rio se armaram contra Lindoso para impedir as demarcações, mas Lindoso retrucou no jornal e acusou os moradores de abusos contra ele. De acordo com os relatos orais, Lindoso praticou a violência no Mariepaua e depois se dirigiu ao Maturá, onde se apropriou dos castanhais com ajuda de capatazes e homens armados e instaurou um regime de terror que incluiu assassinatos, violações e espancamentos dos mura, assim como os impedia sair do rio. Instalou um barracão que fornecia mercadorias e produtos básicos de sobrevivência aos índios em troca da produção de castanha, cuja comercialização foi totalmente monopolizada por Lindoso, e os deixou em absoluta dependência econômica e à mercê das arbitrariedades do patrão, que sempre lhes prometia que conseguiria para eles títulos de propriedade sobre as suas terras. No início da década de 1930, cansados dos abusos, os Mura promoveram a Revolta do Maturá, assassinando a Lindoso, cuja morte ecoa algum elemento análogo à morte do Bararoá, inimigo dos Mura durante a Cabanagem. Aprofundaremos nessa Revolta quando falarmos da percepção dos Mura sobre a sua história.

Em 1930, as tensões entre o SPI e as autoridades locais atingiram seu ápice. Nesse ano se instalou uma Comissão de Inquérito contra Bento de Lemos, na qual foi acusado, entre outras coisas, de promover o comércio ilegal da castanha, prejudicando os comerciantes, e de demarcar terras para não indígenas. De acordo com os acusadores: “Não haveria índios nos municípios de Manaus, Itacoatiara, Borba e Manicoré: os índios como tal qualificados são tipos civilizados que se utilizam de favores da inspetoria (títulos de índios) para gozarem de impunidade que as leis dispensam aos verdadeiros índios” (Rocha Freire 2007: 48-49). Estes “tipos civilizados” eram *caboclos* para a Comissão, que não reconheciam os descendentes de índios como índios, mas apenas os “autênticos”,

ou seja, aqueles que eram errantes, viviam nus, usavam ornamentos e tinham uma língua própria. Desse modo, os Mura, e outros indígenas, foram classificados como “civilizados” ou “caboclos vivendo promiscuamente com os civilizados”, como se dizia na época. Paradoxalmente, os índios usurpados passavam a ser vistos como usurpadores (Athila 1998: 97). Deste modo, os interesses dos expropriadores de terras e dos políticos aliados operaram a invisibilização da identidade indígena dos Mura perante as autoridades, invisibilidade que se perpetua até hoje e que demorou dois séculos em construir-se.

Na década de 1950 as coisas continuavam iguais para os Mura. Após a morte de Lindoso, o comerciante Raymundo Avelino, mais conhecido como Dico Avelino, se apossou das terras e castanhais dos rios Maturá e Atininga, assim como de uma parte do Madeira onde hoje se encontra a aldeia Caiapé dos Mundurucu. Nos arquivos digitais do SPI há um processo de litígio de terras entre 1954 e 1958, no qual os Mura protestam contra os abusos de Avelino e se percebem os desdobramentos do caso, o qual chegou até a Presidência da República (Inspetoria Regional 1/666 Sede da Inspetoria/ Caixa 66/ Planilha 389). O *Diário da Tarde* de Manaus publicou, na segunda-feira 20 de dezembro de 1954, uma reportagem assinada por Bento de Oliveira intitulada “A escravidão branca e os párias espalhados no Amazonas”. A reportagem denunciou que Dico Avelino, comerciante de Manicoré, “usou da sua influência junto às autoridades e de sua situação econômica favorável para se apoderar das terras do Atininga, arrancando de seus legítimos donos, donos por nascimento, plantações e tudo mais que ali havia”. Relata que, de maneira premeditada, Avelino solicitou um título definitivo das terras que abrangiam praticamente todo o rio, demanda atendida favoravelmente pelo juiz da Comarca de Manicoré. Avelino queria a expulsão de todos os habitantes, mas os Mura continuaram nos seus lugares. O comerciante falou para o juiz que os índios estavam invadindo as suas terras, então o juiz convocou os Mura para dirimir a questão, mas não se apresentaram, o que levou a autoridade a dar razão a Avelino. Assim, a justiça local proibiu os indígenas “de viver em suas casas e colher o produto do seu trabalho”. Acrescenta que Avelino juntou um grupo de capangas e foi prendendo todas as pessoas que encontrou no seu caminho: “o abuso do citado indivíduo, já não se limita a arrancar aquela gente de suas barracas: devasta as plantações e, por fim, está ameaçando de morte a quantos tentam desembarcar nas margens do rio Atininga, tendo espalhado capangas pelos terrenos outrora ocupados pelos caboclos”. Assustados, vários moradores fugiram num batelão até Manaus, onde a senhora Carolina Rosalina de Oliveira, “descendente de uma tribo

índigena do Madeira”, prestou queixa dos abusos a Alípio Lage, Inspetor Geral do SPI no Amazonas.

Lage enviou uma carta em 3 de janeiro de 1955 ao Diretor do SPI no Rio de Janeiro onde relata o caso e solicita recursos econômicos para pagar um advogado para os Mura. Na carta explica que o Sr. Raymundo Avelino & Irmão “vem se apossando indebitamente de grandes castanhais pertencentes aos índios de segunda e terceira categoria, julgando-se senhores absolutos de aquela região” e que recebeu um mandado para desalojar os índios, motivo pelo qual em 28 de agosto de 1954 “compareceu... com o motor da sua propriedade, um oficial de justiça e diversos capangas, efetuarem a prisão de 39 infinas [sic]” os quais foram processados por desobediência em Manicoré e permaneciam na cadeia. Mais tarde, em outubro, os Avelino voltaram “ao aldeamento, prendendo e conduzindo para local ignorado mais de 20 aborígenes, fugindo 15 para esta Capital e os demais se internaram na selva, ignorando esta chefia o seu paradeiro”.

Em julho de 1955 os conflitos se acirraram no Atininga e 17 mura atacaram a tiros uma patrulha policial que levava uma intimação para eles. De acordo com um ofício de Washington Cesar Melo, Chefe de Polícia do Estado, dirigido a José de Melo Fiuza, chefe da Inspetoria Regional do SPI, os Mura estariam sendo incitados pelo Inspetor Francisco Meireles a não acatar as intimações da justiça, já que o SPI os amparava, e manifestaram que não obedeceriam ordens policiais e que fugiriam se recebessem mandado de prisão, e “haveriam de trazer uma força vinda do Rio de Janeiro e mostrariam aos posseiros Raimundo Avelino & Irmão se ganhariam ou não a questão”. Em dezembro do mesmo ano, Lage escreveu para o Chefe do SPI no Rio de Janeiro comentando que “os infelizes selvícolas que viviam há mais de um século no rio Atininga no Município de Manicoré, de onde foram espoliados pelas autoridades locais, encontram-se atirados nos barrancos do rio Madeira, sem que possa esta Chefia promover qualquer assistência”. Assegura que a visibilidade do caso na imprensa fez surgir assuntos contra o SPI, e denuncia que o Inspetor Meireles assegurou aos jornais de Manaus “não existir mais índios em Manicoré e somente seus descendentes, o que confirmou no seu relatório e nesta Inspetoria. Entretanto o Chefe de Polícia provou não ser verdade essa afirmativa”.

O advogado dos Mura que estavam presos, José Bráulio Pinto, dirigiu uma carta ao Presidente Juscelino Kubitschek no dia 2 de agosto de 1956, agradecendo “a V. Excia pela atenção que tem dispensado no caso dos índios Mura”, já que Kubitschek pediu informações ao Conselho Penitenciário “sobre a prisão daqueles indefesos caboclos que se encontram recolhidos aí”. Como o Conselho não respondeu ao Presidente, o advogado

informa que entrou com um pedido de *habeas corpus* e lhe enviou cópias de documentos “onde se constata o esbulho praticado contra os Índios Muras”. Espera que os indígenas sejam liberados e que o Governo do Estado processe a Raimundo Avelino & Irmão para ressarcir os prejuízos. Entre esses documentos comprobatórios estava o mapa de Nimuendajú (ver acima) e um ofício redigido por Lage dirigido ao advogado, em 25 de julho de 1956. Lage aponta que “de acordo com o croquis da posse “São João” pertencente aos índios Muras no rio Maturá, afluente do rio Atininga [*sic*] no Município de Manicoré... é uma das posses hoje em poder dos Srs. Raymundo Avelino & Irmão a qual já tinha sido demarcada pelo engenheiro Curt Nimuendajú em 1926”. Também esclarece que nas leis de 1936 e 1942 se garantem as posses das terras habitadas pelos índios “impedindo pelos meios legais e policiais ao seu alcance, que as populações civilizadas ataquem ou invadam suas terras”, motivo pelo qual está provada “a invasão de diversas posses pertencentes aos índios levada a efeito pela firma já mencionada”. Lage conclui afirmando: “assim, fica provado que os Srs. Raymundo Avelino & Irmão, além de se apossarem das terras indígenas, usufruíram criminosamente o produto dos grandes castanhais, fato que é um atentado ao direito”. Depois da entrada do pedido de *habeas corpus*, há um documento dirigido ao Diretor da Inspetoria Regional do SPI onde se relata que “Raymundo Avelino & Irmão continuam a reter em suas mãos as terras usurpadas aos índios, os quais depois de perde-las tiveram de assistir o incêndio proposital ateado na suas barracas pela Força Policial do Estado que, além de perderem tudo, foram roubados criações e outros haveres deixando-os na miséria”.

A situação seguia sem solução no início de 1957. Em 19 de março desse ano, a Secretaria da Presidência da República recebeu uma carta dirigida ao Presidente pela “Índia Carolina de Oliveira”. A carta, na íntegra, disse:

“Exmo. Sr. Dr. Juscelino K. de Oliveira

Digníssimo Presidente da República

Quis a Providência Divina que atraído pelo Desejo de ver o Brasil financeiramente livre viesse Vossa Excelência até a nossa Manaus para que eu pudesse numa arrancada desesperada de sede de Justiça recorrer diretamente a Vossa Excelência crente que não serão em vão as minhas súplicas. Nasci de descendência indígena. Meus antepassados estabeleceram-se às margens do rio Atininga, no rio Madeira, Município de Manicoré deste Estado. Lá continuaríamos a viver sossegadamente se não fosse o aparecimento do Sr. Raimundo Avelino, o qual lá chegou necessitado e miserável. Como bons brasileiros o acolhemos e ajudamos em tudo que nos foi possível. Entretanto este mesmo Sr., com o passar dos anos tornou-se o nosso maior inimigo a ponto de querer reduzir-nos a mais negra miséria e infligirmos os maiores sofrimentos

caluniando-nos de maneira assombrosa. Como ele é pessoa que sabe ler e escrever confiamos nele e trabalhamos 15 anos para que legalizasse as referidas terras dividindo entre nós e ele o que seria muito justo e humano, mas ele é lobo disfarçado em cordeiro; veio para Manaus e legalizou todas as terras em nome dele deixando-nos completamente desamparados e escravizados. Índio brasileiro nunca teve inclinação para escravo, sempre vivemos livres pelas matas. Como reclamássemos esse seu procedimento nos mandou prender como ladrões de castanhas e o Dr. Juiz encaminhou um processo em consequência do qual 18 caboclos passaram 1 ano e meio na Penitenciária em Manaus. Dr. Juscelino mesmo que tivéssemos tirado as castanhas seria um crime tão monstruoso para sofrermos tão grande castigo? Não satisfeito mandou o genro dele Sr. Hélio Rêgo com uma porção de soldados armados que nos fizeram passar os piores vexames. Espancados, martirizados, sofrendo horríveis necessidades vendo os nossos filhos passarem fome, recorremos à generosidade e grandeza de coração de Vossa Excelência. Confiamos plenamente que o nosso martírio terá fim e as nossas terras nos serão restituídas para vivermos em paz como viveram os nossos avós. Já recorri a todas as autoridades mas como Vossa Excelência não ignora raríssimos são os homens que não se deixam levar pela ambição do dinheiro. O Sr. Avelino atualmente está muito rico à custa do nosso trabalho de longos anos e das terras que nos pertencem que são extensos castanhais. Enquanto ele passa uma vida folgada e farta, nós que o ajudamos em tudo, vivemos na mais negra miséria. Será isso justo? E não temos um momento de sossego devido às suas intermináveis perseguições. Aguardo Dr. Juscelino a valiosa proteção de Vossa Excelência e ajoelhada imploro piedade para o meu sofrimento e dos meus irmãos de infortúnio.

*Da mais humilde e sofredora das brasileiras,
A Índia Carolina de Oliveira”.*

É possível que a carta tenha ajudado a que a justiça analisasse o processo com maior celeridade. No entanto, o desfecho foi contrário aos desejos dos Mura, pois o SPI lhes virou as costas. Em 1958, a Inspetoria Regional 1, em Manaus, tinha um novo Chefe: Tubal Fialho Vianna. Num ofício escrito em maio desse ano assegura que o Sr. Juiz de Direito de Manicoré fez uma sentença favorável para a reintegração das posses “Terra, Preta, Barreirinha, São Francisco, Tabocal e Paulista que formam o conjunto Atininga” aos Srs. Raimundo Avelino & Irmão. Disse que os índios não comprovaram a posse por meio de documentos, pelo qual “asseguram, incontestavelmente, o direito de posse da coisa reclamada, aos Srs. Raimundo Avelino & Irmão”. Frente à situação, aos índios não caberia nenhuma ação judiciária reivindicatória. Portanto “proponho, como medida de amparo e assistência, que o pequeno grupo de índios seja localizado no Posto Jatapú, onde há muito terreno para trabalho agrícola, caça e pesca abundantes”. Em 8 de dezembro do mesmo ano, Tubal escreveu um documento no qual comunica que por sua iniciativa contactou a Raimundo Avelino & Irmão para solicitar um dinheiro a título de compensação dos prejuízos sofridos por Carolina de Oliveira, e eles se prontificaram a dar 50 mil

cruzeiros a Carolina e seus parentes, na condição de se retirarem da propriedade e se trasladarem ao Posto Indígena Jatapú. “Convidada, Carolina compareceu a esta IR recusando o acordo feito em seu favor... Em face disso, esta Chefia advertiu-a do erro declarando-lhe que o assunto estava encerrado”. No dia seguinte, Tubal enviou uma carta ao Chefe de Polícia de Manicoré onde “declara para os devidos fins, encerrada a questão e vos científica [*sic*] de que Carolina de Oliveira e os outros reclamantes não contam com o apoio desta Inspetoria Regional para persistir, caso pretenda, na discussão do litígio que iniciara há alguns anos”. O SPI, que inicialmente se apresentou como aliado dos Mura, os traiu no final. Tubal, evidentemente, se uniu aos interesses dos Avelino contra a posse indígena dos seus territórios tradicionais e sugeriu seu traslado ao PI Jatapú, na bacia do rio Trombetas, a centenas de quilômetros do Madeira!

Esses exemplos citados mostram como diferentes autoridades locais e regionais promoveram o esbulho das terras dos indígenas no Madeira, se amparando na violência e proteção das forças policiais, especialmente desde a década de 1920. Athila (1998: 92) afirma que havia uma verdadeira “máquina” de usurpação de terras dos Mura composta de “polícia, “coronéis”, autoridades legais e, muitas vezes, funcionários do SPI, em conivência íntima, [que] se apropriavam não só das terras, mas também dos seus habitantes tradicionais”. É fundamental notar que foi a invasão dos castanhais o que gerou a maior preocupação dos Mura para ter títulos das terras. De fato, “coronéis” como Lindoso e Avelino enganavam os índios com a promessa de que lhes conseguiriam os títulos, mas isto foi totalmente falso. Um dos efeitos que isto teve ao longo das décadas é que se gerou um sistema de compra e venda informal e ilegal de parcelas de terras dos índios dentro do Maturá e o Uruá que tem mantido até hoje ameaças muito sérias contra os Mura por parte dos invasores, como bem mostra o exemplo do processo de restituição de posse movido contra os habitantes da aldeia Curara e que já foi descrito na contextualização da reivindicação fundiária desta TI.

A presença de Avelino, e seus descendentes, no Maturá sempre foi conflituosa, já que se dizendo donos de todas as terras criaram restrições ao uso dos lagos e de outras partes do rio, proibindo os Mura de pescar, caçar e coletar produtos florestais, sob ameaças de morte. Também obrigou a muitos Mura a trabalhar para ele, incluindo os ancestrais dos Munduruku vizinhos da área do Laguinho, no setor de escoamento de um dos lagos do baixo Maturá.

Nas décadas de 1960 e 1970, os Mura trabalharam na obtenção de peles de animais e mais tarde houve a instalação de usinas de pau-rosa e empreendimentos de extração

ilegal de madeira de lei. Ao longo do tempo, Avelino deixou entrar no rio a diferentes comerciantes que negociavam a castanha, farinha e outros produtos com os indígenas dentro de um esquema que passou de um aviamento mais flexível a “associações comerciais” que incluíam pagamentos em terras e produtos a esses comerciantes. Também Avelino “vendeu” pequenos pedaços de terreno a pessoas que se instalaram na vizinhança dos indígenas, criando grandes tensões. Por exemplo, no início dos anos 90’s, como informa um ofício do funcionário da FUNAI enviado para começar a resolver a demarcação da TI Pinatuba, um porco dos Mura atravessou a cerca de Raimundo Pinheiro, um dos invasores, e comeu algumas plantas da sua roça. Pinheiro matou o porco e os Mura reclamaram e destruíram a cerca. Em troca, o invasor foi até a Polícia em Manicoré e mandou prender os índios, acusando-os de invadir a sua propriedade. Nessa década, os invasores ainda acusavam os Mura de ladrões e de não serem índios, invadiam suas roças e os impediam de usar os castanhais e outros lugares centrais para sua supervivência, ameaçavam com queimar suas casas se não abandonassem suas terras (Alves Pequeno 1998).

No Relatório de Levantamento Fundiário da Terra Indígena Pinatuba (Alves Pequeno 1998), o levantamento cartorial mostrou que entre 1976 e 1996, o senhor Joaquim Avelino da Rocha vendeu ao redor de 3 mil e quinhentos hectares no Maturá, todos eles anteriormente catalogados como 5 lotes de posses indígenas (Taracua, Pinatuba 1, 2, 3 e Aracua). Todos esses hectares foram vendidos em maio e agosto de 1996 à companhia GHETAL Amazonas S.A, justo no momento em que estavam se adiantando os trabalhos do GT de demarcação e delimitação da TI Pinatuba. Vale a pena notar que o mesmo *modus operandi* foi posto em ação entre abril e maio de 2004 quando, sabendo-se já na região que haveria um GT da FUNAI para fazer os estudos de identificação e delimitação da TI Curara, foram colocadas várias placas na margem direita do Maturá dizendo que eram áreas de propriedade privada destinadas a empreendimentos de captura de carbono. Os Mura que protestaram pela instalação das placas receberam ameaças.

A presença da GHETAL durou mais de 10 anos e explorou boa parte da margem esquerda do Maturá, devastando uma área que hoje se encontra em processo de regeneração e que está contemplada para formar parte da TI Curara. Também esta empresa explorou partes da margem direita do rio, relativamente perto da aldeia Curara. Certamente a presença de tantos anos desta companhia no Maturá incentivou empreendimentos de menor porte para a extração de madeira, como aquele que alimentou o conflito entre os Mura e a família Fonseca, o que levou tanto ao processo de reintegração

de posse movido por Fonseca como ao processo de reivindicação da Terra Indígena pelos Mura de Curara.

É importante destacar que todo o processo de usurpação de terras praticado durante o século XX e inícios do XXI com auspício sistemático de diferentes autoridades tem tido efeitos muito intensos para os Mura. Por um lado, restringiu cada vez mais a sua mobilidade e uso de partes do rio e da floresta para coletar, caçar e pescar, e, de outro, tem obrigando a depender e se articular cada vez mais na economia regional numa posição desvantajosa. Um dos argumentos principais usados contra eles, ao longo do último século, para garantir o esbulho é que eles não são mais índios, mas caboclos, razão pela qual não tem direitos às suas terras, pois sendo caboclos estariam associados a um regime de propriedade privada e não coletiva. Mesmo instituições “aliadas” como o SPI os trataram como índios de “segunda ou terceira categoria” ou “descendentes de índios”, como se a identidade indígena dependesse de possuir características culturais como serem errantes, belicosos ou falarem uma língua própria, características essas que quando atribuídas aos Mura dos séculos XVIII e XIX os transformava em inimigos da “civilização”. No caso dos Mura parece que tanto faz, pois de um jeito ou outro, nas suas versões dos séculos XVIII e XIX ou nas dos séculos XX e XXI, são percebidos como um obstáculo para o progresso.

1.3 Memória da ocupação tradicional do território

De acordo com as memórias dos habitantes mais velhos da TI Curara e da TI Pinatuba, os Mura sempre moraram nos cursos dos rios Maturá, Curara, Uruá, nos seus afluentes e nas cabeceiras. Esta ideia está ancorada tanto nas lembranças das histórias contadas pelas gerações dos pais e avôs quanto em evidências físicas, como os grandes castanhais, e outras derivadas do encontro, em diversas partes do território tradicionalmente ocupado, de vestígios arqueológicos como currais de pesca feitos em madeira sem apresentar marcas de corte de ferramentas de metal, urnas funerárias, trincheiras nos rios, buracos e, especialmente, fragmentos de cerâmica em terras pretas. Os atuais habitantes estabelecem uma conexão linear e direta entre essas evidências e os seus parentes ascendentes. O sr. Zé Gregório (José Barbosa Campos), de 65 anos, explica:

“Quando me conheci já, a gente tinha esse pedaço assim... que a gente não podia nem cavar na terra, muito cavado de barro, umas coisas de barro, era prato. Não existia prato assim, era só aquelas coisas de barro que o bisavô e o avô da mamãe

faziam. Bacia de barro. Então inclusive nisso aí eu fui acreditando que existiam os tais de índio, que eu não sabia o que significava que era índio". (Entrevista na Aldeia Terra Preta do Uruá, 24 de julho de 2024).

As lembranças mais exatas de fatos históricos na memória oral remontam a um período de 100-120 anos, aproximadamente, quando se intensificou a usurpação por agentes externos de grandes extensões do território tradicionalmente ocupado. Os fatos anteriores a essa época lembram que os “Mura velhos” eram muita gente, como “mosquitos”, usavam tanga e que mataram muitos brancos no tempo dos cabanos, já que como conta seu Cipriano Farias, de quase 90 anos, seu pai achou muitas espadas antigas no Maturá enquanto limpava um terreno para abrir uma roça. Mas, principalmente, evocam uma forma de vida na qual se afirma que andavam muito, percorrendo a pé ou em canoas fabricadas em “casca de pau” um extenso território, entre os rios Aripuanã e Marmelos, usufruindo da coleta de castanha e de outros recursos da floresta, da pesca e da caça. Esses grandes recorridos cobriam o imenso território entre os rios Aripuanã e Marmelos, margeando os igarapés e seguindo caminhos e atalhos que conectavam as diferentes bacias. A coleta e a pesca não eram dificultosas porque havia uma grande quantidade de castanhais e havia currais construídos para capturar peixes e tartarugas durante a estiagem. Essa movimentação certamente era sazonal, já que a produção de castanha atinge seu ápice no inverno, enquanto a da pesca e caça de tartarugas em currais é no verão. Tastevin (2008 [1923]: 58-59) chama esses currais de “barragens” e descreve que perto de Autazes, no paraná Mutuca, havia 96, algumas de até 16 metros de profundidade e que foram construídas antes da chegada dos europeus.

Os grupos familiares tinham uma grande mobilidade por diferentes espaços próprios de pesca e castanhais, localizados em diversas partes do vasto território tradicionalmente ocupado, onde também construíam tapiris, tanto nas margens dos rios na temporada seca como na parte alta da beira dos rios ou nos castanhais na época das chuvas. Isto não significa que não houvessem assentamentos mais permanentes nem roças. De fato, havia moradias deste tipo no centro do mato, nas cabeceiras dos igarapés e algumas poucas aldeias perto da beira dos rios. Nas roças cultivavam algumas árvores frutíferas e tubérculos, dentre os quais destacam o cará-de-espinho e a mandioca, além de procurarem a batata mairá, *manhafã* ou batata de índio nas Terras Pretas. Também cultivavam sem necessariamente fazer grandes roças, já que nos seus percursos sempre carregavam sementes que plantavam em diferentes locais, muitos deles em Terras Pretas,

para ter alimentos para percursos posteriores. Como explica o professor Antenor Barbosa Campos:

A mamãe dizia para mim, né? Que eles viviam, eles não comiam as comidas que hoje nós comemos, né? Comida enlatada. Era da natureza. Então eles usavam as teses deles de pesca, de caçada, e muito era fruta, porque onde chegava tinha que plantar. O índio ele não deixa a sua semente. Onde ele vai ele leva a semente dele, ou é o milho, ou é o cará, ou é a maniva, porque eu vou sair daqui eu vou lá para cabeceira, eu vou passar uns seis meses, eu tenho que plantar alguma coisa lá. Quando eu voltar de novo, está lá a plantação. Eles eram disso. Nas todas terras pretas que eles tinham, eles tinham roça, eles tinham o milho que deixavam pra lá, eles tinham o próprio cará deles, cana, e quando não tinham, mamãe dizia pra mim, que os outros já tinham, eles pegavam e levavam, que eles eram ditados dos mais ladrão que existiram eram os mura no passado, né? Eles diziam isso, mas não, eles estavam tirando o que era deles, caçando o que era deles, aí viveram assim. (Entrevista na Aldeia Terra Preta do Uruá, 24 de julho de 2024).

Se descreve também que um grupo familiar convidava outros grupos para fazer festas quando havia alguma grande caçada. Os convidados iam para o centro da mata, ao local acordado para cantar, dançar, tocar tambor e beber “naná”, uma bebida azeda de macaxeira considerada como muito forte e embriagante. Afirmam também que alguns dos seus bisavôs e avôs eram “índios misteriosos” que tinham “segredos” com os bichos do mato, em outras palavras, eram pajés, mas foram acabando com os anos. Hoje em dia apenas há uns poucos benzedores para alguns males que sofrem, principalmente, as crianças pequenas.

A avó do seu Cipriano lhe contou quando era criança, presumivelmente na década de 1930 ou inícios de 1940, que havia muitos índios no Maturá, inclusive nas cabeceiras do rio, onde tinham casas. Mas houve uma epidemia de paludismo que matou grande quantidade de gente. Podemos supor que isto deveu acontecer no final do século XIX ou inícios do XX quando começou a extração da borracha, quando chegou uma grande quantidade de pessoas de fora que também levaram outras doenças. A diminuição da população indígena no rio fez com que os sobreviventes morassem dispersos e/ou se aproximassem dos seringueiros nordestinos que chegaram no território.

Aparentemente, na época da borracha houve alguns ataques contra os Mura no rio Uruá, pois uma maloca que ficava no Piquiá foi invadida. Nesse lugar havia um buraco onde as pessoas se escondiam, mas com a invasão foram forçadas a fugir para o centro da mata pelo igarapé Pinatuba, onde permaneceram refugiados por mais de 6 meses. No Piquiá morava o chefe mura Gerinaldo Barbosa. Ele coordenava o grupo e vigiava o acesso ao rio, ordenando por meio de assobios que fosse esticada uma “cerca” de madeira

de uma beira à outra que impedia a passagem de qualquer embarcação. Nesta época já havia a navegação a vapor e só estava permitida a passagem da lancha do patrão: o senhor Araújo. Dado o contexto histórico e a descrição, esse patrão não pode ser outro que o famoso empresário Joaquim Gonçalves de Araújo, mais conhecido como J.G. Araújo, dono da maior e mais poderosa casa de aviamento⁶ de Manaus e principal intermediário, no Amazonas brasileiro, entre a produção dos seringais e castanhais com o comércio exterior, durante o final do século XIX e 1940. Isto não significa a presença direta de Araújo no Maturá, mas sim dos seus empreendimentos.

No final da década de 1910 e início da de 1920, com a chegada de Carlos Lindoso, as memórias começam a ficar mais claras, já que o sistema de aviamento se consolidou e se acelerou a usurpação das terras tradicionalmente ocupadas pelos Mura no Maturá. Para este momento, existiam ao menos duas aldeias: Cidade dos Índios ou Maloca Cidade no Maturá, e Piquiá no Uruá; na parte superior do mapa do Nimuendajú, de 1926, também está referenciada uma antiga maloca que ficava na terra preta de uma ilha, abaixo do Poção ou Lago do Maturá. O resto das pessoas habitava em pequenos grupos familiares dispersos ao longo dos rios, como bem pode se observar nos lugares referenciados por Nimuendajú no mapa da posse São João. Estas moradias alternavam-se por temporadas longas com seus acampamentos perto dos castanhais da sua propriedade e onde também extraíam outros produtos da floresta para pagar os comerciantes ou regatões aos quais deviam. O senhor Jorge Chagas, de 73 anos, dá um exemplo de como era isto:

Meus troncos, minha vó e meu avô, era localizado no local São Raimundo, dentro do rio Curara, da margem direita que é embaixo. Então nessas alturas meu vó trabalhava lá em castanha, sorva, balata, coquirana, óleo da copaíba fina, caçava, pescava, e depois ele aconteceu dele trabalhar no centro, lá no centro numa linha divisória de um igarapé, conhecido por Areia, e o campo conhecido como Jacamim. De lá ele trazia produção, ele e o compadre dele, Manoel Moraes, que morava aí perto também. Trazia pra beira pra vender pro comerciante, trocar com açúcar, com despesa, com sal, com munição, essas coisas assim, café, leite, bolacha. (Entrevista na aldeia Curara, 17 de julho de 2024).

⁶ De acordo com Sena (2020) a empresa de J.G. Araújo foi a que introduziu e popularizou a navegação a vapor no Estado do Amazonas desde 1895, e expandiu suas operações comerciais até Porto Velho e outras localidades no rio Madeira desde 1904. Com a crise da borracha, seus negócios foram se diversificando e incluíram o benefício da castanha, a extração de madeira, a fabricação de perfumes elaborados de pau-rosa, entre outros.

Nessa época, muitos dos nordestinos que chegaram ao médio Madeira durante o auge da borracha ficaram desestabilizados pela crise do negócio e se casaram com mulheres mura. Por meio dos casamentos, podiam trabalhar nos castanhais que os pais herdavam às filhas com quem estes se casavam, para que tivessem como se sustentar.

Nessas alturas, meus avôs e avós trabalhavam nesse Curara. Ainda tinha meu avô, parte do meu pai Manduca Rodrigues, que trabalhava ali na Terra Preta, e a propriedade Destino, que fica abaixo do São Raimundo, também sendo do Manoel Rodrigues. O que aconteceu, a filha dele, minha tia, arrumou um cidadão conhecido por Dominginhos Palheta, daqui mesmo. Acontece que meu avô deu aquele castanhal do Destino sendo para ela, né? Em vida deu para ela. O que acontece é que o tio Domingo foi para lá, trabalhou, fez casa, construiu família, mas era da mulher o terreno. (Jorge Chagas. Entrevista na aldeia Curara, 17 de julho de 2024).

Se referindo a outro tio, explica:

Ele andava do lado para outro nesse tempo da balata e da sorva. Andava de um lado pessoas que se criam, andam assim, forasteiro. Meu avô com pena dele, que não tinha o quê vender, andava para ir para as terras alheia e tirava sorva. Meu avô pegou com pena dele, que o cidadão era o Bernardo de Oliveira, e o meu avô Francisco Rebouças das Chagas, pai da minha mãe. Então agarrou, tirou duas picadas de castanha, do lado do castanhal dele, e deu para ele, e disse "olha vou te dar isso pra tu trabalhar, trabalhar, mas não é teu". O quadro todinho da propriedade, quem pagava os direitos era meu avô, até é demarcada por natureza, entre o igarapé das Pedras embaixo, e entra o igarapé de Areia em cima. Então aquilo fica encontrando nas terras que é o campo, né? A divisão entre um e outro. Por trás fica uma picada de castanha que era do Manoel Moraes, beirando o campo, então é uma terra dividida, do lado de lá, do lado daqui a São Raimundo, nós conhecemos por Igarapé da Barraca, do lado de lá o nome é São Joaquim. E hoje o cidadão chega lá e vende uma parte do nosso terreno tudinho, com certeza vendeu tudo, né? Marcou e vendeu, aí ficou, pegou o dinheiro, meteu no bolso, sem me chamar, sem eu autorizar aquilo, sem dizer o seguinte "eu vou demarcar, nós consegue demarcar aquela terra lá, pra nós dividir um pedaço pra um, um pedaço pro outro". Assim o cidadão falou ontem: "cada um trabalha no seu lote, sem burocracia". Pois é, mas não, com egoísmo, disse eu vou vender logo tudo, antes que eles, quando eles souberem tá vendida a terra. Tá vendo como é que acontece as coisas? (Entrevista na aldeia Curara, 17 de julho de 2024).

De acordo com seu Jorge Chagas, isto ocorria porque os Mura sentiam lástima dos seus genros, mas, com o passo dos anos, cobiçosos e desagradecidos, os genros se apropriavam da terra e a vendiam para outros forasteiros. É importante lembrar que o mesmo argumento da lástima foi usado pela senhora Carolina de Oliveira para relatar como se iniciou o problema com Raimundo Avelino e a expropriação dos castanhais no

Atininga. Esta forma de expropriação do território tradicionalmente ocupado foi muito comum e ocorreu em diferentes escalas pelo menos desde a década de 1920, e teve tanto pequenas expropriações como grandes, especialmente nos casos de Carlos Lindoso e a família Avelino.

No tempo que o avô do seu Jorge, e outros indígenas, fizeram esses arranjos para suas filhas, que com o tempo se mostrou um caminho para a usurpação abusiva das terras por parte dos genros, ocorreu o evento que marca até hoje as memórias de todos os Mura do Maturá e que se considera o início da luta para a defesa e proteção do seu território tradicionalmente ocupado: a Revolta do Maturá. Esta rebelião local foi contra o coronel Carlos Lindoso e os seus irmãos, que impuseram violentamente a exploração dos castanhais e de outros produtos florestais por meio do sistema de aviamento, se apropriando de grande parte do rio Maturá. Este acontecimento ocorreu por volta de 1932-1934, pois não foram achados registros oficiais sobre o assunto para confirmar a data. Seu Jorge Chagas relata os antecedentes da revolta:

O Segundino Salgado, que eu não conheci, mas minha avó falava muito, morava lá no Vencedor [na beira do rio Madeira, à jusante do Maturá]. Segundino Salgado foi para Manaus e precisava de um guarda livro no barco dele, né? O que é que ele fez? Achou o Lindoso. Carlos de Lindoso era novo. Trouxe no barco dele. Trabalhou uns anos aí, pagava ele. Quando foi um tempo, Segundino já estava idoso, se acabou. Carlos de Lindoso ficou na gerência, tomou conta da mulher do Segundino Salgado, e aí depois dele tomava conta da mulher e de todas as propriedades que era do Segundino Salgado. Inverteu e buscou a família dele aonde ele morava, que era no Maranhão. Aí foi buscar a família dele, trouxe Zé Martinho, Zacarias e João Lindoso, e trouxe para o Vencedor. Não estava bom, ele pegou a fraqueza do povo, da entrada do Maturá, e veio tomando de conta. Foi primeiro no Mariepaua. Lá fez uma revolta, matou muita gente, mandou matar crianças, as mulheres buchudas, quem que vem atrás. Ele deixa correr os tempos. O que ficou no Mariepaua, já por conta dele, sendo administrado pela pessoa dele, até o ponto, né?

Saiu do Mariepaua, entrou no Maturá, lá ele vendo a fraqueza do povo, ele dizendo na seguinte maneira, construindo uma mentira: “que se vocês mandarem, consentirem demarcar a terra, vocês pagariam o título da terra, o documento da terra”. Veja bem, outro não tinha necessidade mas foi lá comprava dele, e não tinha com que pagar. Ele dizia “passa o terreno”, né? Assim ele foi ficando, e veio subindo e vem subindo e vem subindo e vem subindo, se passa para Jacaré, deixa Vencedor para lá e se passa para Jacaré. Mas Vencedor, Itapinima, e Mariepaua, é toda parte dele. Vem pra Jacaré, chega no Jacaré, pega a fraqueza do povo, faz um chalé grande e coloca mercadoria. Os pobres Mura, daqui da nossa região, Maturá, que tudo nós se conhece Mura desde muita terra antiga, né? Agora não estava sendo era declarado, porque muitos diziam “eu não sou índio, eu lá quero ser Mura”, mas não todo tempo até eu acredito em Deus que essa terra é indígena

desde da primeira geração. Então volta, ele faz o quê? Chama a família toda e diz "eu vou colocar um lá na Santa Cruz", lá em cima, lá confronte o Alcides Pires, e veio tomando essas partes de terra aí: Biribá, que era do lado dele, do Jacaré, Tracuá, aí abaixo da ponta... Boa Vista, que a frente era Titinha, mas os fundo era grande. Boa Vista. Passa para Taracoá, Biribá, não sei aí dentro, aquele como que é Maiaema, mas eu acho que isso aí tudo era dele. Sobe, Igarapé Pinatuba, não conheço bem, mas minha avó dizia, Pinatuba, Balina, que era do Cícero Lorivino, essas eram as pessoas que eram proprietários aí, ele tirou tudo. Isso, Ponta do Tabocal, isso, já fui lá na cachoeira, e tem aquele outro... é dentro do Pinatuba, é um castanhal que muitos tempos Filipe Delgado trabalhou lá. Então viemos subindo, Pinatuba Velha, entrou para dentro do Uruá, passou no Maturá também, Laguinho, todas essas terras aí veio se apossando dessas terras. Aí Perseverança aqui embaixo que é o igarapé do aquele do Bacabal, e aí veio, quando chega aqui no Morcego, propriedade Morcego, aqui abaixo lá onde o Vitor. Lá entra o barco, dividiram o que era o elástico de puxar com ele, que vivia agradando. Acontece o seguinte se vamos demarcar essa terra, demarcou a terra, com ambição foi varar lá que dentro do Curara, no Igarapé da Santa Isabel. Raimundo Antônio, que eu não conheci, minha vó falava, Raimundo Antônio que era o dono da propriedade de Terra Preta aí, foi o primeiro dono da Terra Preta. Chegou aí, no tempo do cação, a gente do Lindoso; chegou aí e disse para ele: "O senhor paga os impostos dessa terra? O senhor vai pagar a demarcação dessa terra aqui?". O cidadão coitado, pobre que morava aí, "não tem possibilidade"!!!. "Então sai fora do terreno". Com ambição ele disse "eu vou pagar", já conversado com Lindoso. Aqui abaixo no Igarapé do Morcego, vamos subindo, aqui no Igarapé do Morcego, de qualquer jeito veio fazer a propriedade, morava bem naquela pontinha que tem aquele roçadinho do lado de cima. O Livigeiro chegou morando aí, mandado pelo Lindoso.

Mais acima tem aquelas castanheiras, era o lugar do Nascimento pequeno, João de Nascimento, Eduardo de Nascimento, Armelindo de Nascimento, Maroca de Nascimento, eram os primeiros proprietários dessa terra. O quê que ele faz quando chega aí? A terra é demarcada, ameaçou o cidadão Nascimentozinho com morte, ameaçou de morte, se ele não parasse, que eles eram muitos. Ele ainda cansou de me contar, que eles quebravam castanha na frente dele, tudinho. Mas a propriedade era deles, ele que lanceou por trás como demarcação, e ficou. Aí colocou do outro lado conhecido, se mudou para outro lado, mandou fazer um barracão, fez um plantio, conhecido por Novo Pouso, e trabalhou aí... E aí nós ficamos impresados. Hoje nós vivemos impresados na seguinte maneira, nós ficamos impresados agora há pouco tempo de vida esse ar carbono. (Entrevista na aldeia Curara, 17 de julho de 2024).

Nesta parte do relato, seu Jorge explica como foi a chegada de Carlos Lindoso e seus irmãos na região. Rapidamente os Lindoso, acompanhados de homens armados, foram se apropriando dos territórios tradicionalmente ocupados pelos Mura nos rios Mariepaua e Maturá e fecharam o acesso aos rios, controlando a entrada e saída de embarcações e pessoas, restringindo a mobilidade dos Mura. Sabemos pelo caso denunciado pela imprensa, acima citado, que Lindoso estava em conflito com os indígenas do Mariepaua em 1918. Isto sugere que o seu domínio violento da região durou

ao redor de uma década e meia. No relato, se percebe como Lindoso e seus homens vão se apossando do Maturá desde a foz e vão subindo o rio, se apropriando de diversas propriedades dos indígenas por meio de atos violentos, ameaças de morte e, inclusive, se relatou que cometeu uma massacre na Ponta São Pedro, perto da boca do Uruá. Também implantou o aviamento com o argumento de que as terras tradicionalmente ocupadas seriam suas e que os Mura deveriam pagar impostos sobre essas, incluindo os castanhais que historicamente lhes pertenciam às famílias. Sem ter como pagar esses impostos e sofrendo coação violenta, os Mura não tiveram outro remédio que trabalhar forçadamente para Lindoso na extração de castanha, sorva e outros produtos florestais. O trabalho estava sob a direção dos irmãos Lindoso e seus capatazes, que exerciam a violência com crueldade, chegando até cometer assassinatos. Seu Jorge conta que:

Esse Lindoso... ele dizia quem trabalhava lá no campo dele e tivesse com preguiça, ele fazia o seguinte: ele tinha uns capangas lá que eram administrados por ele. Se ele visse o cidadão ali trabalhando pra ele. "Seu Coreto", o homem reconhecia, "senhor, senhor", respondia cinco vezes só uma chamada. "Me faça um remédio para aquele cidadão que tá ali. Ele tá com uma doença". Então preparava o molho de 200 malagueta, coado bem coado, para tirar aquelas peles, o caroço, para botar no cheiringador pra meter na bunda do cara. O Irineu conhecido que eu não sei de que família era, ele mandou prender lá no Vencedor, meia-noite, mandou os capangas matar e enrolar no couro de boi e jogar lá no meio do Madeira. (Entrevista na aldeia Curara, 17 de julho de 2024).

Lindoso construiu um barracão cheio de mercadorias, onde recebia a produção indígena e lhes fornecia produtos básicos como açúcar e café, cujo valor costumava ser maior ao valor da produção; também, lhes fiava os produtos. Desse modo, os Mura sempre ficavam endividados e havia registros que contabilizavam qual era o saldo de cada indígena. Lindoso os chamava de fregueses. Cansados da violência do Lindoso e dos seus homens, os Mura começaram a falar que deveriam matá-lo. Os rumores chegaram aos ouvidos de Lindoso, que debochou deles. Afirmou: “como é que vão me matar esses índios do Maturá se não têm nada? Não têm dinheiro para comprar espingarda, nem balas, nem redes...”. Os Mura começaram a planejar seu ataque. Em uma viagem a Manaus para levar a produção de castanha, um dos homens mura trouxe alguns rifles e munição. De acordo com o relato do seu Jorge:

Nessas alturas que ele trouxe essa essas armas e muita munição, minha avó com meu avô, minha avó disse: "esse homem pra que que trouxe essas armas?". Meu avô disse: "não sei minha veia, é pra alguma coisa"... Quando aconteceu à tarde,

uma canoa tripulada para cima para baixo só do puro homem, todas as tardes tiveram mais ou menos uma semana, naquele trabalho, para cima e para baixo tripulado só de puro homem. Acontece que a minha avó desconfiou e perguntou para o meu avô: "velho, o quê que esses homens tão fazendo que toda tarde passam e tripulado bebendo e gritando no meio do rio?". "Não minha velha, é porque eles tão alegres, tão bebendo, tão se divertindo". Logo mais umas três noites, acontece um belo disparo, que minha vó se acordou com um enorme estrondo. Tinha um cidadão conhecido por Privola disse "hoje nós vamos lá". Compraram umas cachaças, tomando[misturado] com pólvora, foram pra lá, 11:00 da noite chegaram lá no barracão onde morava Carlos de Lindoso. Chegou lá chamou, mandou empregado que ele não ia, mandou empregado abrir a porta, abriu a porta, ele lá dentro deitado no mosquiteiro só se embalando, em cima da porta, em cima da porta do suporte dele. Era escapulir. Bem, o Privola entra abre a porta, e o atirador por baixo do Privola, calculou que fosse a cabeça dele que topa, mas era o joelho dele que tufava no mosqueteiro, e atirou. Ele caiu para dentro do buraco, nessa hora dos disparos foi o Chalé que eles tocaram fogo, e aí o fogo quando subiu deu nos barril de pólvora, que era barril, estourou, aí o cidadão enxergaram ele lá na beira da mata, se arrastando, já tinha varado lá se arrastando pegar o cerrado. Eles foram lá, né? Eliminaram ele. (Entrevista na aldeia Curara, 17 de julho de 2024).

Outras versões complementam que Lindoso tinha construído um túnel, cuja entrada estava embaixo da sua rede. Quando os homens atiraram, feriram ele numa perna e num braço, mas ele conseguiu fugir pelo túnel. Foi seguido e encontrado. Os homens o rodearam e atiraram de novo, matando-o. Depois, cada homem com uma faca deu um golpe no cadáver, gritando o nome do terreno e/ou castanhal expropriado por Lindoso. O corpo ficou todo picado e irreconhecível. Alguns dizem que foi abandonado, outros que foi enterrado no mato. Este ato evoca o mesmo modo como o Bararoá, grande inimigo dos Mura durante a Cabanagem, foi morto um século antes, já que seu corpo também foi picado.

Os Mura que estavam envolvidos na revolta pegaram todas as armas e munições que estavam no barracão do Lindoso, assim como cachaça. Explodiram os barris de pólvora que havia no local, fazendo um grande estrondo. Também decidiram que deviam matar o João Lindoso, para se livrar dessa família no Mataurá e de qualquer retaliação. Seguiram em direção ao igarapé Curara e, no meio do caminho, encontraram a Eduardo Rosa, um dos capatazes do Lindoso, e lhe disseram que se queria preservar sua vida devia acompanhá-los. Ele se negou e foi morto de um tiro. Depois, sua cabeça foi cortada, colocada num espeto, à semelhança das práticas de guerra entre os Mura e os Munduruku, e deixaram o espeto com a cabeça encravado à beira do rio. Os homens continuaram rio acima para matar o João Lindoso no local Santa Cruz. Seu Jorge prossegue:

De manhã, meu avô estava lá, meio adoentado, tumor no pé, que não podia andar ligeiro. Esse Bernardo e mais o Raimundo Santarém, genro do Bernardo, chegam, sobem e dizem pra minha vó: "Ei Patrícia, cadê o café?". " Tá aqui". Minha avó espiou o homem lavado de sangue, a calça comprida de cima e embaixo. Brincava com minha vó, mas minha vó disse: "o quê que você estava fazendo?". "Matamos a fera!", puxou o punhal e jogou no meio do terreiro, lavado de sangue. Ai tomou café, dobraram, e vieram, tripularam uma canoa, e subiram. Quando chegaram bem acima da portelinha tem aquele furo conhecido por Furo do Eduardo Rosa, o nome. Quando chegou lá, eles iam subindo com a canoa tripulada, que naquele tempo não tinha rabeta, era no remo. Enquanto o Eduardo Rosa [capataz do Lindoso] que ia para o Jacaré, falam por essas voltas "vocês nos acompanha?", Eduardo Rosa disse não. O cidadão que estava próximo dele "puxe o rifle antes que ele puxe o dele que ele vai te matar", ele e mais dois moleques. O cara puxa o rifle, atira, cai pra água, ele torna a boiar, ele torna a atirar, e sentou. Ai puxa os dois moleques pra dentro da canoa e vieram para Santa Cruz, vieram para Santa Cruz, chegaram aí, ajeitaram o João Lindoso, mas o campo era limpo, distante que ainda tem a escada dele lá que subia, ainda aparece os degraus, até hoje aparece. Lá onde o Baixinho mora, lá naquela casa velha, que o Pará que morava lá, pois é ainda tá a escada do João Lindoso.

Aí atiram no João Lindoso, João Lindoso faz a mesma coisa. Lá de cima de um parapeito, tinha um cachorro grande que acompanhava ele. Corre pro mato, passa três dias escondido no mato, trazem a família dele e os outros ficam caçando ele lá. Na inteira dos três dias ele tá gritando bem confronto o São Pedro de Assis de Pires, que era, que tem um furo. Os caçadores pulam em terra e circulam. Ai não, não mata ele não. Ai Araújo, que era ali do Cutia disse: "é Cearense, você não vai morrer, mas o senhor engoliu uma bala". Quando eles vinham subindo aí, encontram o cidadão conhecido por Servino, ele ia baixando com um garotão doente de febre e "tu vai com nós, Servino?". "Rapaz, eu tô doente, numa febre, vou baixando pra tomar um remédio". O cara pula no rifle dentro da boca do Servino: "tu vai ou não vai?". Servino esmoreceu e disse "eu vou". Dá logo uma dose pra ele, frasquerão dentro da canoa, dobra logo aí. Servino não gostava. E assim findou o João Lindoso, mataram ele aí no furo, deixaram. Alcides Pires achou ele na água, meteu mais tábua por baixo, alevantou, e cavou e enterrou e ele tá embaixo da Ribanceira de Santa Cruz, lá talvez ainda reste algum farelo de osso. O que quê foi? Esse nosso Mataurá foi atacado de diversas oportunidades de habitação. O cidadão querer se habitar, sem ser dele. E hoje tomando atitude dessa coisa. E hoje, senão concorre essa coisa, nós estávamos resolvendo fazer a mesma revolução, que foi feito com Lindoso. Era a única decisão que ia afastar ele, os atravessadores dessa terra. (Entrevista na aldeia Curara, 17 de julho de 2024).

Quando os parentes dos Lindoso souberam da notícia, Zacarias, o outro irmão, reclamou a ação das autoridades. Foi enviada uma lancha, chamada de Macuxi, com força policial para prender os implicados, que cavaram uma trincheira perto da foz do rio para se esconder e monitorar o acesso ao Mataurá. Seu Jorge conta o seguinte:

A lancha vem buscar os cidadãos que tinham matado o Lindoso. Quando ela entra na boca do Mataurá, que era bem ali na Santa Helena, tem um buiúçu que é estreito, né? Os caras tinham feito um suporte para se esconder. Lá estava sendo pesquisado e vigiado. Quando a lancha vem entrando, dois cidadãos levantaram da beira do buraco e disse "vamos atirar... é a lancha que vem prender nós". Levantaram, e atiraram. Os outros disseram: "não tira que olha é a lancha do governo". "Que governo, não é nada". Zé Monteiro e Manuel Monteiro, os dois irmãos, meteram ponta de Lima, reza a linha da água pra desequilibrar a máquina, que depois que desequilibrar a gente elimina o resto. Não desequilibrou, entrou, pegou o braço do cozinheiro lá, varou o saco de açúcar e varou do outro lado. Nessa hora a lancha fez um disparo. Minha avó contava que aí na Ponta Natal, bala torava galho de seringueira lá em cima, mas por cima, torava galho de seringueira lá em cima, e dobra para trás de novo. Quando tornou vim de novo, veio soldado e tenente. Meu avô estava escondido no mato com a minha vó, assim mesmo com tumor no pé. Quando varou ele disse: "eu estava escondido no mato, a mulher correu com as crianças, eu tive que acompanhar ela, é verdade". Tinha suporte de saúde dentro da lancha, disse: "eu vou chamar aqui o cidadão para atender o senhor, cortar esse tumor pra se tornar mais fácil". Bem, minha avó com medo, correu pro mato, e meu vô acompanhou, e todos, a lancha vem pegando para ir no Lago do Mataurá e fica catando os soldados por ali no meio do mato, pega um, pega duas, hoje pega três, amanhã pega quatro, e assim foi colhendo devagar, todos. Veja bem como é que é coisa, né? Já veio mostrando os que estavam na revolução. Tenente Zé Luís que estava aí na lancha, pegou ajuntou tudo e levou. Quando vai passar, chega no Vencedor, é o Zacarias Lindoso, irmão no Carlos Lindoso. A lancha chega lá e diz Zacarias: "cadê os malvados?". O tenente disse "não faça isso, eles estão aí no porão. O senhor quer ver eles?". "Quero". "Abre aí a escotilha". Ele era meio coxo, abriu a escotilha, ficou espiando: "seus malvados, vieram ser mortos". O tenente disse: "não, eles estão embaixo de ordem". O Privola que tinha armado toda coisa disse: "se eu tivesse meu rifle agora...". Bem, vão presos para Manaus, detido pra Manaus. Chega lá, as despesas por conta própria, da esposa que era do Carlos de Lindoso. Passaram uns meses em Manaus, almoçavam, jantavam bem. Aí depois que foram liberados da justiça, o governo era o Ribeiro Júnior, chegou lá e disse perante a justiça, que tinham matado era uma fera, não era um cristão, era uma fera. Foram liberados. Uns ficaram por lá, outros vieram embora, outros ficaram sendo praça, como tio Alcemiro Cruz que passou anos e anos, quando vi ele veio todo fardado. Bernado morreu pra lá, ficou a filha por aqui, mas já estava grande. Finado Brasil, meu padrasto, foi também nisso, foi e voltou, todos que foram e deram a vontade voltaram. Os que quiseram ficar por lá, ficaram por lá mesmo. Muitos morreram, outros fugiram. Outros já retornava depois de novo, de ter acabado aquela revolta. (Entrevista na aldeia Curara, 17 de julho de 2024).

Embora a Revolta do Mataurá tenha sido bem-sucedida em eliminar o domínio dos Lindoso sobre os Mura e nenhum dos participantes tenha sido condenado, poucas coisas mudaram, pois a usurpação das terras tradicionalmente ocupadas se manteve, mas em outras mãos. De acordo com seu Jorge:

Aí depois disso, que os Lindoso se afastaram e algum que sobrou ficou com medo, vende pros Avelino. Entra o Dico Avelino, e o outro eu quero me lembrar, o irmão dele, Antonico Avelino. Era só uma família. A propriedade deles era lá na Bela Vista, quase confronte o Laguinho, acima do Laguinho daquele lado, era um seringal grande. Bela Vista e Pinduri, que hoje se torna o que já é Caiapé, justamente. Os Avelino compram dos Lindoso Boa Vista, Taracoá, Biribá, Maiaema, Pinatuba, com tudo, olha aí, Pinatuba, aí sobe, pra cá. Isso foi vendido pros Avelinos, aí sobe, Lava, Igarapé do Sucuriju, a propriedade de Sucuriju, aqui atrás, e Lava. Do Lava, vai ao Igarapé da Santa Maria, Compasso, João André, tudo isso foi vendido pros Avelino.

Depois da morte do Carlos Lindoso, Avelino mandou chamar todos os Mura ao sítio conhecido como São Pedro, e rodeado de capangas armados avisou que o filho do Lindoso tinha vendido todas as terras para ele. Desse modo, houve apenas uma substituição e os Avelino passaram a dominar a mão de obra indígena com ameaças e intimidações, assim como os castanhais e a produção e comercialização dos produtos florestais. Além disso, passaram a controlar alguns lugares fartos em pesca, como o Lago do Jacaré, impedindo o acesso dos Mura, que eram ameaçados de morte se extraíssem algo daqueles locais. Em princípio, os Avelino não construíram um barracão, mas permitiram a entrada de diversos regatões e comerciantes para escoar a produção. Esses novos patrões eram fregueses dos Avelino, e estes lhes vendiam porções de terra usurpada no Mataurá, diversificando o sistema de aviação.

Na década de 1950, o senhor Procópio, um dos novos usurpadores do território tradicionalmente ocupado, tentou se apropriar do sítio São Pedro, em terras próximas da Maloca Cidade, por meio de um título falso amparado pelo senhor Antônio Campos, que era parente de Procópio e Delegado em Manicoré. Naquele tempo, seu Cipriano era jovem e, junto com alguns dos seus parentes, decidiram prestar uma queixa em Manicoré, aonde foram a remo, e foram direcionados a levar o assunto até o SPI, no Posto Barbosa Rodrigues em Autazes. A viagem de canoa até Autazes demorou várias semanas e fizeram uma parada em Arari, abaixo do rio Aripuanã, onde havia uma aldeia mura, liderada pelo capitão Bastão. Ele lhes comentou que o coronel Soares, que os havia dominado por décadas, perdeu os títulos da terra pela ação do SPI, que reconheceu a terra tradicionalmente ocupada como terra indígena federal. Animados, continuaram a viagem até o Posto Barbosa Rodrigues, cujo responsável era Esmeraldo Neves.

A denúncia foi recebida por Neves e ele se comprometeu a ajudá-los. Nomeou o seu Cipriano como capitão do sítio São Pedro e da Maloca Cidade e lhe entregou um

documento para creditá-lo como tal. Seu Cipriano comenta que nos registros do SPI havia outro capitão mura no Maturá, o senhor Manoel Coutinho, que tinha um ajudante chamado Raimundo Nonato Sousa. De volta no Maturá, seu Cipriano avisou os usurpadores que o lugar tinha sido reconhecido como propriedade dos Mura e que deveriam sair. Esta situação fez com que muitos mura amedrontados pelos Avelino e outros usurpadores ficassem receosos e se opuseram a reconhecer a área como indígena. Ao mesmo tempo, os Avelino mobilizaram seus contatos políticos e policiais em Manicoré para apontar como ilegítima a decisão do SPI. Nas palavras do seu Cipriano, as pessoas diziam: “nós sabemos que esta terra é indígena, mas não a reconhecemos”; o Avelino falou que não entregaria nem São Pedro nem a Maloca Cidade e mostrou títulos falsos. Seu Cipriano voltou remando a Autazes para avisar das dificuldades com os usurpadores. Neves se comunicou com Tubal, Inspetor Geral do SPI em Manaus, para solicitar ajuda para os Mura, mas ele recusou. De acordo com seu Cipriano, Tubal traiu os Mura porque tinha sido comprado por Avelino, e isso levou a que Neves o denunciasse. Pelo que já foi descrito com relação ao processo judicial da usurpação dos castanhais do Atininga, a aliança do Tubal com os Avelino era estreita, e o responsável do SPI, em lugar de ajudar a resolver as demandas indígenas, optou por favorecer os intrusos. Então, o genro de Avelino, o vereador Hélio Rêgo, de Manicoré, tentou comprar a propriedade da Maloca Cidade, mas não conseguiu por causa da existência do documento assinado por Neves. Assim, o local ficou titulado para os Mura.

Com o passar dos anos, se enraizou a ideia em Manicoré e arredores de que os únicos Mura do Maturá eram os que habitavam na Maloca Cidade e que o resto eram caboclos, descendentes misturados dos Mura, ou seja, não eram “índios puros”. No entanto, os comerciantes e usurpadores que se instalaram no Maturá sempre discriminaram esses caboclos e os humilhavam chamando-os de “índios ladrões”, “índios preguiçosos”, diferenciando-se marcadamente deles. Inclusive, muitos desses homens se casaram com mulheres mura e costumavam insultá-las. Chamavam elas de “mura fedidas” ou “índias fedidas”. Esses maus-tratos verbais dos pais contra as mães impactaram as proles, motivo que levou a muitos desses descendentes a tratar de se dissociar ou negar qualquer identidade indígena, pois sentiam vergonha.

Entre as décadas de 1960 e 1990, os Avelino continuavam mantendo o controle do rio, embora foram vendendo gradualmente alguns lotes de terra. Isto não significou um alívio para os Mura, pois os novos invasores impediam o trabalho e a mobilidade dos indígenas, atemorizando-os. Em grande medida, estes invasores sempre foram percebidos

como empregados dos Avelino. Em palavras do cacique Pedro Campos Coutinho da Aldeia Terra Preta do Uruá:

Os meus avós diziam: "olha aqui os meus pais eram os índios, nós ficamos na terra". Foram morrendo, mas fomos ficando nós... Como teve ataque de morte logo no começo, que os empresários não deixavam a gente vir... Tudo era lugar deles, né? Só nós, nossos avós, onde a gente está aqui na Terra Preta, mas esse lado que está em frente, ninguém podia pisar, ninguém podia sair pra canto nenhum porque se achasse uma canoa qualquer pescando, tomavam, levavam, deixavam na beira. Aí como que a gente não podia atravessar, como que não podia ir pro mato procurar uma comida. Todo mundo tinha medo de sair, que iam agarrar a gente. Porque era tudo deles, né? Como o pessoal do Avelino, era todo rico só de terra. Então a gente não podia encostar numa beira que era deles. Aí moda (?) que tinha uma câmara lá pra contar pra eles. Aí os castanheiros tudo era deles e nós não podíamos mais fazer nada. Aí sofrendo necessidade, que nós só andávamos na nossa terra bem pouco, e agora como você está vendo está esse mundo de terra que tudo era dos empresários. E era a coisa mais difícil, que por trás tudo era o pessoal do Avelino, a gente não podia, só tinha que chegar até aquele pedacinho de terra e voltava com medo dos castanheiros dele. Porque quem tem dinheiro não vai na mata, mas manda aquele pessoal, que a gente não sabia o coração dos outros. Aí o peão voltava, era só aquele pouquinho de produção, e a família grande, ia sofrendo necessidade. Não podia fazer roça, que não deixavam. (Entrevista na Aldeia Terra Preta do Uruá, 23 de julho de 2024).

Os compradores obtinham títulos pela compra dos terrenos usurpados, graças à influência dos Avelino com os administradores de Manicoré. Os comerciantes e outros forasteiros que se instalaram no Maturá na época preferiram não continuar com o aviamento e o substituíram pelas transações em dinheiro: os comerciantes cobravam os produtos básicos com preços abusivos, o que obrigava os Mura a buscar mais maneiras de conseguir dinheiro. Pouco a pouco foram se engajando na economia de mercado e tentando comercializar seus produtos. Ao mesmo tempo, outros invasores iniciaram parcerias de negócios com os Mura e criaram um modo de compra venda de terrenos e castanhais do território tradicionalmente ocupado que pertenciam aos seus “sócios” indígenas, reduzindo os seus direitos de posse e uso tradicional dessas partes da floresta. Em muitos casos, os forasteiros enganavam os Mura e trocavam qualquer bugiganga, como rabetas velhas, por terrenos tradicionalmente ocupados; em outros casos, os iludiam dizendo que iriam levar os títulos de posse, algo que frequentemente não ocorria e, quando aparecia algum documento, as terras tradicionalmente ocupadas estavam tituladas, graças ao sistema fundiário fraudulento, no nome dos invasores.

Houve vários negócios diferentes nesse tempo como as peles de animais, a extração de madeira, a pesca e a caça. Nas palavras do seu Genádio, de 64 anos, ele desde pequeno sempre trabalhou com seu pai. Afirma:

Como eu comentei pro senhor, eu passava coisa de seis meses trabalhando pau rosa, mas no sentido que antes o produto que era vendido, que meu pai comprava o rancho para manter a família nossa aqui. Também era a caça, né? Pele fantasia, que é a pele do porco, caititu, pele de veado, pele da lontra, que hoje tem muito essa lontra aí pro alto, a onça, o maracajá. Esses eram os produtos que meu pai tirava pra nós sobrevivermos. Aí um tempo depois apareceu uma lei proibindo a matação dos animais, o jacaré também. Meu pai matava jacaré também, nesse tempo tinha muito jacaré nesse rio, quando seca se vai aí de noite isso aí da estalado de jacaré, de todo tamanho, eles matavam muito pra vender, o couro. Aí nós trabalhávamos com sorva, pau rosa, maçaranduba, caucho. Esse caucho é um pau grande que dá no mato, ele dá o leite igual a seringa, ele dá leite igual a seringa. (Entrevista na Aldeia Ponta Natal, 26 de julho de 2024).

A extração desses produtos implicou uma ocupação mais dinâmica das propriedades que as famílias mura tinham em diferentes partes do rio e, no caso da procura por peles, levava a longas jornadas pelo alto Maturá e os seus formadores, produzindo uma redução significativa das populações dos animais caçados. Na década de 1970, por exemplo, no alto Uruá existiu a Vila Santo Antônio, onde a família mura proprietária do castanhal Santo Antônio trabalhava intensamente nas demandas destes negócios, explorando a região das cabeceiras e do igarapé do Mutuca.

Com a proibição do negócio das peles de animais, os empreendimentos dos padrões começaram a se centrar na extração de madeira de lei e na instalação de usinas para processar pau rosa. Ao mesmo tempo, aumentou a demanda por peixe e carne de caça em Manicoré, o que aumentou a presença de pescadores ilegais e embarcações que percorriam o rio a contragosto dos Mura. Também, os espaços do alto Maturá começaram a ser frequentados por caçadores e pescadores vindos de Manicoré que abriram estradas para chegar diretamente acima das cachoeiras do Maturá que dificultavam a navegação. A presença destes invasores, sempre armados, foi atemorizando os Mura. Então, foram deixando de frequentar gradualmente essas áreas por temor a conflitos e assassinatos nalgum encontro fortuito. Desse modo, por medo, os indígenas foram perdendo cada vez mais o acesso aos seus castanhais e áreas de caça e pesca nas cabeceiras e formadores do rio.

Os conflitos com os invasores e com usurpadores foram aumentando e deixaram os Mura apreensivos. Esses conflitos deram início à busca por união dos Mura da parte

baixa do Maturá e a pedir ajuda à FUNAI, o qual deu origem ao processo demarcatório da TI Pinatuba. Do lado da atual Aldeia da Ponta Natal ocorreu um conflito por limites entre terrenos e pela liberdade de mobilidade, o qual deflagrou o processo de demarcação. O usurpador em conflito com os Mura mobilizou a força policial e alguns Mura foram presos e levados a Manicoré. Isto fez com que seus parentes entrassem em contato com a FUNAI para que os liberassem, e tudo o que foi gerado nesse caso conduziu à constituição do GT que identificou e delimitou a TI Pinatuba. Seu Genádio relata:

Na época, o meu irmão criava um porco aqui. Um certo dia, o porco dele se soltou, saiu do chiqueiro e foi pra lá [onde morava] o Raimundo Pinheiro. [Ele] agarra uma vara e dá umas porradas, atravessou o porco capado. Daí chegou aqui e disse "O seu porco tá com uma orelha atravessada, na costela do animal". Aí foi pra lá, e criamos uma discussão com Raimundo Pinheiro. Aí o que aconteceu? Nós teimamos com ele pra lá, disse umas coisa pra ele. E aí quando foi um certo tempo, aí o que aconteceu? Ele pegou e fez uma cerca, lá de trás dos meus filhos. Aí ele correu a cerca de lá e vem vindo pra cá, no barranco. Fechou isso aí tudinho, onde é trânsito, né? As crianças passavam pra ir pra escola pra estudar. Aí eu e uns primos meu, se revoltaram com isso, pegaram o terçado e foram arranhado, desde lá, a cerca. Todo vinha cortando. Aí passava outro dia, cerca. Aí que aconteceu, surgiu uma conversa de que papai ia pegar ele para bater. Aí chegou um barco aqui, com nome de Irmão Correia, era o recreio, foi o primeiro recreio que viajava aqui dentro fazendo recreio, que levava o pessoal para a cidade. E quando foi um certo dia, aí eu "cadê essa cerca?". Aí, viajaram pra lá. Quando foi de madrugada o barco chegou aqui, aí no porto, encostou lá. Aí eu acordo cedo e meu pai estava bem ainda, estava orando na igreja aí, que ele foi evangélico por muitos anos. Aí quando deu, corta o barco pra lá, encostou, aí veio a conversa. Aí eu peguei, levantei devagar, abri a janela de casa e olhei, era três policial. Passando aí. Eu abri a janela da frente, fiquei olhando, foram embora pra baixo.

Aí estava orando na igreja meu pai. Quando eu olhei de novo, eles já vinham voltando com dois tios meus e dois primos meus. Eles moravam aí pra baixo. Daí meu pai estava sentado, tinha saído da igreja, daí, estava sentado, bem no toco dessa mangueira tinha um barco, no toco da mangueira lá pra baixo, estava sentado, com a Bíblia em cima do banco. Aí quando os policiais chegaram: "Seu Inácio". "Sou eu mesmo". "O senhor faz o favor de acompanhar a gente até o barco. A gente quer uma reunião com você lá no barco". Ele levantou e acompanhou, pegou a Bíblia dele e foi. Aí eu acompanhei, depois fui lá, eu vesti a minha bermuda e peguei fui lá com a mamãe. Aí o pessoal se avisou nessa hora, "quê que está acontecendo? quê que está acontecendo?". Cheguei na hora pra descer lá e chamei o policial. Perguntei o quê que estava acontecendo pra eles levarem meu pai. "Meu pai não brigou, não desacatou ninguém aqui, pra vocês levarem ele. Quê que aconteceu? Eu quero saber". A gente vai conversar com ele lá no barco. Aí eu desci até o barco, aí quiseram me expulsar de dentro do barco, e sei que o funcionário mandou e levaram os cinco. Aí nós nos reunimos aqui, aí fomos de rabeta lá para boca do Maturá, aí peguei o barco em viagem de

Manaus até Manicoré, e fomos atrás. Quando chegou lá no outro dia, eles estavam presos já. Passaram três dias, 75 horas. O quê aconteceu? Aí meu irmão foi, meu cunhado, aí gente ligou para Funai, a gente já tinha contato com a Funai.

Poucos minutos eles ligaram pra lá e a Funai atendeu, o Dr. Rangel, que era subdelegado de lá, o advogado. Aí perguntou o que está acontecendo pro delegado. Nessa época era o Dr. Astrogildo, e lá do Capana Grande, é de lá, da turma do Seu Adomor, o Astrogildo, era delegado de lá na época, de Manicoré. Tem cinco índios presos aí, o senhor vai ter que soltar, seu delegado. "Não, não, tão solto já". E, pois é, amanhã nós estamos viajando, chegar até lá, pra saber o porque você prendeu os dois índios. Aí soltaram meu pai, meus tios, meus primos. Quando foi no outro dia chegaram aí em Manicoré. Aí fui saber o por quê. Aí fui contar a história: "fizeram uma cerca de lá, agora porque essa cerca, porque fechou o trânsito porque os meninos passavam, as crianças passavam para ir para aula, para o colégio, aí não podia fazer isso aí. Aí o que aconteceu, né? Um primo meu que estava lá já tinha sido intimado pelo delegado, que era o dr. Astrogildo. Três vezes ele envia convite pra ele, só que ele não compareceu, só que ele errou também. Aí o advogado e o delegado da Funai falaram "Valdomiro, tu erraste. Não podia ter feito isso. Na hora que o delegado te chamar tem que ficar calado, não fala nadinha". Até que isso acontece, "então beleza, eu errei tudo bem, eu peço desculpa", o Valdomiro falou pro delegado. Aí ele, "E a cerca? A cerca você vai ter que levantar". "Como delegado? Isso aí tampou o trânsito". "A cerca era de madeira de lei?". "Não, não era não". O papai foi e nessa hora ele perguntou: "delegado, eu sou soldado de Cristo, eu posso falar?". "Pode falar sim". "Pois é, vou falar a verdade para o senhor, eles estão mentindo aqui. A cerca foi levantada lá de uma certa parte, correu, passou direto na nossa casa, foi até a beira do barranco. Era atrás de onde nós andávamos, era por onde as crianças iam pra aula, e a madeira não é madeira de lei, era vara da capoeira amarrada com cipó envira, e por isso eles arriaram". "Você fez isso?". "Não, pois é, olhe, fale a verdade, não fale mentira, porque se você tá mentindo aqui, a delegacia tá cheia, mas eu arrumo uma vaga pra te prender. Aqui não é lugar de mentira não. Por isso, hoje, Seu Inácio, foi o senhor que mandou levantar a cerca?". Papai disse não, "eu mandei você arriar cerca?". "Não, fomos nós mesmos, fomos lá arriamos a cerca e não foi Seu Inácio quem mandou nós não, fomos nós mesmo, porque eles tamparam o trânsito lá com aquela cerca. O senhor acha que tá certo isso? Onde é trânsito pode tampar?". Ele disse não. Foi isso que aconteceu.

Depois já foi envolvendo. Conversaram com o delegado e o advogado da Funai. Aí disse pra gente: "vai dar continuidade nesse trabalho aí". Aí foi que aconteceu, terminaram isso que aconteceu, aí depois já veio a dra. Eliane. Sei que a gente mexeu lá em 1988. Aí que ela veio já foi fazer o levantamento dessa área de terra aqui. Essa terra aqui foi demarcada por esse caso nosso. Foi nós que fomos envolvidos com esse comerciante que tinha aqui dentro e daqui que saiu o negócio. Ela passou um mês aqui com nós, fazendo reunião aqui, quem ia ficar, quem não ia. Aí já veio o pessoal da Funai e eles [os comerciantes] achavam que era brincadeira. Criticavam quando iam pra Manicoré. Quando voltava o barco do rumo do Pinheiro, vinha cheio de gente soltando foguete. Aí com pouco tempo chegou o pessoal da Funai, demarcar, pra medir as casas que eles tinham aí, e pagar a indenização do sítio que eles tinham aí. Mas aí o quê aconteceu? Quando

eu fiz o levantamento dessa comunidade, dessas 42 pessoas, só sete que não aceitaram, só sete. Aí a Funai veio e indenizou as sete famílias. O Seu Raimundo Pinheiro foi o maior indenizado que teve, recebeu 25 mil cruzeiros na época. Aí já veio o pessoal, "agora vocês aqui que vão dar um tempo pra eles, vocês saíram daqui, aqueles que assumiram o papel deles é que vão decidir o que fazer com vocês". Depois, quando eles receberam a indenização, o pessoal que aceitaram a metade, voltaram atrás, pra querer receber o dinheiro da casa deles, que eles tinham, só que aí não tinha mais jeito, não. Ainda mexia com advogado, mas acabou que não teve nada. Eu sei que aí o veio o chefe da Funai, pra trabalhar com nós, o finado Eurípedes. Fizeram uma reunião aqui, fizemos lá no canto do colégio ali. Chamou todo o pessoal da comunidade: "Gente, é o seguinte: vocês pensam bem, imaginem bem que vocês não tem dinheiro, vocês não tem recurso pra se mudarem daqui da comunidade e ir pra cidade. Pra quem tem dinheiro já é difícil. Mas eu conheço vocês aqui, vão ter certas famílias aqui que não tem recurso. Não tem como sair daqui e comprar uma casa em Manicoré. Eu vou morar nessa casa aqui, pensa muito isso aí", ele disse. Deu um prazo de um dia, fizeram uma reunião de tarde, ali perto do colégio. Quando foi no outro dia conversou com o pessoal lá, aí disseram assim: "não vamos aceitar isso, não". "Então assina aqui, ô". Aí o pessoal foi. "Bom, agora você está na mão do pessoal. Vocês aqui que ficaram, que assumiram a origem de vocês, assumiram o papel de vocês. Vocês que vão comandar com eles agora, vocês vão dar um tempo para eles, que vocês que vão decidir". Chamamos eles. Como eles tinham muita roça ali, nós vamos dar um prazo de um mês para você assinar. "Pô! Ninguém consegue desmanchar nossa roça dentro de um mês, trinta dias". "Então vamos dar dois meses". "Tá certo".

O que aconteceu? Deu dois meses, eles foram e desmancharam tudinho. Aí eles foram pra Manicoré, conversaram com prefeito, que foi o Manoel de Oliveira Galdino, conhecido como Nena. Aí pega uma balsa, empurrador, e mandou vir aqui buscar o pessoal. Foi um bocado de gente, era muita gente, botou tudo dentro da balsa. Aí arrumaram um terreno ali em frente da fazenda do Colô, tem a fazenda do Colô ali né? Pois é, bem em frente. Tem por nome Sururu, fizeram casa e um bocado deles moraram um bocado de tempo lá. Aí um bocado morava num colégio lá no bairro Santa Luzia, lá na parte de cima. Então cada um foi dando um jeito de fazer sua casinha por aí, e hoje todos eles têm uma casinha. Mas depois, por isso né, se arrependeram muito. Pediram desculpa de mim, que achava que era nós, porque nós tomamos a decisão de ficar, e vocês tomaram a decisão de sair. Pensei que, aí pronto, né?

Aí eu sei que aí ameaçaram de matar nós, para nós não andarmos na cidade sozinho, né? Eu não consigo, e sempre a gente não gosta de viajar pra cidade. A gente só vai lá fazer a compra da gente, e nem sair também. Passei 30 dias fazendo picadão [para colocar as placas indicando que é o território da TI Pinatuba]. Que aconteceu? Aí nesse intervalo que nós estávamos fazendo esse picadão, eles entraram e fizeram uma festa que teve a briga. Brigaram, pegaram os caras pra lá, e o outro largou a faca nele. Inclusive esse rapaz mora aí na boca do Maturá. Então, eu sei que o negócio foi feio, não foi pau d'égua, não. Nós fomos ameaçados, nossa família aqui, mas graças a Deus hoje a coisa amenizou. (Entrevista na Aldeia Ponta Natal, 26 de julho de 2024).

Quando os estudos de delimitação e demarcação da TI Pinatuba estavam em andamento, o senhor Joaquim Avelino da Rocha vendeu três lotes a terceiros entre maio e agosto de 1996, os quais rapidamente foram vendidos, junto com outros dois lotes adquiridos de Avelino em 1976, à companhia GHETAL Amazonas S.A, empresa especializada em exploração de madeira. Esses 5 lotes somavam mais de 3 mil quinhentos hectares de terra no Maturá, todos eles anteriormente catalogados como lotes de posses indígenas (Taracá, Pinatuba 1, 2, 3 e Aracá) e que foram usurpados pelos Avelino. É importante notar que esses lotes fazem parte atualmente da TI Pinatuba, e que a atuação da GHETAL foi mais ampla na área norte da TI Curara. É possível que o levantamento fundiário realizado para a TI Pinatuba não tenha observado se foram vendidas terras tradicionalmente ocupadas fora do espaço contemplado para essa TI, mas é muito plausível que tenha havido essa venda de terras tradicionalmente ocupadas, seja diretamente por Avelino ou por meio de terceiros. Os Mura afirmam que boa parte das terras usurpadas pelos Avelino passaram às mãos da GHETAL e que esta empresa se dedicou a empregar os indígenas da região. O que é fato é que a GHETAL explorou madeiras na área por cerca de 20 anos, principalmente na margem esquerda da parte baixa do Maturá, em frente da TI Pinatuba. Na atualidade, essa área passa por um processo de recuperação ecológica. Adicionalmente, a companhia construiu uma estrada de ao redor de 10 kms entre o igarapé Mirari e a beira do rio Madeira para movimentar veículos transportadores de toras e escoar com maior facilidade a produção. Se relata também que a GHETAL comprou terrenos tradicionalmente ocupados de menor porte a invasores antigos e até a alguns mura. Nessas vendas, houve enganos e despojos, assim como a presença da exploração madeireira trazia grandes consequências para a flora e a fauna, e para alimentação dos indígenas. Sobre o lugar Vista Alegre da TI Curara, o senhor Raimundo Ramos, de 58 anos, conta o seguinte:

Esse ponto aí era, lá na Vista Alegre mesmo: o castanhal tudo atrás, estrada de borracha, de cortar seringa, tudo no sítio, e tudo aquilo que a gente produzia era lá mesmo naquele setor lá. Só caçada, pescada, e outras coisas que eram em outros lugares. Mas esse trabalho de produto era lá, e aí a gente trabalhava lá, muitos anos. E aí passado o tempo chegou essa empresa, querendo comprar, falando com meu pai que queria comprar aquela área lá. Meu pai disse que não podia porque era uma área que o pai dele deixou pra ele, e ele queria deixar pra nós. Sendo filho, era uma herança, que ele não podia vender, nem negociar com ninguém. Mas como ele era um terreno que era de dois donos, o outro dono, o Levegildo, ele deu essa parte pra ele, mas só era um título. Quando meu pai se espantou, ele já tinha negociado. O vizinho dele já tinha negociado o terreno. Quando meu pai soube, ele não pode mais fazer nada. Ele quis devolver em dinheiro pra que nós ficassemos com a terra de volta, foi lá o gerente, o gerente

da firma disse que não tinha jeito mais para aquilo. Meu pai chorou, que não podia fazer nada, que o valor do lugar era o valor do documento, não pode mais fazer nada, deixou, deixou que tudo levasse, que nós já tínhamos vendido. Aí entrou, ela veio com equipamento, com vários, eu não sei se era 7 ou era 8 tratores, moto-serra, e todo tipo de coisas pra acabar. Aí entrou na mata, entrou primeiro por lá, pelo cara que vendeu, começou por lá, aí veio acabando, acabando, chegou no nosso, aí foi acabando, e não podia fazer nada, agradando nosso pai com coisas, com um feijãozinho, um quilo de açúcar, uma lata de gasolina, tentando convencer ele, agradando ele com bolacha, essas coisas. Ele se conformava porque assim, ele não tinha como fazer nada, aí ficava pagando ele com essas coisinhas aí. Ele suportou vários tempos, quando eles estavam dando o tempo de sair, eles lá, aí ofereceram pro meu pai o que, só rancho, sempre. Não ofereceram indenização, nada. O nosso terreno eles acabaram, estrada de 40, 40 trilha de trator rumando uma no lado da outra, alagada de água, lamas, que nós não podíamos transitar, pra trabalhar mais. O nosso castanhal ninguém não conheceu mais, acabou com as picadas, derrubou castanheira, e aquela que ele passava por cima da raiz, ela virava, quando não ela empoçava, aquela grande lagoa no toco dela e ela morria, e nisso foi sendo destruído, destruído, que quando nosso pai tomou as providências, ele pediu que eles defendessem as castanheiras porque nós iam ficar numa vida meio triste, uma vida muito complicada. O açaí, tudo, tudo estava sendo acabado. Então aí eles foram acabando, que quando não tinha mais a madeira, aí eles foram pra ir se arrumando, pra ir embora, que iam embora, aí saíram de lá. No que eles saíram de lá, eles passaram pra outras áreas que eram aqui pro Mirari. Também acabaram com o Mirari, fazendo trilha. Eles fizeram uma estrada que varou pro Madeira, pra conduzir a madeira já pra fora, e tudo isso eles foram fazendo, em vários lugares aí eles foram acabando. Desse lado do rio, e do outro lado do rio. Abrindo igarapés, pra tirar pontas, pra balsa entrar no inverno, tudo isso foi destruindo. Foi espantando os peixes, era aquele movimento muito grande, de combustível na água. Tudo isso pra nós era uma devassa, porque nós nunca tínhamos se achado por isso. Atacado, perseguido, destruído, então pra nós, foi uma grande tristeza, como meu irmão falou pro senhor. Se fosse por nós, já tinha sido demarcado, por causa dessa situação. Hoje a gente espera que seja melhor, seja um grande descanso pra nós, daquele aperreio, e aqueles ataques que nós tínhamos das empresas. (Entrevista na Aldeia Curara, 18 de julho de 2024).

Não é casual que simultaneamente à demarcação de uma pequena parte do território tradicionalmente ocupado pelos Mura no Maturá houvesse ocorrido o início de uma exploração sem precedentes no rio. Os efeitos ecológicos foram imensos e afetaram às famílias mura, tanto na alimentação como na qualidade d'água, trazendo doenças, especialmente para as crianças pequenas. A percepção geral é que antes havia muita fartura e que de um tempo para cá está diminuindo drasticamente, afetando a alimentação indígena. Seu Raul, de 78 anos, afirma:

Antes era como eu estou te dizendo, tudo era farto. Depois que aconteceu esse negócio foi ficando difícil. No tempo do meu pai, quando eu comecei a trabalhar

com ele, isso tudo era farto meu amigo. Era peixe, era caça, nós iamos ali pro alto, pro nosso terreno, que nós temos, paca, porco... A gente ia no castanhal, no caminho topava aquele bando de porco. Não adiantava estar matando muito, o peixe do mesmo jeito. A caça, a paca, a caça de noite... Nunca caçamos de noite naqueles de noite, nunca caçamos. Depois que eu me casei, arranjei mulher, eu ia lá, que ele deixou de trabalhar também, que ele já estava velho, aí deixou de trabalhar e quem trabalhava era eu. Mas nunca cacei de noite, era só ir no mato. Ia pro mato, no caminho do castanhal topava aquele bando de porco, matava um, dois, pronto. (Entrevista Aldeia Boa União, 25 de julho de 2024).

A visão do seu Genádio é muito parecida:

Quando eu tinha a idade de 12, 13 anos, eu pescava com meu pai, tambaqui nesse igapó aqui; topava cardume, está entendendo? Matrinxã nesse mato aí, quando é mês de dezembro, janeiro, fazia rodada nesse rio aqui, rodando aí. Era por volta de 6, 7 de arpão, um arpãozinho pequeno assim que a gente usava, certo a linha bem fina, a haste é pequena. Tem outra grande bem aqui, de arpoar peixe graúdo: tambaqui, pirarucu. Meu irmão e eu, nós flechavamos esses igarapés, esses braços que nós chamamos, aqui quando era de tarde, 4, 5 horas que já vinha assim: cup cup, boiando. Aí nós iamos embora com esse meu irmão a navegar. Quando chegava lá naquele baixo, aquilo parecia mandioca, nós encostavamos na galha, e tcha tcha, nós arpoavamos 70, 80, só jaraqui, te juro. Não dá, ninguém vende, serve pra nós comermos, ia embora. Jaraqui a gente carregava o peixe pra terra, as vezes aquela hora a mãe estava nova né, nós já iamos descamar, e aí ia ticando, nós lavavamos tudinho com limão, passava o sal ali, né? e deixava ali, passava um dia dois dias comendo peixe. Tambaqui, essa minha irmã que tá aí, esse outro meu irmão, nós iamos nesse igapozão. Quando era de manhã, nós já viamos 3,4 espinhelão, tambaqui estava lá, só com rabo, tudo traçado, com os troncos na boca dele. Era um, dois, nós matavamos... Tambaqui, um, dois, eu com minha mulher, vinha embora. Hoje, você anda esse igapó aqui a tarde todinha, por onde eu topava cardume com meu pai, nós arpoavamos, tu não vê mais um tambaqui, não vê não. O meu pai, ia arpoar de noite. Aqui tem uma supiarana, é uma fruta pequenininha que da assim, tem muita árvore nesse igapó, ela espoca. Meu pai novo, né? Na curva da canoa dele, quando avistava, escutava bem assim, como se tivesse chupando, e o bicho brigava assim, e o velho jogava o arpão, arpoava de seis, cinco tambaqui na noite, e nós vinha embora com ele. Até depois. O Zaqueu, esse outro meu filho, só faz deixar o espinhão lá de tarde, vinha embora, quando chegava aqui, pegava dois, três tambaquizão todo dia. Hoje, tu não vê nem um tambaqui boiar, nem bater rabo. Tá entendendo? Pirarucu, até tempo nesse poção aí, que nós passamos hoje, que vocês passaram também e saía, num tempo desse aqui você jogava uma água assim, você via branquear pra todo lado. Bicho de casco, tracajá, tartaruga cabeçuda, boiava aí, eles pegavam muito a cabeçuda, e a tartaruga verdadeira mesmo, nesse poção aí. Hoje, de um ano que passa, de um ano pra outro, eu fico analisando aqui, na cabeça. Falo pros meus filhos: cada ano que passa, tá mudando. O clima mudou, a fartura mudou. O senhor tá entendendo? O cara fala assim, o homem não acaba a natureza. Acaba, destrói; o homem destrói a natureza.

Eu estou com 64 anos de idade, cada ano que passa eu fico fiscalizando, analisando aqui dentro desse rio aqui. Aí o cara dizia que não acaba. Acaba! Eu que já trabalhei em vários lugares, que tinha lago farto de pirarucu e tambaqui. Trabalhei num lugar ali embaixo, cortava seringa lá no São José, ali embaixo, trabalhei 1 ano e 4 meses cortando seringa. Do outro lado tem o lago; lago que é maior que esse rio nosso aqui... Quase duas horas de rabeta, do final da cabeceira daí de baixo pra cima. Eu ia lá, os caras me convidavam pra pegar pirarucu, de curumim. Curumim são umas armadilhas que destrova e pendura assim, aí no pau. E nós deixávamos lá com o parceiro. Aí nós iam embora, estava ali na beira, nós ia dormir. Quando era de manhã nós iam ver. Tinha um, dois pirarucu de nove palmos, oito palmos. O quê que aconteceu? Com os tempos, os caras começaram a usar malhadeira. Teve dia lá, conferia 12, 13 de pirarucu de até 12 palmos. E já estavam começando a pegar de malhadeira, era muito pirarucu, e juro, abanava rabo pra tudo lado que era assim. Aí eles começaram a vender pra Aparecida, era uma senhora que morava lá, que viaja num barco que era a Amazônia na época. A Aparecida comprava os pirarucus e os tambaquis, lá do pessoal da comunidade e vendia tudo pro seu Manoel. Depois levaram o arrastão pra dentro do lago. Aí foi o fim da picada. Hoje sabe qual peixe que tá lá, meu irmão? Só piratapioca, daquela boliviana que nós chamamos de peito roliço, é o peixe que dá lá. Acabou tambaqui, acabou pirarucu, tudinho. Então dizer que não acaba... Acaba.

Estou aqui no Maturá, trabalhei no Uruá, Maturá, Atininguinha, Jatuarana, tu andava de noite aí, só focava assim, tudo brilhava de paca, nós matávamos uma só pra comer. Hoje você anda é quase quilômetro pra você topar uma paca. Eu conversando com o Arnaldo, cara que mora lá na Terra Preta Piquiá, eu perguntei: "Arnaldo me fala uma verdade: tu vive aqui pra dentro do alto, tu mora, tu caça, sei que tu faz isso... fala pra mim de verdade, porque eu fui caçar umas duas vezes com ele, existe aquela fartura, quando antes eu ia contigo sair pra caçar? Né que não existe? Não, não existe. Ele disse "Genádio, vou te contar a verdade: nós matamos a caça porque nós fazemos chupador na beira dos lagos, onde nós botamos sal, aí o veado vai comer, a anta vai comer, mas no beiradão, tu anda quilômetros aí, não tem mais uma paca na vida".

Eu não sou chegado em comer esse negócio de calabresa, salsicha, isso não é alimentação pra mim. Lhe juro, falando pra você, eu não sou chegado nisso. Quando eu era novo, sustentei meu filho só comendo carne de porco, de veado, eu caçava, né? Eu matava aqui, eu ia atrás aqui, ô. Dia de sábado, domingo, eu ia me embora, cedinho, 6h da manhã, levantava pegava a espingarda e ia embora. Quando a gente estava chegando era porco, veado, mutum, eu matava. Hoje você não encontra mais essa fartura. (Entrevista na Aldeia Ponta Natal, 26 de julho de 2024).

Depois da demarcação da TI Pinatuba, as famílias mura que não foram contempladas nos estudos ficaram mais vulneráveis, invisibilizadas como indígenas, e se viram obrigadas a restringir sua mobilidade pelo Maturá. De um lado, pressões de pescadores e caçadores ilegais nas cabeceiras e partes altas dos rios Maturá e Uruá na porção sul da TI Curara, de outro exploração madeireira intensiva e depredação ambiental

causada pela GHETAL na porção norte. A isto se somava a entrada cada vez mais frequente de pescadores desde a foz do rio e solicitações de licenças para extração de madeira por invasores, como já foi descrito no caso do senhor Rosival Passos da Fonseca que deu origem a estes estudos de delimitação e demarcação da TI Curara. Inclusive, houve tentativas de invasão de garimpeiros procurando ouro nas cabeceiras do Maturá, mas foram barrados na Boa União. O seu Raul conta que:

Uns tempos depois, apareceu um barco. Vinha passando um barco pra cá pra dentro. Eram os garimpeiros, eram umas seis casquetas na popa do barco, um barco grande. Aí os meninos vieram ali da ponta. Vieram aqui pelo furo, chegaram aqui, já ia passando. Eu chamei. Naquele tempo o cacique era eu, o responsável. Ele parou aqui o barco, encostou na água, estava cheio o rio. Encostou bem aí. Era uma mulher a responsável. Ela disse que não, era um ouro que tinha aí pra dentro, eles iam tirar. Eu disse "olha meu amigo, vocês não vão passar daqui não". "Por quê não?". "Porque o senhor não vai passar". "Não, mas a nossa viagem é pra lá". "Não vai passar aí, não. A senhora não vai". Aí eles vieram de canoa, encostaram, aí mais do que ligeiro fomos pra lá pro barco, aí eu entrei lá dentro do barco. Material todinho de garimpo. Aí eu disse "ei", pro pessoal que estava aí na beira, "pega o cabo aí, amarra o cabo". Tinha um pau, aí eles amarraram. Aí ela veio querendo ir embora. Aí eu disse "a senhora não vai embora agora, quem manda aqui somos nós, a senhora só vai passar aqui se nós quisermos, se não, daqui pra baixo". Nós ficamos aqui a noite tudinho, esperando, vendo se eles não iam sair, o cabo amarrado. Quando foi de manhã, umas sete horas, me acordei, estava batendo na porta. Era ela. Pedindo pra mim soltar elas, que eles iam voltar, iam embora. Eu disse "é, se for assim nós vamos liberar a senhora aí, mas daqui pra baixo, daqui pra cima nem um palmo mais". Foram embora. Passou tempo, demorou lá, e vem outra. Veio outro. Passando aí, aí encostou. Perguntei pra onde ele ia. Ele disse que ia atrás de um ouro aí pra cima. Eu disse "olha meu amigo, mas você não vai passar aqui". "Por quê?". "Porque você num vai, aqui quem manda sou eu, aqui no rio". Aí ele queria tentar, eu disse não, chamei o pessoal que tinha aqui, vieram, eu disse "amarra o cabo do barco aí, pode amarrar". "Não, não". "Num tente de cortar porque nós agarramos de novo". Rapaz, aí ele ficou aí. Quando foi de manhã, ele disse que ia embora voltar. Eu disse "olha, você vai de rabeta. Agora o barco vai ficar aqui. Você não vai levar", com material de garimpo tudinho no barco. Aí só levaram a rede e a roupa, o resto ficou tudo aí no barco. Nós ficamos com tudinho. Quando passou uns tempos, demorou, chegou a polícia atrás de mim, que eles deram queixa. Eu disse "esta aí o barco, ô, com as armas tudo, espingarda e tudo. Tá aí o barco amarrado, e daqui nem eles, nem polícia, não leva o barco daqui, só se nós dermos ordem pra levar". A polícia voltou e o barco ficou aqui amarrado, passou um mês, dois meses. Tinha um homem, o finado Eurípedes, do tempo da Dona Eliane, ele veio ficou na Funai. Nós chamamos ele, e entregamos o barco pra ele, que ele era o responsável. Ele levou o barco pra Manicoré, não sei o que ele fez, sei que ele levou pra lá o barco, a espingarda, o material tudinho que estava dentro, nos entregamos pra ele. E assim aconteceu muita coisa dentro desse Maturá que eu me lembro. (Entrevista Aldeia Boa União, 25 de julho de 2024).

Todos esses atores externos intimidaram os Mura, muitas vezes com ameaças de violência física, e produziram impactos muito fortes no meio ambiente, os quais afetaram tanto as possibilidades de acesso a comida das famílias, pela percepção clara da diminuição da fartura, como à sua mobilidade pelo território tradicionalmente ocupado, tornando-se cada vez mais dependentes da economia regional e da necessidade de conseguir dinheiro para sobrevivência. Essa situação de insegurança e de invasão crescente do território tradicionalmente ocupado foi uma das razões para que as famílias não contempladas nos estudos da TI Pinatuba decidissem se agregar em comunidades de maior tamanho. Outro dos motivos foi o envolvimento com o movimento indígena regional por convite dos líderes da TI Pinatuba, e o fortalecimento das relações entre os membros de todos os povos indígenas de Manicoré para reivindicar os seus direitos constitucionais. No caso da TI Curara tiveram apoio também do Conselho Indigenista Missionário (CIMI).

Entre as décadas de 1950 e 1990, a maior parte dos Mura da TI Curara habitavam no padrão de assentamentos dispersos por famílias ao longo dos rios. Até o final da década de 1990 esta distribuição de assentamentos se manteve. Em 1998 chegou o padre Pedro, um italiano que trabalhava para o CIMI, acompanhado de três freiras, Elia, Júlia e Mara, ao lugar atual da Aldeia Curara. Construiu a escola e promoveu reuniões com os moradores dos assentamentos próximos, sugerindo que se juntassem num único lugar. Deste modo, as famílias que ocupavam os locais da Boca do Curara, São José do Curara, Cutia, Igarapé Sucuriju, Cujubim e Morcego decidiram fundar, em 2001, a Aldeia Curara na sua localização atual. Alguns desses moradores se mudaram e outros se mantiveram nesses locais, distantes apenas entre 5 e 10 minutos de rabeta da aldeia. No entanto, desde esse tempo mantém uma presença frequente na aldeia. O caso da Aldeia Terra Preta do Uruá foi parecido, já que desde 2002 começaram a se juntar os moradores do entorno próximo da aldeia no local e fundaram a escola, também assessorados pelo padre Pedro. Essas duas aldeias se converteram nos locais mais populosos da TI Curara e as outras aldeias foram se formando um tempo depois por separações das aldeias centrais ou pela vontade de ter suas próprias escolas. A criação das escolas levou à formação de professores indígenas e, um pouco depois, se formaram alguns como agentes de saúde indígena. Estas lideranças hoje atuam intensamente nas reivindicações sociais, políticas e territoriais na TI Curara.

Desde o início da década de 2002, os líderes da TI Curara começaram a participar em reuniões com outras lideranças de Manicoré, pela OPPITTAMP, e de Manaus, pela COIAB. Também começaram a demandar mais intensamente à FUNAI para auxiliá-los frente aos invasores. O engajamento no movimento indígena tem contribuído ao fortalecimento da identidade mura e ao conhecimento dos seus direitos constitucionais, fazendo com que a luta pela demarcação pelo seu território tradicionalmente ocupado seja a principal reivindicação política. Com relação à solicitação da demarcação da TI Curara, Deni Joni Ramos de Oliveira, cacique da Aldeia Curara, comenta:

A nossa luta foi até de 2000. A demarcação, a luta, o pedido da terra, por motivo nós entrar primeiro na ação de uma área que realmente nós estava emprestada todo esse serviço pra nós, todos os convites vinham por uma área que é o Pinatuba, e aí nós começamos a se integrar, nós começamos a buscar os nossos conhecimentos, os nossos antepassados que realmente moravam aqui, dentro do nosso território da aldeia Curara. Aí nós ficamos meio desperdiçados (dispersos??), por motivo nossa área não seria demarcada, para outros parentes também. E daí de 2000, de 2005 pra cá, que a área Pinatuba foi demarcada, aí nós começamos a estar nas reuniões com eles, que eles mandavam convite, a Funai, a OPPITTAMP, não deixaram, não mandaram convite pra nós, pras grandes reuniões que acontecia no município de Manicoré. A partir daí nós fizemos documento pedindo a demarcação da Terra Curara, com outros parentes da parte de cima do rio Madeira, quanto da parte de baixo, e outras comunidades do rio Maturá, que a área já era demarcada. Nós queríamos que a nossa área também fosse demarcada por esse período, e de lá pra cá, nós enviamos o documento, e de lá pra cá nós vinha esperando, de 2000 pra cá, 2002, 2003, 2004, a gente começou a se integrar no movimento indígena. E dizendo que nós queríamos a demarcação da nossa Terra Curara, por isso nós nos reunimos com a comunidade, com outras comunidades, e pedimos... A partir daí nós enviamos os documentos pedindo a demarcação da área Curara. Nós, lideranças da comunidade toda, estivemos reunidos em outras comunidades e pedimos. Daí pra cá, estava em estudo. A partir daí, com 20 anos, nós estamos conseguindo realmente o primeiro passo da nossa terra. Essa questão aí foi de muita luta, de muita garra, nós não ficamos com o braço cruzado. Nós pedimos essa demarcação de terra, porque nós estávamos ficando sem terra, de onde nós trabalhávamos, tirava o tucumã, a castanha, d'aonde nós trabalhávamos com todos tipos de animais, d'aonde tem muitos peixes, muita floresta, floresta sólida que é a floresta em pé... Os madeireiros começavam a entrar, os caçadores começaram a entrar, e foram ocupando de pouco a pouco essas datas nossa terra, d'aonde nossos avôs trabalhavam, nossos avôs e avós, e pai, e hoje que nós estamos aí batalhando. Nossos pais que tem 60 anos, outros tem 70, e não tiveram mais pulso de enfrentar várias consequências, por motivo de invasão, de madeireiros e de caçadores. Aí começamos a ser ameaçados, e por isso, nós assim, nossa arma hoje, nosso argumento, é nossa força, é nossa luta, é nossa educação...

Nós recebemos ameaças de tiro, de arma de fogo, essas foram as consequências das ameaças que nós mais recebemos. As pessoas que me ameaçaram eram invasores de peixe e caça, e madeireiro. A gente não podia ir pra cidade por motivo de que muitas vezes a gente ia pra cidade com muito medo, muito cuidado, por questão dessas ameaças... A questão deles é o seguinte, tem muita riqueza, que é a madeira, madeira de lei, que tiram pra barco, e as caças pra venderem pro comércio. Então quando nós não deixávamos, amparavam eles, eles ameaçavam nós. E pessoas também, que os grileiros de terra que faziam essa questão de demarcar terra, de tirar terra aonde nós trabalhávamos, aonde nós convivemos, aí nós embasávamos eles, por motivos. Chegava com eles, e dizia que era nosso. Aí eles ameaçavam a gente por essa questão.

Nós vínhamos falando pra Funai, essa nossa demarcação, pelejando com a Funai, dizendo que nós precisávamos dessa terra, essa terra era nossa, aonde nossos pais, nossos avôs, nossos antepassados nasceram. Aonde ficaram, aonde caiu o sangue derramado por eles, nós não queríamos deixar pra alguém, nós não queríamos deixar para os branco tomar de conta. Nós queríamos ficar, porque é nossa raiz. Nós não tínhamos pra onde ir, pra onde que nós ia? Que nosso território era aqui, na aldeia, não tinha pra onde ir. Pra cidade nós não tínhamos condições. Pra outro canto nós não tínhamos, pra onde que nós ia ir. Teve um cidadão branco, que fez uma grilagem de terra na aldeia e disse que nós tínhamos que sair porque senão iam nos tirar através da justiça. Eles iam tirar nós daqui sem direito a nada. Mas nós fomos lutadores, brigamos um pouco nas discussões, fomos pra Manicoré, fomos pro cartório, tudo isso. Meu povo foi assim, foi muito ameaçado por essa questão, graças a deus, nós tínhamos nosso deus muito forte, e nós conseguimos vencer a situação, e ninguém foi preso. (Entrevista na Aldeia Curara, 20 de julho de 2024).

A participação no movimento indígena e o fato de morarem agora junto nas aldeias, trabalhando conjuntamente com as lideranças da TI Pinatuba, tem permitido que se enfrentem a novos invasores, conseguindo barrar em muitos casos a sua presença no Maturá e Uruá. Essa sensação de ter fortalecido a proteção territorial é percebida como a chegada de uma sensação de tranquilidade. O cacique Pedro Ramos afirma:

Nós tínhamos muito empresário que tinha lugares que estava tomando, e era aquela grande coisa que a gente não podia nem mais atravessar, encostar em beira nenhuma... Era aquela invasão que nós não davamos, tinha medo de chamar, e de quererem fazer alguma coisa com a gente. A gente deixava passar, que a gente não sabia quem era quem, então era isso que nós desejávamos chegar nessa altura [os estudos de demarcação e delimitação]... Mas como foram sabendo que era nosso mesmo [o território tradicionalmente ocupado], eles [os antigos invasores] foram afastando e a gente está levando a vida assim, né? Mas está mais ou menos. A gente já está mais ou menos, já dorme de aberto, tranquilo, com vocês um, dois testemunhas que dormem aqui na escola dos alunos indígenas... Sem barulho e o sereno que é frio, né? Pois é... [Os invasores] tem notícia do rio, que tem fartura aí pra cima, mas já está melhorando dos ataques que a gente tinha... Melhorou 90%, não foi nem 15%, foi 90% que a gente está seguro aqui. (Entrevista na Aldeia Terra Preta do Uruá, 23 de julho de 2024).

Embora exista a percepção de que a situação de invasão de terras tenha melhorado, ainda algumas ameaças persistem e impedem o uso de grande parte do território tradicionalmente ocupado. Por um lado, como já dito, a estrada que chega na beira do Maturá, acima das cachoeiras, é um ponto de invasão frequente de caçadores e pescadores ilegais que comercializam peixe e carne de caça em Manicoré. Além de estarem armados, os caçadores ilegais deixam as carcaças dos animais mortos na beira do rio e jogam lixo, como pilhas, nas águas, fazendo que, além de diminuir as populações animais e atingir os lugares de reprodução dos peixes, surjam diarreias e outras doenças para os Mura que moram rio abaixo. De outro lado, os comerciantes de peixe e carne de caça pagam a alguns moradores da TI Curara, promovendo que estes pesquem e cacem além das necessidades de sobrevivência para abastecer-se. Um outro problema é a tentativa recente de colocar placas na margem direita do rio que afirmam que as terras são propriedade privada e não podem ser usadas porque fazem parte de um grande projeto de captura de carbono. Alguns moradores da TI Curara têm sido cooptados pelos patrocinadores do empreendimento para participar, o qual tem promovido divisões e disputas neste território tradicionalmente ocupado ao redor da ideia de esse ser propriedade coletiva ou privada, como o GT destes estudos presenciou num par de reuniões com as comunidades no campo. Estas placas começaram a aparecer no início de 2024 quando já se sabia em Manicoré que os estudos de identificação e delimitação da TI Curara estavam próximos a serem realizados. Isto demonstra que os interesses externos por ser apropriar ilegalmente do território tradicionalmente ocupado pelos Mura no rio Maturá continuam vigentes. Em palavras do cacique Deni Joni:

Essas ameaças ainda continuam, continuam, principalmente das grilagens de terra que estão tirando terra em todo canto na aldeia, na frente da aldeia, atrás da aldeia, estamos cercados por motivos pra ganhar recurso do gás carbono. (Entrevista na Aldeia Curara, 20 de julho de 2024).

As lideranças da TI Curara e da TI Pinatuba organizam eventualmente expedições conjuntas à região das cabeceiras do Maturá para monitorar os efeitos da presença dos caçadores e pescadores ilegais. Também apontam que é muito difícil controlar a entrada de embarcações de pescadores e caçadores clandestinos desde a foz do rio, em especial à noite. Deste modo, tentam proteger o território tradicionalmente ocupado no meio de diversas frentes de invasão que estão atrás dos recursos alimentícios dos Mura, o qual

gera uma sobre-exploração da fauna e dificuldades de abastecimento para as famílias indígenas.

1.4 Práticas de secessão

Todas as famílias mura da TI Curara estão conectadas entre si por vínculos de parentesco e afinidade. Esta rede de parentesco se estende às famílias da TI Pinatuba, motivo pelo qual existe uma rede consolidada de parentes no rio Maturá. Como se explicará na próxima parte, há também conexões de parentesco e afinidade com outras famílias mura da região de Manicoré, em especial do rio Manicoré e do Capana, assim como umas poucas com os Mundurucu do Caiapé e pessoas brancas, principalmente do município de Manicoré, mas também de Manaus.

Nalguns casos, os Mura da TI Curara se deslocam do seu território para morar junto com seus sogros e cunhados em outros territórios tradicionalmente ocupados da região do Madeira. Outros vão morar em cidades como Manicoré e Manaus por motivos variados como: estudos, trabalho ou busca de oportunidades econômicas. Nestes casos, as pessoas continuam frequentando o território para visitar os seus parentes em diferentes momentos do ano.

No entanto, dentre algumas famílias que saíram de modo permanente para morar nas cidades, particularmente em Manicoré, há um motivo muito mais complexo e que causa conflitos com relação ao uso do território tradicionalmente ocupado: a não identificação como Mura. Como já dito, muitas das famílias da TI Curara descendem também de nordestinos que chegaram no Maturá nas primeiras décadas do século XX e se instalaram lá, casando-se com mulheres mura. Isto gerou às pessoas que saíram do rio a possibilidade de acionar duas identidades, uma mura e outra branca, de acordo com escolhas e interesses pessoais e/ou determinados contextos de interação social. A causa disto está relacionada com a opção das pessoas se remeterem ou a um ancestral indígena ou a um não indígena da sua própria genealogia. Os Mura do Maturá não negam ter bisavôs, avôs ou pais brancos, mas ressaltam a linha de descendência indígena pelas linhagens femininas. Por isso, o mais comum é escutar expressões como “minha avó era mura velha”, “minha avó era própria índia” ou “minha avó era mura pura”. Essas expressões denotam que os Mura atuais se entendem como “misturados”. A percepção de ser “Mura misturados” traz implícito um gradiente de identidades e alteridades que formam um continuum espacial e temporal: em um polo estão os Juma, indígenas não

Mura que moram isolados no mato; seguem os Mura Puros, que são tanto os Pirahã como seus ancestrais mais distantes; os Mura Velhos ou Mura Legítimos, que é a geração dos seus bisavôs e avôs; os Mura Misturados, alternativamente Caboclos, que são a geração dos seus pais e eles mesmos; e, no outro polo, os brancos.

A proximidade destas duas últimas categorias implica a possibilidade de reversão ou alternância entre uma e outra identidade, o qual pode ser influenciado por diferentes contextos de interação social. Por exemplo, por um lado, no caso de homens e mulheres brancas hoje casados ou casadas com Mura do Maturá, na sua maioria estão em processo de murificação e se identificaram ao GT tanto como indígenas e como brancos. Agora, as pessoas que saíram do território, se identificam como caboclos ou como brancos, algo derivado das interações de longa duração com não indígenas que usam preconceitos contra ser indígena, como dizer que são ladrões ou preguiçosos, ou nas que buscam associações para fazer negócios. Há exemplos do abandono da identidade indígena que tem efeitos diretos no uso do território. Alguns são mais recentes, como os casos de um homem que ajudou a formar e liderar a luta política pela reivindicação do território tradicionalmente ocupado, mas que depois resolveu abandonar a luta e negar a identidade mura para se dedicar a negócios particulares, ou o da professora de uma escola indígena que paradoxalmente afirmou numa das reuniões promovidas por este GT que no Maturá não há índios; nestes exemplos, está por trás o empreendimento de captura de carbono. Mas há exemplos que remontam há mais tempo.

No caso das pessoas se reconhecerem como parentes, nascidos no rio e descendentes dos mesmos ancestrais, a causa que prevalece para o contraste identitário está relacionada com o fato de alguns preferirem a ideia de haver propriedade privada e trabalho individual, enquanto os outros que moram no território tradicionalmente ocupado preferem a propriedade coletiva assim como o trabalho coletivo. Dessa maneira, os que se identificam como brancos acionam sua identidade a partir do ancestral nordestino e reivindicam a propriedade privada e o trabalho individual, a maioria deles preferindo morar em Manicoré, em contraste com os que se identificam como Mura, os quais privilegiam a ancestral indígena e a propriedade e trabalhos coletivos, preferindo habitar no território tradicionalmente ocupado seguindo um modo de vida fundamentado na pesca, caça, coleta sazonal de produtos florestais e agricultura. Alguns dos parentes que habitam nas cidades saíram quando seus pais, ou seja, aqueles genros forasteiros (ou alguns dos seus descendentes) se apropriaram das terras e castanhais das suas esposas (e mães) e os venderam a pessoas de fora ou a outros invasores que já estavam no Maturá.

Outros parentes moram nas cidades, mas ainda consideram ter posses na TI Curara, e para defender a propriedade privada delas afirmam que seus parentes não são indígenas, mas caboclos. Estas pessoas acionam a categoria cabloco como não indígena enquanto os Mura mais idosos do Mataurá a usam como sinônimo de indígena.

Muitos dos que se identificam como brancos e moram na cidade reivindicam a propriedade privada de castanhais e terrenos na TI Curara que lhes foram herdados por seus pais, entrando em conflito com seus próprios irmãos, primos e sobrinhos. Em alguns casos, esses parentes brancos contratam trabalhadores não indígenas para coletar castanha ou açai, promovendo a entrada de forasteiros no território tradicionalmente ocupado, o qual pode gerar atritos com os indígenas; em outros, têm os castanhais abandonados e impedem que seus parentes mais próximos usufruam e mantenham o castanhal; em outros casos, prometem a um parente que podem morar e usar o terreno para ser herdado mais tarde, mas devem lhes passar um dinheiro do produzido, ou pode ser que não lhes cobrem nada e seja apenas uma forma de manter a posse. Por exemplo, como comentou uma mulher durante os estudos do GT, uma tia abandonou o terreno herdado e deixou uma sobrinha cuidando desse há mais de 20 anos; tudo o que está construído, as roças e o usos dos castanhais é feito pela sobrinha, seu marido e os filhos, mas eles sentem medo de que a tia possa vender para o projeto de carbono ou para algum particular de fora e deixá-los sem lugar para morar e sobreviver. A sobrinha percebe que ela tem direitos sobre o terreno e os castanhais tanto porque ela é que ali trabalha como porque pertenciam à sua avó.

De fato, essa dupla percepção da propriedade se enraíza numa categoria local, já que os Mura se referem aos locais de castanhais, terrenos de extração de produtos florestais, trechos de igarapés e pontos de pesca como “propriedades”, as quais são exclusivas de cada família e lhes são atribuídos nomes que configuram a toponímia local. Quando algum parente não proprietário de um desses lugares deseja pescar ou extrair castanha, pede permissão aos donos e, se autorizados, lhes retribuem com parte do produzido. As propriedades são definidas por serem locais de trabalho e de seu usufruto, motivo pelo qual podem ser herdadas. Por isso, um pai ou uma mãe podem dividir as propriedades entre os seus descendentes para garantir o acesso de recursos alimentícios e econômicos adequados para seus filhos e netos. Portanto, os Mura que habitam permanentemente o território tradicionalmente ocupado no Mataurá entendem que as propriedades envolvem tanto a dimensão do trabalho de um ascendente e/ou o próprio quanto a dimensão da herança. Os parentes que vivem nas cidades apenas acionam a ideia da herança no registro da propriedade privada. Desse modo, a diferença de percepção

sobre a identidade, a propriedade e o trabalho é uma das principais causas para existirem pressões externas sobre o território tradicionalmente ocupado.

Já dentro da TI Curara, as práticas de secessão têm outros motivos. Um desses é a preferência de uma família por morar a certa distância dos seus parentes para evitar desavenças. Por isso é que existem algumas comunidades indígenas bem próximas das aldeias mas que não envolvem o convívio permanente, como ocorre com Arauá, Paranapara e Maiaema; nalguns outros isto pode dar origem a um deslocamento e à criação de uma nova aldeia, por exemplo a do Mirari; enquanto outros que já moravam distantes preferem fundar uma aldeia quando as suas famílias crescem, como ocorre com as aldeias Vista Alegre e Panela. Outro motivo é causado por desentendimentos entre algumas famílias que moram na mesma aldeia, o qual leva a que algumas dessas se mudem de local e façam uma nova aldeia, como o caso de Bom Destino.

II– SEGUNDA PARTE

HABITAÇÃO PERMANENTE

Portaria nº 14/MJ/96:**Habitação permanente**

- a) Descrição da distribuição da(s) aldeia(s), com respectiva população e localização;
- b) Explicitação dos critérios do grupo para localização, construção e permanência da(s) aldeia(s), a área por elas(s) ocupadas e o tempo em que se encontra(m) na atual(is) localização(ões).

2.1 Introdução

Os vínculos históricos, simbólicos e práticos entre as pessoas e o ambiente circundante enquadram um território. Este é definido por ser um modo de relação com o espaço e com as maneiras em que esse é ocupado ao longo do tempo. Portanto, no caso dos Mura do Maturá, a ocupação do território é tradicional, permanente e contínua desde pelo menos o século XVII, como foi indubitavelmente demonstrado na reconstrução histórica realizada na Parte 1 deste relatório. Quando falamos aqui de habitação permanente não estamos apenas nos limitando às aldeias e comunidades indígenas, pois incluímos todos os espaços de agricultura, caça, pesca e coleta usados tanto atualmente como aqueles que não são utilizados hoje por causa de invasões, ameaças e esbulhos diversos, mas que usaram e trabalharam as gerações ascendentes na bacia do rio Maturá, fazendo parte tanto das memórias das famílias da TI Curara como de uma toponímia local que expressa um conhecimento detalhado de dito território.

O Ministro do Supremo Tribunal Federal, Carlos Ayres Britto, no voto apresentado durante o julgamento da PET nº 3.388 (concernente à homologação da TI Raposa Serra do Sol), em 27/08/08, explicitou o entendimento jurídico sobre a tradicionalidade da ocupação indígena da seguinte maneira:

É preciso ainda que esse estar coletivamente situado em certo espaço fundiário se revista do caráter da perdurabilidade. Mas um tipo qualificadamente tradicional de perdurabilidade da ocupação indígena, no sentido entre anímico e psíquico de que viver em determinadas terras é tanto pertencer a elas quanto elas pertencerem a eles, os índios (“Anna Pata, Anna Yan”: “Nossa Terra, Nossa Mãe”). Espécie de cosmogonia ou pacto de sangue que o suceder das gerações mantém incólume, não entre os índios enquanto sujeitos e as suas terras enquanto objeto, mas entre dois sujeitos de uma só realidade telúrica: os índios e as terras por eles ocupadas. As terras, então, a assumir o status de algo mais que útil para ser um ente. A encarnação de um espírito protetor. Um bem sentidamente congênito, porque expressivo da mais natural e sagrada continuidade

etnográfica, marcada pelo fato de cada geração aborígene transmitir a outra, informalmente ou sem a menor precisão de registro oficial, todo o espaço físico de que se valeu para produzir economicamente, procriar e construir as bases da sua comunicação linguística e social genérica. (...)

Quanto ao recheio topográfico ou efetiva abrangência fundiária do advérbio “tradicionalmente”, grafado no caput do art. 231 da Constituição, ele coincide com a própria finalidade prática da demarcação; quer dizer, áreas indígenas são demarcadas para servir, concretamente, de habitação permanente dos índios de uma determinada etnia, de par com as terras utilizadas para suas atividades produtivas (deles, indígenas de uma certa etnia), mais as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições (parágrafo 1.º do art. 231). Do que decorre, inicialmente, o sobredireito ao desfrute das terras que se fizerem necessárias à preservação de todos os recursos naturais de que dependam, especificamente, o bem-estar e a reprodução físico-cultural dos índios. Sobredireito que reforça o entendimento de que, em prol da causa indígena, o próprio meio ambiente é normatizado como elemento indutor ou via de concreção (o meio ambiente a serviço do indigenato, e não o contrário, na lógica suposição de que os índios mantêm com o meio ambiente uma relação natural de unha e carne).

Portanto, a habitação permanente indígena se refere às terras usadas para as atividades produtivas e às áreas imprescindíveis à preservação dos recursos naturais para a sua sobrevivência e bem-estar, todas essas fundamentais para a reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições. No caso dos Mura, um povo indígena caracterizado pela alta mobilidade e uso sazonal do território, esta percepção de habitação permanente é ainda mais clara, uma vez que os lugares mais fixos de residência se alternam com outros temporários durante o ano. Nesta segunda parte descreveremos as aldeias e comunidades indígenas, sua localização, história, população e suas redes de parentesco, enquanto nas partes seguintes descreveremos seus saberes e conhecimentos sobre as práticas produtivas e o território. Para mostrar a temporalidade da habitação permanente na TI Curara e a distribuição espacial das famílias que ali habitam, focaremos nas genealogias dos moradores mais velhos, mas sem a pretensão de realizar uma análise exaustiva de parentesco. De fato, demonstraremos como os pais e avôs dos habitantes idosos habitaram em diferentes lugares do território tradicionalmente ocupado e mantiveram relações de consanguinidade e afinidade que estabeleceram o perfil atual das relações de parentesco e formaram os embriões das atuais aldeias nessa TI.

2.2 Distribuição das aldeias, com respectiva população e localização

As descrições históricas sobre os Mura e as suas moradias são variadas, embora tenha se popularizado a ideia de que, por não terem lugar fixo de residência e andar a esmo, moravam nas suas canoas. Ideia essa que certamente reafirmava seu caráter exótico, nômade e imprevisível, contrário à “civilização”. De fato, naturalistas do século XIX como Spix e Von Martius, Marcoy, Bates, entre outros, encontraram os Mura vivendo de várias maneiras, sempre na beira de rios e lagos. Descreveram que habitavam nas canoas, em tapiris na beira de lagos e praias, em pequenas casas no mato e até em malocas, assim como nas aldeias fundadas pelos missionários. Não há nada de contraditório nestas descrições pois sabemos que alguns mura habitaram em aldeias e vilas desde o século XVIII, assim como outros tiveram grandes malocas onde se celebravam rituais de dança, bebida e inalação de rapé e paricá, outros construíram pequenas casas algo distantes das outras em rios ou lagos, assim como levantavam tapiris durante seus percursos sazonais de procura de castanhas, tartarugas e peixes, chegando até a dormir nas canoas. Essa grande flexibilidade para habitar de várias maneiras está de acordo com a sua preferência pela mobilidade e a produção sazonal de alimentos. Hoje em dia, esta forma de vida se há atualizado com acesso a luz elétrica, internet, rabetas e motores de popa, incluso, algumas famílias possuem casas flutuantes que levam a reboco quando se deslocam das suas casas até outras partes do território tradicionalmente ocupado para coletar castanha, açaí, entre outros. No entanto, com relação às moradias mais permanentes, os Mura têm preferência por habitar em pequenos assentamentos familiares dispersos ao longo da beira dos rios.

As poucas informações que temos sobre o rio Maturá no começo do século XX reafirmam esta ideia, como bem mostra o mapa de 1926 elaborado por Curt Nimuendajú. As informações levantadas pelo GT no campo mostram o mesmo. Entre as décadas de 1950 e 1990, a maior parte dos Mura da TI Curara habitavam no padrão de assentamentos dispersos por famílias ao longo dos rios. Pelas informações coletadas sobre os lugares de nascimento das pessoas durante este período, conseguimos referenciar parte dessa distribuição de assentamentos familiares nos rios Maturá, Curara e Uruá. São esses: São Raimundo (Curara), São José do Curara, Cutia, Igarapé Sucuriju, Cujubim, Morcego, Vista Alegre, Boa Esperança, Terra Nova, Terra Preta (Boca do Brebe), Tirar Chapéu, Boca do Curara, Pilão, Sete Porcos, Santa Isabel, São Jorge, Arauá, Biribá, Bom Destino, Peixe-boi, Parapara, Poção, Furo de São Pedro, Ponta Natal, Boa União, Currinho,

Terra Preta do Uruá, Piquiá, Tigre, Água Azul, Barreiro da Boca do Uruá, Poraquequara, Tauari, Socó, Tamacoré e Santo Antônio.

É importante ressaltar que várias dessas localidades pelo menos têm uma ocupação centenária, como Cutia, Cujubim, Vista Alegre, Terra Preta do Uruá, Biribá, entre outras, já que as pessoas mais velhas descreveram que ali já moravam os seus avôs. O Biribá, por exemplo, aparece referenciado no mapa do Nimuendajú de 1926, assim como um sítio do senhor Manoel Corda, quem junto aos seus irmãos e irmãs ocuparam por décadas o ponto próximo à boca do igarapé Curara, onde hoje se localiza a aldeia Curara. Outras localidades tinham uma ocupação de ao menos meio século. Todas estas famílias habitam permanentemente no território tradicionalmente ocupado há muito tempo, ao menos desde a geração dos avôs das pessoas mais velhas, as quais hoje tem entre 75 e 85 anos.

Como já foi descrito, no início dos anos 2000, os Mura da TI Curara decidiram se juntar para formar as aldeias atuais, em grande medida derivadas da fundação de escolas. Também é importante ressaltar que em função das invasões da GHETAL S.A. e das ameaças dos caçadores e pescadores ilegais, a mobilidade dos Mura se restringiu ainda mais e ficaram usando a porção norte da TI Curara. Isso impactou a produção de caça, pesca e coleta, tornando-os mais dependentes de alimentos de fora e do comércio de Manicoré, cujo acesso fica bastante mais facilitado morando nessa parte da TI.

Após 25 anos do processo de fundação de aldeias temos na atualidade 7 aldeias (TABELA 1): Curara, Mirari, Vista Alegre, Terra Preta do Uruá, Panela, Bom Destino, Biribá; e 3 pequenas comunidades indígenas: Paranapara, ligada à aldeia Terra Preta do Uruá, Arauá e Maiaema (MAPA 11). Os critérios que estamos usando para diferenciar as “aldeias” e as “comunidades” indígenas são bastante simples, pois as aldeias têm escolas e caciques, enquanto as comunidades não têm essas figuras institucionais, dependendo dos serviços de alguma das aldeias mais próximas. Dentro da TI Curara, as primeiras duas aldeias fundadas, Curara e Terra Preta do Uruá, contam com maior número de habitantes e têm outros serviços como agentes de saúde indígenas que são referência para as aldeias vizinhas. A população total da TI Curara está entre 450-500 pessoas, já que alguns dos habitantes se encontravam viajando durante a realização destes estudos e não puderam ser contabilizados enquanto outros ficaram na dúvida de participar desses trabalhos e não ofereceram informações.

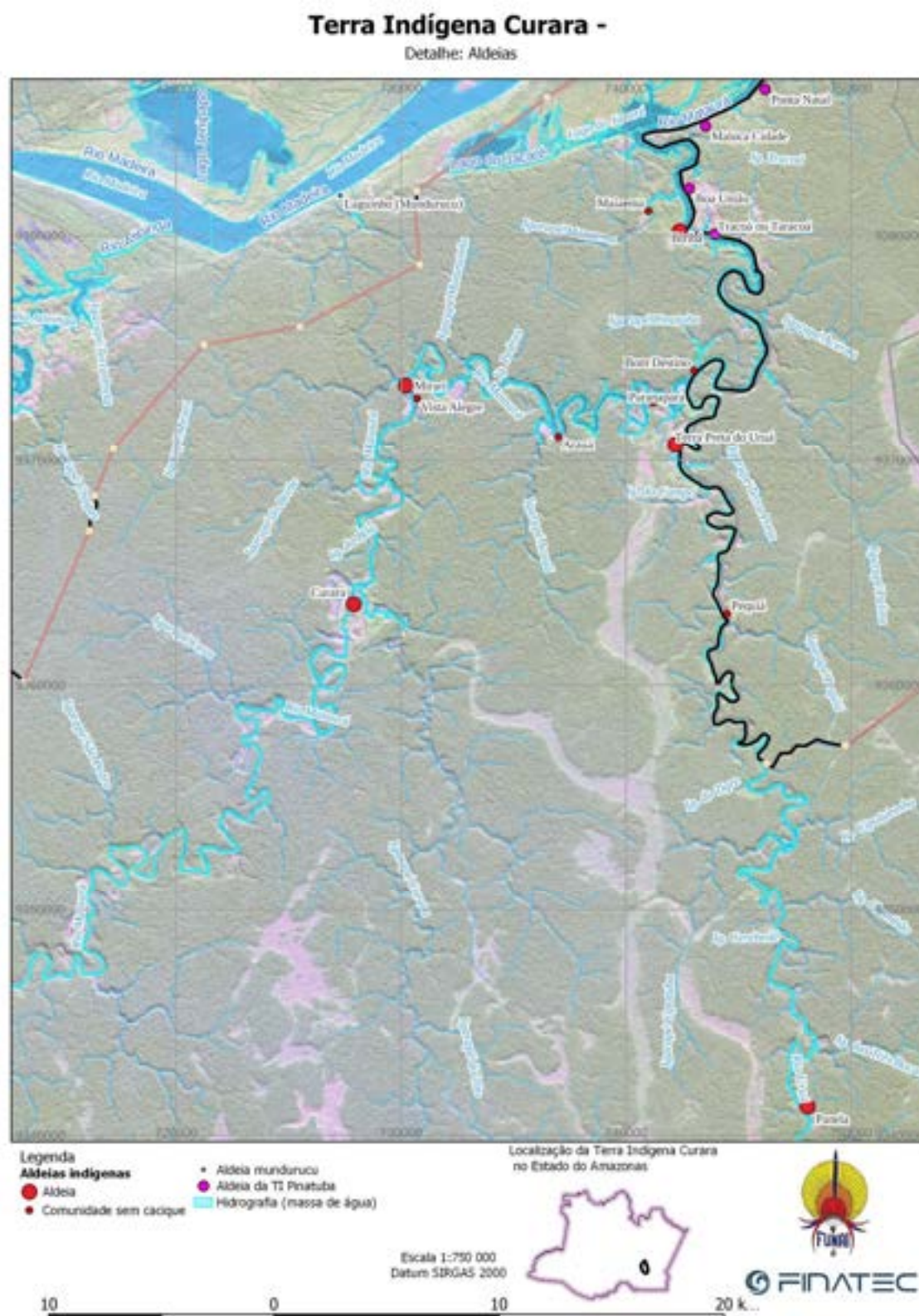
TABELA 1- Localização das Aldeias e Comunidades

	Longitude Oeste (X)					Latitude Sul (Y)		
Nome	XUTM	YUTM	G	M	S	G	M	S
Curara	727904	9363577	60	57	31	5	45	14
Vista Alegre	730718	9372751	60	55	1	5	40	16
Mirari	730215	9373327	60	55	17	5	40	57
Panela	748072	9341268	60	46	33	5	57	18
Terra Preta do Uruá	742189	9370691	60	49	48	5	41	21
Araúá	736991	9371056	60	52	37	5	39	58
Biribá	742390	9380189	60	49	43	5	36	12
Maiaema	740992	9381085	60	49	28	5	36	43
Bom Destino	743030	9374002	60	48	21	5	40	33
Paranapara	741211	9372577	60	49	20	5	40	20

Tabela 1 - Localização das Aldeias e Comunidades

As aldeias se localizam em áreas não inundáveis, na parte alta com terra firme, à beira dos rios, e são acessíveis por caminhos íngremes e escadas de madeira que sobem os barrancos. No geral, a sua morfologia segue um padrão linear acompanhando o barranco da margem do rio. A frente da casa normalmente está voltada para o rio, onde a família pode acompanhar a circulação de *cascos* e *casquetas* e pessoas que chegam e passam pela comunidade, garantindo também uma vista privilegiada das flutuações sazonais do rio e da floresta na outra margem. Todas as residências têm um porto para acessar o rio, onde deixam canoas e/ou voadeiras (FIGURA 3). Ao redor das casas há quintais com árvores frutíferas e plantas usadas como temperos ou remédios. Toda família tem uma casa de farinha nalguma das suas roças mais próximas da aldeia.

MAPA 11 – Aldeias e comunidades indígenas da TI Curara



Mapa 11 - Aldeias e comunidades indígenas da TI Curara

Figura 3 - Portos



Foto: Alci Albiero Júnior, 2024



Foto: Luis Cayón, 2024

Não parece haver um modelo padrão de moradia. As casas são, na sua maioria, de madeira com teto de zinco, e se apoiam em pilotis de diversas alturas; inclusive, avistamos umas poucas casas com dois andares. Durante as atividades de campo se observou apenas uma casa construída de alvenaria localizada na comunidade Terra Preta do rio Uruá, pertencendo à família do Cacique da aldeia. Em suma, há uma grande variedade de tipos de casa indígenas na TI Curara (FIGURA 4). Algumas casas têm tetos de palha, mas se afirma que é muito trabalhoso manter o teto pois há que o mudar a cada três anos e as matérias primas ficam distantes. Na imensa maioria, o chão das moradias é de madeira enquanto umas poucas são de cimento.

Figura 4 - Tipos de casas





Fotos: Luis Cayón, 2024.







Fotos: Alci Albiero Júnior, 2024.

A estrutura das casas é construída principalmente de árvores retiradas das florestas maduras e capoeiras antigas, transformadas em pranchas, esteios e vigas de madeira, através de motosserra e machado. Os assoalhos das casas normalmente são construídos com chapas de madeiras, embora em algumas casas sejam de cimento. Na cobertura, são utilizadas chapas cimentícias do tipo “*Eternit*”, adquiridas em Manicoré, sendo que algumas casas mais antigas das aldeias ainda se mantêm com as palhas secas de palmeiras terçadas em diferentes técnicas. Segundo relatos dos indígenas da aldeia Curara, atualmente a baixa densidade de palmeiras de babaçu próximas à comunidade tem levado os indígenas a se deslocarem até a região da comunidade Mirari, a jusante do rio Matauará, em busca de suas palhas utilizadas em coberturas tanto de casas como em outras estruturas (casa de farinha, espaços de reuniões e festas). Atualmente, os locais mais procurados para a retirada das madeiras utilizadas na construção das casas encontram-se tanto nas proximidades das comunidades como em regiões mais distantes à montante dos rios, que ao longo do tempo, pela diminuição da abundância de algumas espécies intensamente exploradas, caso da itaúba, angelim, cedro e jacarandá, passaram a representar áreas imprescindíveis na manutenção e reserva de espécies arbóreas associadas aos hábitos, costumes e tradições indígenas.

Em muitos casos quando falamos de uma “casa” estamos nos referindo a um pequeno conjunto de construções contíguas, as quais incluem a residência de um casal e seus filhos, uma cozinha, um espaço para guardar equipamentos e ferramentas, e, às vezes, as moradias de algum filho ou filha solteiro/a. Quase sempre as cozinhas ficam fora das casas numa construção anexa de madeira, sendo um importante espaço de socialização durante o dia. A utilização de fogão a gás é um hábito comum nas casas das aldeias, embora o preparo dos alimentos no fogão a lenha se mantenha diariamente pelos indígenas. Como foi observado em visita à comunidade Arauá do rio Matauará, enquanto seu Cosme, patriarca da família, fervia a água do café na lenha, comentava que já fazia alguns meses que estavam sem gás de cozinha para os preparos dos alimentos. Nas cozinhas há fogões de lenha e de gás e em muitos casos são abastecidas de água por encanamentos de PVC conectados a uma bomba que envia o líquido desde o rio. Quem não tem bombas de água, armazena a água em tanques e baldes. Escolas, igrejas, e quadras esportivas se localizam na parte mais central das aldeias, onde no final da tarde costumam se reunir bastantes pessoas para jogar futebol e assistir as partidas. A maioria das aldeias têm pequenas igrejas que podem ser católicas ou evangélicas, havendo apenas a presença permanente de uma pastora indígena na aldeia Terra Preta do Uruá. As escolas contam com professores e professoras indígenas, que são importantes lideranças nas aldeias.

É importante destacar que a presença de eletricidade, eletrodomésticos, gás de cozinha e acesso à internet fazem parte dos hábitos indígenas principalmente nas maiores aldeias da TI Curara (Curara e Terra Preta do Uruá). Assim, os hábitos que configuram as relações indígenas em suas moradias se estabelecem em diferentes formas, dependendo da aldeia e comunidade, do acesso à eletricidade e consequente dos eletrodomésticos. Geradores movidos a gasolina são importantes equipamentos no fornecimento de energia elétrica para as casas das comunidades, também utilizados no acesso e distribuição de água captada dos rios. Muitas famílias possuem painéis solares que lhes permitem ter eletricidade durante todo o dia, o qual possibilita que tenham geladeiras e freezers para guardar e armazenar os alimentos. Também possuem televisores, gravadores e outros eletrodomésticos, assim como na maioria das aldeias há acesso à internet via satélite durante algumas horas do dia. Nas aldeias Curara e Terra Preta, a aquisição de antenas Starlink por determinadas famílias garante o acesso à internet através de aparelhos celulares, sendo que o sinal de internet é disponibilizado para os parentes através da venda de pacotes por tempo determinado, configurando novas redes de troca financeira e não financeira pelo serviço.

Vejamos agora a descrição e composição de cada aldeia e comunidade indígena.

2.1.1 Aldeia Curara

A aldeia Curara está localizada na margem direita do rio Maturá, numa área de terra firme que cobre o trecho próximo à foz do igarapé Curara (FIGURA 5). Por este motivo, os moradores têm acesso tanto ao rio Maturá quanto ao Curara. A aldeia tem 96 habitantes (de acordo com a SISA são 134) e está formada por 22 casas (TABELA 2). O núcleo central tem 18 casas divididas em 3 setores separados por pequenas áreas de mata e há 2 casas à montante perto do local Cutia e 2 à jusante perto do local Morcego, em ambas as margens do Maturá, a uma distância próxima. Na sua parte central, a aldeia tem uma escola ampla, com quatro salas, e um espaço para reuniões comunitárias.

Figura 5 - Fotograma da aldeia Curara



TABELA 2 - Casas e moradores da Aldeia Curara

Casas	Chefes/Referências	Moradores
1	Gilmar Campos/Antônia Leite Rodrigues	3
2	Hasaque Vieira Paletas/Gracilene Leite Rodrigues	7
3	Jorge Chagas de Oliveira/Creuzza Ramos Correia	7
4	Erivelton Ramos de Oliveira/Maísa Leite Rodrigues	2
5	Cássio de Oliveira Campos/Bruna da Silva Campos	4
6	Erenildo Ramos de Oliveira/Eliane Batista Brasil	5
7	Deni Joni Ramos de Oliveira/Maria do Carmo Leite Rodrigues	5
8	Aginaldo Ramos de Oliveira/Leomara Ramos Brasil	4
9	João Freitas de Barros/Nilda	4
10	Dina Correia Neves	2
11	Florêncio Ferreira Brasil/Dionísia Ramos	10
12	Eusébio Ramos Brasil/Suzane Ferreira Alves	2
13	Justino Ferreira de Oliveira/Graneuza Ramos Correia	2
14	Raimundo Ramos de Oliveira/Raniele Batista Brasil	3
15	André Ramos Brasil/Aldenora Caetano Rodrigues	5
16	Edson Correia Rodrigues/Luciene	3
17	Edinho Correia Rodrigues/Adriele Pinto Carvalho	4
18	Erzilo Correia de Araújo/Ivanete Leite	2
19	Raimundo Campos de Souza/Francidalva Correia Ferreira	5
20	Valdinei Campos de Souza/Artemisa Ramos de Oliveira	8
21	Olivaldo Alves Barros/Sueli Caetano de Oliveira	2
22	Zilmar Correia das Chagas/Antônia Leite Rodrigues	7

Tabela 2 - Casas e moradores da Aldeia Curara

A aldeia foi fundada em 2001, quando se reuniram no lugar atual habitantes de várias localidades próximas, em especial, Boca do Curara, São José do Curara, Cutia, Igarapé Sucuriçu, Cujubim e Morcego. Na atualidade, a aldeia é formada principalmente pelas famílias Ferreira, Correia e Leite, as quais tem vínculos de consanguinidade e afinidade a partir de uma série de casamentos mais ou menos restritos a essa parte do rio e que se podem rastrear até as primeiras décadas do século XX. Segundo as narrativas, os primeiros habitantes da Boca do Curara foram da família Corda, os irmãos Paulo e Joana, que se casaram respectivamente com Soledí e Manoel Messias Pinheiro, do baixo

Mataurá. Joana teve um filho chamado Manoel Corda, que aparece no mapa de Nimuendajú de 1926 como habitante de um sítio na margem direita do Mataurá, quase na frente do igarapé Maiaema. Paulo e Soledi tiveram uma filha, Marcelina Pinheiro Corda, que nasceu no Curara e se casou com Raimundo Leite, um mura do Capana. Isto significa que a ocupação destes sítios remonta pelo menos aos inícios do século XX. Na mesma época, no lugar Cujubim morava Manoel Leite e no Cutia a senhora Nidó de Araújo, casada com José Correia, um cearense. José Leite, filho do Manoel, se casou com Amelina Correia, filha do José e Pidó, e tiveram seis filhos, entre eles Erzilo, de 79 anos, e Maria Donzilha. Segundo seu Erzilo, ele sempre tem morado no Cutia. Ele se casou com Ivanete Leite, neta da dona Marcelina Corda. Desta forma, os Correia Leite habitam a área do Cujubim, Cutia e Igarapé Sucurijú há mais de 80 anos.

Por volta da metade da década de 1940, o senhor Raimundo Pereira Brasil⁷, nascido onde hoje fica aldeia Boa União na TI Pinatuba, se instalou no local São José do Curara onde viveu até sua morte em 1999. Ele se casou com a senhora Francisca Ferreira de Oliveira, do Curara, que tinha dois pequenos filhos Jorge e Justino, que eram filhos de Isaac Rodrigues, nascido em São Raimundo, na Terra Preta do Brebe, local do seu pai Manoel Rodrigues. O local São Raimundo, então, foi ocupado há mais de 70 anos. Dos filhos de dona Francisca, seu Jorge se instalou no local Morcego, perto de São Raimundo, enquanto seus irmãos Justino e Florêncio continuaram em São José e posteriormente na aldeia Curara. Os descendentes destes dois irmãos constituem a maior família na aldeia Curara. Estes três irmãos se casaram com um grupo de irmãs da família Ramos Correia, primas do seu Erzilo, que, pelo lado paterno, descendem de Zeca Correia e Maurícia Leite, do Cutia.

Como é evidente, estas famílias estão relacionadas entre si por laços de parentesco há muitas décadas e gerações, e demonstram uma longa habitação permanente desta parte do território tradicionalmente ocupado. Os laços de parentesco destas famílias não se limitam à aldeia Curara e se expandem para várias outras aldeias da TI Curara e da TI Pinatuba, evidenciando uma grande rede social mura que se conecta também com outras

⁷ É importante lembrar que na Parte 1 deste relatório foi citado o conflito entre Carlos Lindoso e Raimundo Pereira Brasil no Mariepaua, publicado na imprensa em 1918. Pelas datas é provável que não se refira à mesma pessoa, mas é plausível que o Raimundo do Curara seja filho do Raimundo que se enfrentou ao Lindoso. Nas genealogias levantadas não foi registrada esta possível conexão.

aldeias mura em TI's da região de Manicoré, com os Munduruku e com brancos, como irá ficando claro ao longo desta parte do RCID.

2.1.2 Aldeia Vista Alegre

A aldeia Vista Alegre está localizada na margem direita do rio Maturá e está dividida em 2 pequenos núcleos, os quais se encontram nos extremos de uma enorme Terra Preta, a qual fica com dois acessos porque está numa volta do rio (FIGURA 6). Também há uma casa à montante e outra à jusante. No total, são 9 casas com 42 habitantes (TABELA 3). No núcleo onde habita o cacique José Geraldo, com 5 casas, ficam uma pequena escola e uma igreja evangélica de frente ao Maturá.

Figura 6 - Fotograma Aldeia Vista Alegre



TABELA 3 - Casas e moradores da Aldeia Vista Alegre

Casas	Chefes/Referências	Moradores
1	Maria Luiza Campos Coutinho	3
2	José Antônio Coutinho Campos	5
3	Janderlan Coutinho de Souza/Valcy Nunes Coutinho	7
4	Erenildo Ferreira de Oliveira/Jucineide Campos Coutinho	4
5	José Geraldo Coutinho de Souza/Hilma Correia Menezes	3

6	Enieldo Menezes Barros/Decilane Menezes de Souza	6
7	Sandro Ferreira Rodrigues/Odilane Menezes de Souza	5
8	Isaíldo Rodrigues Furtado Filho/Adriele Menezes de Souza	4
9	Weliton Pacheco Rêgo/Maria Antônia Neves Rodrigues	4

Tabela 3 - Casas e moradores da Aldeia Vista Alegre

A aldeia está formada principalmente pelos descendentes do casal formado por Delmar Campos de Souza, já falecido, e Maria Luiza Campos Coutinho, nascida em 1955 na Terra Preta do Uruá. Seu Delmar nasceu em Novos Prazeres, no rio Madeira, mas seu pai Agripino Campos nasceu na Vista Alegre de onde teve que sair. Com 17 anos, seu Delmar retornou na Vista Alegre em 1967 junto com a sua esposa Maria Luiza. Por tanto, o local é habitado permanentemente há 57 anos. O casal teve 7 filhos. Um deles, seu Raimundo Campos de Souza, mora na aldeia Curara, onde casou em segundas núpcias com Francidalva Correia Ferreira, filha do seu Justino, enquanto os outros filhos e seus descendentes moram até hoje na Vista Alegre. A primeira esposa do seu Raimundo, Maria Antônia Neves Rodrigues, continuou morando perto deste local, e se casou com Weliton Pacheco Rêgo, um mura da aldeia Palmeiras do Capana.

Por pertencer a uma única família não existe propriamente uma data de fundação desta aldeia, já que eles indicam que habitam permanentemente o local desde 1967. O crescimento das casas e da população no local vem principalmente do casamento do cacique José Geraldo com Irma Correia Menezes, que é filha do casal mais velho da aldeia Mirari: seu Anildo Menezes, nascido no Aripuanã, e Maria Donzilia Correia Leite, nascida no Cutia e irmã do seu Erzilo. O casal do Zé Geraldo e Irma tem 3 filhas casadas que habitam na Vista Alegre: uma com um filho do seu Jorge Chagas do Curara, outra com um munduruku nascido no Caiapé e outra com um branco nascido no Lago do Genipapo, perto de Manicoré. Dois irmãos do cacique, Janderlan e José Antônio casaram com mulheres da Terra Preta do Uruá e do rio Manicoré, respectivamente.

Nesta aldeia o sistema de alianças é bastante aberto e se conecta com diferentes aldeias do Maturá, em especial com Curara, Mirari e Terra Preta do Uruá, assim como muras e brancos da região de Manicoré. A fundadora do local, dona Maria Luiza é irmã do cacique da aldeia Terra Preta do Uruá.

2.1.3 Aldeia Mirari

A aldeia Mirari está localizada na margem esquerda do rio Maturá (FIGURA 7) e está bastante próxima da aldeia Vista Alegre, entre 5 e 10 minutos de rabeta à jusante. São 5 casas com 19 habitantes (TABELA 4). A casa dos pais da família predominante do local fica na margem sul do igarapé Mirari, enquanto o resto das residências se localiza na margem norte. Tem uma escolinha, uma igreja evangélica, um centro social para reuniões e um campo de futebol.

A aldeia está formada por uma única família, os Correia Menezes. O casal mais antigo, o seu Anildo e dona Maria Donzilia junto com 4 dos seus filhos, se deslocaram gradualmente desde a aldeia Cuarara até este ponto entre 2004 e 2006. O igarapé Mirari era um lugar de pesca coletivo dos moradores do Curara, mas ali foi construída uma estrada até a beira do rio Madeira pela GHETAL para escoar madeira de lei. Desse modo, a instalação da aldeia neste local foi um movimento para retomar parte do território tradicionalmente ocupado e zelar da sua restauração ambiental.

Figura 7 - Fotograma Aldeia Mirari



TABELA 4 - Casas e moradores da Aldeia Mirari

Casas	Chefes/Referências	Moradores
1	Dilomar Correia Menezes/Inês Menezes Barros	7
2	Laudinei Correia Menezes/Fabiana Barros de Vasconcelos	3
3	Eliton Correia Menezes/Linete Rodrigues	6
4	Raimundo Correia Menezes	1
5	Anildo Paleta Menezes/Maria Donzília Correia Leite	2

Tabela 4 - Casas e moradores da Aldeia Mirari

Seu Anildo é filho de Filipe Menezes, homem centenário que hoje mora em Manicoré, mas que nasceu no Curara, e Maria Palheta, do Aripuanã, rio onde o casal se estabeleceu por anos. Seu Anildo nasceu lá e mais tarde se casou com a dona Maria Donzília, nascida no Cutia, e se estabeleceram no local Santa Isabel, perto da atual aldeia Curara, e onde nasceram seus filhos entre 1975 e 1995. Dilomar, o cacique, se casou com Inês Menezes de Barros, uma mulher munduruku nascida no Lago do Genipapo, que foi casada com um homem munduruku da aldeia Caiapé e com quem teve uma filha, Fabiana Barros de Vasconcelos, hoje casada com Laudinei Correia Menezes, um irmão mais novo do cacique. Fabiana é neta do tuxaua Cosminho, reputado pajé dos Munduruku da região. Eliton Correia Menezes, o caçula da família é casado com Rinete Rodrigues, nascida na Ponta Natal, na TI Pinatuba.

2.1.4 Aldeia Terra Preta do Uruá

A aldeia Terra Preta do Uruá está localizada na margem esquerda do rio Uruá (FIGURA 8). São 37 casas, mas só conseguimos levantar informações sobre 27 residências, as quais contam com 120 habitantes (de acordo com a SISA são 259) (TABELA 5). As residências se dividem em 4 setores separados por pequenas manchas de vegetação. A aldeia tem uma escola, quadra de vôlei, uma igreja evangélica em atividade permanente, e um espaço comunitário para reuniões.

Figura 8 - Fotograma Aldeia Terra Preta do Uruá



TABELA 5 - Casas e moradores da Aldeia Terra Preta do Uruá

Casas	Chefes/Referências	Moradores
1	Pedro Campos/Raimunda Rita Pereira	6
2	Susiney Campos/Leonora da Silva Lopes	5
3	José Campos/Leísa Campos Coutinho	5
4	Diney Campos/Joelma Correia Campos	4
5	Deciane Campos/Manoel Soares Cavalcante	3
6	Alex Correia Campos/Jusara Pantoja	5
7	Antenor Barbosa Campos/Ielma Correia Campos	8
8	Judiney Pereira Coutinho/Laura da Silva Lopes	6
9	Benedito Antônio Silva/Beatriz Campos da Silva	2
10	Maciel Campos Coutinho/Ellen Sobrinho Chagas	3
11	Manoel Leite das Chagas/Eliane Coutinho Campos	5
12	Leomir Correia Campos/Rosivani Correia Campos	7
13	Atevir Barbosa Campos	2
14	Raimundo Nonato Campos/Roberta das Chagas Campos	3
15	Messias Pereira Coutinho/Dinalva da Silva Pereira	2
16	Wilson Pereira Coutinho	1

17	Lindonei Ferreira Monteiro/Viviane Correia Campos	10
18	Danuza Campos Correia	4
19	Ronildo das Chagas Campos/Jéssica das Chagas Brasil	8
20	Silvan Correia das Chagas/Danielle Hipy dos Santos	4
21	Fabiano Monteiro Campos/Gleice Correia Campos	5
22	Wanderley Leite das Chagas/Dinora Tavares Sobrinho	3
23	Manoel Campos das Chagas/Antônia Correia Leite	3
24	Divan Sobrinho/Gabriela Coutinho	3
25	Anderson Campos/Isanira Ferreira Brasil	4
26	Wanderley Tavares Sobrinho/Ronilsa Texeira de Souza	2
27	Nilson Alves Brasil/Raimunda Elaine Ferreira	7

Tabela 5 - Casas e moradores da Aldeia Terra Preta do Uruá

A aldeia foi fundada em 2002, quando foi construída a escola. O local onde fica a comunidade é habitado permanentemente pelo menos desde a década de 1930, pois ali se estabeleceram duas das filhas de Gernaldo Barbosa, chefe dos Mura da aldeia do Piquiá, e Luísa Coutinho, também do Piquiá. As senhoras Vitória e Vicentina Coutinho Barbosa, famosas parteiras da região, tiveram uma grande prole e se consideram as fundadoras e donas do local. Outra das suas irmãs, a dona Josina é a esposa do seu Cipriano, antigo capitão dos Mura da Maloca-Cidade. Dona Vicentina nasceu no Piquiá em 1924 e se casou com José Pereira Gomes, sendo seus descendentes um núcleo de população fundamental da aldeia. A dona Vitória teve ao redor de 20 filhos com diferentes companheiros. O pai de uma delas, Antônia Leite, nascida na Terra Preta do Uruá em 1947, era da família Leite do Cutia; ela se casou com Manoel Campos das Chagas, nascido na Terra Preta do Uruá em 1938, filho de Francisco Correia das Chagas, mais conhecido como Chico Honório, oriundo da Terra Preta do Uruá⁸ e de quem se diz era pajé, e de Emília Campos, também nascida na Terra Preta do Uruá. Vários dos filhos deste casal habitam na Terra Preta do Uruá e um deles, seu Zilmar, conhecido como Tutu, mora numa das casas à jusante da aldeia Curara. Outros descendentes da Vitória estão presentes na aldeia. O cacique da aldeia, o senhor Pedro Campos Coutinho, nascido na

⁸ As informações sobre o senhor Chico Honório são contraditórias já que se afirma que, por um lado, era um Mura Velho que era pajé, e, do outro, que era um nordestino que estava fugindo e foi acolhido, ou seja, “murificado”, no rio Uruá. O fato é que seus filhos e filhas tiveram uma grande descendência que foi a base de várias aldeias e comunidades, principalmente no Uruá.

Terra Preta do Uruá em 1955, é filho de Pedro Coutinho, nascido no Piquiá, filho de Raimundo e Raimunda Coutinho, dois habitantes antigos da aldeia do Piquiá, e de Maria Campos, nascida na Terra Preta do Uruá, filha de Rosendo Batista Campos e Dionísia Campos Ferreira, oriundos da Terra Preta do Uruá. Seu Rosendo teve também uma filha com dona Vitória, a dona Maria Cletiana que é a esposa do cacique da aldeia Bom Destino.

O núcleo forte dos moradores antigos do local vem da aldeia mura do Piquiá, e até hoje as conexões entre a Terra Preta do Uruá e da aldeia Piquiá, da TI Pinatuba, são fortes, existindo vários casamentos recentes entre membros de ambos os lugares. Na atualidade, o grupo de irmãos descendentes da dona Vicentina e José Pereira, formado por Raimunda Rita, José Gregório, Atevir e Antenor, é um forte articulador das relações sociais, assim como o dos filhos de dona Raimunda Rita Pereira, casada com seu Pedro Campos, o cacique da aldeia, pois todos seus filhos e filhas casados e/ou separados habitam na aldeia com suas respectivas proles e cônjuges de diferentes procedências, alguns da mesma aldeia ou de locais vizinhos, e outros de Manaus. Os outros filhos da dona Vicentina e seus filhos e filhas têm se casado com pessoas de diversos lugares, conectando-se com as parentelas que descendem da dona Vitória e com o pessoal de outros lugares do Uruá, como Piquiá, Poraquequara, Tigre, Socó, Tauarí e Panela, assim como do Maturá, em especial com Arauá, Paranapara, Biribá, Peixe-boi, Ponta Natal e Boa União, e Manicoré.

A aldeia se formou de um núcleo endogâmico bastante fechado a partir de relações anteriores existentes na antiga aldeia mura do Piquiá. A longevidade destas relações demonstra que a habitação permanente nesta parte do rio é muito mais do que centenária. Com o passar dos anos, as relações matrimoniais dos membros da aldeia têm se aberto em diferentes direções, mostrando um grande dinamismo e diversidade. Esta aldeia, também, opera como um conector com boa parte de outras aldeias das TI's Curara e Pinatuba por relações de consanguinidade e afinidade.

2.1.5 Aldeia Panela

A aldeia Panela está localizada na margem direita do rio Uruá (FIGURA 9). São 5 casas, com 19 habitantes (TABELA 6). Há uma pequena escola construída recentemente.

Figura 9 - Fotograma Aldeia Panela



TABELA 6 - Casas e moradores da Aldeia Panela

Casas	Chefes/Referências	Moradores
1	Agnaldo das Chagas Nogueira/Francisca Moraes Monteiro	2
2	Geraldo Campos das Chagas	1
3	Elias Monteiro das Chagas/Ranielle Rocha Barros	5
4	Carlos Alberto Monteiro Campos/Isadora Campos Pereira	5
5	Alcineia Monteiro Campos	6

Tabela 6 - Casas e moradores da Aldeia Panela

Esta aldeia está localizada no local também chamado de Panela Velha, que era um local de trabalho, desde a década de 1960, do casal formado por Heleno Marques Nogueira e Odília Campos das Chagas. Seu Heleno se reconhecia como pernambucano, mas era filho do Francisco Nogueira, um nordestino que se casou com Joana Marques, uma mulher mura nascida no igarapé Pinatuba. Seu Heleno se casou com dona Odília Campos das Chagas, filha do senhor Chico Honório e de Emília Campos, os quais, como vimos acima, nasceram na Terra Preta do Uruá. Dona Odília nasceu na Terra Preta do Uruá. Dois filhos deste casal, Agnaldo e Geraldo Campos das Chagas, hoje com 50 e 55 anos respectivamente, nasceram na ilha Parapara e hoje são os habitantes mais antigos da aldeia Panela. Seu Geraldo morou por algum tempo em Novo Aripuanã, onde nasceu seu filho Elias, que mora na aldeia Panela junto com sua esposa Ranielle Rocha Barros,

também de novo Aripuanã, e seus filhos. Seu Agnaldo, o cacique, se casou com Francisca Moraes Monteiro, nascida em 1962 em Poraquequara, e filha de Raimundo Monteiro, originário da Ponta Natal, e de Maria Nazareth Moraes, de Manicoré. Dois dos seus filhos, Carlos Alberto e Alcineia Monteiro Campos moram na aldeia, e se casaram com um casal de irmãos, Isadora e Elisângelo Campos Pereira, nascidos na comunidade Arauá. Dessa forma, esta aldeia também está formada por uma única família que tem laços de consanguinidade e afinidade muito próximos com o pessoal do Arauá.

2.1.6 Aldeia Bom Destino

A aldeia Bom Destino está localizada na margem esquerda do rio Maturá, muito perto da foz do rio Uruá (FIGURA 10). São 7 casas, com 31 habitantes (TABELA 7). Tem uma escola.

Figura 10 - Fotograma da Aldeia Bom Destino



TABELA 7 - Casas e moradores da Aldeia Bom Destino

Casas	Chefes/Referências	Moradores
1	Raimundo Campos das Chagas/Maria Cletiana Campos	4
2	Juscilei Coutinho Campos/Maria Ester Coutinho Campos	3
3	Leandro Monteiro Campos/Alcione Campos das Chagas	8
4	José Nilton Santos/Maria Edivani Campos das Chagas	8

5	Rafael Rocha de Oliveira/Giovana Campos	3
6	Ivan Campos/Renata das Chagas Campos	5

Tabela 7 - Casas e moradores da Aldeia Bom Destino

As informações genealógicas e históricas levantadas nesta aldeia estão incompletas já que a professora do lugar, a senhora Marta, é contrária à demarcação e se considera a dona do local, e constrangeu os habitantes durante a visita do antropólogo, que foi filmado sem autorização pelo marido da senhora durante a reunião com a comunidade. Esta gravação circulou por Manicoré e gerou fofocas e um clima de indisposição com o GT na sua visita à aldeia Biribá.

Os moradores da aldeia Bom Destino se mudaram há menos de 10 anos para este ponto do rio, pois antes viviam na aldeia Terra Preta do Uruá. Este local recebia antes o nome de Boca do Uruá. Ao parecer foram motivados para se mudar pela senhora Marta que queria ter a sua própria escola e receber recursos do município. A aldeia está constituída pela família de Raimundo Campos das Chagas e Maria Cletiana Coutinho Campos, alguns dos seus filhos e netos casados. Seu Raimundo nasceu há 66 anos em Tauari, na atual TI Pinatuba, e é filho de Vicente Trindade e Sebastiana Campos, nascida na Terra Preta do Uruá, filha de Chico Honório e Emília Campos. A dona Maria Cletiana nasceu na Terra Preta do Uruá e é filha de Rosendo Campos e Vitória Coutinho, filha do cacique mura do Piquiá Gerenaldo Barbosa, e que é considerada a dona do ponto da Terra Preta do Uruá. Os casamentos dos filhos e netos deste casal são com pessoas da Terra Preta do Uruá, Manicoré e da Boca do Uruá. É importante destacar que Alcione Campos das Chagas, uma das filhas do seu Raimundo e dona Maria Cletiana, se casou com Leandro Monteiro Campos, filho de Pedro Monteiro Mendes, da Boca do Uruá, e de Marina Soares Campos, nascida no Arauá. Isto significa que há um circuito de parentesco formado por laços genealógicos pelo inter-casamento entre pessoas das atuais aldeias Terra Preta do Uruá, Bom Destino, Panela, Piquiá e da comunidade Parapara, mas que antes da formação das aldeias estavam distribuídos em vários pontos do rio Uruá e nas proximidades da sua foz, já no Maturá.

2.1.7 Aldeia Biribá

A aldeia Biribá está localizada na margem esquerda do rio Maturá (FIGURA 11). São 8 casas, com 59 habitantes (TABELA 8). Tem uma escola e um local para reuniões comunitárias. O GT não foi convidado para conhecer a aldeia porque os boatos sobre os

estudos tinham indisposto os moradores deste lugar, os quais pensaram que suas terras iam ser expropriadas.

Pelo recebimento tenso e a recusa de mais ou menos a metade da aldeia para participar dos estudos, não conseguimos aprofundar nas informações genealógicas. No entanto, dentre os participantes conseguimos observar que a aldeia está formada por o grupo de 4 irmãos Oliveira Rocha, todos nascidos no Biribá entre 1970 e 1981. Este grupo de irmãos está emparentado por via materna com a família Caetano de Oliveira da aldeia Boa União, na TI Pinatuba. De fato, a mãe destes irmãos foi Celina Caetano de Oliveira, irmã do seu Raul, cacique por muitos anos da Boa União. Os casamentos desta família têm ocorrido principalmente com pessoas da aldeia Ponta Natal, na TI Pinatuba. Além desta família, está o casal de Claudio Monteiro Mendes e Genaídes Caetano de Albuquerque e sua filha Micídes. Dona Genaídes e sua filha nasceram na Boa União, enquanto seu Claudio nasceu em 1956 na Boca do Uruá. O local da aldeia tem uma habitação permanente centenária, pois foi registrada no mapa do Nimuendajú de 1926.

Figura 11 - Fotograma da aldeia Biribá

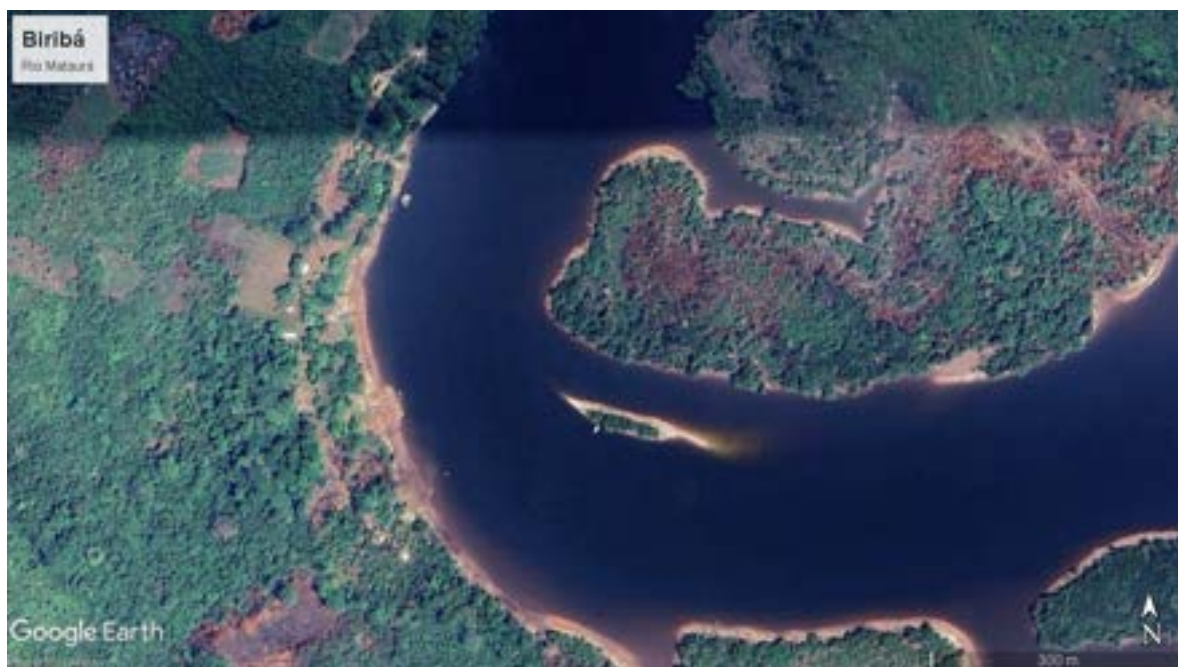


TABELA 8 - Casas e moradores da Aldeia Biribá

Casas	Chefes/Referências	Moradores
1	José Carlos Oliveira Rocha/Celina Leite Caetano	13
2	Claudio Monteiro Mendes/Genaídes Caetano de Albuquerque	7
3	Micéides de Albuquerque Mendes	7
4	Gilmar Oliveira Rocha/Josiane Rodrigues Pantoja	9
5	Jair Oliveira Rocha/Maria do Carmo Rodrigues Ferreira	10
6	Luís Pereira da Rocha/Disiolene Caetano Leite	4
7	Gilson Oliveira Rocha	1

Tabela 8 - Casas e moradores da Aldeia Biribá

2.1.8 Comunidade indígena Arauá

A Comunidade indígena Arauá fica em um braço da margem direita do rio Maturá, onde deságua o igarapé Arauá (FIGURA 12). São 3 casas com 5 habitantes (TABELA 9).

Figura 12 - Fotograma Comunidade indígena Arauá



TABELA 9 - Casas e moradores da Comunidade indígena Arauá

Casas	Chefes/Referências	Moradores
1	Cosme Campos Pereira/Maria Campos das Chagas	2
2	Evaldo das Chagas Pereira	2
3	Elson das Chagas Pereira	1

Tabela 9 - Casas e moradores da Comunidade indígena Arauá

Nesta comunidade mora o casal formado por Cosme Campos Pereira e Sonia Maria Campos das Chagas, com três filhos adultos solteiros. Esta família habita permanentemente o local há pelo menos um século. Seu Cosme nasceu em 1960 no Arauá, é filho de Manoel Campos Pereira, nascido no Poção perto do Lago do Jacaré, no baixo Maturá, e era filho de Manoel Tomé Soares Campos e Raimunda Pereira, os quais já viviam no Arauá. A mãe do seu Cosme era Alcina Campos das Chagas, nascida na Terra Preta do Uruá, que era filha do Chico Honório e Emília Campos das Chagas. Dona Alcina e dona Odília, mãe dos habitantes mais antigos da aldeia Panela, eram irmãs e, portanto, as lideranças de aldeia Panela e da Comunidade do Arauá são primos. Seu Cosme se casou com sua prima cruzada Sonia Maria Campos das Chagas, nascida na ilha Paranapara em 1952, filha do seu Heleno e dona Odília, sendo irmã do seu Agnaldo da aldeia Panela. Deste modo, o casamento de primos cruzados do seu Cosme e dona Sonia fez com que as lideranças do Panela e Arauá sejam cunhados, os quais tem replicado suas relações de afinidade na seguinte geração, evidenciando certa feição endogâmica entre estes dois locais. Do mesmo modo, seu Cosme é primo do senhor Raimundo Campos das Chagas, cacique da aldeia Bom Destino.

2.1.9 Comunidade indígena Paranapara

A Comunidade Paranapara fica em uma ilha do rio Maturá (FIGURA 13). São 4 casas com 13 habitantes (TABELA 10). As crianças frequentam a aldeia da Terra Preta do Uruá.

Figura 13 - Fotograma Comunidade indígena Paranapara



TABELA 10 - Casas e moradores da Comunidade indígena Paranapara

Casas	Chefes/Referências	Moradores
1	Francisco de Oliveira Campos/Eliana Vasconcelos de Albuquerque	6
2	Dilemano Albuquerque Campos/Natalina Ferreira Brasil	2
3	Marisa Campos Coutinho	3
4	Raimundo Albuquerque Campos/Naiara Coutinho Campos	2

Tabela 10 - Casas e moradores da Comunidade indígena Paranapara

Não temos os dados completos desta comunidade, mas sabemos que seus membros são de uma única família, formada pelo casal Francisco Oliveira Campos e Eliana Vasconcelos junto com seus filhos. Francisco nasceu em 1975 na ilha Paranapara e é filho de Manoel Campos e Luzanira Bezerra. Seu Francisco é filho de Manoel Campos, primo do pai do seu Cosme da comunidade do Arauá. Por sua parte, a dona Eliana vem da família que habita no igarapé Maiaema e na aldeia Boa União, da TI Pinatuba. O local Paranapara é habitado pelo seu Francisco há 49 anos, mas pelas informações levantadas de outros dos seus parentes se evidencia que a ilha já estava ocupada na década de 1950.

2.1.10 Comunidade indígena Maiaema

A Comunidade indígena Maiaema fica na margem esquerda o rio Maturá, próxima da Aldeia Biribá (Figura 14). São 6 casas com 27 habitantes (TABELA 11), e para frequentar a escola, as crianças vão na aldeia Boa União, da TI Pinatuba, que está muito próxima. Há uma casa no interior do igarapé do Maiaema e há outras casas na frente da aldeia Boa União.

Não conseguimos levantar dados genealógicos profundos para este lugar. A comunidade está formada por uma única família, composta pelo casal Ronicy Albuquerque de Vasconcelos e Maria Suliete Oliveira Mendes e seus filhos casados. As famílias Albuquerque e Vasconcelos são originárias da aldeia Boa União, da TI Pinatuba. De acordo com o mapa do Nimuendajú havia 3 assentamentos no igarapé Maiaema em 1926, pelo qual a habitação permanente aqui é de mais de um século.

Figura 14 - Fotogramas Comunidade indígena Maiaema



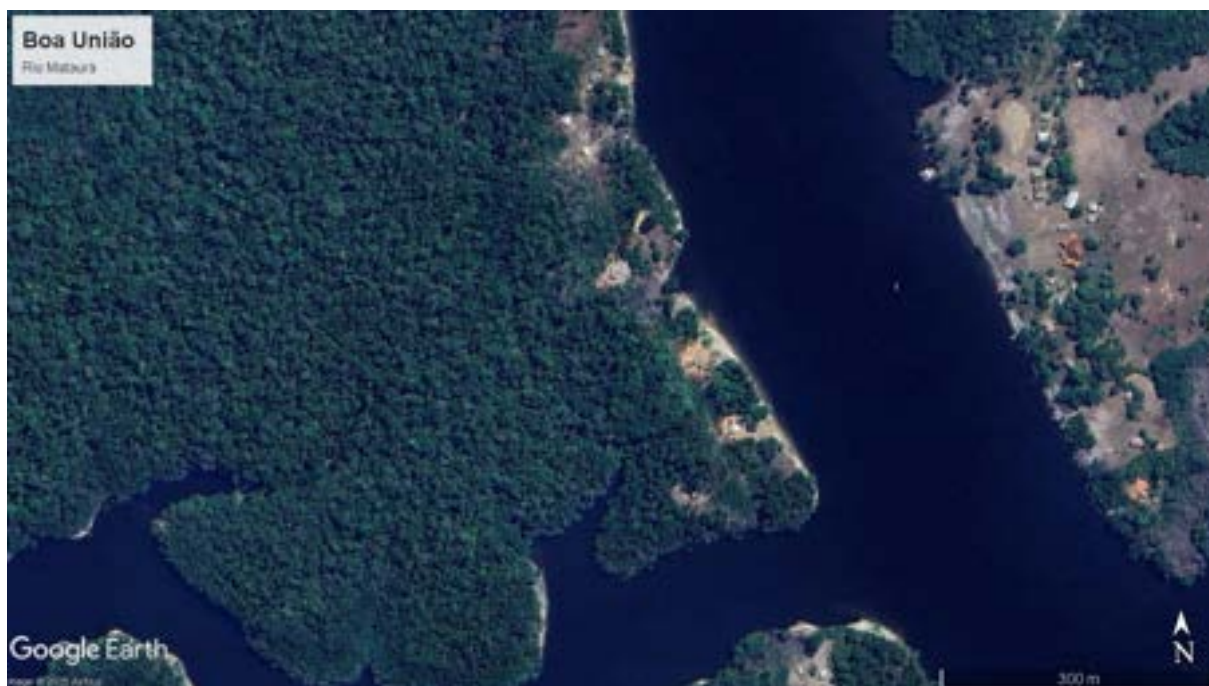


TABELA 11 - Casas e moradores da Comunidade indígena Maiaema

Casas	Chefes/Referências	Moradores
1	Ronicy Albuquerque de Vasconcelos/Maria Suliete Oliveira Mendes	9
2	José Carlos Leite Caetano	2
3	Jairo Leite de Oliveira/Elenira da Costa Vasconcelos	5
4	Maria Dias de Albuquerque	2
5	Jovane Leite de Oliveira/Mancilene Caetano Coutinho	6
6	Lucas Leite Rocha/Jize Albuquerque Campos	3

Tabela 11 - Casas e moradores da Comunidade indígena Maiaema

2.3 A rede de parentesco da TI Curara e os critérios de ocupação territorial

A descrição das aldeias evidencia alguns aspectos importantes do parentesco que são fundamentais para compreender as dinâmicas sociais atreladas à habitação permanente do território tradicionalmente ocupado pelos indígenas Mura do rio Maturá. Em primeiro lugar, existe uma rede de parentesco na qual as aldeias e comunidades indígenas acima descritas estão inseridas. Dita rede tem como alicerce um conjunto de ascendentes que ali habitavam no início do século XX e que mantinham entre si relações de consanguinidade e afinidade. Dentro da rede, cada aldeia e comunidade indígena tem

autonomia política e econômica, articulando as suas alianças com indígenas e não indígenas de outros lugares, abrindo suas relações sociais em diferentes direções. As aldeias e comunidades indígenas formam nexos regionais que estão interconectados entre si por relações de consanguinidade e afinidade, demonstrando que todos os Mura do Maturá, tanto da TI Curara como da TI Pinatuba, são um único grupo de parentes; de fato, escutamos várias vezes durante os estudos expressões como “tudo mundo aqui é parente”. Estas relações de parentesco não estão restritas ao Maturá e se estendem a outros locais mura do rio Madeira, como as TI do Rio Manicoré e do Lago do Capana, a cidades como Manicoré, Novo Aripuanã e Manaus, incluindo outros mura e habitantes não indígenas, assim como aos Mundurucu da aldeia Caiapé, embora numa baixa proporção neste caso.

Se entende aqui como nexo regional um aglomerado de aldeias e comunidades indígenas próximas geograficamente, conectadas tanto por estreitas relações de consanguinidade e afinidade como por relações políticas e de trabalho. Esta não é uma categoria local, mas uma abstração antropológica que ajuda a perceber as conexões e dinâmicas históricas e de intercâmbio entre famílias de certa porção do rio. Na TI Curara podemos identificar claramente três nexos regionais que podem ser denominados:

1-Nexo Regional do Curara: formado pelas aldeias Curara, Mirari e Vista Alegre.

2-Nexo Regional do Uruá: formado pelas aldeias Terra Preta do Uruá, Panela, Bom Destino e Piquiá (da TI Pinatuba), e pelas comunidades indígenas Parapara e Arauá.

3-Nexo Regional do Baixo Maturá: formada pelas aldeias Biribá, Boa União, Maloca-Cidade e Ponta Natal (da TI Pinatuba) e pela comunidade indígena do Maiaema.

Cada nexo regional é aberto, embora tenha certa feição endogâmica, já que os casamentos costumam ocorrer com maior frequência entre pessoas que moram próximas e entre famílias que já construíram relações de afinidade por meio de matrimônios em gerações anteriores, sendo a repetição das alianças um modo de reafirmar as conexões entre elas. Isto não significa que as alianças estejam restritas ao entorno geográfico adjacente, só que há uma preferência, e isto está diretamente relacionado com o uso e o usufruto de certos ambientes do território tradicionalmente ocupado, como castanhais e pontos de caça e pesca. Nesse sentido, há uma distribuição espacial dos ambientes, seguindo os cursos dos igarapés e a floresta circundante, para uso exclusivo das famílias que são considerados suas “donas”, com o qual não se cria pressão sobre os recursos

florestais e de pesca e caça do rio. De outra parte, alguns ambientes, em especial as partes altas dos rios Maturá e Uruá, são considerados como coletivos e podem ser usados indistintamente pelos moradores das TI's Curara e Pinatuba. A confluência das relações de parentesco e a distribuição e uso dos ambientes da bacia do Maturá em nexos regionais configuram tanto a sua ideia de habitação permanente como a de território tradicionalmente ocupado.

Os três nexos regionais estão inter-relacionados por diversos casamentos, trocas e visitas aos parentes que moram em outras aldeias ou durante as festas e eventos esportivos que cada aldeia promove. A presença de parentes consanguíneos em diferentes aldeias tem a ver com a fluidez da estrutura social, a qual tem como um dos seus efeitos a mobilidade e circulação de pessoas provocada pela possibilidade de adotar duas formas principais de residência pós-marital. Não parece haver nem uma regra fixa de residência nem casamento preferencial entre primos cruzados bilaterais, como é comum entre grande parte dos povos indígenas da Amazônia que possuem terminologias dravidianas; de fato, o nosso levantamento mostrou que há indistintamente matrimônios tanto com primos cruzados quanto com primos paralelos, motivo pelo qual, como afirma Fileno (2018: 85), os Mura não fazem distinção entre primos paralelos e cruzados para o matrimônio e privilegiam uniões com estes cognatos no geral.

Se bem é certo que há uma tendência predominante da uxorilocalidade, ou seja, quando um marido vai morar no lugar da sua esposa e sogros, a virilocalidade, i.e. quando a esposa vai morar no local do seu esposo, também é bastante comum. A escolha por alguma dessas possibilidades depende exclusivamente dos desejos e negociações do casal. Fileno (2018: 71) explica que cada membro do casal anseia morar junto com sua mãe e isso leva a negociações que também levam em conta o peso político de cada parentela; também, como apontou um interlocutor mura de Amoroso (2013: 104), é importante que um filho ou uma filha fortaleçam o local onde se criou e que fortaleça a seu pai e sua mãe, motivo pelo qual a saída de um membro do casal tem certa carga negativa. Uma forma de atrair genros ou noras tem a ver com o interesse por trabalhar em determinada parte do território tradicionalmente ocupado, graças aos arranjos feitos com os pais do noivo ou da noiva, os quais podem ceder uma parte de um castanhal para o novo casal.

O membro que sai do seu grupo familiar para morar alhures inicia ciclos de visitas com sua nova família aos seus pais e irmãos, os quais dão retorno às ditas visitas, estreitando a aliança entre ambas as famílias. Por isso é bastante frequente a duplicação

do casamento, onde um grupo de irmãos/irmãs de uma localidade se casa com um grupo de irmãos/irmãs de outra. Esta característica de duplicação dos casamentos é visível em várias aldeias da TI Curara e tem sido praticada por distintas gerações, motivo pelo qual é uma das características do parentesco mura, como também mostra Fileno (2018: 47) entre os Mura do Igapó-Açu. A alternância entre os modos de residência pode ser também por gerações. Por exemplo, nos casos das aldeias Curara e Terra Preta do Uruá houve uxorilocalidade na geração dos fundadores, quando os maridos se instalaram nas localidades das suas esposas, e, na geração seguinte, seus filhos se consolidaram no local, formando grupos consistentes de irmãos cujas esposas adotaram a residência virilocal, indo morar na aldeia dos seus esposos. É possível também que irmãos e irmãs permaneçam no local dos seus pais, atraindo genros e noras, numa mistura de uxorilocalidade e virilocalidade.

A alternância entre as formas de residência e a dinâmica dos casamentos, incluída a duplicação destes entre duas famílias, gera, por um lado, a dispersão de membros das famílias por diversas partes do território tradicionalmente ocupado, e, de outro, caracteriza certas porções de dito território como núcleos de determinadas famílias. Por isso, como pode se ver nas tabelas anteriormente apresentadas sobre a composição das casas nas aldeias, nessas, nas comunidades e nos nexos regionais predominam certos sobrenomes: Correia, Leite, Ferreira e Menezes no Curara; Campos, Coutinho, Chagas, Pereira, Monteiro no Uruá; Oliveira, Caetano, Albuquerque, Vasconcelos no baixo Maturá. Estes sobrenomes estão recombinações de diferentes maneiras ao longo das últimas gerações e possibilitam enxergar as conexões entre todas as famílias que habitam permanentemente na TI Curara, mostrando que a filiação mura é bilinear, ou seja, pelas linhas paterna e materna, destacando as relações cognáticas.

No entanto, esta recombinação de sobrenomes parece ser menos importante para identificar a existência das famílias como unidades discretas e cristalizadas localizadas em determinados espaços, uma vez os filhos de um mesmo casal podem usar combinações de sobrenomes diferentes utilizando qualquer um dos sobrenomes dos seus pais. O que é realmente importante é que essas recombinações fazem emergir a trajetória histórica de uma rede de alianças anteriores entre diferentes segmentos de ditas famílias que ocupavam lugares específicos no território tradicionalmente ocupado, assim como as trajetórias dos seus deslocamentos por este. Isto é o que permite identificar localmente quem são os donos de determinados espaços como castanhais e locais de caça e pesca e quais descendentes teriam os direitos de usufruí-los e herda-los. Esta associação entre

espaços e famílias é comum entre os Mura. Embora não existam trabalhos sistemáticos sobre parentesco mura, algumas pesquisas têm identificado o mesmo padrão aqui descrito em outras partes do rio Madeira.

Entre os Mura das aldeias do delta do Autazes, de acordo com Castro Pereira (2009: 38-53), os grupos locais se apresentam como blocos territoriais, juntando identidade e territorialidade, o qual permite a qualquer habitante identificar a outro como pertencendo a determinada região ou local do território, o qual evoca toda uma trajetória histórica de relações e deslocamentos singulares de cada família ou de um dos seus segmentos. Por este motivo, toda aldeia ou comunidade, em palavras de Castro Pereira, “vem de outro lugar”, uma vez que as genealogias estão imbricadas com o espaço. Por exemplo, se se pergunta no Maturá sobre alguém de sobrenome Leite, a resposta incluirá que embora a pessoa e/ou seus pais nunca tenham vivido no lugar, a sua proveniência é do local Cutia. Mas essa proveniência encontra como limite a memória genealógica dos mais velhos, já que não é possível reconstruir a genealogia além dos seus avôs, o qual restringe a reconstrução temporal das famílias aos inícios do século XX, a qual aloca os ancestrais distantes na categoria “Mura Velho”.

Olhando detalhadamente a composição das aldeias e comunidades indígenas da TI Curara, se pode perceber que a grande maioria está formada a partir de um casal fundador que habita com alguns filhos e/ou filhas casados/as, solteiros/as e seus netos. Nas aldeias maiores, como Terra Preta do Uruá e Curara, o foco parece recair em grupos de irmãos, descendentes de distintos casais, que se conectam entre si por relações de afinidade e que necessariamente remetem a conexões genealógicas de casais que habitavam em diferentes localidades. Estas modalidades de formação de aldeias são uma atualização da distribuição tradicional dos assentamentos, a qual era constituída por grupos locais ou grupos domésticos, se se prefere. Este tipo de distribuição é um tradicional modo de habitação permanente, já descrito desde os primeiros textos propriamente etnográficos sobre os Mura, que remontam à década de 1920. Tastevin (2008 [1923]: 57-60) explica que os Mura da região de Autazes viviam em “choupanas rudimentares” que, “em lugar de serem agrupadas, são separadas umas das outras por largos espaços de mata”, se localizando no verão na margem dos rios e no inverno na beira dos lagos. Afirma também que eventualmente vivem em pequenas aldeias “onde se agrupam, [n]uma desconfortável maloca, aberta a todos os ventos, [que] mal e mal coberta, é suficiente para abrigar cinco ou seis famílias”. Nimuendajú (1948: 258-259) complementa que os Mura “constroem suas casas em pequenos grupos de dois a cinco,

que às vezes estão espalhadas ao longo da margem de um lago ou de um rio” e que suas casas não são rudimentares, como se costuma afirmar, mas bem construídas, com pátios limpos, e semelhantes às dos “neo-brasileiros” da região.

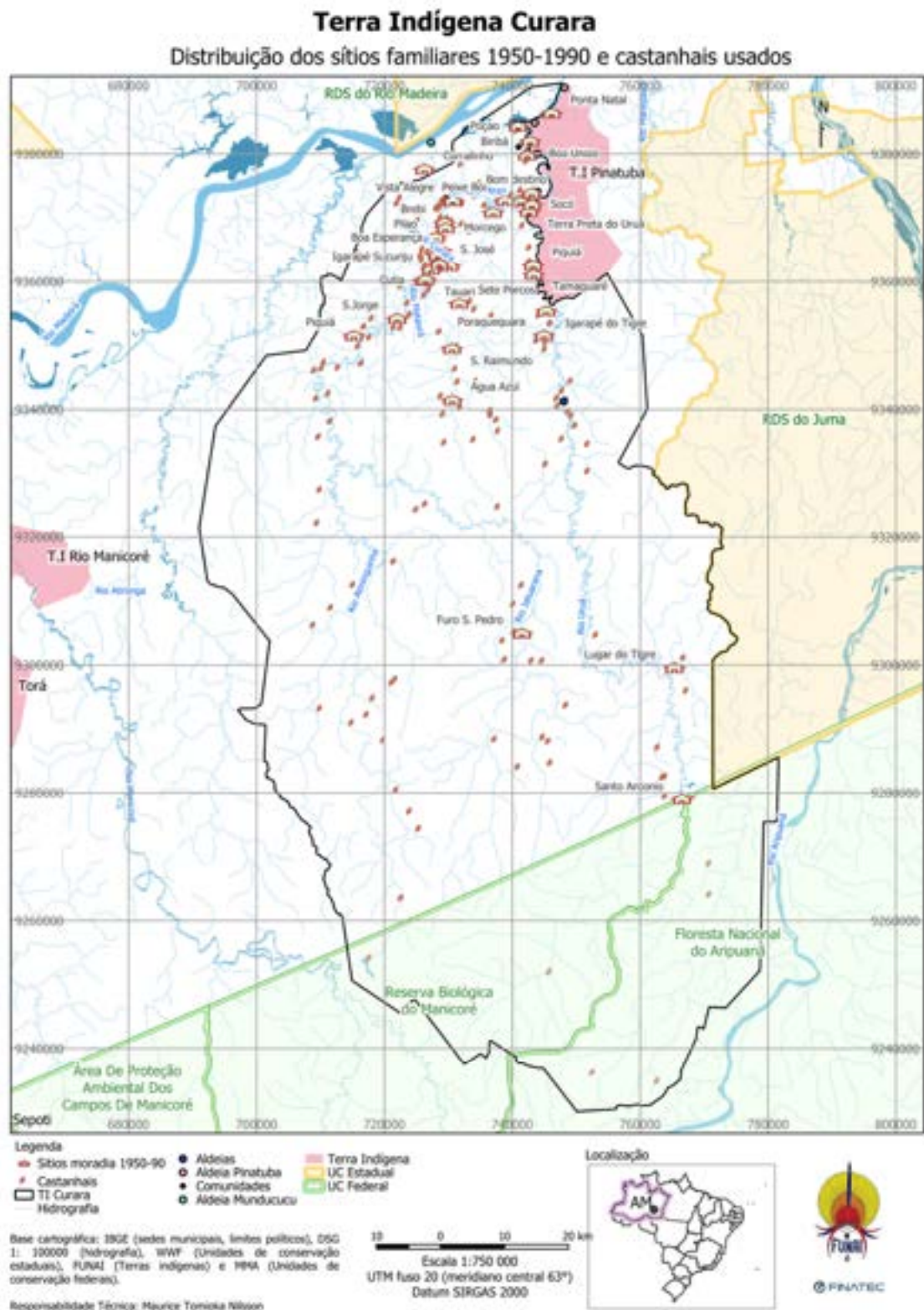
Esta forma de habitação permanente do território tradicionalmente ocupado é também um modo de existência, que para os Mura, como afirma Amoroso (2013: 97-104), se pode denominar de “sistema da beira”, o qual envolve tanto a mobilidade sazonal dos grupos locais e famílias para aproveitar os diferentes recursos como a moradia atual nas aldeias. Com relação a este último ponto, esclarece que a oficialização das aldeias foi produto, no caso da TI Cunchã-Sapucaia, perto de Borba, da demarcação da TI e do Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal (PPTAL), algo semelhante ao caso da TI Curara, onde a formação de aldeias tem algo mais de 20 anos e está associada ao fortalecimento comunitário para as reivindicações de reconhecimento do seu território tradicionalmente ocupado como uma Terra Indígena.

Antes da formação recente das aldeias, de acordo com Amoroso, os Mura afirmavam viver em “casas particulares”, se referindo “aos locais ocupados pelos grupos domésticos dispostos ao longo dos rios, lagos ou furos”, evocando “um ideal de isolamento dos grupos domésticos”, cada um com uma trajetória de vida associada a diferentes localidades esparsas pelo território pelas quais circulam e pelas quais se deslocavam seus pais e avôs. Este ideal de isolamento se atualiza hoje na percepção, como explica Fileno (2018: 273), de que morar junto em aldeias pode criar desentendimentos e brigas desnecessárias, como se a “opção pela dispersão” estivesse sempre adormecida ou latente. Isto explica, em boa parte, que mesmo nas aldeias maiores da TI Curara, ou seja, na Terra Preta do Urúa e Curara, existam residências afastadas do núcleo central em pontos próximos do rio.

A confluência entre genealogia e localidade, permanência, circulação e mobilidade de pessoas pelos arranjos residenciais pós-maritais, trocas e visitas entre membros das aldeias, a preferência por assentamentos dispersos ao longo dos rios e o uso de espaços produtivos da mata e do rio exclusivos por grupos locais ou famílias, plasam esse “sistema de beira” na TI Curara, que não é outra coisa que o modo de habitação permanente deste território tradicionalmente ocupado da maneira tipicamente mura. A dimensão deste modo de habitação permanente abrange um vasto território. Para exemplificar visualmente a abrangência espacial deste modelo tradicional, usaremos a distribuição de assentamentos familiares nos rios Maturá, Curara e Uruá entre a década de 1950 e 1980, acrescentando as áreas de castanhais de uso sazonal que foram descritas

pelas famílias mura e que eram usadas por seus ascendentes, demonstrando a sua habitação permanente por um espaço bastante amplo e consistente do território tradicionalmente ocupado (MAPA 12). É importante destacar, uma vez mais, os nomes destes locais: São Raimundo (Curara), São José do Curara, Cutia, Igarapé Sucuriju, Cujubim, Morcego, Vista Alegre, Boa Esperança, Terra Nova, Terra Preta (Boca do Brebe), Tirar Chapéu, Boca do Curara, Pilão, Sete Porcos, Santa Isabel, São Jorge, Arauá, Biribá, Bom Destino, Peixe-boi, Paranaçara, Poção, Furo de São Pedro, Ponta Natal, Boa União, Currálinho, Terra Preta do Uruá, Piquiá, Tigre, Água Azul, Barreiro da Boca do Uruá, Poraquequara, Tauari, Socó, Tamacoré e Santo Antônio. Várias destas localidades têm uma ocupação centenária e, vale lembrar, foram os embriões das aldeias e comunidades indígenas atuais. Isto demonstra indubitavelmente a habitação permanente e antiga do território tradicional ocupado pelas famílias mura que hoje habitam na TI Curara.

MAPA 12- Ocupação territorial 1950-1990



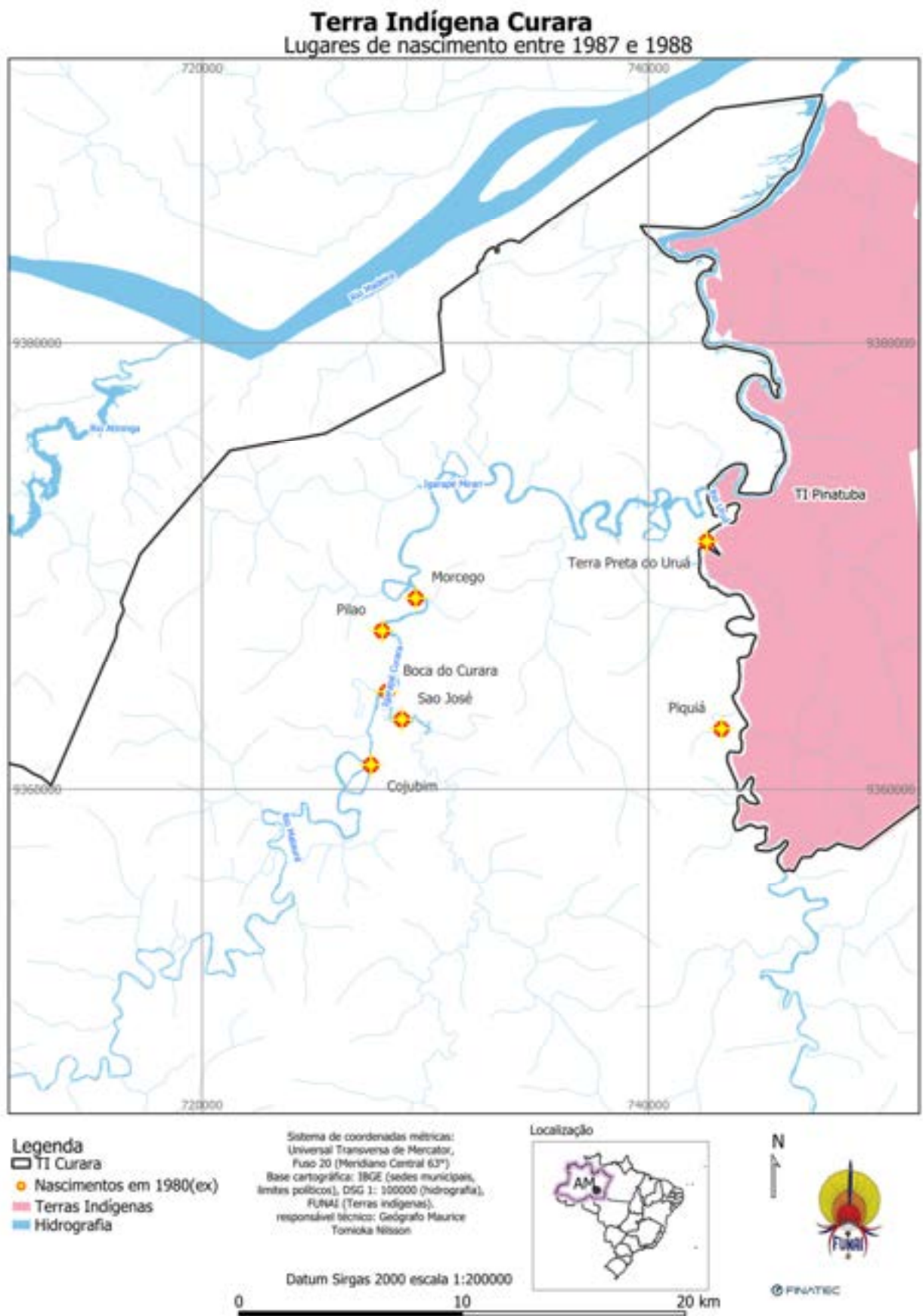
Mapa 12 - - Ocupação territorial 1950-1990

2.4 A ocupação do território em 1988

Como apontado acima, na década de 1980 os Mura habitavam em assentamentos dispersos ao longo dos rios Maturá, Uruá e Curara e não havia aldeias na TI Curara. Para confirmar a presença indígena no território anterior ao Marco Temporal, levantamos os lugares de nascimento das pessoas desde a década de 1950, ou inclusive um pouco antes, e analisamos nos itens anteriores à formação das aldeias a partir dos ascendentes ainda lembrados pelos moradores mais antigos e que evidenciaram a existência de uma rede de parentesco que habita permanentemente o território tradicionalmente ocupado desde há mais de um século. Embora nos documentos de identidade as pessoas apareçam como nascidas em Manicoré, a imensa maioria nasceu em diversos lugares da TI Curara pois, para a época, o deslocamento até o município para receber atendimento hospitalar era bastante difícil. Estes dados confirmam a presença indiscutível dos Mura no território tradicionalmente ocupado antes do Marco Temporal. Para reafirmar estas informações levantamos os lugares de nascimento das pessoas entre 1987 e 1988. Nesse período nasceram 14 pessoas nos seguintes lugares são: São José do Curara, Boca do Curara, Terra Nova, Morcego, Pilão, Terra Preta do Uruá, Piquiá (MAPA 13). A maioria destas pessoas nasceu na Terra Preta do Uruá, onde tradicionalmente moram renomadas parteiras. Todos estes dados indubitavelmente demonstram a habitação permanente dos Mura antes do Marco Temporal.

Os dados provenientes das fontes históricas, dos levantamentos genealógicos e da pesquisa de campo comprovam a ocupação permanente da TI Curara pelos Mura por um tempo superior a um século numa linha temporal contínua que chega até o presente. Em 5 de outubro de 1988, os Mura se encontravam habitando a TI Curara em carácter permanente, segundo seus usos, costumes e tradições, utilizando a terra para suas atividades produtivas e as áreas imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessárias ao seu bem-estar e à sua reprodução física e cultural. Desse modo, a ocupação tradicional anterior a 5 de outubro de 1988 e a posterior a essa data até o presente têm um carácter linear e contínuo que não deixa a menor dúvida sobre a presença dos Mura na TI Curara na data de promulgação da Constituição de 1988.

MAPA 13 – Lugares de nascimento 1987-1988



Mapa 13 - Lugares de nascimento 1987-1988

III– TERCEIRA PARTE ATIVIDADES PRODUTIVAS

Portaria nº 14/MJ/96:**Atividade Produtivas**

- a) descrição das atividades produtivas desenvolvidas pelo grupo com a identificação, localização e dimensão das áreas utilizadas para esse fim;
- b) descrição das características da economia desenvolvida pelo(s) grupo(s), das alterações eventualmente ocorridas na economia tradicional a partir do contato com a sociedade envolvente e do modo como se processaram tais alterações;
- c) descrição das relações socioeconômico-culturais com outros grupos indígenas

3.1 Introdução

A terceira parte do relatório tem como fonte principal o Relatório Ambiental elaborado por Alci Albiero Jr., em anexo, que integrou o Grupo de Trabalho para o presente RCID. A coleta das informações aqui apresentadas derivam de observações diretas das atividades realizadas pelos indígenas como a caça, a pesca e a produção de farinha, entrevistas semiestruturadas individuais e coletivas sobre a cosmografia⁹ indígena, e por caminhadas guiadas pelas principais áreas de ocupação e uso do território como quintais, sítios, roças, áreas de coleta e extrativismo, castanhais, tucumanzais, florestas secundárias e capoeiras, matas (florestas maduras), campos de natureza (campinas) e áreas de terra preta.

A subsistência dos Mura da TI Curara, como é comum para outros povos indígenas da floresta amazônica, combina práticas agrícolas, de coleta de frutas e outros produtos da mata, caça e pesca, assim como a necessidade de extrair recursos florestais para conseguir dinheiro para comprar alguns produtos industrializados básicos como café, açúcar, sal e bolachas, entre outros, obtidos no comércio regional ou em Manicoré. Para entender as atuais atividades produtivas dos Mura é importante lembrar, como já foi dito na primeira parte deste relatório, que durante os séculos XVIII e XIX os Mura foram descritos por possuir um modo de vida distintivo e contrário à “civilização colonial”

⁹ A *cosmografia* é definida por Little (2002) como os “saberes ambientais, ideologias e identidades coletivamente criados e historicamente situados que um grupo social utiliza para estabelecer e manter seu território”. A cosmografia revela que o território não pode ser definido apenas por um espaço físico, pois representa as relações sociais, políticas, ambientais e afetivas que produzem a territorialidade de um povo ao longo de sua história.

fundado na sazonalidade e na mobilidade. Este modo de vida mura, supostamente, era contrário à agricultura – cujos produtos acessariam apenas por furtos e pilhagens a outros povos indígenas e às vilas coloniais – e estava centrado na coleta de frutas silvestres, a pesca e a caça, principalmente de tartarugas, dentro do seu mal-entendido “nomadismo”. Certamente, os Mura não eram dependentes dos produtos cultivados, mas isso não significa que rejeitassem a agricultura. De acordo com as fontes do século XIX, os Mura aldeados plantavam roças, mas não ficavam o tempo todo cuidando delas, pois se afastavam dos cultivos por meses para se dedicarem a pesca e a coleta de frutas e ovos de tartaruga, só retornando às aldeias quando os produtos da roça estavam prontos para serem colhidos. No presente se confirma que a horticultura é importante principalmente para a produção de alimentos das famílias, em especial farinha de mandioca (*Manihot esculenta*) e outros carboidratos, mas, em termos simbólicos e culturais não ocupa um lugar mais central ou importante do que a coleta de produtos florestais, em especial da castanha (*Bertholletia excelsa*), evidenciando que os alimentos vegetais necessários para sua sobrevivência proveem de um sistema agroflorestal misto. Embora tenha se transformado nos últimos séculos, dando mais relevância às roças e ao cultivo da mandioca pela redução da mobilidade territorial, o sistema produtivo dos Mura da TI Curara mantém certa continuidade com o passado.

Uma leitura mais contemporânea desse modo de produção misto se sustenta em evidências botânicas, arqueológicas e da ecologia histórica que ressaltam os efeitos da milenar intervenção indígena na composição da floresta. Segundo Clement (1999) e Levis et. al. (2017), o manejo indígena de plantas demonstra que mais do que um processo de domesticação, na Amazônia existe um *continuum* entre espécies incipientemente domesticadas, semi-domesticadas e domesticadas. Apesar da mega-diversidade de espécies de árvores (em torno de 16 mil) e plantas (mais de 40 mil) da floresta, chama a atenção de que apenas existam 227 espécies perenes hiperdominantes (Steege et. al. 2013), das quais 89 são em algum grau domesticadas e estão associadas a sítios arqueológicos (Levis et. al 2017), sendo apenas um quinto delas totalmente domesticadas (Shepard et. al 2020), motivo pelo qual a dieta indígena não foi nem é dependente das plantas cultivadas. Dentre das 10 espécies hiperdominantes mais difundidas na floresta há 6 espécies de enorme importância na dieta indígena: dois tipos de açaí (*Euterpe precatória* e *Euterpe oleracea*), patauá (*Oenocarpus bataua*), buriti (*Mauritia flexuosa*), cacau (*Theobroma cacao*) e castanha do Pará (*Bertholletia excelsa*), as quais produzem grande fartura sazonal e também recebem alguns cuidados por meio das práticas de

manejo tradicionais, o qual comprova que os indígenas contribuíram significativamente com a sua abundância e distribuição (Clement 2019). Estes dados sugerem a existência de uma grande variedade de sistemas produtivos e de manejo agroflorestal na Amazônia, seguramente associados historicamente a preferências alimentares distintas por diferentes povos indígenas.

Neves e Heckenberger (2019) explicam que esta diversidade de sistemas de produção de alimentos está associada a um modo misto agroflorestal fundamentado num ciclo longo e num ciclo curto. No ciclo longo se cultivam e/ou manejam árvores perenes e tubérculos domesticados e não domesticados que produzem sazonalmente, enquanto no ciclo curto se cultivam cereais e legumes domesticados de rápido crescimento. Por este motivo, os Mura têm acesso abundante a diferentes produtos vegetais durante todo o ano, e a suas dietas alternam a centralidade de certos recursos, como a castanha e a mandioca ao longo das estações. Esta visão de um sistema agroflorestal misto é muito mais adequada à realidade amazônica, pois, no presente, a paisagem circundante de uma casa indígena é composta por árvores frutíferas e pequenas hortas, pomares e quintais em volta da casa, nas proximidades tem roças e capoeiras, e um pouco mais longe está a floresta com plantas semi-domesticadas e incipientemente domesticadas assim como com as árvores perenes, manejadas e cuidadas durante muitas gerações. Além disso, a variedade sazonal e a abundância de alimentos se complementa com as fontes de matérias primas para diversos usos. Por isto, a presença de árvores e plantas domesticadas e semi-domesticadas é mais comum ao longo dos rios principais e afluentes onde existiram assentamentos humanos (Levis et. al 2012) e em lugares de cabeceiras onde houve malocas antigas (Franco-Moraes et. al 2019). Nada sugere, então, que a Amazônia é uma floresta natural e sim que é uma floresta biocultural, em grande medida antrópica, na qual as práticas de manejo indígenas ocupam um papel central tanto na composição da floresta quanto na produção de abundância de alimentos para si mesmos e para os animais terrestres e aquáticos. Esta visão nos permite entender que o sistema produtivo dos Mura se caracteriza pela combinação dos ciclos longo e curto e pela sazonalidade, a qual está diretamente relacionada com a mobilidade, alternando períodos na mata e na aldeia durante diferentes momentos do ano de acordo com o ritmo da produção de árvores, plantas e tubérculos.

Os Mura da TI Curara diferenciam claramente a produção de acordo com as estações chuvosa e seca. O período intenso de chuvas costuma ocorrer entre novembro e março, às vezes vai até abril, e o período da seca geralmente vai de junho a outubro. No

inverno, os rios enchem, se pesca de malhadeira, se caça no igapó e se trabalha nos castanhais, especialmente entre janeiro e março, fazendo com que as famílias se desloquem em casas flutuantes ou construam tapiris na parte alta dos barrancos nas beiras dos igarapés, perto dalgum dos seus castanhais. No verão, se pesca no leito do rio usando diferentes técnicas como a flecha, a zagaia, o anzol, o canição e o arpão, se caça no mato e se trabalha desde abril nas roças assim como em julho se iniciam as derrubadas, se queimam e se plantam as novas roças. Deste modo, os Mura dividem o tempo e as atividades segundo as estações e contrastam suas relações com árvores e plantas dando preferência ao trabalho na terra firme no inverno e nas roças no verão. Também descrevem suas atividades por meses. Em janeiro, começam a limpar os caminhos dos castanhais e iniciam a quebra da castanha. Em abril, já mais permanentes nas aldeias, se dedicam a fabricação de farinha para vender. Desse modo, neste período do ano vendem parte da produção de castanha e farinha aos comerciantes. Depois que termina a frutificação da castanha, se dedicam à extração de açaí, mais ou menos entre abril e julho, embora alguns anos pode ir até setembro. Entre julho e dezembro ocorre a safra de tucumã, em agosto se planta a banana e em outubro e dezembro se replantam as roças. Em novembro não se realizam tarefas que demandem muito trabalho nas roças porque se considera que esse mês não presta porque neste ocorre o Dia do Mortos.

Na continuação se apresenta uma síntese das principais atividades desenvolvidas pelos Mura da TI Curara ao longo do ano através do seu próprio calendário (TABELA 12).

TABELA 12 - Calendário mura e suas atividades produtivas

Mês	Estação	Atividades e Eventos Importantes
<i>Janeiro</i>	Período chuvoso	Colheita de castanha, comercialização da castanha, caça ativa nas margens dos rios, lagos e igarapés, pesca (caniço, malhadeira, espinhel e curumim) nos lagos, rios e igarapés maiores, deslocamentos em direção às cabeceiras dos rios para caça e pesca.
<i>Fevereiro</i>	Período chuvoso	Colheita de castanha, comercialização da castanha, coleta de frutos na mata, caça ativa nas margens dos rios, lagos e igarapés, pesca (caniço, malhadeira, espinhel e curumim) nos lagos, rios e igarapés maiores, deslocamentos em direção às cabeceiras dos rios para caça e pesca, cultivo de jerimum e melancia na roça.

<i>Março</i>	Período chuvoso	Colheita de castanha, comercialização da castanha, coleta de frutos na mata, caça ativa nas margens dos rios, lagos e igarapés, pesca (caniço, malhadeira, espinhel e curumim) nos lagos, rios e igarapés maiores, deslocamentos em direção às cabeceiras dos rios para caça e pesca, cultivo de jerimum e melancia na roça.
<i>Abril</i>	Período chuvoso	Colheita de castanha, coleta de frutos na mata, caça ativa nas margens dos rios, lagos e igarapés, pesca (caniço, malhadeira, espinhel e curumim) nos lagos, rios e igarapés maiores, colheita de melancia e jerimum na roça. Fabricação de farinha.
<i>Mai</i>	Período de transição	Derribar capoeira ou mata e limpeza do roçado, pesca (arco e flecha, zagaia, caniço, malhadeira, espinhel e curumim) e caça nos rios, igarapés, lagos e matas, colheita de melancia e jerimum na roça.
<i>Junho</i>	Período seco	Derribar capoeira ou mata e limpeza do roçado, pesca (arco e flecha, zagaia, caniço e curumim) nos rios, igarapés e lagos, caça nas margens dos rios, caça nos barreiros, colheita de jerimum e melancia na roça.
<i>Julho</i>	Período seco	Queima da vegetação derribada na roça, colheita de tucumã, pesca (arco e flecha, zagaia, caniço e curumim) nos rios, igarapés, lagos e restingas dos lagos, caça nas margens dos rios, caça nos barreiros
<i>Agosto</i>	Período seco	Plantio da maniva e colheita das batatas cultivadas no ano anterior, colheita de tucumã, pesca (arco e flecha, zagaia, caniço e curumim) nos rios, igarapés, lagos e restingas dos lagos, caça nas margens dos rios, barreiros e campos da natureza.
<i>Setembro</i>	Período seco	Plantio da maniva e colheita das batatas cultivadas no ano anterior, colheita de tucumã, pesca (arco e flecha, zagaia, caniço e curumim) nos rios, igarapés, lagos e restingas dos lagos, caça nas margens dos rios, barreiros e campos da natureza.
<i>Outubro</i>	Período de transição	Comercialização da farinha, pesca (arco e flecha, zagaia, caniço, malhadeira, espinhel e curumim) e caça nos rios, igarapés, lagos, matas e campos da natureza.
<i>Novembro</i>	Período chuvoso	Colheita de castanha, coleta de frutos na mata, pesca nos igarapés, caça nos campos da natureza, caça ativa nas margens dos rios e igarapés, pesca nos lagos e igarapés.

<i>Dezembro</i>	Período chuvoso	Colheita de castanha, coleta de frutos na mata, pesca nos lagos, rios e igarapés maiores, caça ativa nas margens dos rios e igarapés.

Tabela 12 - Calendário mura e suas atividades produtivas

3.2 Atividades Produtivas

Por motivos explicativos, nesta parte do RCID se descreveram as atividades produtivas dissociadas do “sistema de beira” explicado na parte anterior. É importante não perder de vista que no “sistema de beira” as dimensões do parentesco, a distribuição das famílias pela TI Curara e seu modo de produção estão imbricados e que as atividades produtivas fazem parte importante das relações sociais. Isto também pressupõe que as atividades produtivas dos indígenas, numa perspectiva histórica, têm formado em grande medida a paisagem da TI Curara e sua atualização permanente ainda depende dessas. As principais atividades produtivas dos Mura da TI Curara são a agricultura, a pesca, a caça e o extrativismo de diversos recursos florestais. Estas atividades dependem tanto das características ambientais e a sazonalidade como dos conhecimentos tradicionais. Esses conhecimentos implicam o uso de técnicas adequadas de acordo aos diferentes espaços, estações, características das espécies envolvidas e certos modos de relação adequado com as plantas, as árvores, os peixes e os animais para que possam crescer e produzir em abundância de acordo com a sua cosmologia. Na continuação se descrevem os principais elementos destas atividades produtivas, a maioria delas relacionadas com a segurança alimentar dos indígenas.

3.1.1 Agricultura

As práticas agrícolas envolvem principalmente as roças e a produção de mandioca, mas também as pequenas hortas e quintais ao redor das casas onde crescem árvores frutíferas, temperos e ervas medicinais, assim como os sítios, áreas de cultivo mais amplas destinadas exclusivamente à produção de tucumã e açaí para vender, e onde também podem ser criados porcos, galinhas e alguns bovinos.

3.1.1.1 Roças

Na visão dos Mura da TI Curara, as roças têm dois papéis fundamentais: a alimentação e a comercialização. Com relação à alimentação, permite o sustento básico

das famílias e seus cuidados se assemelham à criação dos filhos; em palavras de uma moradora da aldeia Curara, a dona Ivanete da Silva Leite: “*cuidei de meus filhos criando roça*”. De outro lado, a importância que tem para a comercialização é central e é vista como uma fonte de renda que possibilita o acesso a diversas mercadorias, pois como afirma o senhor Risomar: “*a roça é importante para o sustento da vida, alimentação, comercialização, recurso financeiro, sobrevivência. Com o dinheiro da roça podemos comprar rabeta, forno, tv, painel solar. A roça é a poupança indígena*”.

As roças indígenas na TI Curara normalmente possuem uma quadra, o que corresponde a um hectare, e são produzidas exclusivamente em área de terra firme próximas as aldeias e comunidades, não sendo plantadas em área alagadas periodicamente (várzea e igapós), como normalmente observado em comunidades tradicionais nas margens do rio Madeira. As roças Mura podem ser estabelecidas tanto em áreas de capoeiras (florestas que regeneram após a remoção da cobertura vegetal, normalmente entre quatro a oito anos de recomposição florestal), capoeirões (florestas que regeneram após a remoção da cobertura vegetal, normalmente acima de dez anos de recomposição florestal), matas (florestas maduras sem histórico de remoção do componente vegetal) ou áreas de terra preta (solos antropogênicos muito férteis relacionados ao manejo ancestral indígena da terra), sendo a viabilidade da terra, a força de trabalho e a proximidade da aldeia as principais considerações para a definição do local onde será implementada.

Os Mura da TI Curara usam a técnica de agricultura de coivara para fazer as suas roças. Esta técnica envolve o trabalho masculino e feminino. O método de abertura da roça envolve inicialmente o trabalho dos homens para fazer a broca (uma roçada inicial) e a derrubada das árvores. O material orgânico se deixa secar no solo para posteriormente ser queimado pelos homens. Pouco depois se faz a coivara, uma segunda queima onde se juntam e incineram os remanescentes da primeira queimada. Depois que o solo esfriar, homens e mulheres trabalham no plantio encima das cinzas e aguardam a chegada das primeiras chuvas para que as plantas comecem a crescer. A capina e a coleta são realizadas por homens e mulheres, embora seja mais frequente a presença feminina para estas atividades. Quando chega o momento de fabricar a farinha, os dois sexos trabalham em conjunto. A derrubada e o plantio podem ser realizados por meio de um “puxirum” ou mutirão, onde os donos da roça convidam outros homens para derrubada ou para plantar junto com as mulheres da sua família. Este trabalho coletivo envolve relações de reciprocidade, já que os donos devem oferecer alimentos para os convidados e/ou se comprometer a ajuda-los quando eles façam as suas roças.

Cada família costuma ter entre duas a três roças em diferentes estágios produtivos (uma em crescimento, outra no máximo produtivo, outra em declínio), a depender das outras atividades que desenvolvem, do local onde estão localizadas e do esforço que estão dispostos a aplicar. O trabalho na roça segue um ciclo de um ano, abrangendo a limpeza do roçado (maio e junho), plantio (agosto a setembro) e colheita (agosto e setembro do próximo ano). Sendo que o plantio de mandioca no mesmo local é realizado pelos indígenas da TI Curara no máximo durante quatro anos consecutivos, pois segundo os indígenas a terra vai ficando fraca e é preciso deixar a capoeira crescer.

As roças em áreas de capoeiras exigem a limpeza (encoivarar) e remoção (derribar) do componente arbóreo e arbustivo, que atualmente com a utilização de machados e motosserras estão sendo realizadas com grande agilidade e rapidez. Após derribar a capoeira durante o período seco, normalmente em junho, a vegetação cortada é deixada no solo para secar durante ao menos um mês. Após secar a camada de vegetação derribada, a utilização e manejo do fogo pelos indígenas da TI Curara é uma prática fundamental para a realização do plantio das manivas na terra. O conhecimento indígena do manejo do fogo, através da formação de aceiros que evitam sua expansão para além das áreas de roças, contém técnicas passadas entre as gerações que garantem o controle e manutenção da atividade realizada no período seco. Após queimar a vegetação derribada, o plantio das manivas é realizado no mês seguinte. Durante as atividades de campo do GT, realizadas em julho, foi possível observar muitas capoeiras sendo queimadas para dar lugar a novas roças (FIGURA 15).

FIGURA 15 - Roças





Figura 15 - Roças

Roçados em terra firme. É possível observar acima capoeiras recém queimadas para o plantio de manivas e a baixo capoeiras recém cortadas. Fotos: Alci Albiero Júnior, 2024.

O plantio das manivas de mandioca na roça, inicia-se normalmente no fim do período seco (agosto – setembro), no entanto, segundo os indígenas, em decorrência da intensidade e extensão das secas nos últimos anos, o plantio está sendo realizado preferencialmente no mês de setembro pela maior proximidade com o retorno das chuvas. Ainda assim, dependendo do clima e do ano, os plantios de manivas podem ser realizados apenas em outubro. O novo regime climático e o aumento das temperaturas também influenciaram a adoção de novas estratégias para lidar com o calor extremo durante os trabalhos desenvolvidos na roça, que a partir de então tem levado os Mura a iniciarem as atividades mais cedo, não se estendendo para além das 10hs durante o período da manhã.

Segundo Seu Jorge, da aldeia Curara, o plantio das manivas deve ser realizado durante a lua crescente e a colheita na lua nova. Antes do plantio, a técnica de observar o olho da maniva (gema meristemática de crescimento das folhas) e a exsudação de leite é um bom indicador da qualidade da maniva que será plantada, segundo André, da aldeia Curara. As manivas são plantadas nos solos normalmente em pares, com os olhos para

cima, trabalho realizado principalmente por mulheres, mas que também pode envolver todos os parentes em ocasiões de “puxirum”.

Seguindo os conhecimentos tradicionais dos Mura, a roça é iniciada através do plantio da “mãe da roça”, que são feixes de manivas plantadas no centro da roça. A maniva mãe irá cuidar da roça para que ela produza bons tubérculos, aos quais chamam de *batatas*, dando força e ajudando a *puxar* (nascer) as outras manivas. Nas palavras de um indígena da TI Curara “*a mãe da roça chama os filhos para crescerem. A mãe da roça espera as outras plantas para crescerem juntas*”. Antes de plantar a “mãe da roça”, o dono do roçado faz um desenho no solo, normalmente no formato de um jacaré, onde serão plantadas as manivas seguindo a sua forma. Ao redor da “mãe da roça” é que vão sendo plantadas as outras manivas. Para que o desenho da figura não se desfça, alguns indígenas fazem o plantio das manivas com certa distância da “mãe da roça”. A tradição é que o dono faça o desenho e inicie o plantio da “mãe da roça” para entrega-la a algum santo, realizando uma promessa e estabelecendo o compromisso de que irá zelar muito bem pelos plantios, limpando e cuidando para que a produção seja farta. Durante as conversas com os Mura da aldeia Curara, São Tomé era o santo mais procurado para a realização da promessa e entrega da “mãe da roça”. No entanto, na aldeia Panela do rio Uruá, conversando com jovens (25 a 30 anos) sobre o plantio de roças, a tradição de iniciar o plantio de manivas pela “mãe da roça” não se matinha mais, revelando que tal tradição nem sempre é praticada, principalmente pelos mais jovens.

Durante conversas e caminhadas pelas roças Mura na aldeia Curara também se destacou a presença do “capitão da roça”, ou seja, os pés de mandioca deixados próximos às roças, os quais representam a maniva de origem e são as fontes de sementes para futuros plantios. O “capitão da roça” não é colhido, pois garante uma fonte de sementes de mandioca para os próximos anos.

As atividades na roça envolvem muito cuidado com as plantas de mandioca e outras que estão sendo cultivadas, sendo que em alguns momentos o ataque de herbívoros, principalmente lagartas, pode exigir a remoção manual dos insetos para que não prejudiquem a produção. Seu Agnaldo, da aldeia Curara, mencionou durante nossas conversas os ataques de herbívoros à roça, em que certa vez um inseto que ele não conhecia estava predando intensamente as folhas da mandioca. Assim, por não reconhecer o inseto ele estava encontrando dificuldades em definir a melhor estratégia para removê-lo. Foi então que, através de muita pesquisa na internet, descobriu que a lagarta da mosca

branca era o inseto que estava causando tais prejuízos a sua roça, e que o melhor inseticida natural a ser utilizado seria o capim-cheiroso.

A troca de diferentes qualidades ou variedades de maniva é comum entre os parentes da própria aldeia, porém, também pode ser realizada entre aldeias e comunidades, como afirmaram os Mura das aldeias Terra Preta e Panela, os quais comentavam sobre uma ótima qualidade da macaxeira manteiguinha adquirida na aldeia Piquiá da TI Pinatuba e agora presente em suas roças. Os Mura da TI Curara diferenciam as variedades de mandioca de acordo se são macaxeira ou para fabricar farinha, destacando que as variedades descritas em parte são iguais e em parte diferentes. Por exemplo, a macaxeira manteiguinha é comum nas aldeias Curara, Terra Preta e Panela, enquanto a Folha fina, Branca e Roxa são exclusivas de Curara e a Morena é exclusiva da Terra Preta. As variedades para fabricar farinha são muito maiores e por alguns dos seus nomes é possível pensar que são produto de uma intensa experimentação realizada por algumas pessoas (TABELA 13).

TABELA 13 - Variedades de mandioca para farinha

Mandioca para farinha	Aldeia
Manduquinha	Curara
Faianca	Curara, Terra Preta
Caiá	Curara
Roxona	Curara, Panela
Averaldo	Curara
Arauari	Curara, Terra Preta do Uruá
Uruari	Curara
Curuai	Curara
Amarelinha	Curara, Terra Preta do Uruá
Manduca	Curara
Mata porco	Curara
Jurara	Curara
Arroizinha	Curara
Pirarucu	Curara, Terra Preta do Uruá
Roxinha	Curara, Panela

Tauá	Terra Preta do Uruá
Roxa	Terra Preta do Uruá
Azulada	Terra Preta do Uruá
Mucura	Terra Preta do Uruá
Marina	Terra Preta do Uruá
Branquinha	Terra Preta do Uruá
Antonhão	Panela
Pretrona	Panela
Tauazinho	Panela

Tabela 13 - Variedades de mandioca para farinha

As casas de farinha são ambientes fundamentais na manutenção dos hábitos, costumes e tradições indígenas na TI Curara, intrinsecamente relacionadas à principal atividade produtiva das comunidades - os trabalhos na roça e produção de farinha. Também representam um importante local de socialização entre os parentes, que muitas vezes acompanham e colaboram com as atividades realizadas. São locais onde a tradição ancestral indígena se mantém ao longo do tempo através do compartilhamento intergeracional dos conhecimentos e técnicas necessárias à produção de farinha que envolve muitas etapas (colher a batata/tubérculo na roça, descascar, pubar, misturar, cevar, secar e torrar) e instrumentos (cevador, tipiti, peneiras, rodo, remo e forno). Mas que também se atualizam através da implementação de equipamentos modernos como o cevador mecânico, a gasolina que faz a mistura entre a mandioca mole (bupada) e a mandioca dura, e a utilização de tipiti e peneiras de fibras sintéticas. Normalmente as casas de farinhas possuem cobertura de palhas de babaçu e distribuem-se próximas às roças e a entradas de igarapés. Cada família possui sua própria casa de farinha, onde os pais e filhos participam das atividades envolvidas na produção de farinha (FIGURA 16). Alimento diariamente presente na refeição familiar acompanhada de peixe ou carne, e também principal fonte de renda das famílias na comunidade.

Figura 16 - Casa de farinha





Fotos acima: Processo de torragem da farinha no forno e Tipiti confeccionado de fibra sintética. Fotos abaixo: Farinha pubada à esquerda e cevador para triturar a mandioca à direita. Fotos: Alci Albiero Júnior, 2024.

A farinha é o principal produto comercializado da roça, sendo que um roçado de uma quadra em capoeira pode render entre 50 a 60 sacas de farinha por ano (cada saca possui 80 litros com um valor de R\$ 3,50), considerando que a mandioca é uma cultura anual, com início do plantio na TI Curara normalmente entre agosto e setembro (início das chuvas) e colheita em agosto e setembro do ano seguinte. Nas visitas às roças durante

as atividades de campo, os indígenas comentavam que nos últimos três anos, com a queda na produção da castanha, a produção de farinha foi a garantia para o sustento das famílias, o que reforça a importância de tal atividade produtiva para o bem-estar das comunidades. Muitos também comentavam sobre a dificuldade na comercialização da farinha, pois nas suas próprias palavras: *“a produção não é um problema, a venda é mais complicada”*.

É importante destacar a existência de uma ciência indígena mura que seleciona através da experimentação diferentes qualidades de maniva que satisfaçam a preferência dos indígenas como também dos compradores durante a comercialização, os quais procuram por farinhas de colocação mais branca. Assim, a seleção e hibridização de tipos de manivas que produzam grandes volumes de batata e farinhas mais brancas são preferidas na produção do roçado para a comercialização e troca entre parentes, mantendo-se constantemente manejadas e replantadas durante as atividades envolvendo a roça.

A comercialização da farinha para além da TI Curara, tem com destino principal o município de Manicoré. A circulação da farinha entre parentes dentro da própria comunidade é amplamente realizada quando alguma família não está trabalhando na roça ou quando se trata de pessoas mais idosas. Nesses casos, a comercialização pode ser realizada tanto pela venda, como pela troca de mercadorias entre as pessoas, por exemplo trocando-se peixes por farinha.

Além da mandioca que produz a farinha, os Muras da TI Curara também plantam nas suas roças: macaxeira (capoeiras), cará (capoeiras), abacaxi (capoeiras), cana (capoeiras), banana (capoeiras), jerimum (terra preta), maxixe (terra preta), pepino (terra preta), milho (terra preta), feijão (terra preta), mamão (terra preta), cacau (terra preta), melancia (terra preta), tangerina (terra preta). A maioria desses produtos são pouco ou não comercializados, com a exceção da melancia que possui um grande mercado comprador na região e exportador para o estado. A rede de distribuição da melancia nas comunidades da TI Curara é semelhante à da farinha.

No geral, as roças ficam próximas das aldeias e comunidades, como pode se observar claramente nos fotogramas apresentados na Parte 2 deste RCID, mas para identificar com clareza a extensão de todas as áreas de roças e capoeiras seria necessário realizar estudos mais aprofundados já que em muitos casos os Mura plantam em lugares localizados em afluentes do Maturá, do Urua e do Curara, a certa distância da aldeia, os quais acessam de rabeta e por caminhos. Mesmo assim, foi possível identificar alguns desses locais onde existem roças produtivas na atualidade.

- ***Aldeia Curara:***

Rio Matauará margem esquerda a jusante: Pilão, Curarinha (roça em terra preta), São José, Igarapé Sucuriju, São Jorge.

Rio Matauará margem direita a jusante: Morcego, Igarapé do Tamanduá, Boa Esperança, Cujubim, Ponta Pirara (roça estabelecida em terra preta), Ponta da Cobra Grande, Santa Cruz.

Igarapé Curara: Igarapé do Gavião, Igarapé do Colher, Igarapé do Furo Grande.

- ***Aldeia Vista Alegre***

Rio Matauará margem direita a jusante: Terra Preta da Vista Alegre.

- ***Aldeia Mirari:***

Rio Matauará margem esquerda a jusante: Mirari, Terra Preta (roça estabelecida em terra preta).

- ***Aldeia Terra Preta do Uruá:***

Rio Uruá margem esquerda a jusante: Igarapé do Campo, Tamacoré.

- ***Aldeia Bom Destino:***

Rio Matauará margem esquerda a jusante: Bom Destino, Ponta do Moreira (roça estabelecida em capoeiras antigas).

- ***Aldeia Panela***

Rio Uruá margem direita a jusante: Panela

- ***Comunidade Maiaema***

Rio Matauará margem esquerda a jusante: Igarapé do Maiaema.

3.1.1.2 Quintais

Os quintais são áreas adjacentes às casas das aldeias, onde se cultivam plantas ornamentais, plantas medicinais como capim santo, temperos como a pimenta e a cebolinha, palmeiras e árvores frutíferas como tucumã, ingá, abacate, jaca, cupuaçu, manga, bacaba, urucum, cacau e coqueiros. A presença de espécies exóticas e nativas configuram as paisagens dos quintais, que representam espaços de convívio da família e dos parentes ao fornecerem ambientes de sombra e conforto para conversas ao longo do dia.

Todas as casas das comunidades possuem seus quintais, regularmente limpos pelas mulheres através da remoção de folhas e podas das árvores. São importantes locais de trocas e compartilhamento de plantas entre as famílias, que na falta de alguma planta medicinal ou tempero em seu quintal recorrem aos quintais dos vizinhos.

O tamanho dos quintais pode variar entre as casas, mas normalmente ocupam pequenas áreas ao lado ou ao fundo das moradias. Os maiores podem abrigar alguns animais como galinhas e picotes (termo utilizado pelos indígenas para porcos pequenos), abatidos para a alimentação da família.

3.1.1.3 Sítios

Os sítios também são áreas adjacentes às casas, mas que possuem grandes extensões. Por exemplo, o sítio de Pereira na comunidade Terra Preta do Uruá conta com 1500 pés de tucumã, criação de galinha, porcos e 4 vacas. São áreas onde os indígenas realizam principalmente o cultivo de palmeiras (tucumã e açai) e criação de animais. Diferente dos quintais onde os recursos ambientais são utilizados pela própria família e distribuídos entre parentes, os sítios representam locais de cultivos agrícolas comercializados externamente à comunidade.

Normalmente são espaços mais ocupados pelos homens das comunidades que realizam as atividades de limpeza através de roçadeiras mecânicas, manutenção e coleta da produção. Os homens falam com muito entusiasmo do ambiente e da alta produtividade dos seus sítios. O conjunto de roças, sítios e quintais mostram uma forma de produção de diversos produtos (TABELA 14) derivados do trabalho de plantio e cuidado das plantas.

TABELA 14 – Principais produtos das roças, quintais e sítios

Nome comum	Nome científico	Família
Mandioca	<i>Manihot esculenta</i>	Euphorbiaceae
Macaxeira	<i>Manihot esculenta</i>	Euphorbiaceae
Cará	<i>Dioscorea spp.</i>	Dioscoreaceae
Abacaxi	<i>Ananas comosus</i>	Bromeliaceae
Cana-de-açúcar	<i>Saccharum officinarum</i>	Poaceae
Banana	<i>Musa spp.</i>	Musaceae
Jerimum (Abóbora)	<i>Cucurbita moschata</i>	Cucurbitaceae
Maxixe	<i>Cucumis anguria</i>	Cucurbitaceae
Pepino	<i>Cucumis sativus</i>	Cucurbitaceae
Milho	<i>Zea mays</i>	Poaceae
Feijão	<i>Phaseolus vulgaris</i>	Fabaceae
Mamão	<i>Carica papaya</i>	Caricaceae
Cacau	<i>Theobroma cacao</i>	Malvaceae
Melancia	<i>Citrullus lanatus</i>	Cucurbitaceae
Tangerina	<i>Citrus reticulata</i>	Rutaceae
Tucumã	<i>Astrocaryum aculeatum</i>	Arecaceae
Ingá	<i>Inga spp.</i>	Fabaceae
Abacate	<i>Persea americana</i>	Lauraceae
Jaca	<i>Artocarpus heterophyllus</i>	Moraceae
Cupuaçu	<i>Theobroma grandiflorum</i>	Malvaceae
Manga	<i>Mangifera indica</i>	Anacardiaceae
Bacaba	<i>Oenocarpus bacaba</i>	Arecaceae
Urucum	<i>Bixa orellana</i>	Bixaceae
Açaí	<i>Euterpe oleracea</i>	Arecaceae

Tabela 14 - Principais produtos das roças, quintais e sítios

3.1.2 Pesca

Pelo menos desde o século XIX, os Mura são famosos por serem grandes pescadores. Por exemplo, o padre Tastevin (2008 [1923]: 61) chegou a afirmar que “o Mura é, antes de tudo, um pescador inigualável, talvez sem paralelo no mundo” para mostrar sua admiração pelas grandes habilidades dos Mura para capturar peixes, ideia que vai ser recorrente em vários registros históricos. Chama a atenção que dentre os estereótipos maioritariamente negativos atribuídos aos Mura, uma das suas poucas qualidades, para os olhares europeus, eram seus grandes conhecimentos náuticos, cujo complemento era a habilidade pesqueira.

A pesca, sem dúvida, é a principal atividade produtiva dos Mura para adquirir proteína, mas está para além já que é também uma atividade considerada muito prazerosa

e agradável. Desde muito pequenas, ao redor dos 5 anos, as crianças iniciam seu aprendizado das técnicas de pesca e é comum vê-las lançando o anzol na beira do rio como se fizesse parte das suas brincadeiras (FIGURA 17). Por tudo isso, a pesca é uma atividade praticada por todos da comunidade: homens, mulheres, crianças, jovens e idosos. Porém, quando a pesca é realizada à noite ou através de deslocamentos mais distantes pelo território, em casos de escassez ou da necessidade de maiores quantidades de peixes durante festas e celebrações, os homens se reúnem em grupos e partem em direção a montante dos rios com suas canoas ou casquetas movidas a motor de popa para fazer uma pescaria coletiva (FIGURA 18). Em termos gerais, a pesca se considera como uma atividade pouco perigosa desde que se cumpram certas restrições como evitar as relações sexuais com uma mulher menstruada ou, no caso das mulheres, não tomar banho no rio durante a menstruação. O cumprimento destas regras evita que os seres aquáticos, em especial os botos, se aproximem das pessoas e tentem raptar as suas almas para levá-las ao mundo subaquático, como se explicara na Parte 5 deste RCID.

Figura 17 - Tucunaré capturado por criança



Foto de Alci Albiero Júnior, 2024.

Figura 18 - Peixes conseguidos numa pescaria coletiva



Foto Luis Cayón, 2024

A pesca pode ser realizada tanto durante o dia como durante a noite, porém, a preferência é para noites mais escuras, assim, a lua cheia não seria um bom momento para a pesca, pois os pescadores são mais facilmente percebidos pelos peixes. Em boa medida, as espécies de peixes capturadas (TABELA 15) dependem das estações, pois são poucas as que se pescam no verão e no inverno. As variações no volume dos rios ao longo do ano exercem influência direta nos hábitos, técnicas e locais visitados durante as atividades pesqueiras na TI Curara. No inverno, período das águas grandes e consequente aumento significativo na dispersão dos peixes devido a maior extensão dos ambientes aquáticos, os menores cursos da água são priorizados, e visitas a igapós, lagos e igarapés pelos pescadores são mais frequentes. Enquanto que no verão, período seco e de maior

abundancia e concentração de peixes em menores áreas, pesca-se tanto nos maiores como nos menores corpos hídricos.

TABELA 15 - Lista de espécies de peixes

Nome	Família ou espécies	Período(s) mais favorável(eis) de pesca	Local
Aracu rabo de brasa	Anostomidae	Verão	Rios e igarapés
Aracu	Anostomidae	Verão	Rios e igarapés
Bagres	Pimelodidae	Verão	Igarapés
Caparari	<i>Pseudoplatystoma tigrinum</i>	Verão	Igarapés, rios e poços
Caramuru	Muraenidae	Verão	Rios e igarapés
Charuto	Hemiodontidae	Inverno e verão	Rios e igarapés
Curimatã	<i>Prochilodus nigricans</i>	Verão	Lagos
Jacundá	Cichlidae	Verão	Rios e igarapés
Jaraqui	<i>Semaprochilodus</i> sp.	Verão inverno	Igarapés
Jatuarana	<i>Brycon melanopterus</i>	Inverno e Verão	Rios, igarapés e poços
Liro		Verão	Rios, igarapés e poços
Mapará	<i>Hypophthalmus</i> sp.	Verão	Lagos
Matrinxã	<i>Brycon cephalus</i>	Verão e Inverno	Rios, igarapé e poços
Pacu	Serrasalminidae	Verão e Inverno	Igarapés e poços
Piracatinga	<i>Calophysus macropterus</i>	Verão	Rios e lagos
Piranha	Characidae	Verão e Inverno	Igarapés e rios
Piranha matura	Characidae	Verão e Inverno	Igarapés e rios
Piranha preta	Characidae	Verão e Inverno	Igarapés e rios
Surubim	<i>Pseudoplatystoma fasciatum</i>	Verão e Inverno	Igarapés e rios
Tartaruga	Podocnemididae	Verão	Poços
Traíra	Erythrinidae	Verão e Inverno	Igarapés
Traíra Jacundá	Erythrinidae	Verão	Igarapés e rios
Tucunaré	<i>Cichla</i> sp.	Verão	Igarapés e rios
Tucunaré açu	<i>Cichla</i> sp.	Verão	Igarapés e rios
Tucunaré paca	<i>Cichla</i> sp.	Verão	Igarapés e rios
Tucunaré preto	<i>Cichla</i> sp.	Verão	Igarapés e rios

Tabela 15 - Lista de espécies de peixes

A pesca e toda a tecnologia mura envolvida em sua atividade devem ser destacadas como fundamentais para a garantia da autonomia indígena no uso e manutenção de seu território, intimamente relacionados ao amplo conhecimento dos animais, paisagens, caminhos fluviais e variações climáticas e ambientais ao longo do ano. João, da aldeia

Curara, mencionou que o pescador deve conhecer o modelo do peixe, o modelo da tartaruga, para que possa escolher os melhores instrumentos e locais para realizar a pesca com maiores chances de sucesso. Conhecer o modelo do peixe é reconhecer seus hábitos, sua forma corporal e seus padrões de reprodução, desova e deslocamento entre os ambientes aquáticos. Aprendizado adquirido através da experiência durante as atividades de pesca, iniciadas desde a infância.

Levando em conta todos os conhecimentos tradicionais necessários relacionados com a época, os locais e as espécies, os Mura possuem diversas técnicas de pesca. São elas:

- *Linha:*

É realizada através de uma linha sintética grossa enrolada em um carretel, amarrado um anzol na ponta, onde se prende a isca (FIGURA 19). Tal técnica envolve muita sensibilidade do pescador ao perceber os sinais entre seus dedos, a linha, a água e o peixe que será capturado. A pesca com linha normalmente é realizada durante os deslocamentos pelos rios e igarapés, onde se solta uma grande quantidade de linha na água e através dos movimentos das iscas (naturais e artificiais) os peixes são atraídos. A pesca com a linha na mão também é realizada nas margens dos rios, igarapés, lagos e igapós, onde o pescador lança a linha na água até a distância desejada.

Figura 19 - Peixes capturados com linha



Fotos de Alci Albiero Júnior, 2024

- *Arco e flecha:*

O arco é construído principalmente com madeira de ipê (*Tabebuia* sp.) e é utilizado na pesca de tucunaré, traíra, surubim, pacu, piranha, jacundá, aracu, entre outros peixes de escama, normalmente no período de verão, quando as águas estão mais baixas, favorecendo a visualização do animal pelo pescador (FIGURA 20). Pesca realizada tanto durante o dia como durante a noite com lanterna. A pesca com arco e flecha, além de envolver o conhecimento técnico do instrumento para que a prática seja realizada com sucesso, também envolve um conhecimento muito refinado do comportamento da água e dos movimentos dos peixes. Os Mura reconhecem dois movimentos: *candurando* e *aiuando*. O primeiro representa o movimento da água realizado pelo peixe ao se deslocar, revelando para o pescador o local exato onde ele deverá soltar a flecha na água para fisgar o peixe. O segundo acontece quando a água está coberta por uma camada de matéria orgânica em decomposição e o peixe busca respirar para fora dessa água, ou quando a água está muito fria formando-se um vapor na superfície que atrai o peixe. Conhecer o movimento da água quando está *aiuando* é importante para a pesca de arco e flecha, pois, segundo os Mura, o peixe nunca olha para o sol nessas condições, assim, ao saberem a posição do peixe na água, o pescador é capaz de flechar com maior precisão.

Figura 20 - Pesca com arco e flecha



Foto Luis Cayón, 2024

- *Zagaia* (arpão):

A zagaia é lançada com a mão em direção dos peixes, em especial jaraqui, traíra, aracu, tucunaré, surubim, piranha, jacundá, entre outros peixes de escama (FIGURA 21). Esta técnica é realizada preferencialmente na seca, tanto durante o dia como à noite utilizando-se de uma lanterna. A madeira da envira surucucu é muito procurada pelos indígenas para a confecção do cabo da zagaia. A porção onde são fixados os pregos que irão perfurar o animal é denominada “virote”, que é presa na zagaia através da goma.

Figura 21 – Zagaia - Fotos Alci Albiero Júnior, 2024



- *Canião (vara):*

Vara de pescar confeccionada com diferentes espécies de madeiras, em que na ponta é amarrada uma linha que se estende para além do comprimento do canião e se fixa o anzol. A pesca com canião é amplamente praticada por homens, mulheres, crianças, jovens e idosos, e pode capturar uma grande diversidade de peixes tanto de escama como de couro, dependendo do comprimento da linha e do período do dia (FIGURA 22). Peixes de couro são capturados normalmente em maiores profundidades e no período noturno. Pesca realizada tanto na beira dos rios, igarapés e lagos como em cascos e canoas, durante o inverno e verão.

Figura 22 - Vara



Foto Luis Cayón, 2024.

- *Malhadeira:*

Rede confeccionada de fibras sintéticas e adquiridas nos centros urbanos, que são fixadas dentro de igarapés, lagos e rios e capturam os peixes que estão circulando. Segundo os Mura, a pesca de malhadeira é a forma mais rápida de capturar os peixes, porém, se o pescador não tiver consciência, poderá súper-explorar o recurso para além do que realmente precisa. Algo que vem ocorrendo com as espécies de peixes jatuarana, jaraqui, charuto e pirapitinga

que desovam na boca do rio Matauará, segundo relatos. Por favorecer a captura de um maior volume de peixes, a malhadeira é uma técnica bastante utilizada durante o período das cheias na pesca de tucunaré, acará, traíra, piranha, entre outras espécies.

- *Espinhel:*

O espinhel é uma técnica de pesca utilizada pelos Mura através da amarração de uma linha entre dois pontos do rio ou igarapé, onde se prendem perpendicularmente outras linhas com anzol na ponta que tocam a água. Normalmente, o anzol preso na linha do espinhel permanece mais próximo da linha d'água, o que favorece a captura de peixes que se movimentam mais na superfície. O espinhel é uma técnica bastante utilizada durante as águas grandes (inverno) na captura de jatuarana, pacu, entre outras espécies de peixes.

- *Curumim:*

Técnica de pesca que envolve uma engenhoca (FIGURA 23) ou amarrar em um galho forte que esteja na margem do rio, lago ou igarapé uma linha longa e grossa com anzol na ponta. Na pesca de curumim o tamanho da linha utilizada irá determinar a espécie de peixe capturada, mas normalmente, segundo as conversas que realizei sobre a pesca durante as atividades de campo, um metro de linha para dentro d'água era o mais comum. Pintado, surubim, bagre e lito foram algumas espécies citadas em pescas com curumim, praticada tanto no inverno como no verão.

Figura 23 - Curumim



Foto Luis Cayón, 2024.

Também existem técnicas ancestrais mura de captura e armazenamento de peixes e tartarugas conhecidas como “currais de pesca” (FIGURA 24) que ainda se mantêm presentes próximas às margens dos lagos, igarapé e na memória dos mais idosos. Os currais de pesca são cercados construídos até uns 50 anos atrás, porém, se afirma que a maioria foram fabricados pelos antigos mura desde antes que chegaram os portugueses porque os pedaços de madeira não evidenciam marcas de cortes de machado ou facão. Os currais são construídos com galhos de madeira de espécies do igapó como caramuriana, itaubarana e piripteira para que não apodreçam. Os currais têm aproximadamente 200 cm de circunferência e durante o período da cheia se tornam armadilhas na captura de peixes

e tartarugas. Os animais presos nos currais de pesca podiam ser facilmente capturados pelos indígenas durante o período da seca, servindo como reservas de recursos alimentares. Embora tal técnica atualmente tenha caído em desuso, ela configura para os pescadores mura atuais uma importante relação com seus parentes do passado e sua íntima relação com a pesca. A captura e preferência de consumo de tartarugas, outra qualidade destacada nos relatos históricos sobre os Mura, é percebida também como uma forma de pesca (FIGURA 25), pelo qual é possível assumir que este povo inclui as tartarugas dentro da sua classificação dos seres aquáticos.

Figura 24 - Curral de pesca



Foto de Alci Albiero Júnior, 2024

Figura 25 - Tartaruga



Foto Luis Cayón, 2024

A pesca do pirarucu não é realizada atualmente pelos Mura da TI Curara, porém, menções sobre os períodos dos avós onde a pesca era farta, principalmente nas regiões dos lagos, foram muito comentadas durante meus trabalhos de campo. Embora a presença do peixe ainda seja relatada nos lagos próximos à boca do rio Matauará, a falta do conhecimento técnico para a pesca do Pirarucu foram as principais justificativas para a não retomada da atividade. Como afirma Zaqueu, da aldeia Ponta Natal, “*é raro alguém pescar pirarucu hoje em dia. Tem que ter uma técnica especial para pegar pirarucu, mas aqui não tem ninguém que sabe. Acho que perdemos essa técnica por falta de interesse [dos mais novos]*”, embora também foi relatado pelos mais velhos que a pesca predatória praticada por agentes externos ao Maturá diminuiu a quantidade de peixes desta espécie no rio.

O sucesso da pesca também depende das embarcações e das iscas. Com relação a construção dos cascos/canoas (tronco inteiro) e casquetas (tábuas de madeira) pelos Mura da TI Curara, pode se observar durante os trabalhos de campo e as conversas que tais práticas e técnicas se mantem ao longo dos anos e são compartilhadas entre as gerações. No entanto, não são todos os homens que dominam o conhecimento técnico para a construção de cascos e casquetas, sendo que em cada aldeia existe ao menos um especialista que é regularmente procurado. As espécies de árvores mais procurados para a construção das canoas e casquetas são a itaúba e os louros, enquanto que para os cascos a preferência é para espécies de copaíba, andiroba e jutaí que atualmente, pelo histórico de intensa exploração, são encontradas apenas em florestas de terra firme maduras distantes das comunidades. De outra parte, as principais iscas utilizadas para as práticas de pesca mencionadas pelos Mura da TI Curara foram: beiju caba (isca feita da casa de caba), gafanhoto, carne, aranha, grilos, broca do caroço do najá, tucumã, babaçu e iscas artificiais no formato de pequenos peixes. Durante a expedição de três dias de visita às cabeceiras do Maturá as atividades de pesca foram realizadas principalmente com iscas artificiais, segurando a linha nas mãos.

Cada família mura possui alguns pontos exclusivos de pesca que foram herdados dos seus pais e avôs, considerando-se como donos de tais lugares. Se alguma pessoa da aldeia deseja pescar nalgum desses locais deve pedir autorização ao dono e partilhar com a família deste alguns dos peixes capturados para evitar atritos e conflitos. A propriedade familiar de locais de pesca parece análoga à dos castanhais. Também cada aldeia e comunidade possui suas áreas preferenciais de pesca. A grande maioria dos locais de pesca ao longo do Maturá e os seus afluentes podem ser usados por todos os Mura. A partir do etnomapeamento e conversas com os indígenas durante as atividades de campo, os locais mais visitados para a prática de pesca e próximos as aldeias e comunidades são:

- ***Aldeia Curara:***

Rio Matauará margem esquerda a jusante: Lago do Brebe, Igarapé Sucuriju, Lava Saco, Lago do Niterói.

Rio Matauará margem direita a jusante: Igarapé do Tamanduá, Cujubim, Castanhalzinho, Igarapé do Barraco, Terra Nova, Ponta da Cobra Grande, Castanhal de Santa Isabel.

Igarapé Curara: Igarapé do Gavião, Igarapé do Furo Grande, Barreiro da Pimenta, Igarapé do Cujubim, Igarapé do Água Azul, Igarapé do Colher, Igarapé Grande, Igarapé da Ribanceira de Ouro, Pau do Dinheiro.

- ***Aldeia Terra Preta do Uruá:***

Rio Uruá margem esquerda a jusante: Igarapé do Campo, Igarapé do Farol, Igarapé do Piquiá.

- ***Aldeia Vista Alegre:***

Rio Matauará margem esquerda a jusante: Igarapé do Lagunho, Lago do Brebe, Igarapé do Pilão, Igarapé do Jaraqui.

Rio Matauará margem direita a jusante: Palha Branca.

- ***Aldeia Mirari:***

Rio Matauará margem esquerda a jusante: Lago do Brebe, Igarapé das Pedras, Igarapé do Pião, Igarapé do Jaraqui.

- ***Comunidade Arauá:***

Rio Matauará margem esquerda a jusante: Igarapé do Peixe Boi.

- ***Comunidade Paranapara:***

Rio Matauará margem direita a jusante: Bacabal, Paranapara.

- ***Aldeia Panela:***

Rio Uruá margem esquerda a jusante: Igarapé Chumbinho, Igarapé Água Suja, Igarapé do Empinado, Igarapé do Jacaretinga, Igarapé do Onça, Igarapé Jatuarana.

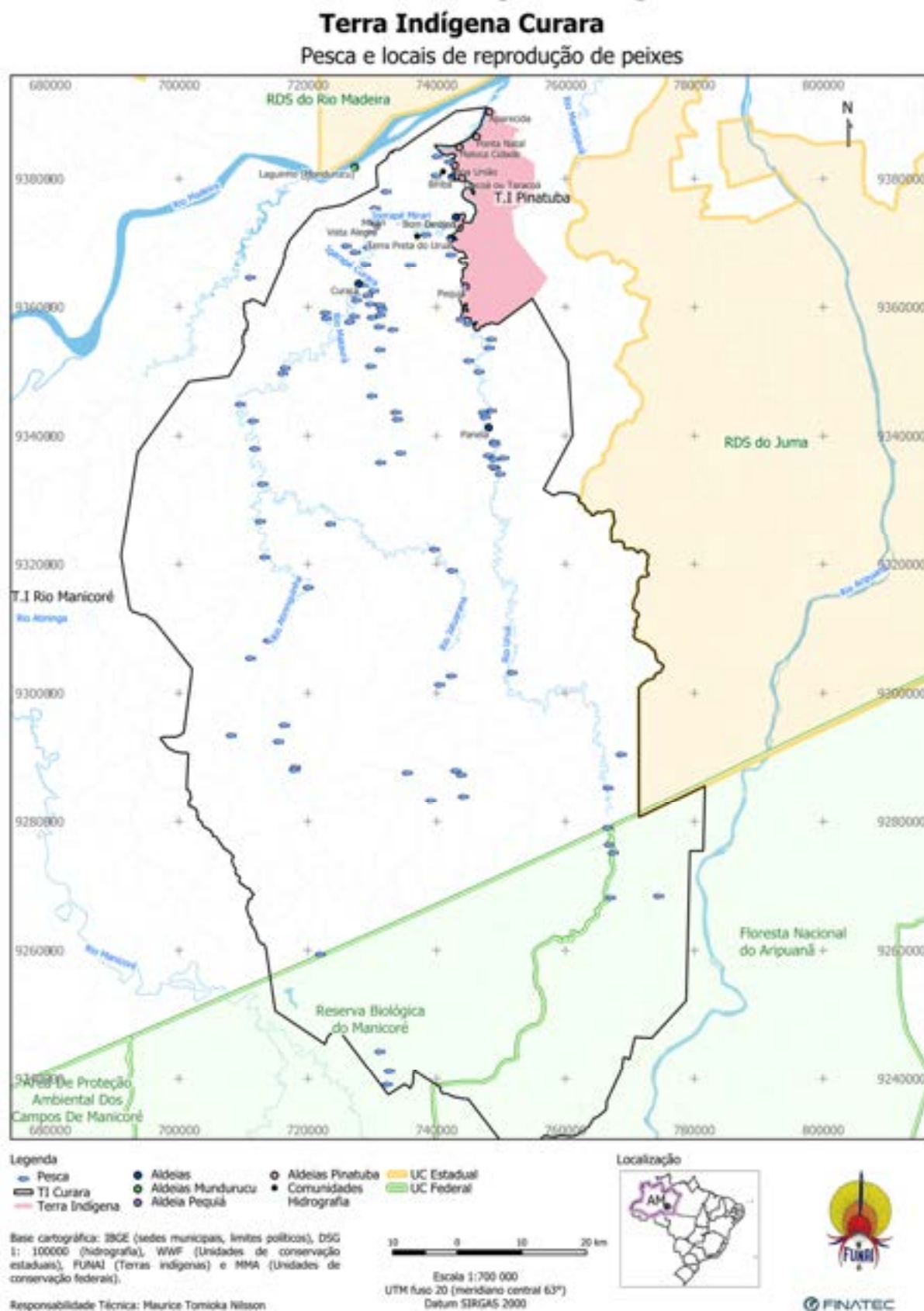
Rio Uruá margem direita a jusante: Igarapé Três Bocas, Terra Preta do Tatu, Igarapé São Sebastião.

- ***Comunidade Maiaema:***

Rio Matauará lado esquerdo a jusante: Igarapé do Maiaema

Durante as atividades de etnomapeamento realizadas nas aldeias Curara e Terra Preta do Uruá foi percebido que os locais de pesca dos Mura se estendiam por todo o território, desde as áreas mais próximas das aldeias até as mais distantes em direção as cabeceiras (MAPA 14). Ainda assim, os ambientes lacustres mais próximos as cabeceiras dos rios Atininguinha (os Mura denominam deste modo o rio Maturá à montante das cachoeiras mas na cartografia oficial consta como Maturá), Uruá e Mutuca, como também os lagos mais próximos da boca do rio Matauará, foram descritos pelos indígenas como reservatórios de peixes principalmente durante o período das cheias, ambientes imprescindíveis para a garantia dos recursos pesqueiros durante os períodos do ano no qual a oferta é reduzida em decorrência da maior distribuição dos peixes pelos ambientes aquáticos. Além disso, as cabeceiras também representam áreas imprescindíveis para a reprodução dos peixes que se alimentam da rica vegetação que se forma nas margens, e após reproduzirem recomeçam o trajeto de descida até a boca dos rios para desovarem entre os meses de dezembro, janeiro e fevereiro, caso da jatuarana, jaraqui, charuto, pirapitinga, pacu, aracu, tucunaré e traíra. As regiões do lago do Cujubim próximo à aldeia Curara, as áreas de pedrais próximas às cachoeiras do rio Matauará, a região do Bom Futuro também no rio Matauará, o lago da Nova Vida no rio Uruá, o Igarapé da Reserva próximo aos Campos da Natureza do rio Matauará também foram destacados pelos Mura da TI Curara como áreas fundamentais para a pesca.

MAPA 14 - Pesca e locais de reprodução de peixes



Mapa 14 - Pesca e locais de reprodução de peixes

3.1.3 Caça

As atividades de caça, além de fornecerem recursos alimentares imprescindíveis para a manutenção dos hábitos, costumes e tradições Mura na TI Curara, são importantes pois orientam os indivíduos em suas relações com o mundo que os cerca, em especial com a mata e os seres que a habitam. Nesse sentido, a caça pode ser mais perigosa do que a pesca porque além dos animais perigosos como cobras venenosas e onças que podem se cruzar o caminho com o caçador, a curupira, dono dos animais, pode confundir e fazer com que o caçador fique perdido por dias na mata. A caça é uma atividade exclusiva dos homens.

As atividades relacionadas à caça envolvem toda uma ciência indígena no conhecimento e percepção dos hábitos dos animais nos diferentes ambientes, das melhores técnicas e estratégias de captura, além de um envolvimento íntimo com as paisagens e sazonalidades ambientais. Os Mura da TI Curara caçam uma grande variedade de mamíferos terrestres, macacos e aves (TABELA 16) com espingarda e as vezes com ajuda de cachorros que ajudam a rastrear as presas, principalmente na terra firme, igapós, lagos e chavascais. Dentre os animais não consumidos pelos Mura da TI Curara podemos destacar: onça, gato maracajá, ariranha, lontra, tamanduá, preguiça, mucura, cachorro do mato e jacaré. Segundo os Mura, o jacaré não é consumido pois é um animal de força capaz de matar as perigosas serpentes.

TABELA 16 - Lista de espécies de animais de caça

Animal	Família, gênero ou espécie	Local	Período(s) mais favorável(eis) de pesca
Mamíferos			
Macaco cuxiú	<i>Chiropotes</i> sp.	Terra firme e igapó	Janeiro, fevereiro, março, abril, maio.
Macaco cupiú	<i>Chiropotes</i> sp.	Terra firme e igapó	Janeiro, fevereiro, março, abril, maio.
Macaco prego	<i>Sapajus apella</i>	Terra firme e igapó	Janeiro, fevereiro, março, abril, maio.
Macaco coatá	<i>Ateles</i> sp.	Terra firme e igapó	Janeiro, fevereiro, março, abril, maio.
Paca	<i>Cuniculus paca</i>	Terra firme e igapó	Maio, junho e julho
Cutia	<i>Dasyprocta</i> sp.	Terra firme e igapó	Inverno e verão
Anta	<i>Tapirus terrestris</i>	Terra firme, igapó, lago e chavascal	Agosto e setembro
Tatu bola	<i>Tolypeutes</i> sp.	Terra firme	Fevereiro e março
Tatu canastra	<i>Priodontes maximus</i>	Terra firme	Fevereiro e março

Tatu quinze quilos	<i>Dacypus sp.</i>	Terra firme	Fevereiro e março
Veado roxo	<i>Mazama sp.</i>	Terra firme e igapó	Janeiro, fevereiro e março
Veado branco	<i>Mazama sp.</i>	Terra firme e igapó	Janeiro, fevereiro e março
Veado vermelho	<i>Mazama sp.</i>	Terra firme e igapó	Janeiro, fevereiro e março
Queixada	<i>Tayassu pecari</i>	Terra firme e igapó	Inverno e verão
Catitu	<i>Pecari tajacu</i>	Terra firme e igapó	Junho, julho e agosto
Aves			
Tona	<i>Tinamus tao</i>	Terra Firme e igapó	Inverno e verão
Mutum	<i>Crax sp.</i>	Terra Firme e igapó	Inverno e verão
Jacu	<i>Penelope jacquacu</i>	Terra Firme e igapó	Inverno e verão
Urumutum	<i>Nothocrax urumutum</i>	Terra Firme e igapó	Inverno e verão
Jacamim	<i>Psophia sp.</i>	Terra Firme e igapó	Inverno e verão
Nambu galinha	<i>Tinamus guttatus</i>	Terra Firme e igapó	Inverno e verão
Nambuzinho	Tinamidae	Terra Firme e igapó	Inverno e verão
Nambu relógio	Tinamidae	Terra Firme e igapó	Inverno e verão
Nambu preta	Tinamidae	Terra Firme e igapó	Inverno e verão
Tucano	<i>Ramphastos toco</i>	Terra Firme e igapó	Inverno e verão
Arara vermelha	<i>Ara chloropterus</i>	Terra Firme e igapó	Inverno e verão
Arara amarela	<i>Ara ararauna</i>	Terra Firme e igapó	Inverno e verão
Papagaio	Psittacidae	Terra Firme e igapó	Inverno e verão

Tabela 16 - Lista de espécies de animais de caça

A caça ativa noturna realizada durante navegações pelos rios e igarapés através de canoas e casquetas movidas a motor de popa (rabeta), utilizando espingardas e lanternas, foi a principal técnica de caça mura que foi observada durante a expedição para as cabeceiras. Através dessa prática, o caçador permanece por longos períodos sentados da proa da canoa, mirando sua lanterna para a margem dos rios, e assim que avista um animal, dispara sua arma de fogo. O principal animal abatido através dessa estratégia de caça durante a expedição às cabeceiras foram as pacas, porém, antas e veados também podem ser capturados (FIGURA 26). Os Mura dão preferência para as expedições de caça na lua nova, já que como afirma João, da aldeia Curara, as “luas escuras são melhores para caçar, fica mais difícil o animal enxergar o caçador”.

Segundo Seu Justino, da aldeia Curara, antigamente o caçador se orientava mais pelo barulho da caça, mas hoje, com a utilização de motores de propulsão (rabetas) e lanternas, a visão do caçador está sendo mais exigida na prática da caça. Além dos sentidos da audição e a vista para localizar as presas, é importante prestar atenção aprimorada a outros sinais do entorno. A relação entre a caça e as estrelas foi mencionada

Seu Jorge, da aldeia Curara, que destacou a importância da ciência da noite para uma boa caçada e explicou que seguir o caminho da constelação do Cruzeiro apontado para as cabeceiras e o divisor do rio em dois, era um bom indicador da posição da caça. De acordo com ele “*a direção da estrela me diz se o animal está próximo ou não*”. Esse tipo de relato revela a refinada percepção do ambiente pelos Mura mais velhos da TI Curara, construída através de relações com o céu e a terra. Ao contarem suas histórias para os mais jovens, acabam revivendo um passado que se faz presente em suas memórias compartilhadas com o grupo. E embora o hábito e conhecimento da ciência na noite através da relação entre o Cruzeiro e o animal não seja uma prática de caça comum atualmente, ela está aberta a novas relações estabelecidas entre os caçadores, a caça e o ambiente.

Figura 26 - Carne de caça



Carne de paca. Foto: Alci Albiero Júnior, 2024



Carne de anta. Foto: Luis Cayón, 2024

O vento também exerce um papel muito importante nas atividades de caça, pois pode indicar para o animal que o caçador está próximo. Isto é particularmente importante para a técnica de caça de espera por meio da construção de *moitau*, uma estrutura elevada (de no mínimo 1,80 metros de altura) com troncos de árvores, onde o caçador amarra uma rede no topo e pode permanecer por dias à espera de anta, paca, veado e porco do mato (FIGURA 27). Assim, o *moitau* deve ser construído sempre contra o vento, para que o animal não perceba através de seu faro aguçado a presença do caçador. O *moitau* é construído em áreas de chavascal, igapós e castanhais próximos a locais chamados de “barreiros”. Estes são ambientes com intensa circulação de animais e identificados através de pegadas, marcas nas árvores e outros vestígios reconhecidos pelos indígenas. Em busca de atrair os animais, porções de sal são misturadas na terra ou em recipientes nas áreas de barreiro, assim, o caçador que permanece em silêncio no *moitau* poderá ter maiores vantagem para abater a caça. Os barreiros de caça normalmente possuem dono, ou seja, cada caçador possui seu próprio barreiro onde permanecerá por até dois anos exercendo as atividades de caça no mesmo local. Porém, alguns barreiros podem ser compartilhados entre os parentes, e nesses casos, colaboram com a manutenção da seva e da estrutura do *moitau*.

Figura 27 - Moitau





Fotos: Alci Albiero Júnior, 2024

A prática de caça com cachorros (principalmente raças conhecidas como “cachorros americanos”) também é muito presente entre os Mura da TI Curara em áreas de capoeirões, florestas maduras e igapós. Os cachorros são soltos nas paisagens de terra firme e ao farejarem porcos do mato, veado, cutia e anta acabam encerrando os animais em troncos de árvores caídas ou os conduzindo até as margens dos rios e igarapés, que podem muitas vezes cair dentro d’água, garantindo ao caçador, normalmente em sua canoa, casco ou casqueta, posição privilegiada para disparar a arma de fogo e abater o animal. Os cachorros americanos reconhecidos por serem bons farejadores e destemidos na caça são muito valorizados pelos Mura da TI Curara, estabelecendo importante relação de confiança entre o cachorro e o caçador.

Durante as conversas sobre a caça, o tempo de permanência do caçador na mata era destacado com algo a ser respeitado, pois a “mãe da mata”, a Curupira, poderia não ficar satisfeita com caçadores que continuam exercendo a atividade predatória por longos períodos e de forma consecutiva. O desgosto da “mãe da mata” pode fazer com que o caçador se perca no mato e nunca regresse a casa. Por esse motivo, deve-se pedir licença à Curupira para poder caçar em segurança, não matar animais em excesso e ficar no máximo entre três e sete dias consecutivos caçando na mata. Para se proteger dos perigos do mato, como cobras venenosas, animais peçonhentos e onças, os caçadores carregam uma bolsa elaborada de leite de seringa, que eles mesmos fabricam, chamada de “patrona”

(FIGURA 28) e que atua tanto como talismã como também serve para carregar remédios contras as mordidas de bichos peçonhentos, levar os cartuchos e apitos para atrair pássaros, macacos e roedores, assim como outros apetrechos necessários para a caça. Na patrona, os homens carregam pedaços de animais como unhas e presas de queixada, jacaré ou onça – os dentes não podem ser arrancados do crânio pois é preciso deixar que se sequem e se soltem sozinhos –, e alho para espantar os perigos. Na alça, amarram com uma corda sementes de castanha-da-Índia e as presas dos animais. Outras prevenções para a caça envolvem usar colírios e tomar banhos de chá de folhas, tanto para proteção como para atrair as presas. Isto significa que os odores e seu ocultamento são indispensáveis nas atividades cinegéticas.

FIGURA 28 - Patrona

Figura 28 - Patrona



Foto: Risomar Ramos de Oliveira, 2025

Os caçadores podem perder a sorte se ficam *panema*. Segundo Galvão (1979: 58) *panema* é uma força mágica, impessoal, que “infecciona” homens, animais (ex. cachorro) e objetos (ex. arma, anzol) de maneira negativa, incapacitando seu portador para a ação que se destina. Os Mura afirmam que *panema* é uma condição prejudicial durante a caça e sua principal causa é o consumo da *embiara* (carne do animal abatido durante a caça) pela mulher grávida que não seja proveniente da casa de seu companheiro ou de um parente próximo. Nesse caso, para retirar a *panema* do caçador, seu companheiro ou parente, a mulher grávida deve fazer um trabalho de *puxação* (“massagem”). O cuidado com a *embiara* é também muito importante para não *panemar* o caçador. Assim, a caça deve ser tratada com muito cuidado no próprio local onde o animal foi abatido. Segundo Seu Justino, quando abatem uma anta e retiram toda sua carne, o couro do animal deve ser cortado em pequenos pedaços para que o urubu possa comer com mais facilidade, pois “se deixar o pedaço todo, o couro fica muito seco e o animal não consegue comer”. Na parte 5 deste RCID se explicará com mais detalhe o por quê ocorre a *panema* e como se cura.

Para a caça mais cotidiana se visitam lugares próximos das aldeias e comunidades, mas é importante ressaltar que muitas vezes depende da oportunidade fortuita que se apresenta quando se realizam práticas extrativas na mata, se coleta ou limpa uma roça ou uma capoeira, e, especialmente, se um animal é avistado perto da beira do rio durante a pesca. Locais mais distantes espalhados por toda a TI Curara (MAPA 15) são visitados durante expedições de caça e pesca mais longa, quando é comum moquear a carne para levar para casa. A partir do etnomapeamento e conversas com os indígenas durante as atividades de campo, foram descritos os locais mais visitados próximos às aldeias e comunidades:

- ***Aldeia Curara:***

Rio Matauará margem esquerda a jusante: Lago do Brebe, Igarapé Sucuriju, Lava Saco, Lago do Niterói.

Rio Matauará margem direita a jusante: Igarapé do Tamanduá, Cujubim, Castanhalzinho, Igarapé do Barraco, Terra Nova, Ponta da Cobra Grande, Castanhal de Santa Isabel.

Igarapé Curara: Igarapé do Gavião, Igarapé do Furo Grande, Barreiro da Pimenta, Igarapé do Cujubim, Igarapé do Água Azul, Igarapé do Colher, Igarapé Grande, Igarapé da Ribanceira de Ouro, Pau do Dinheiro.

- ***Aldeia Terra Preta do Uruá:***

Rio Uruá margem esquerda a jusante: Igarapé do Campo, Igarapé do Farol, Igarapé do Piquiá.

- ***Aldeia Vista Alegre:***

Rio Matauará margem esquerda a jusante: Igarapé do Laginho, Lago do Brebe, Igarapé do Pilão, Igarapé do Jaraqui.

Rio Matauará margem direita a jusante: Palha Branca.

- ***Aldeia Mirari:***

Rio Matauará margem esquerda a jusante: Lago do Brebe, Igarapé das Pedras, Igarapé do Pião, Igarapé do Jaraqui.

- ***Comunidade Arauá:***

Rio Matauará margem direita a jusante: Igarapé do Peixe Boi.

- ***Comunidade Paranapara:***

Rio Matauará margem direita a jusante: Bacabal, Paranapara.

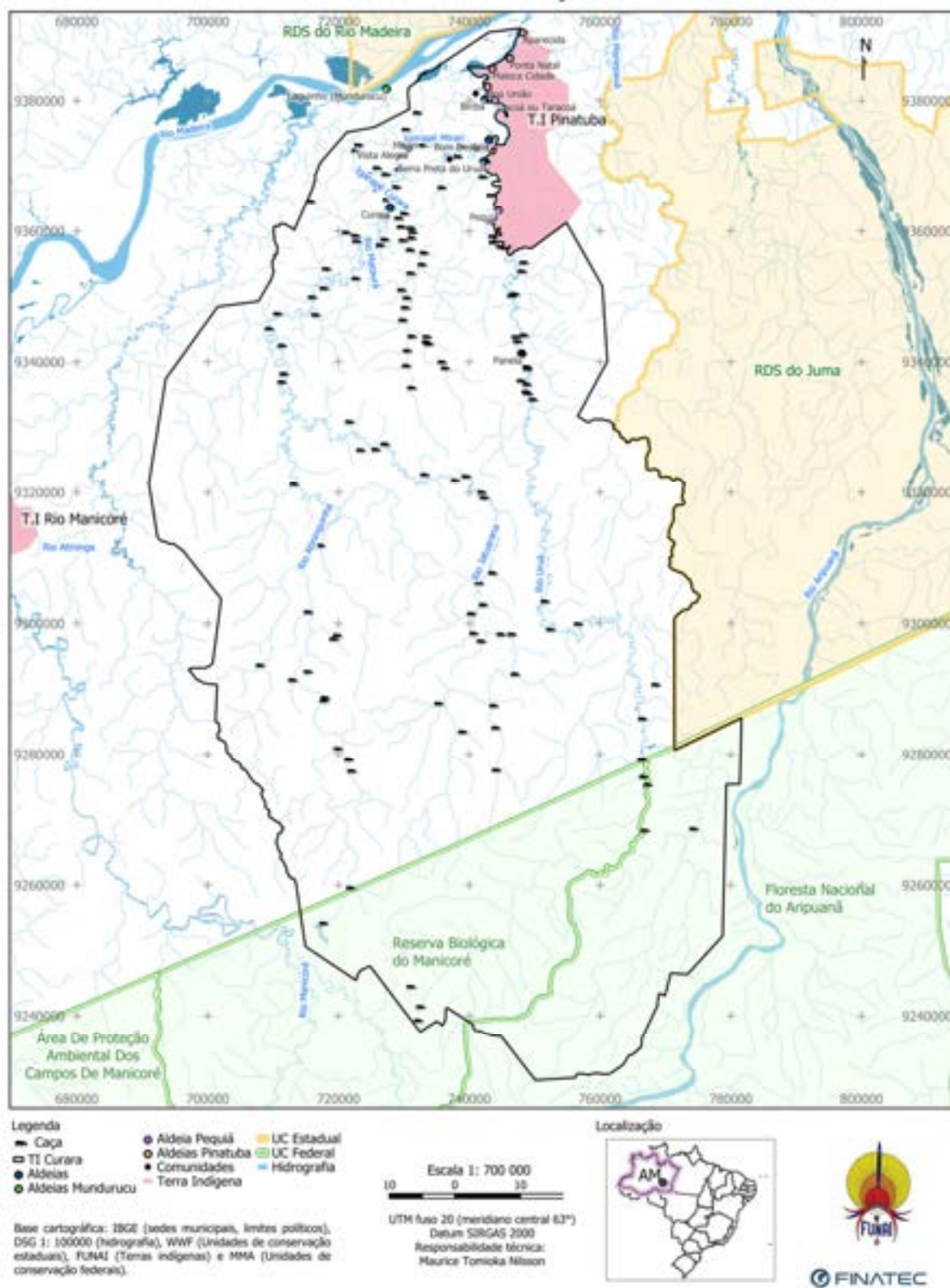
- ***Aldeia Panela:***

Rio Uruá margem esquerda a jusante: Igarapé Chumbinho, Igarapé Água Suja, Igarapé do Empinado, Igarapé do Jacaretinga, Igarapé do Onça, Igarapé Jatuarana.

Rio Uruá margem direita a jusante: Igarapé Três Bocas, Terra Preta do Tatu, Igarapé São Sebastião.

MAPA 15 - Áreas de Caça

Terra Indígena Curara Áreas de caça



Mapa 15 - Áreas de Caça

3.1.4 Extrativismo

No passado, quando os Mura faziam grandes percursos por rios e caminhos do imenso território enquadrado entre os rios Aripuanã e Marmelos a principal fonte vegetal da sua dieta eram a castanha, o açaí e outras frutas e tubérculos do mato. Por este motivo, os Mura da TI Curara atribuem grande importância às atividades extrativistas tanto para alimentação quanto para encontrar medicinas e materiais, como cipós, madeiras, folhas, para construir e fabricar diversos tecidos e outras coisas necessárias para sua forma de vida.

3.1.4.1 Castanhais

Os castanhais estão amplamente distribuídos pelo território, sendo normalmente organizados e manejados por cada família. As pessoas recebem os castanhais como heranças dos seus pais e avôs, exercendo certo controle sobre as árvores e seus produtos madeireiros e não madeireiros. A relação dos castanhais com as famílias é identificada pelos nomes que recebem e por sua localidade. Por exemplo, alguns castanhais localizados no rio Maturá manejados por famílias da aldeia Curara recebem nomes como Barraca, Terra Preta, Voltinha, Ananaçal, Volta da Onça, Rabo de Mutum, Curupira, Cuiera e Santa Isabel, etc. (FIGURA 29). Existe todo um modo local de organização e distribuição do território tradicionalmente ocupado em torno dos castanhais e sua exploração é, sem dúvida, um dos principais aspectos culturais deste povo. Vale a pena lembrar que grande parte dos conflitos históricos do século XX no rio Maturá foram produtos das tentativas de apropriação dos castanhais por agentes externos, como foi descrito na Parte 1 deste RCID.

A coleta da castanha, realizada no período das chuvas entre novembro a abril/maio, pode ser uma atividade conduzida por toda a família ou individualmente, permanecendo nos castanhais por temporadas ou ao longo do dia, se ficam muito perto da aldeia, coletando os ouriços caídos das árvores. Os Mura afirmam que o castanhal é uma reserva para o indígena, que quando necessita de um recurso para comprar gás, motor, equipamentos ou ferramentas, se dirige ao castanhal de sua família, onde pode encontrar ouriços caídos e conseguir um recurso não madeireiro.

No entanto, castanhais mais distantes das comunidades, alguns localizados após as áreas de campinas, podem ser compartilhados entre famílias e parentes, exigindo nesse

caso um maior deslocamento pelo território e, conseqüentemente, o estabelecimento de acampamentos ocupados por toda a família nas áreas dos castanhais. Nesse caso, os membros da família podem permanecer por meses desenvolvendo as atividades de coleta dos ouriços sem retornarem às suas casas na comunidade.

Figura 29 - Castanhais





Castanhal na comunidade Terra Preta do Uruá. Fotos: Alci Albiero Júnior, 2024

O tamanho dos castanhais pode variar dependendo da intensidade do manejo e proximidade das comunidades. Os maiores e mais produtivos, conhecidos pelos indígenas como castanhais “toco com toco”, em referência à proximidade das árvores de castanha, são maiores que 1 ha, com densidade de mais de 1500 castanhas, e produção em torno de mil latas (cada lata com 20 litros).

Ao visitar um desses castanhais toco a toco nas proximidades da comunidade Terra Preta do Uruá, árvores de castanha tinham 4, 5 e 6 metros de circunferência à altura do peito, dominavam o estrato emergente da floresta e produziam uma grande quantidade de frutos, que segundo Leão e Carvalho (2001) tendem a aumentar quanto maior for a árvore. Segundo Seu Jorge, da aldeia Curara:

“O castanhal exige limpeza - limpar em volta da árvore, retirar as plantas que crescem ao redor. Se não fizermos uma limpeza no castanhal ele fica com raiva e não produz bem. O castanhal fica feliz quando você cuida dele, quando você limpa. Castanha quanto mais vive no lugar limpo melhor fica”.

A fala de seu Jorge reforça a relação entre a presença indígena e a produtividade dos castanhais, o que é perceptível durante as caminhadas pelos castanhais mais próximos

das aldeias que apresentavam remoção recente do sub-bosque e limpeza da área. Seu Jorge afirma que “*antigamente uma castanha dava uns 1000 ouriços. Hoje precisa de três árvores para se chegar nesse número*”. Os Mura dizem que os últimos três anos foram muito ruins na produção de castanha, sendo que o rendimento não ultrapassou 200 latas por castanhal. Isto como consequência dos eventos de seca que atingiram a região. De acordo com Seu Antenor, da aldeia Terra Preta do Uruá “*a venda da farinha foi o que nos salvou nos últimos 3 anos com a queda da produção de castanha. A farinha é [hoje] nosso principal produto*”. Hoje, o litro de castanha em Manicoré está a R\$20,00.

A castanha é muito apreciada como alimento e quando é coletada se armazena em sacos ou caixas para que dure todo o ano. Para sua conservação, se quebram os ouriços no local e se colocam num cesto ou panela com o umbigo para cima para que não entre água nem pegue fungos, e se põe num jirau. Depois, se tiram as castanhas e se lavam na água do rio para tirar todas as sujeiras, e se colocam dentro de uma caixa ou um saco, a temperatura ambiente e protegidas do sol, para que se enxuguem. Quando se deseja cozinhar com elas, se descascam, se ralam no *flandê* (pedaço de alumínio ou de lata de sardinhas onde se fazem furos em cruz) e se espremem a mão ou passam por uma peneira de tela para separar o *vinho* ou leite do *borro* ou borra. A leite pode ser bebida diretamente ou pode ser usada para cozinhar carne de caça. A borra pode se misturar com goma de tapioca em ramo para fazer “beiju de caco” ou com a massa de mandioca para preparar diversos tipos de “beiju de massa”. A castanha também se pode comer assada ou se pode torrar e pilar, depois de assada, para fazer paçoca ou farinhas finas e grossas. Com ela, podem se preparar uma grande variedade de doces como bolos e biscoitos ou misturar com tapioca torrada para consumir com vinho de açáí.

3.1.4.2 Tucumanzais

A relação histórica do tucumã com os indígenas da TI Curara está registrada nas paisagens das aldeias, principalmente em áreas de capoeiras e próximas as roças, onde a palmeira, que é tolerante ao fogo, se beneficia do manejo indígena da terra. O tucumã é uma palmeira associada a paisagens antropizadas, com certo grau de distúrbio e interferência humana, por isso, abundantes em áreas de ocupação indígena.

Nas comunidades da TI Curara, os sítios localizados no fundo das casas são abundantes em tucumã, onde os maiores, observados nas comunidades de Vista Alegre e Terra Preta do Uruá, podem chegar a 1500 palmeiras. Pela valorização do produto no

mercado consumidor, algumas áreas de roça foram convertidas ao longo do tempo em plantações de tucumã, formando extensas áreas de tucumanzal monodominantes, como foi observado em sítios da comunidade Terra Preta do Uruá. Nessas áreas, pés de tucumã (FIGURA 30) que regeneraram após a queima da capoeira para o plantio da roça são mantidos na área através do manejo e limpeza do mato ao seu redor para que possam aumentar sua produtividade. Em alguns casos há o plantio direto de mudas de tucumã pelos indígenas, porém o mais usual é a regeneração natural da palmeira, favorecida pela dispersão da cutia e do manejo indígena do fogo.

Porém, áreas extensas com produção monodominante de tucumã são exceção e não a regra na TI Curara. Normalmente, as palmeiras permanecem associadas às roças e capoeiras, garantindo ao indígena tanto a coleta de seus frutos como a produção da farinha, da macaxeira e de outros produtos da roça. Os pés de tucumã são manejados pelas famílias que detêm o controle e produção dos frutos, em áreas de capoeira, roças e sítios localizadas normalmente próximas às casas, ou em áreas de mata, que segundo meus interlocutores produzem palmeiras muito altas e frutos com maiores possibilidades de serem amargos e de menor valor no mercado.

Figura 30 - Tucumanzal





Foto acima: Tucumanzal do Pereira na comunidade Terra Preta do rio Uruá. Foto abaixo: Tucumanzal em área de capoeira na região conhecida como Santa Cruz, rio Matauará. Fotos: Alci Albiero Júnior, 2024.

3.1.4.3 Medicinas

O conhecimento sobre medicinas extraídas de plantas e animais é imprescindível para a saúde e bem-estar dos indígenas na TI Curara, que através de íntimas relações com o ambiente e os seres que o habitam são capazes de reconhecer uma rica diversidade medicinal em seu território, reproduzindo e desenvolvendo técnicas herdadas da tradição (puxação, banhos, chás e outros preparos) para seus usos e aplicações, capazes de estimular a recuperação da força da mente/corpo. Porém, segundo os Mura, as medicinas não são de uso exclusivo humano, pois os animais também as conhecem e se beneficiam

delas. Um bom exemplo são as antas, macacos e porcos que possuem o costume de se esfregarem em troncos de árvores de copaíba para que o óleo produzido na fricção iniba a proliferação de moscas e outros tipos de insetos em seus corpos, garantindo maior conforto e bem-estar.

Durante o campo, as conversas sobre as medicinas foram realizadas principalmente com dona Rita, da aldeia Terra Preta do Uruá, durante caminhadas em seu quintal, área de cultivo das plantas medicinais, e também com Seu Agnaldo, da aldeia Curara, que exerce atividades como agente de saúde indígena. A partir dessas conversas, se percebe que estas medicinas vegetais (TABELA 17) e animais (TABELA 18) podem se usar de muitas maneiras, como pomadas, chás, sumos, etc., e servem para vários propósitos como a cura de doenças e mal-estares, cuidado de mulheres grávidas, proteção e purificação, estimulantes, afrodisíacos e perfumes, entre outros, evidenciando profundos conhecimentos tradicionais sobre estas medicinas.

TABELA 17 - Listas de medicinas vegetais destacadas pelos Mura da TI Curara

Medicina vegetal	Hábito	Partes da planta	Preparo	Usos
<i>Açaí</i>	Palmeira	Estipe	Fazer uma massa com a estipe	Dores em geral
<i>Açaí</i>	Palmeira	Raiz	Mistura na água e bebe	Picada de cobra
<i>Amapá</i>	Árvore	Leite do tronco	Vitamina	Pulmão
<i>Arruda</i>	Herbácea	Folhas	Chá	Dor de estomago, cólica, mal olhado
<i>Babaçu</i>	Palmeira	Fruto	Consumo do fruto	Feridas
<i>Bananeira</i>	Herbácea	Estipe	Beber a água	Colesterol e próstata
<i>Bananeira</i>	Herbácea	Folhas	Sumo das folhas	Ferimentos na pele
<i>Banho morno</i>		Água	Banho	Aquecer a mulher grávida que ficou muito tempo na água fria (<i>Refriadagem</i>)
<i>Biribá</i>	Árvore	Folhas	Banho	Ajuda a mulher no parto, proteção, <i>empachação</i> (gases), inchaço nas pernas e braços
<i>Breu branco</i>	Árvore	Resina do tronco	Defumação	Proteção
<i>Caju</i>	Árvore	Fruto	Fruto in natura	Dor de barriga

<i>Caracanaúba</i>	Árvore	Casca do tronco	Beber o líquido da imersão da casca na água	Diarreia
<i>Carapanaúba</i>	Árvore	Casca do tronco	Beber o líquido da imersão da casca na água	Dor de barriga
<i>Castanheira</i>	Árvore	Sementes	<i>In natura</i>	Vitamina, força
<i>Castanheira</i>	Árvore	Fruto - ouriço	Beber o líquido da imersão da casca do fruto na água	Ferimentos, regeneração da pele, higiene da mulher
<i>Cipó ambé</i>	Cipó	Tronco	Sumo do tronco	Picada de cobra
<i>Cipó d'água</i>	Cipó	Tronco	Beber a água	Diabetes
<i>Copaíba</i>	Árvore	Tronco	Óleo	Anti-inflamatório
<i>Copaíba</i>	Árvore	Casca do tronco	Beber o líquido da imersão da casca na água	Anti-inflamatório
<i>Copaíba</i>	Árvore	Casca do tronco	Chá com a casca	Anti-inflamatório
<i>Copaíba</i>	Árvore	Casca do tronco	Chá com a casca	<i>Empachação</i> (gases)
<i>Crajirú</i>	Cipó	Folhas	Chá	Bom para o sangue
<i>Cravo</i>	Herbácea	Botão floral	Banho	Ajuda a mulher no parto, proteção, <i>empachação</i> (gases)
<i>Cuinha</i>	Árvore	Casca do tronco	Beber o líquido da imersão da casca na água	Dor de barriga
<i>Cumaru</i>	Árvore	Semente	Óleo	Dor de ouvido
<i>Cumaru</i>	Árvore	Semente	Óleo - sabão e pomadas	Anti-inflamatório e perfumes
<i>Emenda ossos</i>	Suculenta	Folhas	Pomada com as folhas amassadas	Ferimentos na pele e ossos
<i>Jambu</i>	Herbácea	Folhas	Chá	Tosse, rim, dor de estomago
<i>Japecanga</i>	Cipó	Batata	Garrafada com a babata ralada	Força, afrodisíaco
<i>Lacre</i>	Árvore	Folhas	Banho misturado com suco de cana	Mulher grávida
<i>Limorana</i>	Árvore	Folhas	Chá	Estimulante, força, afrodisíaco,
<i>Limorana</i>	Árvore	Folhas	Folhas amassadas sobre a pele	Remover espinhos na pele
<i>Marapuama</i>	Árvore	Casca do tronco	Beber o líquido da imersão da casca na água	Problemas nervosos, coluna, força
<i>Mirapuama</i>	Árvore	Folhas	Banho	Força, afrodisíaco
<i>Mutuquinha</i>	Herbácea	Folhas	Chá	Menstruação da mulher

<i>Paracanaúba</i>	Árvore	Casca do tronco	Chá	Fígado, coluna e diarreia
<i>Pau rosa</i>	Árvore	Folhas	Chá	Dor de estômago
<i>Pimenta do reino</i>	Herbácea	Sementes	Faz uma garrafada com a pimenta e cachaça	Ajuda a mulher no parto
<i>Preciosa</i>	Árvore	Folhas	Chá	Estimulante, força, afrodisíaco
<i>Puxuri</i>	Árvore	Sementes	Óleo	Perfumes e dor de estômago
<i>Sálvia</i>	Herbácea	Folhas	Chá	Febre, dores em geral
<i>Sapucaia</i>	Árvore	Fruto - ouriço	Chá com a casca do fruto e banhos com a água em imersão dos frutos	Mau olhado, saúde e higiene da mulher
<i>Saracura mirá</i>	Cipó	Casca do tronco	Beber o líquido da imersão da casca na água	Dores de barriga
<i>Saracura mirá</i>	Cipó	Casca do tronco	Banho	Força
<i>Saracura Mirá</i>	Árvore	Casca do tronco	Beber o líquido da imersão da casca na água	Anti-inflamatório, fortalecimento do corpo, aumento do apetite, melhora a circulação sanguínea
<i>Tabaco</i>	Herbácea	Folhas	Mascar as folhas	Feridas e picada de cobra
<i>Uxi Liso</i>	Árvore	Casca do tronco	Beber o líquido da imersão da casca na água	Gastrite
<i>Uxi Liso</i>	Árvore	Casca do tronco	Banho com a imersão da casca na água	Tratar ferimentos na pele
<i>Unha de gavião</i>	Cipó	Folhas	Banho	Amansar pessoas bravas
<i>Urubú caiá</i>	Cipó	Frutos	In natura	Estômago

Tabela 17 - Listas de medicinas vegetais destacadas pelos Mura da TI Curara

TABELA 18 - Listas de medicinas animais destacadas pelos Mura da TI Curara

Medicina animal	Partes do animal	Preparo	Usos
<i>Abelha Uruçu</i>	Mel	<i>In natura</i> ou chá	Gripes e resfriados
<i>Sucuri</i>	Banha	Bebe pura ou com café	Anti-inflamatório

<i>Jacaré</i>	Banha	Bebe pura ou com café	Veneno de cobra, gripe, chiado no peito, anti-inflamatório, pneumonia.
<i>Tatu</i>	Banha	Bebe pura ou com café	Picada de cobra, tucandeira e escorpião
<i>Tona - ave</i>	Pena	Defumação	Picada de cobra, tucandeira e escorpião
<i>Tartaruga</i>	Banha	Passa no rosto	Limpeza
<i>Boto</i>	Banha	Passa no rosto	Limpeza
<i>Traíra - peixe</i>	Banha	Passa no rosto	Limpeza
<i>Acari - peixe</i>	Banha	Passa na pele	Cicatrização de ferimento
<i>Anta</i>	Casco da pata	Queima, rala e bebe com água	Hemorragia

Tabela 18 - Listas de medicinas animais destacadas pelos Mura da TI Curara

3.1.4.4 Teçumes

Os conhecimentos e práticas ancestrais indígenas de tecer palhas de palmeiras ou cipós na confecção de objetos como paneiros, tipiti, peneiras, vassouras ou coberturas de casas foram temas muito presentes nas conversas com os Mura da TI Curara. Atualmente, segundo os indígenas, muitas das práticas e conhecimentos de teçumes ancestrais foram se perdendo ao longo do tempo. De acordo com o cacique Deni Joni, da aldeia Curara,

“perdemos o teçume, perdemos a técnica de fazer tipiti, peneira também. Perdemos a tradição do teçume. Agora é mais difícil, temos que comprar o tipiti de fibra sintética em Manicoré. Temos muito cipó para fazer tipiti, mas não temos a técnica. Poucas pessoas dos antigos conhecem a técnica de fazer teçume”.

O tipiti era produzido com as fibras da palmeira jacitara (*Desmoncus polyacanthos*), sobre a qual, segundo relatos, apenas o cacique da comunidade Piquiá do rio Uruá ainda mantém os conhecimentos necessários para sua produção. O tipiti é um instrumento indígena fundamental para secar a mistura da massa de mandioca deixada na água (*pubada*) e a massa seca retirada da terra, necessária para reduzir o azedo e aumentar o volume da massa. Assim, por ser um instrumento imprescindível na produção de

farinha, e pela escassez de pessoas que ainda mantêm o conhecimento de sua fabricação com fibras de Jacitara, a maioria dos tipitis presentes nas casas de farinhas da TI Curara são confeccionados de fibras sintéticas (FIGURA 31), adquiridos na cidade de Manicoré pelo valor aproximado de R\$ 120,00.

Figura 31 - Tipiti de fibras sintéticas



Foto Luis Cayón, 2024

Peneiras e paneiros tradicionalmente produzidos com cipó arumã e ambé também estão sendo adquirido de fibras sintéticas na cidade de Manicoré em decorrência da escassez de parentes que mantêm o conhecimento e técnica para sua produção. Segundo

os Mura, é preciso de muito cuidado e técnica para produzir um paneiro de cipó ambé, pois a fibra pode causar muita coceira se não for manipulada de forma correta, ou seja, existe toda uma técnica tradicional para retirar o cipó sem que produza incômodos na pele.

A técnica de teçume com palhas de babaçu conhecida como “jacaré” se mantém como a mais usual na construção de coberturas das casas e casas de farinha na TI Curara. Porém, uma outra técnica tradicional indígena para a construção de coberturas através do teçume das folhas da palmeira caranaí (*Mauritiella aculeata*) é menos produzida atualmente, embora na comunidade Panela do rio Uruá tenha sido observada essa técnica de teçume na cobertura da casa de farinha (FIGURA 32).

A produção de vassouras com fibras de cipó cururu (cerdas) e cipó titica (amarração das cerdas) ainda é bastante presente nas comunidades da TI Curara, e sua comercialização entre os parentes e para fora da TI colabora com a renda familiar.

Figura 32 - Teçumes





Acima: paneiros confeccionados de cipó ambé. Abaixo, vassouras de fibras de cipó cururu. Foto inferior ao meio representando teçume das folhas da palmeira caranaí e ao lado direito seu Jorge, Mura da aldeia Curara do rio Matauará ensinando como tecer a palha de babaçu através da técnica conhecida como jacaré para cobrir casas. Fotos: Alci Albiero Júnior, 2024.



3.1.4.5 Recursos madeireiros e não madeireiros

Os usos e manejos indígenas das espécies de árvores e palmeiras que compõem a biodiversidade do território mura não podem ser reduzidos a relações de dependência material dos recursos vegetais para a manutenção das atividades diárias das comunidades, como a construção de canoas, casas ou ferramentas de caça e pesca. A relação dos Mura com as espécies vegetais revela a cosmografia indígena do território (Little 2002), expressa por meio de saberes ambientais, ideologias e identidades coletivas historicamente construídas. Assim, ao analisarmos a composição das paisagens sob uma perspectiva naturalista, focada na diversidade de espécies, é importante reconhecer que a perspectiva indígena não se restringe às categorias analíticas que utilizamos para descrever os ambientes, pois entrelaça dimensões de uso, cuidado, manejo, memórias, práticas e relações historicamente presentes no modo Mura de habitar o território. Embora tenham sido reconhecidos, de forma precipitada como grupos exclusivamente caçadores-coletores, os Mura nunca deixaram de manter suas roças de coivara, selecionar sementes

e identificar espécies comestíveis durante seus deslocamentos por territórios aquáticos e terrestres (Amoroso 2011).

A extração de madeira tem com finalidade mais importante a construção de casas, escolas, casas de farinha e outros espaços comunitários. Também são importantes para a fabricação de cascos, arcos, cabos de zagaia, varas de pescar, etc. Essas madeiras se encontram em diversos lugares da mata. Segundo relatos dos indígenas, as árvores e palmeiras mais utilizadas na construção das casas são:

- **Caranã** (*Mauritia carana*), palmeira localizada nas florestas secundárias e maduras, utilizando suas folhas na cobertura.
- **Caranaí** (*Mauritiella aculeata*), palmeira localizada nas florestas secundárias e maduras, utilizando suas folhas na cobertura.
- **Palmeira Ubim** (*Arecaceae*), palmeira localizada nas florestas secundárias e maduras, utilizando suas folhas na cobertura.
- **Babaçu** (*Attalea speciosa*), palmeira localizada nas florestas secundárias e maduras, utilizando suas folhas na cobertura
- **Cedrinho** (*Erismia uncinatum*) árvore localizada na floresta madura e utilizada na estrutura da casa como vigas que conectam os esteios.
- **Cedrorana** (*Cedrelinga catanaeformis*), árvore localizada na floresta madura utilizada como tábuas no assoalho das casas.
- **Copaíba** (*Copaifera multijuga*), árvore localizada na floresta madura utilizada na estrutura da casa.
- **Itaúba** (*Mezilaurus itauba*), árvore localizada na floresta madura, considerada a melhor madeira utilizada como esteio.
- **Louro** (*Ocotea* sp), árvore localizada na floresta madura utilizada na estrutura da casa.
- **Marupá** (*Simarouba amara*), árvore localizada nas florestas maduras utilizada como pranchas na ornamentação da casa devido a beleza da madeira.
- **Paxiúba**, (*Socratea exorrhiza*), árvore localizada nas florestas maduras utilizada como pranchas na estrutura da casa.
- **Tento** (*Ormosia* sp.), árvore localizada em florestas de igapó, utilizada como tábuas na estrutura das casas.

Para demonstrar essa relação com os recursos florestais, tanto madeireiros quanto não madeireiros, se apresenta a continuação uma lista das espécies vegetais (TABELA 19) destacadas pelos Mura da TI Curara durante as atividades de campo e de etnomapeamento, as quais evidenciam suas relações com o território e com os espaços socioambientalmente construídos, mostrando a grande diversidade de usos destes recursos, os quais vão da alimentação e a medicina até a construção de casas e a fabricação de objetos necessários para o modo de vida dos Mura.

TABELA 19 - Lista de espécies vegetais destacadas pelos Mura da TI Curara durante as atividades de campo

Nome	Espécie	Família	Habito	Ambiente	Usos
Abiu	<i>Pouteria sp.</i>	Sapotaceae	Árvore	Mata	Fruto
Açaí	<i>Euterpe precatoria</i>	Arecaceae	Palmeira	Mata	Fruto e palha
Açova			Árvore	Mata	Fruto
Amapá	<i>Parahancornia sp.</i>	Apocinaceae	Árvore	Mata	Leite medicinal
Anani	<i>Symphonia globulifera</i>	Clusiaceae	Árvore	Mata e Igapó	Madeira serraria
Andiroba	<i>Carapa guianensis</i>	Meliaceae	Árvore	Mata	Fruto, óleo e madeira para marcenaria
Angelim	<i>Hymenolobium excelsum</i>	Fabaceae	Árvore	Mata e Terra Preta	Madeira serraria
Angelim fava	<i>Hymenolobium sp.</i>	Fabaceae	Árvore	Mata	Madeira marcenaria
Aquariquara	<i>Minquartia guianensis</i>	Olacaceae	Árvore	Mata	Madeira esteio de casa
Araçá	<i>Psidium sp.</i>	Myrtaceae	Árvore	Igapó	Frutos isca de peixes
Babaçu	<i>Attalea speciosa</i>	Arecaceae	Palmeira	Mata, Capoeiras, Restinga do lago e Terra Preta	Frutos isca de peixes e palhas para coberturas
Bacaba	<i>Oenocarpus bacaba</i>	Arecaceae	Palmeira	Mata e Capoeiras	Fruto
Breu branco	<i>Hemicrepidospermum rhoifolium</i>	Burseraceae	Árvore	Mata e Capoeiras	Madeira serraria e marcenaria
Breu	<i>Protium sp.</i>	Burseraceae	Árvore	Mata e Capoeiras	Madeira serraria e marcenaria

Buriti	<i>Mauritia flexuosa</i>	Arecaceae	Palmeira	Igapó	Frutos
Cacau	<i>Theobroma sp.</i>	Malvaceae	Árvore	Mata e Terra Preta	Frutos
Cacau de fogo	<i>Theobroma sp.</i>	Malvaceae	Árvore	Mata	Palha, teçume, chapéu e saia
Caiaué	<i>Elaeis oleifera</i>	Arecaceae	Palmeira	Terra preta	Frutos e palhas para cobertura
Cajui	<i>Anacardium giganteum</i>	Anacardiaceae	Árvore	Mata	Madeira serraria e marcenaria
Caranã	<i>Mauritia carana</i>	Arecaceae	Palmeira	Mata	Palha, teçume, paneiro e peneira
Caranaí	<i>Mauritiella aculeata</i>	Arecaceae	Palmeira	Campos da natureza	Frutos e palhas para cobertura
Caramurí	<i>Chrysophyllum oppositum</i>	Sapotaceae	Árvore	Mata	Madeira
Carapanaúba	<i>Aspidosperma nitidum</i>	Apocynaceae	Árvore	Mata	Madeira cabo de machado
Cardeiro	<i>Scleronema micranthum</i>	Malvaceae	Árvore	Mata e Capoeiras	Madeira serraria
Castanha	<i>Bertholletia excelsa</i>	Lecythidaceae	Árvore	Mata e Terra Preta	Madeira serraria e sementes
Cedrinho	<i>Erismia uncinatum</i>	Vochysiaceae	Árvore	Mata	Madeira serraria, vigas das casas
Cedro	<i>Cedrela odorata</i>	Meliaceae	Árvore	Mata	Madeira serraria
Cedrorana	<i>Cedrelinga cateniformis</i>	Fabaceae	Árvore	Mata	Madeira serraria, assoalho casas
Cipó ambé	<i>Philodendron sp.</i>	Arecaceae	Liana	Mata	Palha, teçume de paneiro, peneira e medicina
Cipó Arumã	<i>Ischnosiphon sp.</i>	Marantaceae	Erva	Igapó	Palha, teçume de paneiro, chapéu e tipiti
Cipó titica	<i>Heteropsis flexuosa</i>	Araceae	Liana	Mata	Palha, cobertura casas
Copaíba	<i>Copaifera multijuga</i>	Fabaceae	Árvore	Mata	Madeira, óleo e medicina
Copaíba Mari mari	<i>Copaifera reticulata Ducke</i>	Fabaceae	Árvore	Mata	Madeira, óleo e medicina
Copaíba Cuilarana	<i>Copaifera glycyarpa</i>	Fabaceae	Árvore	Mata	Madeira, óleo e medicina
Cumarú	<i>Dipteryx odorata</i>	Fabaceae	Árvore	Mata e Terra Preta	Madeira e sementes uso medicinal
Cupuaçu	<i>Theobroma grandiflorum</i>	Malvaceae	Árvore	Mata, Capoeiras e Terra Preta	Frutos
Embaúba	<i>Cecropia sp.</i>	Urticaceae	Árvore	Capoeiras	

Envira surucucu	<i>Bocageopsis multiflora</i>	Annonaceae	Árvore	Mata	Madeira, zagaia
Envira tamuatá			Árvore	Mata	Fibras
Flecha			Erva	Capoeiras	Flechas
Goiabinha	<i>Psidium sp.</i>	Myrtaceae	Árvore	Restinga do lago	
Inajá	<i>Attalea maripa</i>	Arecaceae	Palmeira	Campos da natureza e Capoeiras	Frutos
Itaúba	<i>Mezilaurus itauba</i>	Lauraceae	Árvore	Mata	Madeira, remo e esteio casa
Itaúbarana	<i>Acosmium nitens</i>	Fabaceae	Árvore	Restinga do lago	Madeira serraria casas
Jacarandá	<i>Dalbergia spruceana</i>	Fabaceae	Árvore	Mata	Madeira serraria casas
Jacareúba	<i>Calophyllum brasiliense</i>	Clusiaceae	Árvore	Restinga do lago	Madeira serraria
Jamanxim			Árvore		Fibra para amarrar a caça no paneiro
Jará	<i>Leopoldinia sp.</i>	Araceae	Palmeira	Igapó	Fibra utilizada para cobrir o paneiro no transporte da castanha
Jauaral	<i>Guadua sp.</i>	Poaceae	Bambu	Restinga do lago	
Louro	<i>Ocotea sp</i>	Lauraceae	Árvore	Mata	Madeira, casa, cascos, casquetas e remo
Louro Preto	<i>Dicypeium manausense</i>	Lauraceae	Árvore	Mata	Madeira serraria
Louro Gamelão	<i>Nectandra rubra</i>	Lauraceae	Árvore	Mata	Madeira, cascos, remo e casa
Limorana	<i>Chomelia anisomeris</i>	Rubiaceae	Árvore	Mata e Terra Preta	Estimulante, força, afrodisíaco, remoção de espinhos na pele
Maçaranduba	<i>Manilkara huberi</i>	Sapotaceae	Árvore	Mata	Madeira, fruto e látex consumido como leite
Maracatiara	<i>Astronium lecointei</i>	Anacardiaceae	Árvore	Mata	Madeira assoalho casas
Marupá	<i>Simarouba amara</i>	Simaroubaceae		Mata	Madeira marcenaria
Muru-Muru	<i>Astrocaryum murumuru</i>	Arecaceae	Palmeira	Restinga do lago e Terra Preta	Palhas para coberturas

Paixiubinha	<i>Iriartella setigera</i>	Arecaceae	Palmeira	Mata	Caule utilizado na confecção de cabos de flecha
Palmeira Irajá		Arecaceae	Palmeira	Mata	
Palmeira Jacitara	<i>Desmoncus polyacanthos</i>	Arecaceae	Palmeira	Mata	Palha teçume de paneiros e peneiras
Palmeira Marajá	<i>Bactris maraja</i>	Arecaceae	Palmeira	Mata e Capoeiras	Frutos
Palmeira Ubim	<i>Geonoma deversa</i>	Arecaceae	Palmeira	Mata	Palha cobertura de casas
Panaquiri		Arecaceae	Palmeira	Mata	Palhas para tecer paneiro e peneiras
Paracati			Árvore	Mata	
Paracutaca	<i>Swartzia sp.</i>	Fabaceae	Árvore	Mata e Igapó	Madeira, cabo de machado e remo
Paracuuba	<i>Mora paraensis</i>	Fabaceae	Árvore	Mata	Ponta de flecha
Pariri		Arecaceae	Palmeira	Mata	Palha para cobrir paneiro
Patauá	<i>Oenocarpus bataua</i>	Arecaceae	Palmeira	Mata	Frutos
Paxiúba	<i>Socratea exorrhiza</i>	Arecaceae	Palmeira	Igapó	Madeira utilizada nas casas
Pau darco	<i>Tabebuia incana</i>	Bignoneaceae	Árvore	Mata	Madeira, confecção de arcos
Pau de rosa	<i>Ocotea sp.</i>	Lauraceae	Árvore	Mata	Madeira serraria e uso medicinal
Pau rosa	<i>Aniba rosiodora</i>	Lauraceae	Árvore	Mata	Madeira, remo
Piquia	<i>Caryocar villosum</i>	Caryocaraceae	Árvore	Mata	Madeira, canoas, cascos e frutos
Poleiro de Pato			Árvore	Mata	Madeira marcenaria
Pupunheira	<i>Syagrus sp.</i>	Araceae	Palmeira	Mata	Fruto
Purui	<i>Duroia sp.</i>	Rubiaceae	Árvore	Mata	
Serranga Barriguda	<i>Hevea spruceana</i>	Euphorbiaceae	Árvore	Igapó	Látex
Sorva	<i>Couma sp.</i>	Apocynaceae	Árvore	Mata e Capoeiras	Látex, impermeabilizante de cascos e casquetas
Sucupira	<i>Andira micrantha</i>	Fabaceae	Árvore	Mata	Madeira serraria
Tachizeiro	<i>Tachigali vulgaris</i>	Fabaceae	Árvore	Mata e Capoeiras	Madeira
Tapuru	<i>Tapura sp.</i>	Dichapetalaceae	Árvore	Igapó	Látex, leite

Tauari	<i>Couratari stellata</i>	Lecythidaceae	Árvore	Igapó	Frutos
Tauari vermelho	<i>Couratari stellata</i>	Lecythidaceae	Árvore	Mata, Capoeiras e Igapó	Madeira serraria
Tento	<i>Ormosia sp.</i>	Fabaceae	Árvore	Mata e Igapó	Madeira serraria
Tucumã	<i>Astrocaryum aculeatum</i>	Arecaceae	Palmeira	Mata	Frutos
Urucuri	<i>Attalea excelsa</i>	Arecaceae	Palmeira	Restinga do lago	Palhas para coberturas
Uxi coroa	<i>Duckesia verrucosa</i>	Humiriaceae	Árvore	Mata e Terra Preta	Frutos
Uxi liso	<i>Endopleura uchi</i>	Humiriaceae	Árvore	Mata e Terra Preta	Frutos, medicina

Tabela 19 - Lista de espécies vegetais destacadas pelos Mura da TI Curara durante as atividades de campo

A extração destes recursos é mais comum nas proximidades das aldeias e comunidades, cujas áreas florestais são constantemente visitadas pelos indígenas para a obtenção de recursos madeireiros e não madeireiros, como a copaíba (MAPA 16). Em outras ocasiões, os Mura se deslocam até outras partes do território para buscar esses recursos, mostrando que o território da TI Curara é usada de forma ampla pelos indígenas (MAPA 17), constituindo reservas imprescindíveis para a garantia e manutenção desses recursos ao longo do tempo.

- ***Aldeia Curara***

Rio Matauará lado esquerdo a jusante: Brebe, Pilão, Curarinha (área com solos de terra preta), São José, Lava Saco, São Jorge (área com solos de terra preta).

Rio Matauará lado direito a jusante: Igarapé do Tamanduá, Boa Esperança, Cujubim (área com solos de terra preta), Castanhalzinho, Igarapé do Barraco, Terra Nova (área com solos de terra preta), Igarapé do Demétrio (área com solos de terra preta), Igarapé do Pé Branco, Ponta Pirara (área com solos de terra preta), São José (área de capoeiras antigas), Castanhal de Santa Isabel, Cinco Porcos (área com solos de terra preta).

Igarapé Curara: Igarapé do Gavião, Igarapé do Furo Grande, Barreiro da Pimenta, Igarapé do Cujubim (área com solos de terra preta), Igarapé do Água Branca, Igarapé do Colher, Igarapé Grande, Igarapé da Ribanceira de Ouro, Pau do Dinheiro.

- ***Aldeia Terra Preta do Uruá***

Rio Uruá lado esquerdo a jusante: Igarapé do Campo (área com solos de terra preta e capoeiras antigas), Igarapé do Farol (área com solos de terra preta), Igarapé do Piquiá (área com solos de terra preta), Tamacoaré (área com solos de terra preta), Igarapé do Macaco Prego.

- ***Aldeia Vista Alegre***

Rio Matauará lado esquerdo a jusante: Igarapé do Laguinho, Terra Preta (área com solos de terra preta), Brebe, Igarapé do Pilão.

Rio Matauará lado direito a jusante: Morcego (área com solos de terra preta), Onça, Palha Branca (área com solos de terra preta), Igarapé de Piroca Grande.

- ***Aldeia Mirari***

Rio Matauará lado esquerdo a jusante: Terra Preta (área com solos de terra preta), Brebe, Igarapé das Pedras (área com solos de terra preta), Igarapé do Domingão (área com solos de terra preta), Igarapé do Pilão, Igarapé da Estrada (área com solos de terra preta), Igarapé da Terra Preta (área com solos de terra preta), Mirarizinho (área com solos de terra preta).

- ***Comunidade Arauá***

Rio Matauará lado esquerdo a jusante: Mutumzinho, Igarapé do Peixe Boi.

Rio Matauará lado direito a jusante: Arauá (área com solos de terra preta), Perseverança.

- ***Aldeia Bom Destino***

Rio Matauará lado esquerdo a jusante: Boca do Uruá (área com solos de terra preta), Igarapé Turquinho (área com solos de terra preta), Ponta do Moreira (área de capoeiras antigas).

- ***Comunidade Paranapara***

Rio Matauará lado direito a jusante: Paranapara, Bacabal.

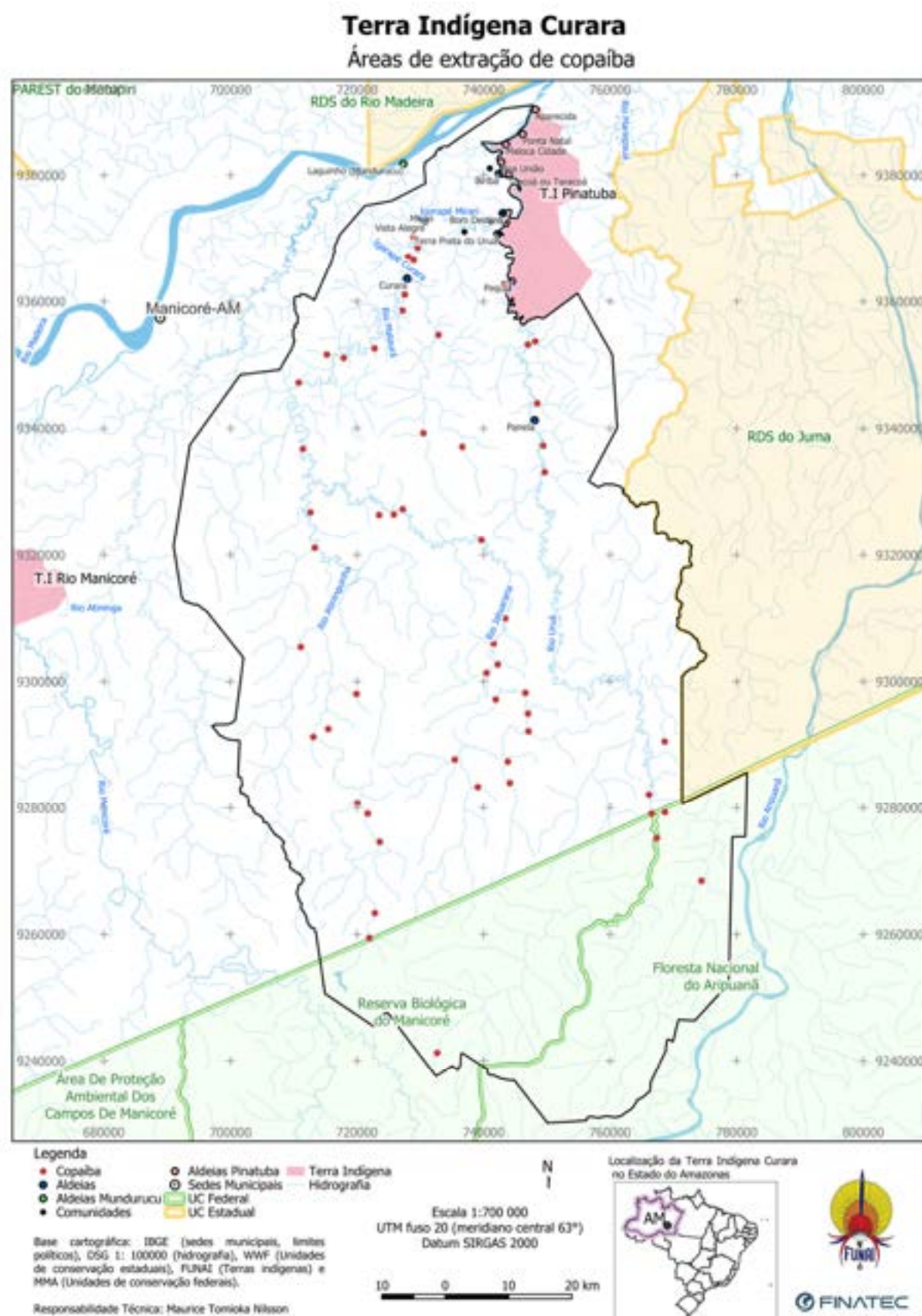
- ***Aldeia Panela***

Rio Uruá lado esquerdo a jusante: Igarapé Chumbinho, Igarapé do Empinado (área com solo de terra preta), Igarapé do Tanga, Igarapé Jatuarana.

Rio Uruá lado direito a jusante: Igarapé do Chumbão (área com solos de terra preta), Igarapé Três Bocas, Igarapé do Panela, Aranha, Terra Preta do Tatu, Igarapé São Sebastião.

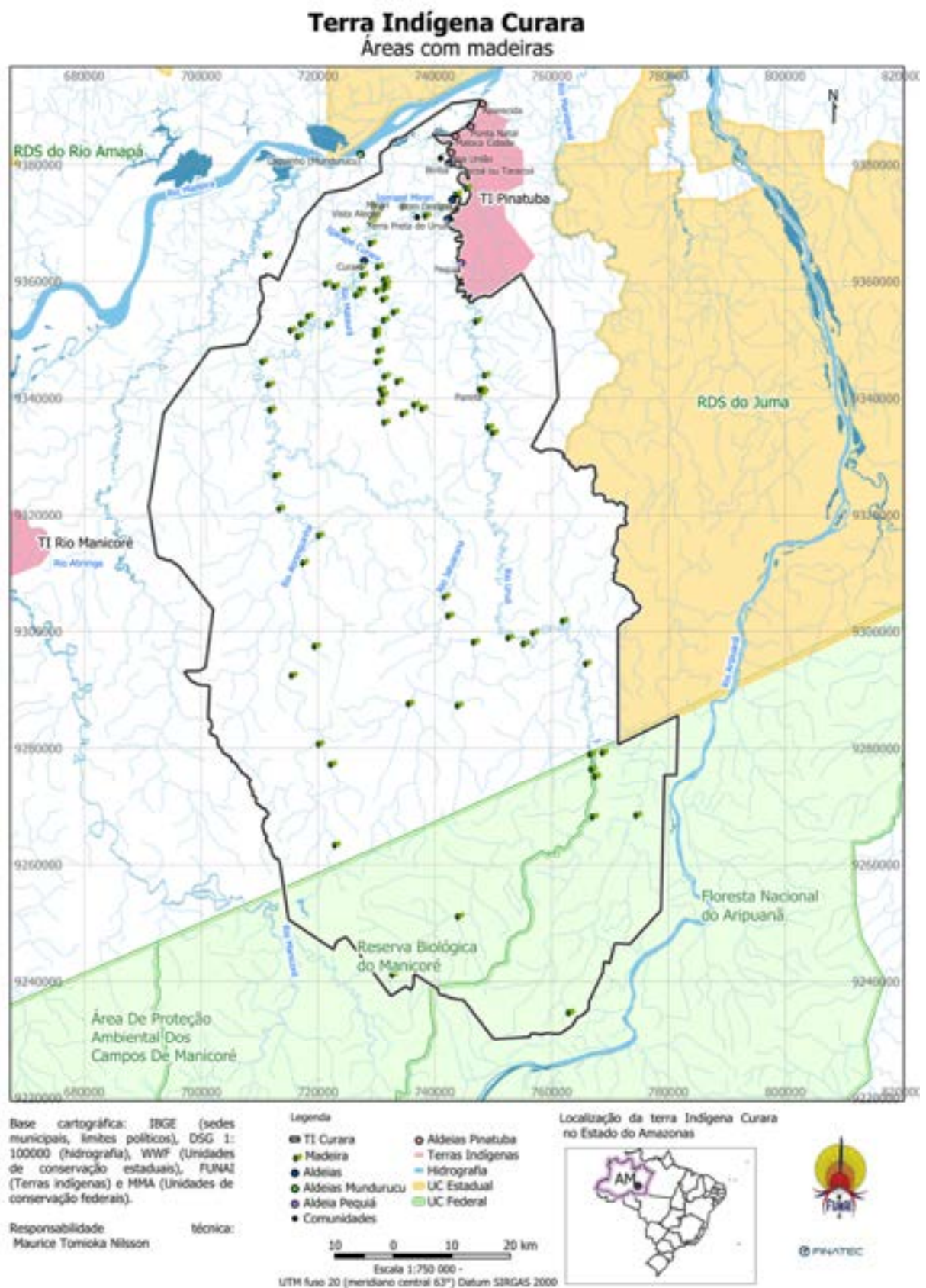
Atualmente, áreas de capoeiras antigas, castanhais, babaçuais e tucumanzais são registros históricos da ocupação Mura ainda presentes nas paisagens, que, quando associados aos recorrentes deslocamentos indígenas em direção às cabeceiras dos rios Atininguinha (Mataurá) e Uruá em busca de pesca, caça, e madeira, resgatam a mobilidade tradicional indígena pelo território.

MAPA 16 – Áreas de extração de copaíba



Mapa 16 - Áreas de extração de copaíba

MAPA 17 - Áreas de extração de recursos madeireiros e não madeireiros



Mapa 17 - Áreas de extração de recursos madeireiros e não madeireiros

3.3 Alterações na economia tradicional ocasionadas pelo contato com a sociedade envolvente e do modo como se processam tais alterações

As fontes históricas descreveram o sistema produtivo dos Mura como fundamentado na pesca e na coleta de frutos silvestres, afirmando que este era um povo nômade que vagava por qualquer lugar da floresta e que era comum encontra-los em rústicos acampamentos nas praias ou nas beiras de lagos, rios e igarapés quando não estavam atacando por surpresa os assentamentos coloniais e pilhando as roças. Quando no final do século XVIII algumas famílias começaram a viver nas missões e nas aldeias coloniais, misturados com outros povos, se destacou que eram descuidados com o trabalho das roças, preferindo sair para a mata e se ausentar das aldeias por meses para pescar e buscar frutas, retornando apenas quando a mandioca estava pronta para ser colhida. Na visão dos autores coloniais, os Mura não podiam frear o seu desejo pelo movimento, o que os tornava rebeldes à empreitada da “civilização”. A mesma atitude foi ressaltada até o final do século XIX durante o auge da borracha, pois a extração do látex da seringa ocorria justamente no verão, quando os Mura se afastavam das aldeias para pescar e coletar ovos de tartaruga para elaborar o óleo, e isso dificultava sua inserção como mão de obra nos seringais. Com a implementação do sistema de aviamento, a violência dos patrões, a chegada intensiva de migrantes nordestinos e a queda populacional, os Mura foram obrigados a reduzir a sua mobilidade e a depender cada vez mais das roças e dos produtos externos que lhes eram fornecidos nos barracões ou levados por regatões em troca da produção de borracha, e um pouco depois, da produção de castanha. Com o passar das décadas, a inserção no mercado regional e a circulação de dinheiro para obter produtos básicos necessários para a sua vida se tornou incontornável, levando os Mura a comercializar farinha, castanha, tucumã, açaí, melancia e outros produtos da mata e das roças. Tudo isto reduziu cada vez mais a sua mobilidade e hoje estão articulados com a economia regional, o qual não é outra coisa que uma adaptação do seu sistema produtivo às circunstâncias atuais e uma mostra de resiliência frente à situação assimétrica em que se encontram.

Esta importante transformação do sistema produtivo, porém, não eliminou fundamentalmente as características gerais do sistema agroflorestal misto que os Mura praticam desde há séculos, pois como foi explicado acima, o atual sistema produtivo depende da alternância e a sazonalidade, dedicando parte do ciclo produtivo anual ao extrativismo de produtos florestais, em especial da castanha, o açaí e o tucumã, entre

outros, que hoje permitem que parte das safras sejam destinadas à comercialização. O cultivo de mandioca brava e a fabricação de farinha é sem dúvida produto da expansão colonial. Boa parte dos arqueólogos que trabalham na Amazônia tem chamado a atenção sobre a diversidade de sistemas agroflorestais indígenas do passado, quase todos não dependentes do cultivo da mandioca (Neves 2013) e explicam que a predominância visível atualmente das roças de mandioca foi resultado da introdução de machados e facões pelos europeus, a qual facilitou a derrubada de árvores para preparar campos de cultivo maiores e a produção de farinha, alimento de fácil transporte em viagens e expedições. Pode-se afirmar que os Mura não dedicavam tanto tempo às tarefas agrícolas no passado e estas se limitavam a pequenas plantações de cará, pimenta e algumas frutas, ou que, inclusive, não faziam roças, já que não dependiam do cultivo da mandioca brava e, quiçá, nem a plantavam, o qual não significa que desconheciam as técnicas para o seu processamento. De fato, os Mura preferiam usar outros tubérculos não necessariamente cultivados dos quais podiam produzir beijos, farinhas e outros derivados que requerem dos mesmos tratamentos tecnológicos da mandioca, os quais envolvem, entre outros, a eliminação da toxicidade e a separação da massa e da goma, graças ao uso de tipitis, peneiras e raladores após lavagens e/ou deixando os tubérculos submersos na água por alguns dias. Essa tecnologia de separação da massa e a fécula para preparar farinhas e beijos não é dependente da agricultura e foi bastante comum no passado amazônico, aplicada tanto a tubérculos como a frutas, por exemplo buriti, japurá, uacu, umari, pequiá, entre outros (Mendes dos Santos 2020).

No caso dos Mura, além dos frutos das palmeiras de babaçu e outras que permitiam preparar beijos e grolados, o tubérculo preferido no passado parece ter sido a batata mairá ou *manhafã* (*Casimirella rupestris* - Ducke), liana tuberosa de terra firme, comum em áreas antrópicas de Terra Preta, que produz uma enorme batata que pode pesar facilmente entre 80 e 200 quilos. Algumas mulheres mura da TI Cunhã-Sapucaia relataram, de acordo com Amoroso (2020), que antigamente ninguém plantava roça e que tiravam a batata *manhafã* para fazer farinha e beiju, pois a batata “é igual uma mandioca” e que era um tipo de comida “antes da mandioca”. Isto pode explicar a razão pela qual os Mura da TI Curara se referem aos tubérculos de mandioca como *batatas*, já que a expansão da mandioca e a sua forma de cultivo pela Amazônia terminou substituindo a batata *manhafã* na dieta dos Mura. De qualquer modo, sua presença hoje é percebida pelos Mura como um bom indicativo da qualidade do solo para abrir uma nova roça e dos caminhos pelos quais se deslocavam os ancestrais (Amoroso 2020). Na TI Curara, os

Mura afirmaram que esta batata era a comida “do pessoal antigo”, a comida que os Mura gostavam, a comida própria como também é até hoje o mingau de cará roxo (FIGURA 33).

Figura 33 - Batata manhafã e mingau de cará roxo



Fotos: Luis Cayón, 2024

Com os séculos, mudou a planta com a que os Mura mais preparavam farinhas e beijos, passando da batata *manhafã* à mandioca, mas, muito menos relacionada com a dieta, a principal implicação para os indígenas foi a intensificação das horas de trabalho decorrentes das tarefas agrícolas, um reflexo da gradual da perda de mobilidade que foram sofrendo com o passar dos séculos. Assim, a importância que foi adquirindo a agricultura é apenas um indicador de um fenômeno muito mais destrutivo da forma tradicional de vida dos Mura, derivado do contato com a sociedade envolvente que também, entre outros impactos, produziu a perda da língua, a adoção do catolicismo amazônico e a maior permanência em vilas coloniais e aldeias, entre outros. Foi no início do século XX, com a instauração do sistema de aviamento, em especial com a chegada do coronel Carlos Lindoso e o posterior domínio dos Avelino, com o auspício das autoridades regionais e do SPI, que os Mura da TI Curara ficaram definitivamente sem muitas opções de transitar pelo seu território tradicional mais amplo e foram obrigados a se engajar nos auge extrativistas de extração da borracha, a castanha, a sorva, a copaíba, as peles de animais e, mais recentemente, as madeiras de lei como o pau-rosa. A invasão cada vez mais intensa do seu território gerou a insegurança sobre a posse tradicional das terras e dos castanhais, causando também a saída de muitas famílias para Manicoré e outras cidades, a diminuição das possibilidades de acessar recursos necessários para a sua sobrevivência e a sua inserção cada vez maior na economia regional. Situação agravada nas últimas décadas com a chegada da GHETAL S.A e a intensificação da presença não indígena na TI Curara, quando a pesca e a caça predatórias para fornecer o mercado de Manicoré começaram a afetar a sempre lembrada grande fartura do rio Maturá. O impacto sobre as populações de peixes e animais continua com as invasões atuais que impedem o acesso dos Mura da TI Curara a boa parte do território tradicionalmente ocupado para evitar possíveis confrontos violentos com os invasores.

Desse modo, os Mura da TI Curara foram compelidos a orientar parte do seu sistema produtivo à economia regional. Nessa direção, a roça e, por consequência, a produção de farinha constituem hoje as principais atividades produtivas indígenas na TI Curara. A comercialização da farinha iniciada a partir de outubro é realizada através de regatões (tipo de comércio fluvial praticado na Amazônia desde o Brasil colônia, onde uma embarcação e um comerciante se deslocam entre as comunidades e centros regionais), envolvendo um “atravessador” que se desloca até as comunidades e compra a maior parte da produção que será revendida em Manicoré, principal mercado consumidor

da farinha produzida pelos Mura da TI Curara. Também é possível pelo deslocamento do produtor indígena até Manicoré, onde realiza a venda diretamente no porto.

A necessidade de envolvimento do “atravessador” é vista pelos indígenas como impedimento à autonomia e valorização da produção, considerado que acordos de compra e venda são estabelecidos no momento da chegada dos regatões na comunidade, que definem os preços dos produtos, com base no mercado externo. Ao mesmo tempo, a ausência de barcos nas aldeias e comunidades que façam o transporte de toda a produção de farinha até Manicoré é também destacada pelos indígenas como barreira na busca de autonomia na comercialização da farinha, e garantia de melhores preços. Situação que tem se agravado drasticamente durante os últimos dois anos de seca extrema na Amazônia, onde os barcos maiores não estão conseguindo chegar nas comunidades e a comercialização da farinha até Manicoré está sendo realizada pelos próprios indígenas através de casquetas movidas a motor de rabeta.

Além da farinha, as roças indígenas na TI Curara também produzem macaxeira, cará, abacaxi, cana, banana, jerimum, maxixe, pepino, milho, feijão, mamão, cacau, melancia e tangerina. A maioria desses produtos é pouco ou não comercializados, com a exceção da melancia, a qual possui um grande mercado comprador na região e exportador para o estado. A rede de distribuição da melancia nas comunidades da TI Curara é semelhante à da farinha, envolvendo o regatão.

Por outra parte, o extrativismo da castanha é uma atividade produtiva fundamental no modo de vida e ocupação do território Mura na TI Curara. A comercialização da castanha segue um circuito semelhante ao da farinha: os regatões compram a castanha diretamente das comunidades e a revendem em Manicoré, ficando com a maior parte do valor agregado ao produto. Dependendo da quantidade coletada por cada família ou indivíduo, a castanha pode ser vendida dentro da própria comunidade, geralmente para parentes que já acumularam certo volume e que irão repassá-la aos regatões. Em alguns casos, a produção é levada diretamente ao porto de Manicoré para a venda. O valor da lata de castanha não beneficiada depende da época que será comercializada, variando de R\$ 30,00 a R\$ 150,00 (início da feira), onde a oferta é baixa. As castanhas comercializadas pelas comunidades da TI Curara são normalmente beneficiadas em agroindústrias e cooperativas na cidade de Manicoré, e exportadas para outras regiões.

Para os Mura, as configurações sócio-comerciais heterogêneas e a falta de autonomia aparecem desde a atuação do Serviço de Proteção aos Índios, que até 1960 exercia no baixo Madeira a condição de patrão dos Mura no gerenciamento da

comercialização da castanha, adequando a articulação indígena ao sistema, buscando garantir a circulação da mercadoria e segurança diante as frentes extrativistas (Moreira Santos 2009). No caso da TI Curara, o SPI não teve influência neste assunto e o comércio da castanha extraída pelos indígenas sempre esteve diretamente nas mãos dos “coronéis” e dos regatões.

Anos atrás foi importante a comercialização do açaí e, em tempos mais recentes, o tucumã tem ocupado um papel mais importante. Embora o extrativismo da palmeira de tucumã seja uma prática desenvolvida ao longo do tempo pelos Mura da TI Curara, este tem se destacado na última década em decorrência do alto valor do produto no mercado, onde uma saca de 100 kg poderia ser vendida a R\$ 500, R\$ 400 ou R\$ 300, dependendo da demanda e época do ano, considerando a produção de frutos de abril a outubro na TI Curara. No entanto, no último ano o valor do tucumã caiu muito no mercado, com o preço da saca chegando a R\$ 100. Segundo Pereira, da aldeia Terra Preta do Uruá, a dificuldade em transportar a produção para Manicoré é um dos principais desafios enfrentados atualmente em decorrência da seca histórica que atinge os rios amazônicos.

A comercialização dos tucumãs pode ser feita tanto através de regatões, como também através de compradores já definidos, normalmente quando se trata de grande volume de produção. Pereira, que possui um dos maiores tucumanzais da Terra Preta do Uruá, comenta que há 20 anos possui contrato de venda da sua produção com um comerciante de Manicoré, o que garante segundo ele uma maior estabilidade no valor do produto. Os tucumãs produzidos na TI Curara e comercializados em Manicoré são exportados para Manaus, que tem a bacia do rio Madeira como um dos principais polos de procedência dos frutos para a capital do estado (Didonet e Ferraz 2014).

Em alguns casos particulares e contra a vontade geral das comunidades, peixes, animais de caça e madeira de lei têm sido comercializados. Invasores do território tradicionalmente ocupado e comerciantes contratam a algum indígena para que clandestinamente pesque, cace ou tire a madeira. Sem ter detalhes de como funciona este tipo de associação e se a indução à atividade envolve algum tipo de coerção ou promessa, a percepção geral da comunidade mura da TI Curara é de que isto está errado, pois contribui com a redução de peixes e animais. Mas o pior efeito desta prática é que fomenta a ideia preconceituosa fora do território tradicionalmente ocupado de que são os próprios indígenas que estão acabando com a fartura do seu próprio território. Um argumento a mais que disfarça os interesses externos sobre essa TI.

O mal-estar coletivo que produzem estas atividades extrativistas clandestinas para comercialização também está relacionado com os conflitos e reclamações com os indivíduos envolvidos, já que isto enfraquece práticas de troca internas e a atualização do uso tradicional do território. A pesca e a caça são atividades produtivas tradicionais para a habitação permanente dos indígenas na TI Curara, a qual mantém a cultura ancestral presente no modo de vida atual das aldeias e comunidades. Porém, é importante destacar aqui a intrínseca relação entre os indígenas e tais atividades produtivas, que além de serem fundamentais para a alimentação das famílias e revelarem o amplo conhecimento indígena do território, não podem ser simplificadas a uma mera relação utilitária dos recursos faunísticos porque estas atividades são também uma forma de exercer efetivamente a sua territorialidade. Ao se deslocarem por entre os furos, igarapés, rios, igapós, matas e campos da natureza em busca de locais para a pesca e para a caça, os pescadores e caçadores se envolvem em profundos conhecimentos sobre a ecologia de todo o ecossistema da sua TI. Os animais abatidos nessas atividades, além de serem consumidos pela família do caçador/pescador, são também compartilhados entre parentes da própria comunidade. Dependendo da situação, as relações com parentes podem também envolver trocas entre produtos faunísticos por farinha e castanha ou por serviços como o auxílio na roça, na elaboração de farinha para comercialização e na extração de madeira para construir casas ou cascos, entre outras. Deste modo, a exploração clandestina de peixes, animais e madeiras se coloca como contrária às práticas sociais coletivas.

Estas práticas sociais de trocas, como se verá na Parte 5 deste RCID, são fundamentais para a vida cotidiana nas aldeias. Os alimentos industrializados, em especial biscoitos, doces e café, são hoje importantes produtos de circulação entre as casas e reforçam as relações sociais entre parentes. O combustível e o óleo para as rabetas são também fonte de venda ou troca que dinamizam acordos de trabalho e ajuda entre os homens mura. Por isto, esses derivados do petróleo são hoje indispensáveis porque facilitam a mobilidade e o transporte pelos rios do território tradicionalmente ocupado. De acordo com a disponibilidade de combustível e de dinheiro, pois também devem reclamar na cidade as ajudas do Bolsa Família que a maioria das famílias recebe, os chefes de família, às vezes acompanhados por suas esposas ou filhos, fazem viagens curtas com certa regularidade para Manicoré para fazer compras de mantimentos, em especial arroz, pasta, café, sal, açúcar, etc., e de utensílios necessários para a vida doméstica. Os Mura da TI Curara afirmam que se sentem inseguros em Manicoré, pois há sempre o perigo

potencial de serem ameaçados, constrangidos ou discriminados pelos não indígenas. Em poucos casos, homens mura compram bastantes mantimentos em Manicoré e os comercializam dentro da TI Curara, o qual serve para aliviar alguma carência de algum produto e que não justifica a longa viagem à cidade. Foi observado durante o trabalho de campo que um jovem mura da aldeia Biribá possui um flutuante onde vende botijões de gás e óleo para motor, e que na aldeia Ponta Natal da TI Pinatuba há uma loja onde podem se comprar alguns alimentos industrializados. Esses negócios são um importante apoio para um acesso mais fácil a esses produtos pelos indígenas de todo o rio Maturá.

Portanto, considerando as principais práticas produtivas Mura na TI Curara, é importante salientar que essas não se mantiveram estáticas ao longo do tempo e que se atualizam através da incorporação de conhecimentos, instrumentos e técnicas da sociedade não indígena. Essas complementam as práticas tradicionais e colaboram na manutenção das relações sociais e da mobilidade sazonal. A ampla circulação mura pelo território em busca de áreas de pesca, caça, castanhais, tucumanzais, florestas maduras para a retirada de madeira e expansão de área de roças, hoje ajudada pelas rabetas, evidencia que tais práticas produtivas não se restringem às áreas próximas às aldeias, mas se distribuem pelo território dependendo da disponibilidade dos recursos, da sazonalidade ambiental e do histórico de manejo da prática produtiva, como por exemplo as roças que se regeneram e se convertem em capoeiras ao longo dos anos. Tudo isto se articula hoje numa intensa rede de circulação no ordenamento territorial que se expande para além da TI através da comercialização de produtos alimentares e aquisição de serviços, equipamentos, instrumentos e tecnologias vindos da cidade.

IV– QUARTA PARTE

MEIO AMBIENTE

Portaria nº 14/MJ/96:

Meio Ambiente

- a) identificação e descrição das áreas imprescindíveis à preservação dos recursos necessários ao bem-estar econômico e cultural do grupo indígena;
- b) explicitação das razões pelas quais tais áreas são imprescindíveis e necessárias;

4.1 Introdução

A quarta parte do relatório tem como fonte principal o Relatório Ambiental elaborado por Alci Albiero Jr., em anexo, que integrou o Grupo de Trabalho para o presente RCID. A parte ambiental aqui apresentada segue as *Orientações básicas para a caracterização ambiental das terras indígenas em estudo* (Tempesta et. al. 2013), que possui como princípios norteadores metodológicos a transversalidade, interdisciplinaridade e diálogo intercultural e intercientífico necessários para a caracterização da territorialidade indígena e da sustentabilidade da terra em estudo. Para tanto, estabelece cinco dimensões de territorialidade contempladas no presente relatório: (1) cosmologia, práticas e conhecimentos etnoambientais; (2) ocupação, habitação e história ambiental; (3) uso e manejo dos ambientes e dos recursos naturais; (4) impactos e conflitos socioambientais; e (5) gestão ambiental e territorial.

Durante os trabalhos de campo, o diagnóstico socioambiental foi realizado através da Avaliação Ecológica Rápida¹⁰ e do diálogo intercultural e intercientífico com os indígenas em busca de compreender sua cosmografia, definida por Little (2002) como os “*saberes ambientais, ideologias e identidades coletivamente criados e historicamente situados que um grupo social utiliza para estabelecer e manter seu território*”. A cosmografia revela que o território não pode ser definido apenas por um espaço físico,

¹⁰ A Avaliação ecológica rápida é uma metodologia que busca um rápido diagnóstico da paisagem e de seus componentes florísticos e faunísticos, através da combinação de informações coletadas em campo, como a observação direta, e de sensoriamento remoto, em busca de produzir informações úteis para o planejamento da conservação ambiental em múltiplas escalas (Sayre et. al, 2003).

pois representa as relações sociais, políticas, ambientais e afetivas que produzem a territorialidade de um povo ao longo de sua história. Portanto, seguindo as orientações básicas para a caracterização ambiental das terras indígenas em estudo (Tempesta et. al. 2013), documento que orienta a elaboração do presente relatório a partir da criação de um ambiente participativo e dialógico que permita a colaboração mútua e conexões entre o conhecimento indígena e o conhecimento científico, diversas atividades e ferramentas metodológicas participativas foram realizadas.

Primeiramente, ao chegarmos no território indígena, foi realizada uma reunião geral na comunidade Curara, com a participação da maioria das comunidades presentes na TI, onde foi apresentada a equipe técnica do GT, a proposta de trabalho e os locais a serem visitados, e a sugestão de uma data para a reunião geral, onde seria discutida a proposta final dos limites do território indígena. Logo no primeiro encontro a participação indígena foi fundamental na indicação de potenciais colaboradores e locais relevantes para os estudos de natureza etno-histórica, sociológica e ambiental, necessários à delimitação da TI.

O etnomapeamento, ferramenta de gestão territorial e ambiental de terras indígenas, definido Art. 2º, inciso II do Decreto Nº 7.747, de 5 de junho de 2012, que institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), como mapeamento participativo das áreas de relevância ambiental, sociocultural e produtiva para os povos indígenas, foi uma importante estratégia metodológica utilizada pelo GT, em busca de ampla participação indígena em todas as etapas do trabalho. Atividade que mobilizou grande parte das comunidades, contando com a colaboração de pessoas de diferentes idades, gênero, escolaridade e relação com o território.

Além do etnomapeamento, foram realizadas observações diretas das atividades realizadas pelos indígenas como a caça, a pesca, e a produção de farinha, entrevistas semi-estruturadas individuais e coletivas sobre a cosmografia indígena, caminhadas guiadas pelas principais áreas de ocupação e uso do território, como quintais, sítios, roças, áreas de coleta e extrativismo, castanhais, tucumanzal, florestas secundárias e capoeiras, matas (florestas maduras), campos de natureza (campinas) e áreas de terra preta. Considerando a relevância dos caminhos fluviais para a mobilidade, reconhecimento e habitação indígena do território, expedições pelos rios, igarapés e lagos foram realizadas para uma melhor descrição socioambiental da TI. Se destaca uma expedição de três dias e três noites

em direção às cabeceiras dos rios Atininguinha¹¹ e Jatuarana (bacia do rio Matauará), na companhia de dez homens mura da aldeia Curara em duas *casquetas* (nome da embarcação construídas pelos indígenas com tábuas de madeiras nativas) e rabeta (pequeno motor de propulsão), reconhecidas como áreas imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar.

A observação participante foi a estratégia utilizada se aproximar das interações socioambientais, conflitos e atividades de uso, manejo e ocupação do território indígena, identificando hábitos, costumes e tradições. O que também favoreceu a compreensão da toponímia, e o registro dos nomes e categorias utilizados pelos indígenas na descrição das plantas, animais e instrumentos, que foram utilizados como referências no presente relatório. A comunicação via WhatsApp com os indígenas após as atividades de campo foi utilizada para o esclarecimento de dúvidas, e manutenção do contato. Os dados foram registrados em caderno de campo, fotografias e pontos georreferenciados através do aplicativo Gaia.

O relatório ambiental compõe principalmente a IV – Quarta Parte do RCID: Meio ambiente: a) identificação e descrição das áreas imprescindíveis à preservação dos recursos necessários ao bem-estar econômico e cultural do grupo indígena; b) explicitação das razões pelas quais tais áreas são imprescindíveis e necessárias, seguindo as regras estabelecidas pela Portaria/MINISTÉRIO DA JUSTIÇA nº 14, de 09 de janeiro de 1996, que orienta a elaboração do relatório. Porém, considerando o conceito de terra tradicionalmente ocupada, definida no artigo 231 da Constituição Federal de 1988 como as áreas habitadas em caráter permanente pelo grupo indígena, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar, e as necessárias à sua reprodução física e cultural, de acordo com seus usos, costumes e tradições, o componente ambiental oferece um amplo suporte na construção do Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação.

Os Mura desenvolvem uma variedade de atividades produtivas relacionadas ao manejo dos ambientes e dos recursos naturais, que variam ao longo do tempo e do espaço. Tais práticas, intrinsecamente relacionadas ao conhecimento, à ocupação tradicional do

¹¹ É importante destacar que o rio Atininguinha não aparece na cartografia oficial da região, embora, para os Mura da Terra Indígena Curara, ele seja utilizado para se referir às regiões do rio Matauará mais próximas das cabeceiras.

território e à sua habitação permanente, legitimam a compreensão de que o uso tradicional indígena do ambiente, entendido como uma forma de conservação dinâmica e *in situ*, contribui para a conservação ambiental. Ou seja, os usos e manejos dos ambientes e dos recursos naturais pelos Mura da Terra Indígena Curara conservam o ambiente, garantindo a ressurgência da biodiversidade e acelerando processos de resiliência da paisagem. Neste contexto, resiliência é compreendida como a capacidade de um sistema sócio-ecológico de manter-se após alguma perturbação — o que não significa necessariamente um retorno às condições sócio-ecológicas pretéritas, mas sim a garantia da manutenção e da inovação das relações sócio-ecológicas (Tempesta et. al. 2013). A máxima segundo a qual o uso indígena conserva o ambiente é destacada na tese de doutorado de Junqueira (2010), que observou, na região do médio Madeira, o aumento da abundância e da riqueza de espécies em florestas secundárias manejadas em solos antropogênicos, em comparação com florestas secundárias sem histórico de ocupação ancestral indígena. Soma-se a isso a pesquisa de ecologia histórica desenvolvidas por Balée (1993), que chama a atenção para a contribuição do manejo ambiental indígena no aumento da diversidade beta (variações entre comunidades) em florestas secundárias (capoeiras) da Amazônia.

Compreender a história ambiental da TI Curara é ser guiado por complexas redes e engajamentos criativos humanos e não humanos com o ambiente, capazes de revelar as condições socioambientais ao longo do tempo que produziram e produzem o território. A organização do território indígena através das categorias ambientais e paisagens reflete o amplo conhecimento indígena do território, intimamente relacionado às variações sazonais climáticas às quais são expostos ao longo do ano, com marcado período seco entre junho a setembro e um período chuvoso entre outubro a maio, reconhecido pelos indígenas da TI Curara como período das “*águas grandes*”, acompanhado das alterações na vazão dos rios.

Nesse sentido, as categorias dos ambientes e paisagem em suas dimensões físicas, biológicas, sociais e históricas, são produzidas através de íntimas relações de uso, ocupação, cuidado, memória e manejo indígena. A descrição dos ambientes da TI Curara, por meio de categorias científicas da paisagem, também nos ajuda a compreender a importância da heterogeneidade ambiental na dinâmica socioambiental que se estabelece entre os Mura e os ambientes, além de fornecer importantes indicadores do status de conservação do território.

4.2 Descrição geo-ecológica

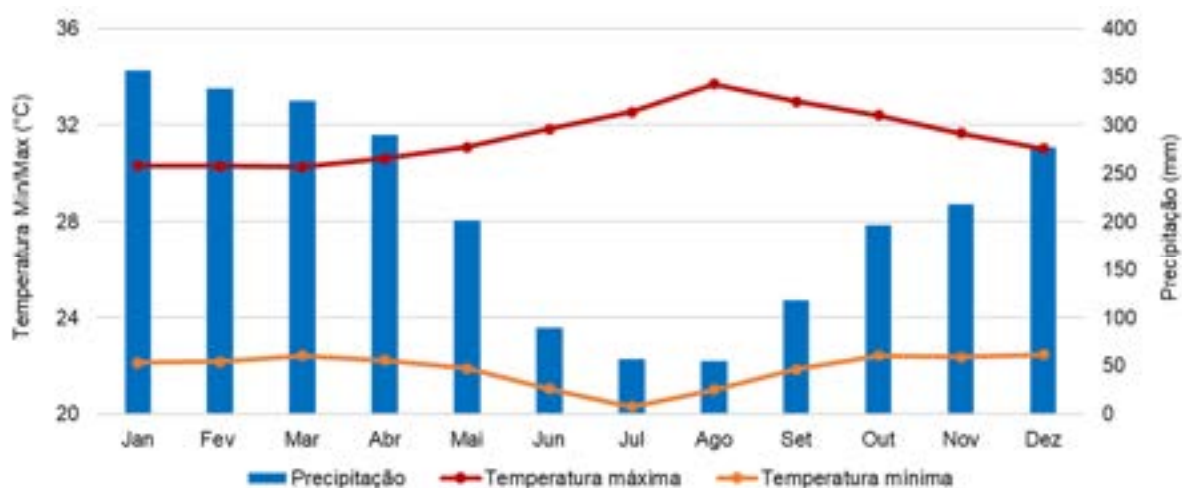
Na continuação se apresentam as categorias ecológicas da TI Curara, destacando seu clima, drenagem, geologia, geomorfologia, solos e fitoecologia.

4.1.1 Clima

Segundo a classificação de Köppen, baseada nos valores médios das temperaturas do ar e precipitações pluviométricas, aqui utilizada pela facilidade de aplicação e ampla divulgação no Brasil, a região da TI Curara apresenta clima Af (quente – temperatura média do mês mais frio superior a 18oC – e constantemente úmido).

Séries históricas (1950 a 2023) de precipitação e temperatura máximas e mínimas (FIGURA 34) sobre a TI Curara (Longitude: 61.10W; 60,35L e Latitude: 6.25 S; 5.30 N) revelam períodos secos com precipitação abaixo dos 100 mm com duração de três meses entre junho e agosto, e períodos de maior incidência pluviométrica acima de 200 mm entre dezembro e abril. Temperaturas máximas acima de 32°C coincidem com o período de menor precipitação entre os meses de julho e agosto, e o início do aumento das chuvas entre setembro e outubro, sendo as temperaturas mínimas não inferiores a 20°C durante o mês de julho.

Figura 34 - - Climograma de séries históricas (1950 – 2023) de temperaturas mínimas e máximas e precipitação da região da TI Curara (Longitude: 61.10W; 60,35L e Latitude: 6.25 S; 5.30 N)



Fonte: CRU TS 4.08 (land) 0.5°, Climate Explorer (2024).

Todos os rios que drenam a TI Curara são afluentes do rio Madeira, que possui vazão média anual de 232.712 m³/s, segundo os dados referentes à série histórica de 1967 a 2023, registrados na estação meteorológica de Manicoré (FIGURA 35). Reduções na

vazão do rio nos últimos anos coincidem com os eventos climáticos extremos relacionados às secas históricas dos rios amazônicos entre 2022, 2023 e 2024, onde o rio Madeira atingiu cotas mínimas recorde em 10/09/2024 com valores de 71 cm na altura de Porto Velho (RO) (Sinimbú, 2024).

A série histórica (1967 a 2023) da vazão média mensal do rio Madeira pode ser observada na Figura 35. É evidente uma marcada estação de cheias entre janeiro e maio e uma estação mais seca de junho a outubro. Quando comparado aos dados de precipitação (FIGURA 36), é possível observar um pequeno atraso do pico da vazão (dezembro) em relação às chuvas (set., out., nov.), característico de florestas tropicais e equatoriais. Os valores de vazão média mensal indicam o mês de abril (47.592 m³/s) como o maior pico de vazão, ou como reconhecido pelos Muras – período de água grande, seguido pelo mês de março com média de 43.998 m³/s. Os valores médios declinam a partir do período seco, que inicia em junho com a redução acentuada das chuvas.

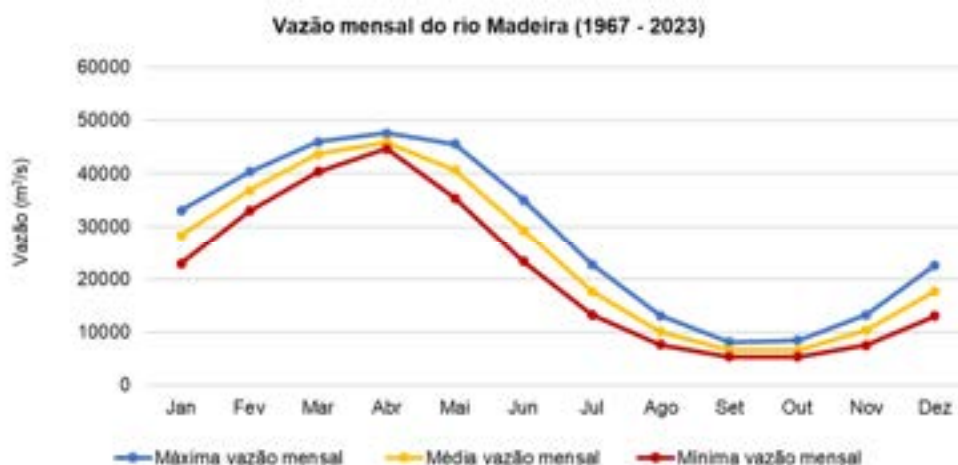
Reconhecer as séries históricas de precipitação, temperatura e vazão dos rios é fundamental para compreendermos a dinâmica de uso e ocupação do território indígena ao longo do espaço e do tempo, o que favorece o desenvolvimento estratégico no manejo indígena do território e identificação de possíveis riscos climáticos.

Figura 35 - Vazão média anual do rio Madeira, mensurada na estação Manicoré



Fonte: <http://hidroweb.ana.gov.br>

Figura 36 - Série histórica (1967 a 2023) da vazão média, máxima e mínima mensal do rio Madeira, mensurada na estação Manicoré



Fonte: <http://hidroweb.ana.gov.br>

4.1.2 A TI Curara no contexto da bacia de drenagem do médio rio Madeira

O rio Madeira é o último tributário da margem direita do sistema Solimões-Amazonas, no estado do Amazonas, e o mais habitado e comercialmente explorado da região, proporcionando em seu trecho navegável de aproximadamente 1.345 km entre Porto Velho e a sua foz do rio Amazonas, importante canal de integração e comércio entre a região Norte e o restante do país.

Abrangendo aproximadamente 1.4 milhões de km² de área de influência, cobrindo cerca de 20% da bacia amazônica (Py-Daniel, 2007), o rio Madeira tem seus formadores nos sopés dos Andes em território boliviano e peruano, com nascentes na Bolívia, passando ao longo de 3.315 km por grandes variações altitudinais até desembocar no rio Amazonas, sendo responsável por 15% de toda a descarga do rio Amazonas no Atlântico (Goulding et al. 2003). A maior parte da bacia em solo brasileiro, trecho médio e baixo, corre em um vale aluvial, sujeito a inundações temporárias. A flutuação nesses trechos pode chegar a pouco mais de 10 metros em resposta ao barramento do rio Amazonas, ocasionando uma destacada sazonalidade no trecho médio e inferior do rio (Py-Daniel 2007).

Caracterizado por suas águas barrentas ou “brancas”, suas margens formam áreas de várzea com vegetação e solos adaptados à sazonalidade de cheia e vazante, e áreas de terra firme não alagadas. Ao contrário do Madeira, seus tributários com origem no escudo brasileiro apresentam águas claras, estando os afluentes maiores e de maior caudal

localizados na bacia de drenagem da margem direita, com destaque para os rios: Ipixuna, Marmelos, Manicoré, Atininga, Arauá, Mariepaua e Aripuanã, que geralmente tem os trechos inferiores (boca) de seu curso em lagos posicionados próximos à desembocadura, escoados por furos até o rio Madeira (Mauro et. al. 1978, Py-Daniel 2007).

O sistema de drenagem da porção direita do médio Madeira com maior influência sobre a TI Curara é constituído pelo conjunto de bacias referentes aos rios principais: Manicoré, Atininga, Uruá, Mariepaua, Aripuanã e Matauará. Segundo Hayakawa e Rossetti (2013), os padrões de drenagem predominante para o conjunto dessas bacias incluem subtreliça (51,6%), subtreliça/subdendrítica (26,1%) e subdendrítica (21%), características de rios que não se lançam de modo direto ao seu curso, mas realizam inflexões do fluxo do canal coletor buscando-o por vias mais longas mediante furos sinuosos ou retificação (Mauro, et al. 1978).

4.1.3 Geologia

A geologia da bacia do médio Madeira é relativamente uniforme, apresentando topografia plana com interflúvios tabulares e algumas colinas. Nos interflúvios, ocorrem terraços e planícies fluviais, que apresentam solos hidromórficos gleyzados e aluviais eutróficos, em duas grandes áreas de idades geomorfológicas distintas, Área Cratônica do Guaporé – de idade Pré-Cambriana (Py-Daniel 2007).

A região da TI Curara é representada segundo RADAMBRASIL (1978), Folha SB20 Purus, 60-62° Oeste e 5-7° Sul, pelas formações geológicas:

- *Solimões*: formação de pequena, média e grande amplitudes de estratificações plano-paralelas e cruzadas tabulares e acanaladas, na qual a sedimentação é relacionada à orogênese dos Andes e à subsidência geral da bacia, com afundamentos e soerguimentos de intensidade variável, resultantes da reativação de antigas falhas (Cavalcante 2006). Constituindo-se essencialmente de argilitos e siltitos finamente laminados e maciços, contendo lentes de linhito e turfa, concreções carbonáticas e gipsíferas, além de quantidades menores de sedimentos arenosos, diversificação que implica em grande variação de classes de solos, na variabilidade à suscetibilidade à erosão, no seu ciclo hidrológico e em sua vegetação natural (Cavalcante, 2006).

- *Super Grupo Uatumã, Grupo Beneficente*: apresentando rochas do tipo arenitos, argilitos, estratificação cruzada e marcas de onda, tufo ácido e conglomerados intercalados, incluindo seixos de vulcânicas: quartzitos, metassiltitos e ardósias.
- *Super Grupo Uatumã, Formação Roosevelt*: apresentando rochas do tipo riolitos, dacitos, riodacitos e andesitos; tufo e ignimbritos ácidos a intermediários, vulcanismo subsequente fissural, explosivo.

4.1.4 Geomorfologia

Geomorfologicamente, a bacia de drenagem do médio Madeira é compartimentada em quatro unidades morfoestruturais: Planície Amazônica, Depressão Interplanáltica da Amazônia Meridional, Planalto Rebaixado da Amazônia (Occidental) e Serras e Chapadas do Cachimbo (Mauro et al., 1978).

As unidades morfoestruturais presentes na TI Curara segundo a Folha SB20 Purus do RADAMBRASIL (1978) são:

- *Planalto Rebaixado da Amazônia (Occidental)*: Caracterizadas como extensas áreas conservadas e de relevos dissecados em interflúvios tabulares. Estas áreas são cobertas principalmente pelos sedimentos pliopleistocênicos da Formação Solimões e litologias pré-cambrianas localizadas (Py-Daniel 2007).
- *Serras e Chapadas do Cachimbo*: Unidade definida como um conjunto de relevos residuais em forma de cristas alinhadas paralelamente, chamado de serras (ou colinas), e interflúvios tabulares, geralmente delimitados por rebordos, e superfícies tabulares denominadas de chapadas (Py-Daniel 2007).
- *Depressão Interplanáltica da Amazônica Meridional*: superfície rebaixada, dissecada, em formas predominantemente convexas, com drenagem de padrão dentrítico, variando entre 200 e 350 metros de altitude (Padilha e Souza

2018), onde afloram litologias pré-cambrianas do Complexo Xingu e rochas vulcânicas da Formação Iriri (Melo; Franco 1980).

As unidades apresentam as seguintes formas de acumulação:

- *Áreas de acumulação inundáveis*: Áreas aplainadas com cobertura arenosa, periódica ou permanentemente alagadas, estando geralmente incorporadas de modo precário à rede de drenagem e, eventualmente, não apresentando qualquer ligação com ela. Como observado em uma extensa área na divisa entre os rios Matauará e Uruá.
- *Planícies aluviais*: Áreas aplainadas resultante de acumulação fluvial, periódica ou permanentemente alagadas, geralmente comportando diques marginais ou processos de colmatagem.

4.1.5 Solos

Os principais solos presentes nas áreas da TI Curara segundo a folha SB20 Purus do RADAMBRASIL (1978) que define o Mapa Exploratório dos solos, com atualizações da classificação pela EMBRAPA (2024), são:

- *Latossolo Amarelo*: Solos desenvolvidos de materiais argilosos ou areno-argilosos sedimentares, de coloração amarelada, coesos a muito coesos, tornando-se duro ou extremamente duro no estado seco, mas apresentando boas condições físicas de retenção de umidade e boa permeabilidade, localizados em relevo plano ou suavemente ondulado (EMBRAPA 2024).

Solos predominantes na TI Curara e localizados principalmente na porção norte e central da TI Curara, entre os rios Atininga, Uruá, Matauará e Mariepaua, em áreas de terra firme.

- *Latossolo Vermelho Amarelo*: Solos associados aos relevos planos, suave ondulado ou ondulado, profundos e porosos, oferecendo condições adequadas para o bom desenvolvimento radicular, são também uniformes quanto a cor,

textura e estrutura em profundidade, ocorrendo em ambientes bem drenados (EMBRAPA 2024).

Solos localizados principalmente na porção sul da TI Curara, entre o rio Uruá e Aripuanã.

- *Argissolos* (solos anteriormente classificados como *Podzólico Vermelho Amarelo Álico*): solos mediantemente profundos a profundos, moderadamente drenados, com horizonte B textural (horizonte diagnóstico que caracteriza a classe de solo), de cores vermelhas a amarelas e textura argilosa, abaixo de um horizonte A ou E de cores mais claras e textura arenosa ou média, com baixos teores de matéria orgânica. Apresentam argila de atividade baixa e saturação por bases alta, desenvolvendo-se a partir de diversos materiais de origem, em áreas de relevo plano a montanhoso (EMBRAPA, 2024).

Solos localizados em uma pequena área no Sul da TI Curara entre o *Latossolo Vermelho Amarelo Álico* próximos as cabeceiras do rio Uruá.

- *Espodossolos* (solos anteriormente classificados como *Podzol Hidromórfico*): solos em geral, moderada a fortemente ácidos, normalmente com saturação por bases baixa (distróficos), podendo ocorrer altos teores de alumínio extraível. A textura é predominantemente arenosa, sendo menos comumente textura média e raramente argilosa (tendente para média ou siltosa) no horizonte B espódico. Variam de pouco profundos até muito profundos. A drenagem é muito variável, havendo estreita relação entre profundidade, grau de desenvolvimento, endurecimento ou cimentação do horizonte diagnóstico (B espódico) e a drenagem do solo (EMBRAPA 2024).

Solos distribuídos por toda a TI Curara, preferencialmente próximos a rios e igarapés, por isso recorrentemente úmidos e com características de solos hidromórficos, com extensa distribuição nas cabeceiras do rio Uruá.

- *Terra Preta*: embora solos de Terra Preta, reconhecidos por sua fertilidade, fruto do manejo da terra por populações indígenas que viviam na região

Amazônia há milhares de anos em intrínseca relação com o ambiente (Woods 2003), não estejam incluídos no mapa exploratório de solos apresentado pelo RADAMBRASIL, tais solos antrópicos estão amplamente distribuídos por todo o território indígena, normalmente entre os rios e igarapé, regiões de ecótono florestas de terra firme e campos de natureza (campinas), e próximos às comunidades.

4.1.6 Fitoecologia

Seguindo o mapa fitoecológico apresentado através da folha SB20 Purus do RADAMBRASIL (1978), e a descrição do Manual técnico da vegetação brasileira (IBGE 2012), a TI Curara é representada pelas seguintes regiões fitoecológicas:

4.1.6.1 Floresta Ombrófila Densa

Também conhecida como florestal pluvial tropical, apresenta como principal característica ecológica a influência de fatores climáticos tropicais de elevadas temperaturas e altas precipitações, distribuídas ao longo do ano, embora com algumas regiões da Amazônia podendo apresentar período seco pronunciado com precipitação abaixo dos 100 mm com duração de três a quatro meses. Característica que vem se intensificando em decorrência do novo regime climático, aumento da temperatura dos oceanos, principais responsáveis pela precipitação sobre a floresta amazônica, e maior frequência de eventos climáticos extremos, como observado na bacia amazônica nos últimos três anos, que enfrenta um de seus períodos mais severos de cotas mínimas inéditas na história.

De forma geral apresentam vegetação densa em todos os estratos (arbóreo, arbustivo, herbáceo e lianas), com dossel normalmente contínuo, variando de 25 a 35 metros de altura, no qual sobressaem árvores emergentes de até 40 metros, com predomínio das famílias botânicas *Sapotaceae*, *Lauraceae*, *Lecythidaceae*, *Myristicaceae* e *Fabaceae*.

No interior da TI Curara, a Floresta Ombrófila Densa é apresentada pelas seguintes sub-regiões:

4.1.6.2 Floresta Ombrófila Densa de Terras Baixas – Florestas de Terra Firme

Formação situada em áreas de terrenos sedimentares do terciário/quaternário – terraços, planícies e depressões aplanadas não susceptíveis a inundações, e de maior abrangência sobre a TI Curara, estendendo-se da região norte à região centro-sul, quando se junta a formações pioneiras/florestas. É uma formação florestal que se destaca no bioma amazônico pela alta diversidade arbórea, biomassa e riqueza de espécies com grande valor comercial madeireiro, consequentemente, são áreas muito visadas para a exploração ilegal de madeira e avanços no desmatamento, como observado na TI Curara, onde os principais avanços na extração ilegal de madeira ocorrem em suas formações.

Sua fitofisionomia apresenta dois estratos verticais bem definidos, um emergente e outro uniforme, que podem divergir dependendo do estágio sucessional da floresta. Observações em campo de estágios maduros de sucessão, acompanhadas pelos indígenas, indicaram a presença das espécies no estrato emergente: angelim (*Dinizia excelsa* Ducke), maçaranduba (*Manilkara huberi* Standley), castanheira (*Bertholletia excelsa* Humb. & Bonpl.), breu (*Protium* sp.), copaíba mari mari (*Copaifera reticulata* Ducke), cumarú (*Dipteryx odorata* (Aubl.) Willd.), cajuí (*Anacardium giganteum* Hancock ex Engl.), pequiá (*Caryocar villosum* (Aubl.) Pers.), e o estrato uniforme com abundância de uxi-coroa (*Duckesia verrucosa*), uxi-liso (*Endopleura uchi*), louro (*Ocotea* sp.), louro gamelão (*Nectandra rubra* (Mez) C. K. Alien), marupá (*Simarouba amara* Aubl), maracatiara (*Astronium lecointei* Ducke) e cardeiro (*Scleronema micranthum* Ducke).

Também apresenta uma significativa incidência de palmeiras que atingem o estrato arbóreo em busca por luz, entre as quais podemos destacar na TI Curara: açai (*Euterpe precatoria* Mart.), tucumã (*Astrocaryum aculeatum* Meyer), caranã (*Mauritia carana* Wallace), caranaí (*Mauritiella aculeata* (Kunth) Burret), patauí (*Oenocarpus bataua* Mart.), e paxiúba (*Socratea exorrhiza*).

4.1.6.3 Floresta Ombrófila Densa Submontana - Florestas de Terra Firme

Formação que recobre tanto platôs de plataforma pré-cambriana como relevos dissecados em montes suaves e colinas. Nos platôs, a fitofisionomia apresenta árvores no estrato emergente e superior uniforme, com árvores de grande porte e altura acima de 40 metros, com ou sem a presença de lianas e palmeiras, e baixa incidência de estratos arbustivos a depender do histórico da vegetação. Podendo variar sua estrutura nas colinas e morros dependendo do maior ou menor grau de dissecação do relevo. Com destaque para as famílias botânicas de maior representatividade: *Fabaceae*, *Lecythidaceae*,

Burseraceae, *Euphorbiaceae*, *Humiriaceae* e *Lauraceae*, e as espécies *Dinizia excelsa*, *Protium heptaphyllum*, *Zigia racemosa*, *Vantanea guianensis*, *Sclerolobium guianense*, *Micrandra siphonioides*, *Couratari oblongifolia* e *Ocotea nítida* (Dionisio et. al. 2016).

Na TI Curara há predomínio da formação de Floresta Ombrófila Densa Submontana em platô, localizadas entre o rio Mariepaua (leste), região sul, nas proximidades das cabeceiras do rio Uruá, seguindo até as margens do rio Aripuanã.

4.1.6.4 Floresta Ombrófila Densa aluvial – Florestas de Igapó

Formação característica de áreas sazonalmente inundáveis (dezembro a maio na TI Curara), que ocorre ao longo dos cursos de água, ocupando os terraços antigos das planícies quaternárias. Apresenta com frequência um dossel emergente uniforme, porém, devido à exploração madeireira, a sua fisionomia torna-se bastante aberta. Essas florestas de igapó são ecologicamente adaptadas à intensa variação do nível da água e favorecidas pela renovação periódica do solo decorrente das cheias.

As florestas alagadas, conhecidas como Florestas Ombrófilas Densas Aluviais no Manual técnico da vegetação brasileira (IBGE 2012), recebem na região amazônica o nome popular de várzea ou igapó dependendo da cor da água do rio. Sendo as várzeas inundadas por águas barrentas/brancas, com nascentes nos Andes e carregamento de grande quantidade de nutrientes (Pires 1974, Prance 1979).

Os igapós de rios de água-preta com águas e solos pobres em nutrientes, por sua vez, não têm carregamento de sedimento em suspensão, embora transportando muito material orgânico, refletindo sua cor escura e pH ácido (Furch 1984), tendo as nascentes no escudo das Guianas e regiões sedimentares antigas (Prance 1979). Já os igapós de rios de água-clara, com características químicas e físicas intermediárias entre a várzea e o igapó de água preta, possuem solos de intermediária fertilidade e sedimentos em suspensões em condições variáveis, pouco transporte de material orgânico e nascentes localizadas nos escudos das Guianas e do Brasil Central em regiões cobertas por vegetação savânica/cerrado (Prance 1979).

Durante os trabalhos de campo na TI Curara, os indígenas utilizavam tanto os nomes várzeas como igapós para se referirem às florestas sazonalmente alagadas. Segundo as observações em campo e a literatura científica analisada (Pires 1974, Prance 1979, Furch 1984), os igapós de rios de água-clara caracterizam as paisagens alagadas da TI Curara, influenciando suas características fitoecológicas.

Sua fitofisionomia apresenta muitas palmeiras, lianas lenhosas e herbáceas, além do grande número de epífitas e bromeliáceas indicativas de estágios avançados de sucessão florestal e idade do ecossistema. Na região da TI Curara distribuem-se amplamente entre as margens dos rios Matauará, Uruá, Jatuarana, Atininguinha (Mataurá) e seus igarapés, com destaque para as espécies identificadas e reconhecidas pelos indígenas em campo:

- *Palmeiras*: buriti (*Mauritia flexuosa* L.), babaçu (*Attalea speciosa* Mart.), açaí (*Euterpe precatoria* Mart.), patauá (*Oenocarpus bataua* Martius), muitas vezes em formações monodominates reconhecidas como buritizais, babaçuais e patauazais.

- *Árvores*: acariúba (*Minquartia guianensis* Aubl.), piriquiteira (*Buchenavia ochroprumna* Eichler), caramurirana (*Pouteria campanulata* Baehn), ananí (*Symphonia globulifera* L.), envira (*Eschweilera tenuifolia* (O. Berg) Miers), caramuri (*Pouteria elegans* (A. D.C.) Baehn), louro do igapó (*Nectandra amazonum* Nees), goiaba arará (*Pisidium* sp.), cedrinho (*Erisma uncinatum* Warm.), tento (*Ormosia* sp.), ingarana (*Zygia* sp.), maparajuba (*Manikaria* Sp.), paxiubinha (*Socratea exorrhiza* (Mart.) H. Wendl.), louro preto do igapó (*Ocotea* sp.), envira do igapó (*Eschweilera* sp.).

Conde (2022), analisando critérios de intensidade de manejo para espécies potencialmente madeireiras em florestas de igapós de água-clara na Amazonia, sugere que o crescimento arbóreo se assemelha ao de florestas de várzea ricas em nutrientes, o que favoreceria o manejo dos recursos madeiros em baixa escala como o manejo comunitário. Nesse sentido, as florestas de igapós localizadas na TI Curara (FIGURA 37) podem ser consideradas importantes ecossistemas na manutenção das atividades produtivas indígenas dependentes dos recursos florestais madeireiros (ex. casas, casquetas (construída com tábuas de madeira), cascos (construídas com o tronco da árvore), arcos, etc.), destacando a potencialidade em seu manejo florestal sustentável.

Figura 37 – Igapó - *Igapós do rio Matauará*. Fotos: Alci Albiero Júnior, 2024.



4.1.6.5 Região dos Lagos

É importante destacar a presença de lagos (Lago do Jacaré) ao norte da TI Curara, formados pela desembocadura do rio Matauará, em direção à sua foz no rio Madeira. Tais regiões apresentam características de igapó de água-clara permanentemente inundados, com baixa riqueza de espécies arbóreas, embora de grande porte, e uma composição mais arbustiva de menor tamanho (10 a 15 metros) nas áreas do delta, com monodominância de uma espécie de *Myrtaceae*, reconhecida pelos indígenas como goiabinha (*Psidium* sp) e muito consumida pelos peixes.

Em porções mais elevadas e não inundadas permanentemente, reconhecidas pelos indígenas como “restingas dos lagos” e descritas como regiões de boa pesca durante o período seco, observa-se um componente arbóreo com distribuição isolada, altura não superior a 30 metros, baixa densidade de regeneração no sub-bosque e alta densidade de palmeiras.

Através de caminhadas com os indígenas pelas restingas dos lagos foi possível identificar a presença das seguintes espécies vegetais: muru-muru (*Astrocaryum murumuru.*), urucuri (*Attalea excelsa*), itaubarana (*Acosmium nitens*), jacareúba (*Calophyllum brasiliense* Cambess) e formações de buritizais (*Mauritia flexuosa*) e bambuzais (*Guadua* sp.).

Ambientes com formações de lagos não são exclusivos da região norte, estando presentes em grande parte das calhas dos principais rios de cortam a TI Curara (FIGURA 38). Se destacam os lagos Santa Maria (rio Matauará), Lago do Cujubim (rio Matauará), Lago Bom Futuro (rio Matauará), Lago do Jorge (rio Jatuarana), Lago do Vaqueiro (rio Jatuarana), Lago do Jatuarana (rio Jatuarana), Lago do Treze (rio Jatuarana), Lago do Pau Furado (rio Jatuarana), Lago do Maturá (nascente do rio). Os lagos são ambientes de extrema relevância para a alimentação de peixes, aves e habitat do peixe-boi (*Trichechus inunguis*), descritos pelos indígenas como a casa dos peixe-boi. Também são ambientes intensamente visitados pelos indígenas no período seco para a pesca e caça.

Figura 38 - Região dos lagos





Fotos acima: região dos lagos ao norte da TI Curara. Fotos abaixo região de lagos nas cabeceiras do rio Jatuarana. Na última foto à direita é possível observar a densidade de capim sobre a água indicando áreas de alimentação do peixe boi. Fotos: Alci Albiero Júnior, 2024.

4.1.6.6 Campos naturais amazônicos – Campinas

Formação presente em maiores proporções na região centro-sul da TI Curara, na divisa entre a Floresta Ombrófila Densa de Terras Baixas ao norte e Floresta Ombrófila Densa Submontana ao sul. Porém, também se estendendo ao longo de planícies fluviais (depressões nos interflúvios) e ao redor de depressões aluviais (pântanos, lagoas e lagoas), com frequência de terrenos instáveis cobertos por uma vegetação em constante sucessão, por isso consideradas áreas de formação pioneiras, de caráter edáfico em terrenos rejuvenescidos nas embocaduras de rios, solos ribeirinhos aluviais e lacustres.

Na TI Curara, os campos naturais amazônicos são reconhecidos pelos indígenas como Campos de Natureza (FIGURA 39), áreas imprescindíveis para a alimentação de mamíferos presentes na TI como a anta (*Tapirus terrestris*), e conseqüentemente locais relevantes para a caça indígena, favorecida pela fitofisionomia aberta e maior facilidade na visualização dos animais.

Na TI Curara, os Campos da Natureza podem ser classificados como Campinas amazônicas, ecossistemas sujeitos a alagamentos frequentes em decorrência da flutuação do lençol freático, com abundante presença de espécies esclerófilas (Silveira 2003). As principais características de tais ecossistemas são a baixa produtividade e diversidade, solos com elevado oligotrofismo e acidez, quando comparados com às florestas de terra firme (Silveira 2003).

As campinas apresentam fitofisionomia aberta (não florestal), frequentemente composta por um componente herbáceo dominante, exibindo a formação de arbustos distribuídos em “ilhas”, entre 1 a 5 metros de altura, podendo também apresentar alguns indivíduos de maior porte (até 9 metros) isoladamente, e um sub-bosque com destaque para as famílias *Eriocaulaceae*, *Xyridaceae*, *Schizaeaceae*, *Poaceae* e *Cyperaceae* (Ferreira 2009). Segundo Ferreira (2009), as famílias com maior dominância relativa nas campinas são *Humiriaceae*, *Rubiaceae*, *Myrtaceae*, *Malpighiaceae* e *Clusiaceae*, com destaque para os gêneros de maior dominância em ordem crescente *Tapirira*, *Pachirae*, *Blepharandra*, *Clusia*, *Cybianthus*, *Eugênia*, *Byrsonimia*, *Myrcia*, *Pagameae* e *Humira*.

Figura 39 - Campos da Natureza



Campos de Natureza/Campinas Amazônicas. Fotos: Alci Albiero Júnior, 2024.

4.3 Categorias indígenas da paisagem

Os Mura usam diferentes categorias para explicar as paisagens da TI Curara. Em um nível geral, diferenciam as várzeas do rio Madeira da Terra Firme, e se consideram como habitantes desta última.

4.3.1 Florestas de Terra Firme

Áreas florestais de terra firme são reconhecidas pelos indígenas como matas, capoeiras ou capoeirões, sendo que a estrutura fitofisionômica, a composição das espécies, os tipos de solo e o histórico de manejo indígena da paisagem irão determinar a categoria utilizada.

4.3.1.1 Matas

As matas representam florestas maduras, com sucessão tardia e formação de diferentes estratos arbóreos (emergentes, dossel, sub-dossel e sub-bosque), evidências da sua resiliência e manutenção ao longo do tempo. São as florestas mais antigas que se distribuem por todo o território, contemplando as árvores com as maiores dimensões, como observado durante a visita a um castanhal na mata na comunidade Terra Preta do Uruá, a qual mantinha castanheiras de até 6 metros de circunferência do tronco.

São paisagens fundamentais para a manutenção e resiliência da biodiversidade, dos recursos naturais e da reprodução física e cultural Mura. Reconhecidas pelos indígenas da TI Curara como reservatórios de importantes espécies arbóreas que ao longo da história foram intensamente exploradas, como nos casos da itaúba, angelim, jacarandá e maçaranduba. As matas também representam para os indígenas a casa dos animais, do Curupira, do Juma, e por isso devem ser zeladas para o equilíbrio das relações socioambientais no território.

A expansão de roças em áreas de mata muitas vezes torna-se imprescindível para a manutenção da principal atividade produtiva Mura na TI Curara – a produção de farinha, pois as manivas após serem plantadas continuamente na mesma área de capoeira, podem acabar enfraquecendo o solo e reduzindo o crescimento das batatas (tubérculos) da mandioca. Nesses casos, o estabelecimento de roças em áreas de mata que, segundo os Mura, possuem “terra mole” e favorecem o desenvolvimento das batatas, e exigindo menos trabalho de capina e limpeza da vegetação herbácea que cresce após a remoção do

componente arbóreo e arbustivo da vegetação, é estratégia de manejo e uso dos ambientes e paisagens. Porém, a prática de plantar roças em matas não é algo que se faça regularmente, dependendo do ano, do clima, da qualidade da terra e das plantas que se pretende cultivar.

Os Mura da TI Curara destacam a importância em manter as matas em pé como garantia de força da natureza, conseqüentemente a prática de “*derribar*” a mata e plantar roça é realizada em situações específicas. Durante conversas em caminhadas por entre as matas, a necessidade de deslocamentos mais distantes das comunidades em busca de áreas de matas mais antigas que ainda mantinham grandes volumes de árvores utilizadas na construção de casas, casquetas e cascos, indicava a dinâmica de manejo das matas da TI Curara pelos indígenas em íntima relação com as variações temporais e sucessionais da vegetação, garantindo o desenvolvimento de suas práticas, costumes e tradições.

É importante ressaltar que as matas são imprescindíveis para os Mura da TI Curara não apenas por fornecerem recursos naturais fundamentais para seus modos de habitar o território ou conservação da biodiversidade. As matas representam para os Mura a manutenção de tradições de um povo intrinsicamente relacionado com as florestas e os rios. Por exemplo a tradição Mura de enterrar o umbigo do recém-nascido em áreas de mata é importante para garantir o futuro promissor da criança, pois as áreas de mata representam locais de força e boa relação com a natureza. As pessoas nunca esquecem do lugar onde foi enterrado seu umbigo; Seu Jorge, com mais de 70 anos, afirma que “*meu umbigo ficou no castanhal do 51*”.

4.3.1.2 Capoeiras e Capoeirões

As florestas secundárias são áreas florestais com históricos de remoção de sua cobertura vegetal por ação humana e não humana, que regeneram através de processos não lineares de sucessão florestal, conseqüentemente muito associadas a populações humanas que manejaram o ambiente ao longo do tempo. Devido ao histórico de supressão da vegetação, apresentam indivíduos arbóreos mais jovens e de menores tamanhos em relação às florestas maduras (matas), dossel normalmente não contínuo e estratos verticais (emergente, dossel, sub-dossel e sub-bosque) em recomposição.

Florestas secundárias são reconhecidas pelos indígenas da TI Curara como “capoeiras”, se enquadrando em duas categorias principais:

- *Capoeiras*: florestas entre quatro a oito anos de regeneração florestal após remoção da cobertura vegetal normalmente para o plantio de roças.
- *Capoeirões*: florestas que regeneraram após a remoção da cobertura florestal com mais de 10 anos de recomposição vegetal.

Assim, as diferenças entre áreas de capoeiras e capoeirões refletem o histórico de uso e manejo da área, onde as capoeiras são exploradas com maior intensidade no plantio de roças, permanecendo por períodos mais curtos em pousio e regeneração natural. Consequentemente, quanto mais jovem for a capoeira, a estrutura da vegetação será composta por árvores mais jovens e de menores tamanhos, ausência de dossel e de árvores de grande porte. No entanto, os Mura consideram que sua produtividade é inferior à da roça, pois “*a capoeira já é mexida, não tem a mesma potência*”.

Diferenças no solo entre as capoeiras também são indicadores do uso e manejo da área no cultivo de roças. Os Mura classificam os solos das capoeiras como barro, que são bons para produzir batatas (tubérculos) grandes e grossas de mandioca. Capoeirões possuem barros de melhor qualidade para a produção de batatas, pois quanto mais jovem for a capoeira onde se planta a roça, mais cansada será a terra e mais seco será o barro.

As capoeiras são formações florestais distribuídas principalmente nas regiões mais próximas a aldeias e comunidades em decorrência do maior uso e manejo de tais paisagens ao longo do tempo. Também estão presentes nas regiões do Bom Futuro e Igarapé do Copaibal ao lado esquerdo a jusante do rio Matauará, áreas que foram exploradas durante a década de 1990 pela GETHAL Amazonas S/A, Indústria de Madeira Compensada que atuou na exploração comercial de madeira na região da TI Curara.

4.3.1.3 Cerrado

Os cerrados são agregados arbóreos e arbustivos, remanescentes da capoeira em áreas de roça. Mantidos através do manejo indígena das capoeiras, representam importantes locais de sombreamento do solo, e consequentemente redução de sua dessecação. Além de favorecerem a qualidade do solo, aumento da produtividade de batata e consequentemente de farinha, oferecem locais estratégicos de maior conforto térmico durante o trabalho nas roças, que, segundo meus interlocutores, com o aumento

das temperaturas nos últimos anos, está se tornando cada vez mais exaustivo, influenciando a permanência na roça por períodos mais curtos e de menor intensidade térmica.

O cerrado também exercerá um importante papel na formação da capoeira após o abandono da roça durante o pousio, podendo acelerar a regeneração e recomposição vegetal, conduzindo a sucessão florestal. Embaúba (*Cecropia* sp.), tucumã (*Astrocaryum aculeatum*), tabacurana (*Chelolanthus* sp.), capim rabo de cavalo e capim pacoam foram algumas plantas destacadas por André, da aldeia Curara, presentes no cerrado da sua roça.

4.3.1.4 Campos da natureza

As áreas de campinas da TI Curara são reconhecidas como “campos de natureza” pelos indígenas. Paisagens localizadas nas proximidades dos rios, igarapés e lagos, em transição com florestas de terra firme, que apresentam solos arenosos e de baixa fertilidade, vegetação esclerófila, componentes arbóreos, arbustivos e palmeiras, distribuídos em pequenas manchas agregadas, e abundância de cobertura herbácea sobretudo gramíneas.

São paisagens muito visitadas pelos Mura em busca de caça e pesca, em decorrência da elevada circulação de animais que utilizam os campos de natureza como áreas de alimentação e de deslocamento entre as fontes de água e as matas. Por apresentarem vegetação aberta, a visualização dos animais é favorecida, tornando-se ambientes importantes para a caça ativa indígena de pacas, antas e porcos do mato. Segundo os Mura, a abundância de peixes nas margens dos campos de natureza está diretamente associada à presença de espécies vegetais, que dispersam seus frutos na água e são consumidas pelos animais.

Os campos de natureza também são importantes ambientes para a confraternização entre os parentes da comunidade, que podem passar o dia assando carne de caça, peixe e banhando-se nas águas em frente aos campos de natureza. No território compreendido pela TI Curara, os campos de natureza se estendem principalmente por área ao lado esquerdo a jusante ao longo do rio Uruá, também se aproximado do Igarapé Curara, próximo a aldeia Curara do rio Matauará.

4.3.2 Paisagens fluviais

Segundo Mura da TI Curara, as paisagens fluviais podem ser classificadas como rios, igarapés, igapós/várzea, chavascal, furos, restingas dos lagos e cabeceiras, ambientes fundamentais no modo de habitar o território e reprodução dos hábitos, costumes e tradições mura, intrinsicamente relacionadas aos recursos hídricos. Sendo a dimensão dos ambientes e intensidade de alagamento determinantes nas categorias utilizadas.

4.3.2.1 Rios e igarapés

Os maiores corpos d'água são classificados como rios e igarapés, sendo os primeiros os maiores cursos d'água como os rios Matauará, Uruá, e Atininguinha e Jatuarana, os formadores do Maturá. Já os igarapés constituem cursos d'água de menor tamanho, embora possam se estender por grandes dimensões do território, como no caso do igarapé Curara.

Deslocamentos pelos rios e igarapés durante o dia ou à noite através de casco ou casqueta, tanto a remo como a motor, são imprescindíveis nas atividades de caça ativa de animais (e.g. paca, veado, porco do mato e anta) avistados nas margens. O amplo conhecimento indígena dos caminhos fluviais e das flutuações sazonais de cheia e seca dos corpos hídricos é fundamental na prática da pesca, realizada ao longo do ano, embora com maiores oportunidade de sucesso nos rios durante o período seco e nos igarapés tanto na cheia como na seca. Segundo os interlocutores mura, as principais espécies de peixes exploradas nos ambientes aquáticos foram: aracu, aracu rabo de brasa, arraia, bagre, caparari, caramuru, charuto, curimatã, jacundá sabão, jaraqui, jatuarana, liro, mapará, matrinchã, pacu, peixe agulha, piracatinga, piranha, piranha maturã, piranha preta, pirarucu, poraquê, surubim, traíra, traíra jacundá, tucunaré, tucunaré açu, tucunaré paca e tucunaré preto.

A melhor época do ano para a pesca é durante a seca (julho a outubro), pois a distribuição dos peixes se restringe a menores áreas, facilitando sua captura por malhadeiras, caniços, espinhel, zagaia, flecha e curumim, técnicas já descritas na Parte 3 deste RCID. Durante a cheia ocorre menor diversidade e abundância de peixes relatadas pelos indígenas, consequências da maior dispersão das espécies devido ao aumento na extensão dos ambientes aquáticos.

Se a atividade for realizada à noite, a preferência é por luas mais escuras – nova, minguante ou crescente –, pois, segundo relatos, os peixes têm dificuldade de reconhecer

o pescador. Piranha, jatuarana, bagre, peixes lisos e traíras são capturados regularmente durante à noite. Tucunaré, pacu e jaraqui, durante o dia.

4.3.2.2 Cabeceiras

As cabeceiras dos rios, por serem ambientes mais distantes das comunidades, representam áreas pouco exploradas, com formações florestais nos estágios mais avançados de sucessão, consequentemente refúgios da biodiversidade e fundamentais para a reprodução, desova e alimentação dos peixes. A presença de áreas com pedrais em regiões próximas às cabeceiras foi destacas pelos indígenas durante as conversas como locais importantes para a pesca durante o período das *águas grandes*, configurando nesse sentido áreas relevantes para a pesca em condições de maior dispersão dos animais.

4.3.2.3 Lagos

As regiões dos lagos, localizadas tanto à jusante do rio Matauará, como em áreas mais próximas das cabeceiras, são ambientes muito visitados pelos Mura para a prática da pesca (*e.g* tucunaré, jatuarana, pacu), principalmente durante as cheias, quando a oferta de peixes nos rios e igarapés é reduzida. “*Utilizamos o lago como reserva de pesca*” foi uma frase comum durante a expedição para as cabeceiras dos rios.

Na região dos lagos a jusante do rio Matauará foi possível observar a composição de uma vegetação periodicamente alagada e monodominante de uma espécie da família *Myrtaceae* (*Psidium* sp.), conhecida pelos indígenas como goiabinha, que seria muito apreciada pelos peixes, favorecendo a pesca nos períodos das cheias. É importante destacar que, durante o período de campo, os poucos relatos sobre a pesca de pirarucu na TI Curara estavam associados aos ambientes lacustres. Segundo Agnaldo, da aldeia Curara, antigamente se pescava muito pirarucu no lago do Cujubim nas proximidades da aldeia Curara, prática não realizada atualmente. Nesse sentido, as regiões dos lagos tornam-se imprescindíveis para o resgate da tradição mura de pesca do pirarucu, que está se perdendo ao longo dos anos.

Além de serem ambientes imprescindíveis para a pesca, os lagos são regiões de refúgio, reprodução e alimentação do peixe-boi, mamífero incluído na lista vermelha da IUCN como vulnerável a sofrer um elevado risco de extinção na natureza.

4.3.2.4 Restingas dos lagos

Áreas mais elevadas que se estendem a partir das margens dos lagos, não alagadas periodicamente, são reconhecidas pelos Mura como “restinga dos lagos”. Ambientes com predomínio das espécies: jauaral (*Guadua* sp.), urucuri (*Attalea excelsa*), babaçu (*Attalea speciosa*), itaúbarana (*Acosmium nitens*) e muru-muru (*Astrocaryum murumuru*) e jacareúba (*Calophyllum brasiliense*). Tais ambientes foram descritos como importantes locais para a caça de paca, porco do mato e anta.

4.3.2.5 Igapós/Várzeas

Áreas com formações florestais nas margens dos rios e igarapé, alagadas periodicamente, são classificadas pelos indígenas tanto como “igapó” ou “várzea”, ambientes de muita riqueza de peixes durante a *invernada* (cheias) e abundância de recursos madeireiros e não madeireiros como as espécies tauari vermelho (*Couratari stellata*), paxiúba (*Socratrea exorrhiza*), paracutaca (*Swartzia* sp.), jará (*Leopoldinia* sp.), cipó arumã (*Ischnosiphon* sp.), buriti (*Mauritia flexuosa*) e araçá (*Psidium* sp.).

Quando o igapó/várzea seca (abril a novembro) e apresenta a regeneração do componente herbáceo, é classificado como “cacaia”. Durante a presença das cacaia do igapó/várzea, a visualização de *locas* - locais de esconderijos dos animais - é ampliada, favorecendo a captura dos animais através de um varão construído de galhos com aproximadamente dois metros de comprimento. Tartarugas são os principais animais capturados em locas durante a formação das cacaia do igapó/várzea.

4.3.2.6 Chavascal

O chavascal (FIGURA 40) representa ambientes com terrenos encharcados, intensamente úmidos, localizados próximos às cabeceiras dos igarapés, e muito utilizados em atividade de caça de espera envolvendo a construção de *moitau*, estrutura elevada com troncos de árvores, onde o caçador pode permanecer por dias à espera de anta, paca, veado e porco do mato.

São ambientes muito utilizados para fazer barreiros de anta, porcão e outros animais. Essa técnica desenvolvida pelos Mura para atrair os animais consiste em preparar uma mistura de sal depositada na terra, próximo ao *moitau*. Durante as caminhadas por entre os chavascais da TI Curara, vestígios de pacas e antas que consumiram o sal do

barreiro indicavam a frequente presença dos animais, reforçando sua importância para a manutenção das atividades relacionadas à caça.

Por serem regiões de conexão entre os igarapés e os rios, recebem muitas espécies de peixes, que ali permanecem para se alimentarem dos frutos do componente vegetal, favorecendo a atividades de pesca nesses ambientes. Buriti, patauá, açaí e envira surucucu foram algumas espécies vegetais identificadas durante os trabalhos de campo no chavascal próximo ao igarapé Curara.

Figura 40 - Chavascal



Chavascal próximo a comunidade Curara. Área muito utilizada para a espera de caça no moitau. Foto: Alci Albiero Júnior, 2024.

4.4 Paisagens bioculturais

As paisagens bioculturais são fontes preciosas da história entre os indígenas e os ecossistemas e suas transformações ao longo do tempo, revelando mosaicos de uso, manejo e habitats produzidos através de interrelações da cultura com a biodiversidade em

diferentes regimes de gestão e modificação do ambiente. Logo, identificar as paisagens bioculturais da TI Curara é de fundamental importância na compreensão da ação indígena sobre o território, relevando marcas e vestígios nas paisagens que legitimam sua ocupação ancestral.

De acordo com estudos de ecologia histórica (Balée 1993, 2013), a floresta amazônica é em grande medida resultado da atividade antrópica. As interações milenares entre os indígenas e as plantas por meio de práticas de manejo, cuidado, plantio, uso controlado do fogo, entre outras, têm selecionado e produzido algumas características fundamentais dos diferentes ecossistemas. As paisagens, então, são bioculturais e demonstram tanto a ocupação de longa duração como a atual do território tradicionalmente ocupado. As interações com a vegetação e as práticas tradicionais de caça e pesca, junto com os conhecimentos cosmológicos e as práticas e interdições culturais, são fundamentais para a biodiversidade, a hiperdominância de algumas poucas espécies de árvores e o bem-estar de todas as espécies da floresta, incluindo os humanos. Na TI Curara, as diferentes temporalidades da ocupação e a formação biocultural da paisagem são visíveis nos castanhais, nas terras pretas, nos palmeirais, capoeirões e capoeiras. Como descrito na primeira parte do RCID, no médio Madeira se iniciou um processo de expansão dos castanhais 6.000 anos atrás, o qual se mantém até o presente, e a formação de terras pretas se intensificou ao redor de 2.000-1500 anos atrás com a ocupação mais permanente e continua de antigas aldeias. Hoje, a grande presença de castanhais e terras pretas na TI Curara são uma prova incontestável da ocupação milenar indígena na TI Curara. O processo de sucessão vegetal na floresta secundária, derivada do abandono de aldeias e roças, está diretamente relacionado como a formação de alguns palmeirais, de diferentes idades. Finalmente, os capoeirões e capoeiras são produto do abandono mais recente de roças, onde proliferam algumas espécies importantes para o uso indígena assim como se convertem em espaços de caça dos animais que se alimentam das frutas. O aumento da população externa e a ocupação do médio Madeira na região de Manicoré a partir da metade do século XIX (Souza 1998) e a expansão agropecuária desde o século XX produziram outras modificações nos ambientes e têm trazido ameaças diversas à floresta e os rios da TI Curara.

Na continuação se descrevem as paisagens bioculturais que revelam a intrínseca relação indígenas/ambientes, destacando as áreas com elevada incidência de palmeiras, castanhais, capoeiras e solos de terras pretas.

4.4.1 Palmeiras

Paisagens bioculturais com formações de palmeiras apresentando padrões de distribuição mais agregados, com destaque para os patauazais, buritizais, babaçuais e tucumanzais estão diretamente associadas ao manejo indígena ao longo do tempo e à sua influência na composição da floresta. A distribuição de tais espécies em padrões mais agregados na paisagem é um bom registro do manejo e uso indígena do ambiente, pois em áreas não antropizadas e com ausência de uso e manejo humano, as espécies mencionadas costumam apresentar padrões de distribuição menos agregado, representadas por menor densidade de indivíduos. Áreas antropogênicas e paisagens alteradas em sistemas de agricultura de corte e queima como as capoeiras indígenas favorecem o recrutamento, sobrevivência e crescimento de espécies como o babaçu e o tucumã, em decorrência da maior capacidade germinativa dessas espécies em áreas alteradas, com menor sombreamento, como também da resistência tanto dos frutos como das plantas jovens e adultas ao fogo (Balée 1993, Clement 2001, Gusmão 2022), o que reforça tais formações como paisagens bioculturais.

Durante as atividades de etnomapeamento, registraram-se formações aglomeradas de tucumã, babaçu, açaí, patauá e bacaba, relacionadas ao manejo indígena da paisagem, amplamente distribuídas pelo território da TI Curara (MAPA 18). Como exemplo, se citam alguns nomes de locais utilizados e manejados pelos indígenas das respectivas aldeias e comunidades.

- ***Aldeia Curara***

Rio Matauará margem esquerda a jusante: Terra Preta (açaí e tucumã - área com solos de terra preta), Brebe (tucumã), Pilão (açaí, patauá e tucumã), Curarinha (açaí - área com solos de terra preta), São José (buriti e tucumã), São Jorge (tucumã e açaí - área com solos de terra preta).

Rio Matauará margem direita a jusante: Boa Esperança (açaí), Cujubim (açaí e tucumã - área com solos de terra preta), Igarapé do Barraco (buriti e açaí), Terra Nova (tucumã - área com solos de terra preta), Igarapé do Demétrio (tucumã - área com solos de terra preta), Ponta Pirara (tucumã, açaí e bacaba - área com solos de terra preta), Cinco Porcos (buriti - área com solos de terra preta).

Igarapé Curara: Barreiro da Pimenta (patauá), Igarapé do Cujubim (buriti – área com solos de terra preta), Igarapé do Água Azul (buriti), Igarapé do Colher (buriti e patauá).

- ***Aldeia Terra Preta do Uruá***

Rio Uruá margem esquerda a jusante: Igarapé do campo (açai - área com solos de terra preta e formação de capoeiras antigas), Igarapé Farol (açai – área com solos de terra preta), Igarapé do Piquiá (açai, tucumã e buriti – área com solos de terra preta), Igarapé do Macaco Prego (buriti).

Locais na margem direita a jusante do rio Uruá não foram indicados pois estão localizados na divisa com a TI Pinatuba.

- ***Aldeia Vista Alegre***

Rio Matauará margem esquerda a jusante: Terra Preta (açai e tucumã – área com solos de terra preta), Brebe (tucumã).

Rio Matauará margem direita a jusante: Morcego (açai – área com solos de terra preta),

Palha Branca (buriti – área com solos de terra preta), Igarapé do Piroca Grande (açai).

- ***Aldeia Mirari***

Rio Matauará margem esquerda a jusante: Terra Preta (açai e tucumã – área com solos de terra preta), Brebe (tucumã), Igarapé das Pedras (açai – área com solos de terra preta), Igarapé do Domingão (açai – área com solos de terra preta), Igarapé da Estrada (açai – área com solos de terra preta), Mirarizinho (açai – área com solos de terra preta).

- ***Comunidade Arauá***

Rio Matauará margem esquerda a jusante: Mutumzinho (açai), Igarapé Peixe Boi (tucumã).

- ***Aldeia Bom Destino***

Rio Matauará margem esquerda a jusante: Boca do Uruá (tucumã e açai – área com solos de terra preta), Igarapé Turquinho (açai – área com solos de terra preta), Ponta do Moreira (tucumã – área de capoeiras antigas).

- ***Comunidade Paranapara***

Rio Matauará margem direita a jusante: Paranapara (açai), Bacabal (bacaba e tucumã).

- ***Aldeia Panela***

Rio Uruá margem esquerda a jusante: Igarapé do chumbinho (açai), Igarapé do Tanga (babaçu, açai e patauá), Igarapé da Jatuarana (buriti e açai – área em campos de natureza).

Rio Uruá margem direita a jusante: Terra Preta do Tatu (tucumã e açai – área com solos de terra preta), Igarapé do Panela (açai e tucumã), Igarapé Três Bocas (açai e babaçu), Igarapé do Chumbão (açai – área com solos de terra preta).

- ***Comunidade Maiaema***

Rio Matauará lado esquerdo a jusante: Igarapé do Maiaema (açai).

4.4.2 Castanhais

Em um contexto biocultural amazônico, a castanha é um elo fundamental da relação indígenas e ambiente. Estudos científicos vêm reforçando a importância dessa relação ao reconhecerem que a distribuição dos castanhais (*Bertholletia excelsa*) amazônicos atuais está diretamente relacionada à sua proximidade a povos amazônicos pré-conquista, que favoreceram a expansão da espécie através de seu manejo e de intensas redes de comércio de suas sementes (Shepard e Ramirez 2011). Os estudos são corroborados pela descoberta de fragmentos de frutos da espécie em cavernas no baixo Amazonas datados de mais de 10 mil anos (Roosevelt et al. 1996). A relação indígena/castanha é tão surpreendente que estudos realizados por Caetano-Andrade et al. (2019) revelaram limitações no recrutamento da espécie vegetal ao longo do tempo pela interrupção das práticas de uso e manejo indígena em decorrência dos conflitos com não indígenas, perdas de territórios e redução populacional. Portanto, tais estudos comprovam que a distribuição atual da castanha da Amazônia é um legado dos assentamentos indígenas do passado, e nesse sentido, o uso e manejo atual e ancestral da castanha pelos Mura reforçam os castanhais presentes na TI Curara como paisagens bioculturais. Como foi destacado na Parte 1 deste RCID, a arqueologia da área das cachoeiras do Madeira revelou a intensificação do uso da castanha há 6 mil anos atrás, por tanto a expansão e o manejo das castanheiras é uma tradição indígena muito antiga no médio Madeira.

Segundo a EMBRAPA (2001), a castanha (*Bertholletia excelsa*) possui sementes recalcitrantes, característica geralmente observada em sementes grandes, dispersadas com elevados teores de água, que, quando reduzida a níveis críticos, leva à rápida perda de viabilidade e até à morte da semente (Robertz 1973). Sementes recalcitrantes, ao perderem sua capacidade germinativa quando submetidas a processos de secagem, não podem ser armazenadas em câmaras frias, por isso sua conservação se dá com o plantio ou recrutamento contínuo da espécie na natureza. Assim, as espécies que possuem sementes recalcitrantes se distribuem em ambientes favoráveis a seu estabelecimento logo após sua dispersão pela planta-mãe, tornando o uso e manejo indígena da castanha mecanismos dinâmicos da conservação *in situ* dos castanhais localizados na TI Curara. Ou seja, o uso e manejo ancestral da castanha por populações indígenas são mecanismos de conservação da espécie e consequente formação de castanhais.

Áreas com formações de castanhais se estendem por todo o território da TI Curara (MAPA 19) conforme a atividade de etnomapeamento e visitas realizadas durante as

atividades de campo. Como exemplo, se citam alguns nomes de locais e castanhais manejados pelos indígenas das respectivas aldeias e comunidades.

- ***Aldeia Curara***

Rio Matauará margem esquerda a jusante: Brebe, Pilão, Curarinha (castanhais Barraca, Terra Preta, Voltinha, Ananaçal e Volta da Onça – área com solos de terra preta), São José, Cutia (castanhal em área com solos de terra preta), Lava Saco (castanhais Rabo de Mutum, Curupira e Cuiera), São Jorge (castanhal em área com solos de terra preta).

Rio Matauará margem direita a jusante: Igarapé do Tamanduá, Boa Esperança, Cujubim (castanhal em área com solos de terra preta), Castanhalzinho, Igarapé do Barraco, Terra Nova (castanhal em área com solos de terra preta), Igarapé do Demétrio (castanhal em área com solos de terra preta), Igarapé Pé Branco, Ponta Pirara (castanhal em área com solos de terra preta), São José (castanhal em área de capoeiras antigas), Castanhal Santa Isabel, Cinco Porcos (castanhal em área com solos de terra preta).

Igarapé Curara: Igarapé do Furo Grande.

- ***Aldeia Terra Preta do Uruá***

Rio Uruá margem esquerda a jusante: Igarapé do Campo (castanhal em área com solos de terra preta), Igarapé Farol (castanhal em área com solos de terra preta), Igarapé do Piquiá (castanhal em área com solos de terra preta), Tamacoaré (castanhal em área com solos de terra preta).

- ***Aldeia Vista Alegre***

Rio Matauará lado esquerdo a jusante: Igarapé do Laguinho, Terra Preta (castanhal em área com solos de terra preta), Brebe, Igarapé do Pilão.

Rio Matauará lado direito a jusante: Morcego (castanhais João Paulino, Morcegão, Cachoeira - área com solos de terra preta), Onça, Palha Branca (castanhal em área com solos de terra preta), Igarapé do Piroca.

- ***Aldeia Mirari***

Rio Matauará lado esquerdo a jusante: Mirai, Terra Preta (castanhal em área com solos de terra preta), Brebe, Igarapé das Pedras (castanhal em área com solos de terra preta), Igarapé do Domingão (castanhal em área com solos de terra preta), Igarapé do Pilão, Igarapé da Estrada (castanhal em área com solos de terra preta), Igarapé da Terra Preta (castanhal em área com solos de terra preta), Mirarizinho (castanhal em área com solos de terra preta).

- ***Comunidade Arauá***

Rio Matauará lado esquerdo a jusante: Mutunzinho, Igarapé do Peixe Boi.

Rio Matauará lado direito a jusante: Arauá (castanhal em área com solos de terra preta),

Perseverança.

- ***Aldeia Bom Destino***

Rio Matauará lado esquerdo a jusante: Boca do Uruá (castanhal em área com solos de terra preta), Igarapé Turquinho (castanhal em área com solos de terra preta).

- ***Comunidade Paranapara***

Rio Matauará lado direito a jusante: Paranapara, Bacabal.

- ***Aldeia Panela***

Rio Uruá lado esquerdo a jusante: Igarapé Cumbinho, Igarapé do Empinado (castanhal em área com solos de terra preta), Igarapé do Tanga.

Rio Uruá lado direito a jusante: Igarapé do Chumbão (castanhal em área com solos de terra preta), Igarapé Três Bocas, Igarapé do Panela, Aranha, Terra Preta do Tatu (castanhal em área com solos de terra preta), Igarapé São Sebastião.

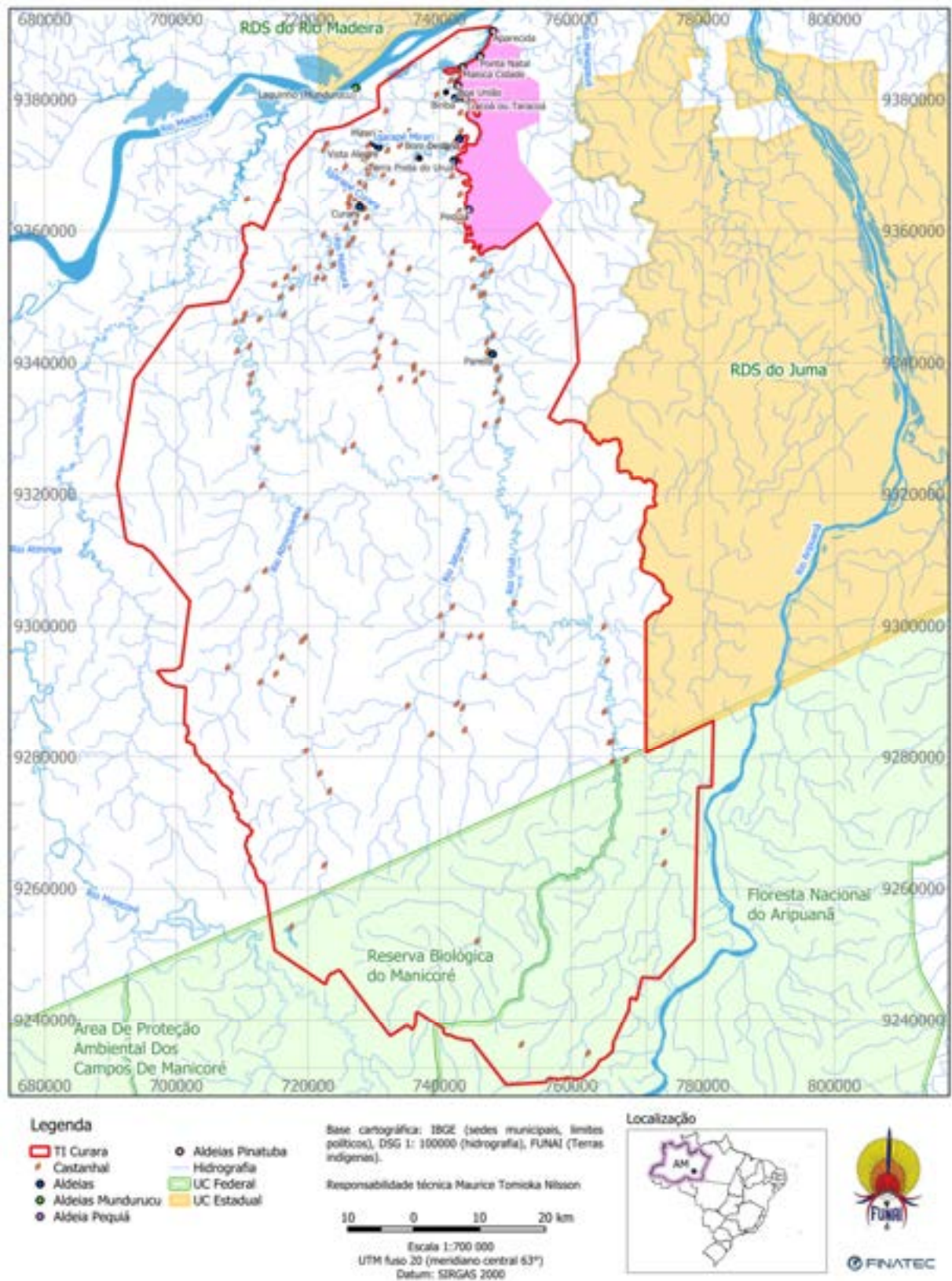
- ***Comunidade Maiaema***

Rio Matauará lado esquerdo a jusante: Igarapé do Maiaema

MAPA 19 - Castanhais

Terra Indígena Curara

Presença humana: castanhais



Mapa 19 - Castanhais

4.3.3 Capoeiras

As capoeiras e capoeirões, também reconhecidos na literatura científica como florestas secundárias ou florestas de crescimento secundário, também representam paisagens bioculturais ao configurarem relações passadas de supressão da vegetação por diferentes usos e ocupações, com destaque para a remoção da floresta madura para a abertura de roças indígenas e sucessivos manejos das capoeiras para a manutenção do roçado. Tais transformações da paisagem deixam registros na fitofisionomia e na diversidade florística das capoeiras, podendo influenciar o aumento na diversidade beta (variações entre comunidades) em decorrência do manejo indígena de tais paisagens (Balée 1993). Assim, a sucessão florestal das capoeiras compõe assembleias vegetais que refletem o manejo indígena no passado, favorecendo o recrutamento, crescimento e reprodução de determinadas espécies, por exemplo, através da maior abertura de clareiras ou seleção de espécies utilizáveis. Caso das plantas de tucumã que se beneficiam do manejo do fogo indígena durante a limpeza da roça, permanecendo na paisagem como vestígios das capoeiras.

Bacaba (*Oenocarpus bacaba*), breu branco (*Hemicrepidospermum rhoifolium*), breu (*Protium* sp.), cardeiro (*Scleronema micranthum*), embaúba (*Cecropia* sp.), flecha (herbácea utilizada na produção de flechas), inajá (*Attalea maripa*), palmeira marajá (*Bactris marajá*), sorva (*Couma* sp.) e tachizeiro (*Tachigali vulgaris*) foram algumas plantas reconhecidas em visitas às capoeiras da TI Curara e destacadas pelos Mura nas caminhadas.

Nesse sentido, as capoeiras tornam-se registros de longo prazo do histórico de uso, ocupação e supressão de um ambiente florestal, fornecendo valiosas informações espaço temporal da atual condição ambiental da paisagem.

4.4.4 Terra Preta

As paisagens de Terra Preta (FIGURA 41), por serem áreas de solos férteis, fruto do manejo ancestral indígena, tornam-se ambientes imprescindíveis para a manutenção das atividades produtivas na TI Curara junto com o extrativismo e a produção de roças funcionando como verdadeiros reservatórios da agrobiodiversidade (Junqueira 2008). As roças indígenas em terras pretas são destacadas pelos Mura como extremamente produtivas. João, da aldeia Curara, afirma que “*na terra preta tudo que planta nasce*.”

Plantamos melancia, macaxeira, milho, arroz, jerimum. O açaí em terra preta é o melhor, ele amadurece mais rápido e a castanha produz muito mais”. Nesse sentido, a produção de roças sobre solos antropizados de Terra Preta amplia as possibilidades indígenas de incluir maior diversidade vegetal na principal atividade produtiva das comunidades, garantindo maior autonomia e segurança alimentar ao longo do tempo.

Durante as atividades de campo, visitas às Terras Pretas revelaram elevada presença de vestígios cerâmicos em solos com camadas variando de 20 a 50 cm, comprovando o uso e manejo da paisagem por populações indígenas ao longo do tempo.

A presença de espécies vegetais indicadoras de Terra Preta, segundo os Mura, inclui diversas palmeiras [e.g. caiaué (*Elaeis oleífera*), babaçu (*Attalea speciosa*), murumuru (*Astrocaryum murumuru*)], árvores frutíferas [e.g. cacau (*Theobroma sp.*), cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*), castanha (*Bertholletia excelsa*), uxi coroa (*Duckesia verrucosa*), uxi liso (*Endopleura uchi*)], entre outras [e.g. limorana (*Chomelia anisomeris*), angelim (*Hymenolobium excelsum*), cumarú (*Dipteryx odorata*)], intimamente relacionadas aos hábitos, costumes e tradições indígenas no uso e manejo de recursos madeireiros e não madeireiros, reforçando as Terras Pretas como paisagens bioculturais na TI Curara.

Segundo Balée (1989) e MacCann (2003), a palmeira Caiaué é uma espécie amplamente associada a solos antropizados de Terra Preta na Amazônia, representando um importante elo da relação indígena com o ambiente. Segundo Antenor, da aldeia Terra Preta do Uruá, a presença das espécies vegetais como jamburana, caiaué (produção de vinho com os frutos da palmeira) e limonara (medicinal), utilizadas por antigos Mura que vivam na TI, é indicadora de Terra Preta. De acordo com ele, “*quando eu encontro essas três plantas na mesma área eu sei que é Terra Preta*”.

Portanto, paisagens bioculturais como as Terra Pretas são fontes preciosas da história dos ecossistemas e suas transformações ao longo do tempo, revelando mosaicos de uso, manejo e habitats produzidos através de inter-relações da cultura indígena com a biodiversidade em diferentes regimes de gestão e modificação do ambiente. Logo, identificar as paisagens bioculturais da TI. Curara é de fundamental importância na compreensão da ação indígena sobre o território, relevando marcas e vestígios nas paisagens que legitimam sua ocupação tradicional.

Nas áreas da TI Curara, solos antrópicos de Terra Preta estão amplamente distribuídos pelo território, dos quais se destacam aqui aqueles situados próximos às respectivas aldeias e comunidades:

- ***Aldeia Curara***

Rio Matauará lado esquerdo a jusante: Curarinha, Cutia, São Jorge.

Rio Matauará lado direito a jusante: Cujubim, Terra Nova, Igarapé do Demétrio, Ponta Pirara, Cinco Porcos.

Igarapé Curara: Igarapé do Cujubim.

- ***Aldeia Terra Preta do Uruá***

Rio Uruá lado esquerdo a jusante: Igarapé do Campo, Igarapé Farol, Igarapé do Piquiá, Tamacoaré.

- ***Aldeia Vista Alegre***

Rio Matauará lado direito a jusante: Terra Preta da Vista Alegre, Igarapé da Anta, Morcego, Palha Branca.

- ***Aldeia Mirari***

Rio Matauará lado esquerdo a jusante: Igarapé das Pedras, Igarapé do Domingão, Igarapé da Estrada, Igarapé da Terra Preta, Mirarizinho.

- ***Comunidade Arauá***

Rio Matauará lado direito a jusante: Arauá.

- ***Aldeia Bom Destino***

Rio Matauará lado esquerdo a jusante: Boca do Uruá, Igarapé do Turquinho.

- ***Aldeia Panela***

Rio Uruá lado esquerdo a jusante: Igarapé do Empinado, Igarapé Jacaretinga.

Rio Uruá lado direito a jusante: Igarapé do Chumbão, Terra Preta do Tatu.

Figura 41 - Terra Preta



Terra Preta próxima a comunidade Curara do rio Matauará. Destaque para a profundidade do solo antropogênico e evidências de cerâmicas. Fotos: Alci Albiero Júnior, 2024.

4.5 Biodiversidade na Terra Indígena Curara

A bacia do rio Madeira, que abrange a TI Curara, é considerada a bacia mais biodiversa da Amazônia, reconhecida como um dos principais divisores de avifauna (Haffer 1974, 1978), abrigando provavelmente a maior diversidade de peixes entre os rios amazônicos (Ohara 2018), com uma elevada riqueza ornitológica (Cohn-Haft et. al. 2007) e de mamíferos de pequeno (Silva et. al. 2007), médio e grande porte (Röhe 2007).

Sua biodiversidade é garantida pela presença de ecossistemas heterogêneos que favorecem o desenvolvimento de paisagens diversas como as florestas de terra firme, campos de natureza, várzea, igapós, buritizais, babaçuais, águas barrentas, pretas e transparentes (Py-Daniel 2007), associados ao regime de inundação periódica que também exerce forte influência nos padrões de diversidade.

Segundo os dados apresentados pelo Plano de Gestão da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Juma (RDS/JUMA) (AMAZONAS 2010), que faz divisa com a TI Curara e, conseqüentemente, compartilha muitos dos habitats que sustentam a rica biodiversidade da região, já foram identificados na unidade de conservação: 369 espécies de árvores, 16 espécies de palmeiras, 70 espécies de mamíferos não-voadores e 398 espécies de aves, o que representa metade da avifauna da Amazônia brasileira e um terço da avifauna de todo o Brasil.

Considerando a herpetofauna, 43 espécies de répteis e 27 de anfíbios foram identificadas, embora os pesquisadores relevem que o esforço amostral não tenha sido suficiente. Entre os quelônios, estão presentes o tracajá (*Podocnemis unifilis*), iacá (*Podocnemis sextuberculata*) e jabuti tinga (*Chelonoidis denticulata*), que desovam no período seco em igapós e campos de natureza, e são considerados alimentos (ovos e carne) desejados por grande parte dos indígenas.

Em relação à ictiofauna, conversas com os Mura sobre a pesca na TI Curara indicaram a presença das espécies aracu rabo de brasa, tucunaré açu (*Cichla* spp.), tucunaré paca (*Cichla* spp.), tucunaré preto (*Cichla* spp.), piranha preta (*Serrasalmus rhombeus*), piranha maturá (*Serrasalmus* sp.), caramuru, traíra, bagres, surubim (*Pseudoplatystoma* sp.), caparari (*Pseudoplatystoma tigrinum*), liro, jatuarana (*Brycon amazonicus*), peixe agulha, curumará, jaraqui (*Semaprochilodus insignis* e *S. taeniurus*), pacu (*Mylossoma duriventri*), arraia (*Potamotrygon* sp.) e jacundá sabão (*Crenicichla* sp.). Além disso, considerando os estudos de Ohara et. al. (2013), que registraram 920 espécies de peixes na bacia do rio Madeira, é esperado que muitas dessas espécies estejam presentes na TI Curara.

Segundo Cohn-Haft et. al. (2007), espécies ainda não descritas pela ciência estão sendo descobertas em taxas elevadas e acima do normal na região no médio Madeira, tornando os ecossistemas da TI Curara habitats potenciais para a descoberta de novas espécies. A presença de espécies endêmicas é algo a ser ressaltado. Um dos registros atuais mais surpreendentes é a presença do pequeno macaco *Callibella humilis* (Roosmalen e Roosmalen 2003), com distribuição restrita às áreas entre o Rio Aripuanã a leste, o Madeira ao norte, o Atininga ao oeste, e rio Arauazinho ao sul. Tal distribuição torna os ecossistemas compartilhados entre a TI Curara e a RDS do Juma extremamente relevantes para a conservação da espécie, considerando que grande parte de sua distribuição global é restrita a essa região.

Outras espécies de primatas com distribuição restrita à região são o *Mico manicorensis* (rio Manicoré – Aripuanã), *Mico chrysoleucus* (rio Aripuanã – Canumã/Acari), além de uma espécie de ave ainda não descrita, *Herpsilochmus* sp. (Machado/Jiparaná – Aripuanã). Tal padrão de endemismo e distribuição de espécies da fauna terrestre por pequenos interflúvios, denominado por Cohn-Haft et. al. (2007) de “mini-interflúvios”, é conhecido apenas na bacia do rio Madeira e de seus afluentes, característica que torna a região da TI Curara de extrema relevância para a conservação da fauna amazônica.

Segundo os estudos realizados e referenciados através do plano de gestão da RDS do Juma, a complexidade, riqueza e endemismo de comunidades faunísticas específicas presentes na bacia do Rio Aripuanã (divisa sudeste com a TI Curara) são fatores importantes a serem destacados em relação ao restante da Amazônia, garantindo que certos grupos de animais sejam representados por mais espécies coexistindo do que em qualquer outro local na Amazônia.

Um exemplo dessa elevada coexistência de espécies pertencendo ao mesmo grupo de animais é a presença de duas espécies de porcos-do-mato (catitu e queixada) compartilhando os mesmos ambientes, além de uma terceira espécie recentemente descrita habitando as regiões do rio Aripuanã - *Pecari maximus* (Roosmalen et. al. 2007). A possível presença de novas espécies de mamíferos na região está sendo estudada por especialistas, incluindo onças, veados, antas, peixe-boi, tamanduás e primatas, o que reforça a excepcionalidade biológica da região em termos amazônicos e globais (AMAZONAS 2010).

Tais características, que tornam a região da TI Curara refúgio e fonte de rica biodiversidade, não devem ser analisadas apenas como respostas a fatores ambientais e naturais. As ocupações e atividades ancestrais indígenas na região, que apenas surgem na historiografia original a partir das missões jesuítas pelo rio Madeira no final do século XVII e início do XVIII (Amoroso 1991), também devem ser levadas muito a sério e consideradas como agentes potenciais da elevada biodiversidade.

Sociedades indígenas ao longo do tempo desenvolveram processos co-constitutivos com plantas e paisagens que produziram a estrutura e dinâmica de seus ecossistemas associados (Clement et. al. 2021), sendo os castanhais e buritizais presentes na TI Curara exemplos de tais paisagens bioculturais. Uma importante evidência da inter-relação ancestral de populações indígenas, plantas e paisagens é corroborada pela grande incidência de áreas de Terra Preta na TI Curara, solos encontrados na região amazônica

com horizontes superficiais escuros, de origem antrópica, resultantes da ação humana em decorrência do acúmulo de resíduos orgânicos e uso do fogo na sua carbonização, com destaque para sua elevada fertilidade e presença de artefatos cerâmicos pré-colombianos, legitimando sua origem antrópica (EMBRAPA 2023).

Pesquisas científicas realizadas na região do médio Madeira revelaram que o uso e manejo da vegetação por comunidades tradicionais favoreceram a maior abundância e riqueza de espécies úteis e domesticadas em florestas secundárias sob solos de Terra Preta, em comparação com florestas secundárias sob solos não antrópicos (Junqueira et al. 2010). A contribuição do manejo ambiental indígena no aumento da diversidade beta (variações entre comunidades) em florestas secundárias (capoeiras) da Amazônia (Balée 1993) é um excelente ponto a ser considerado quando analisamos a excepcionalidade biológica entre os rios Matauará, Uruá, Mariepaua e Aripuanã no interior da TI Curara. Fenômenos influenciados pelo uso e manejo indígena de espécies hiperdominantes diretamente nas florestas, através de sistemas agroflorestais, que colaboraram com a reconhecida hiperdominância florística amazônica, onde 50% dos 390 bilhões de indivíduos arbóreos estimados são representados por 227 das 16.000 mil identificadas (Ter Steege et al. 2013).

4.5.1 Espécies ameaçadas

Em relação às espécies listadas como ameaçadas pela IUCN e presentes na região da TI Curara, embora com provável densidade populacional efetiva, podemos considerar oito espécies de mamíferos: anta (*Tapirus terrestris* - vulnerável), peixe-boi (*Trichechus inunguis* - vulnerável), tatu (*Priodontes maximus* - vulnerável), ariranha (*Pteronura brasiliensis* - em perigo), macaco cuxiú (*Chiropotes albinasus* - em perigo), macaco aranha (*Ateles* sp - em perigo), macaco barrigudo (*Lagothrix* cf. cana - em perigo), e o pequeno mico anão de coroa preta (*Callibella humilis* - vulnerável), e três espécies de quelônios tracajá (*Podocnemis unifilis* - vulnerável), iacá (*Podocnemis sextuberculata* - vulnerável) e jabuti tinga (*Chelonoidis denticulata* - vulnerável) (IUCN 2024, AMAZONAS 2010).

4.6 Impactos e conflitos socioambientais

Desde o início do século XX, os Mura das TI Pinatuba e Curara sofrem intensamente vários conflitos socioambientais que, mesmo já havendo uma TI demarcada no Maturá, continuam até o presente. Estes conflitos estão relacionados principalmente com a insegurança da situação fundiária e as frequentes invasões de agentes externos para realizar um extrativismo predatório dos recursos naturais, o qual produz diferentes impactos na vida dos Mura. Em primeiro lugar, os impedem de exercer plenamente seus direitos territoriais sobre o território de longa ocupação tradicional e o desfrute deste. A diminuição das populações de peixes e animais, bastante percebida pelos indígenas, afeta a qualidade da alimentação e o bem-estar das pessoas, e a extração ilegal de madeira destrói áreas florestais onde também há castanhais e palmeirais. Isto obriga os indígenas a deslocamentos cada vez mais distantes para a obtenção dos materiais necessários para a construção de casas e outros elementos importantes para sua vida, assim como apaga memórias históricas e culturais caras às famílias. De outra parte, as invasões de agentes externos, em especial nas áreas a montante das aldeias, atinge as possibilidades de crescimento das populações de peixes e animais, polui as águas porque nestas são jogadas os restos dos animais, baterias, plásticos e outros objetos contaminantes que afetam a qualidade da água consumida nas aldeias e leva doenças novas como certos tipos de gripes e disenterias, as quais afetam predominantemente a saúde das crianças indígenas. Além disto, os invasores intimidam e ameaçam violentamente os indígenas, o qual impede, por temor, que os Mura possam visitar com maior frequência essas áreas da sua TI.

4.6.1. *Conflitos fundiários*

Como já foi explicado na Parte 1 deste RCID, a chegada do “coronel” Carlos Lindoso e seus irmãos no rio Maturá, por volta do início da década de 1920, foi marcada pela apropriação violenta das terras tradicionalmente ocupadas pelos Mura. Alegando ter os títulos de propriedade da terra e com auxílio das autoridades da época, Lindoso aliciou violentamente os Mura para trabalhar ao seu serviço, os colocou no sistema de aviamento, fechou o acesso ao rio, e se apropriou da produção de castanha. Com a morte dos Lindoso durante a Revolta do Maturá liderada pelos Mura, os herdeiros “venderam” a propriedade do Maturá aos Avelino, família que construiu enorme influência na cidade de Manicoré e arredores. Os Avelino se apropriaram dos castanhais indígenas no Atininga

e no Maturá, tomaram para uso exclusivo o Lago do Jacaré, ameaçando qualquer indígena que fosse pescar ali, e foram prometendo entregar alguns títulos das terras aos indígenas e aos moradores de origem externa que casaram com mulheres mura e se instalaram no Maturá, muitos dos quais pagaram pelos terrenos. Na década de 1950, o SPI reconheceu apenas a área da Maloca Cidade como território indígena, deixando a maioria dos Mura do Maturá de fora. Com o passar das décadas, a influência dos Avelino foi esmorecendo e esses foram vendendo lotes, incluindo a pessoas ou diretamente que depois revenderam os lotes para a instalação da madeireira Gethal S.A. no início da década de 1990. Com a perda de influência dos Avelino, alguns moradores externos, já com relações de parentesco com os Mura, e outros que foram chegando com os anos se envolveram com diversos negócios extrativistas como a sorva, as peles animais, a copaíba, o pau rosa, etc., empregando ou fazendo associações com alguns mura, chegando mais tarde ou a vender os terrenos dos indígenas a terceiros ou a enganar de várias maneiras os Mura para se apropriarem dos terrenos. Para este último exemplo, é emblemático o caso da usurpação do lote Boa Esperança pelo senhor Osmar Fonseca, conflito fundiário movido pelos seus descendentes e que é um dos objetos principais que deu início à reivindicação pela demarcação da TI Curara, como já foi explicado na introdução deste relatório. De qualquer modo, é importante lembrar que Passos obteve a lote após embebedar o senhor Ercolano França Brasil e trocar a posse por uma máquina Stihl

Desse modo, há pelo menos duas formas de conflito fundiário sobre a TI Curara: um, que é motivado pelos descendentes daqueles antigos moradores do Maturá que abandonaram o território e nunca assumiram a identidade indígena, e, outro, de pessoas externas que compraram terra dos Avelino ou a obtiveram por meio de enganos aos indígenas. No primeiro caso, os descendentes assumem as terras como se fossem seus sítios ou fazendas em área rural, enviando, em muitos casos, pessoas de fora para que coletem castanha, açaí ou tirem madeira desses locais; a permanência temporária dessas pessoas implica algum grau de convívio com os indígenas, e em ocasiões envolve ameaças físicas, em outras atraem jovens indígenas para lhes oferecer cachaça ou drogas. No segundo caso, os que compraram terrenos vão pessoalmente acompanhados por homens armados, em qualquer momento do ano, e se atribuem direitos de exploração dos recursos. Em ambas as situações é possível a existência de títulos de posse elaborados por autoridades municipais ou estaduais. Por isto não pode se perder de vista que a origem da titulação de terras na TI Curara foi a expropriação violenta aos indígenas causada pelos

Lindoso e os Avelino, os quais tiveram anuência das autoridades da época para produzir títulos fraudulentos e que toda tentativa atual de titulação nesta TI por agentes externos é produto da má-fé. Também é bom pontuar que os resultados do trabalho do GT (Portaria FUNAI Nº 1.206, de 31 de outubro de 2024) responsável pelos estudos complementares de natureza fundiária necessários à consolidação do Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da TI Curara revelaram, como se descreve na Parte 6 deste relatório, a presença de 218 imóveis no Cadastro Ambiental Rural (CAR) e 67 no Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF) no interior da TI Curara. Porém, das áreas no SIGEF, 21 foram registradas em 2024, 8 em 2023, 9 em 2022, 14 em 2021 e 8 em 2020. Ou seja, que 60 dos 67 títulos, praticamente o 90%, foram registrados nos últimos 5 anos, demonstrando uma intensificação das tentativas de apropriação externa deste território tradicionalmente ocupado.

Algo que ficou muito evidente durante as viagens do GT pelo rio e na expedição realizada em direção às cabeceiras dos rios Atininguinha e Jatuarana foi a presença de placas indicando que determinadas áreas nas margens dos rios seriam propriedades privadas (FIGURA 42). Ao todo, doze placas indicando propriedades privadas foram registradas durante a expedição:

Placa Local Cinco Porcos - 5°51'9.72"S - 60°59'17.59"O.

Placa Local Nina - 5°54'15.08"S - 61° 5'30.73"O.

Placa Local Sucuriju - 5°54'50.18"S - 61° 6'29.84"O.

Placa apagada sem nome - 5°56'50.32"S - 61° 6'31.46"O.

Placa Local Cotovelo - 5°58'42.92"S - 61° 4'55.81"O.

Placa Local São Pedro do Matauará - 5°51'22.61"S - 61° 2'21.16"O.

Placa Carbon Core/Fazenda Lagoa Grande - 6°10'12.25"S - 61° 0'31.93"O.

Placa local Fazenda Lagoa Grande II - 6°10'11.68"S - 61° 0'32.83"O.

Placa Local Boa esperança - 6° 8'19.32"S - 61° 4'8.90"O.

Placa Lugar Espírito Santo - 5° 52' 47.91"S - 61° 2'52.33"O.

Placa Lugar Sítio Do - 5°53' 49.67"S - 61° 2'32.11"O.

Placa Lugar Santa Terezinha – 5°54' 51.07"S – 61° 6'29.99"O.

Figura 42 - Placas indicando propriedades privadas nas margens dos rios Matauará









Fotos: Alci Albiero Júnior, 2024.

4.6.1.1 Projetos de carbono

Disputas pelo território e por recursos naturais entre as populações indígenas da TI Curara e a sociedade envolvente são conflitos socioculturais que se reproduzem durante toda a história de ocupação indígena da região, embora atualmente com renovações técnicas, políticas e discursivas apropriadas de certo ambientalismo conservacionista, atualizando o projeto colonial diante um repaginado colonialismo climático e financeirização do carbono. Mais do que nunca o colonialismo na perspectiva dos povos indígenas não é um evento histórico concluído, mas um contínuo processo adaptável do modelo capitalista agora incorporado às dimensões da economia verde e colonialismo climático.

Fato que foi observado durante a expedição realizada para as cabeceiras dos rios Atininguinha e Jatuarana através da presença de placas que demarcavam áreas nas margens dos rios como propriedades privadas a explorar créditos e carbono. Ou seja, a invasão e apropriação do território indígena por entidades privadas e projetos científicos que utilizam o discurso ambientalista/conservacionista como forma de dominação e controle da floresta e dos recursos naturais podem produzir importantes impactos e conflitos socioculturais através da perda de autonomia indígena no uso e manejo de seu próprio território, perpetuando estruturas de dominação e submetimento.

Considerando que projetos de REDD+ (Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal), segundo Alkmin (2023), produzem ao menos oito questões problemáticas quando implementados em territórios indígenas: 1) falta de participação

das comunidades locais; 2) questões fundiárias e exacerbação de conflitos fundiários; 3) desafios políticos, incluindo a pressão de setores econômicos dependentes do desmatamento, da mineração e da degradação florestal; 4) conflitos intracomunitários; 5) falhas na implementação; 6) falta de transparência; 7) não efetividade contra o desmatamento; 8) atrasos em mudanças estruturais necessárias.

Na TI Curara, a instalação de placas assinalando propriedades privadas está relacionado com a implementação dos projetos de captura de carbono, segundo os indígenas. A maioria das placas foi colocada no início de 2024, meses antes da chegada do GT para fazer os estudos de demarcação. De acordo com os Mura, a TI Curara foi visitada por algumas pessoas que falaram do empreendimento nas aldeias e buscaram convencer os indígenas de entrarem no negócio. De novo, pessoas de Manicoré estiveram tentando convencer ou pressionando os indígenas para fazer parte, o qual é uma clara tentativa de fazer com que os Mura da TI Curara adiram à lógica da propriedade privada do território tradicionalmente ocupado, o qual não é outra coisa de induzi-los a desconhecer sua identidade indígena para abrir definitivamente o Maturá à exploração predatória. Foi relatado por um mura, via whatsapp, que no dia 9 de junho de 2025, representantes da brCarbon (sobre eles, ver o site <https://brcarbon.com.br>) foram no Maturá com uma equipe, numa grande lancha e com drones até as cabeceiras do rio. O chefe da FUNAI em Manicoré falou com eles antes da viagem, lhes recordou que a área se encontra sob estudos demarcatórios e que não poderiam entrar no rio, mas eles desobedeceram e fizeram a viagem sem se importar com a autoridade do órgão indigenista.

4.6.2 Invasões: madeireiros, pescadores e caçadores ilegais

Somam-se a tudo isso as ameaças já conhecidas pelos indígenas, relacionadas à invasão de caçadores, pescadores e exploração madeireira. Estes conflitos foram destacados durante a VI Assembleia Geral da OPITTAMPP, realizada em 02 de dezembro de 2005 na comunidade Boa União, da TI Pinatuba. Os participantes, na ocasião, buscavam maior visibilidade diante das ameaças de invasões de caçadores, pescadores, extrativistas e exploração madeireira pela empresa Gethal, enfrentadas pela comunidade Curara do rio Maturá, que produziu uma carta destinada ao Sr. Artur Nobre, Diretor de Assuntos Fundiários da FUNAI. Estes conflitos são de longa data e parecem difíceis de resolver por falta de ação das autoridades e instituições competentes.

Com relação à exploração comercial madeireira na região da TI Curara, a Gethal Amazonas S/A Indústria de Madeira Compensada merece destaque, pois atuou na exploração de madeiras nobres de alto valor comercial em extensas áreas do rio Matauará durante os anos de 1989 a 2004 através da utilização de maquinários pesados como tratores de esteira e carretas que deixaram importantes marcas na paisagem. Segundo seu Justino, da comunidade Curara, que trabalhou na Gethal durante seis meses em 1996 identificando espécies a serem exploradas (itaúba, angelim, uxi, cumaru, copaíba, roxinho, envira de cutia, macacarecuia e fava), a abertura de áreas na floresta madura para a instalação de pátios de armazenamento de toras e aberturas de estradas para o transporte da madeira tornaram-se atualmente vetores de fácil acesso para a invasão e exploração ilegal de caça, pesca e madeira. Caso das áreas conhecidas como Bom Futuro (-5,95374, -61,10632) e Igarapé Copaibal (-5,91394, -61,10829), ambas no rio Matauará. Tal situação de contato iminente com invasores armados produz, segundo os indígenas, muita insegurança durante os deslocamentos em direção às cabeceiras para atividades de pesca e caça. Há relatos de ameaças por parte desses invasores, que buscam coibir os deslocamentos e a permanência dos Mura nessas regiões.

As marcas deixadas na paisagem pela empresa Gethal através da superexploração madeireira ainda exercem influência no modo de vida indígena na TI Curara, que devido à escassez de determinadas espécies de alto valor madeireiro necessitam realizar maiores deslocamentos em direção às cabeceiras dos rios para encontrar importantes espécies arbóreas utilizadas em seu modo de habitar o território, além de viverem sob o eminente conflito com os invasores de suas terras devido ao acesso facilitado através das estradas abertas na mata.

A superexploração madeireira ilegal no interior da TI Curara atribuída à empresa Gethal foi identificada pela Justiça Federal, Incra e Ibama e veiculada pelo site Canal Rural em 02/07/2008 e pela Folha de São Paulo em 24/07/2008:

“Incra e Ibama denunciam que situação da madeireira Gethal na Amazônia é irregular”. Empresa é suspeita de ter ligações com estrangeiro investigado pela Agência Brasileira de Inteligência. A compra de terras por estrangeiros na Amazônia foi assunto de audiência pública na Comissão de Agricultura do Senado nesta quarta-feira, dia 2. Representantes do Incra e do Ibama relataram a situação irregular em que se encontra a Madeireira Gethal. A empresa é suspeita de ter ligações com o empresário sueco Johan Eliasch, investigado pela Agência Brasileira de Inteligência”. (Canal Rural, 2024).

“Justiça Federal bloqueia contas e terras de madeireira no Amazonas. A Justiça Federal do Amazonas tornou indisponíveis bens, contas bancárias e parte das terras da Gethal, empresa que tem entre seus sócios o milionário sueco Johan Eliasch. A decisão acatou pedido do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), que queria uma garantia para o ressarcimento por danos ambientais à floresta amazônica e indenizações por danos materiais e morais à sociedade brasileira. No início do mês, o Ibama aplicou dez multas - totalizando R\$ 381,2 milhões - contra a Gethal, acusando-a de explorar, comercializar e transportar madeira nobre da floresta na região de Manicoré (AM)- 699.809 m3 ou 230 mil árvores”. (Folha de São Paulo, 2024).

Embora a Gethal tenha saído do Maturá, a exploração ilegal de madeira continuou na TI Curara, pois durante certa época se instalaram usinas de pau rosa, cuja madeira é altamente apreciada para a elaboração de perfumes. Em outros casos, pessoas externas que se atribuem posse de terras na TI Curara têm feito desmatamento de pequena escala e levado pessoal externo para derrubar com motosserra e fabricar tábuas de madeira de lei para a venda em Manicoré e Manaus. Vale lembrar que o conflito fundiário entre os Passos da Fonseca e os habitantes da aldeia Curara, o qual originou o processo na justiça descrito nos antecedentes da demarcação desta TI, envolveu o desmatamento de uma área próxima da aldeia, a destruição de um castanhal na beira do rio assim como de um açailal usado pela comunidade, e a queima das tábuas feitas pelos indígenas que defenderam sua terra.

A invasão de caçadores e pescadores nas áreas da TI Curara foram destacadas pelos Mura como uma das grandes ameaças e conflitos enfrentados atualmente, que segundo relatos superexploram os recursos naturais através de pesca com malhadeiras e de arrastão nos lagos e da caça intensiva para a comercialização na região. As áreas mais impactadas segundo os relatos foram a região do Bom Futuro no rio Maturá, e o Igarapé Treze de Maio e o lago do Jatuarana, ambos no rio Jatuarana. Os invasores usam uma estrada que sai de Manicoré e que se abre em dois ramais desde o Atininga que conduzem até a TI Curara, na região imediatamente a montante das duas únicas grandes cachoeiras do Maturá que são um obstáculo à navegação. Desta maneira, os invasores chegam diretamente numa área pouco frequentada hoje pelos Mura, onde há pouca intensidade de pesca e caça tradicional, e entram tanto no verão quanto no inverno. Os invasores já construíram locais para pernoite e possuem embarcações que deixam escondidas na mata. Assim, grupos de caçadores e pescadores armados se embrenham na mata, caçando grande quantidade de animais, e entram nos rios para pescar em abundância. A carne é vendida no comércio de Manicoré. Estas atividades predatórias afetam as populações de

peixes e animais, destroem lugares de reprodução das espécies, impedem o trânsito das espécies pelo território e geram escassez rio abaixo. Este é um dos motivos pelos quais os Mura afirmam que os animais e peixes se estão acabando e que hoje não existe uma fartura como a de antigamente. Além disso, os caçadores abandonam as carcaças dos animais abatidos perto da beira do rio (FIGURA 43) ou as lançam na água, assim como jogam baterias e plásticos, causando a poluição das águas e diminuindo a sua qualidade para as aldeias e comunidades que ficam rio abaixo. Os Mura atribuem algumas novas doenças a essas práticas irresponsáveis dos caçadores ilegais. Os Mura consideram as áreas invadidas como reservas de caça e pesca e afirmam que a diminuição de espécies por lá afeta todo o território. Também afirmam que tem deixado de frequentar estes lugares por temor a serem atacados pelos caçadores armados. No entanto, junto com parentes da TI Pinatuba, eventualmente realizam expedições de monitoramento das atividades dos invasores.

Outros invasores entram pela foz do Maturá, especialmente durante à noite para que não seja percebido o seu ingresso na TI Curara. Costumam ir em grandes embarcações que puxam canoas e casquetas que facilitam a navegação pelos igarapés e lagos. Além disso, tem eletricidade, a qual permite que congelem a carne dos peixes e animais de caça abatidos. Após a saída do GT do campo e com as notícias na região de que a TI Curara será demarcada, os invasores têm perdido o pudor e entram na área fazendo desafios aos Mura. Foi relatado que várias vezes durante os últimos meses, essas embarcações têm chegado em número maior, levando cachorros americanos que são especializados em caçar no mato. Os invasores colocam música alta, fazem churrascos e se embebedam nas praias ou na beira dos rios Maturá e Uruá, e deboçam dos indígenas e da possibilidade da demarcação da área.

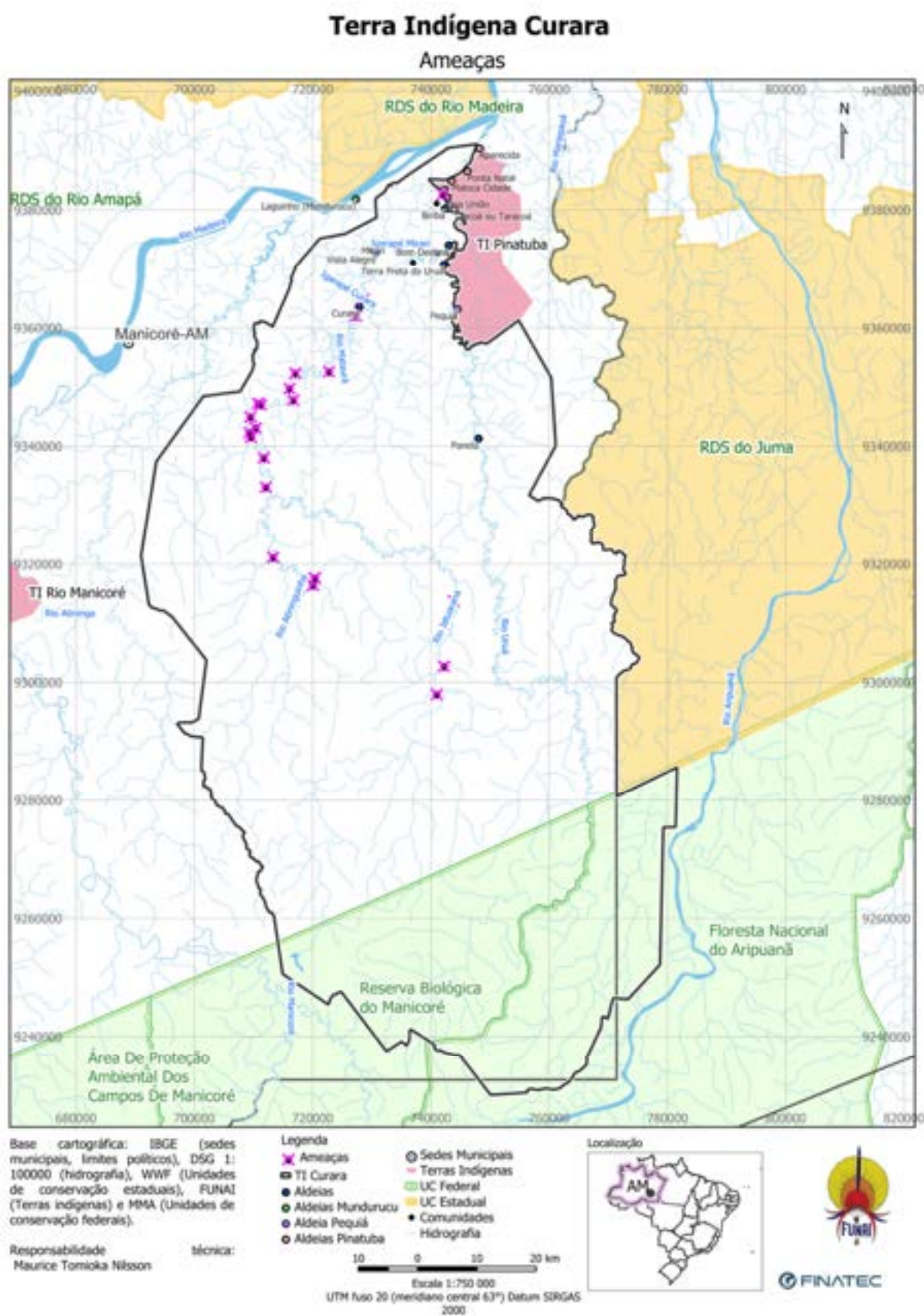
Figura 43 - Carcaças de anta abatida por invasores na região de Campos de Natureza do lago do Jatuarana



Foto abaixo indicando o buraco cavado pelos caçadores para armazenar a carne da caça por maiores períodos. Fotos: Alci Albiero Júnior, 2024.

Muitos desses invasores alegam ter títulos da terra mas nunca os mostram. Também afirmam não ter medo das ações das autoridades ou de receber multas. Nas palavras dos Mura, os invasores não respeitam os limites e os ameaçam. Por isso, preferem não denunciar para se poupar de problemas maiores na TI Curara ou nas visitas a Manicoré. Recentemente, a Secretaria de Meio Ambiente do município confiscou a carne, as espingardas e as motosserras de um grupo de invasores do Maturá, mas terminou devolvendo-as. Os Mura se sentem inseguros no seu próprio território e esperam que a demarcação da TI Curara ajude a que as instituições competentes atuem contra os invasores e resolvam os problemas com as áreas que ameaçam a TI (MAPA 20).

MAPA 20 - Principais áreas de ameaças à TI Curara



Mapa 210 - Principais áreas de ameaças à TI Curara

4.7 Áreas imprescindíveis à preservação dos recursos necessários ao bem-estar da população da Terra Indígena Curara

Durante os trabalhos de campo foi possível constatar que as paisagens socioambientais presentes na TI Curara estão intimamente associadas ao manejo, uso/cuidado, ocupação, habitação, deslocamentos e memória indígena, constituindo registros históricos da relação do povo Mura com o território tradicionalmente ocupado desde, ao menos, o início do século XX, mas que dada a imensa quantidade de indicadores de ação antrópica da floresta, como terras pretas e castanhais, remetem-se a muitos séculos antes da chegada dos europeus. Ao longo do presente relatório, áreas amplamente distribuídas pelo território associadas às práticas tradicionais de caça, pesca, manejo florestal e composição de paisagens bioculturais (terra preta, castanhais, babaçuais, tucumanzais, capoeiras antigas) justificam a abrangência da terra indígena proposta pelo Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação como *imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições* (Art. 231 da Constituição de 1988).

Portanto, o território proposto de abrangência da Terra Indígena Curara contempla uma rica biodiversidade e dinâmica ecossistêmica, associadas a uma matriz florestal recortada por ambientes hídricos indispensáveis à reprodução dos hábitos, costumes e tradições do povo Mura ao longo do tempo, os quais, durante os trabalhos de campo, se revelaram como práticas de baixo impacto ambiental e pequena escala. A extensão do território e a presença de diferentes paisagens e ecossistemas heterogêneos como as florestas de igapó, florestas de terra firme, campos de natureza, chavascais, rios e igarapés em avançado estado de integridade ambiental, avaliados através da análise ecológica rápida, associados a áreas protegidas (REBio do Manicoré, Flona do Aripuanã e RDS do Juma) e territórios indígenas (TI Curara e TI Pinatuba), compõem um importante mosaico na conservação da floresta amazônica da Bacia do médio Madeira e de seus ecossistemas. Favorecendo a reprodução e resiliência de uma rica biodiversidade, com destaque para a presença de primatas endêmicos, áreas de reprodução de peixe boi e de grande relevância ecológica para a conservação da fauna e flora amazônica e espécies ameaçadas de extinção.

Áreas de conservação da biodiversidade presentes no interior da TI Curara e destacadas em verde no mapa das áreas imprescindíveis (MAPA 20) constituem extensas paisagens que abrangem os principais ecossistemas da terra indígena em estágios mais avançados de conservação, garantindo a existência e resistência de habitats naturais fundamentais para o desenvolvimento socioecológico e autonomia da população indígena Mura. Tais regiões também constituem imprescindíveis sistemas de drenagem através de inúmeros igarapés que conduzem e transportam água e sedimentos para os grandes rios, contribuindo com seu volume, vitalidade, equilíbrio e formação de um complexo sistema hídrico indispensável à integridade ecossistêmica e garantia dos recursos pesqueiros e ambientais.

A alta cobertura, densidade e estratificação florestal em tais regiões, identificadas durante as atividades de campo através da análise ecológica rápida, é potencialmente formadora de áreas com Produção Máxima Sustentável, condição onde a estrutura, função e diversidade florestal é capaz de garantir maior provisionamento de recursos naturais, como a pesca, caça e madeira. A extensão de tais regiões associadas às condições ambientais, biodiversidade e heterogeneidade paisagística favorece a constituição de um importante sistema dinâmico reconhecido como Fonte-Vazão (Townsend, 1995), no qual áreas de terra firme mais distantes representam áreas fontes de espécies da fauna para regiões mais próximas das aldeias (vazão), garantindo a sustentabilidade de recursos alimentares ao longo do tempo. Ou seja, Fonte seria o local de origem dos animais silvestres e Vazão as regiões para onde migrariam. Nesse sistema dinâmico as áreas de conservação da biodiversidade (Fonte) garantiriam a reposição (Vazão) de áreas intensamente caçadas.

Portanto, a extensão de tais áreas destacadas pela importância na conservação da biodiversidade é justificada pela relevância na manutenção de um conjunto de propriedades ambientais, bióticas e abióticas que conectam paisagens fundamentais para a resiliência socioambiental e sobrevivência mura no território tradicionalmente ocupado. Portanto, é importante reforçar que o mapa das áreas imprescindíveis para a reprodução física e cultural do povo indígena em questão, apresentado na sequência (MAPA 20), deixa clara a importância dos deslocamentos indígenas pelo território através das matas, rios, lagos e igarapés e o amplo conhecimento das paisagens presentes na terra indígena. Nesse sentido, para a manutenção da autonomia indígena na gestão, proteção e conservação ambiental da Terra Indígena Curara será fundamental garantir sua circulação entre os principais caminhos fluviais, que se configuram principalmente entre os rios

Mataurá, Curara, Jatuarana, Atininguinha, Uruá e Igarapé do Mutuca, desde a região dos lagos ao norte, até as cabeceiras ao sul. É importante destacar que as cabeceiras dos rios Atininguinha e Jatuarana, a montante do rio Mataurá, assim como as cabeceiras do rio Uruá e Igarapé do Mutuca, são áreas em avançado estágio de conservação. Essas regiões tornam-se fundamentais para a reprodução, desova e alimentação de peixes, sendo, portanto, imprescindíveis como refúgios para a biodiversidade. Áreas com pedrais, próximas às cachoeiras das cabeceiras, também merecem atenção, por se tratarem de ambientes de extrema relevância para o refúgio dos peixes e manutenção dos recursos pesqueiros no território.

Ainda assim, os impactos e conflitos socioculturais destacados pelos indígenas, principalmente nas regiões dos lagos mais próximos ao rio Madeira, e as evidências de invasão de caça, pesca e exploração ilegal de madeira em áreas como a região do Bom Futuro no rio Mataurá, o Igarapé Treze de maio e o Lago do Jatuarana, ambos no rio Jatuarana, merecem atenção e devem ser contidos para a garantia da autonomia indígena do território e conservação dos recursos naturais. Soma-se a isso a incidência de registros de CAR e SIGEF em sobreposição com o território indígena. Nesse sentido, ações que garantam a segurança, a autonomia e a regularização fundiária da TI são imprescindíveis para a manutenção e conservação dos recursos naturais fundamentais para a reprodução física e sociocultural dos Mura na área proposta.

Estas ações devem garantir uma das principais características da forma de vida tradicional mura que é a mobilidade sazonal, a qual hoje está mais restrita à parte norte da TI Curara, pois, o medo aos invasores armados lhes impede de percorrer todo o seu território com liberdade, e que é cada vez mais necessária devido à diminuição da fartura de peixes e animais de caça. Através de conversas realizadas com indígenas da TI Curara ficou evidente a dificuldade na captura de peixes e caças nos rios e igarapés próximos às aldeias, o qual tem provocado maiores deslocamentos a montante do rio Mataurá, algo que segundo eles não acontecia no passado recente e que é consequência da maior proximidade da cidade de Manicoré e da facilidade da entrada de invasores na TI para a exploração intensa dos recursos pesqueiros. Desse modo, a pesca e a caça, atividades fundamentais para a dieta indígena e a manutenção dos costumes, tradições e modo de habitar o território mura, também são atividades que acabam exigindo maiores deslocamentos pelo território, principalmente durante o inverno, período chuvoso, onde os peixes se deslocam por maiores extensões dos rios, lagos e igarapés. Atualmente, maiores deslocamentos para a aberturas de novas roças em áreas de florestas maduras

mais distantes das comunidades passam a ser atividades que exigem maior mobilidade indígena pelo território, considerando que plantios de maniva na mesma roça são realizados no máximo em 4 anos consecutivos e o pousio e regeneração da vegetação secundária em capoeiras podem se estender de quatro a dez anos. A mobilidade indígena pelo território é exigida na realização de uma das principais atividades produtivas Mura na TI Curara, o extrativismo da castanha. Muitos dos castanhais explorados pelos indígenas estão distantes das aldeias e comunidades. Isto também é certo para áreas de recursos madeireiros e não madeireiros.

Deslocamentos para as áreas mais distantes das comunidades, localizadas a montante dos rios Atininguinha e Uruá em direção às suas cabeceiras, são periodicamente realizados por representarem regiões imprescindíveis na oferta de recursos naturais. Tais locais são refúgios de caças (anta, veado, paca, porco do mato, entre outras) e peixes que ali estabelecem suas principais áreas de desova, caso do pacu, aracu, tucunaré, traíra e peixe boi, e áreas reprodutivas, caso do jaraqui, jatuarana, charuto e peratipa, que são amplamente favorecidas pela integridade ambiental. Os igarapés são áreas imprescindíveis tanto para os deslocamentos indígenas pelo território e acesso aos ambientes da TI Curara, como para o desenvolvimento das atividades tradicionais como a caça, pesca, uso e manejo de recursos florestais madeireiros e não madeireiros. A ampla mobilidade indígena através dos ambientes da TI Curara - rios, igarapés, igapós, furos, florestas de terra firme, castanhais, capoeiras e campos de natureza, configura modos de habitar o território, intimamente relacionados ao manejo e disponibilidade de recursos naturais. Dinâmicas que refletem o amplo conhecimento indígena do território e completam toponímias das áreas de ocupação tradicional mura da TI Curara, destacadas na construção do etnomapeamento.

O etnomapeamento mostrou que os Mura conhecem com exatidão e classificam o território tradicionalmente ocupado pelas sub-bacias que abrangem cada um dos afluentes do Maturá e do Uruá. Desse modo, a toponímia coletada durante o GT faz referência principalmente aos nomes de toda a rede hidrográfica. Para facilitar a compreensão, poder-se-ia dizer que na visão mura cada sub-bacia é uma unidade da paisagem, uma vez que afirmam que são espaços com limites claros e que esses limites são “naturais”: nascentes das cabeceiras, chavascais, campos de natureza, divisor de águas, etc. Ao mesmo tempo, cada igarapé possui espaços de caça e pesca, áreas de extração de madeiras e outros recursos florestais, e, em muitos, há também castanhais e terras pretas, o qual demonstra que os Mura da TI Curara conhecem em detalhe até a composição dos solos

do território tradicionalmente ocupado e que cada unidade paisagística em si é rica em diversidade de recursos necessários para os indígenas.

Tendo em vista os critérios e justificativas apresentadas, junto com as áreas de usufruto atual e histórico, as áreas imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições na TI Curara incluem:

- 1- A proteção da região dos lagos próximos da foz do rio Maturá;
- 2- A inclusão de todo o sistema hídrico do rio Maturá, incluindo seus principais afluentes, sub-bacias e lagos, e os divisores de águas com os rios Atininga, Mariepaua, Manicoré e Aripuanã;
- 3- A inclusão das áreas de cabeceiras dos rios Uruá, Atininguinha, Jatuarana e Igarapé do Mutuca, as quais representam fundamentais reservatórios de pesca, caça e recursos florestais madeireiros e não madeireiros.

A delimitação da TI Curara tenta acompanhar o mais possível a lógica territorial mura levando em conta suas unidades paisagísticas, considerando-as como área imprescindíveis à sua reprodução física e cultural (MAPA 21). Na parte norte da TI Curara, na margem esquerda do rio Maturá e frente o limite norte da TI Pinatuba, a TI Curara acompanha a divisão natural da várzea e a terra firme, seguindo essa última no sentido sudoeste para proteger toda a região dos lagos, com destaque ao antigamente farto Lago do Jacaré. Daí, na mesma direção, a TI acompanha o divisor das águas das bacias dos rios Maturá e Atininga para proteger todas as cabeceiras das sub-bacias da porção oeste da TI até tomar a direção sudeste para abranger as cabeceiras dos rios Atininguinha (e o divisor de águas com o rio Manicoré), Uruá e Igarapé do Mutuca. Como já dito esta área está muito bem conservada e constitui uma importante região de reprodução de peixes e animais, considerada pelos Mura como uma área de reserva e regeneração das espécies e onde há também importantes recursos florestais. Nesta porção da TI Curara há sobreposição com a Reserva Biológica do Manicoré e com a Floresta Nacional do Aripuanã.

Uma vez atingido o limite sul, pelas cabeceiras do Igarapé do Mutuca, a TI Curara toma direção nordeste e acompanha as cabeceiras dos formadores do Mutuca seguindo o divisor das águas com o rio Aripuanã, agora em direção norte, até alcançar o limite da RDS do Juma, as nascentes do rio Mariepaua e os campos de natureza que separam o

divisor das águas com o rio Uruá; toda esta área também é considerada como de reserva e proteção das espécies pelos Mura. Em direção norte, a TI Curara segue pela margem esquerda do rio Mariepaua até cortar em direção noroeste para voltarem direção norte pelo divisor das águas desse rio com o Uruá e assim incluir e proteger o Igarapé Cipotubinha, importante lugar de caça e pesca das aldeias Terra Preta do Uruá e Panela. Seguindo ao norte pelo Cipotubinha, a TI Curara se encontra com o limite sul da TI Pinatuba e depois acompanha todo o limite dessa TI pela margem esquerda dos rios Uruá e Maturá, em direção à foz. Como pode se apreciar no Mapa 20, o limite da TI Curara abrange uma vasta área de lugares imprescindíveis à reprodução física e cultural dos Mura e evidencia que o uso tradicional do território engloba quase a totalidade da TI.

A seguir, são apresentadas as principais paisagens e seus locais específicos de uso e ocupação e de importância ambiental imprescindíveis para a reprodução física e cultural do povo Mura. Em primeiro lugar, se descrevem os rios e lagos que compõem o sistema hidrográfico da TI Curara (TABELA 20) e as áreas de mata, capoeiras, terras pretas e campos de natureza com significativa importância na conservação de recursos florestais (TABELA 21) que enquadram uma visão geral da TI. Depois, se descrevem as áreas de usufruto atual e histórico por aldeia e comunidade, incluindo os lugares de pesca (TABELA 22), caça (TABELA 23), castanhais (TABELA 24) e palmeirais (TABELA 25). Por último, se apresenta o mapa de áreas imprescindíveis à reprodução física e cultural dos Mura da TI Curara (MAPA 21).

TABELA 20 – Rios e Lagos da TI Curara

Rio	Nome Igarapé/Lago	Frequência de uso	Aldeia/Comunidade
Maturá	Igarapé da Anta	Alta	Vista Alegre, Mirari, Arauá
Maturá	Igarapé do Jacaré	Alta	Vista Alegre, Mirari, Arauá
Maturá	Igarapé e Ilha do Lagunho	Alta	Vista Alegre, Mirari, Arauá

Maturá	Igarapé do Peixe Boi	Alta	Vista Alegre, Mirari, Arauá
Maturá	Igarapé das Pedras	Alta	Vista Alegre, Mirari, Arauá
Maturá	Igarapé do Domingão	Alta	Vista Alegre, Mirari, Arauá
Maturá	Igarapé Água Azul	Alta	Vista Alegre, Mirari, Arauá
Maturá	Igarapé da Estrada	Alta	Vista Alegre, Mirari, Arauá
Maturá	Igarapé da Terra Preta	Alta	Vista Alegre, Mirari, Arauá
Maturá	Igarapé do Piroquinha	Alta	Vista Alegre, Mirari, Arauá
Maturá	Igarapé de Piroca Grande	Alta	Vista Alegre, Mirari, Arauá
Maturá	Igarapé do Turquinho	Alta	Bom Destino
Maturá	Igarapé do Maiaema	Alta	Maiaema
Maturá	Igarapé do Jacaré	Alta	Maiaema
Maturá	Igarapé do Tamanduá	Alta	Curara
Maturá	Igarapé do Sucuriçu	Alta	Curara
Maturá	Igarapé do Barraco	Alta	Curara
Maturá	Igarapé de Manaus	Alta	Curara
Maturá	Igarapé do Demétrio	Alta	Curara
Maturá	Igarapé Pé Branco	Alta	Curara
Maturá	Fortaleza	Baixa	Uso comum
Maturá	Igarapé da Esperança	Baixa	Uso comum
Maturá	Jacaretinga	Baixa	Uso comum
Maturá	Igarapé da Traíra	Baixa	Uso comum
Maturá	Igarapé da Santa Maria	Baixa	Uso comum
Maturá	Igarapé do Compasso	Baixa	Uso comum
Maturá	Igarapé da Conceição	Baixa	Uso comum

Maturá	Igarapé da Santa Terezinha	Baixa	Uso comum
Maturá	Igarapé do Copaibal	Baixa	Uso comum
Maturá	Igarapé do Café	Baixa	Uso comum
Maturá	Igarapé Bom Futuro	Baixa	Uso comum
Maturá	Igarapé da República	Baixa	Uso comum
Maturá	Igarapé do Cotovelo	Baixa	Uso comum
Maturá	Lago do Igarapé da Anta	Alta	Vista Alegre, Mirari
Maturá	Lago da Ilha do Laginho	Alta	Vista Alegre, Mirari
Maturá	Lago do Corujinha	Alta	Vista Alegre, Mirari
Maturá	Lago do Brebe	Alta	Vista Alegre, Mirari
Maturá	Lago do Cujubim	Alta	Curara
Maturá	Lago do Niterói	Alta	Curara
Maturá	Lago de Santa Isabel	Alta	Curara
Maturá	Lago do Veadinho	Alta	Curara
Maturá	Lago do Tayassú	Baixa	Uso comum
Maturá	Lago do Igarapé do Jacaré	Baixa	Uso comum
Uruá	Igarapé do Campo	Alta	Terra Preta do Uruá
Uruá	Igarapé do Farol	Alta	Terra Preta do Uruá
Uruá	Igarapé do Piquiá	Alta	Terra Preta do Uruá
Uruá	Igarapé Três Bocas	Alta	Panela
Uruá	Igarapé Água Suja	Alta	Panela
Uruá	Igarapé do Empinado	Alta	Panela, Terra Preta do Uruá
Uruá	Igarapé do Tanga	Alta	Panela
Uruá	Igarapé do Panela Aranha	Alta	Panela
Uruá	Igarapé Jacaretinga	Alta	Panela, Terra Preta do Uruá
Uruá	Igarapé do Jatuaraninha	Alta	Panela

Uruá	Igarapé da Onça	Alta	Panela
Uruá	Igarapé São Sebastião	Alta	Panela
Uruá	Igarapé Jatuarana	Alta	Panela
Uruá	Igarapé da Garça	Alta	Panela
Uruá	Igarapé Laguinho	Alta	Panela
Uruá	Igarapé do Desaperta	Alta	Panela
Uruá	Igarapé do Abana	Alta	Panela
Uruá	Igarapé do Marcelino	Alta	Panela
Uruá	Igarapé do Castanherinha	Alta	Panela
Uruá	Igarapé do Macaco Prego	Média	Terra Preta do Uruá
Uruá	Igarapé das Pedras	Média	Terra Preta do Uruá
Uruá	Igarapé Tapioquinha	Média	Terra Preta do Uruá
Uruá	Igarapé do Tigre	Média	Terra Preta do Uruá
Uruá	Igarapé Cipotubinha	Média	Terra Preta do Uruá
Uruá	Igarapé do Cipotubão	Média	Terra Preta do Uruá
Uruá	Igarapé do Chumbão	Baixa	Uso comum
Uruá	Igarapé Chumbinho	Baixa	Terra Preta do Uruá
Uruá	Igarapé do Lontra	Baixa	Uso comum
Uruá	Igarapé do Pião	Baixa	Uso comum
Uruá	Igarapé do Tigre Grande	Baixa	Uso comum
Uruá	Igarapé do Bacu	Baixa	Uso comum
Uruá	Igarapé do Rodela	Baixa	Uso comum
Uruá	Igarapé do Jatuarana	Baixa	Uso comum
Uruá	Igarapé do Quebra- Cabeça	Baixa	Uso comum
Uruá	Igarapé do Visagem	Baixa	Uso comum
Uruá	Igarapé do Pau Seco	Baixa	Uso comum
Uruá	Igarapé do Socó	Baixa	Uso comum
Uruá	Igarapé do Primeiramente	Baixa	Uso comum

Uruá	Igarapé do Itaubal	Baixa	Uso comum
Uruá	Igarapé do Copaibal	Baixa	Uso comum
Uruá	Igarapé do Cipotubinha	Alta	Terra Preta do Uruá
Uruá	Lago do Brebe	Alta	Terra Preta do Uruá
Uruá	Lago do Peixe	Alta	Panela
Uruá	Lago da Terra Preta	Alta	Panela
Uruá	Lago dos Três Jacus	Baixa	Uso comum
Uruá	Lago do Furo do Rola	Baixa	Uso comum
Uruá	Lago da Nova Vida	Baixa	Terra Preta do Uruá
Uruá	Lago da Tartaruga	Baixa	Uso comum
Uruá	Lago do Garrafão	Baixa	Uso comum
Uruá	Lago da Anta	Baixa	Uso comum
Uruá	Lago do Furo Grande	Baixa	Uso comum
Uruá	Lago da Terra Preta do Jacitara	Baixa	Uso comum
Curara	Igarapé do Gavião	Baixa	Curara
Curara	Igarapé do Furo Grande	Baixa	Curara
Curara	Igarapé do Cujubim	Baixa	Curara
Curara	Igarapé do Água Azul	Baixa	Curara
Curara	Igarapé do Colher	Baixa	Curara
Curara	Igarapé Grande	Baixa	Curara
Curara	Igarapé da Ribanceira de Ouro	Baixa	Curara
Curara	Igarapé do Copaibal	Baixa	Curara
Curara	Igarapé das Pedras	Baixa	Curara
Curara	Igarapé do Gavião	Baixa	Curara
Curara	Igarapé do Furo Grande	Baixa	Curara
Curara	Igarapé do Cujubim	Baixa	Curara
Curara	Igarapé do Campo	Alta	Curara
Curara	Igarapé do Pau D'arco	Alta	Curara
Curara	Igarapé do Veadinho	Alta	Curara
Curara	Lago do Lazão	Alta	Curara
Curara	Lago São Raimundo	Alta	Curara

Curara	Lago do Espirito Santo	Alta	Curara
Igarapé do Tito	Igarapé do Açaí	Média	Curara
Igarapé do Tito	Igarapé Jacareúba	Média	Curara
Igarapé do Tito	Igarapé do Lalá	Média	Curara
Igarapé do Tito	Igarapé de Areia	Média	Curara
Igarapé do Tito	Igarapé do Porco Grande	Média	Curara
Atininguinha	Igarapé do Baixinho	Baixa	Uso comum
Atininguinha	Igarapé das Pedras	Baixa	Uso comum
Atininguinha	Igarapé do Barata	Baixa	Uso comum
Atininguinha	Igarapé do Baratinha	Baixa	Uso comum
Atininguinha	Igarapé da Reserva	Baixa	Uso comum
Atininguinha	Igarapé do Raizal	Baixa	Uso comum
Atininguinha	Igarapé da Terra Preta	Baixa	Uso comum
Atininguinha	Igarapé do Coatá	Baixa	Uso comum
Atininguinha	Igarapé do Pau Rosa	Baixa	Uso comum
Atininguinha	Igarapé da Sorveira	Baixa	Uso comum
Atininguinha	Igarapé da Copaíba	Baixa	Uso comum
Atininguinha	Igarapé do Juma	Baixa	Uso comum
Atininguinha	Igarapé de Borboleta	Baixa	Uso comum
Atininguinha	Igarapé do João	Baixa	Uso comum
Atininguinha	Igarapé do Jacaré	Baixa	Uso comum
Atininguinha	Lago do Matauará	Baixa	Protegido -Nascente do rio
Jatuarana	Igarapé do São João	Baixa	Uso comum
Jatuarana	Igarapé das Pedras	Baixa	Uso comum
Jatuarana	Igarapé do Martelo	Baixa	Uso comum
Jatuarana	Igarapé do Macaco-Prego	Baixa	Uso comum

Jatuarana	Igarapé do Curupira	Baixa	Uso comum
Jatuarana	Igarapé da Água Azul	Baixa	Uso comum
Jatuarana	Igarapé do Ouro	Baixa	Uso comum
Jatuarana	Igarapé da Esperanzinha	Baixa	Uso comum
Jatuarana	Igarapé Treze de Maio	Baixa	Uso comum
Jatuarana	Igarapé do Chó	Baixa	Uso comum
Jatuarana	Igarapé do Pau Furado	Baixa	Uso comum
Jatuarana	Igarapé do Romão	Baixa	Uso comum
Jatuarana	Igarapé do Tucunaré	Baixa	Uso comum
Jatuarana	Igarapé Grande	Baixa	Uso comum
Jatuarana	Igarapé do Cujubim	Baixa	Uso comum
Jatuarana	Lago da Garrafa	Baixa	Uso comum
Jatuarana	Lago do São João	Baixa	Uso comum
Jatuarana	Igarapé do São João	Baixa	Uso comum
Jatuarana	Igarapé do Martelo	Baixa	Uso comum
Jatuarana	Lago do Jorge	Baixa	Uso comum
Jatuarana	Lago do Vaqueiro	Baixa	Uso comum
Jatuarana	Lago do Jatuarana	Baixa	Uso comum
Jatuarana	Paraná do São Pedro	Baixa	Uso comum
Jatuarana	Lago do Treze	Baixa	Uso comum
Jatuarana	Lago do Pau Furado	Baixa	Uso comum
Jatuarana	Igarapé do Tucunaré	Baixa	Uso comum

Tabela 20 - Rios e Lagos da TI Curara

TABELA 21 – Áreas de mata (M), capoeiras (C), terras pretas (TP) e campos de natureza (CN) com significativa importância na conservação de recursos florestais

Nome	Tipo	Rio	Aldeia/Comunidade
Brebe	M,C	Mataurá	Curara, Vista Alegre, Mirari
Pilão	M,C	Mataurá	Curara, Vista Alegre, Mirari
Curarinha	M,C, TP	Mataurá	Curara
Cutia	TP	Mataurá	Curara
São José	M,C	Mataurá	Curara
Lava Saco	M,C	Mataurá	Curara

São Jorge	M,C, TP	Mataurá	Curara
Igarapé do Tamanduá	M,C	Mataurá	Curara
Boa Esperança	M,C	Mataurá	Curara
Cujubim	M,C, TP	Mataurá	Curara
Castanhalzinho	M,C	Mataurá	Curara
Igarapé do Barraco	M,C	Mataurá	Curara
Terra Nova	M,C, TP	Mataurá	Curara
Igarapé do Demétrio	M,C, TP	Mataurá	Curara
Igarapé do Pé Branco	M,C, TP	Mataurá	Curara
Ponta Pirara	M,C, TP	Mataurá	Curara
São José (área de capoeiras antigas)	M,C	Mataurá	Curara
Castanhal de Santa Isabel	M,C	Mataurá	Curara
Cinco Porcos	M,C, TP	Mataurá	Curara
Igarapé do Gavião	M,C	Curara	Curara
Igarapé do Furo Grande	M,C	Curara	Curara
Barreiro da Pimenta	M,C	Curara	Curara
Igarapé do Cujubim	M,C, TP	Curara	Curara
Igarapé do Água Branca	M,C	Curara	Curara
Igarapé do Colher	M,C	Curara	Curara
Igarapé Grande	M,C	Curara	Curara
Igarapé da Ribanceira de Ouro	M,C	Curara	Curara
Pau do Dinheiro	M,C	Curara	Curara
Igarapé do Campo (área de capoeiras antigas)	M,C, TP	Uruá	Terra Preta do Uruá
Igarapé do Farol	M,C, TP	Uruá	Terra Preta do Uruá
Igarapé do Piquiá	M,C, TP	Uruá	Terra Preta do Uruá
Tamacoaré	M,C, TP	Uruá	Terra Preta do Uruá
Igarapé do Macaco Prego	M,C	Uruá	Terra Preta do Uruá
Igarapé do Tigre	TP	Uruá	Terra Preta do Uruá
Igarapé do Cipotubinha	TP	Uruá	Terra Preta do Uruá
Monteiro	TP	Uruá	Terra Preta do Uruá
Lago da Terra Preta	TP	Uruá	Terra Preta do Uruá
Terra Preta do Diloca	TP	Uruá	Terra Preta do Uruá
Água Azul	TP	Uruá	Terra Preta do Uruá
Terra Preta do Jacitara	TP	Uruá	Terra Preta do Uruá
Terra Preta do Lourival	TP	Uruá	Terra Preta do Uruá
Castanhal do Cutia	TP	Uruá	Terra Preta do Uruá
Igarapé do Rodela	TP	Uruá	Terra Preta do Uruá
Igarapé do Laguinho	M,C	Mataurá	Vista Alegre
Terra Preta	M,C, TP	Mataurá	Vista Alegre
Igarapé da Anta	M,C	Mataurá	Vista Alegre
Morcego	M,C, TP	Mataurá	Vista Alegre
Onça	M,C	Mataurá	Vista Alegre
Palha Branca	M,C, TP	Mataurá	Vista Alegre
Igarapé de Piroca Grande	M,C	Mataurá	Vista Alegre
Igarapé das Pedras	TP	Mataurá	Mirari
Igarapé do Domingão	M,C, TP	Mataurá	Mirari

Igarapé da Estrada	M,C, TP	Mataurá	Mirari
Igarapé da Terra Preta	M,C, TP	Mataurá	Mirari
Mirarizinho	M,C, TP	Mataurá	Mirari
Mutumzinho	M,C	Mataurá	Araúá
Igarapé do Peixe Boi	M,C	Mataurá	Araúá
Araúá	M,C, TP	Mataurá	Araúá
Perseverança	M,C	Mataurá	Araúá
Boca do Uruá	M,C, TP	Mataurá	Bom Destino, Terra Preta do Uruá
Igarapé Turquinho	M,C, TP	Mataurá	Bom Destino
Ponta do Moreira (área de capoeiras antigas)	M,C	Mataurá	Bom Destino
Paranapara	M,C	Mataurá	Paranapara
Bacabal	M,C	Mataurá	Paranapara
Igarapé Chumbinho	M,C	Uruá	Panela
Igarapé do Empinado	M,C, TP	Uruá	Panela, Terra Preta do Uruá
Igarapé Jacaretinga	TP	Uruá	Panela
Igarapé do Tanga	M,C	Uruá	Panela
Igarapé Jatuarana	M,C	Uruá	Panela
Igarapé do Chumbão	M,C, TP	Uruá	Panela, Terra Preta do Uruá
Igarapé Três Bocas	M,C	Uruá	Panela
Igarapé do Panela	M,C	Uruá	Panela
Aranha	M,C	Uruá	Panela
Terra Preta do Tatu	M,C	Uruá	Panela, Terra Preta do Uruá
Igarapé São Sebastião	M,C	Uruá	Panela
Igarapé da Reserva	CN	porção centro-sul da TI Curara	Uso comum
Chavascal	CN	porção centro-sul da TI Curara	Uso comum
Buritizal	CN	porção centro-sul da TI Curara	Uso comum
Igarapé do Coatá	CN	porção centro-sul da TI Curara	Uso comum
Igarapé do Juma	CN	Próximos ao Jatuarana	Uso comum
Igarapé de Borboleta	CN	Próximos ao Jatuarana	Uso comum
Igarapé do Jacaré	CN	Próximos ao Jatuarana	Uso comum
Enseada do Tucunaré	CN	Jatuarana	Uso comum
Igarapé Água Suja	CN	Próximos ao Uruá	Uso comum

Igarapé Jacaretinga	CN	Próximos ao Uruá	Uso comum
Igarapé Jatuarana	CN	Próximos ao Uruá	Uso comum
Santo Antônio	CN	Próximos ao Mutuca	Uso comum
Amontoado	CN	Próximos ao Mutuca	Uso comum
Igarapé do Barata	TP	Atininguinha	Uso comum
Ponta do Caioé	TP	Atininguinha	Uso comum
Chavascal	TP	Atininguinha	Uso comum
Igarapé da Terra Preta	TP	Atininguinha	Uso comum
Igarapé do Coatá	TP	Atininguinha	Uso comum
Volta do Pequiá	TP	Atininguinha	Uso comum
Igarapé do Juma	TP	Atininguinha	Uso comum
Igarapé do Jacaré	TP	Atininguinha	Uso comum
Igarapé do São João	TP	Jatuarana	Uso comum
Lago do Jatuarana	TP	Jatuarana	Uso comum
Paraná do São Pedro	TP	Jatuarana	Uso comum
Igarapé do Chó	TP	Jatuarana	Uso comum
Lago do Pau Furado	TP	Jatuarana	Uso comum
Igarapé do Romão	TP	Jatuarana	Uso comum
Igarapé do Tucunaré	TP	Jatuarana	Uso comum
Igarapé Grande	TP	Jatuarana	Uso comum

Tabela 21 - Áreas de mata (M), capoeiras (C), terras pretas (TP) e campos de natureza (CN) com significativa importância na conservação de recursos florestais

TABELA 22 – Principais lugares de pesca por aldeia e comunidade

Aldeia	Nome	Rio	Margem
Curara	Lago do Brebe	Mataurá	Esquerda
	Igarapé Sucuriju	Mataurá	Esquerda
	Lava Saco	Mataurá	Esquerda
	Lago do Niterói	Mataurá	Esquerda
	Igarapé do Café	Mataurá	Esquerda
	Cachoeira do Japim	Mataurá	Esquerda
	Igarapé da Esperança	Mataurá	Esquerda
	Jacaretinga	Mataurá	Esquerda
	Cujubim	Mataurá	Direita
	Castanhalzinho	Mataurá	Direita
	Igarapé do Barraco	Mataurá	Direita
	Terra Nova	Mataurá	Direita
	Ponta da Cobra Grande	Mataurá	Direita
	Castanhal de Santa Isabel	Mataurá	Direita
	Bom Futuro	Mataurá	Direita
	Igarapé do Tamanduá	Mataurá	Direita
	Igarapé da Traíra	Mataurá	Direita
	Igarapé da República	Mataurá	Direita

	Igarapé do Cotovelo	Mataurá	Direita
	Castanhal do Destino	Curara	
	Igarapé das Pedras	Curara	
	Grota do Quatipuru	Curara	
	Igarapé do Açaí	Curara	
	Igarapé Jacareúba	Curara	
	Igarapé do Veadinho	Curara	
	Repartimento	Curara	
	Igarapé do Gavião	Curara	
	Igarapé do Furo Grande	Curara	
	Barreiro da Pimenta	Curara	
	Igarapé do Cujubim	Curara	
	Igarapé do Água Azul	Curara	
	Igarapé do Colher	Curara	
	Igarapé Grande	Curara	
	Igarapé da Ribanceira de Ouro	Curara	
	Pau do Dinheiro	Curara	
	Lago do Lazão	Curara	
	Cacaia do Colher	Curara	
	Lago da Garrafa	Jatuarana	
	Igarapé da Reserva	Atininguinha	
	Igarapé do Raizal	Atininguinha	
	Igarapé do Coatá	Atininguinha	
	Igarapé da Alegria	Atininguinha	
	Igarapé do Pau Rosa	Atininguinha	
	Igarapé da Copaíba	Atininguinha	
Terra Preta do Uruá	Bacabal	Mataurá	Direita
	Paranapara	Mataurá	Direita
	Igarapé do Campo	Uruá	Esquerda
	Igarapé do Farol	Uruá	Esquerda
	Igarapé do Piquiá	Uruá	Esquerda
	Igarapé das Pedras	Uruá	Esquerda
	Igarapé da Tapioquinha	Uruá	Esquerda
	Igarapé Chumbinho	Uruá	Esquerda
	Igarapé do Empinado	Uruá	Esquerda
	Igarapé do Jacaretinga	Uruá	Esquerda
	Lago da Nova Vida	Uruá	Esquerda
	Igarapé Cipotubinha	Uruá	Direita
	Lago do Brebe	Uruá	Direita
	Igarapé Três Bocas	Uruá	Direita
	Igarapé Água Suja	Uruá	Direita
Vista Alegre	Igarapé do Laguinho	Mataurá	Esquerda
	Lago do Brebe	Mataurá	Esquerda
	Igarapé do Pilão	Mataurá	Esquerda
	Igarapé do Jaraqui	Mataurá	Esquerda

	Palha Branca	Mataurá	Direita
Mirari	Lago do Brebe	Mataurá	Esquerda
	Igarapé Mirari	Mataurá	Esquerda
	Igarapé das Pedras	Mataurá	Esquerda
	Igarapé do Pião	Mataurá	Esquerda
	Igarapé do Jaraqui	Mataurá	Esquerda
Arauá	Igarapé do Peixe Boi	Mataurá	Esquerda
Paranapara	Bacabal	Mataurá	Direita
	Paranapara	Mataurá	Direita
Panela	Igarapé Chumbinho	Uruá	Esquerda
	Igarapé Água Suja	Uruá	Esquerda
	Igarapé do Empinado	Uruá	Esquerda
	Igarapé do Jacaretinga	Uruá	Esquerda
	Igarapé do Onça	Uruá	Esquerda
	Igarapé Jatuarana	Uruá	Esquerda
	Igarapé Três Bocas	Uruá	Direita
	Terra Preta do Tatu	Uruá	Direita
	Igarapé São Sebastião	Uruá	Direita
Maiaema	Igarapé do Maiaema	Mataurá	Esquerda
	Lago do Jacaré	Mataurá	Esquerda

Tabela 22 - Principais lugares de pesca por aldeia e comunidade

TABELA 23 – Principais lugares de caça por aldeia e comunidade

Aldeia	Nome	Rio	Margem
Curara	Lago do Brebe	Mataurá	Esquerda
	Igarapé Sucuriju	Mataurá	Esquerda
	Lava Saco	Mataurá	Esquerda
	Lago do Niterói	Mataurá	Esquerda
	Cutia	Mataurá	Esquerda
	Lago do Niterói (barreiro)	Mataurá	Esquerda
	Curarina (barreiro)	Mataurá	Esquerda
	Veadinho (barreiro)	Mataurá	Esquerda
	Piquiá	Mataurá	Esquerda
	Igarapé de Santa Terezinha (barreiro)	Mataurá	Esquerda
	Igarapé do Café	Mataurá	Esquerda
	Areia Branca	Mataurá	Esquerda
	Lago do Espírito Santo (barreiro)	Mataurá	Esquerda
	Igarapé do Tamanduá	Mataurá	Direita
	Cujubim	Mataurá	Direita
	Castanhalzinho	Mataurá	Direita
	Igarapé do Barraco	Mataurá	Direita
	Terra Nova	Mataurá	Direita
	Ponta da Cobra Grande	Mataurá	Direita
	Castanhal de Santa Isabel (barreiro)	Mataurá	Direita
	Cinco Porcos (barreiro)	Mataurá	Direita

	Santa Cruz	Mataurá	Direita
	Igarapé de Santa Maria	Mataurá	Direita
	Igarapé da República	Mataurá	Direita
	Igarapé do Cotovelo	Mataurá	Direita
	Igarapé do Gavião	Curara	
	Igarapé do Furo Grande	Curara	
	Barreiro da Pimenta	Curara	
	Igarapé do Cujubim	Curara	
	Igarapé do Água Azul	Curara	
	Igarapé do Colher	Curara	
	Igarapé Grande	Curara	
	Igarapé da Ribanceira de Ouro	Curara	
	Pau do Dinheiro	Curara	
	Igarapé do Copaibal	Curara	
	Lago do Lazão (barreiro)	Curara	
	Cacaia do Colher	Curara	
	Igarapé das Pedras	Curara	
	São Raimundo	Curara	
	Grota do Quatipuru	Curara	
	Igarapé do Campo	Curara	
	Água Azul	Curara	
	Igarapé do Pau D'arco	Curara	
	Igarapé do Veadinho	Curara	
	Repartimento	Curara	
	Volta do Lago de São Raimundo (barreiro)	Curara	
	Igarapé do Açaí	Igarapé do Tito	
	Campina	Igarapé do Tito	
	Igarapé Jacareúba	Igarapé do Tito	
	Igarapé do Lalá	Igarapé do Tito	
	Pau caído	Igarapé do Tito	
	Igarapé do Baixinho	Atininguinha	
	Igarapé da Reserva	Atininguinha	
	Ponta do Caioé	Atininguinha	
	Igarapé do Raizal	Atininguinha	
	Igarapé do Coatá	Atininguinha	
	Igarapé da Alegria	Atininguinha	
	Igarapé do Pau Rosa	Atininguinha	
	Igarapé da Copaíba	Atininguinha	
	Igarapé do Jacaré	Atininguinha	
	Lago do Garrafa (barreiro)	Jatuarana	
	Lago do São João (barreiro)	Jatuarana	
	Igarapé do Martelo	Jatuarana	
	Igarapé do Macaco Prego	Jatuarana	
	Igarapé da Esperanzinha (barreiro)	Jatuarana	
Terra Preta do Uruá	Igarapé do Campo	Uruá	Esquerda
	Igarapé do Farol	Uruá	Esquerda

	Igarapé do Piquiá	Uruá	Esquerda
	Igarapé do Macaco Prego	Uruá	Esquerda
	Igarapé das Pedras	Uruá	Esquerda
	Igarapé Tapioquina	Uruá	Esquerda
	Igarapé Cipotubinha	Uruá	Esquerda
	Lago do Brebe (barreiro)	Uruá	Direita
Vista Alegre	Igarapé do Laguiho	Mataurá	Esquerda
	Lago do Brebe	Mataurá	Esquerda
	Igarapé do Pilão	Mataurá	Esquerda
	Igarapé do Jaraqui	Mataurá	Esquerda
	Palha Branca	Mataurá	Direita
	Lago do Igarapé do Anta (barreiro)	Mataurá	Direita
Mirari	Lago do Brebe		
	Igarapé das Pedras	Mataurá	Esquerda
	Igarapé do Pião	Mataurá	Esquerda
	Igarapé do Jaraqui	Mataurá	Esquerda
	Igarapé Mirari	Mataurá	Esquerda
Araúá	Igarapé do Peixe Boi	Mataurá	Esquerda
Paranapara	Bacabal	Mataurá	Direita
	Paranapara	Mataurá	Direita
Panela	Igarapé Chumbinho	Uruá	Esquerda
	Igarapé Água Suja	Uruá	Esquerda
	Igarapé do Empinado	Uruá	Esquerda
	Igarapé do Jacaretinga	Uruá	Esquerda
	Igarapé do Onça	Uruá	Esquerda
	Igarapé Jatuarana	Uruá	Esquerda
	Igarapé do Panela (barreiro)	Uruá	Direita
	Igarapé Três Bocas	Uruá	Direita
	Terra Preta do Tatu	Uruá	Direita
	Igarapé São Sebastião	Uruá	Direita

Tabela 23 - Principais lugares de caça por aldeia e comunidade

TABELA 24 – Principais castanhais por aldeia e comunidade

Aldeia	Nome	Rio	Margem
Curara	Brebe	Mataurá	Esquerda
	Pilão	Mataurá	Esquerda
	Curarina (castanhais Barraca, Terra Preta, Voltinha, Ananaçal e Volta da Onça – área com solos de terra preta)	Mataurá	Esquerda
	São José	Mataurá	Esquerda
	Cutia (castanhal em área com solos de terra preta)	Mataurá	Esquerda
	Lava Saco (castanhais Rabo de Mutum, Curupira e Cuiera)	Mataurá	Esquerda
	São Jorge (castanhal em área com solos de terra preta)	Mataurá	Esquerda
	Igarapé do Tamanduá	Mataurá	Direita

	Boa Esperança		
	Cujubim (castanhal em área com solos de terra preta)	Mataurá	Direita
	Castanhalzinho	Mataurá	Direita
	Igarapé do Barraco	Mataurá	Direita
	Terra Nova (castanhal em área com solos de terra preta)	Mataurá	Direita
	Igarapé do Demétrio (castanhal em área com solos de terra preta)	Mataurá	Direita
	Igarapé Pé Branco	Mataurá	Direita
	Ponta Pirara (castanhal em área com solos de terra preta)	Mataurá	Direita
	São José (castanhal em área de capoeiras antigas)	Mataurá	Direita
	Castanhal Santa Isabel	Mataurá	Direita
	Cinco Porcos (castanhal em área com solos de terra preta)	Mataurá	Direita
	Igarapé do Furo Grande	Curara	
	Igarapé do Baixinho	Atininguinha	
	Igarapé do Barata	Atininguinha	
	Igarapé das Pedras	Atininguinha	
	Igarapé da Reserva	Atininguinha	
	Ponta do Caioé	Atininguinha	
	Igarapé do Raizal	Atininguinha	
	Chavascal	Atininguinha	
	Igarapé do Coatá	Atininguinha	
	Igarapé da Alegria	Atininguinha	
	Igarapé do São João	Jatuarana	
	Igarapé do Martelo	Jatuarana	
	Igarapé do Macaco Prego	Jatuarana	
	Tatú	Jatuarana	
	Lago do Vaqueiro	Jatuarana	
	Lago do Jatuarana	Jatuarana	
	Paraná do São Pedro	Jatuarana	
	Igarapé do Chó	Jatuarana	
	Igarapé do Tucunaré	Jatuarana	
	Igarapé do Cujubim	Jatuarana	
Terra Preta do Uruá	Igarapé do Campo (castanhal em área com solos de terra preta)	Uruá	Esquerda
	Igarapé Farol (castanhal em área com solos de terra preta)	Uruá	Esquerda
	Igarapé do Piquiá (castanhal em área com solos de terra preta)	Uruá	Esquerda
	Tamacoaré (castanhal em área com solos de terra preta)	Uruá	Esquerda
Vista Alegre	Igarapé do Laguinho	Mataurá	Esquerda
	Terra Preta (castanhal em área com solos de terra preta)	Mataurá	Esquerda
	Brebe	Mataurá	Esquerda

	Igarapé do Pilão	Mataurá	Esquerda
	Morcego (castanhais João Paulino, Morcegão, Cachoeira - área com solos de terra preta)	Mataurá	Direita
	Onça	Mataurá	Direita
	Palha Branca (castanhal em área com solos de terra preta)	Mataurá	Direita
	Igarapé do Piroca	Mataurá	Direita
Mirari	Mirai	Mataurá	Esquerda
	Terra Preta (castanhal em área com solos de terra preta)	Mataurá	Esquerda
	Brebe	Mataurá	Esquerda
	Igarapé das Pedras (castanhal em área com solos de terra preta)	Mataurá	Esquerda
	Igarapé do Domingão (castanhal em área com solos de terra preta)	Mataurá	Esquerda
	Igarapé do Pilão	Mataurá	Esquerda
	Igarapé da Estrada (castanhal em área com solos de terra preta)	Mataurá	Esquerda
	Igarapé da Terra Preta (castanhal em área com solos de terra preta)	Mataurá	Esquerda
	Mirarizinho (castanhal em área com solos de terra preta)	Mataurá	Esquerda
Araúá	Mutunzinho	Mataurá	Esquerda
	Igarapé do Peixe Boi	Mataurá	Esquerda
	Araúá (castanhal em área com solos de terra preta)	Mataurá	Direita
	Perseverança	Mataurá	Direita
Bom Destino	Boca do Uruá (castanhal em área com solos de terra preta)	Mataurá	Esquerda
	Igarapé Turquinho (castanhal em área com solos de terra preta)	Mataurá	Esquerda
Paranapara	Paranapara	Mataurá	Direita
	Bacabal	Mataurá	Direita
Panela	Igarapé Cumbinho	Uruá	Esquerda
	Igarapé do Empinado (castanhal em área com solos de terra preta)	Uruá	Esquerda
	Igarapé do Tanga	Uruá	Esquerda
	Igarapé Cumbinho	Uruá	Direita
	Igarapé do Empinado (castanhal em área com solos de terra preta)	Uruá	Direita
	Igarapé do Tanga	Uruá	Direita
	Igarapé Cumbinho	Uruá	Direita
	Igarapé do Empinado (castanhal em área com solos de terra preta)	Uruá	Direita
	Igarapé do Tanga	Uruá	Direita
Maiaema	Igarapé do Maiaema	Mataurá	Esquerda

Tabela 24 - Principais castanhais por aldeia e comunidade

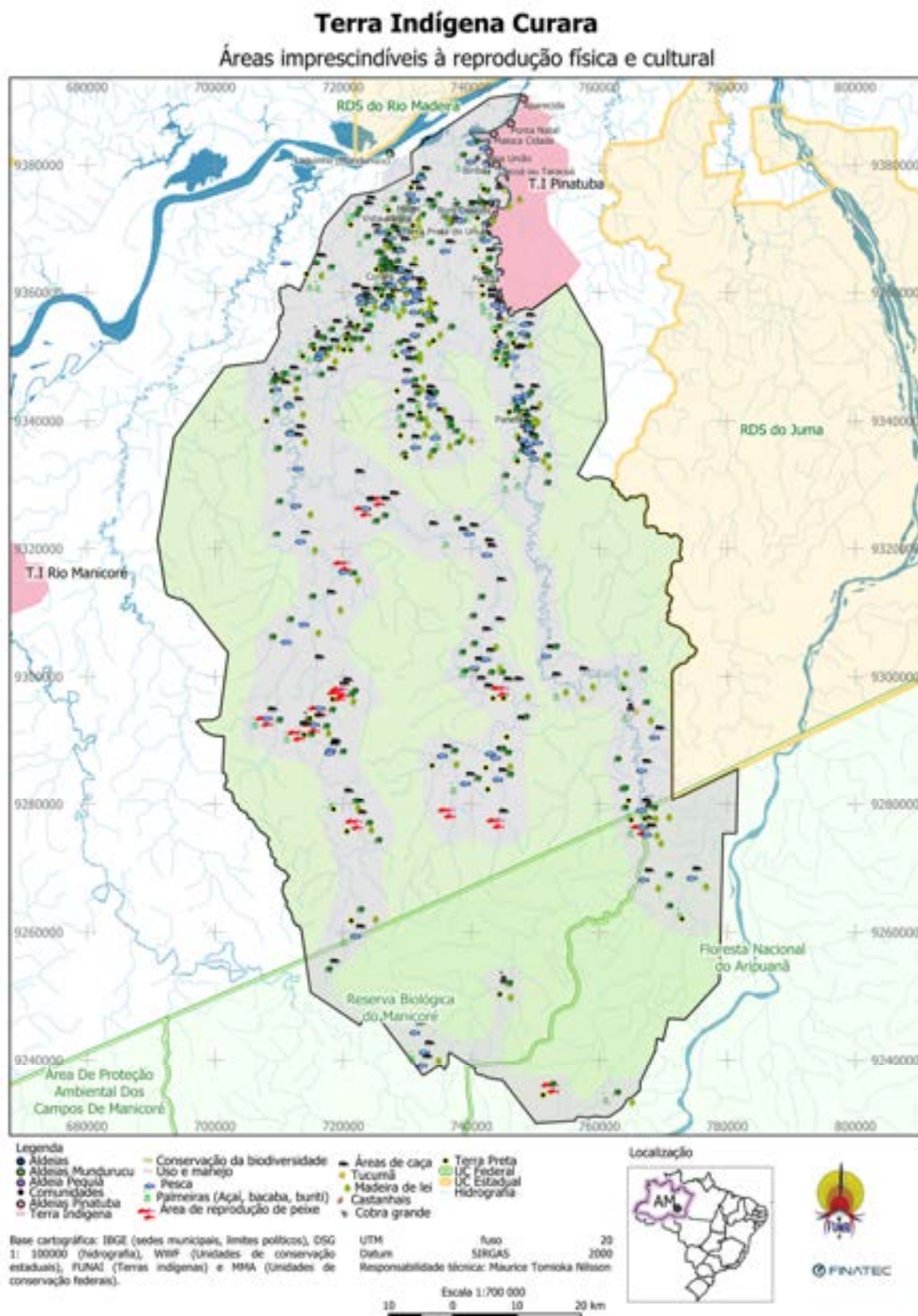
TABELA 25 – Principais áreas de palmeiras por aldeia e comunidade

Aldeia	Nome	Frutas	Rio
Curara	Terra Preta (área com solos de terra preta)	açaí e tucumã	Mataurá
	Brebe	tucumã	Mataurá
	Pilão	açaí, patauá e tucumã	Mataurá
	Curarinha (área com solos de terra preta)	açaí	Mataurá
	São José	buriti e tucumã	Mataurá
	São Jorge (área com solos de terra preta)	tucumã e açaí	Mataurá
	Boa Esperança	açaí	Mataurá
	Cujubim (área com solos de terra preta)	açaí e tucumã	Mataurá
	Igarapé do Barraco	buriti e açaí	Mataurá
	Terra Nova (área com solos de terra preta)	tucumã	Mataurá
	Igarapé do Demétrio (área com solos de terra preta)	tucumã	Mataurá
	Ponta Pirara (área com solos de terra preta)	tucumã, açaí e bacaba	Mataurá
	Cinco Porcos (área com solos de terra preta)	buriti	Mataurá
	Barreiro da Pimenta	patauá	Curara
	Igarapé do Cujubim (área com solos de terra preta)	buriti	Curara
Terra Preta do Uruá	Igarapé do Água Azul	buriti	Curara
	Igarapé do Colher	buriti e patauá	Curara
	Igarapé do campo (área com solos de terra preta e formação de capoeiras antigas)	açaí	Uruá
	Igarapé Farol (área com solos de terra preta)	açaí	Uruá
	Igarapé do Piquiá (área com solos de terra preta)	açaí, tucumã e buriti	Uruá
Vista Alegre	Igarapé do Macaco Prego	buriti	Uruá
	Terra Preta (área com solos de terra preta)	açaí e tucumã	Mataurá
	Brebe	tucumã	Mataurá
	Morcego (área com solos de terra preta)	açaí	Mataurá
	Palha Branca (área com solos de terra preta)	buriti	Mataurá
Mirari	Igarapé do Piroca Grande	açaí	Mataurá
	Terra Preta (área com solos de terra preta)	açaí e tucumã	Mataurá
	Brebe	tucumã	Mataurá

	Igarapé das Pedras (área com solos de terra preta)	açaí	Mataurá
	Igarapé do Domingão (área com solos de terra preta)	açaí	Mataurá
	Igarapé da Estrada (área com solos de terra preta)	açaí	Mataurá
	Mirarizinho (área com solos de terra preta)	açaí	Mataurá
Araúá	Mutumzinho	açaí	Mataurá
	Igarapé Peixe Boi	tucumã	Mataurá
Bom Destino	Boca do Uruá (área com solos de terra preta)	tucumã e açaí	Mataurá
	Igarapé Turquinho (área com solos de terra preta)	açaí	Mataurá
	Ponta do Moreira (área de capoeiras antigas).	tucumã	Mataurá
Paranapara	Paranapara	açaí	Mataurá
	Bacabal	bacaba e tucumã	Mataurá
Panela	Igarapé do chumbinho	açaí	Uruá
	Igarapé do Tanga	babaçu, açaí e patauá	Uruá
	Igarapé da Jatuarana (área em campos de natureza)	buriti e açaí	Uruá
	Terra Preta do Tatu (área com solos de terra preta)	tucumã e açaí	Uruá
	Igarapé do Panela	açaí e tucumã	Uruá
	Igarapé Três Bocas	açaí e babaçu	Uruá
	Igarapé do Chumbão (área com solos de terra preta)	açaí	Uruá
Maiaema	Igarapé do Maiaema	açaí	Mataurá

Tabela 25 - Principais áreas de palmeiras por aldeia e comunidade

MAPA 21- Áreas imprescindíveis à reprodução física e cultural da TI Curara



Mapa 21 - Áreas imprescindíveis à reprodução física e cultural da TI Curara

V– QUINTA PARTE REPRODUÇÃO FÍSICA E CULTURAL

Portaria nº 14/MJ/96:

Reprodução Física e Cultural

- a) dados sobre as taxas de natalidade e mortalidade do grupo nos últimos anos, com indicação das causas, na hipótese de identificação de fatores de desequilíbrio de tais taxas, e projeção relativa ao crescimento populacional do grupo;
- b) descrição dos aspectos cosmológicos do grupo, das áreas de usos rituais, cemitérios, lugares sagrados, sítios arqueológicos, etc., explicitando a relação de tais áreas com a situação atual e como se objetiva essa relação no caso concreto;
- c) identificação e descrição das áreas necessárias à reprodução física e cultural do grupo indígena, explicando as razões pelas quais são elas necessárias ao referido fim

5.1 Introdução

Para esta parte do relatório, a Portaria 14/MJ/96 pede que sejam apresentados os dados das taxas de natalidade e mortalidade do grupo nos últimos anos. Não existem dados exatos para a TI Curara e se tem apenas algumas informações muito gerais de 2022-2024 para o rio Maturá e entorno que impedem uma análise. Também não foram encontradas informações anteriores sobre a demografia dessa TI, apenas a percepção dos seus habitantes, os quais afirmam estar em processo de crescimento demográfico, pois vale a pena lembrar, como explicitado na Parte 1 deste RCID, que a população indígena do rio Maturá decaiu entre o final do século XIX e o início do século XX com a chegada do contingente de nordestinos que levaram algumas doenças, como a malária, à região.

A informação recente é proveniente do Sistema de Atenção em Saúde Indígena (SISAI) sobre o Polo Base de Ponta Natal, da TI Pinatuba, que atende todo o rio Maturá e algumas comunidades sobre o Madeira, totalizando 1041 habitantes das etnias Torá (2 habitantes), Mura (845 habitantes), Munduruku (75 habitantes), Hixkaryana (3 habitantes), Apurinã (5 habitantes) e não indígenas (111 habitantes). De acordo com as tabelas que nos foram fornecidas, nesse período houve 115 nascimentos (53 em 2022; 38 em 2023; 24 em 2024), dos quais sete bebês faleceram (5 em 2022 equivalendo a 9%; 2 em 2023 equivalendo a 5,2%). Foram registrados 2 óbitos de adultos em 2022. Esses dados evidenciam que nos últimos três anos a taxa de natalidade se mantém num 96% de sucesso e que a taxa de óbitos é bem baixa. Embora não sejam dados específicos para a TI Curara, esses se correspondem com a percepção dos Mura de que a população está

aumentando. No ofício Nº 168/2025/MAO/DSEI/SESAI/MS de 2 de abril de 2025 (SEI Nº 0046992851), dirigido ao CTL de Manicoré (Processo Nº 25037.000834/2025-95) para subsidiar esta parte do relatório, o Coordenador do Distrito Sanitário Especial de Manaus informa que no Sistema de Atenção em Saúde Indígena (SISAI) não estão cadastradas as aldeias Bom Destino, Vista Alegre, Mirari e Panela (também não consta o Biribá) e que a população da aldeia Terra Preta do Uruá é de 259 pessoas e a do Curara é de 134 pessoas. O ofício afirma também que a taxa de natalidade de 2024 equivale a 24,97 para cada mil habitantes e a taxa de mortalidade é de 0,96 para cada mil nascidos, havendo, portanto, um aumento natural da população. As informações das tabelas também mostram um crescimento do atendimento dos partos no hospital de Manicoré, diminuindo os serviços das parteiras tradicionais do rio Maturá.

5.2 Descrição dos aspectos cosmológicos do grupo

5.2.1 Parentesco e organização social

Na Parte 2 deste relatório se esboçaram algumas características do parentesco mura que agora vão ser aprofundadas para entender melhor os fundamentos das relações sociais na TI Curara e os modos de reprodução social das famílias. Embora não existam muitos trabalhos que explorem o tema do parentesco neste grupo, com exceção de Fileno (2018), é possível identificar alguns elementos distintivos que tentaremos explicitar em diálogo com este autor, e que contrastaremos também com os estudos sobre parentesco Pirahã (Gonçalves 1993, 2001), o outro grupo da família linguística Mura, já que estes ajudam a vislumbrar alguns princípios gerais. É importante destacar que a perda histórica da língua mura e a sua substituição pelo português dificulta a análise da terminologia de parentesco, fazendo impossível discernir a existência de divisões para classificar as unidades sociais, assim como regras explícitas de casamento, motivo pelo qual apenas podemos perceber algumas tendências. Estas mudanças históricas não significam que o sistema de parentesco não seja indígena; de fato, os elementos que aqui serão destacados evidenciam que até hoje vários dos seus princípios são típicos do parentesco ameríndio.

A partir do levantamento genealógico realizado no campo identificamos que a filiação é bilinear, motivo pelo qual uma pessoa reconhece como parentes consanguíneos, em termos gerais, a todos os seus cognatos, ou seja, a todos os membros das linhas paterna e materna com os que mantém laços genealógicos. No entanto, a consanguinidade pode

ser matizada pela diferenciação entre *parentes de sangue* e *parentes de criação*, para se referir às relações genealógicas e às relações de adoção, respectivamente, e que centram a questão mais na convivência num local do que na filiação. Os parentes de criação não se diferenciam dos de sangue em termos das atitudes, já que geralmente se partilha com esses ou a linha paterna ou a materna, pois geralmente são os filhos ou filhas de outras uniões dos pais ou das mães e, que por algum motivo permaneceram junto a seu/sua genitor/a, formando parte do grupo doméstico. Gonçalves (1993: 221) descreve que os Pirahã seguem a regra da filiação paralela quando ocorrem separações entre os casais, levando o homem os filhos e a mulher as filhas. Não temos dados para afirmar que esta regra existe entre os Mura da TI Curara, mas sim parece existir uma diferença: enquanto nos Pirahã os filhos e filhas dos casais separados são potencialmente transformados em afins, na TI Curara se reforça a sua consanguinidade.

Este contraste entre os Mura da TI Curara e os Pirahã parece marcar dois polos de um *continuum*, já que os Mura do baixo Madeira, de acordo com Fileno (2018: 91-106), distinguem entre *parentes de sangue* e *parentes por consideração*. Esta categoria de parentes é ambígua já que abrange tanto a consanguíneos quanto a afins reais, uma vez a *consideração* envolve criação, cuidado, afeto e respeito, ativando-se de acordo com cada situação. Quando se trata do vetor que conduz à consanguinidade, um *parente por consideração* se origina a partir da adoção, enquanto aquele que leva à afinidade surge da relação entre um parente consanguíneo com um afim, o qual vai deixando de ser um estranho para se converter em membro da localidade. Na TI Curara, os Mura não usam, até onde conseguimos observar, a categoria de *parente por consideração*, mas sim percebemos várias atitudes que Fileno associa à dita categoria. Os Mura da TI Curara ressaltam a categoria *parente de criação*, já que essa relação surge do fato de algum/a ascendente, especialmente avôs e tios avôs, ter acolhido e participado da criação de alguém que não era seu próprio filho ou filha, e que, por sua vez, cresceu junto e/ou cuidou dos seus pais e tios. De fato, na TI Curara os termos de afinidade parecem se limitar às relações reais e efetivas, usando os termos sogro, sogra, cunhado, cunhada, genro e nora. Para falar dos parentes dos afins ou co-afins acrescentam termos de consanguinidade (p. ex. “irmão da minha cunhada”, “tia do meu genro”, etc.) de modo semelhante a como se faz no português, e não usam termos genéricos de afinidade para se referir a pessoas sociologicamente distantes.

A consanguinidade também pode ser matizada pela distância espacial e temporal. As relações entre parentes consanguíneos que vão morar em outras aldeias ou nas cidades

precisam ser atualizadas principalmente por visitas, onde as memórias e os afetos em comum voltam à tona. Caso contrário, esses parentes vão literalmente “deixando de ser parentes” e se tornam desconhecidos, potencialmente perigosos e imprevisíveis. Isto fica evidente com relação aos conflitos por porções do território tradicionalmente ocupado. Como já foi explicado na Parte 1 deste relatório, alguns parentes dos Mura da TI Curara moram em cidades como Manicoré e se identificam como brancos, enfatizando sua descendência de um ancestral nordestino que morou no Maturá e reivindicam a propriedade privada de castanhais e terrenos, promovendo a entrada de agentes externos para a extração de recursos florestais e aquáticos no território tradicionalmente ocupado. Na perspectiva mura, essas pessoas se negam a si próprias, se esqueceram das suas origens indígenas e discriminam seus próprios familiares, não agindo como parentes mas como inimigos, o qual nos deixa enxergar na TI Curara duas das características distintivas do parentesco ameríndio: em primeiro lugar, a reversibilidade da consanguinidade em inimidade, uma forma de afinidade potencial que constitui o pano de fundo da socialidade indígena amazônica (Viveiros de Castro 2002), e, de outro, que as relações de consanguinidade devem ser construídas e atualizadas permanentemente.

A construção do parentesco na TI Curara ocorre principalmente dentro da família extensa, a qual é constituída pelos cognatos. Como já foi explicado, os Mura associam os grupos locais a um lugar de residência específico. A família extensa costuma ter uma proximidade espacial, habitando em locais próximos e efetuando visitas frequentes, praticamente diárias. Isto hoje é mais visível nas duas aldeias grandes da TI Curara onde há várias famílias que convivem, já que nas aldeias menores e nas comunidades indígenas há apenas uma única família, que como já foi explicado, está formada ou a partir de um casal com seus filhos e/ou filhas casados/as e solteiros, junto com a sua prole (p. ex. as aldeias Mirari, Vista Alegre, Bom Destino, e as comunidades Arauá, Parana para e Maiaema), ou a partir de um par de irmãos com alguns dos seus descendentes (aldeia Panela), realizando visitas aos locais dos seus consanguíneos e afins próximos. De fato, este modelo de organização familiar-espacial é uma continuidade do modo em que viviam os ancestrais que deram origem às maiores aldeias e cujos descendentes se agregaram recentemente em ditos locais.

Tanto na aldeia Curara como na Terra Preta do Uruá, embora a distribuição das residências acompanhe linearmente a beira do rio, há alguns espaços que as separam e parecem delimitar certos setores. Em cada setor há uma casa, onde o casal dono atrai as visitas cotidianas de várias pessoas de todas as idades e a diferentes horas do dia. Essas

visitas são marcadas por oferecimento de alimentos, como café e bolachas, e conversas nas que se trocam notícias ou se acordam colaborações para a realização de diferentes tarefas. Essa divisão espacial interna e as dinâmicas de circulação de pessoas realizando visitas a essas casas principais parece se corresponder com a existência de *turmas*, como descreve Fileno (2018: 51-57), pois ele explica que nas aldeias existem várias turmas que se entrecruzam e sobrepõem. Uma *turma* é um coletivo formado por alguns grupos de pessoas que podem ser consanguíneas e/ou afins entre si, onde se articulam relações residenciais, econômicas e políticas mediadas por intercâmbios recíprocos de, por exemplo, alimentos por trabalho. Por este motivo, entre as casas dos membros de uma turma circulam porções do produzido por uma boa caçada ou pesca realizada por algum dos seus membros, implicando consideração entre as famílias que a compõem. Cada turma tem um “casal focal”, cuja residência costuma ser o centro de encontros e acordos, motivo pelo qual esse casal evidencia ter um maior peso político nas dinâmicas da aldeia.

Em termos gerais, o centro de uma turma, explica Fileno, é a casa dos pais, em torno da qual orbita a família extensa. A partir dessa casa se desdobram outras residências, pois a turma pode crescer com o tempo e gerar novas turmas na terceira geração. Não escutamos na TI Curara a enunciação sobre a existência de turmas, porém a distribuição espacial interna nas grandes aldeias parece confirmar a ideia. No caso da Terra Preta do Uruá eram visíveis ao menos quatro agregados de residências distintas: a primeira, localizada na parte central da aldeia, em torno da casa do cacique e a sua esposa, rodeada pelas casas dos filhos do casal; a segunda, à jusante, no extremo norte da aldeia, onde mora um irmão da esposa do cacique junto com as casas das suas filhas e genros; a terceira à montante, onde habitam outros dois irmãos da esposa do cacique junto com seus descendentes e genros e noras; e, a quarta, formada pela pastora, irmã do cacique, e rodeada por casas de um núcleo de parentes seguidores da igreja, mais perto da beira do barranco da margem do rio e diagonal à casa do cacique. Por sua parte, na aldeia Curara, há pelos menos três agregados de residências: o do cacique e sua esposa junto às casas de dois irmãos do cacique com suas respectivas esposas; o dos pais do cacique com outros filhos, filhas e genros na área central da aldeia; e, o de um tio paterno do cacique com sus filhos e esposas; a estes poderíamos acrescentar as casas que ficam à jusante e à montante da aldeia, as quais se colocam como autónomas em relação às da aldeia. O GT conseguiu perceber durante o campo a grande atividade e circulação de visitantes nas casas dos caciques das duas aldeias, em especial na aldeia Curara. Quando perguntei a dona Maria do Carmo, esposa do cacique do Curara, se sempre a casa era tão frequentada, ela

respondeu que sim, que sempre estava chegando visita e que muitas crianças iam lanchar na sua casa todos os dias.

A questão importante aqui mais do que identificar turmas é perceber que há casas centrais, no geral dos pais; que os donos dessas casas são um casal com importância política; e, que esses casais geram arranjos residenciais, os quais parecem explicitar a dimensão principal do parentesco entre os Mura da TI Curara que é a residência. Nesse sentido, isto, na verdade, expressa a mesma lógica estrutural que existia na época anterior às aldeias, em que os Mura viviam em assentamentos dispersos ao longo dos rios Maturá, Curara e Uruá, mostrando uma grande continuidade ao longo do século XX. Deste modo, os grupos locais ou familiares se estruturam a partir de um casal, ou núcleo local, e, na medida em que crescem seus filhos e filhas e se casam, esses constroem residências muito próximas das casas dos genitores. Vale a pena mencionar que os Pirahã têm algo bem semelhante aos casais focais, pois, de acordo com Gonçalves (2001: 62), o casal “opera como unidade fundamental e ordenadora das relações sociais”.

Cada grupo local é autônomo política e economicamente e tem a tendência de criar relações de afinidade com os grupos locais geograficamente mais próximos, motivo pelo qual faz sentido falar de nexos regionais. Como já foi explicado na Parte 2, os Mura da TI Curara tem a tendência de seguir um padrão de residência uxorilocal após o casamento, quando um homem vai morar junto com sua esposa e sogros, mas também é frequente a residência virilocal, quando a esposa vai viver no local do seu marido. Vimos também que a alternância entre estas duas formas de residência pode acontecer de modo inter-geracional, sendo uxorilocal na geração ascendente (G-1) e virilocal na geração G0. Esta fluidez entre os dois tipos de residência e à sua alternância podem estar relacionados com a preferência de que haja casamentos entre dois grupos locais ou famílias que moram próximas, algo que também é comum entre os Pirahã.

O casamento preferencial entre grupos que moram contíguos espacialmente é um princípio estrutural que se reforça no tempo, já que é comum que os casamentos entre as mesmas famílias ocorram em distintas gerações, e muitas vezes entre grupos de irmãos ou *siblings*, duplicando as alianças. Estas duplicações dos casamentos implicam várias coisas: de um lado, um grupo de *siblings* partilha do mesmo grupo de afins, facilitando a formação de uma família extensa na qual as tensões são mais fáceis de manejar; de outra parte, abre as possibilidades para que a alternância entre os tipos de residência uxorilocal e virilocal não gerem grandes distanciamentos entre os parentes, como ocorre com os que vão morar longe, em especial nas cidades; e, por último, evidenciam que uma relação de

afinidade pode ser herdada já que houve um ou mais casamentos entre os dois grupos numa geração ascendente. De acordo com Gonçalves (1995: 218-219), os Pirahã apresentam uma característica semelhante, pois entre esse povo “onde um parente casa, deixa aberto um caminho para que se prossiga uma relação; assim um pirahã “herda” posições casáveis”. De esta forma, a afinidade herdada da geração ascendente, afirma Gonçalves, se aproximaria do esquema dravidiano, uma vez que uma das características deste sistema terminológico tão comum entre os povos indígenas da Amazônia é que a regra de casamento positiva e simétrica, que dá preferência ao casamento entre primos cruzados bilaterais, transmite também a aliança, indicando com quem um indivíduo se pode casar e com quem não. Esta característica de herdar a afinidade presente entre os Mura pode ser uma indicação de que no passado seu sistema de parentesco foi dravidiano, mas foi mudando historicamente nalguns aspectos, por exemplo ao considerar os primos cruzados e os paralelos como desposáveis, situação que pode ter sido decorrente de certo fechamento endogâmico produzido tanto pela diminuição populacional em determinado momento histórico como pela busca pela sobrevivência no contexto da invasão colonial no rio Madeira.

A alternância entre os tipos de residência uxorilocal e virilocal às vezes ocorre entre outros povos indígenas e está associada ao prestígio de um chefe e à transitoriedade da sua influência política. A residência uxorilocal é muito comum entre os povos indígenas da Amazônia. Neste tipo de residência, os grupos de irmãos se dispersam e circulam por diferentes lugares, devendo prestar serviço da noiva, prática que implica trabalhar para os sogros como um modo de “pagar a esposa”. Deste modo, o sogro mantém suas filhas junto com ele e atrai genros para fazer crescer seu grupo local e, por tanto, sua influência política. Quanto maior a influência, um chefe excepcionalmente consegue também com que seus filhos permaneçam junto sem ter que morar com seus sogros nem prestar serviço da noiva, fato que produz que um mesmo grupo local tenha residência uxorilocal e virilocal. No geral, quando esse chefe influente morre, o grupo local se desmancha e os genros se deslocam para outros lugares para tentar construir seus próprios grupos locais; por tanto, a única possibilidade de que o grupo local permaneça no mesmo lugar é que seus filhos permaneçam, e isto é derivado da possibilidade de coexistência dos dois tipos de residência.

Os Mura da TI Curara não parecem estar alinhados com essa situação mais comum na Amazônia ligada aos modos de constituição de grupos locais efêmeros e ao prestígio do seu chefe, pois o que parece operar aqui é que a possibilidade de ativar

simultaneamente os dois modos de residência permite a ocupação permanente de determinadas partes do território tradicionalmente ocupado e a propriedade coletiva. Tanto os casamentos entre as mesmas famílias e/ou grupos locais espacialmente próximos como a duplicação das alianças e os matrimônios entre grupos de irmãos garantem a habitação permanente de dito espaço e a sua ampliação, na medida em que transcorrem as gerações. De um lado, as relações com os sogros são matizadas, uma vez que o sogro ou a sogra são ao mesmo tempo o tio ou a tia, paterna ou materna, com os quais têm se convivido desde a infância, se diferenciando apenas pelo local de moradia; do outro, mostra que a cessão de um castanhal ao genro, na verdade é menos uma forma atenuada de serviço da noiva¹² do que uma maneira de parceria de trabalho conjunto de um grupo de parentes cognáticos, fortalecendo a aliança nas localidades das famílias envolvidas. É por isto que se consegue vislumbrar que na TI Curara há três nexos regionais onde determinadas famílias que habitam contíguas no espaço se casam preferencialmente entre si, ocupando de modo tradicional certas partes do rio. Por tanto, a organização familiar-espacial em localidades, as formas de casamento entre localidades próximas e as modalidades alternativas de residência pós-marital para ocupar e trabalhar determinadas porções do território ocupado tradicionalmente são os fundamentos da reprodução social dos Mura da TI Curara.

Se olharmos o inverso dessa situação podemos vislumbrar que, quando as relações de parentesco não funcionam desse modo tipicamente indígena, conduzem à fragmentação. Na Parte 1 mostramos como uma das práticas de secessão está ligada à divergência entre a existência ou não de propriedade privada derivada dos matrimônios entre mulheres mura e homens nordestinos no começo do século XX. Aqueles descendentes dessas uniões, os quais não se identificam como indígenas e moram na cidade, afirmam ter herdado as propriedades dos seus pais ou avôs brancos. A apropriação indevida destes locais pode se dever principalmente à má-fé e um pouco a um equívoco sobre a prática de serviço da noiva. No caso de genros distantes, em especial brancos, a residência uxorilocal levava a cessão de um castanhal ou um espaço de caça e pesca para o genro, o que era na prática uma forma de serviço da noiva, pois os direitos de

¹² No caso de genros distantes, em especial brancos, a cessão de um castanhal toma sim uma feição mais forte de serviço da noiva, onde os direitos de propriedade do terreno permanecem da esposa (e do sogro) enquanto o usufruto é responsabilidade do genro, o qual tinha que ofertar parte do produzido ao sogro. É importante lembrar que essa prática tradicional está na base de alguns conflitos pelo território tradicionalmente ocupado.

propriedade do terreno permaneciam da esposa (e do sogro) enquanto o trabalho para o usufruto era responsabilidade do genro, o qual tinha que ofertar parte do produzido ao sogro. O desconhecimento deliberado desse acordo fundamental por parte dos genros e seus descendentes está na base de alguns dos maiores conflitos pelo território tradicionalmente ocupado, os quais, em grande medida, se embasam numa negação do parentesco mura.

5.2.2 Cosmologia

A cosmologia mura se enquadra dentro de um modelo amazônico bastante generalizado, no qual existem distintos seres ou espíritos que cuidam de lugares especiais e dos quais dependem animais de caça e peixes. Tais seres habitam outros lugares do cosmos de modo semelhante aos humanos, por exemplo em cidades subaquáticas, e podem se transformar em vários animais ou seres humanos, buscando atrair as pessoas para que morem com eles. Por este motivo, os humanos podem-se tornar bichos, ou seja, se transformar em outros seres e, inclusive, habitar em outro patamar cósmico convertidos em encantados. Isto significa que existe fluidez entre os diferentes níveis do cosmo e entre as formas de vida, as quais tem qualidades agentivas análogas às dos seres humanos, evidenciando que a cosmologia mura se enquadra nos traços gerais das ontologias animistas e perspectivistas descritas extensamente na Amazônia (Descola 1996, 2005; Viveiros de Castro 1996, 2002). Embora desde há muito tempo o catolicismo esteja inserido na vida dos Mura, estas concepções sobre o mundo e os seres estão implícitas no que eles denominam de “natureza”; em outras palavras, a existência de outros patamares do cosmos e as formas de ser de outros seres, animais e espíritos, faz parte de modo característico em que o mundo funciona. Nas palavras de Antenor Barbosa Campos, professor de cultura mura para as crianças da escola da aldeia Terra Preta do Uruá:

Os Mura mesmo eles tinham os deuses deles, né? A gente perdeu isso porque quando a gente se entendeu já era um Mura modificado. Já era o padre que tinha feito o catolicismo, a fé já era mais espiritual, com santo já, né? Mas não existia santo, era a fé dele; a fé dele era no espírito, era da natureza. Eles faziam uma festa ali em roda e não aparecia ninguém, mas aquela pessoa que estava lá era o santo deles: o pajé. Hoje muitas pessoas não acreditam que existe pajé, que o pajé não sabe nada... (Entrevista na Aldeia Terra Preta do Uruá, 24 de julho de 2024).

A existência de Deus como criador da natureza apareceu em muitas falas indígenas nas conversas sobre a composição do cosmos mura, mas a ênfase recaiu na própria ideia de natureza, a qual atribuem certas características que ora parecem ser forças externas ora internas, e a conectam, num primeiro sentido, com a terra e o corpo humano. Por exemplo, Seu Jorge, da aldeia Curara, afirma que “*a terra é nossa própria natureza*”, enquanto Risomar Ramos de Oliveira, também da aldeia Curara, acrescenta:

“A natureza está dentro de nós, é uma mão que cuida de nós, se eu cortar a natureza estarei me ferindo. A natureza nos ensina muitas histórias, é preciso respeitar e viver com ela. Existe natureza na cidade, mas é diferente, ela não é tão forte quanto a natureza do mato. A natureza é muito forte; se você for para a mata sem tomar um café, sem comer, você fica fraco, ela vai te sugando e você sua muito.”

Essa força da natureza pode se explicar como uma conexão entre a floresta e a água dos rios. João da aldeia Curara, afirma:

“A floresta é que aguenta a água do rio. As coisas começam pela mata, ela aguenta tudo, a floresta tem muita força. Escorre água da terra, da encosta, é a força da natureza. Na mata o oxigênio é muito forte, as vezes a pessoas está andando na mata e o oxigênio é tão forte que dá até dor de cabeça. Cortar uma árvore da mata é tirar sua força. A mata sobrevive viva, uma árvore tem muita água, ela aguenta toda a natureza”.

João relaciona a água no interior das árvores com o sangue humano, e explica que o Angelim, uma das maiores árvores que compõem as florestas maduras na TI, possui muita água na sua madeira, “*é o sangue da árvore*”. A água, portanto, circula através das matas, rios, igarapés, árvores e corpos indígenas mantendo a conexão e vitalidade dos seres e ambientes que compõem a natureza. Diante uma natureza que é origem de força, conhecimento e vida para os habitantes da TI Curara, a água configura um importante mediador dessas relações por meio do “*banho da natureza*”, como alguns indígenas chamavam as chuvas do verão e o orvalho do inverno, que mantém a vida em constante reprodução, sentida no próprio corpo indígena enquanto entram na mata ou navegavam pelos rios, lagos e igarapés. A água, então, circula pelos diferentes patamares do cosmo e os conecta. A importância da mata como força que aguenta a água do rio e inicia as coisas, observada na fala de João, tem consonância com outras populações Mura do baixo Madeira que, segundo Amoroso (2011), tratam nas suas narrativas e simbologias a mata como lugar onde tudo se origina.

Esta relação entre a mata e a terra é fundamental para entender o pensamento mura. Como já foi explicado, os Mura têm uma forma de vida na beira dos rios. Por esse motivo, a beira é um indicador forte da posição e o espaço que os seres humanos devem ocupar no cosmo. De acordo com os trabalhos de Scopel (2007), Amoroso (2013) e Fileno (2018), a *beira* se contrasta com outras duas categorias cosmológicas: o *fundo do rio* e o *centro da mata*. Trabalhos etnográficos mais antigos sobre os Mura, como os de Tastevin (2008 [1923]) e Nimundajú (1948), indicam que haveria também o patamar celeste, entendendo o céu como:

“uma terra como a nossa, mas sem floresta: é uma imensa campina, com lagos e rios, como aqui embaixo. Temos, portanto, água acima de nós e somos o fundo da água. Mas abaixo de nós há, se ousar dizer, o rés-do-chão, que é uma terra semelhante à nossa e da qual nosso solo é o firmamento. É o território das sereias e das cobras grandes encantadas” (Tastevin 2008 [1923]: 69).

Deste modo, o cosmos se compõe de três patamares: celeste, terrestre e subaquático, este último pode se entender mais amplamente como patamar subterrâneo. Cada patamar está modelado no mundo terrestre, tendo seu próprio céu, sua terra e seu mundo subaquático, que é o patamar inferior; portanto, cada nível do cosmos é como uma camada encima da outra. Parece que estes patamares não se comunicam diretamente por algum eixo ou *axis mundi*, mas é possível que seus seres possam transitar por meio do seu “espírito” ou pela transformação num ser de outro nível cósmico. De acordo com o que foi descrito pelos Mura da TI Curara, o patamar celeste pertence a Deus e os anjos e só pode ser acessado após o Juízo Final. Por este motivo, o trânsito dos seres só ocorre entre o patamar terrestre e o subaquático, embora as pessoas afirmem que à noite o espaço chega mais perto da terra, momento muito perigoso do dia já que os espíritos bons e os maus se alternam, configurando alguns períodos do dia como seguros e outros como perigosos. Seu Antenor afirma:

Então a gente não toma quase banho 6 horas porque é sagrado, é quando os espíritos tá visitando. Tem o espírito de dia, de dia, e o espírito de noite é de noite. A gente pensa isso, né? Na maldade da gente, tipo por exemplo, o meu plantão é de dia e o seu é de noite, eu posso ser bom e o senhor pode ser mau, então existe a diferença, por isso a relação dos espíritos são assim. Eu não tomo banho, eu tenho que deixar passar as seis horas porque é uma hora sagrada. A gente respeita às 6h porque tá trocando de espírito do dia pra noite, aí tem o espírito bom e o espírito ruim, e eu não abuso da natureza nesse ponto. (Entrevista na Aldeia Terra Preta do Uruá, 24 de julho de 2024).

Os horários em que existem perigos são marcados por presenças invisíveis e proibições para realizar algumas coisas. À meia noite, por exemplo, passa o Matim, que é um espírito que viaja assobiando na mudança do tempo. Se afirma que assobia para convidar a tomar café e que pode ser que o Matim, na realidade, seja algum colega ou amigo que tem essa intenção, já que se pensa, nas palavras de um morador da aldeia Curara, que “nosso espírito navega à noite”. Isto sugere que a distância entre os patamares cósmicos depende mais de questões temporais do que espaciais, e que o sonhar pode facilitar a circulação entre estes, algo que é potencialmente perigoso.

A *beira* aparece como o ponto da metade tanto entre os patamares verticais quanto do próprio nível horizontal do cosmos. No plano terrestre, a *beira*, então, é ponto meio entre o *centro da mata* e a *cidade*. Os Mura da TI Curara percebem que tanto o *centro da mata* como a *cidade* são lugares perigosos. Na *cidade* habitam os não indígenas com os quais pode haver conflitos de diversas classes e se caracteriza por não ter comida adequada, a qual pode produzir doenças. No *centro da mata* habitam os animais de caça, espíritos e diversos seres, alguns monstruosos, que podem matar as pessoas. Por este motivo, sair a caçar, coletar castanha e frutas silvestres, ou tirar madeira e outros recursos florestais entra em riscos e implica tomar diferentes precauções, como usar rezas, tomar banho de certas plantas e pedir permissão à Curupira, também chamada de “mãe de mata”. Nas palavras do Seu Jorge, “*todo mato e lago tem mãe vivente, a Curupira é a mãe da mata*”. Se pensa também que “*onde tem Curupira tem muita caça, tem muita onça; onde tem onça tem muita caça*”. Se afirma que a Curupira fuma cigarros, toma café e cachaça, e pode estar acompanhada de Sacy do Mato, seu parceiro que fuma cachimbo. Seu Antenor afirma:

A mata tem mãe e a mata mesmo é de onde a gente tira nosso sustento; então, ela é a nossa mãe porque está sustentando nós. Para nós entrar na mata, nós temos que ter todo respeito, conversa. Eu tendo a dizer que a Curupira é muito difícil chamar de Curupira; eu chamo de Joaquinha, né? Eu vou, entro no mato, me benzo, peço permissão: “Joaquinha me ajuda achar um porco, um veado, me livra dos mal”. Eu vou e volto, nunca aconteceu nada comigo, graças a Deus. Eu sei que tem, que existem os espíritos malignos da mata, que tem que ser respeitados, da natureza, porque cada um defende seu território. (Entrevista na Aldeia Terra Preta do Uruá, 24 de julho de 2024).

A relação entre os indígenas da TI Curara e o Curupira reflete o modo como o caçador indígena se relaciona com a mata e os recursos da natureza. Se o caçador

zela pela natureza e não explora os recursos naturais sem limites, a relação é estabelecida através da cooperação, onde o Curupira pode indicar os melhores locais de caça, favorecendo o sucesso da atividade; uma das mostras de respeito com os animais é prática comum dos Mura, os quais levam os filhotes das presas abatidas para cria-los como xerimbabos, desenvolvendo com esses laços de afeto que impedem de mata-los e comê-los no futuro; às vezes os pintam com urucum, como se observa na FIGURA 44. Trocas de presentes também configuram a relação colaborativa: ao entrar na mata, o caçador pode pedir ajuda ao Curupira para lhe mostrar uma caça ou determinada espécie de árvore, em troca oferece um pouco de fumo. Porém, se o caçador é descuidado, entra na mata em horários não seguros, caça em exagero e não zela pelo animal abatido, o Curupira pode fazer o caçador sentir-se ameaçado e se perder na mata, pode pegar os objetos do caçador e não os devolver, e também esconder os animais impossibilitando a caça.

Figura 44 - Catitu criado como xerimbabo



Fotos: Luis Cayón, 2024.

Quando se entra na mata sem prevenções ou se atua sem respeito, a Curupira pode assustar ou sequestrar a pessoa. Mas se considera que a Curupira não é maligna, apenas está fazendo respeitar seu espaço e os animais que estão sob seus cuidados. Por isso, a Curupira tenta punir os caçadores que matam animais em excesso por meio de uma alteração da percepção, na qual este ser pode aparecer na forma de uma pessoa conhecida,

produzir *visagens* ou fazer acontecer coisas estranhas que levam a que o caçador se perca porque fica num estado de confusão e perda da própria vontade. Esta característica enquadra a Curupira como um típico espírito dono dos animais, importante figura pan-amazônica que protege os animais dos abusos dos caçadores humanos. Seu Zé Gregório comenta:

“O Curupira comanda os animais. Ele se apresenta tanto na forma humana como animal. Ele coloca vários sinais indicando que a mãe natureza está aí: gritos, tiros, barulhos. Ele esconde os animais. O caçador precisa conhecer o Curupira para ele liberar os animais, a caça. É importante conhecer o Curupira para não se sentir ameaçado, você pode ficar doido, se perder na mata”.

Se pensa que a Curupira pode levar a pessoa para que more com ela para sempre, mas na maioria dos casos isto não ocorre. Seu Antenor explica:

Assombração é um susto de Curupira. A Curupira leva qualquer pessoa. Ela cega, né? Tira toda a posição que tá, e vai... Ela se transforma num veado, num porco, num mutum. Atira ali, atira aqui, aí que o bicho some, e não viu mais, e não acerta mais voltar. Roda, roda, roda [pela mata], atravessa caminho e o senhor não vê. Isso acontece, acontece muito. Aqui mesmo nessa mata aconteceu muito isso. Só faz confundir, deixa lá. Se for preciso, passo um dia, dois dias perdido. A gente vai buscar, atira e grita e [o perdido] não escuta, fica surdo, cego, não tem rumo, fica lá rodando. Mas está na mão dela. A mamãe dizia que o melhor remédio que tinha era tecer uma palha, ou então cipó, né? Enrolar, enrolar, enrolar bem enrolado, que aí jogava para trás, deixava ela [a Curupira] lá até que ela destrance. Eu conheci um cara que chamava o tal de Pau Preto. Ele foi caçar, atira um porco aqui, atira porco daqui, pula porco pra cá, porco prali, ele saiu naquela... até que ele atirou um porco, uma cabeça, ele foi pra lá. Passou oito dias perdido e rodando. Foram atrás dele oito dias... Está morto, está morto. Aí que foram achar ele, já estava sentado o Pau já estava entregue mesmo. Ele dizia que quando ele passava pela mata, quando ele acordava tinha fruta lá perto dele, e uma mãozinha de cachorro que a gente fala, tudo era deixado, daí comia. Quase que ele se foi. A natureza ela tem mãe...”. (Entrevista na Aldeia Terra Preta do Uruá, 24 de julho de 2024).

Outros seres da mata são muito perigosos para as pessoas, entre esses estão o Juma, o Jurupari, o Morcegão e outros, como certa coruja. Os três primeiros podem matar as pessoas no caso de um encontro fortuito. O Juma e o Jurupari parecem ser mais difíceis de encontrar do que o Morcegão, o qual é um predador vampiresco que suga o sangue das pessoas até esvaziá-las. O Morcegão mora em buracos na terra, pode tomar a forma de um velho do tamanho de uma criança para aparecer de repente nalgum acampamento e,

inclusive, pode criar armadilhas para capturar a uma pessoa e matá-la. De fato, é pensado como uma assombração, a mais perigosa da mata. Sobre estes seres, seu Antenor aponta:

O Juma pode não existir hoje porque tudo tem sua data de morrer, né? E com muita gente ele vai se mudando, porque eu sei que ele quer estar distante, foge, vai embora, porque noutros tempos a gente ouvia muitos gritos. Uma vez eu ouvi um grito com próprio meu irmão, que é o Arnaldo. Era quase essa hora assim [em torno das 18hs], mas minha mulher está viva aí, os meus dois filhos também estão vivos. Lá na boca do Igarapé que nós chamamos do Poço Triste, [o Juma] deu um grito por cima da mata que aquilo ficou triste: jacaré gritava, saracura, tudo, mas um grito professor... Aí o meu irmão: “manozinho do céu, está muito longe não vem para cá”. Foi o que eu já ouvi, a gente já viu muito... Uma vez era de noite, estava eu e ele que está aí sentado e o finado papai. Eu me acordei, era umas 2 horas da madrugada, e estava faxiando, batendo no pau, aí fui na rede de papai, era medroso, né? Nós estávamos daquele lado, caçando pra esse lado aqui... Eu disse: “papai será que esse aqui é o Juma que está caçando?”, porque era de noite. “É nada, é gente que está perdido”. Mas não era. No outro dia cedo, [ele falou] “hoje meu filho nós vamos amarrar o rabo desse Juma, vamos pra onde ele estava batendo”. Seguindo o rumo, ninguém viu nada, baixamos na outra casa pra ver se alguém tinha visto, também não. Então só podia ser a mãe da mata, a Curupira, ela estava avisando que era dela. Eu já ouvi muitas marmotas de Curupira gritando, cachorro aí, nunca na mata tinha ninguém, se não fosse eu lá e o cachorro latindo, depois nem cachorro mais, nem nada. Então a mata tem isso, essas coisas ela diz pra gente rapidinho, né? É um espírito da mata, então não é para topar. Por exemplo, esse Juma, que diz, também é a Curupira, só que com outros nomes, né? Ninguém nunca viu, e eu nem quero ver também, né? Eu não sei se é perigoso, mas isso acontece, tem a mãe da mata. Outros dizem que não, que os Jumas eram os índios que ficavam isolados, sozinhos, eram os índios mais velhos, que as outras tribos deixavam por aí já para morrer. Ficava só, um cara bem grandão, aí é o Juma é o Juma, mas o finado papai dizia que tinha isso, muita gente viu.

O Jurupari é um homem, mas é em forma do macaco, né? Pelo que eu já ouvi falar a história que contava os antigos, só a boca dele fica no peito, não é aqui normal [como nós], então não entra bala, não entra chumbo. É um pelo embuchado, bem embuchado, que só tem que atirar na boca dele. Se levantar aqui, não adianta atirar, é tipo o peito do leão. Aquele leãozão, aquela juba dele, não adianta atirar que é só no pelo, que é embuchado. Como aquela proteção que os guardas usam de bala é um embuchamento que a bala não passa. Assim é a proteção do animal. Então, o embuchamento fundo está lá bem pouco, se atirar no pacote de algodão o chumbo não vai defender, um isopor também não vai defender porque é fofo, não tem peso, então esse Jurupari existia isso.

Tem o Morcegão, que é o vampiro que a gente chama. Tem uma corujinha que vocês já viram cantar aqui, aquilo não é muito bom de brincar também, ela tem uma orelhinha, e a mamãe contava uma história dela que uma pessoa gostar de mexer com ela toda noite cantava, a pessoa virou dita a coruja, que é um espírito transformador. Mamãe dizia: “meu filho não mexa com essas corujas que ela faz parte do Satanás”, porque ela tem orelha. Mas é uma orelhinha mesmo

igualzinho, mas ela não é muito bom a gente brincar com ela não, a gente respeita a natureza, o espírito da noite. De dia ela está sentadinha não faz mal com ninguém, mas de noite ela sai pra todo lado. (Entrevista na Aldeia Terra Preta do Uruá, 24 de julho de 2024).

O rio e os seres que o habitam têm características semelhantes aos da mata. No geral, os peixes não se consideram perigosos e os Mura têm grande familiaridade com esses já que são tradicionalmente grandes pescadores. Os seres protetores dos peixes são a cobra grande e o boto, motivo pelo qual são muito perigosos; também se afirma que nesta categoria de seres há também poderosos poraquês, peixes elétricos. A cobra grande é a “mãe dos peixes” e costuma morar em lagos e poços profundos do rio, os quais nunca secam. Não se trata de uma sucuri comum de grande tamanho, de entre 6 e 8 metros, mas de uma sucuri de proporções gigantescas que gosta de permanecer quieta no seu local. Quando se mexe, produz um grande banzeiro, chegando até fazer a terra tremer, que deixa muita espuma e sujeira na superfície do rio. Por exemplo, a região do lago do Cujubim, na proximidade da aldeia Curara, é reconhecida pela riqueza de peixes, peixe-boi, pirarucu e tracajá e associada a uma Cobra Grande de aproximadamente 30 metros que faz do lago sua casa, passando a maior parte do tempo enterrada em um grande buraco, mas provocando um grande movimento na água e formação de espuma quando se desloca, principalmente durante o inverno, período das cheias. Também se atribui a estas Cobras modificações das paisagens, como a formação de ilhas ou a profundidade de certos poços nos rios. A formação de uma ilha conhecida como Ponta da Cobra Grande no igarapé do Curara é reconhecida por ser a casa de uma Cobra Grande e local de refúgios de peixes que nunca seca, mesmo no verão, enquanto numa área próxima à ilha Paranapara, conhecida como Bacabal, uma Cobra Grande vive em um grande poço reconhecido como excelente área de pesca e refúgio de peixe-boi.

A função de protetora dos rios, lagos e igarapés que a Cobra Grande exerce para os Mura, e sua relação com a abundância de peixes e espécies emblemáticas dos rios amazônicos como o peixe-boi, reforçam a importância da Cobra Grande para os indígenas da TI Curara e o reconhecimento dos locais onde habita como áreas imprescindíveis para a manutenção de atividades relacionadas à pesca. As cabeceiras dos rios Uruá e Atininguinha foram sempre destacadas pelos indígenas nas conversas e durante o etnomapeamento como áreas fundamentais da TI Curara para a reprodução, desova e refúgio de peixes, e também reconhecidas como casas das Cobras Grandes. Segundo os relatos Mura, a relação da Cobra Grande com os indígenas circula entre o respeito e o

medo, pois quando a cobra se desloca pelos caminhos fluviais, principalmente durante as cheias, ela pode produzir um funil capaz de arrastar para dentro d'água cascos e casquetas.

Essas Cobras Grandes têm nomes pessoais, e de acordo com Amoroso (2013) podem ter cabeças de outros animais. Se pensa que algumas dessas Cobras Grandes se originaram de um encantamento, ou seja, da passagem de um ser humano ao patamar subaquático por causa de um afogamento acidental ou pela captura por algum ser do *fundo*, onde a pessoa adquiriu poderes e, quiçá, a imortalidade. O exemplo mais conhecido destes encantados foi ilustrado pelo senhor Florêncio Ferreira durante um trabalho coletivo entre o coordenador do GT e os moradores da aldeia Curara. Seu Florêncio relatou a história da Cobra Norato, a qual é aqui reconstruída a partir das notas de campo:

Norato era uma Cobra Grande que andava com a sua irmã, mas ele a matou porque ela era má e gostava de comer gente. Um dia houve uma festa em Sapucaia, abaixo do Aripuanã. As cobras gostam de espionar essas festas. Havia uma moça com a menstruação e foi espiar a festa e depois voltou e ficou de resguardo numa casa junto com a avó. Isso foi o que chamou a cobra. Norato fez com que o local onde as pessoas estavam dançando se afundara, e todos caíram na água e se encantaram. Só escapou a moça com a avó. Depois, arrependido por isso, Norato pensou em se desencantar. O único que faz desencantar é o leite materno. Norato apareceu em forma de pessoa para um soldado com um copo de leite materno e pediu para dar de beber na sua boca e o advertiu de não ter medo quando ele aparecesse em forma de cobra. Aí apareceu e era enorme, só a boca era de 3 metros e cabia o soldado inteiro. Ele ficou com medo e atirou, deixando o Norato caolho. Tempo mais tarde, Norato se apresentou para outro homem que esse sim teve coragem de enfrentar a cobra e lhe deu o leite materno na boca. Aí a capa [pele] de cobra do Norato sumiu e se desencantou. Isso aconteceu na Sapucaia.

Uma outra história sobre estas cobras encantadas foi relatada por seu Antenor, quem numa ocasião sofreu os efeitos de mexer com uma delas:

Lá na Boa União, eu mesmo passei por esse processo. Tem uma mulher que é encantada, tipo de uma cobra, né? Eu acho que os benzedores lá não fazem isso, e eu com minhas graças nesse dia eu estava meio engraçado lá, que foi jogando bola e fui e digo “vou fazer um gol pra Mariana”, que chama lá, tem uma moça mas ela tá transformada [em cobra] e tem muitos anos. A história conta isso, né? Que ela sentou lá, ela, a mãe dela, e o pai se alagaram, e se encantou por lá. E hoje ela disse que ainda é viva, essa cobra lá, sempre eles veem. Aí eu fui fiz o gol de cabeça, fui oferecer pra Mariana, me deu uma dor de cabeça que eu estava quase gritando para querer correr em mim. Aí foi o benzedor lá. Olhou minha dor: “eu vou benzer, mas infelizmente você estava mexendo com o espírito da

Mariana. É a Mariana que tá fazendo isso pra ti”. Benzeu. Aí deitei na rede depois e dormi. Não me lembro que eu passei festa, não me lembro de nada, só sei que aconteceu isso comigo. Lá é uma sucuri, ela se transforma em sucuri. Ela se transforma em boto, diz que o que ela quiser fazer. Meu irmão não sei se ele contou pra vocês, que sempre ele fica pra Seu Raul, basta entrar dentro do batelão deles e a gente não consegue dormir na beira. Aí dizem que é ela, a encantada de lá, tem um nome, Mariana, tem um espírito deles. Aí eles dizem que não é bom tomar banho 6h, por que ela viaja, como um boto ela viaja, né? Mas diz que ela não come ninguém, só faz esse negócio mesmo, muita gente já se encantou lá. (Entrevista na Aldeia Terra Preta do Uruá, 24 de julho de 2024).

O encantamento que produzem os seres do *fundo* está associado em grande medida pela atração sexual que estes seres podem sentir pelos humanos, em especial pelas mulheres menstruadas. Por esse motivo, se proíbe que as mulheres entrem no rio com a menstruação, pois seu cheiro durante esse período é percebido pelos botos como o atraente odor de um abacaxi, como explica Fileno (2018: 185). Esse cheiro induz nos botos o desejo pela mulher e estes buscam captura-la para que more com eles no fundo das águas; para cumprir este propósito, os botos podem subir em terra convertidos em homens atraentes. Não só as mulheres correm perigo, pois os homens também podem ser atraídos pelos botos fêmea. Todas as pessoas devem ser cuidadosas com o horário em que entram no rio, pois nalgumas horas específicas do dia e da noite, os seres do fundo andam à espreita. Se afirma que os botos são espíritos que moram numa cidade que fica no fundo do rio, e que essa cidade é igual à dos não indígenas. Também se diz que “o boto vive num lugar como nós”, indicando quiçá que se referem a que são como os humanos. Parece haver a possibilidade de que botos e cobras alterem sua forma física e seu sexo para agir contra os humanos. Com relação a isto, seu Antenor explica:

Há uma cobrinha, o Mussum que a gente chama, mas ela só aparece pro banqueiro [pajé]. É uma moça ou um rapaz que se encanta pela beleza das pessoas; muitas vezes não é nem pela beleza, é pelo abuso. A mulher, por exemplo, quando ela vai no olho d’água e ela está menstruada, é muito arriscado ela se emprenhar de bicho. Por isso diziam “emprenhar de boto” porque ela vai na beira menstruada, atravessa um córrego de igarapé menstruada, vem uma cobra e ela se assusta. Eu tenho meu irmão, o próprio meu irmão que está aí, ele se assombrou do boto, pescando no meio do rio, numa pescaria que é antiga, né? Quando ele foi olhar, o boto estava olhando pra ele. O boto deu um grito e assombrou ele, quase que ele vai. Se não fosse finado Chico Honório, que era um banqueiro forte também, bem antigo, [e que] tirou a sombra dele. Conversou com a bota pra entregar a sombra dele. [E falou]: “o senhor vai se assustar pescando, vai olhar pro fundo aquele boto está filmando o senhor; o senhor vai se espantar”. E a própria tia nossa, que estava com ele, estava menstruada, mas não falou pra ele. O boto estava aí, foi uma dor de

cabeça, uma grande febre, que variava mesmo, quase que nós perdíamos ele, queria correr para água e tudo... Então é isso que acontece com o pessoal. E quando a pessoa sofre disso, ela é levada pelos botos pra morar lá no fundo da água. Some, cai na água, morreu, mas não morreu... está lá com eles. Isso é um fato real. É arriscado mesmo, porque assim, não acreditava, aí está abusando, aí é assombrada, cai n'água. O fulano caiu na água e morreu, mas não morreu, pegaram ele pro fundo, eles pegaram e levaram. (Entrevista na Aldeia Terra Preta do Uruá, 24 de julho de 2024).

A relação com os botos também é conflitiva porque estes rompem as malhadeiras dos pescadores para comer os peixes, causando prejuízos. Mas as retaliações contra os botos não costumam ser bem-sucedidas. Foi relatado que vários anos atrás um morador do rio Maturá, cansado com essa situação, feriu um boto com um arpão. Na mesma noite, escutou muitas vozes no porto da sua residência e desceu para ver. Eram vários homens que o convidaram a curar ao seu companheiro. Eram os botos e levaram o senhor até o fundo do rio para retirar o arpão do colega e depois o levaram de volta. Ele reafirmou que os botos são como os seres humanos e que vivem numa cidade.

Como pode se ver nas anteriores explicações, alguns seres como Curupira, Cobra Grande e os botos tem o poder de encantar as pessoas, o qual leva à morte neste plano e à mudança definitiva para o *centro da mata* ou para o *fundo do rio*. É importante destacar que estas situações têm a ver menos com uma ação autônoma desses seres do que com uma atitude humana considerada como falta de respeito a eles, como andar com a menstruação pelo rio ou caçar em excesso. Por esta causa, esses seres podem ser classificados, sem dúvida alguma, como “espíritos donos” dos peixes e animais, protetores e cuidadores das espécies. Estes donos tem a capacidade de promover a fertilidade de peixes e animais e por isso se consideram “mães” ou “pais” das espécies. Se alguém mata algum desses, desaparece a vitalidade do local onde habita. Seu Antenor afirma que se alguém vai num olho d’água onde mora um espírito em forma de cobrinha, como a cobrinha Mussum, acima citada, e a mata, o olho d’água se seca e não produz nada nunca mais. Desse modo, as relações de respeito que os Mura devem ter com esses seres e os lugares onde habitam são um dos pilares da reprodução social do grupo.

5.2.3 Medicina tradicional e cuidados do corpo

Para os Mura, o corpo deve ser duro, forte e sadio, um “corpo preparado”, nas suas próprias palavras, e isto é produto de um longo processo de crescimento, amadurecimento e cuidados que se inicia com o nascimento da pessoa e que inclui

numerosos banhos de “remédios de folha”, como dizem as mulheres da aldeia Curara, ao longo da vida. Durante diferentes etapas, principalmente na infância, se corre grande perigo pois há muitas doenças que podem afetar as crianças pequenas porque seu corpo ainda não está fortalecido o suficiente. Para compreender melhor o processo de construção do corpo e a forma de ação negativa das doenças é necessário descrever primeiro o modo em que os Mura entendem tradicionalmente o corpo. As explicações a seguir derivam de duas reuniões do coordenador do GT com os moradores da TI Curara, uma foi geral e a outra foi exclusiva com as mulheres, onde se exploraram alguns aspectos culturais e os conhecimentos tradicionais femininos.

Um “corpo preparado”, ou seja, um corpo adequado e bem protegido para habitar nesse território tradicionalmente ocupado, começa a ser construído desde antes da gestação. O primeiro passo é que o corpo da mãe esteja com boa saúde, graças ao cumprimento das proibições e cuidados em torno das suas menstruações, do seu período de gravidez e durante o aleitamento. No geral, as mulheres menstruadas devem ficar de resguardo em casa, não podem buscar água no rio, nem trabalhar na roça, nem sair no sol para não pegar a sua “quentura”. Também não devem comer alimentos “reimosos” para não sofrer hemorragias, preferindo comer peixes sem esporão como o tucunaré, o pacu e o aracu. Com a menstruação, as mulheres não devem passar embaixo das árvores frutíferas porque podem secar e lhes é proibido plantar na roça porque isto atrai bichos que entregam os tubérculos. Se afirma que a idade ótima para que uma mulher se case é aos 20 anos, e a dos homens é entre os 25 e 30 anos. As mulheres afirmam que os filhos são feitos pelos homens. Durante a gravidez, o corpo feminino se esfria, o que pode trazer problemas na hora do parto. Para evita-los, devem “tirar o frio” do corpo por meio de banhos e remédios de folhas, em especial de cacau, araticum, mangueira, biribá, quiabo e embaubeira. Se desejam que o filho fique forte, tomam vitaminas, de preferência magnésio. Se proíbe que carreguem peso e joguem bola, e gradualmente vão deixando ir no mato.

As mulheres grávidas devem tomar precauções nas suas interações cotidianas com os homens porque os podem deixar “reimosos”, conduzindo-os a o ficar “panema”, ou seja, num estado de sono, dor de corpo, “mufineza” (falta de energia e disposição) e, principalmente, sem sorte na caça e na pesca. Isto ocorre com maior frequência quando a mulher está nos primeiros meses de gravidez e as pessoas não sabem; então, se ela come na casa de outro homem ou tem alguma forma de contato físico com um homem e/ou as suas coisas, esse fica “empanemado” junto com os seus instrumentos de caça e pesca, e o

seu cachorro caçador. O homem percebe que está “panema” quando vai para a mata ou o rio e atira num animal e não o acerta ou, se o fere, este não morre; também quando os peixes não mordem a isca ou se soltam do anzol ou na caem na malhadeira. Esta situação pode ser perigosa para a mulher que causou a “panema”, já que, se o homem não pergunta na comunidade quem está grávida e visitou a sua casa, por sua conta faz um banho com plantas fortes para reverter esse estado; a potência dessas plantas chega a produzir a morte do bebê e até da mãe. O melhor remédio para o estado de “panema” é que a mulher grávida puxe 3 vezes cada braço do homem, morda o anzol e o focinho do cachorro caçador, coloque ela mesma o cartucho na espingarda, e defume o arco, as flechas e malhadeira. Embora a principal explicação para que uma mulher cause “panema” num homem seja o descuido, também se pensa que pode ser que ela esteja com raiva do homem e o faça propositalmente.

Antes do nascimento já se conhece o sexo do bebê, pois o formato da barriga o indica: se a barriga é redondinha e com uma linha negra larga, é menina, se a barriga é bicuda e com uma linha negra fina, é menino. O parto costuma ocorrer em casa, em posição de cócoras ou deitada. As parteiras, geralmente mulheres idosas consideradas especialistas na aldeia, a acompanham, lhe dão instruções, apalpam e massageiam a barriga, conseguindo colocar o bebê na posição adequada para nascer, caso estejam virados. A parteira corta o umbigo, o amarra, e o queima com copaíba. Depois, enterra a placenta perto da casa e dá o primeiro banho no bebê. No geral, os homens ficam fora de casa durante o parto enquanto a parteira está acompanhada por outras mulheres que querem aprender o ofício e/ou uma ou duas parteiras mais. Após o parto, a mãe faz um resguardo de 41 dias se teve um menino e de 40 dias se teve uma menina, curando o umbigo com copaíba para que seque. Nalguns casos, a mãe deve permanecer com a barriga enfaixada durante o resguardo. Nesse período deve comer tudo cozido e não pode comer nenhum animal, peixe ou fruta que seja “reimoso”, como tartaruga, anta, queixada, veado, surubim, jatuarana, piranha, bacaba, manga, abacaxi e melancia, entre outros, porque pode enfraquecer seu leite e afetar o neném. Para que desça o leite em abundância, a mãe deve tomar bastante caldo e comer arroz. O bebê deve ser amamentado pelo menos durante um ano e, quando inicia sua alimentação a partir do quarto mês, a mãe começa a tomar remédios caseiros de casca de palmeiras ou de copaíba para adiar a próxima gravidez. No caso do primeiro filho os cuidados devem ser redobrados.

O bebê se alimenta exclusivamente do leite materno entre 4 e 6 meses, idade em que começa a comer mingaus de farinha e de banana, caldos de feijão e de peixe. A

primeira carne que lhe é dada é peixe, em especial tucunaré, cará ou traíra. Quando tem um ano já pode comer de tudo. Se lhe dá banho com folha de mangueira ou de pau d'arco para que caminhe mais rápido. Desde muito pequenos, os bebês acompanham as suas mães na roça e nas visitas pela aldeia, mas se deve tomar a precaução de cobri-los bem para que não recebam mal olhado do sol, da lua e do rio. Caso isto aconteça, os nenéns ficam com muito sono, vomitam e choram às 6:00 horas da manhã, precisando ser benzidos para melhorar. Desde os 5 anos já ajudam nas atividades da roça, da pesca e da casa, e, desde os 10 ou 12 anos, os meninos já podem caçar. Todas essas práticas e cuidados sugerem que com o crescimento, os banhos e a alimentação, o corpo das crianças (FIGURA 45) vai se fortalecendo e atingindo certa maturidade até chegar na puberdade, quando as meninas iniciam seus cuidados e restrições pela menstruação, e os meninos mudam de voz, período em que não é aconselhável ir nos olhos d'água, nem entrar muito no rio nem na mata porque podem sofrer alguma assombração.

As crianças menores de um ano podem sofrer doenças como o “quebranto” e o “vento caído”, as quais são provocadas quando um adulto cansado ou com fome faz um agrado ou admira a criança. O “quebranto” causa diarreia de cor esverdeada e vômito, enquanto o “vento caído” produz constipação intestinal e falta de apetite. Ambas as enfermidades são curadas por meio de benzimentos. Outra doença que atinge às crianças, e eventualmente aos adultos, é o “mau olhado”. Este tem como causa principal a “força da natureza”, a qual ataca àquelas pessoas que não têm o “corpo preparado”. No caso das crianças, como já vimos, a fonte pode ser o sol, a lua ou o rio; para os adultos, pode vir de cobras de olhar forte que olharam para a pessoa enquanto andava pela mata, ou de qualquer outro animal, até insetos, ou por alguma entidade mais poderosa, como a Curupira, a Cobra Grande e os botos. Nestes casos, o “mau olhado” desses seres faz com que a pessoa comece a “endoidar”, ou seja, a ter uma percepção alterada que a leva em direção a se transformar e viver com outros seres ou num outro patamar do cosmos; esta percepção alterada se manifesta por meio de *visagens*, gritos e falas incompreensíveis, aturdimento, paralisia ou vontade de sair correndo para entrar na mata ou se jogar no rio, incapacidade para reagir ou encontrar o caminho de volta para casa, entre outros sintomas. Isto significa que a “alma” foi capturada, como já foi explicado no item anterior, e requer do trabalho de um pajé para trazer a “alma” de volta.

Figura 45 - Crianças mura



Foto: Luis Cayón, 2024.

A melhor forma de prevenir este perigo é ter o “corpo preparado”, o qual resulta também de várias práticas e cuidados durante a vida adulta: boa alimentação, banhos com remédios de folha para proteção e atração da caça, beber chás com algumas medicinas de cheiro bom que afastam as entidades, usar colírio de urucum, orar a Deus e pedir licença à Curupira quando se entra na mata. Também há que prestar atenção a alguns sinais que são augúrios para não visitar a mata, o rio ou a roça nesse dia, por exemplo certos sonhos com picadas ou com sangue, os cantos de alguns pássaros ou algumas mudanças no corpo, como palpitações repentinas nalgum membro. Tudo isto se interpreta como um aviso que vem do próprio coração; outra forma de dizer é que “o corpo pede para não ir na natureza”.

Há outras doenças que podem atingir a todas as pessoas como a “inzipa”, que é um inchaço avermelhado ou preto produzido por um ferimento, e que se pode agravar pelo frio ou pelo consumo de alimentos “reimosos”. Isto se cura por meio de benzimento. Outras categorias de doenças tradicionais estão relacionadas com a alimentação, em especial de comidas “reimosas”, como o pirarucu, o surubim, a jatuarana, a anta, a

tartaruga, o veado, o queixada, que causam tontura, “mufineza” e dor no estômago. Isto se cura com chás amargos e/ou travosos feitos, por exemplo, de casca de ixi, castanheira e saracura. Existe também a “congestão”, um tipo de desmaio causado pela ingesta de mistura de frutas que não combinam entre si, como abacaxi com cupuaçu, melancia e banana prata, manga e leite, caju e leite, que se cura com benzimento. Outras enfermidades não requerem de ações dos pajés e benzedores, mas de remédios e vacinas. Os mais velhos da TI Curara lembram do sarampo, a tosse de guariba (um tipo de pneumonia), escarlatina, catapora, varíola, lepra e malária ou paludismo, doença esta que entendem que vem de fora. Na atualidade, afirmam que a saúde tem melhorado e que as doenças comuns hoje são gripe, diarreia, febre, virose e pressão alta.

As doenças tradicionais precisam ser tratadas por benzedores e pajés, embora estes estejam se acabando. Hoje em dia não existem mais pajés no rio Maturá e, na TI Curara, restam apenas uns poucos benzedores. Essa situação é difícil porque estes especialistas são os únicos que sabem lidar com o “endoidamento” causado pelas assombrações que, como já foi descrito, é a tentativa de rapto da “alma” de uma pessoa por uma entidade do *centro da mata* ou do *fundo do rio*. Saber recuperar a “alma” implica tanto possuir certos conhecimentos em grande parte secretos para se comunicar com outros seres quanto uma teoria local sobre a constituição e o funcionamento do corpo, assim como o destino *post-mortem*.

Os Mura afirmam que além da carne (corpo físico) há dois importantes componentes: o *sangue* e a *sombra*, conceitos bastante bem analisados na etnografia de Fileno (2018) entre os Mura do baixo Madeira. De acordo com este autor, tanto o *sangue* como a *sombra* são elementos compósitos autônomos, dotados de intencionalidade (: 198). Embora possam ser fragmentados, na maioria do tempo estão imbricados com a carne, formando o todo da pessoa. Afirmam que o *sangue* é o “sonho” da pessoa, seu espírito, com o qual pode viajar à noite percorrendo diferentes lugares, e que após a morte seu destino é o céu; para ele, “o *sangue* é relação, a ciência do corpo vivo e da comunicação com outros mundos” (:198). A *sombra*, por sua parte, é uma imagem da pessoa, como a sombra projetada no chão ou o reflexo no espelho, a qual pode ser capturada principalmente pelos seres do *fundo do rio*. Caso a *sombra* não seja recuperada pela ação de um pajé, a pessoa morre e fica encantada. Como o encantamento é produzido por um acidente trágico no rio ou pelo sequestro por uma entidade do *fundo* devido ao desrespeito a alguma restrição, como entrar com a menstruação no rio ou pescar em excesso, o destino da *sombra* não está claro, afirma Fileno (: 204), mas podemos pensar,

a partir da nossa descrição no item anterior, que a *sombra* se torna um encantado, um espírito do nível subaquático que pode aparecer de forma humana, de cobra ou de boto.

Os Mura da TI Curara parecem usar o *sangue* e a *sombra* como sinônimos, indicando algo parecido com “alma” ou “espírito”, um componente do ser que de um lado pode “navegar” por diferentes lugares durante o sonho e, de outro, se fragmentar e ficar num sítio para produzir e/ou atrair efeitos intencionais ou não intencionais de outros seres. As mulheres afirmam que, quando uma mulher menstruada é perseguida por um boto, este quer lhe “roubar o sangue”; os homens dizem que no lugar onde é derramado sangue, este local fica *reimoso* e o espírito da pessoa que perdeu o sangue ali não deixa dormir nesse espaço, perturbando a noite inteira, em especial se houve morte violenta; também afirmam que o suor da pessoa fica nos lugares que percorre, facilitando o caminho noturno que pode ser recorrido pela “alma” durante o sonho. Escutamos também que quando uma pessoa morre, sua “alma” ou “espírito” permanece nesta terra, aguardando o Juízo Final para entrar no Paraíso. Enquanto isso, a “alma” do defunto fica do lado do túmulo e pode mal assombrar a quem passar por perto, produzindo *visagens*, fazendo barulho ou jogando pedras e galhos porque não quer que perturbem o seu espaço. A pessoa desavisada que passa por esta situação toma um susto que vai acompanhado de febres e outros males que devem ser curados por um benzedor.

Todas essas ideias apontam que as emanções corporais, em especial o sangue e o suor, põem as pessoas em perigo, como se a partir das emanções corporais os limites ontológicos entre os patamares cósmicos podem se diluir, o qual explica o porquê devem se usar proteções como os banhos de remédio de folhas e as rezas para evitar doenças e encantamentos já que os outros seres se sentem atraídos pelos humanos. De modo semelhante, a mulher grávida adquire um estado frio, produzindo “panema” nos homens e prejudicando seus instrumentos de caça e pesca, como se o frio, que é a ausência do sangue menstrual, se transferisse a estes, causando desconfortos físicos e azar nas atividades predatórias. Também, o olhar forte de uma pessoa pode causar mau olhado. Parece, então, que partes das pessoas humanas, como suas emanções corporais (sangue, suor, odores), olhares, estados e “alma” se projetam para fora, podendo causar, por um lado, doenças a outras pessoas, em especial de sexo contrário e às crianças, e, de outro, riscos a si mesmas ao gerar atração e/ou desejo de outras entidades que podem capturar a alma, conduzi-las permanentemente para o *fundo do rio* ou para o *centro da mata* transformando-a em outro ser; ou seja, como afirma Fausto (2001), ocorre uma predação familiarizante, onde a pessoa é predada pelas entidades para depois ser “familiarizada”,

se convertendo num novo parente dos seus raptos. Em suma, se pode concluir que, para os Mura da TI Curara, as emanações corporais são os vetores das doenças tradicionais e podem produzir comunicações indesejadas com outras entidades e patamares cósmicos, deixando as pessoas em grande risco de morte. Por este motivo, a prática fundamental dos banhos de remédio de folha tem o objetivo de cobrir as emanações corporais com um cheiro que seja repulsivo para essas entidades e é, justamente por isso, que esses banhos de folhas são práticas de cuidado e prevenção para construir “corpos preparados”, corpos resistentes às doenças e à familiarização de outras entidades. Isto significa também que estas práticas ao redor da construção e cuidado do corpo são uma forma de preservar e dar continuidade à vida das pessoas, sendo indispensáveis para a reprodução social e cultural porque buscam impedir o trânsito dos humanos pelos outros patamares cósmicos, o qual é um meio para manter relações sociais e ecológicas apropriadas com os outros seres que também habitam permanentemente o território tradicionalmente ocupado.

5.2.4 Festas, rituais e atividades coletivas

De acordo com os relatos históricos do século XIX, em especial Spix e Von Martius (1976 [1831]: 111) e Marcoy (2001 [1862]: 134), os Mura realizavam um ritual de iniciação masculina chamado de *Parané*, no qual cantavam, bebiam, consumiam paricá, um rapé alucinógeno elaborado possivelmente de *Virola sp.*, e praticavam açoites, como é muito comum entre os rituais de iniciação de outros povos amazônicos que têm a ideia de que essa prática serve para promover o crescimento dos jovens. O ritual era praticado numa “casa espaçosa, toda aberta” (Spix e Von Martius 1976 [1831]: 111) que lembra a “Casa do Paricá” descrita por Bettendorf (1990 [1698]: 356) entre os Iruri do rio Maturá no final do século XVII, também famosos pela confecção de trompetes; de fato, uma das primeiras ilustrações que existem sobre os Mura, elaborada por Alexandre Rodrigues Ferreira (FIGURA 46), os mostram inalando paricá. O ritual de iniciação masculina e o consumo de paricá não são mais praticados.

Bettendorf (1990 [1698]: 466) descreveu uma festa de troca de objetos e alimentos entre os Iruri, quando estes receberam a visita do chefe Parapixana e seu pessoal. Por sua parte, Spix e Von Martius (1976 [1831]: 136) testemunharam uma festa mura, onde eles dançavam em círculo num terreiro, com os homens de um lado e as mulheres e crianças do outro, fazendo “berreiro selvagem”. Embora sejam descrições breves, essas sugerem que além dos rituais de iniciação havia outras festas que privilegiavam o canto e a dança,

mostrando distinções entre dois grupos distintos, de um lado, e, de outro, distinções de sexo, o qual ressalta antropologicamente práticas de intercâmbio entre categorias sociais complementares. Com o passar dos anos e a crescente influência do Catolicismo, essas festas de intercâmbio se transformaram em “festas de santos”.

Figura 46 - – Indígena mura inalando paricá



Ilustração de Alexandre Rodrigues Ferreira

Na década de 1920, Tastevin (2008 [1923]: 63-66) destaca a paixão dos Mura pela dança e afirma que “todas as noites de sábado, domingo e às vésperas das festas cristãs... há baile do crepúsculo à aurora”. Explica que foram abandonadas as “danças antigas” e que gostavam da valsa, da polca e da quadrilha, usando tamborines e o caracaxá ou raspas, atribuindo a origem dos instrumentos aos negros e lamentando o abandono do antigo Toré, “longo trompete de bambu ou de entrecasca [de árvore], da qual tiravam sons variados e verdadeiramente comoventes”. Descreve também uma dança na sua homenagem na aldeia Murutinga, onde

“todos os dançadores se tomam pela mão e formam um círculo onde as damas se alternam com os cavaleiros... O círculo representa um cacuri, ou armadilha para peixes, barragem que os índios constroem nas passagens estreitas dos rios.

Um dos figurantes representa o peixe pego na armadilha e esforça-se para quebrar a cadeia ou para passar sob os braços dos dançantes” (: 64).

Acrescenta que se tocam dois tamborines, que os músicos cantam em duo e que os bailadores repetem os refrões girando em roda. Esses cantos, cada qual com a sua própria coreografia, se referem a diferentes seres como o peixe jacundá, o jacaré, o veado, a onça, o guariba, o pica-pau, o gavião e o grilo. Nessa época, as letras dos cantos eram uma mistura de português e nheengatu.

Os habitantes da TI Curara contaram que muitos dos seus avôs organizavam festas de santo nos seus lugares de residência, de acordo com a fé que professassem nalgum santo ou santa. Algumas dessas comemorações se tornaram as festas principais de várias aldeias e os santos e santas homenageados se converteram nos seus padroeiros. As festas de santo mais importantes no território tradicionalmente ocupado, com suas datas, são: São Sebastião, Terra Preta do Uruá, 14 de janeiro, mas foi substituída pela de Nossa Senhora das Graças em novembro; Santo Antônio, na frente da aldeia Boa União, 13 de junho; Senhora Aparecida, Vista Alegre, 20 de fevereiro, mas não se realiza mais desde que se tornaram evangélicos; Santa Luzia, da aldeia Curara, entre 10 e 13 de dezembro. Contam que antes havia também a festa de São Tomé, e que sempre se comemora o Natal, o Ano Novo e os aniversários. Fora da associação com algum santo há outras duas festas importantes: Festa do Beijú, na aldeia Biribá, sem data fixa, e a Festa da Castanha, na aldeia Terra Preta do Uruá, realizada no sábado posterior ao Sábado de Aleluia. Nestas festas se oferecem, respectivamente, diferentes tipos de beijú e diversos produtos elaborados a partir da castanha.

Todas as festas se organizam e comemoram de maneira muito semelhante. Em cada aldeia, algumas pessoas decidem organizar a festa e juntam dinheiro para pagar o sanfoneiro, a cachaça e demais coisas indispensáveis, como papéis coloridos para enfeitar a aldeia, foguetes e alguns objetos que farão parte do Leilão de Prêmios. Por sua parte, algumas famílias da aldeia vão escolher vender comidas e bebidas no dia da festa numas barracas para conseguir uma renda extra. Os convites são enviados por todo o Maturá, os lugares mais próximos do Madeira e Manicoré. A festa começa com uma missa, que é seguida por atividades esportivas, especialmente jogos de futebol, e pelo Leilão de Prêmios, no qual é possível ganhar galinhas, patos, bolos, etc. Ao entardecer, o sanfoneiro começa a tocar para uma “dança arrasta-pé” que satisfaz a todo mundo. Se pensa que estas são uma grande oportunidade para os jovens se conhecerem e arrumar cônjuge.

Os mais velhos afirmam que a maior diferença entre o jeito de fazer festas dos avôs e o do presente é que antes os anfitriões ofereciam aos convidados uma farta comida comunitária, com porcos e frangos, sem cobrar nada, ao contrário de hoje. Em grande medida, essa mudança está relacionada com a possibilidade da presença de muitas mais pessoas numa festa do que no passado, já que o acesso a rabetas e combustível tem aumentado notavelmente. Quando assistiam menos pessoas era muito mais simples organizar um *puxirú* ou *ajuri*, ou seja, um mutirão no qual o anfitrião convocava as famílias vizinhas para ajudar com a produção de alimentos para os convidados. A possibilidade de que hoje centenas de pessoas frequentem a festa, faz com que o *puxirú* não demande tanto trabalho dos anfitriões para alimentar os seus ajudantes.

De fato, o *puxirú*, que é uma atividade central para reafirmar os laços sociais entre as pessoas, tem ficado mais restrito com os anos e se usa, no geral, pela convocação do cacique de uma aldeia para alguns trabalhos comunitários, como a limpeza dos caminhos, a construção e reparação de instalações da escola, etc. Nestes casos, cada mulher da aldeia leva algo de comida, como tucumã, mandioca cozida, cará roxo cozido, bolo ou café. Também o mutirão se utiliza no momento em que cada família decide torrar farinha para o seu consumo por vários meses e para produzir um excedente que é para venda, sendo uma das fontes de ingresso mais comuns para as famílias. O mutirão é convocado pelo casal dono da roça por meio de um convite. Desse modo, os anfitriões se comprometem a oferecer alimentos para as pessoas que vão ajudar com a tarefa. Se afirma que nos *puxirús* atuais a comida se limita a bolachas e café, e, inclusive, às vezes não há para comer, algo que se considera triste. Então, as pessoas dizem que colaboram só para “dar uma força” aos seus parentes. Como é bem sabido na etnologia amazônica, a oferta de alimentos nas atividades coletivas é uma maneira de atualizar os vínculos de parentesco e, por isso, são de grande importância para as relações sociais. Embora não haja muitos alimentos para oferecer, organizar um *puxirú* implica o comprometimento do casal para ajudar reciprocamente as famílias dos seus convidados quando esses convoquem seus próprios mutirões. Os *puxirús* são uma instituição social que privilegia as relações entre as famílias e reforça o “senso de comunidade”.

Na vida cotidiana, como já foi explicado, as atividades coletivas giram em torno das visitas que se realizam aos casais focais de cada parte da aldeia. Assim, a circulação diária entre pessoas e alimentos pelas diferentes casas são uma amostra da vitalidade das relações sociais. O momento coletivo mais expressivo do dia a dia nas aldeias são os jogos de futebol ou voleibol que ocorrem no fim da tarde, quando homens adultos e jovens e

algumas moças formam times de futebol, muitas vezes de mais de onze jogadores por equipe, enquanto as senhoras, as crianças pequenas e os anciões se sentam ao redor do campo e observam o jogo, fazendo comentários e brincadeiras que levam a grandes risadas dos assistentes.

Infelizmente, a chegada recente das igrejas evangélicas tem criado para os fiéis proibições de participar nos jogos, algo bastante triste no caso das crianças. Especialmente na aldeia Terra Preta do Uruá observamos que os pais repreenderam seus filhos por estar assistindo um jogo de vôlei e estes, desconsolados, foram embora do lado da quadra. Uma das professoras da escola comentou que não apenas está proibido para essas crianças participar dos esportes, mas também não podem cantar nada diferente às músicas do culto, o qual atrapalha as dinâmicas escolares. Estas visões radicais do Cristianismo afetam diretamente o “senso de comunidade”, e tem o potencial de enfraquecer as relações de parentesco e criar conflitos internos.

5.1.5 Organização política

Tanto nas fontes históricas quanto nos trabalhos etnográficos há poucas informações sobre como era a chefia tradicional entre os Mura. Do pouco que aparece nos textos é que o principal Ambrósio conduziu o processo de auto-pacificação dos Mura em 1784, e que Spix e Von Martius foram levados até a casa de um chefe mura, uma “palhoça afastada na mata”, descrita como suja, miserável e carente de objetos. Destas informações mínimas só se pode extrair que os chefes mura eram os interlocutores adequados com os brancos. Sabemos também que, com a mesma finalidade, o SPI nomeou capitães no Maturá para mediar as relações com os brancos. Os relatos orais dos habitantes da TI Curara apontaram que no passado havia chefes na Maloca Cidade e no Piquiá; para esse lugar, afirmaram que o chefe controlava o acesso ao rio ativando o bloqueio com uma cerca, permitindo apenas a entrada do batelão do patrão, e organizava as atividades comunitárias.

Em trabalhos etnográficos mais recentes, em especial Fileno (2018: 127-136), se afirma que os chefes também se denominam de *tuxauas*, palavra em nheengatú de uso generalizado na Amazônia, ou *pearas*, palavra local que é alegoricamente explicada se referindo a uma vara de queixadas para ressaltar que a qualidade principal de um chefe é “aquele que vai à frente, cuja coragem é condição para a liderança” (: 127). Em outras palavras, um chefe mura é aquele que, por se posicionar à frente, se coloca “na liderança

como denominador comum do coletivo”, aquele que “tem as habilidades que o grupo espera serem utilizadas em benefício do coletivo”. Isto, segundo Fileno, exalta os chefes como os intermediários que estabelecem a comunicação entre os indígenas e os brancos.

No geral, diz Fileno, um chefe se considera o dono do local onde fica a aldeia, motivo pelo qual se corresponde em muitos casos com o pai e sogro de um grupo local. Além de representar seu grupo perante os outros, também organiza as atividades coletivas e pode influenciar nos casamentos e alianças com determinados grupos vizinhos. Como já foi explicado, cada grupo local é uma unidade política e economicamente autônoma; por isso, um líder de um grupo local é potencialmente um chefe, mas quando se está no contexto de uma aldeia que reúne vários grupos locais que antes estavam dispersos, mas que agora estão juntos, a escolha por um chefe passa por outras considerações.

Na TI Curara as pessoas preferem chamar os chefes de *caciques*. Não sabemos o porquê desta nomenclatura, mas pode estar relacionada com o contexto do movimento indígena regional. Na maioria das aldeias e comunidades observamos que os caciques quase sempre são ou o pai/sogro ou um dos irmãos/filhos da família predominante do lugar. No caso de ser um filho do casal principal, geralmente é o mais velho ou aquele que tem maior instrução e facilidade para conversar com outros caciques. Na Terra Preta do Uruá e na aldeia Curara, que são as maiores, os perfis dos caciques são muito diferentes. Na Terra Preta do Uruá, seu Pedro é já idoso, e atuou junto com o seu cunhado Zé Gregório desde início da década de 2000 no movimento indígena regional para iniciar a luta pela reivindicação do território tradicionalmente ocupado. Na aldeia Curara, o cacique Deni Joni é um homem jovem que atua também como professor da escola e se destaca por sua energia e empenho nas atuais articulações políticas. Foi explicado também que seria possível que houvesse rodízio para ocupar a posição de cacique, dando preferência a homens que também têm perfil de liderança, como os professores e agentes de saúde. Isto parece indicar que para os Mura da TI Curara é fundamental que os caciques articulem o diálogo político com as lideranças da TI Pinatuba, a FUNAI e a prefeitura de Manicoré para garantir as melhores condições de vida possíveis em educação, saúde, segurança alimentar e territorial, e empreendimentos econômicos sustentáveis para todas as famílias indígenas deste território tradicionalmente ocupado.

5.3 Lugares de importância cultural e cosmológica

Os Mura da TI Curara consideram vários tipos de lugares como culturalmente importantes. Além dos cemitérios, os pontos de residência de Curupiras, Cobras Grandes e outros seres encantados que são donos e protetores dos seres do mato e do mundo aquático, e de sítios arqueológicos como terras pretas, lugares com urnas funerárias, trincheiras e antigos currais de pesca, e os castanhais, a toponímia local expressa um conhecimento detalhado de toda a bacia do rio Maturá que demonstra a longa habitação permanente neste território tradicionalmente ocupado.

Durante as oficinas de etno-mapeamento desenvolvidas durante os estudos de campo do GT foram levantados 290 topônimos que ajudaram a vislumbrar vários entendimentos dos Mura sobre seu território tradicionalmente ocupado. Em primeiro lugar, as pessoas possuem um conhecimento amplo de toda a bacia do Maturá e conseguem apontar vários lugares importantes que ficam nas cabeceiras dos formadores do Maturá e Uruá, mas pessoas de certas famílias têm um conhecimento mais detalhado de certas porções destas áreas porque seus ancestrais e eles mesmos trabalharam nestas. Assim, nas oficinas os próprios habitantes das aldeias davam a voz principal aos conhecedores de cada área, o qual promoveu um aprimoramento do conhecimento dos lugares para os outros colaboradores que participaram da elaboração dos mapas.

Em todas as aldeias a descrição do espaço foi sistemática, permitindo entender que os Mura classificam o território tradicionalmente ocupado pelas sub-bacias que abrangem cada um dos afluentes do Maturá e do Uruá. Por isso, a toponímia coletada durante o GT faz referência principalmente aos nomes de toda a rede hidrográfica; nalguns casos se especifica que é igarapé do tal e em outros apenas tem um nome que não explicita que se trata de um igarapé. Para facilitar a compreensão, poder-se-ia dizer que na visão mura cada sub-bacia é uma unidade da paisagem, uma vez afirmam que são espaços com limites claros e que esses limites são “naturais”: nascentes das cabeceiras, campos de natureza, etc. Por isto é que os espaços de trabalho de uma família ou de um grupo local se chamam de “propriedades”, pois cada uma costuma coincidir com determinado igarapé, usando os limites naturais para estabelecer tanto suas fronteiras das áreas de trabalho e os arranjos com aqueles que trabalham em propriedades vizinhas, com frequência parentes próximos, quanto os modos da sua transmissão hereditária e o “controle” territorial. É importante destacar que os Pirahã têm uma ideia muito parecida. De acordo com Gonçalves (2001: 62-63):

“Há uma classificação que se aproveita das marcações geográficas naturais para instaurar um recorte social no seu uso e ocupação. Existem dois tipos de locais definidos pelos pirahã: um, próprio à habitação – praias e terras altas –, e outro, à exploração humana, compreendendo lagos, poços, igarapés e áreas de coleta. Esses locais são nomeados e fazem parte do patrimônio toponímico desta sociedade. As localidades são herdadas em linha agnática [mas como não existem unidades definidas em termos de princípios de descendência]... a ênfase na linearidade é responsável por relacionar indivíduos a espaços, ao mesmo tempo que define seus direitos no uso e na ocupação... Controlar um lugar significa, antes de tudo, estar vinculado a uma área e ter um território reconhecido para habitação, perambulação e exploração de seus recursos; os locais são pontos em que as pessoas se fixam e organizam seu raio de movimentação”.

Dentro de cada igarapé se conhecem vários lugares como lagos, barreiros, castanhais, concentrações de árvores frutíferas e de madeira de lei, cachoeiras, presença de certos tipos de peixes e animais, furos, entre outros, e também a presença de caminhos antigos e conexões com outros igarapés. A navegação por todos esses cursos d'água é muito complicada porque há lagos, furos e nem sempre é fácil saber qual é o canal principal de cada igarapé e rio; portanto, há que ter um conhecimento mental muito detalhado de cada via fluvial para não se perder nem para entrar nos perigosos domínios das Curupiras ou das Cobras Grandes, entre outros seres perigosos que podem raptar a “alma” das pessoas. É claro que ao se perder também se tem receio de ataques de onças, sucuris ou cobras venenosas, mas isto não é percebido como perigo metafísico, mas como um acidente fortuito por descuido, engano ou azar.

Cada encontro das águas entre os afluentes principais do rio é chamado de “repartimento” e isto parece sugerir que cada igarapé tem um tipo de água diferente, seja pela cor, a densidade, a temperatura, etc. Os afluentes mais importantes do rio Maturá são o rio Uruá e o igarapé Curara. Na região das cabeceiras, o igarapé do Mutuca, formador do rio Uruá se aproxima bastante do rio Aripuanã, enquanto os formadores do Maturá, os rios Atininguinha e o Jatuarana, se aproximam do rio Manicoré e os seus formadores, fazendo com que a bacia do todo o Maturá fique bem delimitada na visão indígena e por isso afirmem que os limites da TI Curara devem ser orientados por tal visão. No conhecimento local, o rio só é chamado de Maturá após o “repartimento” do Atininguinha e o Jatuarana, pois a mistura das águas desses rios dá as características típicas do Maturá.

Chama a atenção o nome destes formadores, pois à oeste do Maturá existe o rio Atininga, afluente do Madeira contíguo ao Maturá, e o Jatuarana, formador do rio Manicoré, como se no pensamento local fosse importante replicar nomes de lugares e como se se lhes atribuísse a estes rios características semelhantes às dos formadores do Maturá, o qual pode se entender como uma memória remanescente de uma territorialidade e habitação permanente mais ampla no passado. E dita territorialidade parece seguir certa lógica de replicação de alguns nomes por diferentes TI's Mura do Madeira, já que são comuns vários locais chamados, por exemplo, de Lago do Jacaré, rio Uruá, Mirari e igarapé Mutuca, ou nomes de aldeias como Vista Alegre ou Bom Destino, tomados de antigos seringais, como se houvesse algumas referências toponímicas gerais entre os Mura do médio e baixo Madeira. Isto também parece estar associado a uma ideia de uma ocupação tradicional de um território mais extenso no passado e à necessidade de referenciar algumas memórias coletivas ou a presença de certos seres. Este é um tema que requer de uma pesquisa mais aprofundada no plano regional, mas é algo muito mais claro no contexto local do Maturá.

O conhecimento detalhado do território tradicionalmente ocupado não é apenas prático ou para fins econômicos já que a própria toponímia local implica a preservação de umas memórias que remetem aos ancestrais mais recentes, e isto aplica tanto à nomeação dos cursos d'água de toda a rede hidrográfica como aos castanhais, os dois elementos de maior relevância na toponímia da TI Curara. Nas oficinas de etnomapeamento ficou claro que os nomes dos lugares podem mudar porque várias vezes ao descrever um local disseram que anteriormente se conheciam de um outro modo. A toponímia, então, pode ser atualizada. Ao escolher e substituir os nomes destaca-se alguns elementos culturais e do sistema classificatório mura, nos quais destacam rios, igarapés e castanhais em conexão com diferentes pessoas e famílias. É importante lembrar que castanhais e pontos de pesca e caça se herdam de uma geração à outra, portanto conhecer a toponímia implica saber e reconhecer os espaços específicos em que as diferentes famílias trabalham já que essas denotam o que eles chamam de “propriedades”.

Ao observar os nomes dos lugares e como se formam os topônimos, alguns referenciam um antigo morador, podendo usar o seu nome ou o apelido, por exemplo, Igarapé do Demétrio ou Igarapé do Baixinho. Outros nomes derivam de alguma qualidade física do lugar, como a cor ou a presença de certo peixe, animal ou árvore, por exemplo Água Azul, Igarapé das Antas, Igarapé do Macaco-prego, Igarapé do Tucunaré, Copaibal,

etc. Outros têm nome de santos, como São Raimundo, Santa Isabel, etc., enquanto outros têm nomes jocosos como Bom-que-dói ou Igarapé do Piroquinha.

Embora os castanhais possam ser pensados a partir da sua importância econômica, estes têm um grande destaque cultural porque são resultado do trabalho imemorial de diversos ancestrais e a atualização deste trabalho pelas gerações atuais, as quais limpam os caminhos que conectam as castanheiras e cuidam das árvores que estão nascendo. Como foi explicado na Parte 1 deste relatório, os castanhais do médio Madeira remontam a uma forma de manejo indígena que tem em torno de 6.000 anos e são uma marca da ocupação humana de longa duração porque as castanheiras dependem de certos cuidados nas suas primeiras fases de vida. Também foi descrito que durante o século XX os principais problemas de usurpação das terras tradicionalmente ocupadas pelos Mura da TI Curara foram causados pela apropriação ilegal e violenta dos castanhais por parte dos “coronéis” Lindoso e Avelino, evidenciando a profunda conexão entre os Mura e os seus castanhais, algo que também tem correspondência com os Pirahã, os quais escolhem seus lugares de residência na terra firme pela proximidade dos castanhais, os quais consideram propriedade de determinada família e os herdaram aos seus descendentes (Gonçalves 2001: 124).

Até hoje essa conexão tem menos a ver com a venda da castanha para circular na economia local e comprar alimentos na cidade, do que com a grande importância que tem para circular pelo território tradicionalmente ocupado e para a alimentação tradicional mura. Já que a sua frutificação é sazonal, a castanha se coleta em abundância e é usada em grande variedade de receitas que são muito apreciadas, pois se extrai sua leite para cozinhar animais de caça e peixes, a noz se usa em vários preparos de caldos ou se pila para fazer paçocas e farofas; também se usa para preparar bolos e outras sobremesas, e se armazena para ser usada o mais possível ao longo do ano. O principal valor da castanha e dos castanhais é cultural porque constitui tanto sua preferência gastronômica como a conexão com seus ancestrais. No etno-mapeamento foram descritos 155 lugares onde há castanhais (TABELA 26), evidenciando que os castanhais são de vital importância dentro do território tradicionalmente ocupado.

TABELA 26 – Castanhais

Nome	Rio
Boca do Uruá	Mataurá
Araúá	Mataurá
Igarapé do Jacaré	Mataurá
Mutumzinho	Mataurá
Igarapé do Laguinho	Mataurá
Mirari	Mataurá
Terra Preta da Vista Alegre	Mataurá
Brebe	Mataurá
Morcego	Mataurá
Onça	Mataurá
Pilão	Mataurá
Igarapé do Tamandua	Mataurá
Boa Esperança	Mataurá
Curarinha (Barraca; Terra Preta; Voltinha; Ananaçal; Volta da Onça)	Mataurá
São José	Mataurá
Cutia	Mataurá
Castanhalzinho	Mataurá
Igarapé do Barraco	Mataurá
Terra Nova	Mataurá
Lava Saco	Mataurá
Igarapé do Demétrio	Mataurá
Ponta Pirara	Curara
São José	Curara
Castanhal de Santa Isabel	Curara
Igarapé do Furo Grande	Curara
Igarapé do Copaibal	Curara
Castanhal do Destino	Curara
São Raimundo	Curara
Igarapé do Açai	Igarapé do Tito (Curara)
Igarapé de Areia	Igarapé do Tito (Curara)
Pau Caído	Igarapé do Tito (Curara)
Igarapé do Porco Grande	Igarapé do Tito (Curara)
São José	Igarapé do Tito (Curara)
Igarapé do Campo	Curara
Água Azul	Curara
Tapiri	Curara
Igarapé do Veadinho	Curara
São Jorge	Mataurá
Cinco Porcos	Mataurá
São Gabriel	Mataurá
Veadinho	Mataurá
São Pedro	Mataurá
Santa Cruz	Mataurá
Piquiá	Mataurá
Lago do Espírito Santo	Mataurá

Igarapé de Santa Maria (Saracura; Gavião; Japa; Maloca)	Mataurá
Igarapé do Compasso	Mataurá
Igarapé da Conceição	Mataurá
Igarapé da Santa Terezinha	Mataurá
Copaibal	Mataurá
Igarapé do Copaibal	
Igarapé do Bom Futuro	Mataurá
Igarapé da República	Mataurá
Igarapé do Cotovelo	Mataurá
Areia Branca	Mataurá
Paranapara	Mataurá
Bacabal	Mataurá
Igarapé do Peixe-boi	Mataurá
Perseverança	Mataurá
Igarapé das Pedras	Mataurá
Igarapé do Domingão	Mataurá
Igarapé Água Azul	Mataurá
Palha Branca	Mataurá
Igarapé do Pilão	Mataurá
Igarapé do Patauí	Mataurá
Igarapé da Estrada	Mataurá
Igarapé da Terra Preta	Mataurá
Mirarizinho	Mataurá
Igarapé do Piroquinha	Mataurá
Igarapé de Piroca Grande	Mataurá
Igarapé João Paulino	Mataurá
João Paulino	Mataurá
Morcegão	Mataurá
Terra Preta	Mataurá
Fortaleza	Mataurá
Igarapé da Esperança	Mataurá
Jacaretinga	Mataurá
Igarapé do Baixinho	Atininguinha
Igarapé das Pedras	Atininguinha
Igarapé do Barata	Atininguinha
Igarapé do Baratinha	Atininguinha
Igarapé da Reserva	Atininguinha
Igarapé do Raizal	Atininguinha
Chavascal	Atininguinha
Igarapé do Coatá	Atininguinha
Igarapé da Alegria	Atininguinha
Igarapé de Borboleta	Atininguinha
Igarapé do São João	Jatuarana
Igarapé do Martelo	Jatuarana
Igarapé do Macaco-prego	Jatuarana
Tatú	Jatuarana
Lago do Vaqueiro	Jatuarana

Igarapé do Miriti/Lago do Jatuarana	Jatuarana
Paraná do São Pedro	Jatuarana
Igarapé da Esperanzinha	Jatuarana
Igarapé do Treze de Maio	Jatuarana
Igarapé do Chô	Jatuarana
Igarapé do Tucunaré	Jatuarana
Paraná do Tucunaré	Jatuarana
Igarapé do Cujubim	Jatuarana
Igarapé do Campo	Uruá
Igarapé do Farol	Uruá
Igarapé do Piquiá	Uruá
Tamacoaré	Uruá
Igarapé do Tigre	Uruá
Igarapé Cipotubinha	Uruá
Igarapé do Cipotubão	Uruá
Monteiro	Uruá
Igarapé do Chumbão	Uruá
Igarapé Chumbinho	Uruá
Igarapé Três Bocas	Uruá
Igarapé do Empinado	Uruá
Igarapé do Tanga	Uruá
Igarapé do Panela	Uruá
Aranha	Uruá
Terra Preta do Tatú	Uruá
Igarapé São Sebastião	Uruá
Igarapé do Abana	Uruá
Igarapé do Marcelino	Uruá
Igarapé do Castanheirinha	Uruá
Lago do Peixe	Uruá
Lago da Terra Preta	Uruá
Prainha	Uruá
Terra Preta	Uruá
Lugar do Anta	Uruá
Igarapé do Lontra	Uruá
Mutum	Uruá
Lugar do Veadinho	Uruá
Furo Grande	Uruá
Água Azul	Uruá
Igarapé do Pilão	Uruá
Terra Preta do Lourival	Uruá
Igarapé do Tigre Grande	Uruá
Igarapé do Bacú	Uruá
Cutia	Uruá
Lugar do Tigre	Uruá
Castanhal do Cutia	Uruá
Três Jacu	Uruá
Gama	Uruá
Igarapé do Jatuarana	Uruá

Castanhal do Frazão	Igarapé Mutuca
Mari-Mari	Igarapé Mutuca
Bom-que-dói	Igarapé Mutuca
Valha-me Deus	Igarapé Mutuca
Trapicho	Igarapé Mutuca
Igarapé Ferreirão/Cabeceira do Mutuca	Igarapé Mutuca
Castanhal Santo Antônio	Uruá
Sítio Estrada Santo Antônio	Uruá
Igarapé do Itaubal	Uruá
Igarapé do Visagem	Uruá
Cachoeira do Castanhal	Uruá
Igarapé Turquinho	Mataurá
Moreira	Mataurá
Igarapé do Maiaema	Mataurá
Tayassú	Mataurá

Tabela 26 - Castanhais

Pode-se afirmar que a toponímia do território tradicionalmente ocupado pelos Mura da TI Curara tem a função primordial de conectar as gerações passadas com as presentes e as futuras, constituindo um espaço eminentemente cultural. A nomeação dos lugares do território tradicionalmente ocupado serve para classificar os espaços de trabalho das famílias e armazenar as memórias de diferentes eventos, de ancestrais que já faleceram, muitos deles Mura Velhos ou Legítimos, e dos mais antigos Mura Puros. Por esse motivo, os cemitérios e os sítios arqueológicos constituem importantes referências.

Existem vários cemitérios na TI Curara (TABELA 27) que evocam memórias afetivas por aqueles parentes mais próximos que já partiram. Tastevin (2008 [1923]: 71) descreveu que os Mura sepultavam os mortos como cristãos mas sobre o túmulo construíam um pequeno abrigo com folhas de babaçu, onde os parentes do defunto deixavam as armas do finado e depositavam comidas e bebidas fermentadas feitas com frutas da estação durante um ano, tempo que consideravam suficiente para o morto não retornar mais porque já teria roça e armas no céu, e os vivos não deveriam mais se preocupar com ele. Ao que parece, mudou algo na escatologia mura após a visita de Tastevin, pois a morte natural deixa a alma morando junto à cova e aguardando a chegada do Juízo Final para ir para o Céu, o qual faz que, enquanto chega esse momento, as almas podem assombrar os vivos. O destino das almas dos mortos também depende muito da forma de morrer: as mortes por afogamento e outros acidentes no rio são entendidos como a transformação dos defuntos em seres encantados, assim como as mortes por mordidas de cobras ou por desaparecimento no mato; a morte violenta deixa a alma do defunto irritada e se manifesta e assombra no local onde o sangue foi derramado. Em suma, os

mortos são seres que trazem certo perigo. Tal vez por isto seja eloquente um dos nomes do cemitério da aldeia Curara, “Almas das Dores”, alternativamente São João, que parece insinuar que após a morte os defuntos se tornam tristes e solitários podendo afetar os vivos. No geral, os cemitérios não se visitam com frequência porque pode ser que aconteça alguma assombração inesperada que pode causar doenças causadas pela presença das almas dos mortos. Para evitar as assombrações, quando se visita um cemitério, se acende uma vela para os defuntos.

TABELA 27 - Cemitérios

Nome do Lugar	Rio
Igarapé da Anta	Mataurá
Terra Preta do Domingão	Mataurá
Boca do Igarapé do Morcego	Mataurá
Pilão	Mataurá
Curarinha	Mataurá
Cutia	Mataurá
Furo da Piranha	Mataurá
Terra Nova	Mataurá
São Jorge	Mataurá
Igarapé do Demétrio	Mataurá
São Pedro	Mataurá
Igarapé do Veadinho	Mataurá
Igarapé da Santa Maria	Mataurá
Igarapé da Santa Terezinha	Mataurá
Igarapé Bom Futuro	Mataurá
Fortaleza	Atininguinha
Praia do Anjo	Jatuarana
Tamacoaré	Uruá
Igarapé do Tigre	Uruá
Cajual	Uruá
Piquiá	Uruá
Água Azul	Uruá
Três Bocas	Uruá
Igarapé do Tanga	Uruá
Lago da Nova Vida	Uruá
Boca do Igarapé do Mutuca	Uruá

Tabela 27 - Cemitérios

Com relação aos sítios arqueológicos, a evocação que surge é a dos Mura Puros, os antigos que já foram numerosos e habitaram toda a bacia do rio Mataurá em tempos pretéritos. Estas evocações são carregadas de admiração, onde destacam a profunda inteligência dos seus antecessores por construir currais de madeira (FIGURA 47) nas

voltas dos rios para que o peixe se acumulasse na estação seca, facilitando a pesca e produzindo fartura. Afirmam que a madeira usada para essas construções não apodrece jamais e lhes surpreende o fato de as terem construído sem possuir ferramentas de metal.

Figura 47 - Curral de pesca



Foto Alci Albiero Júnior, 2024.

Por sua parte, as terras pretas são descritas como solos de alta fertilidade e os relacionam com antigos lugares de residência, antigas aldeias dos Mura Puros (TABELA 28) já que sempre que derrubam as árvores para abrir uma nova roça e cavam o solo

aparecem muitos restos de cerâmica (FIGURA 48). Para eles é uma comprovação da presença antiga de indígenas e de que estes eram seus ancestrais. Durante as oficinas de etno-mapeamento descreveram 87 terras pretas em grande número de igarapés (MAPA 22). É muito comum a presença conjunta de castanhais e terras pretas, demonstrando a longa ocupação histórica do território tradicionalmente ocupado (MAPA 23).

TABELA 28 - Sítios Arqueológicos

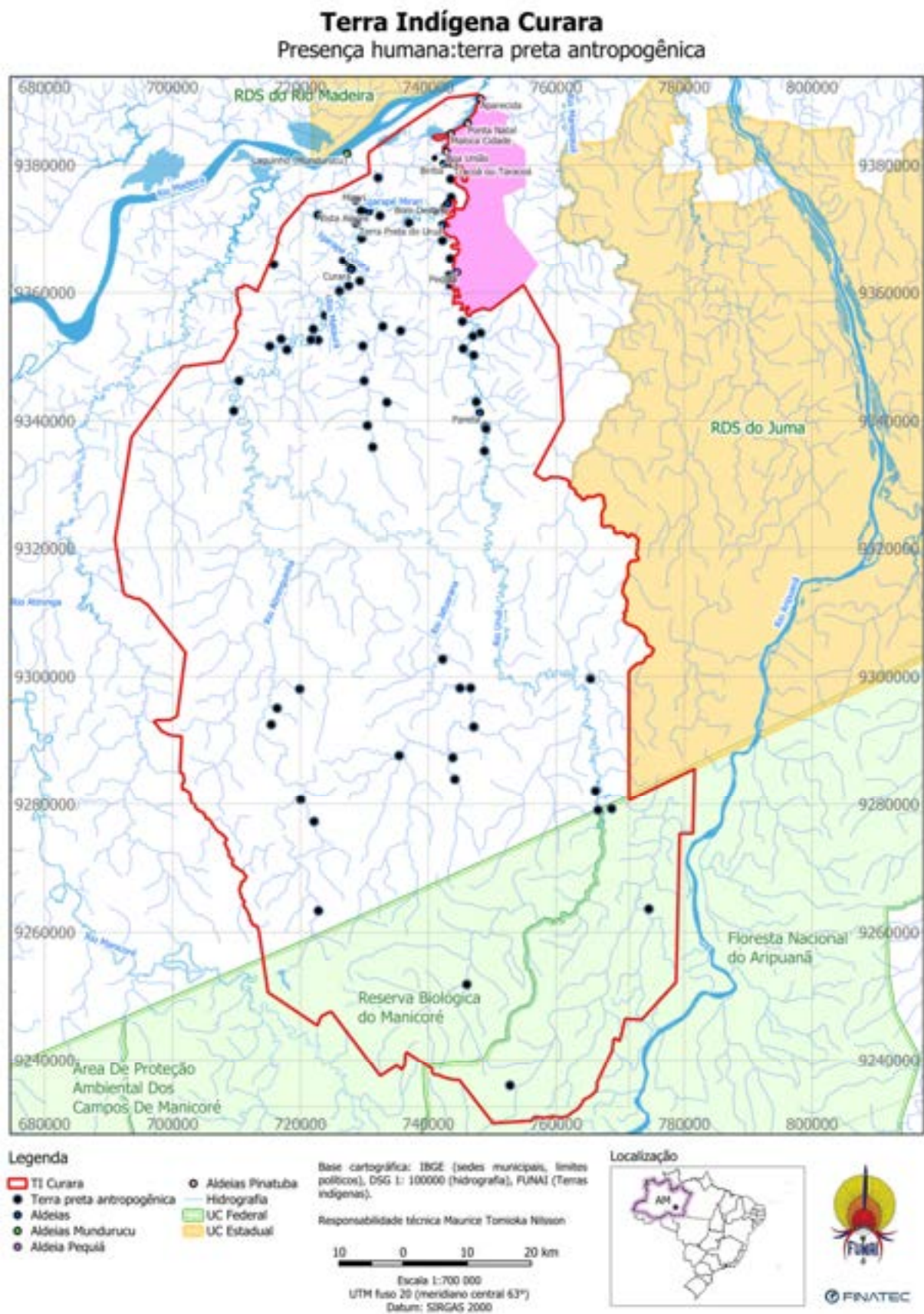
Nome	Rio	Tipo
Boca do Uruá	Mataurá	Terra Preta
Araúá	Mataurá	Terra Preta
Igarapé da Anta	Mataurá	Terra Preta
Igarapé do Jacaré	Mataurá	Terra Preta
Terra Preta da Vista Alegre	Mataurá	Terra Preta
Morcego	Mataurá	Terra Preta
Curarinha	Mataurá	Terra Preta
Cujubim	Mataurá	Terra Preta
Cutia	Mataurá	Terra Preta
Terra Nova	Mataurá	Terra Preta
Igarapé do Demétrio	Mataurá	Terra Preta
Ponta Pirara	Curara	Terra Preta
Igarapé do Cujubim	Curara	Terra Preta
Igarapé do Copaibal	Curara	Terra Preta
Cacaia do Colher	Curara	Terra Preta
Castanhal do Destino	Curara	Terra Preta
Igarapé das Pedras	Curara	Terra Preta
Grota do Quatipuru	Curara	Terra Preta
Campina	Igarapé do Tito (Curara)	Terra Preta
Igarapé do Pau D'arco	Curara	Terra Preta
Repartimento	Curara	Terra Preta
São Jorge	Mataurá	Terra Preta
Cinco Porcos	Mataurá	Terra Preta
São Gabriel	Mataurá	Terra Preta
São Pedro	Mataurá	Terra Preta
Santa Cruz	Mataurá	Terra Preta
Copaibal	Mataurá	Terra Preta
Igarapé Bom Futuro	Mataurá	Terra Preta
Igarapé das Pedras	Mataurá	Terra Preta
Igarapé do Domingão	Mataurá	Terra Preta
Palha Branca	Mataurá	Terra Preta
Igarapé da Estrada	Mataurá	Terra Preta
Igarapé da Terra Preta	Mataurá	Terra Preta
Mirarizinho	Mataurá	Terra Preta
Igarapé do Barata	Atininguinha	Terra Preta
Ponta do Caioé	Atininguinha	Terra Preta
Chavascal	Atininguinha	Terra Preta

Igarapé da Terra Preta	Atininguinha	Terra Preta
Igarapé do Coatá	Atininguinha	Terra Preta
Volta do Piquiá	Atininguinha	Terra Preta
Igarapé do Juma	Atininguinha	Terra Preta
Igarapé do Jacaré	Atininguinha	Terra Preta
Igarapé do São João	Jatuarana	Terra Preta
Lago do Jatuarana	Jatuarana	Terra Preta
Paraná do São Pedro	Jatuarana	Terra Preta
Igarapé do Chó	Jatuarana	Terra Preta
Lago do Pau Furado	Jatuarana	Terra Preta
Igarapé do Romão	Jatuarana	Terra Preta
Igarapé do Tucunaré	Jatuarana	Terra Preta
Enseada do Tucunaré	Jatuarana	Terra Preta
Igarapé Grande	Jatuarana	Terra Preta
Igarapé do Campo	Uruá	Terra Preta
Igarapé Farol	Uruá	Terra Preta
Terra Preta do Uruá	Uruá	Terra Preta
Piquiá	Uruá	Terra Preta
Tamacoaré	Uruá	Terra Preta
Igarapé do Tigre	Uruá	Terra Preta
Igarapé Cipotubinha	Uruá	Terra Preta
Igarapé do Cipotubão	Uruá	Terra Preta
Monteiro	Uruá	Terra Preta
Igarapé do Chumbão	Uruá	Terra Preta
Igarapé do Empinado	Uruá	Terra Preta
Igarapé Jacaretinga	Uruá	Terra Preta
Terra Preta do Tatu	Uruá	Terra Preta
Igarapé do Desaperta	Uruá	Terra Preta
Lago da Terra Preta	Uruá	Terra Preta
Terra Preta do Diloca	Uruá	Terra Preta
Terra Preta do Arquimino	Água Azul (Uruá)	Terra Preta
Terra Preta do Jacitara	Uruá	Terra Preta, urnas funerárias
Lago da Terra Preta do Jacitara	Uruá	Terra Preta
Terra Preta do Lourival	Uruá	Terra Preta
Lugar do Pilão	Uruá	Terra Preta
Castanhal do Cutia	Uruá	Terra Preta
Lugar do Tigre	Uruá	Terra Preta. urnas funerárias
Igarapé do Rodela	Uruá	Terra Preta
Lago da Nova Vida	Uruá	Terra Preta, trincheira
Mari-mari	Igarapé Mutuca	Terra Preta
Bom-que-dói	Igarapé Mutuca	Terra Preta
Trapicho	Igarapé Mutuca	Terra Preta
Igarapé Ferreirão	Igarapé Mutuca	Terra Preta
Cabeceira do Mutuca	Igarapé Mutuca	Terra Preta
Castanhal Santo Antônio	Uruá	Terra Preta
Ponto do Vasco	Uruá	Terra Preta

Pau Seco	Uruá	Terra Preta
Igarapé do Acid	Uruá	Terra Preta
Igarapé Turquinho	Mataurá	Terra Preta
Moreira	Mataurá	Terra Preta

Tabela 28 - Sítios Arqueológicos

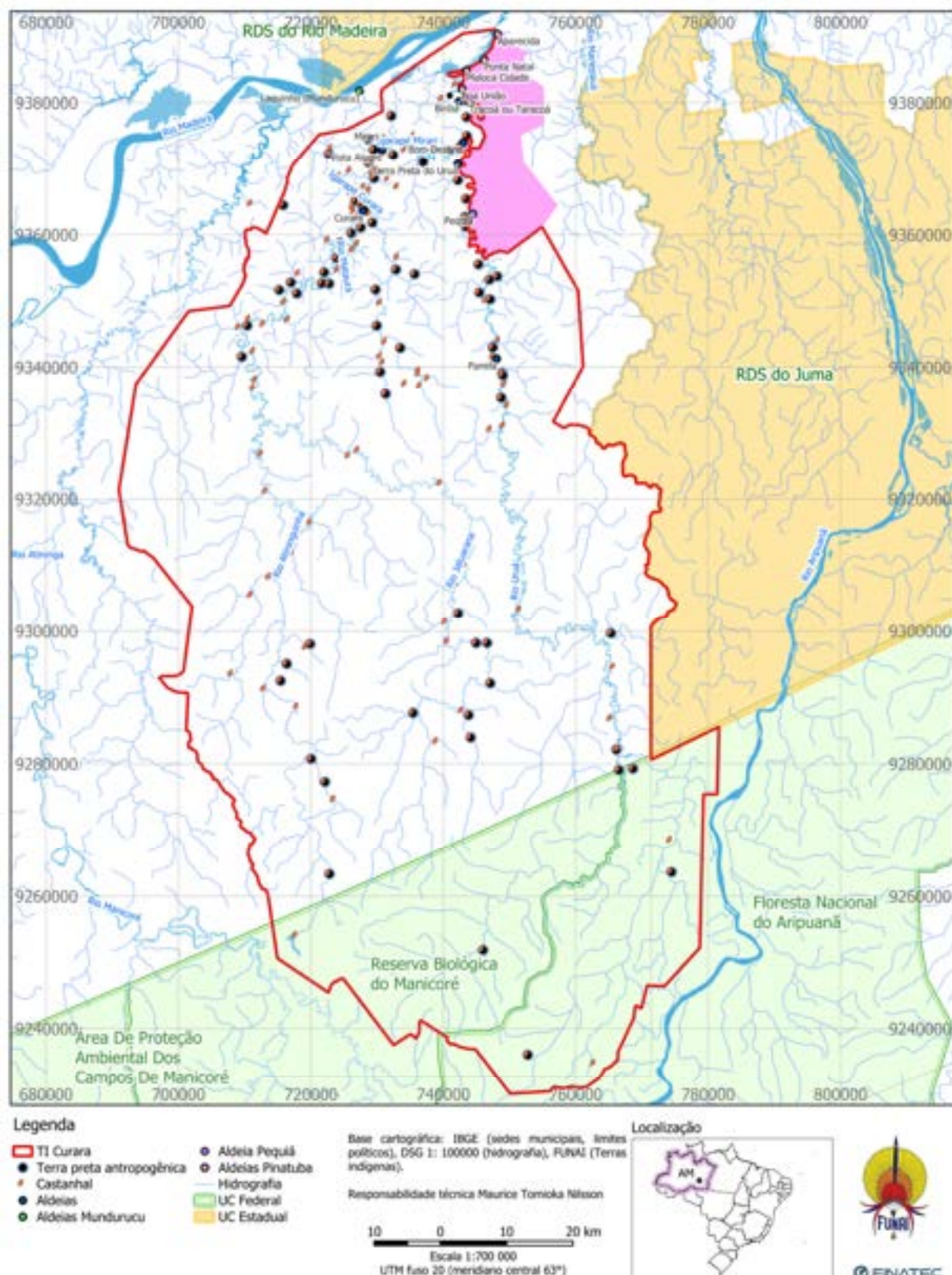
MAPA 22 – Terras Pretas



Mapa 22 - Terras Pretas

MAPA 23 – Castanhais e Terras Pretas

Terra Indígena Curara Presença humana: castanhais e terra preta antropogênica



Mapa 23 - Castanhais e Terras Pretas

Figura 48 - Restos cerâmicos em Terras Pretas



Fotos de Alci Albiero Júnior, 2024.

Os lugares de residência de diversos seres da mata e do rio (TABELA 29) considerados como donos e protetores das diferentes espécies e detentores de grandes poderes têm grande importância cosmológica porque são locais onde os limites entre patamares cósmicos e entre os tipos de seres podem se desmanchar. Esses lugares são de grande perigo e há que se ter muito respeito quando se atravessa por algum desses, já que ali as fronteiras entre o mundo humano e o dos outros seres são porosas e podem conduzir ao adoecimento, à morte e ao encantamento. Na mata, se pode entrar nos domínios das Curupiras inadvertidamente quando se está perseguindo alguma presa; isto é especialmente arriscado quando o caçador acumula uma grande quantidade de animais caçados no mesmo local, excedendo certos limites na predação, ou seja, caçando para além do que pode consumir a sua família ou enfraquecendo a quantidade de animais sob os cuidados de determinada Curupira. Há alguns locais onde é muito perigoso caçar e não se recomenda nem encostar a embarcação porque automaticamente aparecem *visagens*, visões que alteram a percepção do caçador e lhe fazem *endoidar*, como ocorre em dois afluentes do rio Uruá que se chamam de Igarapé do Visagem, ou em várias áreas das cabeceiras como os chavascais e nalguns “campos de natureza”. Outros lugares são ainda

mais perigosos pela presença de seres monstruosos como o Juma, o Jurupari e o Morcegão porque esses são potenciais predadores canibais que têm o único objetivo de matar gente.

Os seres aquáticos donos do rio, como as Cobras Grandes, habitam em lagos e em perenes poços fundos nos que nunca seca a água. Nestes poços não é recomendável a pesca porque esses seres gigantesco podem se molestar e causar a morte do pescador. Os botos, considerados como os seres mais perigosos do mundo aquático, circulam por todo o rio, embora no *fundo* tenham sua própria cidade, e se tornam perigosos quando uma mulher menstruada se aproxima do rio ou transita por este. Como já foi explicado, a menstruação atrai sexualmente os botos, os quais buscam seduzir a homens e mulheres para leva-los a morar no fundo do rio. A morte pode ocorrer pelo naufrágio da embarcação e o afogamento, ou pela captura da “alma” da pessoa, a qual produz um adoecimento e *adoidamento* que pode conduzir, inclusive, ao desejo de se jogar no rio. A morte por este tipo de transformação ontológica faz com que as pessoas se tornem *encantados* que ficam com a capacidade de *assombrar* os vivos e, eventualmente, captura-los.

TABELA 29 - Residências de Donos do mato e do rio

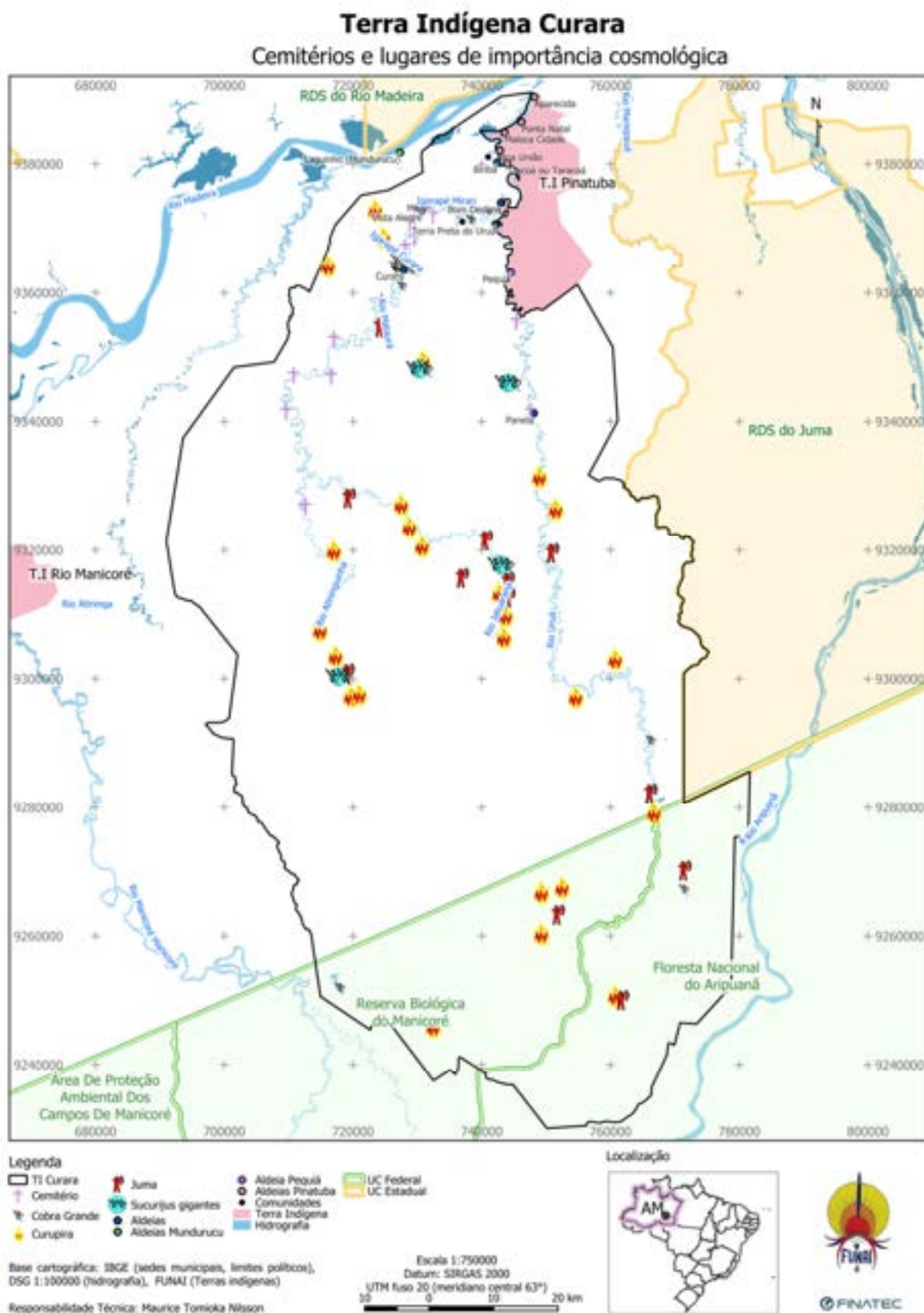
Nome	Rio	Tipo de ser
Biribá	Mataurá	Encantados
Lava Saco	Mataurá	Curupira
Morcego	Mataurá	Morcegão
Curarinha	Mataurá	Cobra Grande, Encantados
Igarapé Sucuriçu	Mataurá	Cobra Grande
Cujubim	Mataurá	Cobra Grande
Igarapé das Pedras	Mataurá	Curupira
Igarapé Pé Branco	Mataurá	Juma
Palha Branca	Mataurá	Curupira
Ponta da Cobra Grande	Mataurá	Cobra Grande, mãe do rio
Igarapé do Patauá	Mataurá	Curupira
Bacabal	Mataurá	Cobra Grande, Poraqué
São Raimundo	Curara	Curupira
Volta do Lago de São Raimundo	Curara	Casal de Cobras Grandes
Lago do Vaqueiro	Jatuarana	Curupira
Igarapé do Curupira	Jatuarana	Curupira
Igarapé do Chó	Jatuarana	Curupira
Igarapé do Pau Furado	Jatuarana	Curupira, Cobra Grande
Chavascal	Jaturana	Cobra Grande
Paraná do Tucunaré	Jatuarana	Cobra Grande

Lago do Maturá	Atininguinha (Nascente do Maturá)	Morcegão, Juma
Igarapé do Juma	Atininguinha	Juma
Igapó Grande	Atininguinha	Cobra Grande
Chavascal	Atininguinha	Curupira, Jurupari
Igarapé do Visagem perto da Ponta do Banga)	Uruá	Curupira
Igarapé do Visagem (perto do Igarapé do Acid)	Uruá	Curupira
Volta do Poraquequara	Uruá	Poraqué
Poço Triste	Uruá	Encantados
Lago do Garrafão	Uruá	Cobra Grande

Tabela 29 - Residências de Donos do mato e do rio

Em suma, tanto os cemitérios como os lugares de residência dos seres do mato, do fundo do rio e dos encantados (MAPA 24) são conectores de diversas possibilidades da existência da alma após a morte e se caracterizam por produzir assombrações e *visagens*, sintomas inequívocos de que se deu início a um processo de familiarização de um ser humano pela captura da sua “alma”, doença que se não for tratada a tempo produz o deslocamento da pessoa para outro patamar cósmico ou estado de existência não humano. Isto coloca em risco a reprodução social do grupo.

MAPA 24 – Lugares de importância cosmológica



Mapa 24 - Lugares de importância cosmológica

5.3 Áreas imprescindíveis para a reprodução física e cultural

A área a ser demarcada como Terra Indígena Curara deve contemplar praticamente toda a bacia do rio Maturá, a qual é fundamental para a reprodução física e cultural dos Mura que habitam neste território tradicionalmente ocupado e que habitam permanentemente há muito tempo, como demonstra o conhecimento detalhado que tem da toponímia local, da distribuição dos seus recursos naturais (como explicado na Parte 4), dos locais antigos das aldeias mura, e dos sítios com importância cosmológica. A demarcação desta TI deve garantir a possibilidade do crescimento demográfico e da recuperação das populações de peixes e animais que tem se enfraquecido pela pesca e caça predatória realizada por agentes externos que amedrontam e ameaçam os indígenas, impedindo-os de usar uma vasta parte do seu território tradicionalmente ocupado.

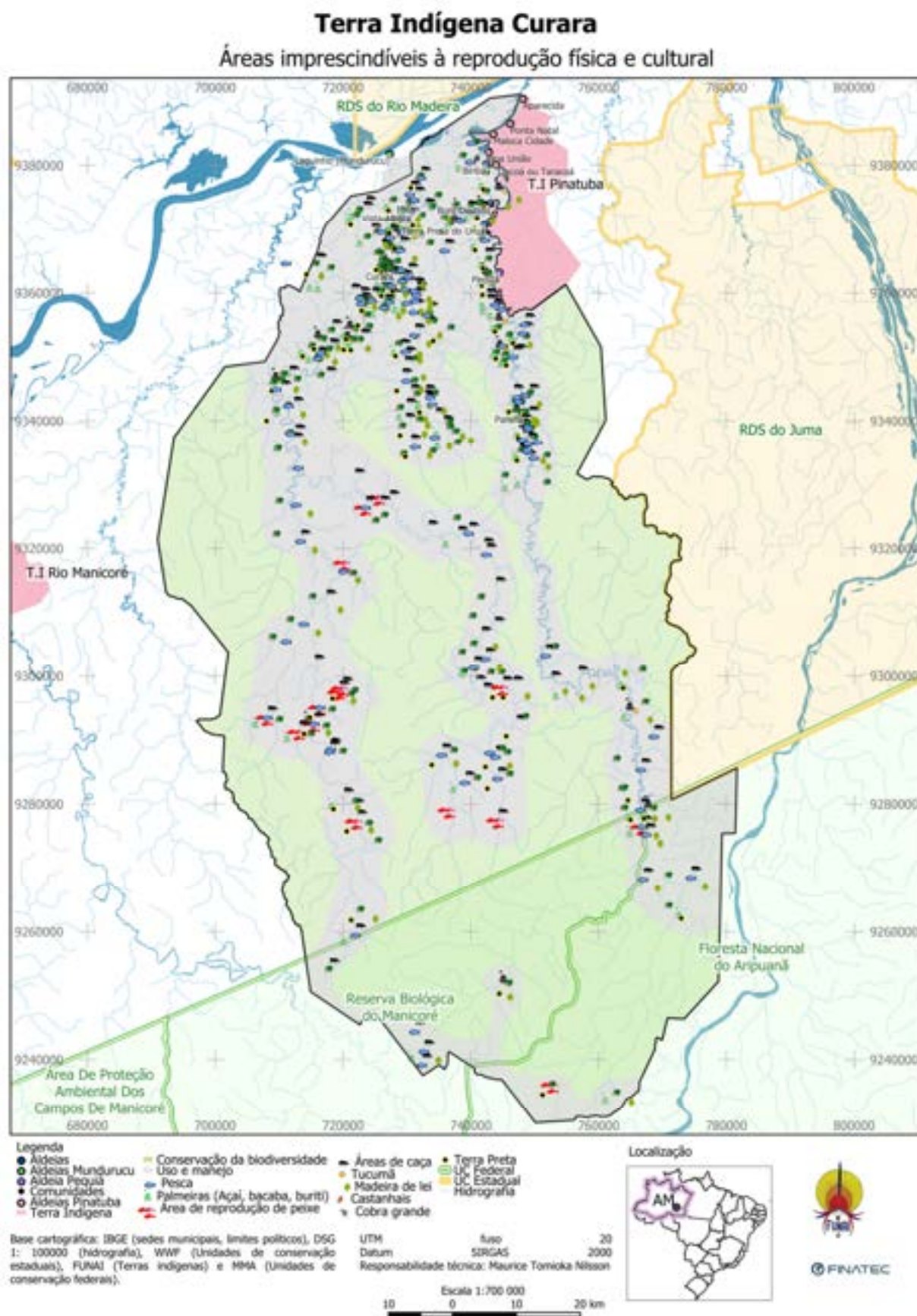
Desse modo, a área necessária para a reprodução física e cultural dos Mura da TI Curara é aquela que atualmente vem ocupando (MAPA 25), garantindo-se:

- 1- As áreas de residência das aldeias e comunidades indígenas com suas roças e cemitérios;
- 2- Os locais de aldeias antigas, onde hoje existem terras pretas;
- 3- Os castanhais, as áreas utilizadas para caça, pesca e coleta de frutas silvestres, como açaí, tucumã, etc., e as reservas de lenha e madeira que lhes permitem construir suas casas e embarcações;
- 4- Os lugares de residência dos seres donos das espécies de peixes e animais;
- 5- O acesso livre a todos os recursos naturais que vem utilizando, de acordo seus usos, costumes e tradições, dentro dos quais o mais fundamentais, como descrito na Parte 4, são: (a) a proteção da região dos lagos próximos da foz do rio Maturá; (b) a inclusão de todo o sistema hídrico do rio Maturá, incluindo seus principais afluentes, sub-bacias e lagos, e os divisores de águas com os rios Atininga, Mariepaua, Manicoré e Aripuanã; (c) a inclusão das áreas de cabeceiras dos rios Uruá, Atininguinha, Jatuarana e Igarapé do Mutuca, as quais representam fundamentais reservatórios de pesca, caça e recursos florestais madeireiros e não madeireiros; (d) lugares de uso atuais.

O reconhecimento da totalidade destas áreas possibilitará aos Mura da TI Curara uma vida digna e sua reprodução física e cultural conforme seu modo de vida

característico, seus usos, costumes e tradições, o que é assegurado pela Constituição Federal de 1988.

MAPA 25 – Áreas imprescindíveis à reprodução física e cultural



Mapa 25 - Áreas imprescindíveis à reprodução física e cultural

VI– SEXTA PARTE

LEVANTAMENTO FUNDIÁRIO

Portaria nº 14/MJ/96:
Levantamento Fundiário

- a) identificação e censo de eventuais ocupantes não índios;
- b) descrição da(s) área(s) por ele(s) ocupada(s), com a respectiva extensão, a(s) data(s) dessa(s) ocupação(ções) e a descrição da(s) benfeitoria(s) realizada(s);
- c) informações sobre a natureza dessa ocupação, com a identificação dos títulos de posse e/ou domínio eventualmente existentes, descrevendo sua qualificação e origem;
- d) informações, na hipótese de algum ocupante dispor de documento oriundo de órgão público, sobre a forma e fundamentos relativos à expedição do documento que deverão ser obtidas junto ao órgão expedidor.

6.1 Introdução

A Portaria 14/MJ/96 determina que nesta parte do RCID devem constar informações sobre: a) identificação e censo de eventuais ocupantes não índios; b) descrição das áreas por eles ocupadas, com a respectiva extensão, as datas dessas ocupações e a descrição das benfeitorias realizadas; c) informações sobre a natureza dessa ocupação, com a identificação dos títulos de posse e/ou de domínio eventualmente existentes, descrevendo sua qualificação e origem; d) informações, na hipótese de algum ocupante dispor de documento oriundo de órgão público, sobre a forma e fundamentos relativos à expedição do documento que deverão ser obtidas junto ao órgão expedidor.

Estas informações são subsidiárias para o RCID pelo Relatório Circunstanciado de Levantamento Fundiário (RCLF) elaborado pelo GT formado por servidores da Funai e técnicos contratados pela FINATEC. Para a TI Curara, o GT foi constituído pela Portaria Funai n.º 1.206, de 31 de outubro de 2024, contando com Dalva Furtado Saunders, Arnor Gomes de Oliveira, Carolina Boccato Dias de Góes, Gilberto Kaywa e Igor Nonato Almeida Pereira.

A seguir serão apresentadas algumas características da ocupação histórica da região por não indígenas (já descritas na Parte 1 do RCID), assim como um levantamento fundiário preliminar elaborado pelo GT de identificação e delimitação, o qual traz informações gerais sobre o município de Manicoré, sobre alguns dos ocupantes não

indígenas descritos pelos Mura durante o trabalho do GT e sobre a sobreposição com as áreas de conservação.

6.2 Levantamento fundiário preliminar realizado pelo Grupo Técnico de Identificação e Delimitação

A ocupação do médio rio Madeira iniciou-se no final do século XVII quando exploradores portugueses foram localizar lugares para extrair cacau e outras drogas do sertão. Quando os missionários Jesuítas chegaram no Maturá e instalaram a primeira missão no rio em 1688, já estavam instalados entre os Iruri alguns desses exploradores. Com o fracasso das missões e a crescente hostilidade indígena, da qual os Mura são o paradigma para toda a Amazônia colonial, as primeiras décadas do século XVIII foram marcadas por expedições de captura de escravos e pelas incursões de frotas de canoas ou monções que buscavam cacau que foram enfrentadas com fúria pelos Mura. Isto motivou a tentativa de declarar uma “guerra justa” contra eles, mas que não foi aprovada pela Coroa. Grande parte do século XVIII foi marcada pela guerra no baixo e médio Madeira, mas gradualmente os portugueses conseguiram fundar as vilas de Serpa (atual Itacoatiara) e Trocano (atual Borba), onde alguns indígenas da região foram aldeados e se promoveu a produção de mandioca. Para finais do século, e após a guerra com os Munduruku, os Mura decidiram fazer a paz com os portugueses e viver em aldeias que não tiveram muito sucesso. Durante o século XIX, as atividades extrativistas na região se centraram na produção de óleo de tartaruga e de peixe seco, tendo participação dos Mura. Durante a Cabanagem, entre 1835-1840, os Mura de novo se tornaram alvo dos ataques das tropas legalistas e os seus aliados Munduruku, afetando sua forma de vida e causando uma debacle demográfica.

Nas décadas de 1860 e 1870, as margens do Madeira começam a ser povoadas mais intensivamente com o início da exploração da borracha, quando, impulsados pelo negócio, chega um grande contingente de nordestinos na região. Nessa época, o rio Madeira se converte numa importante rota comercial que permite o transporte da borracha e outros produtos desde a Bolívia e a região do alto Madeira. Em 1868, se funda o lugar Crato, que em 1896 é elevado a cidade e toma o nome de Manicoré. A exploração da borracha levou rapidamente à apropriação abusiva dos seringais e das terras indígenas, auspiciadas pelas autoridades da Província do Amazonas, assim como a instauração do sistema de aviamento. Os Mura ficaram presos à violência dos patrões e confinados em

pequenas porções dos seus territórios, sem conseguir movimentar-se livremente. Nesta época os produtos comerciais se tornam necessários para os indígenas, que vão gradualmente se inserindo na economia regional. Com o declínio da borracha na década de 1910, a exploração da castanha se converteu no principal produto extrativista da região, gerando insatisfação e confronto com os indígenas pela apropriação indevida dos seus castanhais e da usurpação das suas terras. A partir de 1950 e com as políticas estatais de 1970 para o povoamento da Amazônia, a população não indígena cresce na região e se seguem vários auge extrativistas curtos: sorva, peles de animais, copaíba, pau rosa, etc., levando a um ápice extrativista de madeira nas décadas de 1990 e 2000. Ao longo da segunda metade do século XX, a interação com a cidade de Manicoré se torna mais intensa e necessária para os Mura, crescem diversos empreendimentos comerciais na cidade e aumenta o desmatamento no entorno da cidade para dar origem a pequenas e grandes fazendas com produção agropecuária. Nas últimas décadas, a TI Curara foi bastante afetada pela exploração ilegal de madeira e as invasões predatórias contra a sua fauna.

6.2.1 A cidade de Manicoré

A cidade de Manicoré/AM, principal ordenamento urbano de contato e proximidade com a TI Curara, possui uma área territorial de 48.299,245 km², dos quais 35,26% são destinados a Unidades de Conservação (UCs) estaduais e federais (sendo 8,65% de UCs recentemente criadas), 16,64% são terras indígenas; 4,5% são o Projeto de Assentamento Extrativista (PAE) e 0,7% o Projeto de Assentamento (PA) Matupi (Tavares et. al. 2017). Abrange uma população residente de 57.633 pessoas, densidade demográfica de 1,12 há/km², índice de desenvolvimento humano municipal de 0,582 e PIB per capita de R\$ 11.955,04 (IGBE, 2024). O crescimento demográfico da cidade nos últimos 70 anos tem sido impressionante, duplicando a população a cada 20 anos. Para 1950, o número de habitantes era de ao redor de 5.219, passando a 8.120 em 1970, quase se triplicando em 1991 com 22.041, seguindo a 34.107 em 2000, 47.011 em 2010 e mais de 57.000 em 2022. Logicamente, este crescimento demográfico intenso tem trazido inúmeras pressões às terras do município.

A dinâmica do uso do solo pode ser dividida em duas regiões específicas do município, possuindo diferentes perfis de ocupação, onde a sede municipal e seu entorno são caracterizados por pequenas indústrias, mercados e serviços, que atendem as

atividades de extrativismo de produtos florestais madeireiros e não madeireiros, pesca e agricultura familiar de pequena escala (Tavares et. al. 2017). Na região sul, local onde se insere o assentamento PA Santo Antônio de Matupí, atividades pecuárias e madeireiras se destacam (Tavares et. al. 2017). O garimpo, grilagem de terras, extração de madeira ilegal e pesca predatória de peixes e quelônios são as atividades irregulares que mais ameaçam a região (Tavares et al. 2017). De fato, na entrada do GT ao campo foram vistas balsas de garimpeiros ilegais no rio Madeira.

Manicoré é considerada uma das cidades em que mais cresce o desmatamento no sul do Amazonas, a partir da exploração florestal e desmatamento ilegal para o estabelecimento de pastagens e grilagem de terras, com níveis elevados de focos de queimadas. Segundo o banco de Dados de Queimadas (BDQueimadas) do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), Manicoré foi o quarto município no ranking de queimadas em 2023, com 1.183 focos de calor, e taxas de incremento de desmatamento acumulado próximas a 100 km² em 2023, 18º no ranking de municípios da Amazônia legal segundo o sistema Programa de Cálculo do Desflorestamento da Amazônia (PRODES) do INPE.

A economia do município de Manicoré, especificamente do Distrito de Santo Antônio do Matupí, é baseada nas atividades agropecuárias e madeireiras, principalmente voltada para a pecuária de corte e leite, podendo abranger um rebanho de aproximadamente 200 mil cabeças de gado, envolvendo cerca de 868 criadores (SEPROR 2024). A produção de melancia também merece destaque, sendo considerado o principal produtor de melancia no Amazonas, com uma produção anual de mais de 4 milhões de frutos (ADS 2024). Cooperativas e agroindústrias de beneficiamento de castanha, açaí, cupuaçu, abacaxi e maracujá também integram a economia do município, que depende dos recursos madeireiros e não madeireiros da floresta. Estabelecendo assim redes comerciais entre o município e as comunidades envolvidas indígenas e não indígenas, que garantem as demandas produtivas dos recursos da floresta.

Os indígenas da TI Curara continuamente se deslocam até o município de Manicoré para comprar nos mercados alguns mantimentos fundamentais para sua vida, visitar parentes ou manter a rede de comercialização dos produtos agrícolas e extrativistas das principais atividades produtivas indígenas, que serão beneficiadas e exportadas através da região. Também buscam por serviços de saúde e aquisição de produtos industrializados, como motores para os cascos e casquetas, bombas d'água, painéis

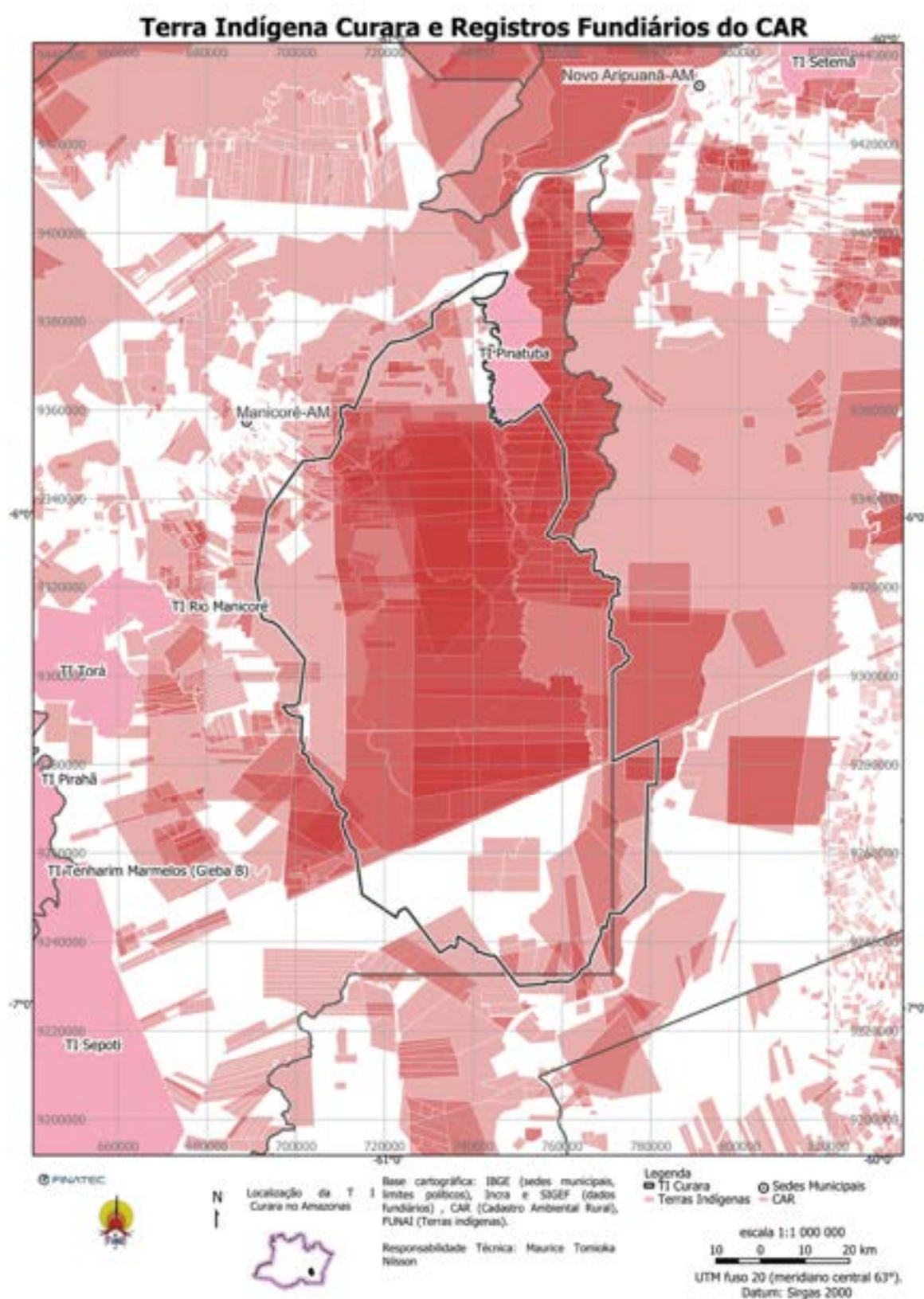
solares, fogão, geladeira, gás de cozinha, ferramentas, remédios, entre outros, que atualmente fazem parte da infraestrutura das comunidades da TI Curara.

6.2.2 Habitantes não indígenas da TI Curara

Nas conversas com os Mura da TI Curara, eles apontaram os senhores Jair, Nivaldo, Marta e Dejanira como ocupantes não indígenas da TI Curara. Na vista à aldeia Biribá, 5 famílias optaram por não se reconhecer como indígenas e afirmaram que saíram da TI Curara. Os dados preliminares do GT de levantamento fundiário indicaram que haveria 19 ocupações da associação do projeto de carbono, 7 ocupações no Igarapé da Anta no rio Uruá, das quais algumas são de ocupantes temporários que só aparecem na época da castanha, algo que também ocorre em 10 ocupações de São Pedro do Uruá.

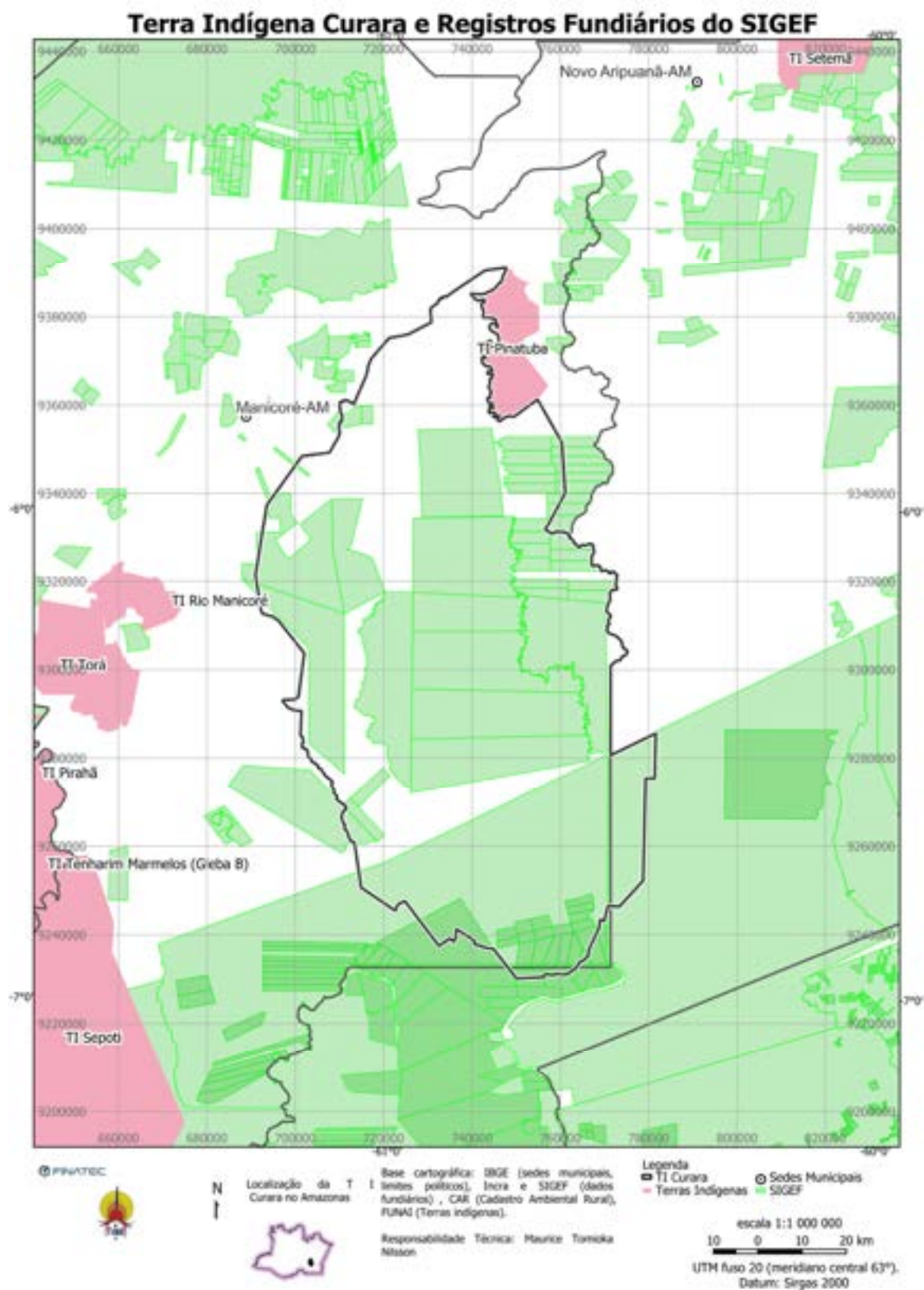
Reforçando as ameaças e conflitos fundiários, os resultados do trabalho do GT responsável pelos estudos complementares de natureza fundiária necessários à consolidação do Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da TI Curara revelaram a presença de 218 imóveis no Cadastro Ambiental Rural (CAR) (MAPA 26), e 67 no Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF) (MAPA 27) no interior da TI Curara. Porém, das áreas no SIGEF, 21 foram registradas em 2024, 8 em 2023, 9 em 2022, 14 em 2021 e 8 em 2020. Vale a pena lembrar que o CAR é um cadastro auto declaratório, de carácter temporário, realizado pelos próprios interessados com grande facilidade. O que precisa ser analisado com grande atenção, considerando a relação temporal de tais registros com as demandas mura pela delimitação da TI Curara.

MAPA 26 – Sobreposições de imóveis de acordo com o CAR



Mapa 26 - Sobreposições de imóveis de acordo com o CAR

MAPA 27 – Sobreposições de imóveis de acordo com o SIGEF



Mapa 27 - – Sobreposições de imóveis de acordo com o SIGEF

6.2.3 Sobreposição de unidades de conservação

Tanto a Reserva Biológica (REBio) do Manicoré como a Floresta Nacional (Flona) do Aripuanã se sobrepõem parcialmente com a TI Curara. A REBio do Manicoré se sobrepõe em 93.919 hectares, i.e. 10,6% da área, e a Floresta Nacional (Flona) do Aripuanã se sobrepõe em 106.680 mil hectares, ou seja 12% da área. As sobreposições parciais destas duas unidades de conservação com a TI Curara merecem atenção e cuidado. Embora essa configuração possa favorecer a criação de um mosaico de unidades de conservação e territórios indígenas com o objetivo de proteger uma extensa área da floresta amazônica na bacia do médio rio Madeira, formando uma barreira contra os desmatamentos que avançam a partir da BR-319, a oeste, e da BR-230, ao sul, ela também pode gerar tensões. Diferenças na concepção, gestão e normativas desses territórios podem criar barreiras e conflitos entre indígenas, povos tradicionais e entidades federais, comprometendo a resiliência da sociobiodiversidade.

A REBio do Manicoré, criada pelo Decreto s/n de 11 de maio de 2016, abrangendo 359.063 ha de floresta Amazônica, é uma unidade de conservação de proteção integral que, segundo a Lei Nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), possui como objetivo:

Art. 10. A Reserva Biológica tem como objetivo a preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais, excetuando-se as medidas de recuperação de seus ecossistemas alterados e as ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos ecológicos naturais.

Ou seja, a ocupação tradicional indígena mura na área, mesmo de baixo impacto ambiental e estabelecida pelo princípio do cuidado com o ambiente, pode entrar em conflito com os objetos da REBio, que busca a preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais.

Já a Flona do Aripuanã, criada pelo Decreto s/n de 11 de maio de 2016, e abrangendo 751.295,00 ha de Floresta Amazônica, constitui, segundo o SNUC, uma unidade de conservação de uso sustentável, caracterizada por maior flexibilidade quanto à presença de populações tradicionais. Segundo o SNUC, seus objetivos incluem:

Art. 17. A Floresta Nacional é uma área com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas e tem como objetivo básico o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas.

§ 2o Nas Florestas Nacionais é admitida a permanência de populações tradicionais que a habitam quando de sua criação, em conformidade com o disposto em regulamento e no Plano de Manejo da unidade.

Segundo o cadastro de famílias e comunidades presentes da Flona do Aripuanã, realizado entre os dias 6 e 16 de novembro de 2023 pelo núcleo de gestão integrada Humaitá, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), foram visitadas 7 comunidades e 2 sítios na unidade de conservação, e cadastradas 49 famílias residentes, que vivem do extrativismo e agricultura familiar, sendo que há ainda outros moradores que não puderam estar presentes durante a ação (ICMBIO, 2025).

É importante enfatizar que a expansão de áreas protegidas associadas aos territórios indígenas é de extrema relevância para a conservação dos ecossistemas amazônicos da bacia do médio rio Madeira. Que devido à sua heterogeneidade paisagística, é considerada a mais biodiversa da Amazônia, sendo reconhecida como um dos principais divisores de avifauna (Haffer 1974, 1978), abrigando provavelmente a maior diversidade de peixes entre os rios amazônicos (Ohara 2018), além de apresentar elevada riqueza ornitológica (Cohn-Haft et. al. 2007) e de mamíferos de pequeno (Silva et al. 2007), médio e grande porte (Röhe, 2007). Além disso, é uma das áreas com maior ocorrência de primatas da Amazônia, com alto grau de endemismo (Roosmalen e Roosmalen 2003).

Portanto, embora a sobreposição parcial da TI Curara por Unidades de Conservação possa provocar conflitos relacionados ao uso, ocupação, manejo e gestão dos territórios, casos precedentes revelam que é possível estabelecer acordos por meio da criação de mecanismos compartilhados de gestão, ainda que se reconheça a complexidade envolvida nessas sobreposições.

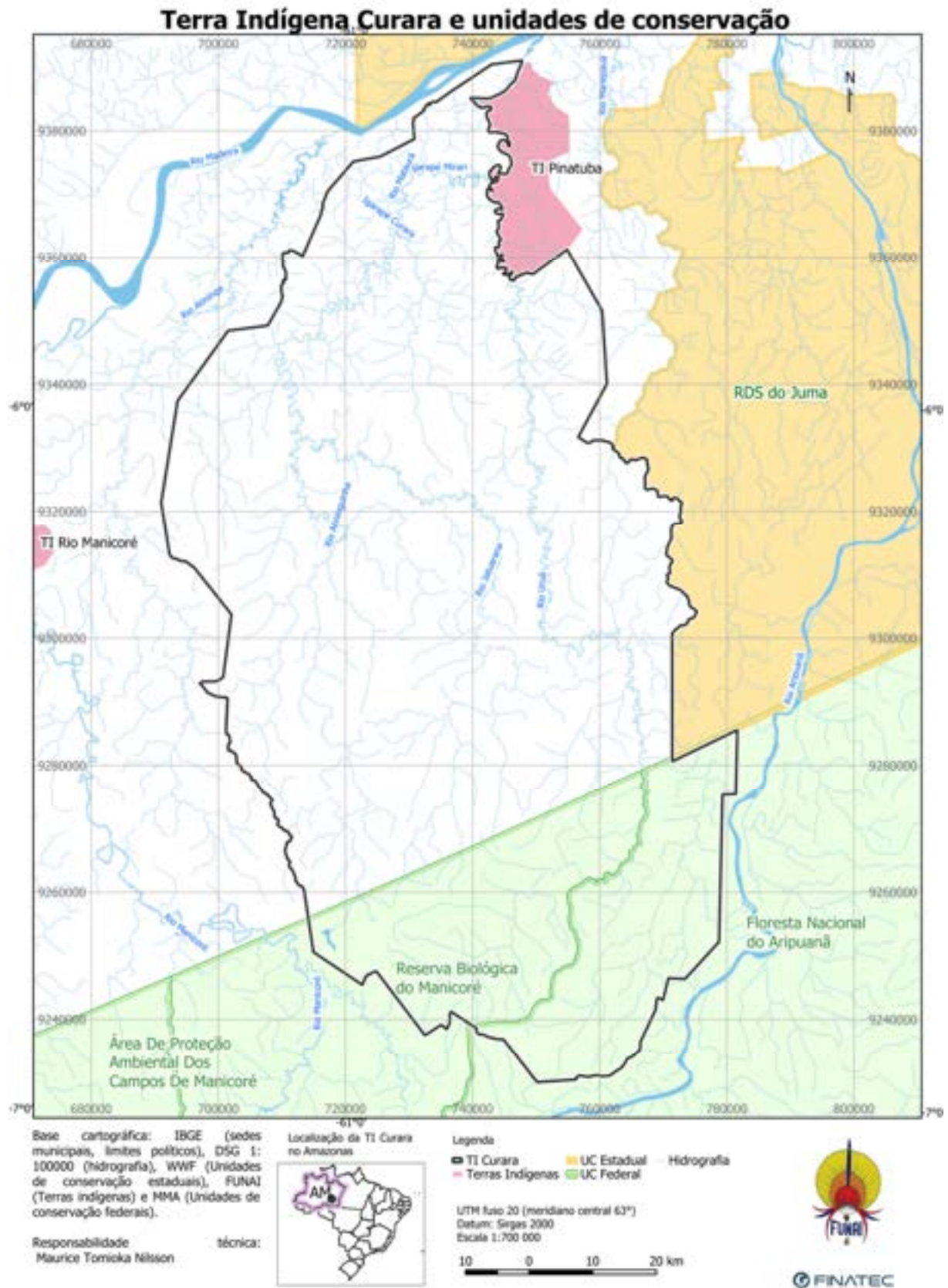
Por exemplo, o termo de compromisso assinado entre a comunidade Guarani Mbya da Terra Indígena Tekoa Kuaray Haxa, localizada no litoral do Paraná, e o ICMBio, para o estabelecimento de regras relacionadas à sobreposição entre a Reserva Biológica Bom Jesus e o território indígena, representa uma iniciativa importante de compatibilização dos direitos indígenas com a conservação da biodiversidade, abrindo novos caminhos para a gestão compartilhada do território (FUNAI, 2025). Nesse sentido,

a participação dos indígenas Mura da TI Curara no conselho consultivo das Unidades de Conservação (UCS) RDS do Manicoré e Flona do Aripuanã será fundamental para a gestão compartilhada do território e o desenvolvimento socioambiental da região.

Além disso, acordos pragmáticos (Almeida, 2006) articulando diferentes formas de normatividade (costume, ciência, direito estatal, etc.), diversidade de saberes e governança ambiental, podem ser estabelecidos entre os gestores das unidades de conservação e o povo indígena em questão, reconhecendo a potencialidade para a conservação da sociobiodiversidade e equilíbrio do ecossistema através do mosaico criado pelas UCS e o território indígena.

A sobreposição da TI Curara com duas unidades de conservação — a Reserva Biológica (REBio) de Manicoré, pertencente à categoria de proteção integral, e a Floresta Nacional (Flona) do Aripuanã, da categoria de uso sustentável, conforme a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) —, embora possa ampliar a proteção socioambiental de um vasto território de Floresta Amazônica constantemente ameaçado pela abertura de novas estradas (como a BR-319, a oeste, e a BR-230, ao sul) e, conseqüentemente, pelo avanço do desmatamento, merece ser avaliada com cautela. É preciso considerar os potenciais conflitos na governança do território sobreposto (MAPA 28), uma vez que há fricções entre diferentes formas de normatividade na gestão socioambiental da área.

MAPA 28 – Sobreposições de Unidades de Conservação



Mapa 28 - Sobreposições de Unidades de Conservação

6.3 Levantamento fundiário do Grupo Técnico Fundiário

O presente relatório integra o conjunto de estudos técnicos elaborados no âmbito do Projeto Amazônia Indígena, fruto do Acordo de Cooperação Técnica firmado entre a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) e a Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (Finatec), executado pela Analista Fundiária Carolina Boccato Dias de Góes.

O documento compõe os estudos que subsidiam o Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação (RCID) da área em estudo denominada Curara, localizada nos municípios de Manicoré e Novo Aripuanã, no estado do Amazonas, reivindicada pelo povo Mura. As atividades seguem as diretrizes estabelecidas pelo artigo 231 da Constituição Federal, pelo Decreto nº 1.775/1996, pelas Portarias MJ nº 14/1996 e nº 2.498/2011 e pela Lei nº 14.701/2023. Os processos que estão correlacionados ao reconhecimento desse território são:

I – 08620,008109/2024-85 – processo administrativo onde foi autuada a reivindicação fundiária do povo Mura, que ensejou a constituição do GT de estudos de identificação e delimitação da TI Curara.

II - 08620.008109/2024-85– processo administrativo instrui procedimento de identificação e delimitação, contendo documentos relativos à composição do Grupo Técnico de estudos multidisciplinares, notificação aos entes federados e memórias de reunião.

III - 08620.001781/2025-21 – processo contendo os estudos de natureza cartográfica, no qual estão reunidos os documentos técnicos relacionados à base cartográfica da proposta de limites da área em estudo.

IV - 08620.017294/2024-07 – processo administrativo onde está instruído o levantamento fundiário, conforme Portaria Funai Nº 1206, de 31 de outubro de 2024, publicada na seção 2, nº. 216, pg 47, do Diário Oficial da União, em 7 de novembro de 2024.

O levantamento fundiário da área em estudo denominada Curara teve como objetivo identificar, mapear e caracterizar as ocupações não indígenas incidentes na área

delimitada. O trabalho envolveu a análise dos aspectos dominiais, jurídicos, socioeconômicos e territoriais, a partir da consolidação de dados de bases fundiárias oficiais e de informações coletadas em campo pelo Grupo Técnico (GT) instituído pela Portaria Funai nº 1.206/2024, no âmbito da elaboração do Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação (RCID), conforme disposto na Portaria Funai nº 1.042/2024.

Compuseram o GT:

- Arnor Gomes de Oliveira: Servidor público federal aposentado, Analista Fundiário, Coordenador do trabalho de campo;
- Carolina Boccato Dias de Góes: Geógrafa, Analista Fundiária;
- Dalva Furtado Saunders: Coordenadora de Regularização de Terras Indígenas, servidora da FUNAI;
- Gilberto Kaywa: Assistente administrativo da Fundação Estadual dos Povos Indígenas do Amazonas (FEPI-AM), representante técnico indicado pelo Governo do Estado do Amazonas (não participou da atividade de campo para aplicação dos formulários);
- Igor Nonato Almeida Pereira - Assessor I da Secretaria de Estado das Cidades e Territórios (SECT), representante técnico indicado pelo Governo do Estado do Amazonas (não participou da atividade de campo para aplicação dos formulários).

O GT se orientou pelas diretrizes estabelecidas na legislação vigente, já citadas, e em especial a Lei nº 14.701/2023, que juntamente com o Decreto n.º 1775/1996, assegura o contraditório e a ampla defesa aos ocupantes não indígenas identificados.

6.3.1 Metodologia

A metodologia adotada neste levantamento fundiário seguiu as diretrizes do Manual de Orientações Básicas para Estudo de Natureza Fundiária na Etapa de Identificação e Delimitação de Terras Indígenas, além dos dispositivos previstos na legislação indigenista vigente, especialmente a Lei nº 14.701/2023 e o Decreto nº 1.775/1996. As atividades foram organizadas em quatro etapas operacionais principais:

Planejamento e levantamento preliminar de gabinete

- Realização de reuniões técnicas de alinhamento com a Funai, os membros do Grupo Técnico (GT) e representantes dos entes federativos envolvidos.

- Consulta e análise de bases de dados oficiais, visando à identificação preliminar de imóveis e registros fundiários incidentes na área em estudo (detalhados no item 3.1).
- Elaboração de mapas preliminares, contendo informações fundiárias e territoriais, para subsidiar a etapa de campo.
- Realização de reunião pré-campo, integrando o GT fundiário, o antropólogo coordenador responsável pelo Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação (RCID) e servidores da Funai.

Levantamento de campo

- Aplicação do Formulário de Levantamento Fundiário (LF) para o cadastramento das ocupações não indígenas.
- Entrega de notificações formais aos ocupantes não indígenas identificados, com coleta de assinaturas, garantindo ciência do processo.
- Registro das informações relativas aos ocupantes, incluindo dados pessoais, localização geográfica (coordenadas), área ocupada (quando possível), tipo de uso da terra, benfeitorias e tempo de ocupação.

Sistematização e análise dos dados

- Consolidação e organização dos dados obtidos nas etapas de gabinete e de campo.
- Análise integrada dos dados qualitativos e quantitativos, visando à caracterização dominial, jurídica e socioeconômica das ocupações, bem como à avaliação de seus vínculos documentais e territoriais.
- Elaboração do Quadro de Ocupantes Não Indígenas, com a identificação detalhada das ocupações cadastradas em campo e das bases de dados oficiais.
- Produção do Mapa Cadastral de Ocupantes Não Indígenas, contendo a representação espacial das ocupações incidentes na área em estudo denominada Curara.

Consulta cartorial

- Encaminhamento do Quadro de Ocupantes Não Indígenas aos cartórios de registro de imóveis, com o objetivo de verificar a existência de matrículas, registros e cadeias dominiais relacionados às ocupações incidentes.

6.3.1.1 Fontes de dados oficiais

O levantamento fundiário foi fundamentado na análise de dados provenientes de sistemas e cadastros oficiais, assegurando a fidedignidade, e a conformidade legal das informações fundiárias, territoriais e ambientais. A Tabela 30 sintetiza as bases consultadas:

Tabela 30 - Bases de dados utilizados na análise fundiária de gabinete

Base de Dados	Sigla	Órgão Responsável	Finalidade Principal	Natureza Jurídica
Base de Assentamentos da Reforma Agrária	SIPRA	INCRA	Cadastro dos assentamentos rurais vinculados à reforma agrária	Pública e administrativa
Base de Terras Indígenas	–	FUNAI	Limites oficiais das terras indígenas em diferentes fases do processo administrativo.	Pública e administrativa
Base de Territórios Quilombolas	–	INCRA	Registro dos territórios quilombolas, titulados, delimitados ou em processo de regularização.	Pública e administrativa
Cadastro Ambiental Rural / Sistema Nacional do CAR	CAR / SICAR	SFB	Registro ambiental dos imóveis rurais, com informações sobre APP, Reserva Legal e uso do solo.	Pública, administrativa e autodeclaratória
Cadastro Nacional de Florestas Públicas	CNFP	SFB	Registrar e gerenciar as florestas públicas da União, Estados e Municípios.	Pública e administrativa
Cadastro Nacional de Unidades de Conservação	CNUC / SNUC	MMA	Consolidar e disponibilizar os limites oficiais das Unidades de Conservação federais, estaduais e municipais.	Pública e administrativa
Sistema de Gestão Fundiária	SIGEF	INCRA	Registro georreferenciado de imóveis rurais públicos e privados, com controle dos limites e situação fundiária.	Pública e administrativa
Sistema Nacional de Certificação de Imóveis Rurais	SNCI	INCRA	Sistema anterior ao SIGEF, responsável pela certificação dos imóveis rurais.	Pública e administrativa

Tabela 30 - Bases de dados utilizados na análise fundiária de gabinete

Elaborado por Carolina Bocatto Dias de Góes

6.3.2 Levantamento Fundiário

A área em estudos denominada Curara está localizada no estado do Amazonas, abrangendo uma área de aproximadamente 872.692 hectares, distribuída entre os

municípios de Manicoré (96,41%) e Novo Aripuanã (3,59%), ambos situados na região sudeste do estado. A área encontra-se inserida integralmente no bioma Amazônia, caracterizado por florestas tropicais densas, com elevada biodiversidade e redes hidrográficas extensas que desempenham papel fundamental na dinâmica socioambiental da região.

Do ponto de vista hidrográfico, a área está situada na macrorregião hidrográfica amazônica, na mesorregião hidrográfica Madeira e na microrregião hidrográfica Médio Madeira. Seu principal acesso se dá exclusivamente por via fluvial, através do Rio Madeira, que é um dos mais importantes afluentes da margem direita do Rio Amazonas.

Os principais marcos que delimitam a área em estudo denominada Curara, são: ao norte, o rio Maturá, que também constitui a fronteira da TI Pinatuba; a leste, o divisor de águas entre os rios Uruá e Maripauá, o próprio rio Maripauá, que no caso também delimita parte do limite intermunicipal entre Manicoré e Novo Aripuanã e faz fronteira com a RDS do Juma; ao sul, as cabeceiras do igarapé do Mutuca e do rio Maripauá, situadas no divisor de águas com o rio Aripuanã; e a oeste, o rio Atininga e o divisor de águas das bacias dos rios Maturá e Atininga.

6.3.2.1 Levantamento fundiário nas bases de dados oficiais

O levantamento realizado em bases públicas identificou a sobreposição de imóveis em quatro bancos de dados: CNFP, CNUC, SIGEF e SICAR. Não foram registradas sobreposições nas bases referentes a áreas quilombolas e assentamentos da reforma agrária.

Assim, foram constatadas quatro categorias fundiárias em sobreposição à área em estudo: Unidades de Conservação de Uso Sustentável e de Proteção Integral, glebas públicas sem destinação, e imóveis rurais privados cadastrados no SIGEF e no SICAR. A tabela 31 apresenta essas categorias.

Tabela 31 - Categorias fundiárias incidentes sobre a área em estudo denominada Curara

Fonte	Categoria Fundiária	Qtde. de unidades
CNUC	UC de uso sustentável	1
	UC de proteção integral	1
CNFP	Floresta Pública sem destinação	3
SIGEF	Imóvel Rural Particular	63
	Imóvel Rural Público	3
SICAR	Imóvel Rural Particular	208

Tabela 31 - Categorias fundiárias incidentes sobre a área em estudo denominada Curara

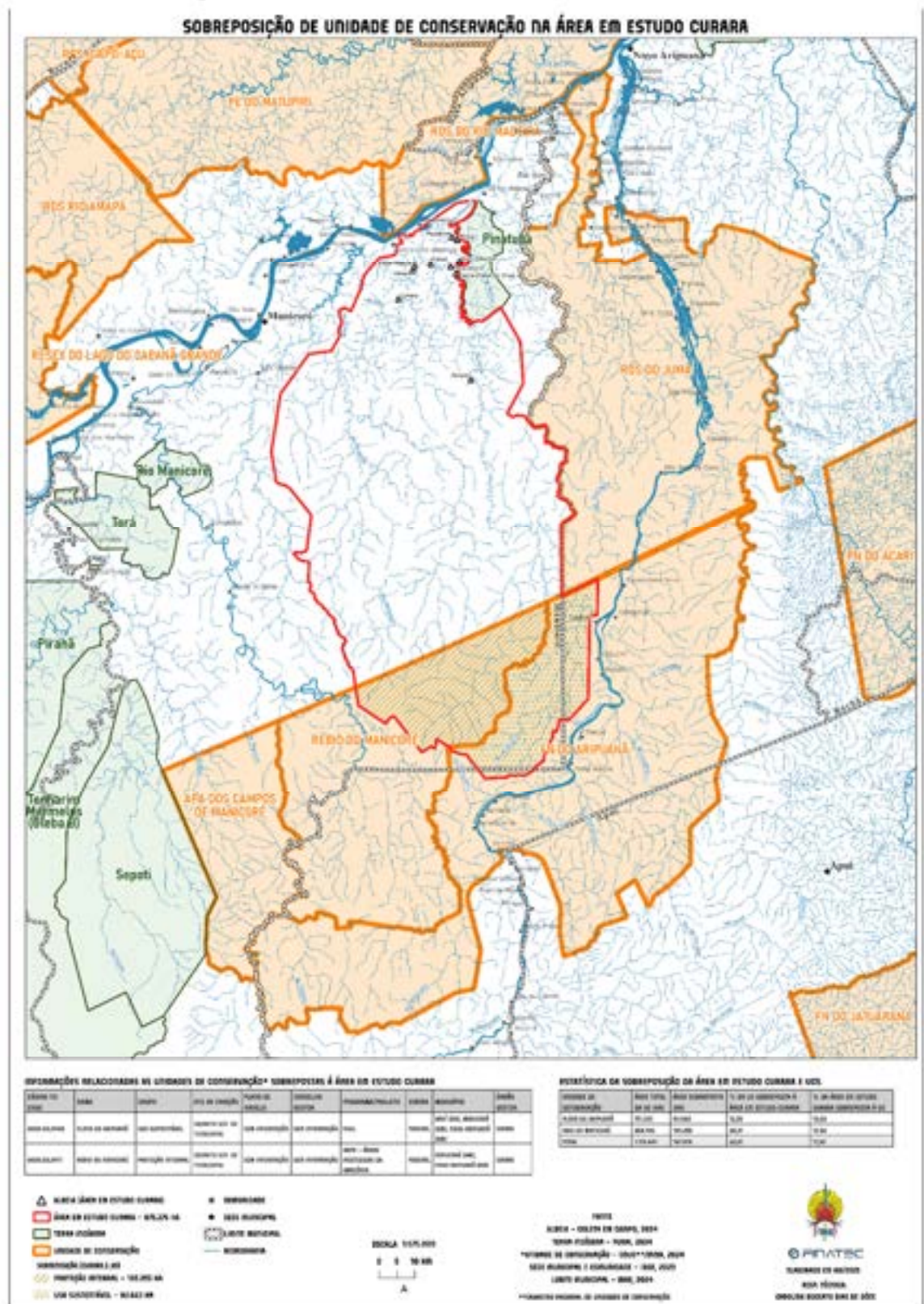
Elaborado por Carolina Bocatto Dias de Góes

6.3.2.2 Unidades de Conservação

O Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC) reúne e disponibiliza informações oficiais sobre todas as Unidades de Conservação (UCs) do país, compondo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), instituído pela Lei nº 9.985/2000. O SNUC organiza as UCs em duas categorias: de Proteção Integral e de Uso Sustentável.

O Mapa 29 representa de forma espacial a sobreposição da área em estudo denominada Curara com Unidades de Conservação.

MAPA 29 – Sobreposição de Unidade de Conservação na área em estudo



Mapa 29 - Sobreposição de Unidade de Conservação na área em estudo

6.3.2.2.1 Floresta Nacional do Aripuanã

A Floresta Nacional (FLONA) é uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável definida pela Lei nº 9.985/2000 (SNUC) como área de posse e domínio públicos, com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas, destinada ao uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e à pesquisa científica voltada a métodos de manejo sustentável.

A criação de uma FLONA exige a desapropriação das áreas particulares em seus limites. Populações tradicionais podem permanecer se sua presença for compatível com os objetivos da unidade e prevista no Plano de Manejo. A visitação é regulada por esse plano, e pesquisas dependem de autorização do ICMBio. Cada FLONA deve ter conselho consultivo com representantes do poder público, sociedade civil e, quando houver, das populações tradicionais residentes, presidido pelo órgão gestor. A gestão da Floresta Nacional do Aripuanã é realizada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

A FLONA do Aripuanã foi criada por decreto presidencial em 11 de maio de 2016. Possui uma área total de aproximadamente 751.295 hectares. A área em estudo apresenta uma sobreposição de aproximadamente 93.919 hectares nesta unidade, ou seja 10,6 % da superfície da área analisada.

Como complementação aos dados da FLONA do Aripuanã, segue a Tabela 32 com as informações dos atos normativos e documentos que fundamentam a criação e regulamentação da FLONA.

Tabela 32 - Dados administrativos e normativos da FLONA do Aripuanã

Floresta Nacional do Aripuanã – FLONA	
Nome da Unidade	Floresta Estadual do Aripuanã
Município	Apuí, Manicoré e Novo Aripuanã
Decreto	Dec s/n de 11 de maio de 2016
Ano de Criação	2016
Documentos	Decreto s/nº de 11 de maio de 2016 - Cria a Flona do Aripuanã
	Portaria nº 694, de 24 de outubro de 2017 - Institui o Núcleo de Gestão Integrada
	Portaria nº 3.248, 16 outubro de 2023 - Cria o Conselho Consultivo Integrado
	Portaria nº 870, de 12 de dezembro de 2024 - Uso ou ocupação comunitária - perfil da família beneficiária

Tabela 32 - Dados administrativos e normativos da FLONA do Aripuanã - Fonte: Instituto Socioambiental (ISA), Programa de Monitoramento de Áreas Protegidas

A sobreposição parcial da área em estudo com a FLONA do Aripuanã demanda atenção quanto à compatibilização jurídica e territorial entre os diferentes regimes de uso e proteção previstos para a região.

O artigo 231 da Constituição Federal reconhece os direitos originários dos povos indígenas sobre as terras que tradicionalmente ocupam, e a Lei nº 9.985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), prevê a existência de populações tradicionais em determinadas categorias de unidades, como as de uso sustentável.

6.3.2.2.2 Reserva Biológica do Manicoré

A Reserva Biológica (REBio) é uma Unidade de Conservação de Proteção Integral definida pela Lei nº 9.985/2000 (SNUC) com posse e domínio públicos, destinada à preservação integral da natureza. A visitação é restrita, e a pesquisa científica depende de autorização do órgão gestor.

Localizada nos municípios de Manicoré e Novo Aripuanã, no sul do Amazonas, a REBio do Manicoré abrange cerca de 359.146 hectares de florestas primárias. Foi criada para conter o desmatamento e proteger as bacias hidrográficas dos rios Manicoré, Manicorezinho e Jatuarana, essenciais para a reprodução de espécies de peixes e para a manutenção da fauna e flora regionais. A área em estudo apresenta uma sobreposição de aproximadamente 106.680 hectares nesta unidade, ou seja 12 % da superfície da área analisada. Complementando os dados da REBio, a Tabela 33 apresenta os atos normativos e documentos que fundamentam sua criação e regulamentação.

Tabela 33 - Dados administrativos e normativos da REBio do Manicoré

Reserva Biológica do Manicoré – REBio	
Nome da Unidade	Reserva Biológica do Manicoré
Município	Manicoré e Novo Aripuanã
Decreto	Dec s/n de 11 de maio de 2016
Ano de Criação	2016
Documentos	Decreto s/nº de 11 de maio de 2016 - Cria a REBio do Manicoré
	Portaria nº 694, de 24 de outubro de 2017 - Institui o Núcleo de Gestão Integrada
	Portaria nº 3.248, 16 outubro de 2023 - Cria o Conselho Consultivo Integrado

Tabela 33 - Dados administrativos e normativos da REBio do Manicoré

Fonte: Instituto Socioambiental (ISA), Programa de Monitoramento de Áreas Protegidas

A REBio do Manicoré, por ser de Proteção Integral, não admite ocupação humana, exceto para gestão da unidade, e proíbe o uso direto dos recursos naturais.

Caso se confirme ocupação indígena tradicional na área sobreposta, será necessária revisão dos limites ou recategorização da Reserva para compatibilizar a proteção integral com os direitos constitucionais indígenas.

Recomenda-se que a Funai oficie o ICMBio para informar a sobreposição e iniciar as tratativas administrativas, assegurando o usufruto indígena e a conservação da natureza.

6.3.2.3 Floresta Pública

O Cadastro Nacional de Florestas Públicas (CNFP), instituído pela Lei nº 11.284/2006 e regulamentado pelo Serviço Florestal Brasileiro (SFB) reúne informações oficiais sobre as florestas públicas no Brasil.

Entre as categorias de áreas cadastradas no CNFP, destacam-se as glebas públicas sem destinação (Tipo B), classificadas conforme a tipologia adotada pelo SFB. Elas correspondem a terras de domínio da União, dos estados ou dos municípios que ainda não foram destinadas a usos específicos, como Unidades de Conservação, assentamentos, regularização de territórios tradicionais, concessões florestais ou outros previstos em lei.

6.3.2.3.1 Gleba Pública Felicidade, Marmelos Atininga e Mundo Novo

As Glebas Estaduais Felicidade, Marmelos Atininga e Mundo Novo, classificadas como glebas do tipo B sem destinação, foram formalmente arrecadadas pelo Estado do Amazonas e permanecem sob domínio público sem finalidade específica. A Tabela 34 apresenta as informações registradas sobre essas áreas.

Tabela 34 - Informações relacionadas ao registro de Gleba Pública sobreposta à área em estudo denominada Curara

Gleba Pública	Matrícula	Livro	Folha	Data de Registro	CNS	Comarca	Proprietário da Gleba	Município
Felicidade	693	2-A	53	10/03/1982	00.477-0	Novo Aripuanã	Estado do Amazonas	Manicoré e Novo Aripuanã
Marmelos Atininga	1846	02-05	117	05/05/2010	00.436-6	Manicoré	Estado do Amazonas	Manicoré
Mundo Novo	723	02-03	285	10/03/1982	00.436-6	Manicoré	Estado do Amazonas	Manicoré

Tabela 34 - - Informações relacionadas ao registro de Gleba Pública sobreposta à área em estudo denominada Curara

Fonte: Secretaria de Estado das Cidades e Territórios/AM - SECT

Atualmente, aproximadamente 29,19% da superfície da área em estudo denominada Curara apresenta uma sobreposição às Glebas Estaduais Felicidade, Marmelos Atininga e Novo Mundo, o que caracteriza uma interação territorial significativa, ainda pendente de definição quanto ao seu uso e ocupação formal. A Tabela 35 apresenta os dados tabulados e o Mapa 30 ilustra a espacialidade dessa sobreposição. sugerir um nome para o quadro

Tabela 35 - Áreas e percentuais de sobreposição entre a área em estudo denominada Curara e Glebas Públicas

Gleba Pública	Área total da Gleba Pública (ha)	Área com sobreposição (ha)	% da Gleba Pública com sobreposição da área em estudo Curara	% da área em estudo Curara com sobreposição de Gleba Pública
Felicidade	154.990,57	4.086,95	2,64	0,46
Marmelos Atininga	111.649,56	4.980,65	4,46	0,56
Mundo Novo	353.126,70	249.396,00	70,63	28,16
Total	619.766,83	258.463,60	41,70	29,19

Tabela 35 - Áreas e percentuais de sobreposição entre a área em estudo denominada Curara e Glebas Públicas

Elaborado por Carolina Bocatto Dias de Góes

ÁREA PÚBLICA	ÁREA TOTAL	ÁREA COMPOSTA	% DA ÁREA PÚBLICA COMPOSTA	% DA ÁREA DE ESTUDO CURURÁ COMPOSTA
1.000	4.500	1.000	22,22	22,22
1.000	4.500	1.000	22,22	22,22
1.000	4.500	1.000	22,22	22,22

Conforme a Lei nº 11.284/2006 (Lei de Gestão de Florestas Públicas) e os normativos do Serviço Florestal Brasileiro, glebas públicas sem destinação podem ser destinadas prioritariamente à regularização de territórios tradicionalmente ocupados por povos indígenas, comunidades quilombolas e populações tradicionais.

Do ponto de vista jurídico, não há entraves dominiais à destinação dessas glebas para atender parte da demanda fundiária da área em estudo denominada Curara, uma vez que ela não possui matrícula imobiliária particular, nem está vinculada a outra função pública (como unidade de conservação, assentamento ou concessão florestal).

6.3.2.4 Imóvel rural particular e público no Sistema de Gestão Fundiária (SIGEF)

O SIGEF, gerido pelo INCRA, é o sistema oficial de registro e gestão de imóveis rurais georreferenciados, com dados validados que conferem maior segurança jurídica às análises fundiárias.

Na área em estudo denominada Curara, foram identificados 66 imóveis rurais registrados no SIGEF com sobreposição, sendo 63 particulares e 3 públicos, totalizando aproximadamente 1.496.737 hectares. Deste total, 609.916 hectares incidem diretamente sobre a área em estudo, correspondendo a 68,87% da superfície cadastrada. A Tabela 36 apresenta de forma sistematizada essas sobreposições, enquanto o Mapa 31 ilustra a distribuição dos imóveis.

Tabela 36- Síntese das sobreposições de imóveis rurais registrados no SIGEF na área em estudo Curara

Fonte	Categoria Fundiária	Qtde. de unidades	Área total (ha)	Área sobreposta (ha)	% dos imóveis SIGEF com sobreposição da área Curara	% da área em estudo Curara com sobreposição de imóveis SIGEF
SIGEF	Imóvel Rural Particular	63,00	478.082,36	418.006,29	87,43	47,20
	Imóvel Rural Público	3,00	1.018.654,77	191.910,37	18,84	21,67
Total		66,00	1.496.737,14	609.916,65	40,75	68,87

Tabela 36 - Síntese das sobreposições de imóveis rurais registrados no SIGEF na área em estudo Curara

[illegible]

402

Quanto ao porte dos imóveis particulares, não foram registradas pequenas propriedades ou minifúndios. O conjunto é composto majoritariamente por grandes propriedades (49 registros – 77,8%) e, em menor número, por médias propriedades (14 registros – 22,2%), revelando forte concentração fundiária, como mostra a Tabela 37.

Tabela 37 - Classificação dos imóveis rurais particulares (SIGEF) sobrepostos à área em estudo denominada Curara conforme seu tamanho

Tipo de imóvel	Tamanho do imóvel (ha)	Módulo fiscal *	nº de registro (SIGEF) em sobreposição	%
Minifúndio	< 100	< 1	0	0
Pequena propriedade	100 a 400	1 a 4	0	0
Média propriedade	400 a 1500	4 a 15	14	22,2
Grande propriedade	> 1500	> 15	49	77,8
<i>Total</i>			63	100
*Módulo fiscal é uma unidade de medida, em hectares, cujo valor é fixado pelo INCRA para cada município. A dimensão de um módulo fiscal varia de acordo com o município onde está localizada a propriedade. O valor do módulo fiscal no Brasil varia de 5 a 110 hectares. No caso dos municípios de Manicoré e Novo Aripuanã o módulo fiscal equivale a 100 hectares.				

Tabela 37 - Classificação dos imóveis rurais particulares (SIGEF) sobrepostos à área em estudo denominada Curara conforme seu tamanho

Elaborado por Carolina Bocatto Dias de Góes

No que se refere à estrutura fundiária dos imóveis rurais particulares, observa-se uma forte concentração territorial. Os três maiores imóveis respondem juntos por aproximadamente 232 mil hectares, o que equivale a mais da metade da área sobreposta. Também se destaca a presença de determinados titulares com múltiplos registros.

Além disso, foi identificada uma parcela sem proprietário, com 4.958 ha registrados, dos quais apenas 36,45% incidem sobre a área em estudo denominada Curara, evidenciando lacunas cadastrais.

A Tabela 38 sistematiza a concentração fundiária por titular, enquanto o Mapa 32 apresenta sua distribuição espacial.

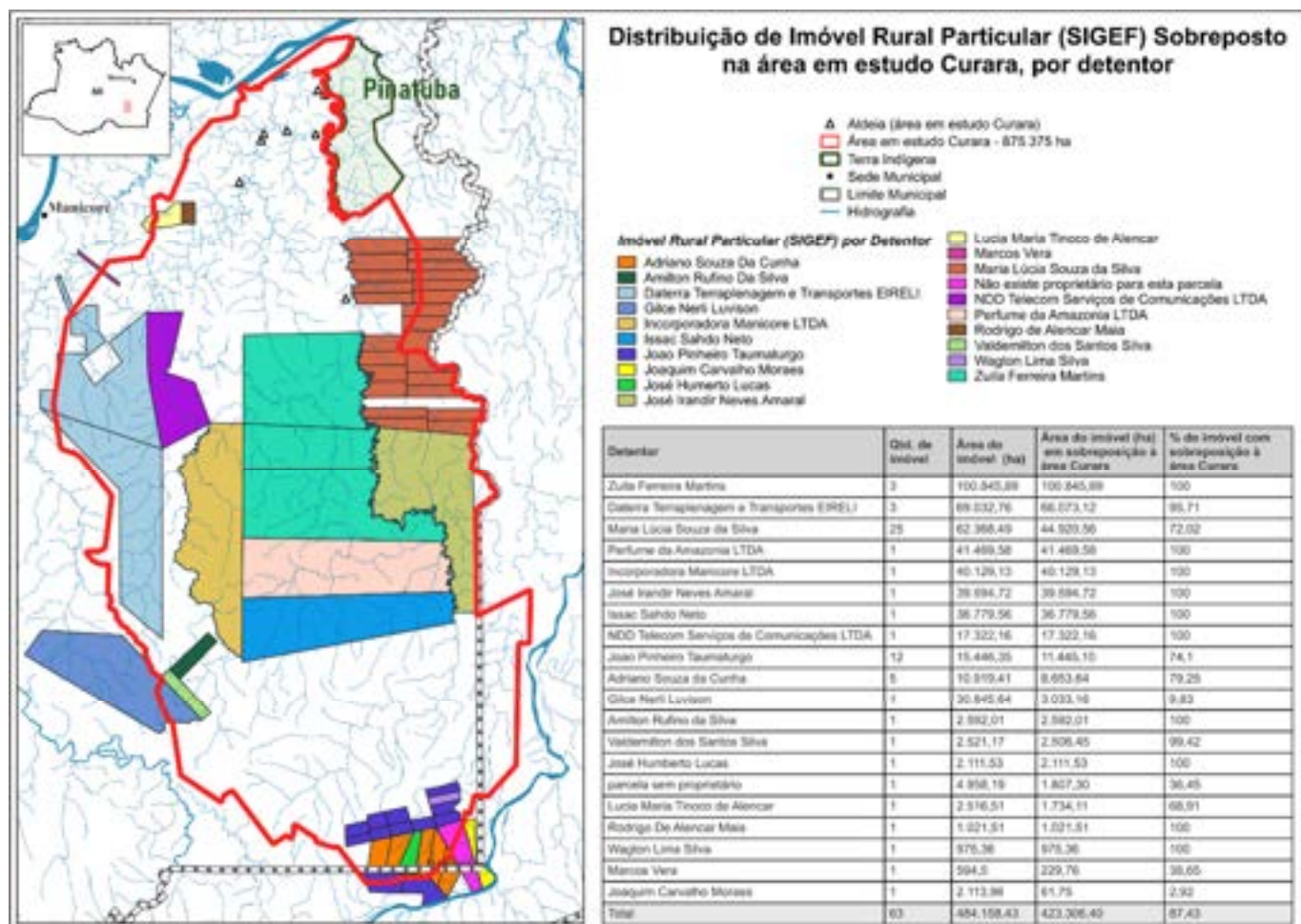
Tabela 38- Ranqueamento de imóvel rural particular (SIGEF) pela área do imóvel e por detentor

Titular do registro	Qtd. de imóvel registrado	Área do imóvel (ha)	Área do imóvel (ha) com sobreposição	% da área sobreposta
Zuila Ferreira Martins	3	100.845,89	100.845,89	100
Daterra Terraplenagem e Transportes EIRELI	3	69.032,76	66.073,12	95,71
Maria Lúcia Souza da Silva	25	62.368,49	44.920,56	72,02
Perfume da Amazonia LTDA	1	41.469,58	41.469,58	100
Incorporadora Manicore LTDA	1	40.129,13	40.129,13	100
José Irandir Neves Amaral	1	39.594,72	39.594,72	100
Issac Sahdo Neto	1	36.779,56	36.779,56	100
Gilce Nerli Luvison	1	30.845,64	3.033,16	9,83
NDD Telecom Serviços de Comunicações LTDA	1	17.322,16	17.322,16	100
Joao Pinheiro Taumaturgo	12	15.446,35	11.445,10	74,10
Adriano Souza da Cunha	5	10.919,41	8.653,64	79,25
parcela sem proprietário	1	4.958,19	1.807,30	36,45
Amilton Rufino da Silva	1	2.592,01	2.592,01	100
Valdemilton dos Santos Silva	1	2.521,17	2.506,45	99,42
Lucia Maria Tinoco de Alencar	1	2.516,51	1.734,11	68,91
Joaquim Carvalho Moraes	1	2.113,96	61,75	2,92
José Humberto Lucas	1	2.111,53	2.111,53	100
Rodrigo de Alencar Maia	1	1.021,51	1.021,51	100
Wagton Lima Silva	1	975,36	975,36	100
Marcos Vera	1	594,50	229,76	38,65
Total	63	484.158,43	423.306,40	87,43

Tabela 38 - Ranqueamento de imóvel rural particular (SIGEF) pela área do imóvel e por detentor

Elaborado por Carolina Bocatto Dias de Góes

MAPA 32 - Distribuição espacial de imóvel rural particular (SIGEF) sobre a área em estudo, por detentor



Mapa 32 - Distribuição espacial de imóvel rural particular (SIGEF) sobre a área em estudo, por detentor

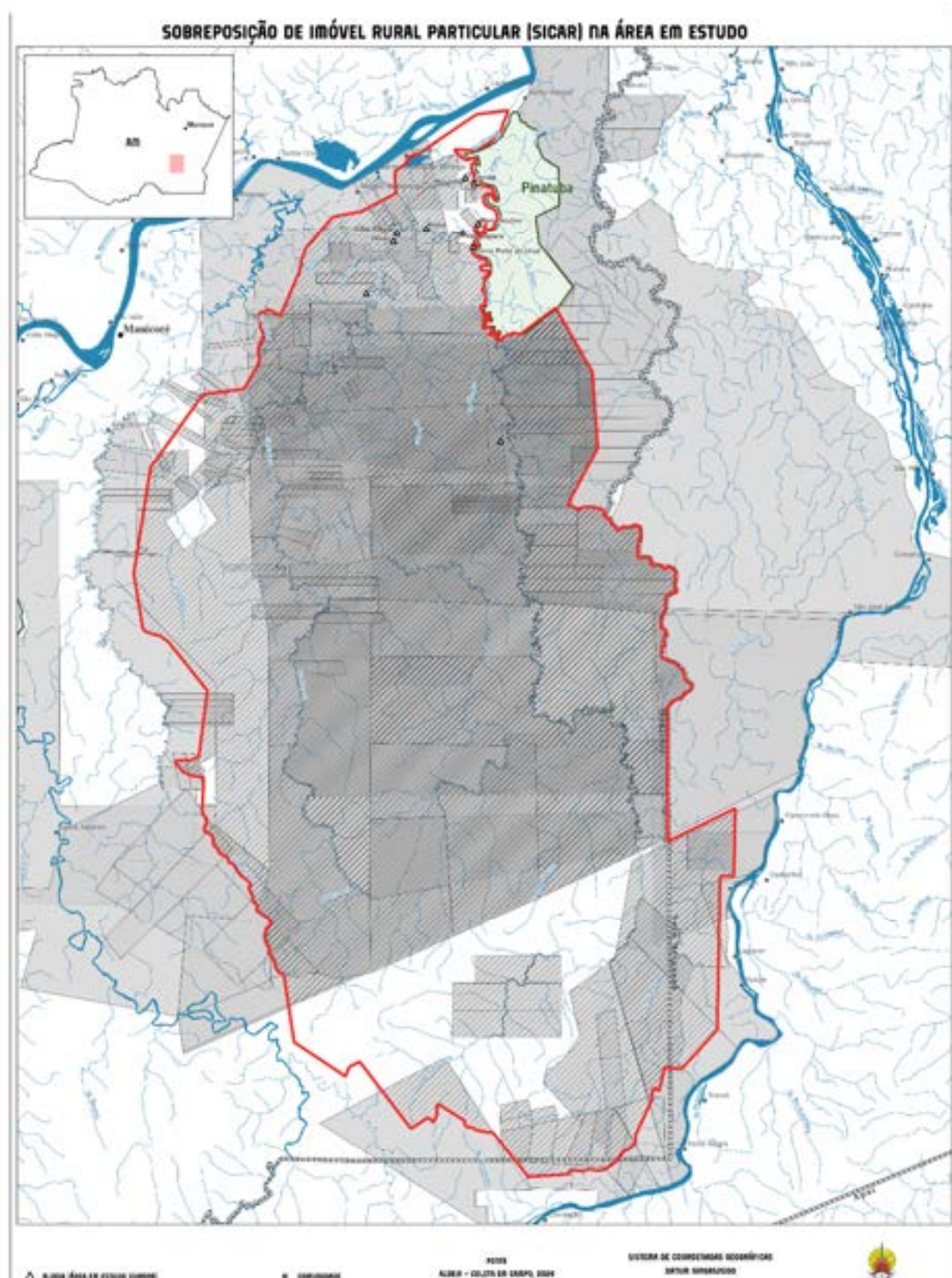
Elaborado por Carolina Bocatto Dias de Góes

6.3.2.5 Sistema Nacional do Cadastro Ambiental Rural (SICAR)

O Cadastro Ambiental Rural (CAR), instituído pela Lei nº 12.651/2012, possui caráter ambiental e declaratório, não constituindo prova de posse ou propriedade. Apesar de não ser base fundiária oficial, é útil para identificar pressões de ocupação e conflitos potenciais.

O Mapa 33, logo abaixo, apresenta a distribuição espacial desses imóveis sobre a área em estudo.

MAPA 33 - Sobreposição de Imóvel rural (CAR) na área em estudo



Mapa 33 - Sobreposição de Imóvel rural (CAR) na área em estudo Elaborado por Carolina Bocatto Dias de Góes

O levantamento no SICAR identificou 208 imóveis rurais cadastrados incidentes total ou parcialmente sobre a área em estudo denominada Curara. Desses, 135 foram classificados como grandes propriedades, 58 como médias, 14 como pequenas e apenas 1 como minifúndio, como mostra a Tabela 39.

Tabela 39 - Classificação dos imóveis rurais (CAR) sobrepostos à área em estudo denominada Curara conforme seu tamanho

Tipo de imóvel	Tamanho do imóvel (ha)	Módulo fiscal *	nº de registro (CAR) em sobreposição	%
Minifúndio	< 100	< 1	1	0,48
Pequena propriedade	100 a 400	1 a 4	14	6,73
Média propriedade	400 a 1500	4 a 15	58	27,88
Grande propriedade	> 1500	> 15	135	64,90
<i>Total</i>			208	100
*Módulo fiscal é uma unidade de medida, em hectares, cujo valor é fixado pelo INCRA para cada município. A dimensão de um módulo fiscal varia de acordo com o município onde está localizada a propriedade. O valor do módulo fiscal no Brasil varia de 5 a 110 hectares. No caso dos municípios de Manicoré e Novo Aripuanã o módulo fiscal equivale a 100 hectares.				

Tabela 39 - Classificação dos imóveis rurais (CAR) sobrepostos à área em estudo denominada Curara conforme seu tamanho

Elaborado por Carolina Bocatto Dias de Góes

No tocante à situação cadastral, observa-se que a grande maioria se encontra pendente de validação, com destaque para 114 cadastros aguardando análise e 73 analisados, mas ainda com notificações em aberto. Apenas 1 imóvel foi considerado ativo e validado, enquanto 8 cadastros foram suspensos por inconsistências ou sobreposição com áreas públicas/protegidas, ver Tabela 40. Esse cenário reforça o caráter predominantemente declaratório e ainda não validado da base.

Tabela 40 - Número de imóvel (CAR) sobrepostos à área em estudo denominada Curara conforme situação e condição cadastral no SICAR

Situação do imóvel	Condição em que o cadastro se encontra	nº de cadastro de imóveis no SICAR em sobreposição
Ativo	Aguardando análise	57
	Aguardando análise, após revisão ou atendimento da notificação	3
	Analisado, aguardando atendimento a notificação	54
	Analisado, em conformidade com a Lei n 12.651/2012, com ativos ambientais	1
	Em análise	9
	Subtotal	124
Pendente	Aguardando análise	50
	Aguardando análise, após revisão ou atendimento da notificação	3
	Analisado, aguardando atendimento a notificação	19
	Em análise	5
	Subtotal	77
Suspensão	Aguardando análise	6
	Em análise	1
	Subtotal	7
	Total	208
Situação do cadastro no CAR, segundo a Instrução Normativa n.º 2, de 06 de maio de 2014, do Ministério do Meio Ambiente (https://www.car.gov.br/leis/IN_CAR.pdf), e a Resolução n.º 3, de 27 de agosto de 2018, do Serviço Florestal Brasileiro (RESOLUÇÃO Nº 3, DE 27 DE AGOSTO DE 2018 - Imprensa Nacional), sendo AT - Ativo; PE - Pendente; SU - Suspensão; e CA - Cancelado.		

Tabela 40 - Número de imóvel (CAR) sobrepostos à área em estudo denominada Curara conforme situação e condição cadastral no SICAR

Elaborado por Carolina Bocatto Dias de Góes

É importante também destacar que o CAR permite o registro de mais de um titular por imóvel, como demonstra a Tabela 41, abaixo. Essa característica amplia a complexidade do quadro fundiário, uma vez que um mesmo imóvel pode gerar múltiplos vínculos de ocupação.

Tabela 41 - Imóveis com múltiplos titulares cadastrados no SICAR

Código do imóvel no SICAR	Nome do imóvel	Titular do cadastro	Qtd. de imóvel com o mesmo registro
AM-1302702-016BC13096A04800A58FCD045BB8AD48	Bom Futuro - II	Francisco de Assis Galdino Beleza	2
		Maria Alice De Souza E Beleza	
AM-1302702-41BFF5CE5188415CACF319843F0D5AC5	Fazenda Caiuá Rio Atininga	Antônio Spalenza	2
		Terezinha De Jesus Colares Da Silva	
AM-1302702-55D4E077A81547129BEF09C841DA916F	Bom Futuro - I	Evaldo Ferreira Caetano	2
		Santa Galdino Beleza	
AM-1302702-608C8B23E36345558A4CC31EEFAA0FB5	Areia Branca	Adaldino da Paixao Veiga Dos Santos	5
		Aderson Veiga dos Santos	
		Aniraldo Veiga dos Santos	
		Anivaldo Veiga dos Santos	
		Raimundo Veiga dos Santos	
AM-1302702-8D9133AB35A7478098719B7E96516BC3	Frutuoso	Manuel Frutuso França	2
		Wilson Ricardo de Moraes França	
AM-1302702-9CCB53E8259446FBA1A0B6590873E5F0	Fazenda Maturá	Daterra Terraplenagem e Transportes EIRELI	2
		Daterra Terraplenagem e Transportes EIRELI	
AM-1302702-B7353B6A365C477BA103B8932D8B69B5	Lugar Três Jacu	Cleitiane Araujo Ferreira	10
		Cleutes Lima Vasconcelos	
		Edevaldo Araujo Ferreira	
		Francidalva Ferreira de Vasconcelos	
		Gracy Kelly Ferreira Vasconcelos	
		Jacline Ferreira de Lima	
		Maria Nizete Lima Vasconcelos	
		Raimundo do Rosario Vasconcelos	
		Raimundo Nonato Araujo Ferreira	
		Vera Lucia Ferreira Lima	
Total	7		25

Tabela 41 - Imóveis com múltiplos titulares cadastrados no SICAR

Elaborado por Carolina Bocatto Dias de Góes

Também se destaca a presença de titulares com múltiplos registros, evidenciando casos de concentração fundiária. Entre eles, alguns indivíduos e empresas se sobressaem pelo volume de áreas cadastradas. A Tabela 42 abaixo apresenta essa informação de forma sistematizada.

Tabela 42 - Titulares com múltiplos registros no SICAR identificados na área em estudo

Titular do cadastro	Qtd. de imóvel por titular	Soma da área do imóvel por titular	Soma da área do imóvel sobreposto à área Curara por titular	% de sobreposição
Agroverde - Agro Vale do Uruá LTDA	6	223.702,93	201.321,88	90,00
Maria Lúcia Souza da Silva	33	80.598,34	60.330,22	74,85
Empresa Florestal da Amazônia LTDA	10	17.470,95	16.794,83	96,13
Bark Industria e Comércio De Couros - LTDA	6	12.850,67	12.190,12	94,86
Joao Pinheiro Taumaturgo	5	8.240,58	4.294,69	52,12
Total	61	345.235,78	294.931,75	85,43

Tabela 42 - Titulares com múltiplos registros no SICAR identificados na área em estudo

Elaborado por Carolina Bocatto Dias de Góes

Já a Tabela 43, apresenta o ranqueamento dos 5 maiores imóveis em dimensão cadastrados no SICAR que estão sobrepostos à área em estudo denominada Curara.

Tabela 43 - Ranqueamento de imóveis rurais particulares (SIGEF) por área e titularidade do cadastro no SICAR

Titular do cadastro	Nome do imóvel	Área do imóvel (ha)	Área do imóvel (ha) com sobreposição à área Curara	% da área do imóvel com sobreposição à área Curara
Maurício Correa da Silva	Fazenda Mata	549.826,32	413.804,15	75
Maurício Correa da Silva	Fazenda Arara	501.355,94	408.782,78	82
Manuel Santos Gutierrez	Fazenda Mata Mata	501.355,94	408.578,04	81
Jorge Pinho de Almeida	Gleba Guariba	262.786,48	13.780,50	5
Jorge Pinho de Almeida	Fazenda Gleba Alto Guariba	245.826,47	237.142,42	96
Total		2.061.151,15	1.482.087,89	71,91

Tabela 43 - Ranqueamento de imóveis rurais particulares (SIGEF) por área e titularidade do cadastro no SICAR

Elaborado por Carolina Bocatto Dias de Góes

O levantamento evidencia diferenças quanto ao valor jurídico das bases:

- O SIGEF constitui referência oficial, com maior confiabilidade, embora seus registros devam ser confrontados com os cartórios de imóveis.
- O SICAR é apenas declaratório e não comprova domínio, devendo ser usado como fonte complementar, sobretudo para identificar pressões territoriais e disputas potenciais.

A situação fundiária revela sobreposição de grandes propriedades, concentração em poucos titulares e registros inconsistentes. Isso reforça a necessidade de articular informações do SIGEF e do SICAR com a legislação constitucional e ambiental, a fim de subsidiar medidas de regularização fundiária e de proteção dos direitos territoriais indígenas.

Recomenda-se à Funai priorizar o SIGEF como referência fundiária e utilizar o SICAR apenas como apoio complementar.

6.3.2.6 Levantamento fundiário em campo

O levantamento de campo realizado entre 16 e 27 de novembro de 2024 identificou 18 ocupações não indígenas incidentes na área em estudo denominada Curara, localizadas nas calhas dos rios Maturá e Uruá. Entre essas ocupações, 11 são provisórias e sazonais, associadas ao ciclo da castanha, e 7 são permanentes, vinculadas a núcleos familiares residentes. A população residente soma 21 pessoas distribuídas em 6 famílias, cuja base econômica combina agricultura de subsistência, extrativismo vegetal e, em menor grau pesca.

Do ponto de vista fundiário, predomina a condição de posse (13 casos), seguida pela propriedade (5 casos). As benfeitorias observadas variam de estruturas simples e temporárias, como barracões e casas de madeira improvisadas, a edificações mais estáveis, incluindo moradias de madeira cobertas de zinco ou brásil e casas de farinha completas. Esse contraste reflete a coexistência de ocupações de caráter transitório e de famílias com histórico de permanência de até 97 anos na região.

Um aspecto relevante é a atuação da Associação dos Proprietários de Áreas de Floresta de Uso Sustentável de Manicoré – APAFUS. Até o momento, não foi possível identificar de forma completa todos os imóveis e respectivos proprietários vinculados à associação. Consta no levantamento fundiário de campo uma citação assinada pela procuradora da entidade, cuja validade é questionável, uma vez que não assegura a notificação individual de cada associado. A seguir, a Tabela 44 lista os 9 imóveis e respectivos titulares já identificados como vinculados à APAFUS.

Tabela 44 - Imóveis e titulares identificados como associados à APAFUS

Nº de ordem	Nº do LF	Nome do ocupante	CPF	Nome do imóvel	Localidade
004	05	Jair Oliveira da Rocha	014.***.912-44	Biribá	Biribá/Rio Maturá
006	06	Luís Ferreira da Rocha	054.***.852-29	Beribá	Biribá/Rio Maturá
010	09	Raimundo Nilton Campos dos Santos	628.***.042-72	Lugar Cinco Porco e/ou São Jorge	Rio Maturá
012	11	Nivaldo Leal das Neves	030.***.782-04	Lugar Espírito Santo	Rio Maturá
014	14	Ardívio da Conceição	-	Cotovelo	Rio Maturá
016	16	Dilmo de Freitas Oliveira	607.***.842-91	Boa Esperança	Boa Esperança/Rio Maturá
017	17	Denilson de Oliveira	091.***.002-28	Boa Esperança	Boa Esperança/Rio Maturá
018	18	Rafael de Oliveira	044.***.452-59	Boa Esperança	Boa Esperança/Rio Maturá

Tabela 44 - Imóveis e titulares identificados como associados à APAFUS

Elaborado por Carolina Bocatto Dias de Góes

6.3.2.6.1 Descrição por comunidade e ou localidade

- Calha do Rio Maturá

É a área com maior concentração de ocupações, apresentando tanto registros de longa duração quanto casos provisórios. Atividades predominantes incluem agricultura, e

extrativismo. As benfeitorias mais comuns são casas de madeira com cobertura de zinco ou brasilit e casas de farinha.

- Comunidade Biribá

Nesta comunidade foram identificadas quatro famílias residentes, com tempos de ocupação entre 2 e 50 anos. As atividades principais são a agricultura e o extrativismo, e as benfeitorias confirmam o caráter de moradia permanente, incluindo casas de madeira e casas de farinha.

- Comunidade Boa Esperança

Apresenta três famílias em regime de propriedade, mas sem apresentar documentação, com ocupações estáveis entre 28 e 66 anos. Além da agricultura e do extrativismo, há registros de pesca. As benfeitorias incluem casas de madeira, casas de farinha e áreas de cultivo, evidenciando núcleos familiares consolidados.

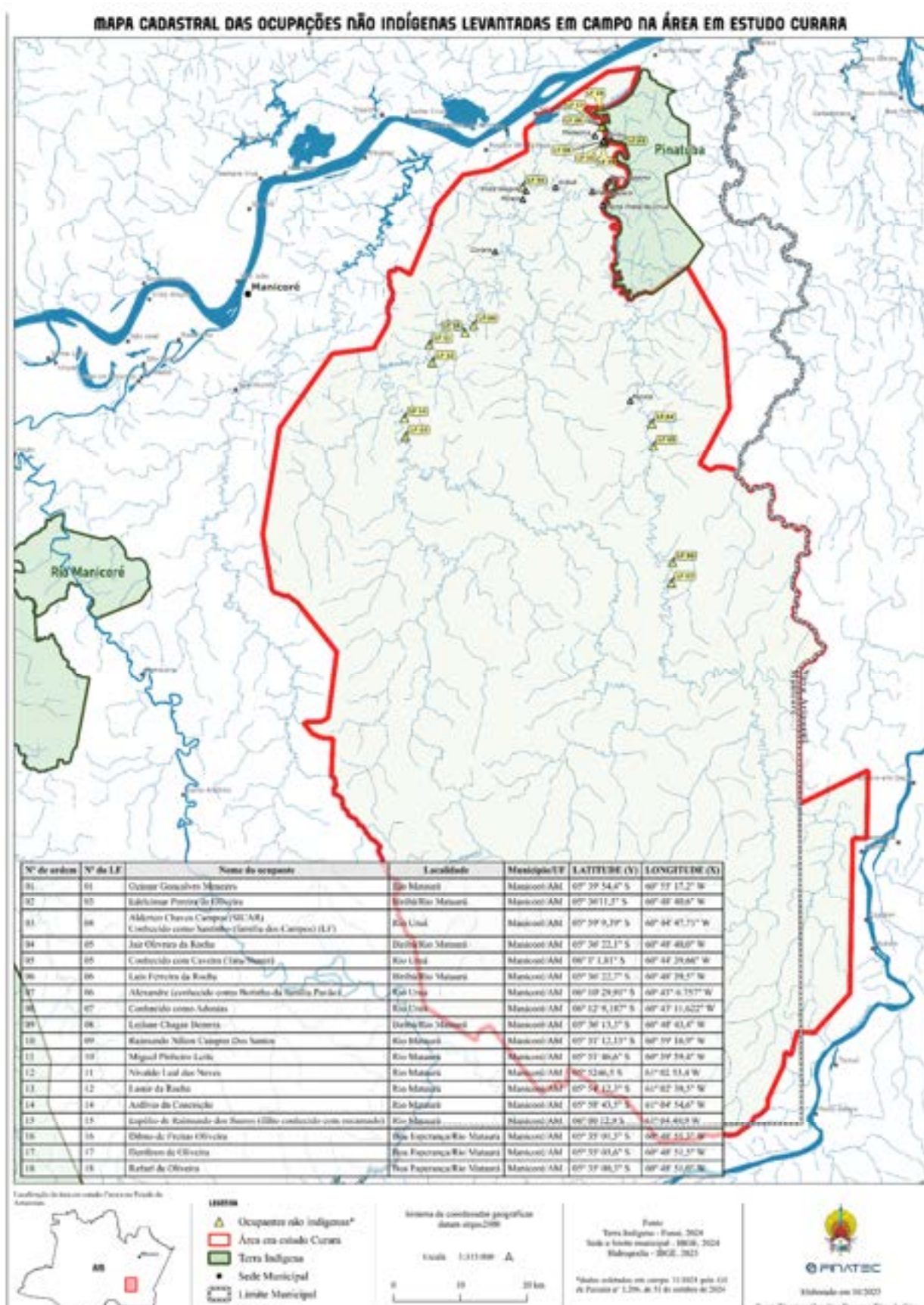
- Calha do Rio Uruá

Caracteriza-se por ocupações de natureza **provisória e sazonal**, relacionadas à coleta de castanha. Os ocupantes não residem permanentemente na área, utilizando-a apenas em períodos de safra. As estruturas construídas são simples, como casas de madeira pouco estruturadas e barracões, demonstrando que o uso do espaço está voltado ao extrativismo e não à fixação residencial.

De forma geral, a caracterização das ocupações coletadas em campo revela a coexistência de dois perfis de ocupação: de um lado, núcleos familiares residentes de longa duração, com ocupações consolidadas há décadas, voltadas para atividades de subsistência; de outro, ocupações sazonais ligadas ao extrativismo da castanha e ausência de residência fixa. Esse quadro evidencia a complexidade fundiária da região, marcada pela sobreposição de usos tradicionais de subsistência com dinâmicas provisórias de exploração dos recursos naturais.

O Mapa 34, a seguir, apresenta a distribuição espacial das ocupações não indígenas cadastradas pela equipe de campo, enquanto a Tabela 45, sistematiza a caracterização e o perfil socioeconômico dessas ocupações.

MAPA 34 - Mapa cadastral das ocupações não indígenas levantadas em campo



Mapa 34 - Mapa cadastral das ocupações não indígenas levantadas em campo Elaborado por Carolina Bocatto Dias de Góes

Nº de ordem	Nº do LF	Informações sobre o ocupante e a localidade da ocupação			Informações sobre o ocupante com relação a ocupação							Caracterização da ocupação	
		Nome do ocupante	Localidade	Município/UF	Reside no imóvel (s/n)	Tipo de residência	Situação do ocupante	Tempo de existência da ocupação	Tempo de exploração da ocupação	Nº de família que reside na ocupação	Nº de pessoa que reside na ocupação	Principal atividade econômica na ocupação	Benfeitorias
01	01	Ozimar Gonçalves Menezes	Rio Maturá	Manicoré	Não	-	Proprietário	97 anos	-	-	-	agricultura; extrativismo; garimpo	-
02	03	Edelcimar Pereira de Oliveira	Biribá/Rio Maturá	Manicoré	Sim	-	Posseiro	-	42 anos	-	-	agricultura; extrativismo	casa de madeira com telhado de brasilite
03	04	Alderico Chaves Campos (SICAR) Conhecido como Santinho (família dos Campos) (LF)	Rio Uruá	Manicoré	Não	Provisória (sazonal - época da castanha)	Posseiro	-	-	-	-	extrativismo	casa de madeira com telhado de brasilite
04	05	Jair Oliveira da Rocha	Biribá/Rio Maturá	Manicoré	Sim	Permanente	Posseiro	50 anos	40 anos	1	6	agricultura; extrativismo	casa de madeira com telhado de zinco; casa de farinha completa
05	05	Conhecido com Caveira (Tatu/Nunes)	Rio Uruá	Manicoré	Não	Provisória (sazonal - época da castanha)	Posseiro	-	-	-	-	extrativismo	casa de madeira com telhado de zinco
06	06	Luís Ferreira da Rocha	Biribá/Rio Maturá	Manicoré	Sim	Permanente	Posseiro	26 anos	20 anos	1	2	agricultura; extrativismo	casa de madeira com telhado de zinco
07	06	Alexandre (conhecido como Botinho da família Pavão)	Rio Uruá	Manicoré	Não	Provisória (sazonal - época da castanha)	Posseiro	-	-	-	-	extrativismo	casa de madeira com telhado de zinco
08	07	Conhecido como Adonias	Rio Uruá	Manicoré	Não	Provisória (sazonal - época da castanha)	Posseiro	-	-			extrativismo	barracão com cobertura de zinco
09	08	Leilane Chagas Bezerra	Biribá/Rio Maturá	Manicoré	Sim	Permanente	Proprietário	2 anos	2 anos	1	3	agricultura; extrativismo	casa de madeira com telhado de zinco
10	09	Raimundo Nilton Campos Dos Santos	Rio Maturá	Manicoré	Não	Provisória (sazonal - época da castanha)	Posseiro	-	-	-	-	extrativismo	casa de madeira com cobertura de alumínio e parede de madeira
11	10	Miguel Pinheiro Leite	Rio Maturá	Manicoré	Não	Provisória (sazonal - época da castanha)	Posseiro	-	-	-	-	extrativismo	casa de pau a pique com cobertura de brasilite
12	11	Nivaldo Leal das Neves	Rio Maturá	Manicoré	Não	Provisória (sazonal - época da castanha)	Posseiro	-	-	-	-	extrativismo	casa de madeira com cobertura de brasilite
13	12	Lamir da Rocha	Rio Maturá	Manicoré	Não	Provisória (sazonal - época da castanha)	Posseiro	-	-	-	-	extrativismo	casa de madeira sem paredes coberta de telha brasilite
14	14	Ardívio da Conceição	Rio Maturá	Manicoré	Não	Provisória (sazonal - época da castanha)	Posseiro	-	-	-	-	extrativismo	casa de madeira com cobertura de brasilite

15	15	Espólio de Raimundo dos Santos (filho conhecido com encarnado)	Rio Maturá	Manicoré	Não	Provisória (sazonal - época da castanha)	Posseiro	-	-	-	-	-	casa de madeira com cobertura de brasilit
16	16	Dilmo de Freitas Oliveira	Boa Esperança/Rio Maturá	Manicoré	Sim	Permanente	Proprietário	66 anos	-	1	3	agricultura; extrativismo	casa de madeira, assoalho de madeira, cobertura de brasilit; casa de farinha com cobertura de palha
17	17	Denilson de Oliveira	Boa Esperança/Rio Maturá	Manicoré	Sim	Permanente	Proprietário	66 anos	6 anos	1	2	agricultura; extrativismo	casa de madeira e cobertura de brasilit
18	18	Rafael de Oliveira	Boa Esperança/Rio Maturá	Manicoré	Sim	Permanente	Proprietário	28 anos	20 anos	1	5	agricultura; extrativismo; pesca	casa de madeira e cobertura de brasilit

6.3.3 Pesquisa Cartorial

A pesquisa cartorial tem como finalidade identificar registros formais de posse e domínio incidentes sobre a área em estudo, qualificando sua natureza, origem e situação atual. Trata-se de etapa fundamental para verificar a existência de matrículas, avaliar sua regularidade jurídica e detalhar as respectivas cadeias dominiais.

Para essa análise foram utilizados como referência os dados dos ocupantes não indígenas identificados em campo e os imóveis sobrepostos em bases públicas, como CNUC (Unidades de Conservação), CNFP (glebas públicas sem destinação), SIGEF e SICAR. A Tabela 46, abaixo, apresenta a lista consolidada desses ocupantes e imóveis, que deverá subsidiar a Funai na requisição de certidões aos cartórios de registro de imóveis competentes.

Nº DE ORDEM	Nº DO LF	NOME DO OCUPANTE	CPF	NOME DO IMÓVEL	MUNICÍPIO DE INCIDÊNCIA DO IMÓVEL	MATRÍCULA DO IMÓVEL	FONTE
001	01	Ozimar Gonçalves Menezes	015..***.192-54	Curralinho do Maturá	Manicoré	-	LF
002	03	Edelcimar Pereira de Oliveira	343..***.832-91	Biribá	Manicoré	-	LF
003	04	Alderico Chaves Campos (SICAR) Conhecido como Santinho (família dos Campos) (LF)	014..***.912-44	Fazenda Aranha e/ou São Sebastião	Manicoré	-	LF/SICAR
004	05	Jair Oliveira da Rocha	-.***.-	Biribá	Manicoré	-	LF
005	05	Conhecido com Caveira (Tatu/Nunes)	054..***.852-29	Terra Preta	Manicoré	-	LF
006	06	Luís Ferreira da Rocha	-.***.-	Beribá	Manicoré	-	LF
007	06	Alexandre (conhecido como Botinho da família Pavão)	-.***.-	Prainha	Manicoré	-	LF
008	07	Conhecido como Adonias	063..***.592-05	Terra Preta	Manicoré	-	LF
009	08	Leilane Chagas Bezerra	628..***.042-72	Beribá	Manicoré	-	LF
010	09	Raimundo Nilton Campos Dos Santos	-.***.-	Lugar Cinco Porco e/ou São Jorge	Manicoré	-	LF/SICAR
011	10	Miguel Pinheiro Leite	030..***.782-04	São Gabriel	Manicoré	-	LF
012	11	Nivaldo Leal das Neves	-.***.-	Lugar Espírito Santo	Manicoré	-	LF/SICAR
013	12	Lamir da Rocha	-.***.-	Compasso	Manicoré	-	LF
014	14	Ardívio da Conceição	193..***.202-00	Cotovelo	Manicoré	-	LF
015	15	Espólio de Raimundo dos Santos (filho conhecido com encarnado) - Raimundo Veiga Dos Santos (SICAR)	607..***.842-91	Areia Branca	Manicoré	-	LF/SICAR
016	16	Dilmo de Freitas Oliveira	091..***.002-28	Boa Esperança	Manicoré	-	LF
017	17	Denilson de Oliveira	044..***.452-59	Boa Esperança	Manicoré	-	LF
018	18	Rafael de Oliveira	921..***.962-49	Boa Esperança	Manicoré	-	LF
019	s/LF	Cleomirton Ramos Da Gama	764..***.622-91	Lugar Brebi	Manicoré	-	SICAR
020	s/LF	Valcinei Oliveira da Silva	566..***.722-87	Sao Pedro Do Matura	Manicoré	-	SICAR
021	s/LF	Francisco Medeiros da Conceição	030..***.782-04	Lugar Bom Futuro (Antiga Aliança)	Manicoré	-	citação
022	s/LF	Nivaldo Leal das Neves	909..***.332-49	Lugar Nova Vida e/ou Lugar João André	Manicoré	-	SICAR
023	s/LF	Raimundo Do Rosario Vasconcelos	064..***.972-91	Lugar Tres Jacu	Manicoré	-	SICAR
024	s/LF	Djanira Vieira Mar	854..***.802-49	Fazenda Iguaçu - II	Manicoré	-	SICAR

Tabela 45 - Lista consolidada esses ocupantes e imóveis

025	s/LF	Raimunda Pereira Gomes	558..***.962-72	Taiaçu	Manicoré	-	citação
026	-	Adaldino Da Paixao Veiga Dos Santos	061..***.102-00	Areia Branca	Manicoré	-	LF/SICAR
027	-	Aderson Veiga Dos Santos	132..***.532-04	Areia Branca	Manicoré	-	LF/SICAR
028	-	Aniraldo Veiga Dos Santos	152..***.862-49	Areia Branca	Manicoré	-	LF/SICAR
029	-	Anivaldo Veiga Dos Santos	213..***.162-20	Areia Branca	Manicoré	-	LF/SICAR
030	-	parcela sem proprietário (SIGEF) Marilza Pereira De Holanda (SICAR)	321..***.542-49	Fazenda Acaraú	Manicoré/Novo Aripuanã	2199	SIGEF/SICAR
031	-	Maria Lúcia Souza da Silva	333..***.835-20	Fazenda Pajurá - Área 01	Manicoré/Novo Aripuanã	952	SIGEF/SICAR
032	-	Rodrigo De Alencar Maia	693..***.012-34	Paulista II	Manicoré	920	SIGEF/SICAR
033	-	Maria Lúcia Souza da Silva	333..***.835-20	Fazenda Pajurá - Área 19	Manicoré	952	SIGEF/SICAR
034	-	Joao Pinheiro Taumaturgo	193..***.932-15	Fazenda Nova Empreza III	Manicoré	2433	SIGEF
035	-	Ndd Telecom Serviços De Comunicações Ltda	27.6..***.001-17	Fazenda Anta Gorda II	Manicoré	2897	SIGEF/SICAR
036	-	José Irandir Neves Amaral	509..***.202-20	Lagoa Grande	Manicoré	1209	SIGEF/SICAR
037	-	Amilton Rufino Da Silva	210..***.776-72	Seringal Tracoá	Manicoré	2018	SIGEF
038	-	Maria Lúcia Souza da Silva	333..***.835-20	Fazenda Pajurá - Área 16	Manicoré/Novo Aripuanã	952	SIGEF/SICAR
039	-	Maria Lúcia Souza da Silva	333..***.835-20	Fazenda Pajurá - Área 13	Manicoré	952	SIGEF/SICAR
040	-	Maria Lúcia Souza da Silva	333..***.835-20	Fazenda Pajurá - Área 25	Manicoré/Novo Aripuanã	952	SIGEF/SICAR
041	-	Issac Sahdo Neto	031..***.442-15	Fazenda - Seringal Camaiu	Manicoré	1703	SIGEF/SICAR
042	-	Adriano Souza Da Cunha	004..***.372-43	Fazenda Colibri	Manicoré/Novo Aripuanã	890	SIGEF
043	-	Maria Lúcia Souza da Silva	333..***.835-20	Fazenda Pajurá - Área 18	Manicoré/Novo Aripuanã	952	SIGEF/SICAR
044	-	Daterra Terraplenagem E Transportes Eireli - ME	03.8..***.001-01	Fazenda Mataurá	Manicoré	2444	SIGEF/SICAR
045	-	Marcos Vera	886..***.658-87	Fazenda Beira Mar	Manicoré	399	SIGEF/SICAR
046	-	Adriano Souza Da Cunha	004..***.372-43	Fazenda Araras	Manicoré/Novo Aripuanã	888	SIGEF
047	-	Maria Lúcia Souza da Silva	333..***.835-20	Fazenda Pajurá - Área 07	Manicoré/Novo Aripuanã	952	SIGEF/SICAR
048	-	Adriano Souza Da Cunha	004..***.372-43	Fazenda Matão	Manicoré/Novo Aripuanã	2497	SIGEF
049	-	Joaquim Carvalho Moraes	558..***.962-72	Fazenda Flamboyant	Manicoré/Novo Aripuanã	732	SIGEF/SICAR
050	-	Maria Lúcia Souza da Silva	061..***.102-00	Fazenda Pajurá - Área 23	Manicoré	952	SIGEF/SICAR
051	-	Zuila Ferreira Martins	132..***.532-04	TERRA PRETA DA BOA ESPERANÇA - PARTE I (SICAR) FAZENDA SUCUNDURI - Gleba 01 (SIGEF)	Manicoré	2.590	SIGEF/SICAR
052	-	Maria Lúcia Souza da Silva	152..***.862-49	Fazenda Pajurá - Área 10	Manicoré	952	SIGEF/SICAR
053	-	Maria Lúcia Souza da Silva	213..***.162-20	Fazenda Pajurá - Área 02	Manicoré	952	SIGEF/SICAR
054	-	Maria Lúcia Souza da Silva	321..***.542-49	Fazenda Pajurá - Área 24	Manicoré/Novo Aripuanã	952	SIGEF/SICAR
055	-	Joao Pinheiro Taumaturgo	333..***.835-20	Fazenda São Francisco I	Manicoré	2440	SIGEF
056	-	Maria Lúcia Souza da Silva	693..***.012-34	Fazenda Pajurá - Área 26	Manicoré	952	SIGEF/SICAR
057	-	Maria Lúcia Souza da Silva	333..***.835-20	Fazenda Pajurá - Área 03	Manicoré/Novo Aripuanã	952	SIGEF/SICAR
058	-	Joao Pinheiro Taumaturgo	193..***.932-15	Fazenda São Pedro I	Manicoré	2443	SIGEF

059	-	José Humberto Lucas	27.6.***.001-17	Fazenda Cedro (SIGEF) Fazenda Lagoa Grande (SICAR)	Manicoré/Novo Aripuanã	889	SIGEF/SICAR
060	-	Incorporadora Manicore Ltda	509..***.202-20	Fazenda Lagoa Grande II	Manicoré	2718	SIGEF/SICAR
061	-	Maria Lúcia Souza da Silva	210..***.776-72	Fazenda Pajurá (SIGEF) Fazenda Pajurá - Área 04 (SICAR)	Manicoré	952	SIGEF/SICAR
062	-	Adriano Souza Da Cunha	333..***.835-20	Fazenda Colorado	Manicoré/Novo Aripuanã	887	SIGEF
063	-	Joao Pinheiro Taumaturgo	333..***.835-20	Fazenda Sifoleli	Novo Aripuanã	894	SIGEF/SICAR
064	-	Wagton Lima Silva	333..***.835-20	Fazenda São Francisco III	Manicoré	2442	SIGEF
065	-	Perfume Da Amazonia Ltda	031..***.442-15	Sem Denominação	Manicoré	871	SIGEF/SICAR
066	-	Daterra Terraplenagem E Transportes Eireli - ME	004..***.372-43	Fazenda São Roque	Manicoré	383	SIGEF
067	-	Joao Pinheiro Taumaturgo	333..***.835-20	Fazenda Sucuriçu IV	Manicoré	2434	SIGEF
068	-	Lucia Maria Tinoco De Alencar	03.8.***.001-01	Paulista	Manicoré	2746	SIGEF/SICAR
069	-	Maria Lúcia Souza da Silva	886..***.658-87	Fazenda Pajurá - Área 28	Manicoré	952	SIGEF/SICAR
070	-	Joao Pinheiro Taumaturgo	004..***.372-43	Fazenda Esperança	Manicoré	2430	SIGEF/SICAR
071	-	Maria Lúcia Souza da Silva	333..***.835-20	Fazenda Pajurá - Área 08	Manicoré	952	SIGEF/SICAR
072	-	Maria Lúcia Souza da Silva	004..***.372-43	Fazenda Pajurá - Área 14	Manicoré/Novo Aripuanã	952	SIGEF/SICAR
073	-	Maria Lúcia Souza da Silva	558..***.962-72	Fazenda Pajurá - Área 11	Manicoré	952	SIGEF/SICAR
074	-	Zuila Ferreira Martins	061..***.102-00	TERRA PRETA DA BOA ESPERANÇA - PARTE III (SICAR) FAZENDA SUCUNDURI - Gleba 03 (SIGEF)	Manicoré	2.590	SIGEF/SICAR
075	-	Valdemilton Dos Santos Silva	132..***.532-04	Fazenda Três Irmãos	Manicoré	454	SIGEF
076	-	Maria Lúcia Souza da Silva	152..***.862-49	Fazenda Pajurá - Área 22	Manicoré/Novo Aripuanã	952	SIGEF/SICAR
077	-	Gilce Nerli Luvison	213..***.162-20	Fazenda Canaã II	Manicoré	2772	SIGEF/SICAR
078	-	Zuila Ferreira Martins	321..***.542-49	TERRA PRETA DA BOA ESPERANÇA - PARTE II (SICAR) FAZENDA SUCUNDURI - Gleba 02 (SIGEF)	Manicoré	2.590	SIGEF/SICAR
079	-	Adriano Souza Da Cunha	333..***.835-20	Fazenda Couro De Boi	Manicoré/Novo Aripuanã	891	SIGEF
080	-	Joao Pinheiro Taumaturgo	693..***.012-34	Fazenda Parauá	Manicoré	2432	SIGEF
081	-	Joao Pinheiro Taumaturgo	333..***.835-20	Fazenda Chanaan	Manicoré	2429	SIGEF/SICAR
082	-	Joao Pinheiro Taumaturgo	193..***.932-15	Fazenda Catuaba	Novo Aripuanã	893	SIGEF/SICAR
083	-	Daterra Terraplenagem E Transportes Eireli - ME	27.6.***.001-17	Fazenda Tucumã	Manicoré	2445	SIGEF/SICAR
084	-	Joao Pinheiro Taumaturgo	509..***.202-20	Fazenda São Francisco II	Manicoré	2441	SIGEF
085	-	Maria Lúcia Souza da Silva	210..***.776-72	Fazenda Pajurá - Área 27	Manicoré/Novo Aripuanã	952	SIGEF/SICAR
086	-	Joao Pinheiro Taumaturgo	333..***.835-20	Fazenda Yohohama	Manicoré	2436	SIGEF
087	-	Maria Lúcia Souza da Silva	333..***.835-20	Fazenda Pajurá - Área 20	Manicoré/Novo Aripuanã	952	SIGEF/SICAR
088	-	Joao Pinheiro Taumaturgo	333..***.835-20	Fazenda Jurará II	Manicoré	2431	SIGEF/SICAR
089	-	Maria Lúcia Souza da Silva	031..***.442-15	Fazenda Pajurá - Área 29	Manicoré/Novo Aripuanã	952	SIGEF/SICAR

090	-	Maria Lúcia Souza da Silva	004..***.372-43	Fazenda Pajurá - Área 09	Manicoré/Novo Aripuanã	952	SIGEF/SICAR
091	-	Maria Lúcia Souza da Silva	333..***.835-20	Fazenda Pajurá - Área 21	Manicoré	952	SIGEF/SICAR
092	-	Maria Lúcia Souza da Silva	03.8.***.001-01	Fazenda Pajurá - Área 12	Manicoré/Novo Aripuanã	952	SIGEF/SICAR
093	-	Luiz Albuquerque Moreira	886..***.658-87	Moreira	Manicoré	-	SICAR
094	-	José Humberto Lucas	004..***.372-43	Fazenda Campo Grande	Manicoré/Novo Aripuanã	892	SICAR
095	-	Francisco de Assis Galdino Beleza	333..***.835-20	Bom Futuro - II	Manicoré	-	SICAR
096	-	Maria Alice De Souza E Beleza	004..***.372-43	Bom Futuro - II	Manicoré	-	SICAR
097	-	Esio Do Espírito Santo	558..***.962-72	Sem Denominação	Manicoré	0700/14	SICAR
098	-	Elly Junior Vieira Mar	061..***.102-00	Fazenda Maitarina - II	Manicoré	-	SICAR
099	-	Maria Lúcia Souza da Silva	132..***.532-04	Fazenda Pajurá - Área 05	Manicoré	952	SICAR
100	-	Antonio Mendonça De Souza	152..***.862-49	Terra Dos Mendoças	Manicoré	-	SICAR
101	-	Caroliny Almeida Coelho	213..***.162-20	Lugar Nárnia	Manicoré	-	SICAR
102	-	Alcione Costa De Almeida	321..***.542-49	Arrendido - III	Manicoré	-	SICAR
103	-	Divan Da Silva Carvalho	333..***.835-20	Fazenda Fortaleza	Manicoré	-	SICAR
104	-	Agroverde - Agro Vale do Urua Ltda	693..***.012-34	Terra Vermelha	Manicoré	-	SICAR
105	-	Savio Rodrigues Pinheiro	333..***.835-20	Lote Fortaleza	Manicoré	-	SICAR
106	-	Maria Auxiliadora Franco Passos	193..***.932-15	Castanhalzinho - II	Manicoré	-	SICAR
107	-	Empresa Florestal da Amazônia Ltda	27.6.***.001-17	Morcego	Manicoré	1297	SICAR
108	-	João Leomar De Vargas	509..***.202-20	João Leomar De Vargas	Manicoré	735	SICAR
109	-	Vinicius Ceccon	210..***.776-72	Fazenda Do Centauro	Manicoré	2848	SICAR
110	-	Empresa Florestal da Amazônia Ltda	333..***.835-20	Laguinho	Manicoré	1300	SICAR
111	-	José Mário Medeiros Da Conceição	333..***.835-20	Sítio Vovô Horacio Terras Do Bom Futuro	Manicoré	665	SICAR
112	-	Cleudo Brasil Bernardo De Oliveira	333..***.835-20	Sem Denominação	Manicoré	-	SICAR
113	-	Joao Carlos Ortiz De Melo	031..***.442-15	Lote 04	Manicoré	-	SICAR
114	-	Ryan Tavares Vieira	004..***.372-43	Sao Jose - I	Manicoré	R-2-530	SICAR
115	-	Doublino Lemucch	333..***.835-20	Fazenda Alto Paraná II	Manicoré	-	SICAR
116	-	Agroverde - Agro Vale do Urua Ltda	03.8.***.001-01	Sem Denominação	Manicoré	-	SICAR
117	-	Agroverde - Agro Vale do Urua Ltda	886..***.658-87	Sem Denominação	Manicoré	-	SICAR
118	-	Edgar Gomes Ribeiro	004..***.372-43	Fazenda Sucunduri - Parte II	Manicoré	151	SICAR
119	-	Domingos Bezerra Araujo	333..***.835-20	Fazenda Bezerra	Manicoré	R.01/187	SICAR
120	-	Agustinha Mar Das Chagas	004..***.372-43	Fazenda Maitarina - I	Manicoré	-	SICAR
121	-	Transmaranata Transporte Eireli	558..***.962-72	Fazenda Mata Mata II	Manicoré	2910	SICAR
122	-	Empresa Florestal da Amazônia Ltda	061..***.102-00	Muiracutuba II	Manicoré	-	SICAR
123	-	Claudenora Dos Santosa Guimarães	132..***.532-04	Sem Denominação	Manicoré	-	SICAR
124	-	Marinete Sousa Moreira	152..***.862-49	Conceição	Manicoré	-	SICAR
125	-	Valmir Martins de Paula	213..***.162-20	Fazenda Gavião	Manicoré	2898	SICAR
126	-	Sergio de Moraes	321..***.542-49	Santo Antonio	Manicoré	447	SICAR
127	-	Vinicius Alencar Nicolau	333..***.835-20	Fazenda Bonanza - III	Manicoré	34	SICAR
128	-	Joao Dos Santos Hipy	693..***.012-34	Lugar Santa Terezinha	Manicoré	-	SICAR
129	-	Jefferson Pinheiro de Barros	333..***.835-20	Sem Denominação	Manicoré	-	SICAR
130	-	Maria Lúcia Souza da Silva	193..***.932-15	Fazenda Pajurá - Área 36	Manicoré	952	SICAR
131	-	Antônio Spalenza	27.6.***.001-17	Fazenda Caiaué Rio Atininga	Manicoré	1699	SICAR
132	-	Terezinha De Jesus Colares Da Silva	509..***.202-20	Fazenda Caiaué Rio Atininga	Manicoré	1699	SICAR
133	-	Lucas Doce Lopes	210..***.776-72	Lugar Terra Do Nunca	Manicoré	-	SICAR

134	-	Rossimeire De Vasconcelos Duarte	333..***.835-20	Lugar São José	Manicoré	-	SICAR
135	-	Anezio Dos Santos Ferreira Duarte	333..***.835-20	Lugar Sucuriju	Manicoré	-	SICAR
136	-	Edgar Gomes Ribeiro	333..***.835-20	Fazenda Sucunduri - Parte I	Manicoré	151	SICAR
137	-	Daison Duarte Araujo	031..***.442-15	Lugar Preciosa	Manicoré	420	SICAR
138	-	Doublino Lemucch	004..***.372-43	Fazenda Alto Paraná III	Manicoré/Novo Aripuanã	-	SICAR
139	-	Edilson Do Espirito Santo	333..***.835-20	Lugar Prosperidade	Manicoré	-	SICAR
140	-	Pedro Ferraz Conceição	03.8..***.001-01	Lugar Republica	Manicoré	-	SICAR
141	-	Joaquim Nilton Colares Campos	886..***.658-87	Ponta De Vidro	Manicoré	0	SICAR
142	-	Edgar Gomes Ribeiro	004..***.372-43	Fazenda Sucunduri - Parte III	Manicoré	151	SICAR
143	-	Evaldo Ferreira Cactano	333..***.835-20	Bom Futuro - I	Manicoré	-	SICAR
144	-	Santa Galdino Beleza	004..***.372-43	Bom Futuro - I	Manicoré	-	SICAR
145	-	Zildo Batista Brasil	558..***.962-72	Lugar Nina	Manicoré	-	SICAR
146	-	Francisco Carlos Bezerra Lima	061..***.102-00	Sítio Bela Vista	Manicoré	-	SICAR
147	-	Empresa Florestal da Amazônia Ltda	132..***.532-04	Maranguapi	Manicoré	444	SICAR
148	-	Jander Lima Queiroz	152..***.862-49	Gênesis	Manicoré	-	SICAR
149	-	Dermival Ribeiro Guimarães	213..***.162-20	Sem Denominação	Manicoré	-	SICAR
150	-	Edison Xavier De Oliveira	321..***.542-49	Fazenda Atininga - II	Manicoré	2113	SICAR
151	-	Diego Da Costa De Almeida	333..***.835-20	Arrependido - I	Manicoré	-	SICAR
152	-	Marta Campos Dos Santos	693..***.012-34	Boca Do Uruá	Manicoré	-	SICAR
153	-	George Maycon Vasconcelos Costa	333..***.835-20	Castanhal VI	Manicoré	-	SICAR
154	-	Agroverde - Agro Vale do Urua Ltda	193..***.932-15	Sem Denominação	Manicoré	-	SICAR
155	-	Manuel Fonsenca de Araujo	27.6..***.001-17	Fazenda Bonanza - IV	Manicoré	34	SICAR
156	-	Jose Fernandes de Sousa Tavares	509..***.202-20	Sao Jose Do Maturá	Manicoré	R-08-529	SICAR
157	-	José Agenor Conceição	210..***.776-72	Lugar Cotovelo	Manicoré	-	SICAR
158	-	Cicero Valeriano da Silva	333..***.835-20	Lote I	Manicoré	-	SICAR
159	-	Jose Rodrigues Pedraca	333..***.835-20	Martelo	Manicoré	723	SICAR
160	-	Antonio Emanuel Brasil De Oliveira	333..***.835-20	Boa Esperança	Manicoré	-	SICAR
161	-	Ezio Viana de França	031..***.442-15	Fazenda Aguas Claras	Manicoré	-	SICAR
162	-	Jozé Canpos da Rocha	004..***.372-43	Vista Alegre Do Atininga	Manicoré	-	SICAR
163	-	Maria Arteane Pinheiro Barros	333..***.835-20	Lote Alianca	Manicoré	-	SICAR
164	-	Edson Helder de Souza Leão	03.8..***.001-01	Fazenda Prosperidade	Manicoré	R-06-301	SICAR
165	-	Kadia Emilia Pinheiro Barros	886..***.658-87	Lote Kauane	Manicoré	-	SICAR
166	-	Agroverde - Agro Vale do Urua Ltda	004..***.372-43	Sem Denominação	Manicoré	-	SICAR
167	-	Gabriel Torres Palheta	333..***.835-20	Lote Torres Filho	Manicoré	-	SICAR
168	-	Empresa Florestal da Amazônia Ltda	004..***.372-43	Bacabal	Manicoré	257	SICAR
169	-	Jose Leandro Vieira Mar	558..***.962-72	Fazenda Maitarina - III	Manicoré	-	SICAR
170	-	Maria Lúcia Souza da Silva	061..***.102-00	Fazenda Pajurá - Área 15	Manicoré	952	SICAR
171	-	Jorge Pinho de Almeida	132..***.532-04	Fazenda Gleba Alto Guariba	Manicoré	983	SICAR
172	-	Tania Mari Scusiato	152..***.862-49	Fazenda Terra Brasilis 4	Manicoré	-	SICAR
173	-	Manuel Frutuso França	213..***.162-20	Frutuoso	Manicoré	R-01-515	SICAR
174	-	Wilson Ricardo de Moraes França	321..***.542-49	Frutuoso	Manicoré	R-01-515	SICAR
175	-	Kaio Augusto Vital França	333..***.835-20	Lote Irmãos Kaph	Manicoré	513	SICAR
176	-	Pedro Alzimar de Azevedo Ferreira	693..***.012-34	Bom Jesus	Manicoré	-	SICAR
177	-	Equimat Comércio E Representações Eireli	333..***.835-20	Terra Preta Da Boa Esperança	Manicoré	151	SICAR
178	-	Msa - Construcoes E Empreendimentos Ltda - Me	193..***.932-15	Fazenda Bonanza - I	Manicoré	34	SICAR

179	-	Paulo Cezar Mates	27.6.***.001-17	Fazenda Mates	Manicoré	-	SICAR
180	-	Maria Lúcia Souza da Silva	509..***.202-20	Fazenda Pajurá - Área 17	Manicoré	952	SICAR
181	-	Leandro Vasconcelos Costa	210..***.776-72	Castanhal I	Manicoré	-	SICAR
182	-	Empresa Florestal da Amazônia Ltda	333..***.835-20	Muiracutuba	Manicoré	26	SICAR
183	-	Valmir Martins de Paula	333..***.835-20	Fazenda Mata Mata II	Manicoré	2926	SICAR
184	-	Luciano Sousa Guedes	333..***.835-20	Uruá Grande	Manicoré	-	SICAR
185	-	Sheila Patricia Queiroz Reis	031..***.442-15	Fazenda Bonanza II	Manicoré	-	SICAR
186	-	Aura Agropecuaria Unidos Da Rocha Ltda	004..***.372-43	Fazenda Amazonas II	Manicoré	930	SICAR
187	-	Jose Jurimar Da Silva Maia	333..***.835-20	Tucuna	Manicoré	01-498	SICAR
188	-	Miguel Pinto Da Conceição	03.8.***.001-01	Sítio Fortaleza II	Manicoré	-	SICAR
189	-	Dayane Pereira Borges De Souza	886..***.658-87	Borges	Manicoré	-	SICAR
190	-	Bdx Florestas Ltda	004..***.372-43	Fazenda Terra Brasilis V	Manicoré	-	SICAR
192	-	Cleitiane Araujo Ferreira	333..***.835-20	Lugar Tres Jacu	Manicoré	-	SICAR
193	-	Cleutes Lima Vasconcelos	004..***.372-43	Lugar Tres Jacu	Manicoré	-	SICAR
194	-	Edevaldo Araujo Ferreira	558..***.962-72	Lugar Tres Jacu	Manicoré	-	SICAR
195	-	Francidalva Ferreira De Vasconcelos	061..***.102-00	Lugar Tres Jacu	Manicoré	-	SICAR
196	-	Gracy Kelly Ferreira Vasconcelos	132..***.532-04	Lugar Tres Jacu	Manicoré	-	SICAR
197	-	Jacline Ferreira De Lima	152..***.862-49	Lugar Tres Jacu	Manicoré	-	SICAR
198	-	Maria Nizete Lima Vasconcelos	213..***.162-20	Lugar Tres Jacu	Manicoré	-	SICAR
199	-	Raimundo Nonato Araujo Ferreira	321..***.542-49	Lugar Tres Jacu	Manicoré	-	SICAR
200	-	Vera Lucia Ferreira Lima	333..***.835-20	Lugar Tres Jacu	Manicoré	-	SICAR
201	-	Maria Lúcia Souza da Silva	693..***.012-34	Fazenda Pajurá - Área 32	Manicoré	952	SICAR
202	-	Empresa Florestal da Amazônia Ltda	333..***.835-20	Tabocal	Manicoré	152	SICAR
203	-	Marcos Vera	193..***.932-15	Veras Futuro	Manicoré	-	SICAR
204	-	Agroverde - Agro Vale Do Urua Ltda	27.6.***.001-17	São José II	Manicoré	-	SICAR
205	-	Jorge Matheus Mar Correa	509..***.202-20	Fazenda Iguaçu - I	Manicoré	-	SICAR
206	-	Empresa Florestal da Amazônia Ltda	210..***.776-72	Biribá	Manicoré	5	SICAR
207	-	Elziomar Colares De Alencar	333..***.835-20	Fazenda Bonanza I	Manicoré	-	SICAR
208	-	Timoteo Vasconcelos Duarte	333..***.835-20	Sítio Renovação	Manicoré	-	SICAR
209	-	Bruno Mar De Souza	333..***.835-20	Fazenda Iguaçu - III	Manicoré	-	SICAR
210	-	Jose Adailson Bitencourt Pinto	031..***.442-15	Arrependido - IV	Manicoré	-	SICAR
211	-	Marivaldo Cavalcante Nascimento	004..***.372-43	Fazenda Carauari	Manicoré	394	SICAR
212	-	Jose Edvilson Quadros De Melo	333..***.835-20	Título Provisorio N° 007906	Manicoré	-	SICAR
213	-	Hugo Dos Santos Fonseca	03.8.***.001-01	Sítio Boa Esperança	Manicoré	-	SICAR
214	-	Marcus Colares Alencar	886..***.658-87	Fazenda Bonanza - II	Manicoré	34	SICAR
215	-	Maria De Fatima Da Costa Almeida	004..***.372-43	Arrependido - II	Manicoré	-	SICAR
216	-	Francisco Medeiros da Conceição	333..***.835-20	Nova Aliança	Manicoré	-	SICAR
217	-	Dario De Souza Lopes	004..***.372-43	Fazenda Terra Brasilis 6	Manicoré	-	SICAR
218	-	Luciano Gomes Da Silva	558..***.962-72	Título Provisorio N° 007383	Manicoré	-	SICAR
219	-	João Emanuel Dos Santos Almeida	061..***.102-00	Sem Denominação	Manicoré	-	SICAR
220	-	Empresa Florestal da Amazônia Ltda	132..***.532-04	Muiracutuba I	Manicoré	37	SICAR
221	-	Luciano Sousa Guedes	152..***.862-49	Fazenda Santa Maria	Manicoré/Novo Aripuanã	2300	SICAR
222	-	Andrew De Oliveira Neves	213..***.162-20	Lugar Boa Esperança - II	Manicoré	-	SICAR
223	-	Oyama Rodrigues Pedraca	321..***.542-49	São José II	Manicoré	-	SICAR

224	-	Ezio Viana De França	333..***.835-20	Fazenda Moreias Terra Do Bom Futuro - III	Manicoré	-	SICAR
225	-	Esio Do Espírito Santo Filho	693..***.012-34	Sem Denominação	Manicoré	723	SICAR
226	-	Joao Leal Da Silva	333..***.835-20	Fazenda Mundo Novo	Manicoré	342	SICAR
227	-	Maria Lúcia Souza da Silva	193..***.932-15	Fazenda Pajurá - Área 30	Manicoré	952	SICAR
228	-	Robson Wilkens Farias Melgarejo Junior	27.6..***.001-17	Fazenda Chikut - I	Manicoré	029-2022	SICAR
229	-	Maria Lúcia Souza da Silva	509..***.202-20	Fazenda Pajurá - Área 06	Manicoré/Novo Aripuanã	952	SICAR
230	-	Raimundo Albuquerque Do Nascimento	210..***.776-72	Vista Alegre Do Rio Urua	Manicoré	-	SICAR
231	-	Filipe Perin	333..***.835-20	Fazenda São João	Manicoré	M-493	SICAR
232	-	Empresa Florestal da Amazônia Ltda	333..***.835-20	Buriti	Manicoré	255	SICAR
233	-	Aderaldo Pereira Dos Santos	333..***.835-20	Lamparina	Manicoré	0	SICAR
234	-	Josiane Vieira Da Conceição	031..***.442-15	Sítio Vovó Juliana Terras Do Bom Futuro	Manicoré	-	SICAR
235	-	Cristhian Vasconcelos Costa	004..***.372-43	Cristhian Vasconcelos Costa	Manicoré	-	SICAR
236	-	Antonio Passos Veiga	333..***.835-20	Castanhalzinho - I	Manicoré	-	SICAR
237	-	Maria Lúcia Souza da Silva	03.8..***.001-01	Fazenda Pajurá - Área 34	Manicoré	952	SICAR
238	-	Bark Industria E Comercio De Couros - Ltda	886..***.658-87	Fazenda Cedro	Manicoré/Novo Aripuanã	2494	SICAR
239	-	Amazon Topografia e Logística de Selva Ltda	004..***.372-43	Fazenda Iguaçu	Manicoré/Novo Aripuanã	2200	SICAR
240	-	Bdx Florestas Ltda	333..***.835-20	Fazenda Terra Brasilis IV	Manicoré/Novo Aripuanã	-	SICAR
241	-	Americo Xavier De Souza Filho	004..***.372-43	Capitarizinho	Novo Aripuanã	-	SICAR
242	-	Marcos Paulo Vieceilli	558..***.962-72	Fazenda Terra Fértil II	Manicoré/Novo Aripuanã	2893	SICAR
243	-	Gercimundo Paes Da Frota	061..***.102-00	Seringal Boa Vista	Manicoré/Novo Aripuanã	1842	SICAR
244	-	Care Amazon Jungle Conservação De Florestas Nativas Ltda.	132..***.532-04	São Raimundo	Manicoré/Novo Aripuanã	2691	SICAR
245	-	Manuel Santos Gutierrez	152..***.862-49	Fazenda Mata Mata	Manicoré/Novo Aripuanã	978	SICAR
246	-	Care Amazon Jungle Conservação De Florestas Nativas Ltda.	213..***.162-20	São Raimundo 2	Manicoré/Novo Aripuanã	2692	SICAR
247	-	Bark Industria E Comercio De Couros - Ltda	321..***.542-49	Fazenda Agua Santa	Manicoré/Novo Aripuanã	2491	SICAR
248	-	Jorge Pinho De Almeida	333..***.835-20	Gleba Guariba	Manicoré/Novo Aripuanã	983	SICAR
249	-	Bark Industria E Comercio De Couros - Ltda	693..***.012-34	Fazenda Colorado	Manicoré/Novo Aripuanã	2492	SICAR
250	-	Ulisses Fontoura	333..***.835-20	Capitarizinho	Novo Aripuanã	1957	SICAR
251	-	Amazon Topografia e Logística de Selva Ltda	193..***.932-15	Fazenda Caetê	Manicoré/Novo Aripuanã	2197	SICAR
252	-	Wagton Rosa Ferreira	27.6..***.001-17	Fazenda Matão	Manicoré/Novo Aripuanã	2497	SICAR
253	-	Bark Industria E Comercio De Couros - Ltda	509..***.202-20	Fazenda Araras	Manicoré/Novo Aripuanã	2493	SICAR
254	-	Bark Industria E Comercio De Couros - Ltda	210..***.776-72	Fazenda Couro De Boi	Manicoré/Novo Aripuanã	2496	SICAR
255	-	Leandres Pereira Tomaz	333..***.835-20	Cacoal	Manicoré/Novo Aripuanã	882	SICAR
256	-	Bark Industria E Comercio De Couros - Ltda	333..***.835-20	Fazenda Colibri	Manicoré/Novo Aripuanã	2495	SICAR

257	-	Maurício Correa da Silva	333..***.835-20	Fazenda Arara	Manicoré/Novo Aripuanã	-	SICAR
258	-	Ana Pereira da Costa	031..***.442-15	Fazenda Pajurá	Manicoré/Novo Aripuanã	952	SICAR
259	-	Maurício Correa da Silva	004..***.372-43	Fazenda Mata	Manicoré/Novo Aripuanã	-	SICAR
260	-	-	333..***.835-20	Flona do Aripuanã	Apuí/Manicoré/Novo Aripuanã	-	CNUC/MMA
261	-	-	03.8..***.001-01	RBio do Manicoré	Manicoré/Novo Aripuanã	-	CNUC/MMA
262	-	-	886..***.658-87	Gleba Felicidade	Manicoré/Novo Aripuanã	693	CNFP/SFB
263	-	-	004..***.372-43	Gleba Mundo Novo	Manicoré	723	CNFP/SFB
264	-	-	333..***.835-20	Marmelos Atininga	Manicoré	1846	CNFP/SFB
265	-	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)	004..***.372-43	Gleba Aripuanã	Novo Aripuanã	702	SIGEF - Público
266	-	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)	558..***.962-72	Gleba Juqui	Manicoré	733	SIGEF - Público
267	-	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)	061..***.102-00	Gleba Manicorezinho - Parte 1	Novo Aripuanã	697	SIGEF - Público

Tabela 46 - Relação de imóveis e ocupantes não indígenas sobrepostos à proposta da área em estudo Curara

Até a data de elaboração deste relatório, apenas o Cartório de Novo Aripuanã havia respondido ao ofício, enquanto o Cartório da Comarca de Manicoré ainda não havia se manifestado. A Tabela 47, abaixo, apresenta de forma sistematizada a vinculação dos dados constantes na resposta do cartório de Novo Aripuanã ao quadro dos ocupantes não indígenas.

INFORMAÇÕES PARA PESQUISA CARTORIAL						INFORMAÇÕES DO CARTÓRIO					
Nº DE ORDEM	NOME DO OCUPANTE	CPF, RG ou CNPJ	NOME DO IMÓVEL	MUNICÍPIO	MATRÍCULA DO IMÓVEL	FONTE	MATRÍCULA	DENOMINAÇÃO	PROPRIETÁRIO	SITUAÇÃO	OBSERVAÇÃO DA AUTORA
030	parcela sem proprietário (SIGEF) Marilza Pereira De Holanda (SICAR)	321..***.542-49	Fazenda Acaraú	Manicoré/Novo Aripuanã	2199	SIGEF/SICAR	2.199	Fazenda Paredão	Sidney Gonçalves Nogueira Filho	-	não é o mesmo nome do imóvel. Então, pode estar registrado no cartório de Manicoré.
031	Maria Lúcia Souza da Silva	333..***.835-20	Fazenda Pajurá - Área 01	Manicoré/Novo Aripuanã	952	SIGEF/SICAR	952	Pajurá	-	Duplicada com registros/averbações divergentes	-
033	Maria Lúcia Souza da Silva	333..***.835-20	Fazenda Pajurá - Área 19	Manicoré	952	SIGEF/SICAR	952	Pajurá	-	Duplicada com registros/averbações divergentes	-
035	Ndd Telecom Serviços De Comunicações Ltda	27.6.***.001-17	Fazenda Anta Gorda II	Manicoré	2897	SIGEF/SICAR	2.897	Fazenda Anta Gorda	Transmaranata Transportes Eireli		-
038	Maria Lúcia Souza da Silva	333..***.835-20	Fazenda Pajurá - Área 16	Manicoré/Novo Aripuanã	952	SIGEF/SICAR	952	Pajurá	-	Duplicada com registros/averbações divergentes	-
039	Maria Lúcia Souza da Silva	333..***.835-20	Fazenda Pajurá - Área 13	Manicoré	952	SIGEF/SICAR	952	Pajurá	-	Duplicada com registros/averbações divergentes	-
040	Maria Lúcia Souza da Silva	333..***.835-20	Fazenda Pajurá - Área 25	Manicoré/Novo Aripuanã	952	SIGEF/SICAR	952	Pajurá	-	Duplicada com registros/averbações divergentes	-
043	Maria Lúcia Souza da Silva	333..***.835-20	Fazenda Pajurá - Área 18	Manicoré/Novo Aripuanã	952	SIGEF/SICAR	952	Pajurá	-	Duplicada com registros/averbações divergentes	-
047	Maria Lúcia Souza da Silva	333..***.835-20	Fazenda Pajurá - Área 07	Manicoré/Novo Aripuanã	952	SIGEF/SICAR	952	Pajurá	-	Duplicada com registros/averbações divergentes	-
048	Adriano Souza Da Cunha	004..***.372-43	Fazenda Matão	Manicoré/Novo Aripuanã	2497	SIGEF	2.497	Fazenda Ingrida	Mario Lucio Franco Junior		não é o mesmo nome do imóvel. Então, pode estar registrado no cartório de Manicoré.
050	Maria Lúcia Souza da Silva	333..***.835-20	Fazenda Pajurá - Área 23	Manicoré	952	SIGEF/SICAR	952	Pajurá	-	Duplicada com registros/averbações divergentes	-
052	Maria Lúcia Souza da Silva	333..***.835-20	Fazenda Pajurá - Área 10	Manicoré	952	SIGEF/SICAR	952	Pajurá	-	Duplicada com registros/averbações divergentes	-
053	Maria Lúcia Souza da Silva	333..***.835-20	Fazenda Pajurá - Área 02	Manicoré	952	SIGEF/SICAR	952	Pajurá	-	Duplicada com registros/averbações divergentes	-
054	Maria Lúcia Souza da Silva	333..***.835-20	Fazenda Pajurá - Área 24	Manicoré/Novo Aripuanã	952	SIGEF/SICAR	952	Pajurá	-	Duplicada com registros/averbações divergentes	-
056	Maria Lúcia Souza da Silva	333..***.835-20	Fazenda Pajurá - Área 26	Manicoré	952	SIGEF/SICAR	952	Pajurá	-	Duplicada com registros/averbações divergentes	-
057	Maria Lúcia Souza da Silva	333..***.835-20	Fazenda Pajurá - Área 03	Manicoré/Novo Aripuanã	952	SIGEF/SICAR	952	Pajurá	-	Duplicada com registros/averbações divergentes	-
061	Maria Lúcia Souza da Silva	333..***.835-20	Fazenda Pajurá (SIGEF) Fazenda Pajurá - Área 04 (SICAR)	Manicoré	952	SIGEF/SICAR	952	Pajurá	-	Duplicada com registros/averbações divergentes	-
069	Maria Lúcia Souza da Silva	333..***.835-20	Fazenda Pajurá - Área 28	Manicoré	952	SIGEF/SICAR	952	Pajurá	-	Duplicada com registros/averbações divergentes	-
071	Maria Lúcia Souza da Silva	333..***.835-20	Fazenda Pajurá - Área 08	Manicoré	952	SIGEF/SICAR	952	Pajurá	-	Duplicada com registros/averbações divergentes	-

072	Maria Lúcia Souza da Silva	333..***.835-20	Fazenda Pajurá - Área 14	Manicoré/Novo Aripuanã	952	SIGEF/SICAR	952	Pajurá	-	Duplicada com registros/averbações divergentes	-
073	Maria Lúcia Souza da Silva	333..***.835-20	Fazenda Pajurá - Área 11	Manicoré	952	SIGEF/SICAR	952	Pajurá	-	Duplicada com registros/averbações divergentes	-
076	Maria Lúcia Souza da Silva	333..***.835-20	Fazenda Pajurá - Área 22	Manicoré/Novo Aripuanã	952	SIGEF/SICAR	952	Pajurá	-	Duplicada com registros/averbações divergentes	-
085	Maria Lúcia Souza da Silva	333..***.835-20	Fazenda Pajurá - Área 27	Manicoré/Novo Aripuanã	952	SIGEF/SICAR	952	Pajurá	-	Duplicada com registros/averbações divergentes	-
087	Maria Lúcia Souza da Silva	333..***.835-20	Fazenda Pajurá - Área 20	Manicoré/Novo Aripuanã	952	SIGEF/SICAR	952	Pajurá	-	Duplicada com registros/averbações divergentes	-
089	Maria Lúcia Souza da Silva	321..***.542-49	Fazenda Pajurá - Área 29	Manicoré/Novo Aripuanã	952	SIGEF/SICAR	952	Pajurá	-	Duplicada com registros/averbações divergentes	-
090	Maria Lúcia Souza da Silva	333..***.835-20	Fazenda Pajurá - Área 09	Manicoré/Novo Aripuanã	952	SIGEF/SICAR	952	Pajurá	-	Duplicada com registros/averbações divergentes	-
091	Maria Lúcia Souza da Silva	333..***.835-20	Fazenda Pajurá - Área 21	Manicoré	952	SIGEF/SICAR	952	Pajurá	-	Duplicada com registros/averbações divergentes	-
092	Maria Lúcia Souza da Silva	27.6.***.001-17	Fazenda Pajurá - Área 12	Manicoré/Novo Aripuanã	952	SIGEF/SICAR	952	Pajurá	-	Duplicada com registros/averbações divergentes	-
099	Maria Lúcia Souza da Silva	333..***.835-20	Fazenda Pajurá - Área 05	Manicoré	952	SICAR	952	Pajurá	-	Duplicada com registros/averbações divergentes	-
130	Maria Lúcia Souza da Silva	333..***.835-20	Fazenda Pajurá - Área 36	Manicoré	952	SICAR	952	Pajurá	-	Duplicada com registros/averbações divergentes	-
170	Maria Lúcia Souza da Silva	333..***.835-20	Fazenda Pajurá - Área 15	Manicoré	952	SICAR	952	Pajurá	-	Duplicada com registros/averbações divergentes	-
171	Jorge Pinho de Almeida	333..***.835-20	Fazenda Gleba Alto Guariba	Manicoré	983	SICAR	983	Gleba Alto Guariba	Jorge Pinho de Almeida		documento inconsistente
180	Maria Lúcia Souza da Silva	333..***.835-20	Fazenda Pajurá - Área 17	Manicoré	952	SICAR	952	Pajurá	-	Duplicada com registros/averbações divergentes	-
201	Maria Lúcia Souza da Silva	004..***.372-43	Fazenda Pajurá - Área 32	Manicoré	952	SICAR	952	Pajurá	-	Duplicada com registros/averbações divergentes	-
227	Maria Lúcia Souza da Silva	333..***.835-20	Fazenda Pajurá - Área 30	Manicoré	952	SICAR	952	Pajurá	-	Duplicada com registros/averbações divergentes	-
229	Maria Lúcia Souza da Silva	333..***.835-20	Fazenda Pajurá - Área 06	Manicoré/Novo Aripuanã	952	SICAR	952	Pajurá	-	Duplicada com registros/averbações divergentes	-
237	Maria Lúcia Souza da Silva	333..***.835-20	Fazenda Pajurá - Área 34	Manicoré	952	SICAR	952	Pajurá	-	Duplicada com registros/averbações divergentes	-
238	Bark Industria E Comercio De Couros - Ltda	333..***.835-20	Fazenda Cedro	Manicoré/Novo Aripuanã	2494	SICAR	2.494	Fazenda Cedro	BARK Indústria e Comércio de Couros LTDA	-	-
239	Amazon Topografia e Logística de Selva Ltda	333..***.835-20	Fazenda Iguaçu	Manicoré/Novo Aripuanã	2200	SICAR	2.200	Fazenda Ouro	-	CANCELADA	não é o mesmo nome do imóvel. Então, pode estar registrado no cartório de Manicoré.
241	Americo Xavier De Souza Filho	333..***.835-20	Capitarizinho	Novo Aripuanã	-	SICAR	1.957	Capitarizinho	Américo Xavier de Souza Filho	-	-
242	Marcos Paulo Viecilli	333..***.835-20	Fazenda Terra Fértil II	Manicoré/Novo Aripuanã	2893	SICAR	2.893	Terra Fétil II	Fernanda Forlin	CANCELADA Certificação INCRA	-

243	Gercimundo Paes Da Frota	333..***.835-20	Seringal Boa Vista	Manicoré/Novo Aripuanã	1842	SICAR	1.842	Seringal Boa Vista	-	Duplicada com cadeia dominial divergente	-
244	Care Amazon Jungle Conservação De Florestas Nativas Ltda.	333..***.835-20	São Raimundo	Manicoré/Novo Aripuanã	2691	SICAR	2.691	São Raimundo	Care Amazon Jungle Conservação de Florestas Nativas LTDA	-	-
245	Manuel Santos Gutierrez	333..***.835-20	Fazenda Mata Mata	Manicoré/Novo Aripuanã	978	SICAR	978	Mata Mata	Luiz Ernesto Pereira Taranto	CANCELADA Certificação INCRA	documento inconsistente
246	Care Amazon Jungle Conservação De Florestas Nativas Ltda.	333..***.835-20	São Raimundo 2	Manicoré/Novo Aripuanã	2692	SICAR	2.692	São Raimundo 2	Care Amazon Jungle Conservação de Florestas Nativas LTDA	-	-
247	Bark Industria E Comercio De Couros - Ltda	333..***.835-20	Fazenda Agua Santa	Manicoré/Novo Aripuanã	2491	SICAR	2.491	Fazenda Água Santa	-	Transferida para Manicoré/AM	-
248	Jorge Pinho De Almeida	333..***.835-20	Gleba Guariba	Manicoré/Novo Aripuanã	983	SICAR	983	Gleba Alto Guariba	Jorge Pinho de Almeida	-	documento inconsistente
249	Bark Industria E Comercio De Couros - Ltda	333..***.835-20	Fazenda Colorado	Manicoré/Novo Aripuanã	2492	SICAR	2.492	Fazenda Colorado	BARK Indústria e Comércio de Couros LTDA	-	-
250	Ulisses Fontoura	321..***.542-49	Capitarizinho	Novo Aripuanã	1957	SICAR	1.957	Capitarizinho	Américo Xavier de Souza Filho	-	-
251	Amazon Topografia e Logística de Selva Ltda	333..***.835-20	Fazenda Caetê	Manicoré/Novo Aripuanã	2197	SICAR	2.197	Não localizada / Fazenda Caetê	-	Inexistente no acervo	pode ser que esteja registrado no cartório de Manicoré.
252	Wagton Rosa Ferreira	333..***.835-20	Fazenda Matão	Manicoré/Novo Aripuanã	2497	SICAR	2.497	Fazenda Ingrida	Mario Lucio Franco Junior	-	não é o mesmo nome do imóvel. Então, pode estar registrado no cartório de Manicoré.
253	Bark Industria E Comercio De Couros - Ltda	27.6.***.001-17	Fazenda Araras	Manicoré/Novo Aripuanã	2493	SICAR	2.493	Fazenda Araras	BARK Indústria e Comércio de Couros LTDA	-	-
254	Bark Industria E Comercio De Couros - Ltda	333..***.835-20	Fazenda Couro De Boi	Manicoré/Novo Aripuanã	2496	SICAR	2.496	Fazenda Couro de Boi	BARK Indústria e Comércio de Couros LTDA	-	-
255	Leandres Pereira Tomaz	333..***.835-20	Cacoal	Manicoré/Novo Aripuanã	882	SICAR	882	Cacoal		CANCELADA	-
256	Bark Industria E Comercio De Couros - Ltda	333..***.835-20	Fazenda Colibri	Manicoré/Novo Aripuanã	2495	SICAR	2.495	Fazenda Colibri	BARK Indústria e Comércio de Couros LTDA		-
258	Ana Pereira da Costa	333..***.835-20	Fazenda Pajurá	Manicoré/Novo Aripuanã	952	SICAR	952	Pajurá	-	Duplicada com registros/averbações divergentes	-
265	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)	333..***.835-20	Gleba Aripuanã	Novo Aripuanã	702	SIGEF - Público	1.689 (Registro Anterior: Matrícula nº 702)	Gleba Aripuanã	União Federal	-	-
267	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)	004..***.372-43	Gleba Manicorezinho - Parte 1	Novo Aripuanã	697	SIGEF - Público	1.682 (Registro Anterior: Matrícula nº 697)	Gleba Manicorezinho	União Federal	-	-

Tabela 46 - Informações cartoriais vinculadas aos ocupantes não indígenas

6.3.4 Notificação/citação de ocupantes não indígenas

A notificação ou citação dos ocupantes não indígenas tem como objetivo garantir que essas pessoas sejam formalmente informadas de que suas ocupações estão dentro dos limites de uma Terra Indígena em estudo, em cumprimento à Lei nº 14.701/2023 e ao Decreto nº 1.775/1996, que regulamenta o procedimento administrativo de demarcação de terras indígenas. Esse procedimento assegura o direito à informação, permite que os ocupantes se manifestem e contribui para a transparência e segurança jurídica no processo de demarcação.

No âmbito deste levantamento fundiário, foram adotadas todas as medidas cabíveis para efetivar as notificações, por meio de entregas presenciais (*in loco*) durante as atividades de campo. As citações por publicação de Edital de Notificação no Diário Oficial da União (DOU), em casos de não localização dos interessados, foram realizadas nos autos de identificação e delimitação.

Foram identificados 266 ocupantes/ocupações não indígenas, sendo 10 formalmente citados. A Tabela 48 indica, para cada ocupante, a realização ou não da citação, bem como a respectiva data e forma (presencial, por ofício ou por publicação no DOU), abrangendo tanto os ocupantes identificados em campo quanto aqueles identificados por levantamento de gabinete com base em dados públicos. Ainda que notificados em campo, todos os ocupantes não indígenas identificados foram citados em Edital publicado no DOU.

Tabela 48 - Relação dos ocupantes não indígenas x realização da citação

Nº de ordem	LF	Nome	Citação Realizada (Sim/Não)	Data da Citação	Forma (In loco / Ofício / DOU)	Registro de Ocorrência - RO (Sim/Não)
001	01	Ozimar Gonçalves Menezes	sim	17/11/2024	in loco	não
002	03	Edelcimar Pereira de Oliveira	sim	17/11/2024	in loco	não
003	04	Alderico Chaves Campos (SICAR) Conhecido como Santinho (família dos Campos) (LF)	não	-		sim
004	05	Jair Oliveira da Rocha	sim	17/11/2024	in loco	não
005	05	Conhecido com Caveira (Tatu/Nunes)	não	-		sim
006	06	Luís Ferreira da Rocha	sim	18/11/2024	in loco	não
007	06	Alexandre (conhecido como Botinho da família Pavão)	não	-		sim
008	07	Conhecido como Adonias	não	-		sim
009	08	Leilane Chagas Bezerra	sim	25/11/2024	in loco	não
010	09	Raimundo Nilton Campos Dos Santos	não	-		sim
011	10	Miguel Pinheiro Leite	não	-		sim
012	11	Nivaldo Leal das Neves	não	-		sim
013	12	Lamir da Rocha	não	-		sim
014	14	Ardívio da Conceição	não	-		sim
015	15	Espólio de Raimundo dos Santos (filho conhecido com encarnado) - Raimundo Veiga Dos Santos (SICAR)	não	-		sim
016	16	Dilmo de Freitas Oliveira	sim	25/11/2024	in loco	não
017	17	Denilson de Oliveira	sim	25/11/2024	in loco	não
018	18	Rafael de Oliveira	sim	25/11/2024	in loco	não
019	s/LF	Cleomirton Ramos Da Gama	-	-		-
020	s/LF	Valcinei Oliveira da Silva	-	-		-
021	s/LF	Francisco Medeiros da Conceição	sim	25/11/2024	in loco	-
022	s/LF	Nivaldo Leal das Neves	-	-		-
023	s/LF	Raimundo Do Rosario Vasconcelos	-	-		-
024	s/LF	Djanira Vieira Mar	-	-		-
025	s/LF	Raimunda Pereira Gomes	sim	27/11/2024	in loco	-
026	-	Adaldino Da Paixao Veiga Dos Santos	-	-		-
027	-	Aderson Veiga Dos Santos	-	-		-
028	-	Aniraldo Veiga Dos Santos	-	-		-
029	-	Anivaldo Veiga Dos Santos	-	-		-
030	-	parcela sem proprietário (SIGEF) Marilza Pereira De Holanda (SICAR)	-	-		-
031	-	Maria Lúcia Souza da Silva	-	-		-
032	-	Rodrigo De Alencar Maia	-	-		-
033	-	Maria Lúcia Souza da Silva	-	-		-
034	-	Joao Pinheiro Taumaturgo	-	-		-
035	-	Ndd Telecom Serviços De Comunicações Ltda	-	-		-
036	-	José Irandir Neves Amaral	-	-		-

037	-	Amilton Rufino Da Silva	-	-		-
038	-	Maria Lúcia Souza da Silva	-	-		-
039	-	Maria Lúcia Souza da Silva	-	-		-
040	-	Maria Lúcia Souza da Silva	-	-		-
041	-	Issac Sahdo Neto	-	-		-
042	-	Adriano Souza Da Cunha	-	-		-
043	-	Maria Lúcia Souza da Silva	-	-		-
044	-	Daterra Terraplenagem E Transportes Eireli - ME	-	-		-
045	-	Marcos Vera	-	-		-
046	-	Adriano Souza Da Cunha	-	-		-
047	-	Maria Lúcia Souza da Silva	-	-		-
048	-	Adriano Souza Da Cunha	-	-		-
049	-	Joaquim Carvalho Moraes	-	-		-
050	-	Maria Lúcia Souza da Silva	-	-		-
051	-	Zuila Ferreira Martins	-	-		-
052	-	Maria Lúcia Souza da Silva	-	-		-
053	-	Maria Lúcia Souza da Silva	-	-		-
054	-	Maria Lúcia Souza da Silva	-	-		-
055	-	Joao Pinheiro Taumaturgo	-	-		-
056	-	Maria Lúcia Souza da Silva	-	-		-
057	-	Maria Lúcia Souza da Silva	-	-		-
058	-	Joao Pinheiro Taumaturgo	-	-		-
059	-	José Humberto Lucas	-	-		-
060	-	Incorporadora Manicore Ltda	-	-		-
061	-	Maria Lúcia Souza da Silva	-	-		-
062	-	Adriano Souza Da Cunha	-	-		-
063	-	Joao Pinheiro Taumaturgo	-	-		-
064	-	Wagton Lima Silva	-	-		-
065	-	Perfume Da Amazonia Ltda	-	-		-
066	-	Daterra Terraplenagem E Transportes Eireli - ME	-	-		-
067	-	Joao Pinheiro Taumaturgo	-	-		-
068	-	Lucia Maria Tinoco De Alencar	-	-		-
069	-	Maria Lúcia Souza da Silva	-	-		-
070	-	Joao Pinheiro Taumaturgo	-	-		-
071	-	Maria Lúcia Souza da Silva	-	-		-
072	-	Maria Lúcia Souza da Silva	-	-		-
073	-	Maria Lúcia Souza da Silva	-	-		-
074	-	Zuila Ferreira Martins	-	-		-
075	-	Valdemilton Dos Santos Silva	-	-		-
076	-	Maria Lúcia Souza da Silva	-	-		-
077	-	Gilce Nerli Luvison	-	-		-
078	-	Zuila Ferreira Martins	-	-		-
079	-	Adriano Souza Da Cunha	-	-		-
080	-	Joao Pinheiro Taumaturgo	-	-		-
081	-	Joao Pinheiro Taumaturgo	-	-		-
082	-	Joao Pinheiro Taumaturgo	-	-		-

083	-	Daterra Terraplenagem E Transportes Eireli - ME	-	-		-
084	-	Joao Pinheiro Taumaturgo	-	-		-
085	-	Maria Lúcia Souza da Silva	-	-		-
086	-	Joao Pinheiro Taumaturgo	-	-		-
087	-	Maria Lúcia Souza da Silva	-	-		-
088	-	Joao Pinheiro Taumaturgo	-	-		-
089	-	Maria Lúcia Souza da Silva	-	-		-
090	-	Maria Lúcia Souza da Silva	-	-		-
091	-	Maria Lúcia Souza da Silva	-	-		-
092	-	Maria Lúcia Souza da Silva	-	-		-
093	-	Luiz Albuquerque Moreira	-	-		-
094	-	José Humberto Lucas	-	-		-
095	-	Francisco de Assis Galdino Beleza	-	-		-
096	-	Maria Alice De Souza E Beleza	-	-		-
097	-	Esio Do Espirito Santo	-	-		-
098	-	Elly Junior Vieira Mar	-	-		-
099	-	Maria Lúcia Souza da Silva	-	-		-
100	-	Antonio Mendonça De Souza	-	-		-
101	-	Caroliny Almeida Coelho	-	-		-
102	-	Alcione Costa De Almeida	-	-		-
103	-	Divan Da Silva Carvalho	-	-		-
104	-	Agroverde - Agro Vale do Urua Ltda	-	-		-
105	-	Savio Rodrigues Pinheiro	-	-		-
106	-	Maria Auxiliadora Franco Passos	-	-		-
107	-	Empresa Florestal da Amazônia Ltda	-	-		-
108	-	João Leomar De Vargas	-	-		-
109	-	Vinicius Ceccon	-	-		-
110	-	Empresa Florestal da Amazônia Ltda	-	-		-
111	-	José Mário Medeiros Da Conceição	-	-		-
112	-	Cleudo Brasil Bernardo De Oliveira	-	-		-
113	-	Joao Carlos Ortiz De Melo	-	-		-
114	-	Ryan Tavares Vieira	-	-		-
115	-	Doublino Lemucch	-	-		-
116	-	Agroverde - Agro Vale do Urua Ltda	-	-		-
117	-	Agroverde - Agro Vale do Urua Ltda	-	-		-
118	-	Edgar Gomes Ribeiro	-	-		-
119	-	Domingos Bezerra Araujo	-	-		-
120	-	Agustinha Mar Das Chagas	-	-		-
121	-	Transmaranata Transporte Eireli	-	-		-
122	-	Empresa Florestal da Amazônia Ltda	-	-		-
123	-	Claudenora Dos Santosa Guimarães	-	-		-
124	-	Marinete Sousa Moreira	-	-		-
125	-	Valmir Martins de Paula	-	-		-
126	-	Sergio de Moraes	-	-		-

127	-	Vinicius Alencar Nicolau	-	-	-	-
128	-	Joao Dos Santos Hipy	-	-	-	-
129	-	Jefferson Pinheiro de Barros	-	-	-	-
130	-	Maria Lúcia Souza da Silva	-	-	-	-
131	-	Antônio Spalenza	-	-	-	-
132	-	Terezinha De Jesus Colares Da Silva	-	-	-	-
133	-	Lucas Doce Lopes	-	-	-	-
134	-	Rossimeire De Vasconcelos Duarte	-	-	-	-
135	-	Anezio Dos Santos Ferreira Duarte	-	-	-	-
136	-	Edgar Gomes Ribeiro	-	-	-	-
137	-	Daison Duarte Araujo	-	-	-	-
138	-	Doublino Lemucch	-	-	-	-
139	-	Edilson Do Espirito Santo	-	-	-	-
140	-	Pedro Ferraz Conceição	-	-	-	-
141	-	Joaquim Nilton Colares Campos	-	-	-	-
142	-	Edgar Gomes Ribeiro	-	-	-	-
143	-	Evaldo Ferreira Caetano	-	-	-	-
144	-	Santa Galdino Beleza	-	-	-	-
145	-	Zildo Batista Brasil	-	-	-	-
146	-	Francisco Carlos Bezerra Lima	-	-	-	-
147	-	Empresa Florestal da Amazônia Ltda	-	-	-	-
148	-	Jander Lima Queiroz	-	-	-	-
149	-	Dermival Ribeiro Guimarães	-	-	-	-
150	-	Edison Xavier De Oliveira	-	-	-	-
151	-	Diego Da Costa De Almeida	-	-	-	-
152	-	Marta Campos Dos Santos	-	-	-	-
153	-	George Maycon Vasconcelos Costa	-	-	-	-
154	-	Agroverde - Agro Vale do Urua Ltda	-	-	-	-
155	-	Manuel Fonsenca de Araujo	-	-	-	-
156	-	Jose Fernandes de Sousa Tavares	-	-	-	-
157	-	José Agenor Conceição	-	-	-	-
158	-	Cicero Valeriano da Silva	-	-	-	-
159	-	Jose Rodrigues Pedraca	-	-	-	-
160	-	Antonio Emanuel Brasil De Oliveira	-	-	-	-
161	-	Ezio Viana de França	-	-	-	-
162	-	Jozé Campos da Rocha	-	-	-	-
163	-	Maria Arteane Pinheiro Barros	-	-	-	-
164	-	Edson Helder de Souza Leão	-	-	-	-
165	-	Kadia Emilia Pinheiro Barros	-	-	-	-
166	-	Agroverde - Agro Vale do Urua Ltda	-	-	-	-
167	-	Gabriel Torres Palheta	-	-	-	-
168	-	Empresa Florestal da Amazônia Ltda	-	-	-	-
169	-	Jose Leandro Vieira Mar	-	-	-	-
170	-	Maria Lúcia Souza da Silva	-	-	-	-

171	-	Jorge Pinho de Almeida	-	-		-
172	-	Tania Mari Scusiato	-	-		-
173	-	Manuel Frutuso França	-	-		-
174	-	Wilson Ricardo de Moraes França	-	-		-
175	-	Kaio Augusto Vital França	-	-		-
176	-	Pedro Alzimar de Azevedo Ferreira	-	-		-
177	-	Equimat Comércio E Representações Eireli	-	-		-
178	-	Msa - Construcões E Empreendimentos Ltda - Me	-	-		-
179	-	Paulo Cezar Mates	-	-		-
180	-	Maria Lúcia Souza da Silva	-	-		-
181	-	Leandro Vasconcelos Costa	-	-		-
182	-	Empresa Florestal da Amazônia Ltda	-	-		-
183	-	Valmir Martins de Paula	-	-		-
184	-	Luciano Sousa Guedes	-	-		-
185	-	Sheila Patricia Queiroz Reis	-	-		-
186	-	Aura Agropecuaria Unidos Da Rocha Ltda	-	-		-
187	-	Jose Jurimar Da Silva Maia	-	-		-
188	-	Miguel Pinto Da Conceição	-	-		-
189	-	Dayane Pereira Borges De Souza	-	-		-
190	-	Bdx Florestas Ltda	-	-		-
192	-	Cleitiane Araujo Ferreira	-	-		-
193	-	Cleutes Lima Vasconcelos	-	-		-
194	-	Edevaldo Araujo Ferreira	-	-		-
195	-	Francidalva Ferreira De Vasconcelos	-	-		-
196	-	Gracy Kelly Ferreira Vasconcelos	-	-		-
197	-	Jaciline Ferreira De Lima	-	-		-
198	-	Maria Nizete Lima Vasconcelos	-	-		-
199	-	Raimundo Nonato Araujo Ferreira	-	-		-
200	-	Vera Lucia Ferreira Lima	-	-		-
201	-	Maria Lúcia Souza da Silva	-	-		-
202	-	Empresa Florestal da Amazônia Ltda	-	-		-
203	-	Marcos Vera	-	-		-
204	-	Agroverde - Agro Vale Do Urua Ltda	-	-		-
205	-	Jorge Matheus Mar Correa	-	-		-
206	-	Empresa Florestal da Amazônia Ltda	-	-		-
207	-	Elziomar Colares De Alencar	-	-		-
208	-	Timoteo Vasconcelos Duarte	-	-		-
209	-	Bruno Mar De Souza	-	-		-
210	-	Jose Adailson Bitencourt Pinto	-	-		-
211	-	Marivaldo Cavalcante Nascimento	-	-		-
212	-	Jose Edvilson Quadros De Melo	-	-		-
213	-	Hugo Dos Santos Fonseca	-	-		-
214	-	Marcus Colares Alencar	-	-		-
215	-	Maria De Fatima Da Costa Almeida	-	-		-

216	-	Francisco Medeiros da Conceição	-	-		-
217	-	Dario De Souza Lopes	-	-		-
218	-	Luciano Gomes Da Silva	-	-		-
219	-	João Emanuel Dos Santos Almeida	-	-		-
220	-	Empresa Florestal da Amazônia Ltda	-	-		-
221	-	Luciano Sousa Guedes	-	-		-
222	-	Andrew De Oliveira Neves	-	-		-
223	-	Oyama Rodrigues Pedraca	-	-		-
224	-	Ezio Viana De França	-	-		-
225	-	Esio Do Espirito Santo Filho	-	-		-
226	-	Joao Leal Da Silva	-	-		-
227	-	Maria Lúcia Souza da Silva	-	-		-
228	-	Robson Wilkens Farias Melgarejo Junior	-	-		-
229	-	Maria Lúcia Souza da Silva	-	-		-
230	-	Raimundo Albuquerque Do Nascimento	-	-		-
231	-	Filipe Perin	-	-		-
232	-	Empresa Florestal da Amazônia Ltda	-	-		-
233	-	Aderaldo Pereira Dos Santos	-	-		-
234	-	Josiane Vieira Da Conceição	-	-		-
235	-	Cristhian Vasconcelos Costa	-	-		-
236	-	Antonio Passos Veiga	-	-		-
237	-	Maria Lúcia Souza da Silva	-	-		-
238	-	Bark Industria E Comercio De Couros - Ltda	-	-		-
239	-	Amazon Topografia e Logística de Selva Ltda	-	-		-
240	-	Bdx Florestas Ltda	-	-		-
241	-	Americo Xavier De Souza Filho	-	-		-
242	-	Marcos Paulo Viecilli	-	-		-
243	-	Gercimundo Paes Da Frota	-	-		-
244	-	Care Amazon Jungle Conservação De Florestas Nativas Ltda.	-	-		-
245	-	Manuel Santos Gutierrez	-	-		-
246	-	Care Amazon Jungle Conservação De Florestas Nativas Ltda.	-	-		-
247	-	Bark Industria E Comercio De Couros - Ltda	-	-		-
248	-	Jorge Pinho De Almeida	-	-		-
249	-	Bark Industria E Comercio De Couros - Ltda	-	-		-
250	-	Ulisses Fontoura	-	-		-
251	-	Amazon Topografia e Logística de Selva Ltda	-	-		-
252	-	Wagton Rosa Ferreira	-	-		-
253	-	Bark Industria E Comercio De Couros - Ltda	-	-		-
254	-	Bark Industria E Comercio De Couros - Ltda	-	-		-
255	-	Leandres Pereira Tomaz	-	-		-
256	-	Bark Industria E Comercio De Couros - Ltda	-	-		-
257	-	Maurício Correa da Silva	-	-		-

258	-	Ana Pereira da Costa	-	-	-	-
259	-	Maurício Correa da Silva	-	-	-	-
260	-	-	-	-	-	-
261	-	-	-	-	-	-
262	-	-	-	-	-	-
263	-	-	-	-	-	-
264	-	-	-	-	-	-
265	-	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)	-	-	-	-
266	-	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)	-	-	-	-
267	-	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)	-	-	-	-

Tabela 47 - Relação dos ocupantes não indígenas x realização da citação

6.3.5 Síntese fundiária da área em estudo

A área em estudo denominada Curara, apresenta um quadro fundiário complexo, marcado pela incidência de unidades de conservação, terras públicas sem destinação, imóveis rurais registrados em bases oficiais e ocupações não indígenas identificadas em campo. A Tabela 49, abaixo, apresenta uma síntese dessa configuração fundiária.

Tabela 49 - Áreas e percentuais de sobreposição das categorias fundiárias incidentes sobre a área em estudo denominada Curara

Fonte	Categoria Fundiária	Qtde. de unidades	Área total (ha)	Área sobreposta (ha)	% da área Curara com sobreposição
CNUC	Unidade de Conservação	2	1.110.447	200.599,26	22,65
CNFP	Floresta Pública sem destinação	3	619.766,83	258.463,60	29,19
SIGEF	Imóvel Rural Particular	63	478.082,36	418.006,29	47,20
	Imóvel Rural Público	3	1.018.654,77	191.910,37	21,67
SICAR	Imóvel Rural Particular	208	4.556.752,70	3.227.885,66	364,51
Levantamento Fundiário em campo	Ocupação não indígena cadastrada em campo	18	-	-	-

Tabela 48 - Áreas e percentuais de sobreposição das categorias fundiárias incidentes sobre a área em estudo denominada Curara - Elaborado por Carolina Bocatto Dias de Góes

No conjunto, cerca de 197.918 hectares (22,61% da área em estudo) encontram-se sobrepostos a unidades de conservação, o que evidencia potenciais conflitos de uso e gestão do território.

- **FLONA do Aripuanã** – Criada em maio de 2016, sobrepõe-se a 92.662 hectares (10,6%) da área em estudo. Trata-se de unidade de uso sustentável, cuja presença demanda compatibilização jurídica e administrativa.
- **REBio do Manicoré** – Criada em maio de 2016, sobrepõe-se a 105.255 hectares (12%) da área em estudo. Por ser unidade de proteção integral, a sobreposição indica maior restrição quanto ao uso e, conseqüentemente, potenciais conflitos com o usufruto indígena.

Além das unidades de conservação, verificou-se que cerca de 29,6% da área em estudo denominada Curara está inserida em glebas estaduais sem destinação – Felicidade, Marmelos Atininga e Mundo Novo, classificadas como do tipo B. Por estarem arrecadadas em nome do Estado e sem destinação formal, essas glebas podem ser destinadas à regularização fundiária de territórios tradicionalmente ocupados, configurando um elemento estratégico para a consolidação jurídica da área indígena.

No que se refere a imóveis privados:

- **SIGEF** – Foram identificados 63 imóveis rurais incidentes na área, representando 48,36% da superfície da área em estudo denominada Curara, o que reflete significativa pressão fundiária.
- **SICAR** – Foram identificados 208 imóveis rurais cadastrados.

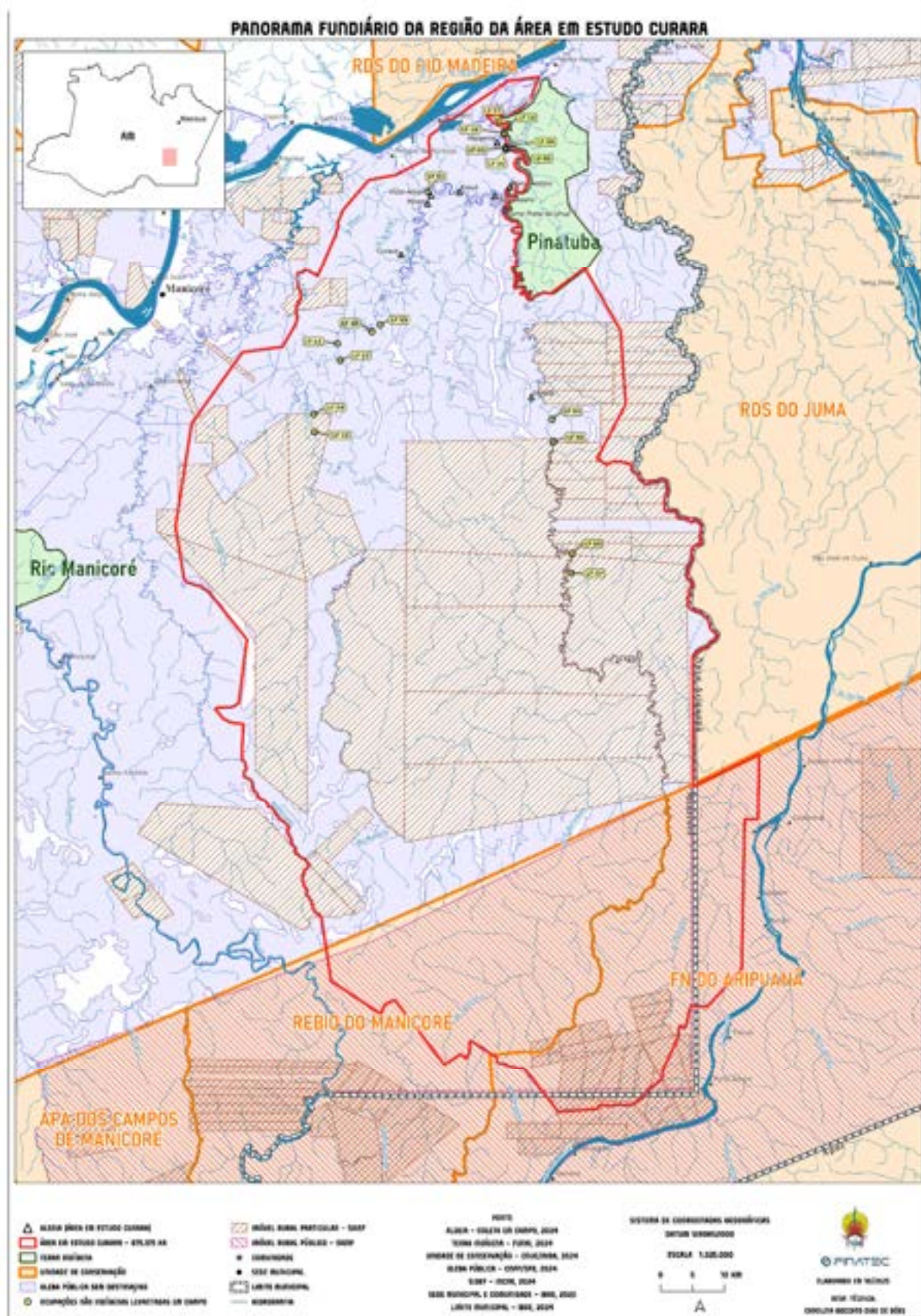
Durante o trabalho de campo, foram registradas 18 ocupações não indígenas, localizadas principalmente nas calhas dos rios Maturá e Uruá. A maioria (10) apresenta caráter provisório e sazonal, vinculada ao ciclo da castanha, embora também tenham sido encontradas ocupações permanentes (6), associadas a núcleos familiares residentes e outras 2 ocupações sem informação quanto ao tipo.

Por fim, a área em estudo mantém fronteiras com outros territórios já regularizados ou protegidos:

- **TI Pinatuba**, com 29.650 hectares, homologada 2001, compartilha aproximadamente 75,89 km de limite com a área em estudo denominada Curara.
- **RDS Juma**, criada em 2006, compartilha aproximadamente 75,3 km de fronteira com a área em estudo.

O Mapa 35 apresenta a configuração fundiária atual, demonstrando as sobreposições e a distribuição das diferentes categorias fundiárias, bem como as ocupações não indígenas identificadas em campo.

MAPA 35 - Panorama fundiário da região da área em estudo Curara



Mapa 35 - Panorama fundiário da região da área em estudo Curara *Elaborado por Carolina Bocatto Dias de Góes*

6.4 CONCLUSÃO

A análise fundiária da área em estudo denominada Curara demonstra que a área incide majoritariamente sobre imóveis particulares registrados no SIGEF (47,20%), além da sobreposição com glebas públicas estaduais sem destinação (29,19%), e com Unidades de Conservação (22,65%). Também foi identificadas no levantamento em campo 18 ocupações não indígenas, na qual 11 são sazonais, associadas ao ciclo da castanha, e 7 são permanentes, vinculadas a núcleos familiares residentes.

Vale ressaltar que alguns procedimentos ainda precisam ser concluídos, como as notificações de ocupantes/ocupações não indígenas e o acompanhamento do ofício encaminhado ao cartório de Manicoré referente a pesquisa cartorial que não havia sido respondido até a elaboração deste relatório. Todo esse processo vem sendo conduzido com atenção aos princípios do contraditório e da ampla defesa, assegurando que todas as partes tenham espaço para se manifestar, conforme estabelece a legislação.

VII– SÉTIMA PARTE CONCLUSÃO E DELIMITAÇÃO

**Portaria nº 14/MJ/96:
Levantamento Fundiário**

Conclusão e delimitação, contendo a proposta de limites da área demarcada

7.1 Conclusão

Ao longo deste relatório se tem demonstrado que a ocupação tradicional do povo Mura na Terra Indígena Curara é antiga e persistente durante os últimos séculos. Atualmente a população desta TI é de entre 450 e 500 pessoas, que habitam 7 aldeias e 3 comunidades indígenas. De acordo com o artigo 231 da Constituição Federal de 1988, é dever da União demarcar e proteger as terras indígenas para permitir e facilitar a sobrevivência física e cultural dos povos indígenas, assim como preservar a diversidade cultural brasileira.

A proposta da área aqui apresentada pelo GT foi discutida amplamente com os indígenas moradores desta TI e aprovada consensualmente por eles em reunião geral realizada em 30 de julho de 2024 na aldeia Curara (Anexo 1). Desta maneira, os Mura da TI Curara esperam que a delimitação e demarcação da sua TI cumpra com as garantias que lhes oferece a Constituição Federal de 1988 para que eles e seus descendentes possam ter um futuro digno, livre de ameaças e invasões, e no que seja respeitada sua forma tradicional de vida e a sua identidade coletiva.

A TI Curara está localizada no município de Manicoré, sul do Amazonas, região do médio Madeira no rio Maturá, ao lado direito da sua bacia de drenagem. A sua área é de 872.692 hectares (oitocentos e setenta e dois mil, seiscentos e noventa e dois hectares) que se caracteriza por ser uma terra de ocupação tradicional permanente do povo indígena Mura. Em traços gerais, o seu limite norte está na linha que acompanha a separação entre a terra firme e a várzea do rio Madeira, continuando pelo lago do Jacaré. Dali toma-se como limite oeste o divisor de águas dos rios Maturá e Atininga, chegando na região das cabeceiras dos formadores do Maturá que são o seu limite sul, região onde há sobreposições com a Reserva da Biodiversidade (REBio) do Manicoré e Floresta

Nacional (Flona) do Aripuanã. O limite leste encontra a Reserva de Desenvolvimento Sustentável, a margem esquerda do rio Mariepaua e a TI Pinatuba.

A TI Curara está inserida dentro de um ordenamento territorial regional que abrange em seu contexto geográfico ecossistemas extremamente relevantes para a conservação da floresta amazônica no sul do estado do Amazonas, através de um complexo de áreas protegidas, com destaque para a Terra Indígena Pinatuba, Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Juma, Reserva da Biodiversidade (REBio) do Manicoré e Floresta Nacional (Flona) do Aripuanã, as quais tornam-se fundamentais na contenção do arco do desmatamento, onde a fronteira agropecuária mais avança sobre a floresta a partir da BR-319 ao oeste, e suas ligações com a BR-174 a leste e com a BR-230 ao sul. Nesse sentido, as sobreposições com estas áreas de proteção reforçam a conservação dos ecossistemas das cabeceiras, lugares de reprodução de peixes e animais, e que ainda mantém uma floresta robusta e não impactada.

A área da TI Curara mostra-se suficiente para a reprodução física e cultural dos indígenas que a ocupam, de acordo com as disposições do artigo 231 da Constituição Federal de 1988, os elementos técnicos levantados pelo GT nos seus estudos e a anuência da população indígena. Portanto, se trata de um território de ocupação tradicional permanente pelo povo Mura, usado para suas atividades produtivas e que é imprescindível para a conservação dos recursos naturais necessários para seu bem-estar e a sua reprodução física e cultural, de acordo com seus usos, costumes e tradições, as quais foram mostradas em detalhe neste RCID.

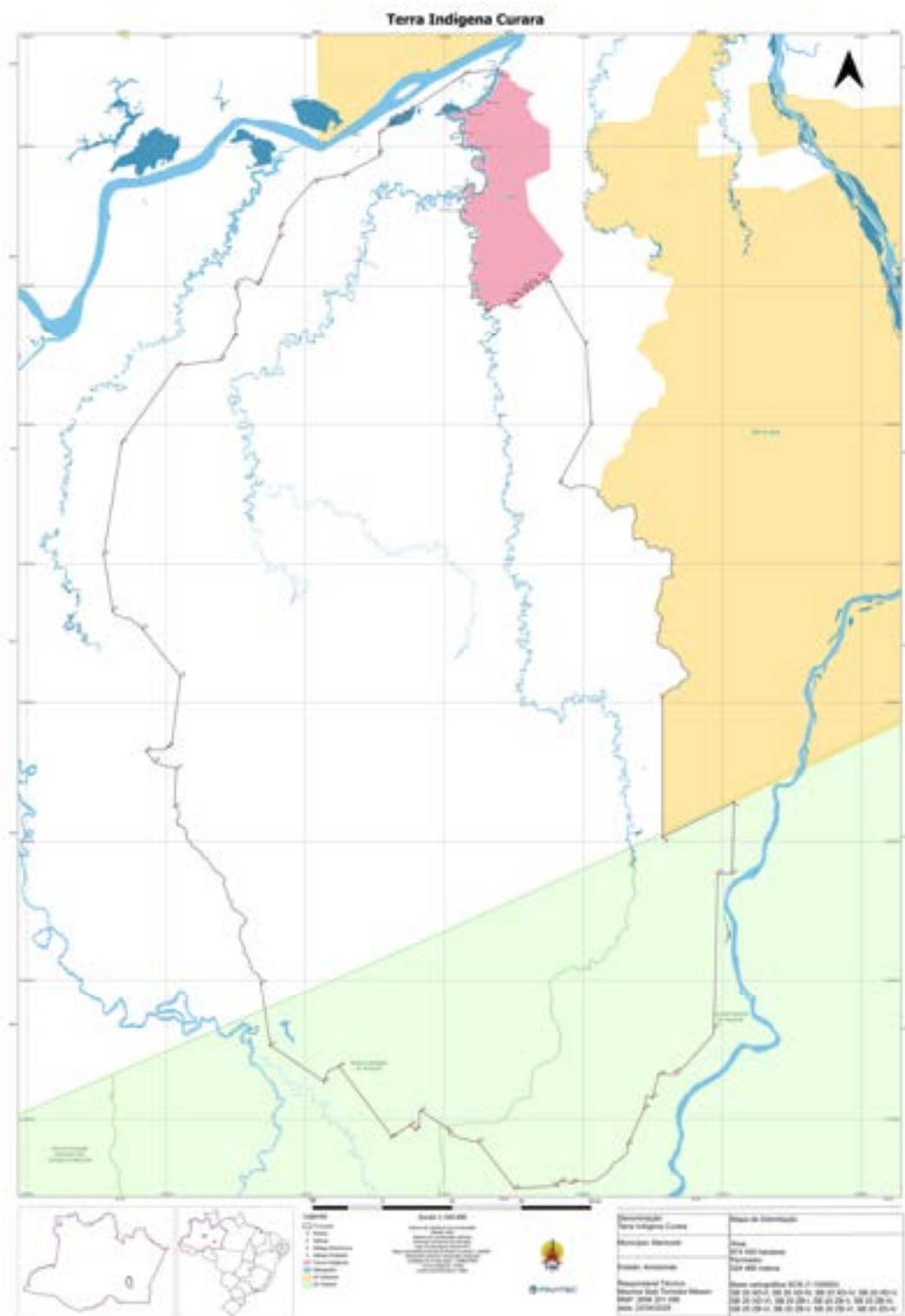
Tendo em vista que a sobrevivência e a continuidade da população indígena dependem da sustentabilidade do uso e preservação dos recursos naturais presentes na TI, foram apresentadas neste RCID as áreas imprescindíveis para a reprodução física e cultural para os Mura da TI Curara, as quais devem permitir, com o passo dos anos, a continuidade das atividades produtivas e a cultura dos indígenas. A TI, na sua totalidade, é imprescindível para preservação ambiental, a qual só é possível pelas práticas tradicionais dos indígenas, mas que, infelizmente, sofre sérias ameaças pelas ações de agentes externos à área. Por estes motivos é fundamental a conclusão do processo de demarcação desta TI, já que é a única garantia para que os Mura possam levar uma vida em que não estejam ameaçadas nem a sua integridade física nem a sua cultura tradicional, permitindo que as novas gerações possam crescer e viver com saúde e segurança.

7.2 Delimitação

A delimitação da TI Curara tenta acompanhar o mais possível a lógica territorial mura levando em conta suas unidades paisagísticas, considerando-as como área imprescindíveis à sua reprodução física e cultural (MAPA 21). Na parte norte da TI Curara, na margem esquerda do rio Maturá e frente o limite norte da TI Pinatuba, a TI Curara acompanha a divisão natural da várzea e a terra firme, seguindo essa última no sentido sudoeste para proteger toda a região dos lagos, com destaque ao antigamente farto Lago do Jacaré. Daí, na mesma direção, a TI acompanha o divisor das águas das bacias dos rios Maturá e Atininga para proteger todas as cabeceiras das sub-bacias da porção oeste da TI até tomar a direção sudeste para abranger as cabeceiras dos rios Atininguinha (e o divisor de águas com o rio Manicoré), Uruá e Igarapé do Mutuca. Como já dito esta área está muito bem conservada e constitui uma importante região de reprodução de peixes e animais, considerada pelos Mura como uma área de reserva e regeneração das espécies e onde há também importantes recursos florestais. Nesta porção da TI Curara há sobreposição com a Reserva Biológica do Manicoré e com a Floresta Nacional do Aripuanã.

Uma vez atingido o limite sul, pelas cabeceiras do Igarapé do Mutuca, a TI Curara toma direção nordeste e acompanha as cabeceiras dos formadores do Mutuca seguindo o divisor das águas com o rio Aripuanã, agora em direção norte, até alcançar o limite da RDS do Juma, as nascentes do rio Mariepaua e os campos de natureza que separam o divisor das águas com o rio Uruá; toda esta área também é considerada como de reserva e proteção das espécies pelos Mura. Em direção norte, a TI Curara segue pela margem esquerda do rio Mariepaua até cortar em direção noroeste para voltarem direção norte pelo divisor das águas desse rio com o Uruá e assim incluir e proteger o Igarapé Cipotubinha, importante lugar de caça e pesca das aldeias Terra Preta do Uruá e Panela. Seguindo ao norte pelo Cipotubinha, a TI Curara se encontra com o limite sul da TI Pinatuba e depois acompanha todo o limite dessa TI pela margem esquerda dos rios Uruá e Maturá, em direção à foz. Como pode se apreciar no Mapa 21, o limite da TI Curara abrange uma vasta área de lugares imprescindíveis à reprodução física e cultural dos Mura e evidencia que o uso tradicional do território engloba quase a totalidade da TI.

MAPA 36 – Terra Indígena Curara



Mapa 36 - Terra Indígena Curara

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Documentos e Processos Institucionais

1ª VARA DA COMARCA DE MANICORÉ

Ofício Nº 253/2010-1ª Vara. 2010

Autos Nº065/2011

Ofício Nº 315/2011

Ação de Reintegração de Posse Nº 065/2011

Processo 0000919-31.2013.8.04.5600

9ª VARA FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS

Despacho em 23/06/2020

DEFENSORIA PÚBLICA

Processo Nº2010/007-01230. 2010

PAJ nº 2019/007-02939

Distrito Sanitário Especial Indígena

Ofício Nº 168/2025/MAO/DSEI/SESAI/MS (SEI Nº 0046992851)

FUNAI

Memorando Nº. 54/DFU/ERA/MAO 2001

Parecer 113/CGID 2003

Processo nº 08620.000628/2019-38 2005

Processo nº 8620.008922/2018-15 2007

Declaração CR/MAO 2010

Ofício Nº 006/2011/CTL/FUNAI/MANICORÉ/CR/MANAUS 2011

Memo Nº 072/FPEDAD/CGIIRC

Ofício Nº 838/DPT/2012

Memorando Nº 010/CTL/2012

Ofício Nº 198/DPT/2015

Ofício Nº 230/DPT/2015

Ofício 128.8/DPT/2015

Processo Nº 08620.008922/2018-15. 2018

Nota nº 00070/2019/COAF/PFE/PFE-FUNAI/AGU. 2019

Ofício Nº 531/2019/DPT/FUNAI. 2019

Processo nº 08620.001575/2019-72. 2019

Informação Técnica Nº 192/2020/COCART/CGGEO/DPT-FUNAI. 2020

Despacho Nº 01544/2020/COAF/PFE/PFE-FUNAI/PGF/AGU. 2020

Nota Nº 0061/2020/COAF/PFE/PFE-FUNAI/PGF/AGU. 2020

Despacho Nº 00914/2020/GAB/PFE/PFE-FUNAI/PGF/AGU. 2020

Despacho-Presidência/2020

Despacho CGID/2020

Ofício Nº 479/2020/DPT/FUNAI. 2020

Despacho COIM/2021

Processo Nº 08620.001909/2021-22. 2021

Informação Técnica Nº 24/2022/COIM/CGID/DPT/FUNAI. 2022

Despacho-ASSTEC/DPT/2022

Despacho CGID/2022

Ofício Nº 14/03/DPT/FUNAI. 2022

Despacho-GAB CR-MAO/2023

Despacho-SEGAT/DIT/CRMAO/2023 (SEI 6038694). 2023

Despacho -SEGAT/DIT/CRMAO/2023 (SEI 6043273). 2023

Despacho – MANIFESTAÇÃO DO CTL/2024 (SEI 6440774). 2024

Portaria da FUNAI Nº. 1.042. 2024

Ofício 03/2025 CTL/FUNAI/MANICORÉ/CR/MANAUS. 2025

Processo Nº 25037.000834/2025-95 (SEI 25037.000834/2025-95). 2025

INCRA

LO Nº 277/2009

Ofício Nº 0012/2010/INCRA/SR(15)/AM/F. 2010

ITEAM

Título Provisório de Posse Nº 001845 em 30/08/2006

Renovação do Título Provisório de Posse de Nº 001845 pelo ITEAM em 15/07/2008

Ofício Nº.0336/2011GP-ITEAM 2011

MINISTÉRIO PÚBLICO

Ofício Nº 025/2015/5º Ofício Cível/PR/AM. 2015

Ofício Nº. 22/2015/PFE/FUNAI/AM/AGU/AVRC. 2015

Ofício Nº 782/2015/5º Ofício Cível/PR/AM/SEC.EXT. 2015

Expediente Administrativo – PR/AM 00018107/2015, pela Portaria Nº 47/2015 5º Ofício Cível/PR/AM. 2015

Autos Nº 1.13.000.001999/2015-95. 2015

Processo Nº 1001615-50.2017.4.01.3200. 2017

Despacho Autos Nº 1.13.000.001999/2015-95 em 23 de setembro de 2017

Ofício Nº 373/2018/5º Ofício/PR/AM. 2018

Despacho PR-AM-00054615/2019

Ofício 336-2022 (SEI nº 4666110). 2022

Ofício Nº 181/2023/3º OFÍCIO/PR/AM. 2023

OPITTAMPP

Ofício Nº. 030/OPITTAMPP-03. 2003

Ofício Nº. 113/OPITTAMPP-05 2005

POLÍCIA CIVIL

Certidão de Ocorrência Nº 199/2010

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

Inspetoria Regional 1/666 Sede da Inspetoria/ Caixa 55/ Planilha 384

Inspetoria Regional 1/666 Sede da Inspetoria/ Caixa 66/ Planilha 389

Livros e artigos

ACUÑA, Cristóbal de. 1994 [1641]. *Novo descobrimento do grande rio das Amazonas*. Rio de Janeiro: Agir.

ADS - Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas. Disponível em: <https://www.ads.am.gov.br/comunidades-de-manicore-estimam-producao-de-600-mil-frutos-de-melancia-na-primeira-safra/>. Acesso em: 03 de outubro de 2024.

ALMEIDA, Fernando Ozorio de e MONGELÓ, Guilherme. 2020. “Introdução: arqueologia dos pioneiros e da diversidade do alto rio Madeira”. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Ciências Humanas, 15(2), e20190080. doi: 10.1590/2178-2547-BGOELDI-2019-0080

ALMEIDA, Mauro W. B. 2006. “Terras tradicionalmente ocupadas: conflitos e alianças nas políticas de reconhecimento dos territórios ribeirinhos”. In: LIMA, A.C. de Souza; BARROSO-HOFFMANN, M.L. Beldi; ALMEIDA, M.W.B. (Orgs.). *Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade*. São Paulo: Hucitec; Manaus: UEA Edições. 113–135.

ALKMIN, Fábio Márcio. 2023. “Colonialismo climático e financeirização do carbono: Reflexões sobre o REDD+ e a autonomia socioterritorial dos povos indígenas na Amazônia”. *Ambientes: Revista de Geografia e Ecologia Política*, 5(2): DOI: 10.48075/amb.v5i2.31885.

AMAZONAS GOVERNO DO ESTADO. *Plano de gestão da reserva de desenvolvimento sustentável do Juma*. Novo Aripuanã.

AMOROSO, Marta Rosa. 1991. *Guerra Mura no século XVII: versos e versões: Representações dos Mura no Imaginário Colonial*. Campinas: Unicamp. (Dissertação de Mestrado).

-----, 1992. “Corsários no caminho fluvial. Os Mura do rio Madeira”. In: M. Carneiro da Cunha (ed.), *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras. Pp. 197-310.

-----, 1994a. “Território do medo: notas sobre a utilização da crônica setecentista como fonte da etnografia mura”. In *Terra Indígena*. Araraquara: Centro de Estudos Indígenas, v. 11, n. 71/72, p. 59-82, abr/set.

-----, 1994b. “Introdução”. In: M. Amoroso e N. Farage (orgs.). *Relatos da fronteira amazônica: Alexandre Rodrigues Ferreira e Henrique João Wilckens*. São Paulo: USP/NHII; FAPESP.

-----, 2011. “O ambientalismo e as novas negociações dos Mura do rio Preto do Igapó-Açu (AM)”. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, 11: 11-24.

-----, 2013. “O nascimento da aldeia mura. Sentidos e modos de habitar a beira”. In M. Amoroso e G. Mendes dos Santos (orgs.). *Paisagens Ameríndias. Lugares, Circuitos e Modos de Vida na Amazônia*. São Paulo: Terceiro Nome. Pp. 93-114.

-----, 2020. “A descoberta da *manhafã*: seguindo as trilhas da floresta com os Mura”. In: Cabral, J.; Amoroso, M; Morim de Lima, A.G; Shiratori, K; Marras, S.; Emperaire, L. (orgs.). *Vozes vegetais. Diversidade, resistências e histórias da floresta*. São Paulo: Ubu Editora/IRD. 167-186.

ATHILA, Adriana Romano. 1998. *Índios de verdade: territorialidade, história e diferença entre os Mura da Amazônia Meridional*. Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/UFRJ (Dissertação de Mestrado).

AUTOS DA DEVISSA CONTRA OS ÍNDIOS MURA DO RIO MADEIRA E NAÇÕES DO RIO TOCANTINS (1738-1739). 1986. Universidade do Amazonas Comissão de documentação e estudos da Amazônia – Manaus: CEDEAM.

BALÉE, William. 1993. “Indigenous Transformation of Amazonian Forests: An Example from Maranhão, Brazil. In: *La remontée de l’Amazone*, Special issue, *L’Homme*, 126-128: 231-254.

-----, 2013. *Cultural Forests of the Amazon. A Historical Ecology of People and their Landscapes*. Tuscaloosa: The University of Alabama Press.

BATES, Henry Walter. 1979 [1863]. *Um naturalista no rio Amazonas*. Belo Horizonte: Itatiaia.

BELLETTI, Jaqueline; HERING, Alexandre; BARS HERING, Cássia; HENRIQUES, Gilmar; TRINDADE, Thiago; CALHEIROS, Catarina Ribeiro; MELO, Raul Perigo. 2016. “De tudo um pouco: o material cerâmico encontrado em dois sítios multicomponenciais do Baixo Madeira”, *Cadernos do Lepaarq*, XIII (25): 1-30.

BETTENDORFF, João Felipe. 1990 [1698]. *Crônica dos Padres da Companhia de Jesús no Estado do Maranhão*. Belém: FCPTN, SECULT.

CAETANO ANDRADE, V. L., FLORES, B. M., LEVIS, C., CLEMENT, C. R., ROBERTS, P., SCHÖNGART, J. 2019. “Growth rings of Brazil nut trees (*Bertholletia excelsa*) as a living record of historical human disturbance in Central Amazonia”. *PloS one*, 14(4): e0214128. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0214128>.

Canal Rural. Incra e Ibama denunciam que situação da madeireira Gethal na Amazônia é irregular. Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/agricultura/algodao/incra-ibama-denunciam-que-situacao-madeireira-gethal-amazonia-irregular-52415/>. Acesso em: 02/12/2024.

CARVAJAL, Gaspar de. 1941 [1542]. *Relación del nuevo descubrimiento del famoso río grande de las Amazonas*. México: Fondo de Cultura Económica.

CAVALCANTE, L.M. Relatório sobre a Geologia do Estado do Acre. Rio Branco: SEMA/IMAC, 2006. (Texto integrante do eixo recursos naturais do ZEE Fase II).

CASTRO PEREIRA, Márcia Leila de. 2009. “*Rios de História*”: *Guerra, tempo e espaço entre os Mura do baixo Madeira (AM)*. Brasília: UnB (Tese de Doutorado).

CHURCH, George Earl. 1875. *Explorations made in the Valley of the River Madeira from 1749 to 1868*. Londres: National Bolivian Navigation Company.

CIMI. 2019. *Relatório Violência contra os Povos Indígenas no Brasil – Dados de 2018*. <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2019/09/relatorio-violencia-contra-os-povos-indigenas-brasil-2018.pdf>

CLEMENT, Charles. 2021. “Disentangling domestication from food production systems in the Neotropics”. *Quaternary*, 4(1): <https://doi.org/10.3390/quat4010004>

-----, 2019. Da domesticação da floresta ao subdesenvolvimento da Amazônia. In G. Mendes dos Santos (Ed.), *Grupo de estudos Estratégicos Amazônicos. Caderno de Debates*, V. 14: 11-52.

-----, 1999. “1492 and the loss of Amazonian crop genetic resources I. The relation between domestication and human population decline”. *Economic Botany*, 53(2), 188.

CLEMENT, Charles R. et. al. 2015. “The domestication of Amazonia before European conquest”, *Proceedings Royal Society B*, 282: 20150813.

CLIMATE EXPLORER. European Climate Assessment & Dataset, KNMI. Disponível em: https://climexp.knmi.nl/selectfield_obs2.cgi?id=someone@somewhere. Acesso em: 10 de setembro de 2024.

COELHO, F. J. F.; FERREIRA, H. C.; BARROS-SILVA, S.; RIBEIRO, A. G.; TEREZO, E. F. M. 1976. “Vegetação”. In. *BRASIL. Projeto RADAMBRASIL*. Folha SA.21 Santarém. Rio de Janeiro: Departamento Nacional de Produção Mineral, p. 311-414, 1976.

COHN-HAFT, M.; PACHECO, A.M.F.; BECHTOLDT, C.L.; TORRES, M.F.N.M.; FERNANDES, A.M.; SARDELLI, C.H.; MACÊDO, I.T. 2007. “Inventário ornitológico”. In: Rapp Py D.; Deus, C.P.; Henriques, A.L.; Pimpão, D.M.; Ribeiro, O.M. (orgs.). *Biodiversidade do Médio Madeira: Bases científicas para propostas de conservação*. INPA: Manaus. 145-178.

CONDE, Maíra Luciana Guimarães. 2022. *Avaliação do potencial de manejo de espécies madeireiras em florestas de igapó de água-clara na Amazônia por meio de modelos de crescimento*. Dissertação (Mestrado em Ciências de Florestas Tropicais) – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. Manaus.

CYPRIANO, Doris Cristina Castilhos de Araújo. 2007 “Almas, corpos e especiarias. A expansão colonial nos rios Tapajós e Madeira”. *Pesquisas, Antropologia* 65

DANIEL, João. 2004 [1758-1776?]. *Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas*. Vol 1. Belém: Contraponto.

DECRETO Nº 7.747, de 5 de junho de 2012, que Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI.

DESCOLA, Philippe. 1996. “Constructing Natures: Symbolic Ecology and Social Practice”. In: P. Descola y G. Pálsson (eds.), *Nature and Society*. London: Routledge. pp. 82-102.

-----, 2005. *Par-delà nature et culture*. Paris: Gallimard.

DIONISIO, L. F. S., BONFIM FILHO, O. S., DE SOUZA CRIVELLI, B. R., GOMES, J. P., de OLIVEIRA, M. H. S., DE CARVALHO, J. O. P. 2016. “Importância

fitossociológica de um fragmento de floresta ombrófila densa no estado de Roraima, Brasil”. *Revista Agro@mbiente on-line*, 10(3): 243-252.

DIDONET, A. A; FERRAZ, I. D. K. 2014. “O comércio de frutos de tucumã (*Astrocaryum aculeatum* G. Mey-Arecaceae) nas feiras de Manaus (Amazonas, Brasil)”. *Revista Brasileira de Fruticultura*, 36: 353-362.

EMBRAPA. 2001. Empresa Brasileira de pesquisa agropecuária. Comunicado técn. N 60, julho/2001. Classificação de sementes de espécies frutíferas nativas da Amazônia de acordo com o comportamento no armazenamento. 1-4.

-----, “Solos Tropicais”. In: <https://www.embrapa.br/agencia-de-informacao-tecnologica/tematicas/solos-tropicais>. Acesso em: 15 de setembro de 2024.

-----, “As Terras Pretas de Índio da Amazônia: o entendimento de sua formação e evolução”. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-projetos/-/projeto/31443/as-terras-pretas-de-indio-da-amazonia-o-entendimento-de-sua-formacao-e-evolucao>. Acesso em: 27 de setembro de 2024.

FAUSTO, Carlos. 2001. *Inimigos fiéis. História, guerra e xamanismo na Amazônia*. São Paulo: Edusp.

FERREIRA, C. A. C. 2009. *Análise comparativa de vegetação lenhosa do ecossistema de campina na Amazônia brasileira*. Tese (Doutorado em Biologia Tropical e Recursos Naturais) -Convênio INPA e UFAM, Manaus.

FERREIRA REIS, Arthur César. 1998 [1932]. *História do Amazonas*. Belo Horizonte: Itatiaia.

FILENO, Fernando Augusto. 2018. *No seio do rio: linhas que casam, que curam e que dançam*. São Paulo: Alameda.

FRANCO-MORAES, Juliano et. al. 2019. “Historical landscape domestication in ancestral forests with nutrient-poor soils in northwestern Amazonia:”, *Forest Ecology and Management*, 446: 317-330.

FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS (FUNAI). 2025. “Termo de compromisso estabelece regras relacionadas à sobreposição envolvendo unidade de conservação e terra indígena em estudo no Paraná”. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2025/termo-de-compromisso-estabelece-regras-relacionadas-a-sobreposicao-envolvendo-unidade-de-conservacao-e-terra-indigena-em-estudo-no-parana>. Brasília: FUNAI. Acesso em: 21 maio 2025.

FURCH, K. 1984. “Water chemistry of the Amazon basin: The distribution of Chemical elements”. In: Sioli, H. (Ed.). *The Amazon. Limnology and Landscape Ecology of a Mighty Tropical River and Its Basin*. New York: Springer. 167–199.

GALVÃO, Eduardo. 1960. “Áreas Culturais do Brasil Indígena; 1900-1959”, *Boletim do Museu Paranaense Emílio Goeldi*, Nova Série Antropologia, No. 8: 1-41.

GONÇALVES, Marco Antonio. 1995. “A produção da afinidade no sistema de parentesco Pirahã”. In E. Viveiros de Castro (org.). *Antropologia do Parentesco. Estudos Ameríndios*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. Pp. 207-228.

------. 2001. *O Mundo Inacabado. Ação e criação em uma cosmologia amazônica. Etnografia Pirahã*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

GUSMÃO, L., PORRO, R., GUSMÃO, L. A., ASSOCIAÇÃO, E. Á. D. A. N., ESTADO, D. M., & PORRO, R. 2022. *Boas práticas de manejo nos babaçuais*. Brasília: Central do Cerrado.

GOVERNO DO AMAZONAS. 2010. *Plano de Gestão da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Juma*. Novo Aripuanã.

HAFFER, J. 1974. “Avian speciation in tropical South America”. *Publications of the Nuttall Ornithological Club*, no. 14. Cambridge: Harvard University.

------. 1978. *Distribution of Amazon forest birds*. Bonn. Zool. Beitr., 29: 38-78.

HARRIS, Mark. 2017. *Rebelião na Amazônia. Cabanagem, raça e cultura popular no norte de Brasil, 1798-1840*. Campinas: Editora Unicamp.

HAYAKAWA, Ericson Hideki; DE FÁTIMA ROSSETTI, Dilce. 2012. “Caracterização da rede de drenagem da bacia do médio e baixo rio Madeira”. *Revista Brasileira de Geomorfologia*, 13(4): <https://doi.org/10.20502/rbg.v13i4.292>

HEMMMING, John. 2007 [1978a]. *Ouro Vermelho. A Conquista dos Índios Brasileiros*. São Paulo: Edusp.

------. 2009 [1978b]. *Fronteira Amazônica. A Derrota dos Índios Brasileiros*. São Paulo: Edusp.

------. 2011. *Árvore de rios. A história da Amazônia*. São Paulo: SENAC.

HERIARTE, Maurício de. 1978 [1662-1667]. *Descrição do estado do Maranhão, Pará, Corupá e Rio das Amazonas*. In F. A. de Varnhagen, *História geral do Brasil*. Vol. 2. São Paulo: Edições Melhoramentos. Pp. 170-192.

HILL, Jonathan D.; SANTOS-GRANERO, Fernando. 2002. “Introduction”. In: *Comparative Arawakan Histories. Rethinking Language Family and Culture Area in Amazonia*. J. Hill and F. Santos-Granero (orgs). Urbana and Chicago: University of Illinois Press. 1-22.

HORCH, Rosemarie Erika. 1989. “Alexandre Rodrigues Ferreira, um cientista brasileiro do século XVIII”, *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, 30: 149-159.

HORNBORG, Alf. 2011. “Introduction: Ethnicity in Ancient Amazonia”. In: *Ethnicity Ancient Amazonia. Reconstructing the Past identities from Archeology, Linguistics, and Ethnohistory*. A. Hornborg e J. Hill (orgs). Boulder: University Press of Colorado. 1-27.

------. 2005. “Ethnogenesis, Regional Integration, and Ecology in Prehistoric Amazonia”. *Current Anthropology*, 46 (4): 589-620.

HORNBORG, Alf; ERIKSEN, Love. 2011. “An Attempt to Understand Panoan Ethnogenesis in Relation to Long-Term Patterns and Transformations of Regional

Interaction in Western Amazonia”. In: *Ethnicity in Ancient Amazonia. Reconstructing the Past identities from Archeology, Linguistics, and Ethnohistory*. A. Hornborg e J. Hill (orgs). Boulder: University Press of Colorado. 129-151.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Cidades e Estados*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/am/manicore.html>. Acesso em: 03 de outubro de 2024.

-----, 2023. *Censo 2022*. Brasília: IBGE.

ICMBIO. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. *Cadastro de famílias é realizado em comunidades na Flona Aripuanã, no sul do Amazonas*. Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/noticias/ultimas-noticias/cadastro-de-familias-e-realizado-em-comunidades-na-flona-aripuanana-no-sul-do-amazonas>. Acesso em: 22 de maio de 2025.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. 2022. *Povos Indígenas no Brasil 2017/2022*. São Paulo: ISA.

IUCN – *The IUCN red list of threatened species*. Disponível em: <https://www.iucnredlist.org/>. Acesso em: 25 de setembro de 2024.

JUNK WJ, BAYLEY PB, SPARKS RE. 1989. “The flood-pulse concept in river-floodplain systems”. In Dodge DP. (ed.) *Proceedings of the International Large River Symposium*. Can. Spec. Publ. Fish. Aquat. Sci. 106.1989.

JUNQUEIRA, A. B., SHEPARD, G. H., and CLEMENT, C. R. 2010. “Secondary forests on anthropogenic soils in Brazilian Amazonia conserve agrobiodiversity”. *Biodivers. Conserv.* 19: 1933–1961.

KELLER-LËUZINGER, Franz. 2021 [1874]. *Os rios Amazonas e Madeira. Esboços e relatos de um explorador*. Belo Horizonte: Editora Dialética.

LEAL, Davi Avelino. 2013. *Direitos e processos diferenciados de territorialização: os conflitos pelo uso dos recursos naturais no rio Madeira (1861-1932)*. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Amazonas.

LEÃO, N. V. M.; CARVALHO, J. O. P. de. 2001. “Fenologia reprodutiva de 25 espécies arbóreas da Amazônia”. In: SILVA, J. N. M.; CARVALHO, J. O. P. de; YARED, J. A. G. (Ed.). *A silvicultura na Amazônia oriental: contribuições do projeto Embrapa-DFID*. Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental: DFID. 117-128.

LEVIS, Carolina et. al. 2017. “Persistent effects of pre-Columbian plant domestication on Amazonian forest composition”, *Science*, 355: 925-931.

LEVIS, Caroline et. al. (2012). “Historical human footprint on modern tree species composition in the Purus-Madeira Interfluvio, Central Amazonia”, *PLoS One*, 7(11) e48559.

LITTLE, Paul. 2002. “Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade”. *Série Antropologia*, 322. Brasília: UnB.

MAPI. *Plataforma de Monitoramento das Ameaças aos Povos Indígenas Isolados*. <https://plataforma.povosisolados.org/mapa>

MARCOY, Paul. 2001 [1862]. *Viagem pelo Rio Amazonas*. Manaus: ABEU; Governo do Amazonas; SEC.

MATHEWS, Edwad Davis. 2020 [1875]. *Viagens pelos rios Amazonas e Madeira. Brasil, Bolívia e Peru 1872-1874*. Manaus: Editora Valer.

MAURO, C. A.; NUNES, B. T. A.; FRANCO, M. S. M. 1978. “Geomorfologia”. In: *BRASIL. Projeto RADAMBRASIL*. Folha SB.20 Purus. Rio de Janeiro: Departamento Nacional de Produção Mineral. 129-216.

MELATTI, Júlio Cezar. 2018. “Amazônia Centro-Meridional”, In: *Áreas Etnográficas da América Indígena*. <http://www.juliomelatti.pro.br/areas/d3azctmer.pdf>. Acesso em 15 de outubro de 2024.

MELO, Diana Peixoto de; FRANCO, Maria do Socorro Moreira. 1980. “Geomorfologia”. In: *Brasil, Departamento Nacional da Produção Mineral. Projeto RADAMBRASIL*. Folha SC.21. Juruena; geologia, geomorfologia, pedologia, vegetação e uso potencial da terra. Rio de Janeiro 21. .

MELO, V. S., de ARAÚJO, A. N., BARRIGA, L. P. “Os mura em movimento: mobilidade e resistência nas águas do Madeira”. *Canoa do Tempo. Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas*, 13: 1–29. <https://doi.org/10.38047/rct.v13.FC.2021.d4.p.1.29>.

MENDES DOS SANTOS, Gilton. 2020. “Transformar as plantas, cultivar o corpo”. In: Cabral, J.; Amoroso, M; Morim de Lima, A.G; Shiratori, K; Marras, S.; Emperaire, L. (orgs.). *Vozes vegetais. Diversidade, resistências e histórias da floresta*. São Paulo: Ubu Editora/IRD. 140-153.

MENÉNDEZ, Miguel. 1981/1982. “Uma Contribuição para a Etno-História da Área Tapajós-Madeira”. *Revista do Museu Paulista*. Nova Série, Vol. XXVIII, USP.

-----, 1992. “A área Tapajós-Madeira”. In: M. Carneiro da Cunha (ed.), *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras.

MILLER, Eurico. 1992. “Adaptação agrícola Pré-Histórica no Alto Rio Madeira”. In B. J. Meggers (Ed.), *Prehistoria Sudamericana: nuevas perspectivas*. Washington: Taraxacum. Pp. 219-229.

MONGELÓ, Guilherme. 2020. “Ocupações humanas do Holoceno inicial e médio no sudoeste amazônico”. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 15 (2): e20190079. doi: 10.1590/2178-2547-BGOELDI-2019-0079

MORAES, Claide. 2013. *Amazônia ano 1000: territorialidade e conflito no tempo das chefias regionais*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo.

MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. 1988. *Índios da Amazônia: da Maioria a Minoria (1750-1850)*. Petrópolis: Vozes.

-----, 2005. *Os índios e a ordem imperial*. Brasília: FUNAI.

MOREIRA SANTOS, A.F. 2009 *Conflitos fundiários, territorialização e disputas classificatórias. Autazes, (AM), primeiras décadas do século XX*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ/Museu Nacional.

NEVES, Eduardo Góes. 2013. “Was agriculture a key productive activity in pre-colonial Amazonia? In E. Brondízio & E. Moran (orgs.). *Human-environment Interactions: Current and Future Direction*. New York: Springer. 371-388.

NEVES, Eduardo G. & HECKENBERGER, Michael. 2019. “The Call of the Wild: Rethinking Food production in Ancient Amazonia”, *Annual Review of Anthropology*, Vol. 48: 371-388

NEVES, Eduardo Góes; WATLING, Jennifer; ALMEIDA, Fernando Ozorio de. 2020. “A arqueologia do alto Madeira no contexto arqueológico da Amazônia”. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 15(2), e20190081. doi: 10.1590/2178-2547-BGOELDI-2019-0081

NIMUENDAJU, Curt. 2004. *In Pursuit of a Past Amazon. Archaeological Researches in the Brazilian Guyana and in the Amazon Region*. Göteborg: Världskulturmuseet.

-----, 1982. [1925]. “As tribos do Alto Madeira”. In *Textos Indigenistas*. São Paulo: Ed. Loyola.

-----, 1948. “The Mura and Piraha”. In J. Steward (ed). *Handbook of South American Indians*. Vol 3. Washington: Smithsonian Institution. 255-269.

NOGUEIRA, Max Deulen Baraúna. 2020. *Guerras indígenas na região das tupinambaranas: mura x munduruku (1768-1795)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Amazonas, Manaus.

NORONHA, João Monteiro de. 2006 [1768]. *Roteiro da Viagem da Cidade do Pará até as últimas colonias do sertão da Província*. São Paulo: Edusp.

NOTÍCIAS DA VOLUNTÁRIA REDUÇÃO DE PAZ E AMIZADE DA FERROZ NAÇÃO DO GENTIO MURA NOS ANOS DE 1784, 1785 E 1786. 1984. Boletim de Pesquisa da CEDEAM. Manaus: Comissão de Documentação e Estudos da Amazônia. v.3, n. 5, p. 5-87, jul.-dez.

OHARA, Willian Massaharu. 2018. *Endemismo e análise biogeográfica dos peixes da bacia do rio Madeira*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

OHARA, W. M.; QUEIROZ, L. J.; ZUANON, J.A.; TORRENTE-VILARA, G.; VIEIRA, F. G.; Pires, T. & Doria, C.R. 2013. “O rio com a maior diversidade de peixes do mundo”. In: *XX Encontro Brasileiro de Ictiologia*, Maringá, Universidade Estadual de Maringá.

- OLIVEIRA, Adélia Engrácia de. 1986. “Introdução”. In *Autos da devassa contra os índios Mura do rio Madeira e nações do rio Tocantins (1738-1739)*. Universidade do Amazonas Comissão de documentação e estudos da Amazônia – Manaus: CEDEAM.
- PADILHA, Rinaldo Marques; DE SOUZA, Célia Alves. 2018. “Características ambientais na bacia hidrográfica do rio Carapá, nos municípios de Colíder e Nova Canaã do Norte–MT”. *Revista Equador*, 7(1): 184-204.
- PEQUENO, Eliane S. S. 2006. “Mura, guardiões do caminho fluvial”. *Revista de Estudos e Pesquisas*, FUNAI, Brasília, v. 3, n.1/2, jul./dez. Pp. 133-155.
- PINHEIRO, Geraldo. 1969-1972. “A aldeia indígena de Sapucaia-Oroca, Amazonas”. *Revista de Antropologia*, 17-20: 49-58.
- PIRES, J.M. 1974. “Tipos de Vegetação da Amazônia”. *Brasil Florestal*, 5(17): 48-58.
- PONTES, Antonio Pires da Silva. 1964 [1781]. “Diário histórico e físico da viagem dos oficiais da demarcação que partiram do quartel general de Barcelos para a capital de Vola Bela da Capitania de Mato Grosso em 1 de setembro de 1781”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 262: 344-432.
- PORRO, Antônio. 1996. *O Povo das Águas. Ensaio de Etno-História Amazônica*. Petrópolis: Vozes.
- POHL, Luciene e DURIGAN, Carlos César (Orgs.). 2002. *Trincheira: a luta do povo Mura*. Manaus: Coiab. 28 p.
- PRANCE, G.T. 1979. “Notes on the vegetation of Amazonia”. In: *The terminology of amazonian forest types subject to inundation*. 31: 26–38.
- PY-DANIEL, L.R. 2007. “Caracterização da área amostrada”. In: PY-DANIEL, L. R, L.; DEUS, C.P.; Henriques, A.L.; PIMPÃO, D.M.; RIBEIRO, O.M. (orgs.). *Biodiversidade do Médio Madeira: Bases científicas para propostas de conservação*. INPA: Manaus.
- ROBERT, E. H. 1973. “Predicting the storage life of seeds”. *Seed Science & Technology*, 1: 499-54.
- ROCHA FREIRE, Carlos Augusto da. 2007. *O SPI na Amazônia. Política Indigenista e conflitos regionais*. Rio de Janeiro: Museu do Índio; FUNAI.
- RODRIGUES FERREIRA, Alexandre. 1974 [1787]. *Viagem filosófica pelas capitânicas do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura.
- RÖHE, F. 2007. “Mamíferos de médio e grande porte”. In: Rapp PyDaniel, L.; Deus, C.P.; Henriques, A.L.; Pimpão, D.M.; Ribeiro, O.M. (orgs.). *Biodiversidade do Médio Madeira: Bases científicas para propostas de conservação*. INPA: Manaus.
- ROLLER, Heather. 2014. *Amazonian Routes. Indigenous Mobility and Colonial Communities in Northern Brazil*. Stanford: Stanford University Press.

ROOSMALEN, M.G.M., van; ROOSMALEN, T., van. 2003. "The description of a new genus, *Callibella* (Callitrichinae, primates), including its molecular phylogenetic status". *Neotropical Primates*, 11(1): 1-10..

ROOSMALEN, M.G.M., van, FRENZ, L., van Hooft, P., de LONGH, H.H., LEIRS, H. 2007. "A New Species of Living Peccary (Mammalia: Tayassuidae) from the Brazilian Amazon". *Bonner Zoologische Beiträge*, 55(2): 105-112.

ROOSEVELT, A. C., Da COSTA, M. L., MACHADO, C. L., MICHAB, M., MERCIER, N., VALLADAS, H., SCHICK, K. Paleoindian cave dwellers in the Amazon: the peopling of the Americas. *Science*, 272(5260), 373-384, 1996.

SAMPAIO, Francisco Xavier Ribeiro de. 1985 [1774-1775]. *Diário da Viagem que em Visita, e Correição das Povoações da Capitania de S. Joze do Rio Negro fez o Ouvidor, e Intendente Geral da mesma Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio no Anno de 1774 e 1775*. Manaus: Associação Comercial do Amazonas.

SAYRE, R., Roca, E., SEDAGHATKISH, G., YOUNG, B., KEEL, S., ROCA, R., & SHEPPARD, S. 2003. *Natureza em foco: avaliação ecológica rápida*. Arlington: The Nature Conservancy.

SCOPEL, Daniel. 2007. *Saúde e doença entre os índios Mura de Autazes (Amazonas): processos socioculturais e a práxis da autoatenção*. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.

SENA, Roosevelt Texeira. 2020. "Acervo J.G. Araújo: Relato de uma experiência em arquivo". *Revista Eletrônica Discente do Curso de História – UFAM*, 4 (1): 422-437.

SEPROR - SECRETARIA DE ESTADO DE PRODUÇÃO RURAL. Disponível em: <https://www.sepror.am.gov.br/expomat-distrito-de-matupi-em-manicore-realiza-a-13a-exposicaoagropecuaria/#:~:text=A%20economia%20do%20munic%C3%ADpio%20de,atividade%20envolve%20aproximadamente%20868%20criadores>. Acesso em: 03 de outubro de 2024

SIMÕES, Mário F., e LOPES, Daniel F. 1987. "Pesquisas arqueológicas no baixo/médio Madeira (AM)". *Revista de Arqueologia*, 4 (1): 117-134.

SHEPARD, Glenn et. al. 2020. "Ancient and Traditional Agriculture in South America: Tropical Lowlands", *Oxford Research Encyclopedia, Environmental Science*. (oxfordre.com/environmentalscience).
<https://doi.org/10.1093/acrefore/9780199389414.013.597>

SHEPARD, Glenn e RAMIREZ, Henri. 2011 "'Made in Brazil': Human Dispersal of the Brazil Nut (*Bertholletia excelsa*, Lecythidaceae) in Ancient Amazonia". *Economic Botany*. 65(1):44– 65.

SILVA, M., N., F. 2007. "Mamíferos de pequeno porte (Mammalia: Rodentia & Didelphimorphia)". In: Rapp PyDaniel, L.; Deus, C.P.; Henriques, A.L.; Pimpão, D.M.;

Ribeiro, O.M. (orgs.). *Biodiversidade do Médio Madeira: Bases científicas para propostas de conservação*. INPA: Manaus.

SILVEIRA, M. 2003. “Vegetação e Flora das Campinaranas do Sudoeste Amazônico (JU-008)”. *Relatório de Defesa Técnica, Associação S.O.S. Amazônia*. Rio Branco.

SINIMBÚ, Fabíola. “Seca do Rio Madeira pode se agravar ainda mais, aponta SGB”. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-09/seca-do-rio-madeira-pode-se-agravar-ainda-mais-aponta-sgb>. Acesso em: 11 de setembro de 2024.

SOUZA, Eliane da Silva. *Relatório circunstanciado de identificação e delimitação da terra indígena Pinatuba (AM)*. Portaria nº 388/PRES/96. Brasília: Fundação Nacional do Índio.

SOUZA LIMA, Antônio Carlos de. 1995. *Um grande cerco de paz. Poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Petrópolis: Vozes.

SOUZA, Eliane da Silva. 2001. *Resumo do Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Pinatuba*.

SPIX, Johann Baptiste von e Carl Friedrich Philipp von MARTIUS. 1976 [1831]. *Viagem pelo Brasil*. V.3. São Paulo: Melhoramentos, IHGB, MEC.

SPRUCE, Richard. 2006 [1908]. *Notas de um botânico na Amazônia*. Belo Horizonte: Itatiaia.

STEEGE, Hans ter et. al. (2013). “Hyperdominance in the Amazonian tree flora”, *Science*, 342 (6156), 1243092

SWEET, David. 1992. “Native resistance in eighteenth century Amazonia: The ‘abominable Mura’ in war and peace”. *Radical History Review*, 53: 49-80.

TASTEVIN, Constant. 2008 [1923]. “Os índios Mura da região de Autaz”. In: P. Faulhaber e R. Monserrat (orgs), *Tastevin e a Etnografia Indígena*. Rio de Janeiro: Museu do Índio-FUNAI. Pp. 56-78.

TAVARES, L., CORDEIRO, L., 2017. *Perfil Socioeconômico e Ambiental do Sul do Estado do Amazonas: Subsídios para Análise da Paisagem*. Brasília: WWF.

TEMPESTA, Giovana Acácia; FERREIRA, Igor Nicolau R.; NOLETO, Juliana A. 2013. (orgs.) *Orientações básicas para a caracterização ambiental de terras indígenas em estudo: leitura recomendada para todos os membros do grupo técnico*. Brasília: Funai/GIZ.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. 1996. “Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio”. *Mana*, 2 (2): 115-14.

-----, 2002. *A Inconstância da Alma Selvagem*. São Paulo: Cosac & Naify.

WALLACE, Alfred Russel. 1979 [1853]. *Viagens pelos rios Amazonas e Negro*. Belo Horizonte: Itatiaia.

WATLING, Jennifer; SHOCK, Mirtle P.; MONGELÓ, Guilherme; ALMEIDA, Fernando Ozorio de; KATER, Thiago; DE OLIVEIRA, Paulo E.; NEVES, Eduardo Góes. 2018. “Direct archaeological evidence for Southwestern Amazonia as an early plant domestication and food production centre”. *PLOS ONE*, 13 (7): e0199868. doi: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0199868>

WATLING, Jennifer; ALMEIDA, Fernando Ozorio de; KATER, Thiago; ZUSE, Silvana; SHOCK, Mirtle P.; MONGELÓ, Guilherme; NEVES, Eduardo Góes. 2020. “Arqueobotânica das ocupações ceramistas na Cachoeira do Teotônio”. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 15 (2): e20190075. doi: 10.1590/2178-2547-BGOELDI-2019-

WILKENS, Henrique João. 2012 [1785]. *Muhuraida ou triunfo da fé*. Manaus: Valer.

WOODS, W.I. 2003. “Development of anthrosol research”. In: Lehmann, J., Kern, D., Glaser, B. and Woods, W. (eds) *Amazonian Dark Earths – Origin, Properties and Management*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers.

ANEXOS

ANEXO 1 – Carta de anuência dos habitantes da TI Curara

Aldéia Curara, 30 de julho 2024

As comunidades de Curara, Vista Alegre, Mirari, Terra Preta do Uruiá, Pamela, Santo Antônio, Born destino, Birubá e Caçari do Lagoinho do município de Manicoré (AM) se dirigem ao FUNAI para informar que estão de acordo com os limites da terra indígena Curara. Conforme a proposta do Relatório de identificação e de limitação do Antropólogo Denis Cayon.

A terra indígena Curara habitada pelo povo Mura e Mundurucu é essencial à nossa reprodução física, cultural, pois lá existe terras pretas, cemitérios, pilões e aldeias antigas, capoeiras habitadas por nossos ancestrais. Até hoje em dia nós continuamos a utilizar a terra para cultivar, pescar, caçar e colheitar diversos materiais dos quais precisamos para viver, seguindo nossos costumes tradicionais.

Solicitamos que o FUNAI e o Ministério da Justiça reconheça a terra indígena Curara como de ocupação tradicional indígena dos povos Mura e Mundurucu.

Dei yhe Ferreira de Oliveira (cacique) da
Aldéia Curara.

Pedro Campos (cacique da Terra Preta)

Cacique do Vista Alegre José Geraldo Coutinho de Souza
Ailomar Conceição de Menezes (Cacique do
Mirari).

ANTONIO MAR DA CUNHA Cacique
STO ANTONIO URUA

AGNALDO DAS CHAGAS NOGUEIRA CASIQUE DO PAVEL
 JOSÉ WANDER DO NASCIMENTO. CACIANE COELHO DO NASCIMENTO
 Jorge Ferreira de Oliveira - mulher
 Lúcia Leite Rocha - filha - munda - munda
 José Carlos Leite Rocha - filho - munda
 Rodolfo Albuquerque de Joscoseles - munda
 José Roberto Cantano Continho - munda
 Joana Leite de Oliveira - munda
 LUIZ DESAPARECER

ALESSANDRO DO CARMO DOS SANTOS - munda
 Maximaz Gomes de Araújo - munda
 Franklin Camilo Vasconcelos - munda
 Samuel Compas da Cunha - munda
 Hilário de Araújo Vasconcelos
 Elias Vasconcelos da Silva munda
 Genildo Mendes Barros
 José Carlos Rodrigues Vasconcelos munda
 Simeon Polina Coutinho munda
 Janderlan Campos de Sousa munda
 * Genildo Ferreira de Oliveira (munda)
 * Leonildo Gomes Correa (munda)
 * Joseni Mendes Souza (munda)
 * Atevir Coitinho Pereira
 Delair Rodrigues Ligeiro
 Juliano Brasil Trilão
 JANDERLEI COELHO DO SOUZA (munda)
 ANTONIO DELMAR COELHO DO SOUZA munda
 JANDERSON COELHO DE SOUZA (munda)
 EBERSON JOSÉ COELHO DE SOUZA (munda)

Wesley Lopes Coutinho mura
 Ines menezes Barros mundurucu
 Jaliana Barros Vasconcelos mundurucu
 Leopoldina Correia de menezes mura
 Jonanda Barros de menezes mura
 Raimundo Corrêa de menezes mura
 Delilani menezes de Souza mura
 Edilberto menezes Barros mura
 Hilma Correa de menezes mura
 Delilani menezes de Souza mura
 Wane ti da Silva Leite mura
 ERZIL ROdrigues de Araujo mura
 Sabjuna Camilo Vasconcelos - Mundurucu
 Rosane Ramos Brasil mura
 Glencio Ferreira Brasil mura
 Dionizio Ramos Corrêa mura
 Wina Neves Corrêa mura
 Ricardo Ramos Filho mura
 Franciscoalva Corrêa Ferreira mura
 Raimundo Campos de Souza mura
 TIANCO FERREIRA DE SOUZA mura
 Artemizo Ferreira de Oliveira mura
 Cassiano de Oliveira Campos mura
 Valdir de Coutinho Campos mura
 André Ramos Brasil mura
 Aldenora Luciano Rodrigues mura
 Izrael RAMOS BRASIL - MURA
 Benildo Rodrigues de Souza MURA
 Izauldo Rodrigues Furtado Filho mura
 Cassiana de Oliveira Campos mura
 Benildo Ferreira de Oliveira mura
 Edson da Silva Araujo mura

Edizane Correa de Oliveira - mura

Luciana Ferreira de Oliveira - mura

Zilmar Correa das Chagas, mura.

Antonio Leite Rodrigues, mura.

Pedro Correa Rodrigues - mura.

Epimilton Correa de Oliveira - mura.

Eliane Brasil Batista - mura

Ranierhy Brasil Batista - mura

Raimundo Ferreira de Oliveira - mura

Laomara Brasil Ramos. - mura

Adrieli Pinto de Carnalho mura

Imana do Carmo B. de Araújo mura

Antônio Carlos Rodrigues - mura

José Ronaldo Ramos Brasil, mura

Gabriel Carrão de Oliveira - mura

Guiza Ramos Carrão - mura

Rozac Vieira Rodrigues - mura

Michel Rodrigues da Chaga - mura

Rony Leite Rodrigues - mura

Sandro Carlos Rodrigues - mura

Eusebio Ramos Brasil - mura

Servia Ferreira Alves - mura

Olivaldo Oliveira Alves - mura

Maxwell Rodrigues da Chaga - mura

Marcilei Leite de Albuquerque - mura

Marlene Correa Rodrigues - mura

Divaldo Carrão de Oliveira - mura

Milene Carrão de Oliveira - mura

Denize Ramos Brasil - mura
 Cássia de Oliveira Campos - mura
 Bruno da Silva Campos - mura
 Maíza de Oliveira Pinheiro - mura
 João Freitas, mura
 Milda Rego do Nascimento, mura.
 Gil ^{Correia de Oliveira} mura
 Geranilza ^{Ramos Correia} mura
 Eivilton Correia de Oliveira - mura
 Justino ^{Ferreira} mura
 Paulo Vasconcelos da Silva mura
 Edisen da Silva Araújo mura
 Rosilane ^{Leite de Araújo} mura
 Lauziele ^{de Assunção de Mascarenhas} mura
 Risonair ^{Ramos de Oliveira} mura
 Leonel ^{Brasil Ramos} mura
 José ^{Almeida} mura
 Raquel ^{Ferreira Brasil} mura
 Maria do Socorro Ferreira Brasil - mura
 Neide ^{Rodrigues Leite} mura
 Leone ^{Ferreira Brasil} mura
 Antônio ^{José Brasil Batista} mura
 Kelly ^{Brasil Batista} mura
 Maria ^{Ruiza Campos} mura
 E. Antônio ^{Campos} mura
 Francisco ^{Campos} mura
 J. Raimundo ^{Campos} mura
 Manuel ^{Castro}